



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO

DOS TRABALHOS DO SENADO NA 2.^a
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
2.^a LEGISLATURA (DE 15 DE MARÇO A 15
DE DEZEMBRO DE 1952)

Apresentado pelo Presidente, João
Café Filho, na sessão de encerra-
mento, a 15 de dezembro de 1952

VOLUME I

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado

sob número 581

do ano de 1954

PRINCIPAIS MATÉRIAS ESTUDADAS

Entre as matérias cujo estudo se concluiu nesta sessão legislativa merecem menção, pela sua importância, os seguintes projetos:

— que regula a liberdade de imprensa;

— que dispõe sobre as finalidades do ensino do Serviço Social, sua estruturação, e sobre as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais;

— que dispõe sobre a organização sindical;

— que autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital da República;

— que cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos;

— que fixa no quinquênio de 1951-1956, a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, e dá outras providências;

— que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências;

— que autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país;

— que aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução;

— que autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhamento de armazéns para depósito do sal nos principais centros de consumo, e dá outras providências;

— que prorroga até 31 de dezembro de 1954 a Lei n.º 1.300 de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato);

— que prevê recursos para o programa nacional do petróleo e para o fundo rodoviário nacional, e dá outras providências;

— que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo;

— que dispõe sobre o consumo de provas para o ingresso na magistratura vitalícia;

— que regula a ação popular instituída pelo art. 141, § 38, da Constituição Federal;

— que regula o estudo, o orçamento e a construção dos açudes em cooperação da União, com os Estados, municípios ou particulares, e dá outras providências;

— que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

— que regula as operações de câmbio.

PROJETOS SANCIONADOS, PROMULGADOS E VETADOS

Dos 171 projetos de lei enviados à sanção 135 o foram pelo Senado e 36 pela Câmara dos Deputados.

Dêse total, 107 projetos foram sancionados pelo Presidente da República.

Por não terem recebido pronunciamento expresso de Sua Excelência no prazo constitucional voltaram ao Senado 64, que foram promulgados: 40 pelo Presidente desta Casa, 9 pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência e 15 pelo 1.º Secretário, também nêsse caráter.

Sobre 11 projetos se exerceu o poder presidencial do veto, atingido:

4 projetos na totalidade.

7 parcialmente.

Dos vetos acima enumerados apenas os dois últimos ainda não foram apreciados pelo Congresso Nacional. Se-lo-ão na sessão legislativa seguinte.

Dos 5 vetos parciais já apreciados, um atingiu uma só disposição do projeto: um incidiu sobre duas, um sobre cinco, um sobre seis e um sobre 23.

Nos demais casos, deixaram de ser mantidos os textos vetados, exceto num caso (projeto do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), em que três dos vinte e três dispositivos atingidos foram mantidos.

Em 4 casos o número de votos pela rejeição dos vetos foi majoritário; mas não alcançou os dois terços exigidos pela Constituição.

Das matérias da competência exclusiva do Congresso Nacional (decretos legislativos) tiveram promulgação 49, sendo 31 pelo Presidente do Senado, 14 pelo Vice-Presidente e 4 pelo 1.º Secretário.

Finalmente, promulgaram-se 10 Resoluções pertinentes a assuntos privativos do Senado (8 pelo Presidente e 2 pelo Vice-Presidente).

Tratava-se de 1 veto total e 1 parcial. Foram ambos mantidos.

Nos últimos dias foi recebido mais 1 veto, cuja apreciação ficou para a sessão legislativa ordinária de 1953, nos termos do art. 176, § 2.º, letra a do Regulamento Interno.

Nos trabalhos das Comissões registraram-se os seguintes números:

Comissões	Reuniões	Pareceres	Projetos
A) <i>Permanentes:</i>			
Agricultura, Indústria e Comércio ...	30	30	35
Constituição e Justiça	44	523	611
Diretora	29	140	160
Educação e Cultura	31	38	42
Finanças	71	470	512
Fôrças Armadas	19	42	41
Redação de Leis	60	182	180
Relações Exteriores	18	25	28
Saúde	19	16	15
Trabalho, Indústria e Comércio	28	46	42
Viação e Obras Públicas	23	33	31
B) <i>Especiais:</i>			
Parlamentar de Inquérito sobre o ci- mento	5		
Especial para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1952	2	1	

TRABALHOS REALIZADOS PELO SENADO

A 192 dias úteis, no sentido regimental da expressão, corresponderam 197 sessões, sendo 179 ordinárias e 18 extraordinárias, das quais 14 noturnas e uma especial para comemoração cívica.

Os trabalhos realizados podem ser sintetizados nos algarismos que passamos a mencionar.

Como câmara iniciadora, teve o Senado a oportunidade de começar o estudo de 49 projetos de lei e de prosseguir no de outros 24 provenientes de sessões legislativas anteriores.

Dos primeiros, 4 foram encaminhados à Câmara dos Deputados, e 45 continuam ainda em estudo.

Dos últimos (de anos anteriores), 7 passaram à revisão da outra Casa, 6 foram rejeitados e 52 permanecem no Senado.

No papel constitucional de casa revisora, coube ao Senado receber da Câmara dos Deputados 341 projetos, dos quais 204 já tiveram aqui ultimado o seu exame (164 pela aprovação e remessa à sanção, 14 pela rejeição e 16 pela devolução à Casa de origem com emendas).

Das proposições recebidas em anos anteriores teve prosseguimento o estudo de 128 das quais 49 foram ultimadas e enviadas à sanção, 37 voltaram, emen-

dadas, à casa de origem 25 foram rejeitadas e 114 permanecem em estudo.

No capítulo das matérias da competência exclusiva do Congresso Nacional (decretos legislativos), houve 1 projeto iniciado no Senado, o qual depois de passar à Câmara dos Deputados para revisão, já foi ultimado.

Os projetos de decretos legislativos recebidos para revisão elevaram-se a 125, dos quais 36 foram aprovados, 3 rejeitados e 16 devolvidos com emendas à Câmara dos Deputados, Permanecem em estudo 70.

Quanto aos dos anos anteriores 9 foram aprovados, 1 rejeitado e 5 voltaram ao outro ramo do Poder Legislativo para apreciação de emendas. Ainda restam em exame 7.

No que concerne aos assuntos da competência privativa do Senado, foram apresentados 12 projetos de resolução dos quais 5 foram aprovados, 1 rejeitado e 6 continuam em curso.

Dos 12 que restam de anos anteriores tiveram prosseguimento 7, sendo 5 aprovados, 1 rejeitado, 1 arquivado e 5 passam para a sessão legislativa seguinte.

Os vetos do Prefeito do Distrito Federal a projetos de lei municipais apreciados na sessão legislativa que ora encerra foram em número de 2.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

No momento de se encerrar a segunda sessão legislativa ordinária da segunda legislatura, a Mesa cumpre, com satisfação, o dever de dar conta dos trabalhos realizados nesse período que se desdobrou de 15 de março a 16 de dezembro de 1952.

	Págs.
Anexo nº 29 — Escolha de autoridades	235
Anexo nº 30 — Vetos do Sr. Prefeito do D. Federal apreciados em 1952	236
Anexo nº 31 — Projetos pendentes de solução no encerramento das Sessões Legislativas ordinárias de 1951 e 1952	238
Anexo nº 32 — Matérias pendentes de solução no Senado	239
Anexo nº 33 — Deliberações do Senado sobre matéria de interesse dos Srs. Senadores	262
Anexo nº 34 — Atos da Direção do Senado	265
Anexo nº 35 — Decretos Legislativos promulgados	272
Anexo nº 36 — Resoluções promulgadas	278
Anexo nº 37 — Questões Regimentais resolvidas desde o início da vigência do novo Regimento	279
Anexo nº 38 — Atas das Reuniões da Comissão Diretora	283
Anexo nº 39 — O Senado em suas relações com outros órgãos do Poder público	308
Anexo nº 40 — Pedidos de informações formulados pelas Comissões e ainda não atendidos	309
Anexo nº 41 — O Senado na realização da sua finalidade	312
Anexo nº 42 — Líderes dos partidos políticos no Senado	313
Anexo nº 43 — Comissões Permanentes	314
Anexo nº 44 — Comissões Especiais	316
Anexo nº 45 — Lista dos Componentes do Senado	317
Anexo nº 46 — Suplentes dos Srs. Senadores	322
Anexo nº 47 — Jornalistas credenciados junto ao Senado	325
Anexo nº 48 — Quadro dos funcionários do Senado	327
Anexo nº 49 — Funcionamento	331
Anexo nº 50 — Tempo de duração das Sessões	335
Anexo nº 51 — Presidência das Sessões	340

Anexo nº 7 — Projetos de Lei da Câmara dos Deputados devolvidos à Casa de origem com emendas do Senado na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	151
Anexo nº 8 — Projetos de Decretos Legislativos de iniciativa da Câmara dos Deputados aprovados pelo Senado na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	152
Anexo nº 9 — Projetos de Decretos Legislativos de iniciativa da Câmara dos Deputados rejeitados pelo Senado na Sessão Legislativa de 1952	153
Anexo nº 10 — Projetos de Decretos Legislativos de iniciativa da Câmara dos Deputados devolvidos à Casa de origem na Sessão Legislativa Ordinária de 1952, com emendas do Senado	154
Anexo nº 11 — Orçamento para 1953	155
Anexo nº 12 — Senadores designados para acompanhar na Câmara o estudo de emendas do Senado a projetos daquela Casa	156
Anexo nº 13 — Emendas do Senado a Projetos da Câmara dos Deputados apreciadas pela Casa de origem como Câmara iniciadora	159
Anexo nº 14 — Projetos de Lei do Senado iniciados na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	167
Anexo nº 15 — Projetos de Lei do Senado iniciados em sessões legislativas anteriores e que tiveram prosseguimento na Sessão Ordinária de 1952	174
Anexo nº 16 — Projetos de Decretos Legislativos iniciados no Senado na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	182
Anexo nº 17 — Projetos de Lei de iniciativa do Senado remetidos à Câmara dos Deputados, para revisão, na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	183
Anexo nº 18 — Projetos de Decretos Legislativos, de iniciativa do Senado, remetidos à Câmara para revisão	184
Anexo nº 19 — Projetos de Lei de iniciativa do Senado rejeitados por esta Casa na Sessão Legislativa de 1953	185
Anexo nº 20 — Projetos de Lei de iniciativa do Senado, enviados à sanção por esta Casa do Congresso na Sessão Legislativa Ordinária de 1952, depois de emendados pela Câmara dos Deputados . . .	186
Anexo nº 21 — O Senado no exercício da sua competência privativa	187
Anexo nº 22 — Projetos de Resolução iniciados em Sessões Legislativas anteriores e que tiveram prosseguimento na Sessão Ordinária de 1952	190
Anexo nº 23 — Projetos de Resolução do Senado aprovados na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	193
Anexo nº 24 — Projetos de Resolução do Senado rejeitados na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	194
Anexo nº 25 — Indicações apresentadas na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	195
Anexo nº 26 — Requerimentos formulados na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	196
Anexo nº 27 — Requerimento formulado em Sessão Legislativa anterior votado na Sessão Legislativa de 1952	233
Anexo nº 28 — Classificação dos Requerimentos segundo a qualidade	234



ÍNDICE

	Págs.
Trabalhos realizados pelo Senado	3 e 4
Projetos sancionados, promulgados e vetados	5
Principais matérias estudadas	6
Projeto de emenda à Constituição	7
Escolha de autoridades	8
Reuniões do Congresso Nacional	9
Vaga e seu preenchimento	10
Missões no Estrangeiro	11
Licenças e Substituições	12
Comemorações e homenagens	13
Comissões especiais	14
Convocação de Ministros	15
Visitantes Ilustres	16
Manifestação de pesar	17
Instalações do Senado	18
Novo Regimento	19
Elaboração orçamentária	21
Publicações do Senado	22
Breves considerações sobre os trabalhos do Senado	24
Convocação Extraordinária	27
Condições em que o Senado desempenha o seu papel constitucional..	28
Palavras finais	31
Anexo nº 1 — Projetos de Lei da Câmara dos Deputados recebidos pelo Senado na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	35
Anexo nº 2 — Projetos de Lei da Câmara dos Deputados recebidos em Sessões Legislativas anteriores e que tiveram prosseguimento na Sessão Ordinária de 1952	92
Anexo nº 3 — Projetos de Decretos Legislativos recebidos da Câmara dos Deputados na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	125
Anexo nº 4 — Projetos de Decretos Legislativos iniciados em sessões Legislativas anteriores e que tiveram prosseguimento na Sessão Ordinária de 1952	144
Anexo nº 5 — Projetos de Lei da Câmara enviados à sanção na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	149
Anexo nº 6 — Projetos de Lei da Câmara dos Deputados rejeitados pelo Senado na Sessão Legislativa Ordinária de 1952	150

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Procedente da Câmara dos Deputados, onde tivera início sob o nº de Emenda Constitucional nº 6 e fôra aprovado por mais de dois terços dos membros daquela casa em dois turnos, chegou ao Senado, em 26 de setembro, projeto de emenda à Constituição, destinado a dar autonomia ao Distrito Federal.

Aqui tomou o número de Projeto de Reforma Constitucional nº 1, de 1952, e foi aprovado em primeira discussão, ficando, entretanto, impossibilitado de prosseguir no seu curso, visto haver recebido, em segunda discussão, apenas 31 votos (31 contra 17,) não alcançando a maioria absoluta necessária à sua aprovação.

ESCOLHAS DE AUTORIDADES

De conformidade com o art. 63 nº I da Constituição, coube ao Senado manifestar-se sobre a escolha de 14 autoridades (Prefeito do Distrito Federal e

13 chefes de missões diplomáticas permanentes em países estrangeiros).

Em todos esses casos tiveram aprovação desta Casa os nomes propostos pelo Chefe do Executivo.

REUNIÕES DO CONGRESSO NACIONAL

15 foram as sessões conjuntas do Congresso Nacional em que tomou parte o Senado na sessão legislativa ordinária de 1952:

A da instalação solene da sessão legislativa, em 15 de março;

treze para apreciação de *vetos* presidenciais, quatro das quais ocupadas com um único caso — o do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

No comêço desta sessão legislativa, haviam sido convocadas sessões para deliberação sôbre mais de um *veto* em cada uma.

Na de 6 de fevereiro, entretanto, houve manifestações do Plenário no sentido de que em cada sessão não se tratasse de mais de um *veto*. Acolhendo essas manifestações, a Presidência no uso da sua competência constitucional (art. 70, § 3.º), deliberou que dali por diante na Ordem do Dia de cada sessão não figurasse mais de um *veto*.

VAGAS E SEU PREENCHIMENTO

Ao se iniciarem os trabalhos desta sessão legislativa achava-se vaga uma das cadeiras pertencentes à banca do Estado da Paraíba.

Em abril último realizou-se o seu provimento, com a eleição do Senhor Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que, empossado a 25-4-52, passou a integrar a representação do Partido Social Democrático.

Tendo sido eleito, no pleito realizado em 23 de outubro último, para o cargo de Governador do Estado de Pernambuco, o Sr. Etelvino Lins, empossado em 12 de dezembro, deixou o lugar que exercia, na representação daquele Estado nesta Casa, onde era o titular da 1ª Secretaria, desde 1951.

Ao registrar êsses dois fatos, é grato à Presidência externar o seu justo jú-

bilo em ver participando dos trabalhos da Casa o Sr. Assis Chateaubriand, que é uma das figuras culminantes do jornalismo brasileiro; e, por igual, a satisfação com que vê consagrado pela confiança dos seus coestaduanos na vida memorável e em momento de excepcional significação na vida pernambucana, o nome ilustre do Sr. Etelvino Lins, embora lastimando a falta que fará ao Senado, onde deixa uma nobre e brilhante tradição, quer como jurista e político, quer como administrador, a quem esteve afeta, nos dois últimos anos, a direção dos trabalhos da Secretaria deste ramo do Legislativo.

Para a vaga do Senador Etelvino Lins convocado na forma do Regimento, o seu suplente, Sr. Djair Falcão Brindeiro.

MISSÕES NO ESTRANGEIRO

Atendendo a convite recebido, o Congresso Nacional enviou, em visita ao Parlamento britânico, delegação composta de três membros de cada uma de suas Casas.

Fizeram parte dessa delegação os Srs. Senadores Dario Cardoso, Plínio Pompeu e Olavo Oliveira. Acompanham-na, como Secretário, o Dr. Flávio Amorim Goulart de Andrade, Diretor da Contabilidade, e como observador o jornalista João Austregésilo de Ataíde.

Conforme foi divulgado na ocasião expressivas foram as homenagens prestadas ao Brasil, através dessa embaixada, pelos parlamentares ingleses e pelos círculos oficiais e sociais da Grã-Bretanha.

A Conferência Inter-Parlamentar reunida em Berna o Senado mandou, como seus representantes, os Srs. Senadores Hamilton Nogueira, Domingos Velasco, Ismar de Góis e Magalhães Barata.

Como Secretário da representação figurou o Dr. José Euvaldo Fontes Peixoto, Diretor da Taquigrafia e como observador o jornalista José Ribamar Martins Castelo Branco.

A convite do Poder Executivo, participaram de delegações do Brasil a Congressos e atos internacionais alguns membros desta Casa, por ela devidamente autorizados, a saber:

À 35ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra — os Srs. Senadores Francisco Gallotti, João Villasbôas e Victorino Freire;

à Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o Sr. Senador Georgino Avelino;

à XVIII Conferência Internacional da Cruz Vermelha, em Toronto, Canadá, o Sr. Senador Vivaldo Lima;

às comemorações do Cinquentenário da Dirigibilidade do Ar e Inauguração do Monumento a Santos Dumont, em Paris, o Sr. Senador Assis Chateaubriand.

Ausente também esteve o Presidente desta Casa, autorizado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo número 60-52), chefiando a embaixada especial do Brasil à posse do novo Presidente do Chile, tendo estendido a viagem às repúblicas do Perú, da Colômbia, e do Equador. Em tôdas essas nações irmãs, teve o Presidente do Senado brasileiro oportunidade de receber significativas homenagens, que, por certo, menos se dirigiam à sua própria pessoa que a esta Casa do Congresso brasileiro e ao Brasil.

Desejo focalizar, de modo especial as homenagens recebidas no Perú e na Colômbia, onde os respectivos Senados realizaram sessões especiais para receber o Presidente do Senado brasileiro, dando a êsses atos especial relêvo, demonstrativo do especial carinho que votam ao Brasil.

Em missão oficial da Comissão Diretora desta Casa visitou vários países da Europa o Sr. Senador Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado, estudando as instalações, a organização e o funcionamento das principais casas de Parlamento do velho continente.

LICENÇAS E SUBSTITUIÇÕES

No decorrer desses nove meses que hoje se encerram, várias licenças e substituições se registraram entre os componentes desta Assembléia.

do Sr. Senador Assis Chateaubriand, solicitada por mais de 90 dias, a partir de 29 de abril e encerrada a 21 de maio;

do mesmo Sr. Senador, por 30 dias, a contar de 24 de julho;

do Sr. Senador Novaes Filho, por 30 dias, a partir de 1 de julho;

do Sr. Sílvio Curvo, por 180 dias, a partir de 15 de julho;

do Sr. Pereira Pinto, por 120 dias, a partir de 21 de julho e prorrogada por dez dias;

do Sr. Olavo Oliveira, por mais de 90 dias, a partir de 1 de agosto e encerrada a 1 de dezembro.

Para a substituição do Sr. Assis Chateaubriand, na sua primeira licença, foi convocado o Sr. Drauldt Ernanny, que assumiu o mandato em 2-5-52; para as dos Srs. Sílvio Curvo, Pereira Pinto e Olavo Oliveira, os Srs. Mário Mota, Altivo Linhares e Carlos Saboya, que entraram em exercício em 22 de julho, 1 de agosto e 1 de agosto de 1952, respectivamente.

COMEMORAÇÕES E HOMENAGENS

Vários acontecimentos de significado nacional tiveram registro nesta Casa.

Foram, assim, celebrados os centenários de nascimento de Generoso Pais Leme de Sousa Ponce, em 7 de julho (oradores: Senadores Vespasiano Martins, Ferreira de Souza, Gomes de Oliveira, Attilio Vivacqua e Roberto Glas-ser); de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, em 30-6-52 (oradores: Senador Onofre Gomes); de José Cândido da Costa Sena, em 18 de agosto de 1952 (orador: Senador Mello Vianna); de Miguel Balhazar Pereira Diegues Júnior, em 29-10-52 (orador: Senador Cícero de Vasconcelos); de Joaquim Ferreira Chaves, em 5-10-52 (orador: Senador Kerginaldo Cavalcânti); do Major Isidoro Jerônimo da Rocha, em 2-9-52 (orador: Senador Júlio Leite); do Professor Licínio Cardoso, em 2-5-52 (orador: Senador Mozart Lago); do Doutor Joaquim Maurício de Abreu, em 16 de maio de 1952 (orador: Senador

Hamilton Nogueira) e do Dr. João Evangelista de Bulhões Carvalho, em 5 de maio de 1952 (orador: Senador Clodomir Cardoso).

Em obediência à Resolução número 3-52, o Senado realizou sessão especial, em 19 de novembro, comemorativa da Festa da Bandeira, tendo usado da palavra os Srs. Senadores Marcondes Filho, Gomes de Oliveira, Ezechias da Rocha, Kerginaldo Cavalcânti, Domingos Velasco, Novaes Filho, Hamilton Nogueira e Victorino Freire.

A criação do terceiro Cardinalato brasileiro e a conseqüente elevação à púrpura cardinalícia do Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva tiveram no Senado justa repercussão, que se traduziu em voto de regozijo, requerido pelo Senhor Mozart Lago e mais 21 Senhores Senadores, e discursos proferidos pelos Senhores Cícero de Vasconcelos, Aloysio de Carvalho, Landulpho Alves e Novaes Filho.

COMISSÕES ESPECIAIS

Foram constituídas, nesta sessão legislativa, as seguintes Comissões Especiais :

a) para investigar as condições materiais das instalações da Justiça do Distrito Federal e órgãos a ela relacionados ;

b) para representar o Senado nos festejos comemorativos do primeiro centenário de Terezina, Piauí ;

No II Congresso dos Municípios Brasileiros, em São Vicente, Estado de São Paulo ;

No Congresso Econômico de Blumennau ;

Na missa em ação de Graças pelo aniversário do ex-presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra ;

No desembarque do Presidente desta Casa, ao regressar de sua viagem ao estrangeiro ;

Nas comemorações do Dia de Ação de Graças ;

c) para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional nº 1, de 1952 (Autonomia do Distrito Federal).

Duas Comissões de Inquérito passaram a existir, por iniciativa, respectiva, dos Srs. Mozart Lago e Ferreira de Souza, secundados por outros Senhores Senadores ; para proceder a investigações sobre a produção e o comércio do cimento (Resolução nº 4-52); e para apurar os fatos de que resultou a retirada do diplomata Hugo Gouthier da chefia da representação do Brasil junto ao Governo do Irã (Resolução nº 10, de 1952).

CONVOCAÇÃO DE MINISTROS

Convocado, em virtude de requerimento do Sr. Mozart Lago e outros Senhores Senadores, compareceu ao Senado, em 27 de outubro, o Senhor Ho-

rácio Lafer, Ministro da Fazenda, para prestar, em sessão pública, esclarecimentos sobre créditos pedidos pelo Governo para pagamentos relacionados ao Espólio de Henrique Lage.

VISITANTES ILUSTRES

Em 4 de julho reuniu-se o Senado em Sessão especial para homenagear o Sr. Dean Acheson, Secretário de Estado do Governo Norte-Americano. Coube ao Sr. Senador Bernardes Filho expressar a satisfação da Casa em recebê-lo.

Em 5 de julho, registrara-se a visita de vários representantes de universidades norte-americanas. Dirigiu-lhes a palavra de saudação do Senado o Sr. Kerginaldo Cavalcânti.

Outras personalidades ilustres aqui vieram em visita, sendo recebidas em Plenário, que interrompeu para este fim os seus trabalhos, na forma do Regimento :

O Sr. Carlos Gruber, Ministro das Relações Exteriores da Austria, em 31 de julho, saudado pelo Senador Alfredo Neves ;

A Senadora Dominicana Félix Loficiel e a ex-Senadora uruguaia Sofia

Alvarez Dhelicheli em 1 de agosto, saudada pelo Senador Kerginaldo Cavalcânti ;

O Senador italiano Vincenzo Monaldi, em 4 de setembro, saudado pelo Senador Luís Tinoco ;

O Senador da União Sul Africana, Sr. Heaton Nicholls, em 30 de outubro, saudado pelo Sr. Senador Mello Vianna ;

Lord Reading, sub-Secretário parlamentar da Inglaterra, em 12 de novembro, saudado pelo Sr. Senador Alfredo Neves ;

O Senador norte-americano Allen I. Ellender em 14 de novembro de 1952, saudado pelo Senador Novaes Filho ;

O Senador norte-americano Patrick Mc Carran, em 28 de novembro, saudado pelo Sr. Senador Mello Vianna ;

O Sr. Juan Manuel Peña Prado, Presidente da Câmara dos Deputados do Perú, em 3 de dezembro, saudado pelo Senador Novaes Filho.

MANIFESTAÇÃO DE PESAR

Por seis vezes o Senado encerrou os seus trabalhos do dia em sinal de pesar pelo falecimento de personalidades ilustres :

Em 25-8-52, pelo Dr. Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães, Governador do Estado de Pernambuco, ex-Ministro de Estado, ex-Constituinte de 1934 e 1946, e ex-Deputado Federal em várias legislaturas ;

Em 22-5-52 pelo Dr. Joaquim de Abreu Sampaio Viana, ex-constituente de 1946 ;

Em 26-5-52, pelo Deputado Soares Filho, representante do Estado do Rio de Janeiro ;

Em 28-4-52, pelo ex-Deputado Gastão de Broito, ex-constituente de 1934 ;

Em 11-6-52, pelo Dr. João Guimarães, ex-constituente ;

Em 6-11-52, pelo Dr. Aral Moreira, Deputado Federal por Mato Grosso.

Outros registros de pesar se verificaram pelo desaparecimento dos Senhores Chaim Weizmann, Chefe de Estado da República de Israel ; Doutor João Augusto Bezerra, ex-suplente de Senador ; Dr. Heitor Castelo Branco ; Dr. José Cardoso Ramalho Júnior, ex-Governador do Amazonas ; Conde Carlos Sforza ; Sir Stafford Cripps ; Sra. Eva Duarte Peron ; ex-Deputado Alva-

ro de Carvalho ; Doutor Samuel Ribeiro ; Engenheiro Ernâni Bittencourt do Amaral Cotrim ; Dr. Luís Caetano Guimarães Sobral ; Monsenhor Wenceslau de Espoleto ; Desembargador Edgar de Lima Pereira, Aviadora Marise Bastié ; Doutor Rafael Fernandes Gurjão, ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte ; Desembargador Otávio de Carvalho Lengruber ; Dr. Fábio Aarão Reis ; Consul Perilo Gomes ; Dr. Carlos Duarte ; Dr. Tobias do Rêgo Monteiro ; Prof. Álvaro Osório de Almeida ; Dr. Olival Vieira Pimentel ; Agnaldo Camargo ; cantor Francisco Alves ; ex-Deputado Nelson Coelho de Sena ; Almirante Jonas Howard Ingram ; Dr. Manuel Clementino Cavalcânti de Albuquerque ; Professor Arduíno Bolívar ; ex-Deputado Federal Dr. Manuel Tomás de Carvalho Brito ; Dr. Antônio Augusto Clementino da Silva.

Também repercutiu nesta Casa através da palavra do Sr. Senador Walter Franco, a consternação geral do povo brasileiro por trágico desastre, ocorrido em Sergipe, no qual perderam a vida numerosos colegas, ao atravessarem o Rio do Sal.

O transcurso no 37º aniversário da morte de Pinheiro Machado suscitou voto de saudade requerido pelo Senhor Senador Alfredo Simch.

INSTALAÇÕES DO SENADO

No relatório referente ao ano anterior a Presidência teve ensejo de focalizar — como, aliás, já o fizera a sua antecessora — a situação precária das instalações do Senado.

Tais são as condições de desconforto dessas instalações que não sabemos, afinal, como tem conseguido este ramo do Legislativo levar a efeito a obra que tem realizado.

Nisso certamente se há de ver, sobretudo, a expressão do espírito público dos membros do Senado Brasileiro e do seu corpo de funcionários.

Numerosos parlamentos me foi dado conhecer. Em nenhum deles, porém, encontrei condições materiais tão desfavoráveis ao desempenho do seu papel como no Senado Brasileiro.

Das publicações feitas pela Comissão designada pela Comissão Diretora para o estudo do assunto se vê que esse estudo se encaminha no sentido da construção de novo edifício-sede para o Senado.

No orçamento para 1953 já foi incluída, por iniciativa dos Senadores, que fazem parte daquela Comissão, verba para as providências preliminares que terão de ser executadas no próximo ano com esse objetivo.

Façamos votos por que a idéia, que por tantas vezes tem sido agitada e afinal abandonada em virtude de dificul-

dades supervenientes, desta vez chegue a realizar-se, de modo a que o Senado Brasileiro possa ter, em breve tempo, instalações se não condignas da magnitude do seu papel, ao menos capazes de oferecer aos que aqui se reúnem para servir ao Brasil — Senadores e funcionários — as condições elementares de conforto que faltam ao Palácio Monroe.

É de justiça realçar o esforço que com esse nobre objetivo tem desenvolvido o Vice-Presidente desta Casa, Sr. Senador Marcondes Filho, culminando com a viagem que fez a expensas suas, para ir observar nas principais Casas de Parlamento da Europa que de interessante pudessem ter, não só quanto a instalações, mas também quanto à organização dos serviços e ao seu funcionamento a fim de que a experiência dos povos mais antigos no trato das instituições parlamentares pudesse ser aproveitada pelo Senado Brasileiro.

Dos resultados dessa observação deu Sua Excelência conta ao Senado no magnífico discurso que proferiu a 12 de agosto, o qual constitui sem dúvida, bem como o relatório que apresentou à Comissão Diretora, farto e interessantíssimo repositório de elementos que poderão ser de grande utilidade quando se enfrentar a solução de problema de tão alta importância para este ramo do Legislativo Nacional.

NOVO REGIMENTO

Em data de 18 de novembro findo entrou em vigor o novo Regimento, elaborado pela Comissão Especial que fôra para êsse fim criada no comêço do ano legislativo anterior.

A circunstância de ter entrado em vigor em fase de atividade intensa qual a da discussão e votação, em Plenário, do projeto de lei orçamentária, e, apesar das modificações profundas que introduziu em algumas das normas que regiam o funcionamento da Casa, não ter gerado perturbação nesse trabalho, antes permitindo que êle se desenrolasse com a celeridade excepcional que se fazia necessária, é eloqüente demonstração em seu favor.

Entre as inovações dêle constantes, vale pôr em foco algumas, que se nos afiguram indubitavelmente salutares.

Assim é que, no tocante às Comissões, tornou-se mais simples o processo da sua escolha: procurou-se igualar a sua denominação à dos órgãos similares da Câmara dos Deputados; reduzir-se o número dos seus componentes; criou-se a Comissão de Serviço Público Civil; disciplinou-se de maneira mais lógica a distribuição dos projetos às Comissões, dilatou-se para trinta dias o prazo de pronunciamento das de Justiça e de Finanças.

No funcionamento das sessões de Plenário, restringiu-se ao orador que estiver na tribuna o uso da palavra nas prorrogações do expediente; determinou-se que uma vez por semana deixe de ser marcada Ordem do Dia, reservando-se o tempo a ela destinada para os trabalhos das Comissões, salvo em casos excepcionais perfeitamente definidos.

Na tramitação dos projetos evitou-se a sua distribuição à Comissão de Justiça nos casos em que não há necessidade

de tomar o tempo dêsse órgão com o seu estudo, suprimiu-se o período de pauta preliminar, para recebimento de emendas quanto às proposições da Câmara; definiram-se melhor as eventualidades de inclusão em Ordem do Dia de projetos sem parecer proferido no prazo regimental abrangendo-se nessa hipótese os orçamentos e os vetos do Prefeito do Distrito Federal aqueles nos últimos 8 dias do prazo para a sua elaboração e êstes nos últimos três do período em que o Senado sôbre êles deve manifestar-se; atribuiu-se à Mesa possibilidade de pedir prazo para organização da matéria para discussão e votação, quando ao projeto fôr concedida dispensa de interstício.

Determinou-se que quando de regresso a esta Casa, depois de emendados pela Câmara, os projetos do Senado corram com o número primitivo, evitando-se a anterior duplicidade de numeração.

No que concerne às emendas, limitou-se aos membros das Comissões o direito de apresentá-las aos projetos sujeitos ao seu estudo; estipulou-se que as emendas nas Comissões, só venham a Plenário se por elas aprovadas; permitiu-se a votação em grupos, conforme os pareceres favoráveis ou contrários; instituiu-se preferência para os substitutivos integrais; determinou-se precedência da votação dos projetos sôbre as emendas, quando tiverem pronunciamento contrário das Comissões.

Entre os requerimentos restringiram-se as hipóteses em que cabem os de levantamento de sessão ou de voto de pesar; regulou-se melhor a criação de comissões para representação externa do Senado.

Suprimiu-se a discussão preliminar obrigatória dos projetos do Senado.

Instituiu-se a dos projetos da Câmara quando argüidos de inconstitucionalidade.

O instituto da urgência recebeu alterações profundas, com a discriminação de três categorias de urgência — a dos projetos referentes a assunto de ordem e calamidade públicas, a dos que ficariam prejudicados se não fôsem tratados no mesmo dia e dos que permitem exame em 48 horas.

Na primeira hipótese, a discussão e a votação são imediatas, ainda que com interrupção de oradores e de outros projetos; na segunda, o projeto é tratado ao fim da Ordem do Dia da sessão em curso, devendo as Comissões pronunciar-se em Plenário, embora dispondo de prazo máximo de duas horas para esse fim; na terceira, a proposição entra em Ordem do Dia na segunda sessão ordinária que se seguir, e, se emendada, vai às Comissões, para voltar à Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

No que diz respeito às votações, transformou-se a votação nominal que

se fazia quando, em face de verificação, a contagem dos votos pelo processo simbólico revelava falta de número, em simples chamada para comprovação de presença, seguindo-se-lhe, caso comprovada a existência de número, nova votação simbólica.

Para os orçamentos, reduziu-se a três sessões o prazo de recebimento de emendas.

O capítulo referente às alterações da Constituição também foi profundamente modificado. Aumentou-se para 16 o número de membros das Comissões que deva dar parecer sobre cada projeto; estabeleceu-se *quorum* no recinto para discussão e votação; exigiu-se o mínimo de dezesseis assinaturas para quaisquer emendas que sejam apresentadas a tais projetos.

Finalmente, quanto às proposições, tendo por fim alterar o quadro de pessoal da Casa, ou seus vencimentos e vantagens, reservou-se à Comissão Diretora o direito de iniciativa.

ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No relatório referente à sessão legislativa ordinária de 1951, ao salientar a melhora que se observara nos trabalhos de elaboração orçamentária, em virtude da instituição, pelo Regimento Comum que naquele ano entrara em vigor, de prazos dentro dos quais o projeto devia ser encaminhado ao Senado e, posteriormente devolvido à Câmara, manifestamos a esperança de que nos exercícios subseqüentes, afastadas as causas de atraso que ainda se haviam feito sentir fôsse a lei de meios da União estudada sem os atropelos que até então anualmente se verificavam.

Infelizmente, ao abordar agora este assunto na prestação de contas referente à tarefa levada a efeito em 1952, não posso registrar a concretização daquela esperança.

Ao contrário, na sessão legislativa que se encerra ainda maior atraso se verificou na remessa, ao Senado, das diversas partes em que se subdividia o projeto de lei orçamentária para 1953.

Enquanto o Regimento Comum (artigo 45) manda que o projeto esteja no Senado, ao mais tardar, até 15 de setembro, só a 30 de outubro — véspera da data em que todo ele devia estar de volta à outra Casa do Congresso aqui deram entrada os anexos referentes à despesa do Ministério da Educação e à Receita. O do Ministério da Viação só fôra recebido uma semana antes, isto é, a 23 de outubro.

O que foi o estudo dessa matéria no Senado, o atropelo com que houve de fazer-se, o sacrifício que exigiu de todos — Comissão, Plenário e serviços auxiliares — ainda estão na lembrança dos Senhores Senadores.

Não haverá, por certo, exagero em se afirmar que só a profunda compreensão do seu papel, o senso exato das responsabilidades e o ascendado es-

pírito público de quantos compõem o Senado da República ou lhe prestam concurso como auxiliares, tornaram possível evitar que o País ficasse sem orçamento para o exercício futuro.

Não é justo, porém, que tais fatos continuem a se verificar. Matéria dessa natureza não pode ser estudada pela Câmara revisora em condições tão desfavoráveis, ante o imperativo de minutos contados e a perspectiva dos prejuízos que à administração do País causaria qualquer delonga justificada por uma tentativa de melhor esclarecimento de qualquer parte do projeto em exame.

Não posso, porém, encerrar este capítulo sem uma palavra de louvor de agradecimento a quantos, no Senado, se empenharam na batalha dos últimos dias de novembro, para que o orçamento pudesse ser aqui votado e devolvido à Câmara a tempo de subir à sanção no prazo constitucional.

Esse registro, altamente confortador, envolve tanto os membros desta Casa — pelo trabalho da Comissão e pelo Plenário — como os funcionários que naqueles momentos estiveram sempre a postos, dando de boa vontade toda a cooperação que deles se exigia, em condições de tanto sacrifício.

Essa menção não pode esquecer a colaboração da Imprensa Nacional que, é de justiça assinalar, jamais falhou ao cumprimento do dever, naqueles momentos em que não raro se pedia do seu esforço mais do que seria lícito dele esperar.

Ao seu Diretor, Dr. Alberto de Brito Pereira, que sempre foi encontrado no seu posto, madrugadas a dentro, a estabelecer articulações, a remover dificuldades, a tomar medidas urgentes, também não se podem regatear aplausos pelo exemplo magnífico de devotamento que soube dar aos seus subordinados naquela eventualidade.

PUBLICAÇÕES DO SENADO

Acha-se em grande atraso a publicação dos Anais desta Casa. O último volume saído do prelo corresponde ao mês de outubro de 1948.

Segundo informações prestadas pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares, estão prontos e entregues à Imprensa Nacional todos os volumes compreendidos no período subsequente, até outubro do corrente ano.

Por outro lado, preparados estão, aguardando impressão oito volumes de Documentos Parlamentares compreendendo Atas da Comissão Mista de Leis Complementares, Decretos Legislativos e Convenções Internacionais, bem como um volume do Plano Salte.

De anos anteriores a 1946 os volumes necessários a preencher os claros que existiam nos Anais também foram preparados e encaminhados à repartição impressora, e ainda esperam publicação como os demais.

A simples exposição desses dados mostra, à evidência a impossibilidade em que se vê a Imprensa Nacional de dar vazão a tão vultoso trabalho.

Parece, mais aconselhável não se aguardar maior acúmulo de matéria em atraso, e cogitar de transferir a outra instituição, oficial ou particular, o encargo da edição dos Anais e Documentos Parlamentares do Senado.

O exame desse assunto leva inevitavelmente, à consideração de outro, mais amplo, que também está a merecer reparos o das publicações do Senado em geral.

São constantes as reclamações que em Plenário fazem os Senhores Senadores por motivo de incorreções na reprodução dos discursos, pareceres, votos e demais textos insertos no *Diário do Congresso Nacional*.

Freqüentemente, tão truncados saíam esses textos que quase se tornam incompreensíveis.

Trata-se, principalmente, de defeito de revisão.

Interessada em remover esses defeitos a Mesa tem procurado investigar-lhes as causas. E estas parecem estar nas condições de pletora que se observam na Imprensa Nacional, cujos serviços de revisão se vêem obrigados a realizar cada dia tarefa correspondente a muitas vezes o máximo de cada profissional pode fazer no decurso das horas normais de trabalho. É óbvio que, subordinada a tais excessos não pode a produção apresentar-se em condições satisfatórias.

Por outro lado sendo a parte correspondente ao Senado publicada no *Diário do Congresso Nacional* após a da Câmara, só é atendida depois desta, ao fim dos trabalhos de composição e revisão do órgão oficial. E sendo os trabalhos do *Diário do Congresso* feitos tarde da noite, já encontram dominados pela fadiga os que nêles se devem ocupar, quase todos obrigados, pelas necessidades decorrentes do alto custo de vida a procurarem outras ocupações, quiçá mais bem remuneradas, um suplemento para os escassos salários que auferem nos serviços públicos.

Afigura-se-nos que a Imprensa Nacional com a organização atual e, sobretudo com o pessoal e o material de que dispõe, já não está em condições de arcar com o vulto enorme das suas obrigações, enormemente agravadas desde 1946 em razão do funcionamento do Congresso Nacional e do Legislativo local, com o volume considerável

das publicações necessárias a um e a outro.

Trata-se, porém, de matéria da competência do Executivo, ao qual nos permitimos dirigir aqui um apêlo no sentido de fazer estudar, as necessidades do órgão impressor do Governo Federal a fim de ficar aparelhado a atender a tôdas as suas obrigações, e em seguida solicite do Congresso Nacional as medidas legislativas que entender adequadas para a solução do problema.

Não deve ser também esquecida a apresentação material do órgão oficial do Congresso, pois muito deixa a desejar, contrastando com as magnificas publicações similares que se fazem nos países estrangeiros.

Esse aspecto do problema também merece estudo.

No tocante aos avulsos, conviria estudar providências que tornassem possível ao Senado tê-los prontos 48 horas depois da leitura dos pareceres no expediente das sessões.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TRABALHOS DO SENADO

Levando-se em conta as condições desfavoráveis em que se processam os trabalhos do Senado, força é convir que eles representam muito, graças sobretudo ao esforço individual, à capacidade de improvisação e, até ao espírito de sacrifício dos Senadores e dos seus auxiliares.

Considerando porém, o número elevado de projetos que passam de uma sessão legislativa para outra, não se pode deixar de reconhecer que urge tomar providências capazes de suprimir esse acervo de matérias em atraso e permitir que melhor rendimento se tire dos esforços realizados.

O estudo do assunto leva sempre à mesma conclusão, já várias vezes assinalada; as dificuldades que entram o funcionamento do Senado se resumem na falta de espaço e na carência de um órgão de accessória técnica em condições de assistir aos membros desta Casa no estudo das matérias sujeitas ao seu pronunciamento, realizando pesquisas, coletando elementos elucidativos, organizando documentários, etc.

É evidente que a solução cabal desse problema só se poderá ter na nova sede, cuja obtenção representa um imperativo dos próprios interesses do país. De fato, não pode o Brasil prescindir, na fase de desenvolvimento intenso que atravessa, de um Congresso capaz de dar-lhe com presteza e segurança as leis de que tem necessidade para disciplinar-lhes a vida e o trabalho e para facilitar-lhe a marcha na direção do seu grandioso porvir.

Mas, também é óbvio que o Senado não pode permanecer asfixiado e tolhido durante os anos indispensáveis à consecução desse ideal.

Medidas de emergência poderiam ser desde logo tentadas para desafogar os serviços da casa, como a transferência, para edifícios das imediações, de alguns dos seus órgãos auxiliares, cuja presença não seja indispensável no Monroe. E, paralelamente, poder-se-ia pensar no recrutamento de técnicos, verdadeiramente merecedores desse título, ainda que pertencentes a outros setores de atividade, que viessem auxiliar os trabalhos do Senado.

Valeria, também, proceder-se a uma revisão nos métodos de trabalho aqui adotados, a fim de, se possível, simplificá-los e racionalizá-los, melhor aproveitando a atividade dos serviços auxiliares. Uma articulação mais perfeita entre eles e deles com a Mesa também por certo permitiria levá-los a um funcionamento ainda mais produtivo.

Dentre as observações registradas pelo ilustre Vice-presidente desta Casa, nos Parlamentos do velho Continente, algumas, por certo, poderiam ser adotadas com proveito, como a criação de um órgão semelhante à Comissão dos Presidentes, das casas legislativas da França, ou a Comissão do Trabalho Parlamentar, da Bélgica, para o estudo constante da situação dos trabalhos da casa e adoção de medidas tendentes a aperfeiçoá-los. A divulgação, no início de cada mês, da tarefa realizada pelas Comissões do mês anterior, com a lista das proposições ainda em estudo — tal como se vem fazendo na Câmara dos Deputados — permitiria o exame de providências cuja adoção se estivesse fazendo necessária, para facilitar a esses órgãos o desempenho da sua missão.

Interessante seria, também, ensaiar-se a criação de suplentes para os

membros das Comissões Permanentes, a fim de se evitarem as interrupções decorrentes de eventuais ausências dos titulares.

Como em outros Parlamentos, seria útil examinar-se a conveniência de se alterarem os dias de funcionamento do Plenário com os de trabalhos de Comissões, de modo a que os membros destas, livres dos chamamentos daquele, tivessem mais tempo para se dedicar ao estudo dos projetos, elaboração e debate dos pareceres no seio desses órgãos técnicos.

Os assuntos que de ordinário prendem a atenção do Legislativo também mereceriam constante observação, a fim de que ambas as casas não estivessem a dispersar o seu tempo no estudo de problemas renovados frequentemente, como as alterações de quadros e serviços organizados pouco antes. Um olhar sobre os projetos votados por este Congresso mostra o acerto dessa observação, pois numerosos órgãos, por ele há pouco estruturados, segundo as bases propostas pelas próprias autoridades interessadas, já passaram por várias modificações, solicitadas por essas mesmas autoridades.

Por outro lado, iniciativas de auxílios a classes ou a instituições, repetem-se frequentemente sem um sentido de conjunto. Isenções de direitos alfandegários para objetos cuja importação podia ser dispensada, ou, quando desejada, devia ser feita com os ônus naturais dela decorrentes, tomam, não raro, o tempo dos legisladores com proposições cuja elaboração talvez represente, para o país maiores gastos do que os que elas têm por fim dispensar aos solicitantes.

Chama a atenção do observador, igualmente, o número elevado de projetos cuja existência se não justificaria se houvesse maior cuidado de certas repartições da administração pública no desempenho das suas atribuições.

Já a eles se reportou, longamente, o relatório desta Presidência, referente à sessão legislativa de 1951.

Referimo-nos aos Projetos de Decreto Legislativo através dos quais se profere a decisão do Congresso Nacio-

nal sobre atos do Tribunal de Contas denegatórios de registro a contratos para obras, fornecimentos e prestação de serviços.

A quem se der ao trabalho de examinar as origens desses projetos, impressiona a observação das causas que impossibilitam o registro de tais contratos pela Corte de contas da União. Trata-se, nas mais das vezes, de falta de cuidado das repartições contratantes, ou de desconhecimento, por parte delas, de exigências legais ou regulamentares a que estão sujeitos esses atos a fim de que possam obter registro, e, conseqüentemente, produzir efeitos.

Não raro é a falta de exigência de comprovação, pelas partes que contratam com o poder público, de procuração ou mandato regular, de quitação com o serviço militar, com o imposto de renda ou com exigência da Consolidação das Leis do Trabalho. Outras vezes, são contratos para realização de obras cuja duração obviamente deva durar vários meses, feitos com prazos de poucos dias; outros, ainda, são atos pressupondo despesas para correr por verbas inadequadas, até de exercícios já encerrados.

Isso mostra lamentável ignorância, pelos órgãos contratantes, de dispositivos legais que deviam ser do seu trato diário, quando não seja índice de mal maior, qual o desprezo pelas normas legais que estão obrigados a cumprir.

Em numerosos casos, todos procedentes do mesmo setor da administração, os contratos são impugnados sob o fundamento de desrespeito à Constituição.

Ainda recentemente, ao se pronunciar o Senado sobre projeto dessa natureza, vozes se levantaram no Plenário para verberar as autoridades que realizaram tais contratos, afinal submetidos ao Congresso quando já as obras neles previstas estavam executadas, e, por conseguinte, as dívidas já se achavam contraídas, vendo-se o Legislativo ante o dilema de, ou ter que dar validade a contratos manifestamente inconstitucionais, ou a decretar prejuízos, às vezes vultosos para aqueles que de boa fé executaram ser-

viços à base de contratos redigidos pelo poder público, com desrespeito a lei maior.

De parte de um dos oradores houve, até, veemente apêlo aos órgãos de divulgação a fim de que alertassem as pessoas e entidades que contratam com as repartições, no sentido de se precaverem contra os perigos de contratos mal formulados e de se esclarecerem sobre as formalidades indispensáveis para que tais atos possam obter registro.

E não são poucos os casos dessa natureza. Do número total de projetos recebidos este ano pelo Senado para revisão, cerca de 1/3 é por eles representado. A despeito das observações constantes do relatório de 1951,

no qual esta Presidência pedia a atenção do Executivo para o assunto, eles aumentaram, em número, na presente sessão legislativa.

Justifica-se, pois, a renovação, aqui daquele apêlo. Facilmente, com os elementos que podem ser colhidos em qualquer das casas do Congresso, inclusive nesta própria Presidência, podem as autoridades competentes identificar as repartições que estão a merecer críticas ou punição pela falta de cuidado tão reiteradamente observada em atos de tanta importância.

O que não é possível é que continue o Congresso a suportar, anualmente, essa sobrecarga imposta pela falta de exação no cumprimento dos deveres de órgãos da administração.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Conforme é do domínio público, o Chefe da Nação, no uso da competência que lhe confere o art. 39, parágrafo único, da Constituição, houve por bem convocar o Congresso Nacional, pela Mensagem n.º 515, de 10 do corrente mês, a fim de se reunir extraordinariamente de 15 de janeiro a 9 de mar-

ço de 1953, para tratar especialmente dos projetos de lei, originários do Poder Executivo, já apresentados ou que venham a sê-lo nêsse período.

O ato inaugural da sessão legislativa extraordinária, assim convocada, realizar-se-á no dia 15 de janeiro, às 14 horas, no Palácio Tiradentes.

CONDIÇÕES EM QUE O SENADO DESEMPENHA O SEU PAPEL CONSTITUCIONAL

Não devem, por outro lado, ficar sem reparo as condições anômalas que se impõem ao trabalho do Senado na apreciação de matérias relevantes que só lhe chegam às vésperas das datas em que hão de se transformar em leis. O fato é comum nos finais de sessões legislativas. Problemas da maior gravidade, com funda repercussão na vida do país, são trazidos ao seu pronunciamento sem que, muitas vezes haja sequer, o tempo necessário para o conhecimento exato dos termos das proposições e da documentação que as acompanha, obrigadas as Comissões a estudos superficiais e o Plenário a votações sem a devida meditação, tal a pressa com que se solicita a ultimação das medidas em causa.

Projetos da maior importância, que exigiriam pesquisas, estudos cuidadosos e consulta às correntes de opinião, aqui chegam no atropêlo dos últimos dias, com solicitação de imediata solução, sem que esta casa possa sobre eles exercer, de maneira ao menos razoável, o seu papel constitucional.

A observação de tais fatos e o interesse do bom funcionamento das instituições democráticas estão a exigir uma radical mudança nesses métodos viciosos de trabalho.

Impõe-se cada vez mais uma estreita articulação dos dois ramos do Legislativo, entre si e deles com os outros poderes, em bem da obra comum. Seria também de muito proveito que as Mesas e os orientadores políticos das duas casas se reunissem freqüentemente para o estudo de medidas que interessem ao bom andamento dos trabalhos respectivos, assentando providências e trocando sugestões que possam beneficiar a tarefa de ambas.

Aconselhável também seria experimentar-se a orientação adotada em outros Parlamentos, de uma das casas designar para os projetos relevantes iniciados na outra, relatores que lhes acompanhassem o estudo desde o começo, com isso facilitando o trabalho da Câmara revisora.

Essas ponderações e sugestões que nos permitimos aqui deixar, não têm outro sentido que não o de pôr a serviço do ideal comum a todos os legisladores brasileiros — o do aperfeiçoamento constante dos trabalhos legislativos do país — o fruto da nossa observação de cada dia, haurida em uma atividade parlamentar não pequena no outro ramo do Legislativo e robustecida aqui, desta cadeira em que temos tido a fortuna de poder acompanhar o funcionamento do Senado da República.

Delas decorre um registro construtivo e animador: o Senado Federal, lutando contra tantos obstáculos, jamais renuncia ao papel, de excepcional relevância, que lhe cabe na elaboração legislativa e na vida institucional do país.

Ainda são de ontem as sessões, extremamente trabalhosas e exaustivas, a que se viu forçada esta casa para ultimar o estudo de leis cuja decretação era reputada de especial urgência, não obstante as dificuldades que se oferecem ao seu estudo e a prudência com que cumpria fôsse ele efetuado. E vimos os membros desta casa, madrugadas a dentro, debruçados sobre os textos propostos, a examinar, debater, analisar ponto por ponto as disposições nêles contidas e a considerar a repercussão, favorável ou desfavorável, que poderiam ter nos interesses do país, antes de dar-lhes o voto, desprezando a fadiga, quase em sessões permanentes, a fim de poder o

Senado, em prazos tão insignificantes, dar a palavra da sua experiência e o conselho do seu entendimento sobre as medidas propostas.

Todos os grandes problemas submetidos à deliberação do Senado têm sido sempre encarados com cuidado, sob a inspiração exclusiva dos interesses nacionais.

O resultado dessa constante preocupação de bem desempenhar a sua missão tem sido o de tornar cada vez mais nítido e expressivo o ambiente de confiança que cerca o Senado Federal aos olhos da nação, a atestar, de maneira iniludível que este ramo do Legislativo tem sabido honrar as suas tradições.

Ao fazer esse registro, é imperioso enaltecer o espírito de compreensão, cordialidade e patriotismo dos membros desta casa, irmanando-se a cada passo ante os supremos interesses da nação.

Mas, ressaltamos com a justa palavra de admiração as figuras dos líderes, especialmente daqueles que, por chefiarem as correntes mais numerosas, têm sobre os ombros maior soma de responsabilidades — os Senadores Ivo d'Aquino e Ferreira de Souza — sempre magníficos na sua atuação e, por isso mesmo, sempre acatados no seu comando.

Também não se há de esquecer a orientação austera que se vem imprimindo à administração interna da casa. Não tendo a Presidência participação alguma nessa administração, pois é tarefa afeta à Comissão Diretora, dirigida pelo Vice-Presidente, sentimo-nos à vontade para realçá-la perante o Senado e o país.

Sem embargo das críticas que, vez por outra, se fazem contra as casas legislativas, principalmente no tocante aos atos referentes ao seu funcionalismo, — críticas que freqüentemente escondem a constância do pendor de desprestigiar aos olhos da nação os seus órgãos eletivos — a observação desapassionada mostra a correção, o zelo, a preocupação de defesa da coisa pública que presidem, em ambas as casas do Congresso, a tudo quanto diz respeito à sua administração.

No Senado, justo é se ressalte a elevação com que a sua Comissão Diretora vem desempenhando o seu mandato, realizando uma administração de

parcimônia e respeitabilidade, com o objetivo de, sem aumento dos gastos, imprimir aos seus serviços eficiência cada vez maior.

Casa política, cujos componentes se vêem naturalmente assediados de solicitações, há mais de dois anos não admite um só funcionário, não preenche vagas iniciais dos seus quadros, não cria cargos.

É de proclamar-se, igualmente, a superioridade ainda há pouco demonstrada pelos membros desta casa, por ocasião da reforma do Regimento, impondo-se uma verdadeira auto-limitação no seu poder de iniciativa, para que as medidas que digam respeito à estrutura dos serviços auxiliares da casa ou aos seus servidores sejam propostas exclusivamente pela Comissão Diretora, que tem as responsabilidades da administração.

É de registrar-se, também, o permanente cuidado revelado por esse órgão, de promover o aperfeiçoamento cada vez maior dos funcionários e a elevação cada vez maior do seu nível intelectual, inclusive com a instituição de cursos e normas rigorosas que presidam, no futuro, à admissão dos que se destinem a colaborar nos trabalhos do Senado.

Merece, por igual, realce uma peculiaridade desta casa — a medida salutar da instituição de uma Comissão de Promoções, em sua maioria eleita anualmente pelos próprios funcionários, para estudar e propôr as promoções e substituições. É de justiça também trisar-se o pensamento invariavelmente manifestado pela Comissão Diretora, de prestigiar esse órgão. Ainda há pouco víamos a Comissão retroceder de uma promoção, aliás, perfeitamente legítima, para atender a razões de servidor humilde que só tinha a seu favor a melhor classificação numa prova, cuja caducidade, decretada dias antes pelo próprio Senado, dera à administração liberdade de escolha.

Atos dessa natureza honram os que os praticam e a casa a que servem.

Não quero encerrar este relatório sem uma alusão especial ao grupo de funcionários que serve à Presidência do Senado Federal. Já me referi a todo o pessoal da casa, mas considero um dever, que cumpro prazerosamente, men-

cionar, de modo particular, a equipe que mais diretamente colabora com a direção dos trabalhos legislativos deste ramo do Parlamento Nacional. Sob a chefia do Dr. Isaac Brown, esse grupo de funcionários revelou mais uma vez, durante o curso de 1952, a sua dedicação e capacidade verdadeiramente excepcionais. É de justiça reconhecer e proclamar que, se algum êxito pode ser atribuído a esta Presidência, deve-se, em grande parte, a essa equipe de colaboradores tão desvelados, particularmente ao concurso de Isaac Brown. Trabalhando não raro fora de horas, numa faina silenciosa e anônima, preparando e organizando a tarefa diária da Presi-

dência, dando-lhe uma assistência permanente, essa admirável equipe prestou serviços cuja importância bem justifica este depoimento que não podemos deixar de consignar com vivo agrado.

Ao Dr. Isaac Brown, funcionário dos mais zelosos, cuja competência o Senado conhece e cujo espírito público desejo registrar, e também aos seus auxiliares, dirigimos daqui a expressão do reconhecimento da Presidência do Senado Federal, pela cooperação magnífica e não raro decisiva que prestaram, não apenas nos trabalhos de rotina do Gabinete, já de si tão absorventes, mas também na assistência direta junto à Mesa, no curso das sessões.

PALAVRAS FINAIS

Encerrando esta prestação de contas, é dever nosso — tanto mais grato quanto mais imperioso — consignar a nossa admiração e o nosso reconhecimento aos dignos componentes desta casa, pelo honroso e cordial acatamento com que nos têm distinguido, nêsse ambiente admirável de compreensão e de austeridade em que decorrem os trabalhos do Senado Federal aos ilustres companheiros da Mesa, pela constante e solícita cooperação que nos têm prestado para o bom êxito da honrosa missão que o povo brasileiro nos confiou, de presidir esta augusta assembléia à Comissão Diretora, impecável nas suas

relações com a Presidência da casa; aos nobres líderes, pelo prestígio que dão à direção dos trabalhos; ao funcionalismo do Senado, sempre tão devotado e exato no cumprimento do dever; aos servidores de outros órgãos da administração aqui destacados, pela correção com que desempenham as suas funções; e aos nobres representantes da imprensa, pela elevação com que, na atividade de cada dia, exercendo o seu alto ministério dentro dos elevados cânones da ética e sob a mais sadia inspiração do bem do Brasil, sabem impôr-se ao aprêço de quantos aqui se congregam para servir ao país.

ANEXOS

O SENADO COMO CÂMARA REVISORA

EXPLICAÇÃO DAS ABREVIATURAS USADAS NESTE TRABALHO

PLCD — Projeto de lei da Câmara

PLSF — Projeto de Lei do Senado

PDL — Projeto de Decreto Legislativo

PRS — Projeto de Resolução do Senado

ANEXO N.º 1

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS RECEBIDOS PELO SENADO NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

PLCD — 55 — 1952 — Autoriza a União a constituir, com o Estado do Amazonas e o Município de sua capital, a Companhia de Eletricidade de Manaus, e dá outras providências.

Lido na sessão de 17-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-3-52, página 2.164.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 25-6-52, com pareceres: n.º 547-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 548-52, da Com. de Finanças, favorável. Aprovado. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 17-7-52. À sanção:

Lei n.º 1.654, de 23-7-52. Publicada no *D.O.* de 28-7-52.

PLCD — 56 — 1952 — Concede, pelo Ministério da Educação e Saúde, o auxílio de Cr\$ 100.000,00, para ereção de um monumento na Capital da República, ao escritor Humberto de Campos.

Lido na sessão de 17-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-3-52, pág.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-10-52, com pareceres: n.º 1.071, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.072, da Com. de Finanças, favorável com emenda.

Encerrada a discussão, depois de falar o Senador Aloysio de Carvalho. Interrompida a votação por falta de número.

Rejeitado em 20-10-52.

PLCD — 57 — 1952 — Revoga os Decretos-leis ns. 6.688, de 13-7-44

(Lei da Mobilização Industrial), 7.265, de 24-1-45, 8.363, de 31-12-45 e 9.778, de 6-9-48.

Lido na sessão de 17-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-3-52, página 2.165.

Despachado em 25-3-52 às Comissões de Justiça, de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (25-3-52).

PLCD — 58 — 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, para auxiliar o Clube de Engenharia na construção do seu edifício-sede.

Lido na sessão de 17-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-3-52, página 2.167.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-5-52 com pareceres: número 444-52 — da Com. Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 445-52 — da Com. Finanças, favorável.

Aprovado. À Com. Redação.

Em 5-6-52 é aprovado o requerimento n.º 185-52, do Senador Álvaro Adolpho solicitando dispensa de interstício para o parecer da redação final, que é aprovado.

O projeto vai à sanção.

Lei n.º 1.623, de 10-6-52 — Publicada no *D.O.* de 14-6-52.

PLCD — 59 — 1952 — Estabelece vantagens para os servidores civis e militares reintegrados no efeito da Lei n.º 1.050, de 13-1-50.

Lido na sessão de 17-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-3-52, página 2.167.

Despachado em 25-3-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-9-52).

P.L.C.D. — 60 — 1952 — Concede uma pensão especial de..... Cr\$ 463,00 mensais a Hilda Ribeiro de Almeida e Cleuza Maria de Almeida, viúva e filha de José de Almeida, extranumerário mensalista da fábrica de Juiz de Fora, falecido em consequência de explosão; e de Cr\$ 558,00 mensais a Teresa Gianceschi Moreira, Maria Helena Moreira e Teresa de Medeiros Moreira, viúva e filhas de Manuel Medeiros Oliveira, extranumerário diarista da mesma fábrica, também vítima do mesmo acidente.

Lido em 18-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19-3-52, pág. 2.220.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 12-5-52, com pareceres: número 374-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 375-52, da Com. Finanças, favorável.

Aprovado. À Com. Redação.

Aprovada a redação final em 6 de junho de 1952. À sanção.

Lei n.º 1.631, de 26-6-52 — Publicado no *D.O.* de 30-6-52.

P.L.C.D. — 61 — 1952 — Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba.

Lido em 18-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19-3-52 — pág. 2.220.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-5-52, com parecer: número 439-52 — da Com. de Constituição e Justiça, contrário.

Rejeitado.

P.L.C.D. — 62 — 1952 — Reajusta às dívidas dos seringalistas financiadas pelo Banco de Crédito da Borraça e dá outras providências.

Lido em 18-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19-3-52 — pág. 2.220.

Em 26-5-52 haviam sido pela Comissão de Finanças solicitadas informações ao Ministro da Fazenda.

Remetidas com o aviso n.º 217, de 7 de julho de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 967, da Com. de Const. e Justiça; n.º 968, da Com. de Finanças.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de emendas.

P.L.C.D. — 63 — 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, como auxílio à Fundação Alencar do Cristo Redentor.

Lido em 18-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19-3-52 — pág. 2.220.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 3-7-52, com pareceres: número 598-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 599-52, da Com. de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.644, de 17-7-52 — Publicado no *D.O.* de 21-7-52.

P.L.C.D. — 64 — 1952 — Concede isenção de direitos de importação para uma estação transmissora destinada às "Emissoras Unidas" (Rádio Record S. A., de São Paulo).

Lido na sessão de 19-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-52 — página 2.246.

Despachado em 27-3-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (17-4-52).

PLCD 65-1952 — Declara de utilidade pública a Associação Sergipana de Imprensa, com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Lido em 19-3-1952 — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-1952, pág. 2.246.

Em 6-5-52 é lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (rel.: Senador João Villasboas), pela rejeição do projeto (Parecer n.º 399-52).

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 15-5-52.

Rejeitado.

PLCD 66-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 546,80, para pagamento resultante de sentença proferida pela

Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo, R. G. do Sul, em favor de Agenor Marques dos Santos.

Lido em 19-3-1952 — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-1952., pág. 2.247.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-5-52, com pareceres: nº 440-52 — da Com. Const. e Justiça, pela constitucionalidade; nº 441-52 — da Com. Finanças, favorável.

Adiada em virtude de requerimento (173-52) do Sen. Ferreira de Souza a fim de ser novamente ouvida a Comissão de Const. e Justiça sobre a constitucionalidade.

Em 4-6-52 é lido o Of. nº CJ-1-6-52, da Com. de Justiça, declarando já estar seu pronunciamento consubstanciado no parecer nº 440-52.

Em Ordem do Dia na sessão de 5-6-52. Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emenda.

PLCD 67-52 — Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de escrivão de polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Lido em 19-3-1952 — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-1952.

Em 6-5-52 é lido o parecer nº 398-52, da Com. Justiça (Rel.: Sen. João Villasbôas), of. emenda substitutiva do art. 1º. *D.C.N.* de 7-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-5-52. Aprovados o projeto e a emenda da Com. de Justiça. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 27-5-52 (Parecer nº 468-52).

Lei nº 1.744, de 26-11-52. Publicada no *D.O.* de 28-11-52.

PLCD 68-52 — Concede isenção de tributo a materiais e imagens importados para templos religiosos (para a Igreja de Santa Teresinha, dos Padres Carmelitas Descalços, na capital da República; para a capela da Congregação das Irmãs Felicianas do Saco de São Francisco (Niterói); para a Congregação de Santa Dorotéia; para o Convento dos Frades Capuchinhos, de N. S. das Mercês, de Curitiba.

Lido na sessão de 20-3-1952 — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-1952, página 2.296.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 16-5-52, com pareceres: nº 408-52 — da Com. Const. e Justiça, pela constitucionalidade; nº 409-52 — da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.618-B, de 6-6-52. Publicada no *D.O.* de 13-6-52 (Prom.)

PLCD 69-52 — Cria a Escola de Agronomia de Manaus e dá outras providências.

Lido na sessão de 20-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52, pág. 2.296.

Despachado em 2-4-52 às Comissões de Justiça, de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (16-9-52).

PLCD 70-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 42.377,00 para pagamento de diversas despesas dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 5ª e 7ª Regiões.

Lido na sessão de 20-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52, pág. 2.296.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 19-5-52, com pareceres: nº 410-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 411-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 9-6-52.

À sanção.

Lei nº 1.633, de 1-7-52 — Publicada no *D.O.* de 5-7-52. Republicada no *D.O.* de 9-7-52.

PLCD 71-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 412.076,62, para o fim de atender ao pagamento de contribuição do Brasil em favor do Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.

Lido na sessão de 20-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52, pág. 2.296

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 19-5-52, com pareceres favoráveis: nº 422-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 423-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.611, de 27-5-52 — Publicada no *D.O.* de 31-5-52.

PLCD 72-52 — Declara de utilidade pública o Clube Marechal Floriano, com sede no D.F.

Lido na sessão de 20-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52, pág. 2.296.

Em 16-6-52 é lido o parecer nº 539-52, da Comissão de Constituição e Justiça (rel.: Sen. Aloysio de Carvalho), contrário.

Em Ordem do Dia na sessão de 23-6-52.

Rejeitado.

PLCD — 73-52 — Dispõe e fixa normas a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia.

Lido na sessão de 20-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52, pág. 2.296.

Despachado em 2-4-52 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (23-10-52).

PLCD — 74-52 — Restabelece a denominação de Professor do Museu Nacional, na carreira de Naturalista do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. — (Proj. de Lei nº 253-B-51). Na Câmara.

Lido na sessão de 21-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 22-3-52 — página 2.339 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-11-52, com pareceres contrários: nº 1.231-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.232-52, da Comissão de Finanças.

Rejeitado.

PLCD — 75-52 — Cria, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Entomologista, padrão «M». (Proj. Lei nº 1.423-A-51) na Câmara.

Lido na sessão de 21-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 22-3-52, página 2.339 — 4ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 1-7-52, com pareceres favoráveis: nº 591-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 592-52, da Comissão de Finanças.

Adiada por falta de número para prosseguimento da sessão.

Aprovado na sessão de 2-7-52. A sanção.

Lei nº 1.637, de 14-7-52 — Publicada no *D.O.* de 16-7-52.

PLCD 76-52 — Considera de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia, sediada no Distrito Federal. — (Proj. de Lei nº 1.271-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 26-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 27-3-52, pág. 2.449, 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-6-52, com parecer nº 538-52, da Com. de Const. e Justiça, pela rejeição.

Rejeitado, depois de falarem os Senadores Atilio Vivacqua e Ivo d'Aquino.

PLCD 77-52 — Concede auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, e dá outras providências. — (Proj. de Lei nº 1.074-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 26-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 27-3-52, pág. 2.449, 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 2-10-52, com pareceres favoráveis: nº 937-52, da Com. de Const. e Justiça; nº 938-52, da Com. de Finanças.

Retirado da O. do Dia para audiência da Com. de Saúde, a requerimento do Sen. Vivaldo Lima.

Em 10-11-52 é lido parecer da Com. de Saúde, favorável (relator, Sen. Vivaldo Lima). Publicado em 11-11-52.

Proj. incluído na O. do Dia da sessão de 17-11-52. Aprovado sem debate. A sanção.

Lei nº 1.752, de 4-12-52, Publicado no *D.O.* de 10-12-52.

PLCD 78-52 — Releva a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito. — (Proj. de Lei nº 1.229-C-51, da Câmara).

Lido na sessão de 26-3-52 — Publicado no *D.C.N.* de 27-3-52, pág. 2.449, 4ª coluna.

Em 6-5-52 é lido o parecer nº 397-52, da Comissão de Const. e Justiça (rel.: Sen. Atilio Vivacqua), pela constitucionalidade.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 14-5-52, encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número (Prejudicado req. do Sen. Aloysio de

Carvalho solicitando a audiência da Com. de Forças Armadas).

Aprovado na sessão de 15-5-52. A sanção.

Lei nº 1.618-C, de 6-6-52 — Publicado no D.O. de 13-6-52.

PLCD 79-52 — Reduz para 1% ad valorem os direitos alfandegários sobre aparelhos ortopédicos, isenta-os do imposto de consumo, e dá outras providências (Proj. de Lei nº 1.333-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 26-3-52 — Publicado no D.C.N. de 27-3-52 — Pág. 2.449, 4ª coluna.

Despachado em 2-4-52, às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (7-5-52).

PLCD 80-52 — Concede isenção de impostos e taxas para importação do órgão destinado à Comunidade Evangélica de Ibirubá — (Proj. de Lei número 1.526-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 26-3-52 — Publicado no D.C.N. de 27-3-52 — Página 2.450 — 1ª col.

Despachado em 2-4-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (7-5-52).

PLCD 81-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da referida Comissão. — (Proj. de Lei nº 1.556-A-51, da Câmara).

Lido na sessão de 26-3-52 — Publicado no D.C.N. de 27-3-52; página 2.450, 1ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5-52, c/pareceres: nº 446-52, da Com. Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 447-52, da Com. Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.618, de 4-6-52 — D.O. de 7-6-52.

PLCD 82-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal

— o crédito especial de Cr\$ 256.751,50, para pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Calmon. — (Proj. de Lei nº 1.690-A, da Câmara).

Lido na sessão de 28-3-52 — Publicado no D.C.N. de 29-3-52, pag. 2.532, 4ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5-52, com pareceres: nº 448-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; nº 449-52, da Comissão de Finanças, parecer favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.624, de 13-6-52. — Publicado no D.O. de 19-6-52.

PLCD 83-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para aumento da produção da vacina BCG. — (Proj. de Lei nº 951-B-51, da Câmara).

Lido na sessão de 28-3-52. — Publicado no D.C.N. de 29-3-52, página 2.532, 4ª col.

Incluído na O. do Dia da sessão de 20-10-52, com pareceres: nº 1.073, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; nº 1.074, da Com. de Saúde, favorável; nº 1.075, da Com. de Finanças, pela rejeição.

Rejeitado em 20-10-52.

PLCD 84-52 — Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de dirigibilidade de Saint Cloud, vencida por Alberto dos Santos Dumont, em 1901. — (Proj. de Lei nº 847-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 27-3-52. — Publicado no D.C.N. de 28-3-52, pag. 2.532, 4ª col.

Em Ordem do Dia na sessão de 9-6 de 1952, com pareceres: nº 461-52, da Com. Const. e Justiça, pela constitucionalidade; nº 462-52, da Com. de Finanças, favorável; nº 521-52, da Com. de Educação e Cultura, favorável.

Aprovado. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 28-7-52. À sanção.

Lei nº 1.659, de 6-8-52, publicada no D.O. de 11-8-52.

PLCD 85-52 — Isenta de impostos e taxas federais as sociedades beneficentes. — (Proj. de Lei nº 356-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 28-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 29-3-52, página 2.533, 1ª col.

Despachado em 8-4-52, às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (29-4-52).

PLCD 86-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização do VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres. — (Proj. de Lei n.º 1.569-B-52, da Câmara).

Lido na sessão de 28-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 29-3-52, página 2.533, 2ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 25-6-52, com pareceres favoráveis: n.º 554-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 555-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.634, de 3-7-52. — Publicada no *D.O.* de 5-7-52.

PLCD 87-52 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para obras na Biblioteca e no Serviço de Intercâmbio e Catalogação do D.A.S.P. — (Proj. de Lei número 379-B-50, da Câmara).

Lido na sessão de 31-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 1-4-52, página 2.589, 4ª col.

Despachado em 8-4-52, às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (9-5-52).

P. L. C. D. 88-52 — Declara de utilidade pública, o Centro Médico Cearense, sediado em Fortaleza, Estado do Ceará — (Projeto de Lei n.º 1.389-B de 1951 da Câmara).

Lido na sessão de 31-3-1952 — Publicado no *D.C.N.* de 1-4-1952 — Página 2.589 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-1952, com parecer: n.º 926-52, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Rejeitado em 1-10-1952.

P. L. C. D. 89-1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00 para completar o pagamento devido aos municípios pela cota do imposto de renda. (Projeto de Lei n.º 988-B-51, da Câmara).

Lido na sessão de 31-3-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 1-4-1952 — Página 2.589 — 4ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 26-6-1952, com pareceres: n.º 560-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 561-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.641, de 14-7-1952 — Publicada no *D. O.* de 16-7-1952.

P. L. C. D. 90-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como contribuição do Governo Federal às despesas com a construção do monumento a J. J. Seabra, no Estado da Bahia — (Projeto de Lei n.º 1.534-B-52 da Câmara).

Lido na sessão de 1-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 2-4-1952 — Página 2.623 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-9-1952, com pareceres favoráveis: n.º 895, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 896, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.693, de 3-10-1952 — Publicada no *D. O.* de 9-10-1952.

P. L. C. D. 91-52 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — (Projeto de Lei n.º 1.545-A-51 da Câmara).

Lido na sessão de 1-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 2-4-1952 — Página 2.623 — 4ª coluna.

Despachado em 18-4-1952 às Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (28-8-1952).

P. L. C. D. 92-52 — Projeto de Lei da Câmara n.º 92, de 1952, que abre ao Congresso Nacional — Senado Federal —, o crédito especial de Cr\$ 2.506.511,30, para pagamento de

subsídios dos Senadores e gratificação e diárias aos funcionários da Secretaria do Senado, por sessões extraordinárias realizadas no exercício de 1951, e o crédito suplementar de Cr\$ 5.620.000,00, e o especial de Cr\$ 2.092.000,00 — Câmara dos Deputados — e gratificação aos funcionários da Secretaria da Câmara correspondente ao período de convocação extraordinária de 1952.

Lido na sessão de 15-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 16-4-1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-4-1952, com pareceres favoráveis: n.º 357, de 1952 — da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 358, de 1952, da Comissão de Finanças.

Incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício requerida pelo Senador Mozart Lago na sessão de 29-4-1952.

Aprovado. A sanção (30-4-1952).

Lei n.º 1.598, de 7-5-1952 — *D. O.* de 7-5-1952.

P. L. C. D. 93-52 — Reduz o tempo do interstício dos juizes substitutos da Justiça do Distrito Federal (Projeto de Lei n.º 1.597-B-52 da Câmara).

Lido na sessão de 22-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 23-4-1952 — Página 3.104 — 3ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-5-1952, com parecer: n.º 471-52, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário (Voto em separado do Senador Joaquim Pires).

Retirado da Ordem do Dia, a requerimento (n.º 175-52) do Senador Ismar de Góes, para audiência da Comissão de Finanças.

Lido em 26-6-1952 o parecer n.º 607-52, da Comissão de Finanças, declarando não ser o assunto de sua alçada.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-6-1952, em virtude de dispensa de interstício e de publicação, requerida pelo Senador Joaquim Pires (requerimento n.º 210-52). Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação por falta de número (sessão de 30-6-1952).

Aprovado em 1-7-1952. A sanção.

Vetado pelo Presidente da República. Mantido o veto em 6-8-1952.

P. L. C. D. 94-52 — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Minis-

tério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150.º aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim — (Projeto de Lei n.º 1.648-B-52, da Câmara).

Lido na sessão de 23-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 24-4-1952 — Página 3.169 — 3ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 25-8-1952, com pareceres favoráveis: n.º 766-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 767-52, da Comissão de Finanças.

Adiado em virtude do levantamento da sessão por motivo do falecimento do Governador Agamemnon Magalhães.

Aprovado em 26-8-1952. A sanção.

Lei n.º 1.671, de 12-9-1952 — Publicada no *D. O.* de 18-9-1952.

P. L. C. D. 95-52 — Regula a promoção de ano dos cadetes da Escola de Aeronáutica — (Projeto de Lei n.º 429-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 25-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 26-4-1952 — Página 3.258 — 2ª coluna.

Apresentado em 29-4-1952, requerimento de urgência (138-52) pelo Senador Ismar de Góes e outros.

Aprovado em 2-5-1952 o requerimento de urgência.

Em discussão o projeto, é designado para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça verbal, o Senador Ivo d'Aquino, que solicita o prazo regimental de uma hora. Emitem pareceres favoráveis o Senador Flávio Guimarães, pela Comissão de Educação e Cultura e o Senador Ismar de Góes, pela de Forças Armadas.

Em virtude de questão de ordem levantada pelo Senador Aloysio de Carvalho, decidida favoravelmente pelo plenário, é interrompida a discussão a fim de ser o projeto devidamente instruído com elementos indispensáveis ao seu estudo pelo Senado.

Falam, pela ordem, os Senadores Ismar de Góes, Attilio Vivacqua, Ferreira de Souza e Novaes Filho.

Em 5-5-1952 o Senador Ivo d'Aquino emite parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça.

São lidas duas emendas de autoria dos Senadores Mello Vianna e Mozart Lago, sendo a primeira retirada pelo seu autor (requerimento n.º 146-52) e a

segunda aprovada para constituir projeto em separado (requerimento 147-52).

Falam os Senadores Ivo d'Aquino, Mello Vianna, Mozart Lago, Flavio Guimarães, Ismar de Goes, Attilio Vivacqua, Magalhães Barata e Aloysio de Carvalho. O Senador Ivo d'Aquino faz declaração de voto.

Aprovado o projeto. A sanção.

Lei n.º 1.601, de 12-5-1952 — Publicada no *D. O.* de 15-5-1952.

P. L. C. D. 96-52 — Dispõe sobre a inclusão nos orçamentos da União, em quatro exercícios consecutivos, a partir de 1953, da dotação de Cr\$ 20.000.000,00, para aproveitamento do potencial hidro-elétrico da Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba — (Projeto de Lei n.º 878-47 da Câmara).

Lido na sessão de 25-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 26-4-1952 — Página 3.258 — 3ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 15-7-1952, com pareceres: n.º 663-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 664-52, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Retirado a requerimento do Senador Euclides Vieira, para audiência da Comissão de Viação e Obras Públicas.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-1952, com parecer n.º 923-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável ao substitutivo da Comissão de Finanças. (Dispensa de interstício concedida em 23-9-1952, a requerimento do Senador Costa Pereira).

Aprovado o substitutivo em 25-9-1952. A Comissão de Redação.

Em 30-9-1952 é aprovado requerimento do Senador Costa Pereira, solicitando dispensa de publicação para a redação final, que é aprovada.

A Câmara dos Deputados.

P. L. C. D. 97-52 — Estende ao Grêmio dos Oficiais Administrativos, Escriurários e Dactilógrafos Federais, os benefícios da Lei n.º 1.134, de 14 de junho de 1950. (Projeto de Lei número 1.209-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 25-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 26-4-1952 — Página 3.258 — 3ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-6-1952, com parecer contrário da

Comissão de Constituição e Justiça, n.º 537-52, lido em 16-6-1952.

Rejeitado, em 23-6-1952.

PLCD 98-52 — Dá nova redação aos artigos 3.º, 4.º e 5.º da Lei n.º 1.338, de 30 de janeiro de 1951, que assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classes ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares — (Projeto de Lei n.º 884-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 25-4-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 26-4-1952 — Página 3.258 — 4ª coluna.

Despachado em 6-5-1952 às Comissões de Constituição e Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (19-52).

P.L.C.D. 99-52 — Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações — (Proj. de Lei n.º 1.458-C-51 da Câmara).

Lido na sessão de 25-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 26-4-52 — Página 3.258 — 4.ª col.

Despachado em 6-5-1952 às Comissões de Constituição e Justiça de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (6-5-52).

P.L.C.D. 100-52 — Altera o artigo 141 e o item II do artigo 134 do Código Civil Brasileiro. — (Proj. de Lei n.º 1.186-B-51, da Câmara).

Lido na sessão de 28-4-52 — Publicado no *D.C.N.* de 29-4-52 — Página 3.279 — 2.ª col.

Em 20-6-52 é lido o parecer n.º 568-1952, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade do projeto, oferecendo emenda e opinando contra emenda do relator.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-6-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de n.º.

Aprovado com emenda na sessão de 1-7-52. A' Com. Redação.

Redação final aprovada em 10-9-52. A' Câmara.

Lei n.º 1.768, de 18-12-52. — Publicada no *D.O.* de 23-12-52.

PLCD — 101-52 — Dispõe sobre o desdobramento dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. — (N.º na Câmara 297-B-50).

Lido na sessão de 29-4-52. Publicado no *D.C.N.* de 30-4-52, pág. 3330. 1.ª col.

Despachado em 9-5-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (19-9-52).

P.L.C.D. 102-52 — Modifica a redação do artigo 1.º do Decreto-lei número 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, que estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento. — (Projeto de Lei n.º 1.436-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 30-4-52. — Publicado na *D.C.N.* de 1-5-52. Página 3.390 — 3.ª col.

Incluído na Ordem do Dia na sessão de 8-9-52, com pareceres: números 796-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; 797-52, da Com. de Finanças, favorável, com emenda.

Adiado para 10-9-52, a requerimento do Sen. Mozart Lago.

Encerrada a discussão em 10-9-52 e adiada a votação por falta de número.

Aprovado com emenda em 11-9-52. A' Com. Redação.

Em 23-9-52 é lida a redação final. Aprovada a redação final em 26-9-52. A' Câmara dos Deputados.

P.L.C.D. 103-52 — Abre ao Min. das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10, para atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as missões diplomáticas brasileiras, no período de 1945 a 1949. — (Projeto de Lei n.º 1.015-B-50 na Câmara).

Lido na sessão de 30-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 1-5-52. Página 3.390 — 3.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-8-52, com pareceres favoráveis: ns. 726-52, da Com. de Const. e Justiça; 727-52, da Com. de Finanças. Aprovado. A' sanção.

Lei n.º 1.662, de 21-8-52 — Publicada em *D.O.* de 25-8-52.

P.L.C.D. 104-52 — Modifica o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 9.267, de 29 de maio de 1946, que considera insalubre a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo. — (Projeto de Lei n.º 752-B-51 na Câmara).

Lido na sessão de 5-5-52. — Publicado na *D.C.N.* de 6-5-52. — Página 3.495 — 1.ª col.

Despachado em 16-5-52 às Comissões de Constituição e Justiça de Trabalho, de Saúde e de Finanças.

Situação em 15-12-52. Comissão de Justiça (16-5-52).

P.L.C.D. 105-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Min. do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00 para atender às despesas com a V Conferência dos Estados da América, Membros da Organização Internacional do Trabalho. — (Projeto de Lei n.º 1.777-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 5-5-52. — Publicado no *D.C.N.* de 6-5-52. — Página 3.495 — 2.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 18-7-52, com pareceres: números 673-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; 674-52, da Com. de Finanças, oferecendo emenda.

Aprovado com emenda. A' Com. de Redação.

Redação final aprovada em 28-9-52. A' Câmara.

Lei n.º 1.724, de 8-11-52. — Publicada no *D.O.* de 12-11-52.

P.L.C.D. 106-52 — Modifica a Lei n.º 1.365, de 7 de maio de 1951, que autoriza a abertura pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal. — (Projeto de Lei n.º 1.802-B-52, da Câmara).

Lido na sessão de 7-5-52. — Publicado no *D.C.N.* de 8-5-52. — Página 3.596 — 2.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 10-7-52, com pareceres: ns. 646-52, da Com. de Constituição e Justiça, pela

constitucionalidade; 647-52, da Com. de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 11-7-52 — A' sanção.

Lei n.º 1.657, de 29-7-52. — Publicada no D.O. de 4-8-52.

P.L.C.D. 107-52 — Institui no Departamento Nacional de Indústria e Comércio o registro das empresas exportadoras, cria uma Junta de Conciliação e Julgamento dos dissídios no comércio exportador e dá outras providências. — (Projeto de Lei n.º 632-C-51 da Câmara).

Lido na sessão de 7-5-52. — Publicado no D.C.N. de 8-5-52. — Página 3.596 — 3.ª col.

Despachado em 16-5-52. Às Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (22-8-52).

P.L.C.D. 108-52 — Concede a pensão mensal de Cr\$ 3.620,00 à Vera Vieira Garcia, viúva do agrônomo Murilo Geraldo Garcia morto em virtude de agressão em serviço, e dá outras providências. — (Projeto de Lei número 1.203-B-50 da Câmara).

Lido na sessão de 8-5-52. — Publicado no D.C.N. de 9-5-52. — Página 3.646 — 4.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-7-52, com pareceres: ns. 624-1952, do Com. de Const. e Justiça pela constitucionalidade; 625-52, da Com. de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emenda do Sen. Mello Vianna.

Pareceres sem a emenda: n.º 1.118 da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.119, do Com. de Finanças, contrário.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52. Rejeitada a emenda.

Aprovado o projeto. A' sanção.

Lei n.º 1.726, de 8-11-52. Publicada no D.O. de 12-11-52).

P.L.C.D. 109-52 — Dispõe sobre a venda de bilhetes de Loteria. — (Projeto de Lei n.º 625-51 da Câmara).

Lido na sessão de 8-5-52 — Publicado no D.C.N. de 9-5-52. — Página 3.647 — 1.ª col.

Despachado em 16-5-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.

Situação em 27-11-52: Comissão de Trabalho (27-11-52).

P.L.C.D. 110-52 — Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, abre crédito especial (Cr\$ 20.000.000,00) e dá outras providências. — (Projeto de Lei n.º 1.664-C-52 da Câmara).

Lido na sessão de 12-5-52. — Publicado no D.C.N. de 13-5-52. — Página 3.756 — 1.ª col.

Em pauta nos dias 20 e 21-5-52 (recebeu 21 emendas) — Comissões que se pronunciaram:

C. Justiça — I. D'Aquino — 527-52 — 27-5-52 — Pela const. projeto e cont. às emendas em pauta. — Lido em 5-6-52 Publicado em 6-6-52

Finanças F. Souza 528-52 — 2-6-52 — Fav. ao proj. e contrário às emendas e ao substitutivo apresent. na Comissão — Lido em 5-6-52 — Publicado em 6-6-52.

Em 2-6-52 é apresentado pelo Senador Ferreira de Souza requerimento (número 180-52), solicitando urgência para o projeto.

Em 5-6-52 o Sen. Ferreira de Souza requer e obtém a retirada de seu requerimento de urgência.

Em ordem do dia na sessão de 6-6-52. Iniciada a discussão que é interrompida pelo término da sessão. Oradores: Alberto Pasqualini, Attilio Vivacqua e Domingos Velasco. São lidas e apoiadas 4 emendas.

Encerrada a discussão em 9-6-52 o projeto volta às Comissões com as emendas apresentadas.

Comissões que se pronunciaram: — C. Justiça I. d'Aquino — 531-52 — 9-6-52 — Pela const. do substi. e das emendas 22 a 25 cf. na fase de discussão mas opinando qto. ao mérito pela rejeição — Lido em 10-6-52. Publicado em 11-6-52.

Finanças, F. Souza — 532-52 — 10 de junho de 1952 — contrário às emendas — Lido em 10-6-52 — Publicado em 11-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-6-52. Pelo Sr. Alfredo Neves é apresentado o requerimento n.º 192-52, solicitando a votação das emendas em globo, com exceção do substitutivo apresentado na Com. de Finanças. Depois de falarem os Srs. Alencastro Guimarães, Alberto Pasqualini e Alfredo Neves, é retirado por este último o requerimento de sua autoria.

E' aprovado o requerimento n.º 194 de 1952, do Sr. Alberto Pasqualini solicitando seja votado em globo o substitutivo que apresentou na Com. de Finanças. Depois de falarem os Srs. Ismar de Goes, Alencastro Guimarães, Attilio Vivacqua, Gomes de Oliveira e Ferreira de Souza, é rejeitado o substitutivo.

E' rejeitada a emenda n.º 22. Para encaminhar a votação da emenda n.º 1 falam os Srs. Ismar de Goes e Alencastro Guimarães. Interrompida a votação pelo término da sessão.

Na sessão de 16-6-52 (cont. da votação) falam os Srs. Ismar de Goes, Ferreira de Souza e Alencastro Guimarães, sendo rejeitada a emenda n.º 1. Ficam prejudicadas as de ns. 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 19. São rejeitadas as de ns. 23, 24, 18, 20, 21 e 25. Depois de falar o Sr. Ferreira de Souza, o Sr. Attilio Vivacqua retira o requerimento de sua autoria (n.º 196-52), em que solicitava destaque do art. 5.º. E' aprovado o requerimento n.º 197-52, do Sr. Attilio Vivacqua solicitando destaque do inciso VII do artigo 11. Em votação, é mantida a parte destacada.

Aprovado o projeto, que vai à sanção.

Fazem declaração de voto os Senhores Alberto Pasqualini e Ivo d'Aquino.

Lei n.º 1.628, de 20-6-52 — *Diário Oficial* de 20-6-52.

P.L.C.D. 111-52 — Concede licença às entidades sindicais brasileiras de 2.º e 3.º graus, para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres. — Projeto de Lei n.º 1.868-A-52 da Câmara.

Lido na sessão de 20-5-52 — Publicado no DCN. de 21-5-52 — Página 4.139 — 4.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 7-7-52, com pareceres: n.º 608-52, da

Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; 609-52, da Com. de Finanças, favorável.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.646, de 16-7-52 — *Diário Oficial* de 21-7-52.

P.L.C.D. 112-52 — Dispõe sobre a prestação de exames em 2.ª época, por alunos dependentes e condicionalmente matriculados em série superior. (Projeto da Lei n.º 1.785-A-52 da Câmara).

Lido na sessão de 26-5-52 — Publicado no DCN de 27-5-52 — Página 4.356 — 2.ª col.

Em 10-11-52 é aprovado o req. número 385, do Sr. Francisco Gallotti, pedindo dispensa de interstício a fim de que a matéria figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.227, da Com. de Const. e Justiça; 1.228, da Com. de Ed. e Cultura, fav., com emenda de redação.

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Com. de Const. e Justiça.

Parecer da Com. de Conts. e Justiça sobre a emenda da Com. de Educação, considerando-a emenda de substância e propondo a sua rejeição. Relatado pelo Sr. Joaquim Pires em 20-11-52.

Lido em 21-11-52. — Publicado em 22-11-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 27-11-52.

Aprovado com emenda. A Com. Redação (p.ª a C. Dep.).

Adiada a discussão da redação final, que volta à Com. Redação em vista de reclamação do Sr. Aloysio de Carvalho.

Em 9-12-52 é lido ofício do Pres. da Com. de Redação de Leis oferecendo novo texto da redação final da emenda.

P.L.C.D. 113-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.083.470,00, para pagamento de salário-família. — Projeto de Lei n.º 1.542-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 26-5-52 — Publicado no DCN. de 27-5-52 — Página 4.356 — 2.ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 849-52, da Com. de Const. e Justiça; 850-52, da Com. de Finanças.

Aprovado — A sanção

Lei n.º 1.691, de 3-10-52 — Publicado no *D. O.* 9-10-52.

P.L.C.D. 114-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para pagamento de parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de carros-correio. — (Projeto de Lei número 1.653-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 26-5-52 — Publicado no DCN. de 27-5-52 — Página 4.356 — 3.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-8-52, com pareceres favoráveis: n.º 757-52, da Com. de Const. e Justiça; 758-52 na Com. de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.666, de 1-9-52 — Publicado no *D. O.* 5-9-52.

P.L.C.D. 115-52 — Denomina "Ponte Presidente Eurico Dutra" a ponte da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sobre o rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso. — (Projeto de Lei número 1.483-B-51 na Câmara).

Lido na sessão de 26-5-52 — Publicado no DCN. de 28-5-52 — Página 4.356 — 3.ª col.

Despachado em 2-6-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Viação.

Situação em 15-12-52: Comissão de Viação (5-12-52).

P.L.C.D. 116-52 — Autoriza o Poder Executivo a colaborar na construção do campo de pouso e edifício do Aeroporto da cidade e Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas. — (Projeto de Lei n.º 515-C-51 na Câmara).

Lido na sessão de 26-5-52 — Publicado no DCN. de 27-5-52 — Página 4.356 — 4.ª col.

Recebeu 2 emendas perante a Comissão de Justiça.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-11-52, com pareceres: n.º 1.197-52, da Com. de Const. e Justiça pela const. do projeto e das emendas: 1.198-52, da Com. F. Armadas, fav. ao proj. e às emendas; 1.199-52, da Com. de Finanças, fav. à emenda n.º 2.

Aprovada a emenda n.º 2. Prejudicados os arts. 1º e 2º do projeto e a emenda n.º 1. A Com. Redação.

Redação final aprovada em 24-11-52 (extr.). A C. Deputados.

P.L.C.D. 117-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para a conclusão das obras de ligação Itajaí — Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina. — (Projeto de Lei número 1.670-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 27-5-52 — Publicado no DCN. de 28-5-52 — Página 4.428 — 2.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-7-52, com pareceres: n.º 639-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; 640-52, da Com. de Viação e Obras Públicas, favorável; 641-52, da Com. de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 10-7-52 — A sanção.

Lei n.º 1.673, de 16-7-52 — Publicado no *D. O.* 17-7-52.

P. L. C. D. -118-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 à Fundação da Casa Popular. — (Projeto de Lei número 1.767-A-52). na Câmara.

Lido na sessão de 27-5-52 — Publicado no *D.C.N.* de 28-5-52 — Pág. 4.428-3ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-8-52, com pareceres favoráveis: n.º 648-52, da Com. Const. e Justiça; n.º 649-52, da Com. de Finanças; n.º 722-52, da Com. de Trabalho e Prev. Social.

Retirado em virtude de requerimento de adiamento do Sen. João Viasboas (21 do corrente).

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda do Sen. João Vilasboas — 21-8 de 1952.

Incluída na Ordem do Dia da sessão de 11-9-52, com pareceres: n.º 846-52, da Com. Const. Just., propondo destaque da emenda para constituir proj. em separado: n.º 847-52, da Com. de Trabalho, idem; n.º 848-52, da Com. de Finanças, idem.

Destacada a emenda para constituir projeto em separado. Aprovado o projeto. A Sanção.

Lei n.º 1.672, 18-9-52 — Publicada no *D.O.* de 20-9-52.

P.L.C.D.-119-52 — Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e 3 imagens destinadas respectivamente à Igreja do Seminário Cristo-Rei de Camaragibe e ao Colégio São José do Recife, Estado de Pernambuco. — (Projeto de Lei n.º 1.606-B-51 da Câmara).

Lido na sessão de 28-5-52 — Publicado no D.C.N. de 29-5-52 — Página 4.489 — 4.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-9-52, com pareceres: n.º 811-52, da Comissão de Const. e Justiça pela constitucionalidade; n.º 812-52, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda que oferece.

Aprovado com emenda. À Com. Redação.

Redação final aprovada na sessão de 26-9-52. À Câmara dos Deputados.

P.L.C.D.-120-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Min. da Viação e Obras Públicas os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$.. 3.000.000,00, para contratar respectivamente os estudos do aproveitamento do potencial hidráulico do Salto Capivara no rio Paranapanema e do Estreito do rio Uruguai da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do rio Itabapoana. (Projeto de Lei número 125-C-51 na Câmara).

Lido na sessão de 28-5-52 — Publicado no D.C.N. de 29-5-52 — Pág. 4.489 — 4.ª col.

Despachado em 9-6-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Viação e de Finanças.

Situação em 15-12-52, Comissão de Finanças (21-8-52).

P.L.C.D.-121-52 — Dá nova organização administrativa ao Ministério da Marinha — (Projeto de Lei número 1.760-C-52 na Câmara).

Lido na sessão de 28-5-52 — Publicado no D.C.N. de 29-5-52 — Página 4.490 — 1.ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-7-52, em virtude de dispensa da interstício concedida em 25-7-52, com pareceres: n.º 704-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 705-52, da Com. de Forças Armadas, favorável; n.º 706-52, da Com. de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado na sessão de 29-7-52. À Com. de Redação.

À sanção em 31-7-52.

Lei n.º 1.658, de 4-8-52 — Publicado no D.O. de 8-8-52.

P.L.C.D.-122-52 — Concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Schukertwerke. (Projeto de Lei n.º 1.309-B-51 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-52 — Publicado no D.C.N. de 5-6-52 — Página 4.774 — 2.ª col.

Despachado em 13-6-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (17-7-52).

P.L.C.D.-123-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal da Justiça do D.F. — o crédito suplementar de Cr\$ 1.615.950,00 em reforço da Verba 1 — Pessoal, Tribunal de Justiça, do Anexo 26 do Orçamento vigente. — (Projeto de Lei n.º 1.952-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-52 — Publicado no D.C.N. de 5-6-52 — Página 4.774 — 3.ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-10-52, com pareceres favoráveis: N.º 998-52, da Com. de Const. e Justiça; N.º 999-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.710-B, de 27-10-52 — Publicada no D.O. de 4-11-52.

P.L.C.D.-124-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar o crédito suplementar de Cr\$ 109.900,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952, e o especial de Cr\$ 317.448,60, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951 — (Projeto de Lei número 1.759-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-52 — Publicado no D.C.N. de 5-6-52 — Pág. 4.774 — 3.ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 19-9-52, com pareceres: n.º 880-52, da Com. de Const. e Justiça, pela cons-

titucionalidade; n.º 881-52, da Com. de Finanças, oferecendo emenda.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 2-10-52. À Câmara dos Deputados.

PLCD-125-52 — Modifica o artigo 473 e seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. (Consolidação das Leis do Trabalho) — (Projeto de Lei n.º 583-B-51 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-52 — Publicado no *D.C.N.* de 5-6-52 — Página 4.774 — 4ª col.

Despachado em 13-6-52 às Comissões de Constituição e Justiça, do Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Trabalho e Previdência Social (4-8-52).

PLCD-126-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 480.000,00, para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana — (Projeto de Lei n.º 430-B-50 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-52 — Publicado no *D.C.N.* de 5-6-52 — Página 4.775 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 834-52, da Com. Const. e Justiça; n.º 835-52, da Com. Finanças.

Aprovado. À Sanção.

Lei n.º 1.679, 1-10-52 — Publicada no *D.O.* 7-10-52.

PLCD-127-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 220.070,00, para pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios e Agências de Propaganda no Exterior — (Projeto de Lei número 1.489-B-51 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-52 — Publicado no *D.C.N.* de 5-6-52 — Página 4.775 — 1ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-8-52, com pareceres favoráveis: n.º 720-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 721-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.660, de 19-8-52, Publicada no *D.O.* de 21-8-52.

P. L. C. D. 128-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Mato Grosso na reconstrução e conservação dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade e dá outras providências — (Projeto de Lei n.º 1.554-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 5-6-1952 — Página 4.775 — 2ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-10-1952, com pareceres: n.º 1.017, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.018, da Comissão de Finanças, favorável, com as emendas que oferece.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Em 14-10-1952 é adiada a votação por falta de número.

Aprovado com emendas em 15-10-52. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 31-10-52. À Câmara dos Deputados.

P. L. C. D. 129-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00, para reforço de pagamento do salário-família — (Projeto de Lei n.º 1.757-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 5-6-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 6-6-1952 — Página 4.901 — 4ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-8-1952, com pareceres favoráveis: n.º 730-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 731-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.664, de 27-8-1952 — Publicada no *D. O.* de 30-8-1952.

P. L. C. D. 130-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado ao combate do câncer em todo o país. — (PL-18-B-51).

Lido em 11-6-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 12-6-1952 — Página 5.197 — 3ª coluna.

Despachado em 23-6-1952 às Comissões de Justiça, de Saúde e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (24-10-1952).

P. L. C. D. 131-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 24.000,00, para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílio para funeral (Projeto de Lei n.º 1.563-B-52 — na Câmara).

Lido em 11-6-1952 — Publicado no D. C. N. de 12-6-1952 — Página 5.197 — 4ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-9-1952, com pareceres favoráveis: n.º 828-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 829-52, de Comissão de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.673, de 18-9-1952 — Publicada no D. O. de 20-9-1952.

P. L. C. D. 132-52 — Revoga o Decreto-lei n.º 5.784, de 30-8-1943, que anexou a Estrada de Ferro Maricá à Estrada de Ferro Central do Brasil — PL-1.031-B-1950 na Câmara.

Lido em 11-6-1952 — Publicado no D. C. N. de 12-6-1952 — Página 5.197 — 4ª coluna.

Despachado em 23-6-1952 às Comissões de Justiça, de Viação e de Finanças.

P. L. C. D. 133-52 — Autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no município de Ipameri, Estado de Goiás, uma agência postal-telegráfica em Ivorá, distrito de Júlio de Castilho, uma agência-telegráfica em Nova Esperança, município de Jaguari e uma agência-postal em Arambaré, Camaquan, no Estado do Rio Grande do Sul — Projeto de Lei n.º 671-C-51 na Câmara.

Lido em 11-6-52 — Publicado no D. C. N. de 12-6-1952 — Página 5.198 — 1ª coluna.

Despachado em 23-6-1952 às Comissões de Justiça, de Viação e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (21-10-1952).

P. L. C. D. 134-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para atender às despesas que menciona — (Projeto de Lei n.º 1.736-B-52 na Câmara) — (Execução de obras de regularização de rios e derivação de suas águas, relacionadas com o plano de ele-

trificação do Estado do Rio Grande do Sul).

Publicado no D. C. N. de 12-6-52 — Página 5.198 — 2ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-1952, com pareceres favoráveis: n.º 914-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 915-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, n.º 916-52 da Comissão de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.696, de 7-10-1952 — Publicada no D. O. de 11-10-1952.

P. L. C. D. 135-52 — Dá nova redação à letra b do § 2.º do art. 31 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945. (Professores) — (PL-1.006-B-51 na Câmara).

Publicado no D. C. N. de 14-6-1952 — Página 5.264 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 28-11-1952, com pareceres favoráveis: n.º 1.280, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.281, da Comissão de Educação e Cultura.

Retirado em virtude de requerimento de adiantamento, para 1.º de dezembro, do Senador Aloysio de Carvalho.

Aprovado em 2-12-1952. A sanção.

Lei n.º 1.759, de 12-12-1952.

Publicada no D. O. de 16-12-1952.

P. L. C. D. 136-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público da cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco — (PL-1.876-B-52 na Câmara).

Publicado no D. C. N. de 17-6-1952 — Página 5.343 — 4ª coluna.

Despachado em 24-6-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (17-7-1952).

P. L. C. D. 137-52 — Cria uma estação de Viticultura no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco — (PL-605-B-51 na Câmara).

Publicado no D. C. N. de 18-6-1952 — Página 5.412 — 3ª coluna.

Despachado em 24-6-1952 às Comissões de Justiça, de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Agricultura (28-7-1952).

PCCD 138-52 — Concede licença à Associação Nacional de Odontologistas para que se filie à Federação Dentária Internacional e à Associação Dentária Americana. — PL-1.955-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 17-6-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-6-52 — página 5.412 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 823-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 824-52, da Com. de Ed. e Cultura, com emenda.

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Com. de Relações Exteriores, por iniciativa da Mesa.

PCCD 139-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Min. da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 como auxílio à reconstrução e reparos da Catedral de Belém, Estado do Pará. — (Emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 29-50). — Projeto de Lei n.º 1.198-C-50 na Câmara.

Publicado no *D.C.N.* de 19-6-52 — Pág. 5.481 3ª coluna.

Despachado em 18-6-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (18-6-52).

PCCD 140-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 41.216,60, para pagamento de diferenças de vencimentos de salários-família, de auxílios-funeral e de outras vantagens devidas a servidores daquele Tribunal e a seus beneficiários. — (PL 1.599-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 24-6-52 — Publicado no *D.C.N.* de 25-6-52 — Página 5.747 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 23-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 899-52, da Com. de Const. e Justiça, com em. de redação; n.º 900-52, da Com. de Finanças.

Aprovado c/emenda de Redação. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 2-10-52. À Câmara.

PCCD 141-52 — Dispõe sobre o custo do ensino secundário e particular (Lei Orgânica do Ensino Secundário) — (PL n.º 1.851-D-52 na Câmara).

Publicado no *D.C.N.* de 25-6-52 — Pág. 5.748 — 1ª col.

Despachado em 8-7-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (8-7-52).

PCCD 142-52 — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.188.000,00 para pagamento de ajuda de custo aos Senadores pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951.

Publicado no *D.C.N.* de 26-6-52 — pag. 5.809 — 3ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 22-8-52, com pareceres favoráveis: n.º 955-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 956-52, da Com. de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Em 25-8-52, em virtude do falecimento do Gov. Agamenon Magalhães foi levantada a sessão, ficando adiada a votação do projeto.

Aprovado em 26-8-52. À sanção.

Lei n.º 1.670, 5-9-52 — Publicada no *D.O.* de 10-9-52.

PCCD 143-52 — Torna extensivas a capitães médicos e oficiais subalternos médicos da Reserva de 2ª classe do Exército bem como aos de Exército de 2ª linha convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do art. 6.º da Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950 — (Projeto de Lei 637-B-51 na Câmara).

Publicado no *D.C.N.* de 4-7-52 — pag. 6.217 — 2ª col.

Despachado em 11-7-52 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas, de Saúde e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (14-11-52).

PCCD 144-52 — Concede pensão mensal, vitalícia de Cr\$ 700,00, à viúva Aracy de Montreuil Martins Santos — (Projeto de Lei 908-C-51 na Câmara).

Lido em 3-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 4-7-52 — Pág. 6.217 — 3ª col.

Despachado em 11-7-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (11-7-52).

PCCD 145-52 — Autoriza o Governo Federal a proceder aos estudos para abertura de um canal de ponte de partilha na Serra de Aguapeí, entre os rios Jauru e Guaporé, ligando as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas — (Projeto de Lei 857-B-51 na Câmara).

Lido em 3-7-52 — Publicado no D.C.N. de 4-7-52 — Pág. 6.217 — 3ª col.

Despachado em 11-7-52 às Comissões de Justiça de Viação, de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Agricultura (22-10-52).

PCCD 146-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva sobre a vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França (Projeto de Lei n.º 2.019-B-52 na Câmara). (Projeto de Lei 578-B-50 na Câmara).

Lido em 7-7-52 — Publicado no D.C.N. de 8-7-52 — Pág. 6.304 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 23-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 897-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 898-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.692, 3-10-52 — Publicado no D.O. de 9-10-52.

PCCD 147-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00, a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos e sua esposa Carlota de Siqueira Campos — (Projeto de Lei 528-B-50 da Câmara).

Lido em 7-7-52 — Publicado no D.C.N. de 8-7-52 — Pág. 6.304 — 2ª col.

Despachado em 18-7-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (8-8-52).

PLCD 148-52 — Concede o prêmio de Cr\$ 100.000,00 ao agrônomo Gre-

gório Bondar — (PL-796-B-50 na Câmara).

Lido em 7-7-52 — Publicado no D.C.N. de 8-7-52 — Pág. 6.304 — 2ª col.

Despachado em 18-7-52 às Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (23-9-52).

PLCD 149-52 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Estado do Rio Grande do Norte para instalação de escolas superiores — (PL-198-B-51 na Câmara).

Lido em 7-7-52 — Publicado no D.C.N. de 8-7-52 — Pág. 6.304 — 3ª col.

Despachado em 18-7-52 às Comissões de Justiça de Educação e de Finanças.

Situação em 19-9-52: Comissão de Finanças (19-9-52).

PLCD 150-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 11.400,00, para atender ao pagamento de despesas na Justiça do Trabalho, 1ª Região — (PL-1.992-A-52 — Publicado no D.C.N. de 9-7-52 na Câmara).

Pág. 6.363 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 826-52, da Com. de Const. Justiça; n.º 827-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.681, 1-10-52 — Publicada no D.O. de 7-10-52 (Prom.).

PLCD 151-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para ocorrer ao pagamento de vencimentos, salários e salários-família, relativos a 1951 — (PL 1.969-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 8-7-52 — Pág. 6.363 — 3ª col.

Publicado no D.C.N. de 9-7-52.

Lido na sessão de 8-7-52 — Publicado no D.C.N. de 9-7-52 — Página 6.363 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 842-52, da Com. de Const. e Jus-

tiça; n.º 843-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.682, 1-10-52 — Publicada no *D.O.* de 7-10-52. (Prom.).

PLCD 152-52 — Declara de utilidade pública o Instituto Genealógico da Bahia — (PL n.º 1.437-B-51 na Câmara).

Publicado no *D.C.N.* de 11-7-52 — pág. 6.471 — 2ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52, com parecer: n.º 924-52, da Com. de Const. e Justiça, contrário.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Rejeitado em 1-10-52.

PLCD 153-52 — Prorroga até 31 de dezembro de 1952 as disposições da Lei n.º 641, de 27-2-49, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 1.243, de 25-11-52 — (PL 1.447-C-51 na Câmara).

Lido em 11-7-52.

Publicado no *D.C.N.* de 12-7-52 — Pág. 6.540 — 2ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 858-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 859-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.685, 2-10-52 — Publicada no *D.O.* de 7-10-52.

PLCD 154-52 — Institui, no Ministério da Educação e Saúde, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte — (PL 1.009-B-51 na Câmara).

Lido em 15-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 16-7-52 — Pág. 6.692 — 3ª col.

Despachado em 23-7-52 às Comissões de Justiça, Educação e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (6-10-52).

PLCD 155-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Laura Lins Arcoverde, viúva do engenheiro Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde — (PL 904-B-51 na Câmara).

Lido em 15-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 16-7-52 — Pág. 6.692 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.367-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.368-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.789, de 30-12-52. Publicada no *D.O.* de 5-1-53.

PLCD 156-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para regularizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás — (PL 2.048-A-52 na Câmara).

Lido em 15-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 16-7-52 — Pág. 6.692 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-9-52, em virtude de dispensa de interstício, requerida em 9-9-52, com pareceres: n.º 866-52, da Com. de Const. Justiça; n.º 867-52, da Com. de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número (10-9-52).

Aprovado em 11-9-52. À sanção.

Lei n.º 1.683, de 1-10-52 — Publicada no *D.O.* de 7-10-52.

PLCD 157-52 — Concede o auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina para construção do seu edifício sede, e dá outras providências — (PL 1.782-B-52 na Câmara).

Lido em 16-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 17-7-52 — Pág. 6.733 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-10-52, com pareceres: n.º 986, da Com. de Const. e Justiça, favorável ao projeto e à emenda; n.º 987, da Com. de Finanças, pela aprovação do projeto e pelo destaque da emenda para constituir projeto em separado.

Retirado para audiência da Com. de Saúde, a requerimento do Sen. Vivaldo Lima.

Parecer da Com. de Saúde, sob número 1.208, pela aprovação da emenda para constituir projeto em separado, (de autoria do Sen. Vivaldo Lima), lido em 5-11-52 e publicado em 6-11 de 1952.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-11-52.

Encerrada a discussão o projeto voltou às Com. em virtude de nova emenda.

Em 22-11-52 é aprovado o requerimento n.º 450/52, do Sen. Mozart Lago, pedindo a retirada da emenda que apresentara na fase de discussão (n.º 2).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52.

Retirado da Ordem do Dia para ser anexado o parecer da Com. Justiça sobre a emenda retirada (reclamação do Sr. Senador Aloysio de Carvalho).

Em 13-12-52 é lido o parecer número 1.414, da Com. de Const. e Justiça (Rel. Sen. Ivo d'Aquino), contrário à emenda n.º 2. Publicada no *D.C.N.* de 14-12-52).

Em 13-12-52 é aprovado requerimento do Sen. Alfredo Neves, pedindo inclusão em Ordem do Dia.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52.

Destacada a emenda n.º 1 para projeto em separado. Retirada a emenda n.º 2.

Aprovado o projeto. À sanção.

Lei n.º 1.784, de 27-12-52 — Publicada no *D.O.* de 31-12-52.

PLCD 158-52 — Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelândia — (PL 126-B-50 na Câmara).

Lido em 16-7-52 — Publicado no *D.C.N.* 6.733 — 2ª col.

Despachado em 28-7-52 às Comissões de Justiça, Forças Armadas e Finanças.

Situação em 15-12-52: Pareceres lidos e publicados. Aguarda inclusão em Ordem do Dia.

PLCD 159-52 — Isenta a prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, de direitos alfandegários para importação de máquinas destinadas à Usina hidroelétrica de sua propriedade — (Proj. de Lei número 1.539-B-51 na Câmara).

Lido no exp. 18-7-52 — Publicado no *D.C.N.* 19-7-52 — Pág. 6.861 — 2ª col.

Despachado em 31-7-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-9-52).

PLCD 160-52 — Assegura a Ruth Pereira Pires Ferreira, viúva do Tenente-Coronel do Exército, Alkindar Pires Ferreira, a pensão estipulada no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.169, de 14 de maio de 1941, e concedida pelo Decreto-lei n.º 5.330, de 18 de março de 1943 — PL 1.422-B-51 na Câmara).

Lido em 18-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19-7-52 — Pág. 6.861 — 2ª col.

Despachado em 28-7-52 às Comissões de Justiça, Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (17-9-52).

PLCD 161-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Min. da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 194.331,80 para regularização de despesas orçamentárias de dezembro de 1949, feitas pelas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão do Amazonas — PL 1.813-B-52 na Câmara).

Lido em 18-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19-7-52 — Pág. 6.861 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.169, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.170, da Com. de Finanças.

Adiada a discussão para 7-11-52 (sessão levantada em virtude de falecimento de Deputado).

Aprovado em 7-11-52. À sanção.

Lei n.º 1.736, de 18-11-52 Publicada no *D.O.* de 22-11-52.

PLCD 162-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952 — (PL número 1.844-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 23-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 24-7-52 — Página 7.063 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 860-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 861-52, da Com. de Finanças.

Lei n.º 1.686, 2-10-52 — Publicada no *D.O.* de 7-10-52.

PLCD 163-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, como contribuição da União às comemorações do 1.º centenário da emancipação política do Estado do Paraná — (PL 2.072-A-52 na Câmara).

Lido em 23-7-52 — Publicada no *D.C.N.* de 24-7-52 — Pág. 7.063 — 4.º col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-11-52 (extr. not.), com pareceres favoráveis: n.º 1.242-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.243-52, da Com. de Finanças.

Retirado par audiência da Com. de Educação e Cultura, a requerimento do Sen. Aloísio de Carvalho.

Em 4-12-52 é lido o parecer número 1.316-52 da Com. de Ed. e Cultura, de 3-12-52, favorável (rel. Sen. Othon Mäder).

Em 5-12-52 é aprovado requerimento do Sen. Othon Mäder, pedindo dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52. Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.741, de 18-12-52 — Publicada no *D.O.* de 23-12-52.

PLCD 164-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para regularização de despesa efetuada em favor da Casa da Moeda — (PL 1.951-B-52 na Câmara).

Lido em 23-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 24-7-52 — Pág. 7.064 — 1.º col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.080, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.081, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.715, de 29-10-52 — Publicada no *D.O.* de 1-11-52.

PLCD 165-52 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.924,50, para atender às despesas decorrentes da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951 — (PL 2.067-A-52 na Câmara).

Lido em 23-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 24-7-52 — Pág. 7.064 — 1.º col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 23-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 903-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 904-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.698, 10-10-52 — Publicada no *D.O.* de 16-10-52.

PLCD 166-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 6.575,20, a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de vencimentos ao Suplente de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória — (Proj. de Lei 1.999-A-52 na Câmara).

Lido no exp. 24-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Pág. 7.150 — 2.º col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-9-52, com pareceres: n.º 830-52, da Com. de Const. e Justiça, favorável; n.º 831-52, da Com. de Finanças, favorável.

Em 5-9-52 é aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.677, 26-9-52 — Publicada no *D.O.* 2-10-52. (Prom.).

PLCD 167-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento de diferença de aluguéis, relativos a 1950, das salas em que funciona a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói — (PL n.º 2.000-52 na Câmara).

Lido no exp. 24-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Pág. 7.150 — 3.º col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 891, da Com. de Const. e Justiça; n.º 892, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.697, de 10-10-52 — Publicada no *D.O.* 16-10-52. (Prom.).

PLCD 168-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Min. da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.080,00 para atender às despesas com o pagamento de honorários, por exercícios, findos, aos Professores Alcides Fonseca e Virgílio José Ataíde Fernandes Pinheiro — (Proj. de Lei n.º 1.867-B-52 na Câmara).

Lido no exp. 24-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Pág. 7.150 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.148, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.149, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.725, de 8-11-52 — Publicada no *D.O.* de 12-11-52.

PLCD 169-52 — Modifica o art. 1.º da Lei n.º 935, de 29-11-49 (Promoção de 2os. e 3os. Sargentos das Forças Armadas com mais de 25 anos de serviço) — (PL 86-B-50 na Câmara).

Lido em 24-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Pág. 7.150 — 4ª col.

Despachado em 4-8-52 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (3-12-52).

PLCD 170-52 — Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia — (Proj. Lei n.º 1.093-B-49 na Câmara).

(Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 34-49).

Lido no exp. 24-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Pág. 7.151 — 1ª col.

Vide *P.L.S.*-34-49.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52, com parecer favorável, número 1.004, de 1952, da Com. de Const. e Justiça.

Aprovado. À Com. Redação.

Lei n.º 1.727, de 8-11-52 — Publicada no *D.O.* de 12-11-52.

PLCD 171-52 — Modifica o artigo 875, *caput*, do Código de Processo Civil — (PL-44-B-51 na Câmara).

Lido em 25-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 26-7-52 — Pág. 7.202 — 2ª col.

Despachado em 4-8-52 às Comissões de Justiça.

Situação em 15-12-52: Continuava na Comissão de Justiça.

PLCD 172-52 — Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Geopolítica, com sede no Distrito Federal — (PL-585-B-51 na Câmara).

Lido em 25-7-52 — Publicado no

D.C.N. de 26-7-52 — Pág. 7.202 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 7-10-52, com parecer contrário da Com. de Const. e Justiça.

Rejeitado.

PLCD 173-52 — Cria um cargo isolado de provimento efetivo, padrão M, de Consul Privativo no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências — (PL n.º 1.587-B-52 na Câmara).

Lido em 28-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 29-7-52 — Pág. 7.310 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 888-52, da Com. Const. e Justiça; n.º 889-52, da Com. Rel. Exteriores; n.º 890-52, da Com. Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.695, 7-10-52 — Publicada no *D.O.* de 11-10-52.

PLCD 174-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 para aquisição de biblioteca musical — (PL n.º 309-B-49 na Câmara).

Lido em 29-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 30-7-52 — Pág. 7.398 — 1ª col.

Despachado em 11-8-52 às Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (7-11-52).

PLCD 175-52 — Torna segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os tratoristas e condutores de máquinas motorizadas, utilizadas em serviços de estradas, de aterro e desaterro, em zona urbana ou rural — (PL 1.637-B-52 na Câmara).

Lido em 29-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 30-7-52 — Pág. 7.398 — 2ª col.

Despachado em 11-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça do Trabalho e Previdência Social.

Situação em 15-12-52: Comissão de Trabalho e Previdência Social (25-9 de 1952).

PLCD 176-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal — (PL 1.862-B-52 na Câmara).

Lido em 29-7-52 — Publicado no D.C.N. de 30-7-52 — Pág. 7.398 — 2ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 965-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 966-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.700, 15-10-52 — Publicada no D.O. de 18-10-52.

PLCD 177-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40, para pagamento à Universidade do Brasil dos saldos verificados no Orçamento, relativos aos exercícios de 1946 a 1949 — (PL 1.110-C-50 na Câmara).

Lido em 29-7-52 — Publicado no D.C.N. de 30-7-52 — Pág. 7.398 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-10-52, com pareceres: n.º 1.107, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.108, da Com. de Finanças, favorável, com a retificação que sugere, de erro existente no autógrafa.

Aprovado. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 14-11 de 1952 (not.). À sanção.

Lei n.º 1.753, de 4-12-52 — Publicada no D.C. de 10-12-52.

PLCD 178-52 — Altera o Orçamento Geral da União para o exercício de 1952, Anexo n.º 20, Ministério da Guerra — (PL n.º 1.918-B-52 na Câmara).

Lido em 29-7-52 — Publicado no D.C.N. de 30-7-52 — Pág. 7.398 — 3ª col.

Despachado às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (16-9-52).

PLCD 179-52 — Modifica a alínea a do art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário — (11 anos completos ou

por completar até 31 de julho à realização dos exames de admissão) — (PL 1.886-B-52 na Câmara).

Lido em 29-7-52 — Publicado no D.C.N. de 30-7-52 — Pág. 7.398 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52, com pareceres: n.º 960-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 961-52 da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.703, de 15-10-52 — Publicada no D.O. de 18-10-52.

PLCD 180-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.500,00 mensais a Maria Pegado Zschmmler, mensalista da Seção Comercial da Fábrica Presidente Vargas — (PL 1.941-B-52 na Câmara).

Lido em 29-7-52 — Publicado no D.C.N. de 30-7-52 — Pág. 7.398 — 4ª col.

Despachado em 11-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-9-52).

PLCD 181-52 — Estende as vantagens da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários da Secretária do Superior Tribunal Militar — (PL 1.934-B-52 na Câmara).

Lido em 30-7-52 — Publicado no D.C.N. de 31-7-52 — Pág. 7.463 — 2ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-8-52, com pareceres favoráveis: n.º 802-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 803-52, da Com. de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Retirado da Ordem do Dia em 3-9 de 1952, para publicação, no avulso, da legislação citada.

Aprovado em 8-9-52. À sanção.

Lei n.º 1.675, de 25-9-52 — Publicada no D.O. de 27-9-52. (Prom.).

PLCD 182-52 — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 460.000,00, e ainda, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de igual valor, destinados, respectivamente, a atender às despesas das delegações daquelas duas Casas do Congresso que,

em julho de 1952, foram a Londres a convite do Parlamento da Grã-Bretanha — (PL 2.031-B-52 na Câmara).

Lido em 30-7-52 — Publicado no D.C.N. de 31-7-52 — Pág. 7.463 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52 (em virtude de dispensa de interstício, concedida em 8-10-52, a requerimento do Sen. Francisco Gallotti) com pareceres favoráveis: n.º 1.030, da Com. de Const. e Justiça; número 1.031, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 29-10 de 1952.

À sanção.

Lei n.º 1.734-B, de 17-11-52 — Publicada no D.O. de 22-11-52. (Prom.).

PLCD 183-52 — Organiza o Quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00, e dá outras providências — (PL 1.172-D-52 na Câmara).

Lido em 30-7-52 — Publicado no D.C.N. de 31-7-52 — Pág. 7.463 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-10-52 (dispensa de interstício concedida em 10-10-52, a requerimento do Sen. Joaquim Pires), com pareceres favoráveis: n.º 1.047, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.048, da Com. de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação em 14-10-52, por falta de número.

Aprovado em 15-10-52. À sanção.

Lei n.º 1.710, de 24-10-52 — Publicada no D.O. de 27-10-52.

Vetado parcialmente.

Em 20-11-52 é mantido o veto, parcial.

PLCD 184-52 — Modifica o artigo 2.º da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, e dá outras providências — (PL 1.120-B-51 na Câmara).

Lido em 31-7-52 — Publicado no D.C.N. de 1-8-52 — Pág. 7.507 — 4ª col.

Despachado em 20-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Forças Armadas (4-9-52).

PLCD 185-52 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 7.207.810,00, em reforço de dotações para o exercício de 1952 — (PL número 1.768-B-52 na Câmara).

Lido em 3-7-52 — Publicado no D.C.N. de 1-8-52 — Pág. 7.508 — 2ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 969-52, da Com. de Const. Justiça; n.º 970-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.710-A, de 24-10-52 — Publicada no D.O. de 31-10-52. (Prom.).
Republ. no D.O. de 12-11-52.

PLCD 186-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para pagamento de prêmio e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna — (PL 2.018-B-52 na Câmara).

Recebido em 31-7-52 — Lido em 31 de julho de 1952 — Publicado no D.C.N. de 1-8-52 — Pág. 7.508 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 851-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 852-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.689, de 2-10-52 — Publicada no D.O. de 7-10-52.

PLCD 187-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Brasil a 35ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho — (PL 2.024-B-52 na Câmara).

Lido em 31-7-52 — Publicado no D.C.N. de 1-8-52 — Pág. 7.508 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 958-52, da Com. de Const. Justiça; n.º 959-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei 1.701, de 15-10-52 — Publicada no *D.O.* de 18-10-52.

PLCD 188-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00, em reforço da verba 3, Anexo 19 — Auxílio aos Municípios do Orçamento de 1952. PL-2.023 — B-1952 na Câmara). Rec. em 31-7-52. — Lido em 31-7-52 — Publicado no *DNC* de 1-8-52 — Pág. 7.509 — Primeira coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.171, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.172, da Comissão de Finanças.

Adiada a discussão para 7-11-52 (sessão levantada em virtude de falecimento de Deputado).

Aprovado em 7-11-52. À sanção.

Lei n.º 1.733, de 14-11-52. Publicado no *D.O.* de 19-11-52.

PLCD 189-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para o 1.º Congresso Nacional do Fumo. (PL-2.020-B-52 na Câmara).

Rec. em 31-7-52 — Lido em 31-7-52

Publicado no *D.C.N.* de 1-8-52.

— Pág. 7.509 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 23-9-52, com pareceres: n.º 909-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 910-52, da Comissão de Finanças, of. emenda.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda do Senador Melo Viana.

Pareceres proferidos sobre a emenda de plenário:

C. Just. — Jn. Pires 1277-52 — 9-10-52 — pela const. 22-11-52 — 23-11-52.

C. Fin. — Ap. Sales — 1.278-52 — 21-11-52 — pela rejeição 22-11-52 — 23-11-52.

Incluído na O. do Dia da sessão de 25-11-52.

Aprovado o projeto com destaque de expressões. Rejeitada a emenda n.º 2 e prejudicada a de n.º 1. A Comissão de Redação.

Redação final aprovada na sessão extraordinária noturna de 28-11-52. À C. dos Deputados.

PLCD 190-52 — Provê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. (PL-756-C-51) na Comissão.

Lido em 4-8-52 — Publicado no *DNC* de 5-8-52 — Pág. 7.651 — Primeira coluna.

Despachado em 20-8-52 à Comissão de Justiça.

Situação em 15-12-52: Continuava na Comissão de Justiça.

PLCD 191-52 — Modifica o art. 103 do Código de Organização Judiciária do Distrito Federal — (PL-1.851-B-52) na Câmara.

Lido em 4-8-52 — Publicado no *DNC* de 5-8-52 — Pág. 7.651 — 2ª col.

Em 8-12-52 é lido o parecer n.º 1.360, de 6-11-52, da Com. Const. e Justiça, pela rejeição (relator, Sen. Anísio Jobim).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52. Aprovado. À sanção.

PLCD — 192-52 — Exclui os municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, do art. 1.º da Lei n.º 121 de 22 de outubro de 1947 — (PL-873-B-51 na Câmara).

Lido em 7-8-52 — Publicado no *DNC* de 8-8-52 — Pág. 7.865 — 5ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 7-10-52, com parecer n.º 978-52, da Com. de Const. e Justiça, favorável.

Retirado para audiência da Comissão de Forças Armadas, a requerimento do Sen. Alfredo Neves.

Em 12-11-52 foram pedidas, pela Comissão de F. Armadas, informações ao Ministro da Guerra. Recebidas pelo Ofício 312-18, de 22 do mesmo mês.

Parecer n.º 1.400, da Com. de Forças Armadas de 10-12-52, favorável, com emenda (lido em 11-12-52 — relator, Sen. Mário Mota). Publicado no *DNC* de 12-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52, em virtude de dispensa de interstício, concedida a requerimento do Sr. Sen. Sá Tinoco.

Aprovado em 12-12-52, depois de falar o Sen. Alfredo Neves, ficando prejudicada a emenda da Comissão.

Rem.º à sanção com a mensagem número 407, de 16-12-52.

Lei n.º 1.785, de 27-12-52 — Publicada no *D.O.* de 31-12-52.

PLCD 193-52 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.

Lei n.º 1.757, de 10-12-52. Publicada no D.O. de 15-12-52.

PLCD 194-52 — Modifica os artigos 142, 153 e 188 do Decreto-lei número 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Código de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça o crédito especial de Cr\$ 166.600,00 — (PL-1.563-D-52 — na Câmara).

Lido em 8-8-52 — Publicado no DNC de 9-8-52 — Pág. 7.982 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.039, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.040, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 29-10-52. A sanção.

Lei n.º 1.734-A, de 17-11-52 — Publicada no D.O. de 22-11-52 (prom.).

PLCD 195-52 — Modifica o artigo 39 da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936 (Imposto de vendas mercantis devido aos Estados) (PL-1.096-B-51 — na Câmara).

Lido em 8-8-52 — Publicado no DCN de 9-8-52 — Pág. 7.983 — 1ª col.

Despachado em 21-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Continuava na Comissão de Justiça (21-8-52).

PLCD 196-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.718.219,60, para ocorrer ao pagamento de despesas realizadas no exercício de 1952 — (PL-1.917-B-52 — na Câmara).

Publicado no DCN de 9-8-52 — Página 7.983 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.032, da Com. de Const. e Justiça, n.º 1.033, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção — Publicado no D.O. de 30-10-52.

Lei n.º 1.709, de 24-10-52.

PLCD 197-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito

especial de Cr\$ 1.497.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana. — (PL-1.976-B-52 — na Câmara.

Lido em 8-8-52 — Publicado no DCN de 9-8-52 — Pág. 7.983 — 2ª col.

Despachado em 48-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (28-8-52).

PLCD 198-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia. — (PLC-198-52 — (PL-1.942-B-52 — na Câmara).

Lido em 8-8-52 — Publicado no DCN de 9-8-52 — Pág. 7.983 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 995-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 996-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.702, de 15-10-52 — Publicada no D.O. de 18-10-52.

PLCD 199-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.162,50 a Edith Henriques Dutra, viúva do Dr. José Bourdot Dutra, ex-professor catedrático da Escola Nacional de Minas e Metalurgia. — PLC-199-1952 (PL-734-B-51 — na Câmara).

Lido em 11-8-52 — Publicado no DNC de 12-8-52 — Pág. 8.041 — 1ª col.

Despachado em 21-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (9-10-52).

PLC 200-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para atender ao pagamento de indenização à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico — (PL-1.036-B-50 — na Câmara).

Lido em 11-8-52.

Publicado no DCN de 12-8-52 — Pág. 8.041 — 2ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 31-10-52, com pareceres favo-

ráveis: n.º 1.176, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.177, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.729, de 11-11-52 — Publicada no D.O. de 14-11-52.

PLCD 201-52 — Provê quanto ao disposto no § 31, 2ª parte, do art. 141 da Constituição Federal, e dá outras providências — (PL-670-C-51 — na Câmara).

(Declaração de bens do servidor público — Crimes funcionais).

Lido em 11-8-52 — Publicado no DCN de 12-8-52 — Pág. 8.041 — 2ª col.

Despachado em 21-8-52 à Comissão de Justiça.

Situação em 21-8-52: Continuava na Comissão de Justiça (21-8-52).

PLCD 202-52 — Concede isenção de impostos e taxas para a importação de estampas e máquina impressora destinadas à Associação das Obras Pavonianas de Assistência com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo — (PL-1.885-52 — na Câmara).

Lido em 11-8-52 — Publicado no DNC de 12-8-52 — Pág. 8.041 — 3ª col.

Despachado em 21-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Continuava na Comissão de Constituição e Justiça.

PLCD 203-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro Goiás) o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para pagamento de dívidas contraídas pela Estrada de Ferro de Goiás. (PL-1.996-B-52 — na Câmara).

Lido em 11-8-52 — Publicado no DCN de 12-8-52 — Pág. 8.041 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-9-52 em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 17-9-52, a requerimento do Sen. Costa Pereira, com pareceres favoráveis: número 893-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 894-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.699, de 10-10-52 — Publicada no D.O. de 16-10-52.

PLCD 204-52 — Acrescenta um parágrafo ao art. 45 da Lei Orgânica do Distrito Federal — (PL-1.948-B-52 — na Câmara).

Lido em 13-8-52 — Publicado no DCN de 14-8-52 — Pág. 8.117 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.181, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.182, da Com. de Finanças.

Adiada a discussão para 7-11-52 (sessão levantada em virtude do falecimento do Dep. Aral Moreira).

Aprovado em 7-11-52. À sanção.

Lei n.º 1.735, de 18-11-52 — Publicada no D.O. de 22-11-52 — Republicada no D.O. de 24-11-52.

PLCD 205-52 — Estende as vantagens dos Decretos-lei ns. 2.523, de 23 de agosto de 1940, e 8.625, de 10 de janeiro de 1946, respectivamente, aos funcionários aposentados dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda — (PL-205-C-49 — na Câmara).

Lido em 13-8-52 — Publicado no DCN de 14-8-52 — Pág. 8.117 — 4ª col.

Despachado em 21-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (21-8-52).

PLCD 206-52 — Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política Social, e dá outras providências — (PLS-23-48 — na Câmara).

Lido em 13-8-52 — Publicado no DCN de 14-8-52 — Pág. 8.118 — 3ª col.

Ver PLSF-30-48.

PLCD 207-52 — Concede dispensa aos professores universitários das suas funções de magistério, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens de seus cargos, quando no exercício de Diretor de seus Institutos Universitários — PL-452-C-51 — na Câmara).

Lido em 18-8-52 — Publicado no DCN de 19-8-52 — Pág. 8.221 — 3ª col.

Despachado em 4-9-52 às Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças.

P.L.C.D. 208-52 — Dispõe sobre operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências — (P.L. 1.848-E-52).

Lido em 26-8-52 — Publicado no D. C.N. de 27-8-52 — Pág. 8.598 — 4.^a Coluna, na Câmara).

Despachado em 10-9-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (10-9-52).

P.L.C.D. 209-52 — Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal — (P.L. 1.535-C-51 na Câmara).

Lido em 26-8-52 — Publicado no D. C.N. de 27-8-52 — Pág. 8.594 — 4.^a coluna.

Distribuído em 9-9-52 à Com. de Const. e Justiça.

Pedido, em 21-10-52 (of. 27-52) informações do Procurador Geral da República. Recebidas pelo ofício n. 751, de 14-11-52.

Recebeu emenda perante a Com. Justiça (do Sen. Vespasiano Martins).

Parecer da Com. Justiça, sob n.º 1271, pela aprovação do projeto para constituir projeto em separado (parecer proferido pelo Sen. Camilo Mercio em 20-11-52, relator designado para o vencido, em vista de não ter sido aprovado o parecer do Sen. Joaquim Pires, que concluía por substitutivo).

Lido em 21-11-52. Publicado em 22-11-52. Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 27-11-52.

Destacada a emenda do Sen. Vespasiano Martins para constituir projeto em separado. Aprovado o projeto. A' sanção.

Lei n.º 1.762-A, de 16-12-52 — Publicada no D.O. de 22-12-52.

P.L.C.D. 210-52 — Prorroga até 31 de dezembro de 1954, a Lei n.º 1.300 de 28 de dezembro de 1950 — (Lei do Inquilinato) — (P.L. n.º 2.027-C-52, na Câmara).

Lido em 26-8-52 — Publicado no D. C.N. de 27-8-52 — Pág. 8.595 — 1.^a coluna.

Recebeu 1 emenda na fase de pauta.

Incluído na Ordem do Dia da sessão 30-9-52, com parecer n.º 928-52, da Com. de Justiça, favorável ao projeto e a emenda. Adiada a discussão em virtude do levantamento da sessão por falta de n.º.

Adiada para 10-10-52, a requerimento do Sen. Joaquim Pires.

Iniciada a discussão, que ficou adiada em virtude do levantamento da sessão, por falta de n.º para o seu prosseguimento.

Encerrada a discussão em 13-10-52, o projeto voltou à Com. de Justiça em virtude de emendas.

Em 16-10-52 é aprovado requerimento de urgência do Sen. Mozart Lago (n.º 331-52). Anunciada a votação o Sen. Gomes de Oliveira, relator da Com. de Justiça, lê o seu parecer sobre as emendas. É aprovado o requerimento n.º 342-52, do Sen. Kerginaldo Cavalcanti, solicitando a retirada da emenda n.º 1, de s| autoria. São aprovadas para constituírem projeto em separado, as emendas: ns. 2 — 4 — 5 — 9 — 11 — 12 — 17 — 21 e 22; rejeitadas as de ns.: 3 — 6 — 7 — 8 — 10 — 13 — 14 — 15 — 16 — 18 — 19 e 20. O projeto é aprovado e vai à sanção.

Lei n.º 1.708, de 23-10-52 — Publicada no D.O. de 27-10-52.

P.L.C.D. 211-52 — Provê recursos para o programa nacional do petróleo e para o fundo rodoviário nacional, e dá outras providências — (P.L. 1.517-E-51, na Câmara).

Lido em 27-8-52 — Publicado no D. C.N. de 28-8-52 — Pág. 8.649 — 2.^a coluna.

Em pauta nos dias 5 e 8-9-52.

Distribuído em 9-9-52 às Comissões de Justiça, Viação, Forças Armadas e Finanças.

Em 11-11-52 o Senador Ivo d'Aquino e outros requereram urgência para o projeto (req. n.º 387-52). Sobre a mesa durante 48 horas o requerimento.

Retirado em 13-11-52 o requerimento de urgência pelo seu autor.

Em 18-11-52 é aprovado requerimento de urgência, do Senador Ivo d'Aquino e outros. De acordo com o novo Regimento, o projeto fica para a Ordem do Dia de 21-11-52.

Em 21-11-52 são lidos, no expediente, os pareceres proferidos pelas Comissões, a saber:

Com. Justiça — Gomes de Oliveira — 1.273-52 — 16-10-52 — Fav. 21-11-52 — 22-11.

Com. Viação — Alencastro Guimarães — 1.274-52 — 22-10-52. Fav. 21-11-52 — 22-11.

Com. F. Armadas — Onofre Gomes — 1.275-52 — 3-11-52 — Fav.

Com. Finanças — Carlos Lindenberg 21-11-52 — 22-11.

— 1.276-52 — 21-11-52 Fav. ao proj. e contra às emendas apresentadas perante a Comissão.

Submetido a discussão, em 21-11-52, a qual se encerra com a apresentação de 2 emendas, ns. 3 e 4, respectivamente dos srs. Senadores Oton Mader e Plínio Pompeu. Falaram os Senadores Domingos Velasco, Oton Mader, Plínio Pompeu, Apolonio Salles, Kerginaldo Cavalcanti e Carlos Lindenberg.

Voltou às Comissões a fim de se pronunciarem sobre as emendas apresentadas durante a discussão, devendo figurar na Ordem do Dia da sessão de 26-11-52.

Em 26-11-52 são lidos os pareceres já emitidos pelas Comissões de Viação e Obras Públicas e de Finanças, contrários às emendas ns. 3 e 4. Usam da palavra os Senadores Gomes de Oliveira e Onofre Gomes, que dão parecer pelas Comissões de Justiça e de Forças Armadas, respectivamente, o primeiro pela constitucionalidade das emendas e o segundo pela sua rejeição.

E' aprovado requerimento do Senador Ivo d'Aquino, pedindo preferência para a votação do projeto, ressalvadas as emendas e os destaques. Aprovado o projeto. Considerada prejudicada a emenda n. 3, do Senador Oton Mader. Rejeitada a de n.º 4, do Senador Plínio Pompeu. O projeto vai a sanção. Autógrafos remetidos à Presidência da República em 28-11-52, às 11 horas.

Lei n.º 1.749, de 28-11-52 — Publicada no D.O. de 28-11-52.

P.L.C.D. 212-52 — Declara de utilidade pública o Centro Espírita Alan Kardec, de Campinas, Estado de São Paulo — (PL-1.840-B-52 na Câmara).

Lido em 27-8-52 — Publicado no D.

C.N. de 28-8-52. Pág. 8.649 — 4.ª coluna.

Despachado em 10-9-1952 à Comissão de Constituição e Justiça.

Situação em 15-12-1952: Continuava na Comissão de Constituição e Justiça (10-9-52).

P.L.C.D. 213-52 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$.. 220.000,00, para atender às despesas desta Casa do Congresso na 35.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça — (PL 2.250-A-52 na Câmara).

Lido em 27-8-52 — D.C.N. de 28-8-52 — Pág. 8.649 — 4.ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.026, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.027, da Com. de Finanças.

Aprovado. A' sanção.

Lei n.º 1.717, de 30-10-50 — Publicada no D.O. 4-11-52.

Republicada no D.O. de 12-11-52.

P.L.C.D. 214-52 — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — os créditos especiais de Cr\$ 560.000,00 para cada uma destas Casas do Poder Legislativo, para atender às despesas das respectivas Delegações à Conferência da União Interparlamentar, a reunir-se em Berna, na Suíça. — (PL 2.253-A-52 na Câmara).

Lido em 27-8-52 — Publicado no D. C.N. de 28-8-52 — Pág. 8.649 — 4.ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52 (em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 8-10-52, a requerimento do Senador Francisco Gallotti), com pareceres favoráveis: n.º 1.028, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.029, da Com. de Finanças.

Aprovado. A' Com. Redação.

Redação final aprovada em 22-10-52.

A' sanção.

Lei n.º 1.734, de 14-11-52 — Publicada no D.O. de 20-11-52.

P.L.C.D. 215-52 — Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Segunda Festa e Congresso Nacional do Trigo, na cidade de Júlio de Castilhos, no Estado

do Rio Grande do Sul — (P.L. 1.938-B-52 na Câmara).

Lido em 2-9-52 — Publicado no D. C.N. de 3-9-52 — Pág. 8.925 — 3.^a coluna.

Despachado em 11-9-52 às Comissões de Const. e Justiça e de Finanças.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.307-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.308-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

P.L.C.D. 216-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Min. da Viação o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente a cota a que fizeram jús as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão ao "lavador" fornecida, de julho de 1949, a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional. — (P.L. 2.219-B-52 na Câmara).

Lido em 2-9-52 — Publicado no D. C.N. de 3-9-52 — Pág. 8.925 — 3.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52 (dispensa de interstício, aprovada em 17-10-52, a requerimento do Sen. Ivo d'Aquino), com pareceres favoráveis: n.º 1.111, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.112, de Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.714, de 29-10-52 — Publicada no D.O. de 1-11-52.

Republicado D.O. 22-11-52.

P.L.C.D. 217-52 — Amplia o programa de primeira urgência constante dos arts. 21 e 22 da Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948. — (Rodovias Rio-Belo Horizonte e Barra Mansa-Três Rios do Plano Rodoviário Nacional).

Lido em 2-9-52. — Publicado no D. C.N. 3-9-52. — Pág. 8.925 — 4.^a coluna.

Rem. às Com. de Justiça, de Viação e de Finanças em 11-9-52.

Em 22-10-52 é aprovado o requerimento n.º 345-52, apresentado em 20 do mesmo mês pelo Sen. Mello Vianna e outros Srs. Sens., pedindo urgência para o projeto.

Emitem parecer oral pelas Com. de Const. e Justiça e de Viação e O. Públicas os Sen. Anísio Jobim Francisco

Gallotti, respectivamente. O Sen. Ivo d'Aquino pede o prazo de uma hora para consulta à Com. de Finanças. É suspensa a sessão por esse prazo. Reaberta a sessão, verifica-se falta de n.º para seu prosseguimento.

Em 23-10-52 o Sen. Ivo d'Aquino dá parecer oral pela Com. Finanças. Encerrada a discussão.

Depois de falarem os Sen. Alvaro Adolpho, Anísio Jobim, Mello Vianna, Pinto Aleixo, Carlos Lindenberg e Victorino Freire, é rejeitado o requerimento n.º 1, do Sen. Mello Vianna, pedindo destaque da emenda para constituir projeto em separado. Em seguida verifica-se falta de n.º para prosseguimento na votação.

Em 24-10-52 é aprovado com a emenda oferecida pelo Sen. Pinto Aleixo, depois de falarem os Sen. Aloísio de Carvalho e Bernardes Filho. Remetido à Com. de Redação.

Redação final lida em 6-11-52 (parecer n.º 1.212). Aprovada em 10-11-1952. Designado o Sen. Francisco Gallotti para acompanhar na C.D. o estudo da emenda.

Devolvido à C. D. com a emenda em 14-11-52 (of. 1.492).

Lei n.º 1.787, de 30-12-52 — Publicada no D.O. de 31-12-52.

Republicada no D.O. de 2-1-53.

P.L.C.D. 218-52 — Modifica o artigo 461 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). — (Igualdade de salário) — (P.L. 14822-C-52 na Câmara).

Lido em 2-9-52. — Publicado no D. C.N. de 3-9-52. — Pág. 8.926 — 1.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.121, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.122, da Com. de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.723, de 8-11-52. — Publicada no D.O. de 12-11-52.

P.L.C.D. 219-52 — Dispõe sobre as carreiras de Contínuo e Servente do Serviço Público Federal, e dá outras providências. — (P.L. 1.234-E-50, na Câmara).

Lido em 2-9-52. — Publicado no D. C.N. de 3-9-52. — Pág. 8.926).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.057, da Com. de Const. Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.058, da Com. de Finanças, favorável.

Aprovado, depois de falarem os Sen. Francisco Gallotti e Alfredo Neves. A' sanção.

Lei n.º 1.721, de 4-11-52 — Publicada no D.O. de 5-11-52.

P.L.C.D. 220-52 — Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o plano de combate as pragas que infestam a lavoura cacaueira, e abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00. — (P.L. 1.093-B-48, na Câmara).

Lido em 2-9-52 — Publicado no D. C.N. de 3-9-52. — Pág. 8.930 — 1.ª coluna.

Despachado em 11-9-52 às Comissões de Justiça, de Agricultura de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (11-9-52).

P.L.C.D. 221-52 — Modifica o parágrafo único do art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943. — (Salário família-aumento) — (P.L. 530-B-51, na Câmara).

Lido em 3-9-52. — Publicado no D. C.N. de 4-9-52. — Pág. 8.987 — 1.ª coluna.

Despachado em 15-9-1952 às Comissões de Justiça, de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Trabalho e Previdência Social (25-9-52)

P.L.C.D. 222-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional. — (P. L. 1.989-C-52) na Câmara).

Lido em 3-9-52. — Publicado no D. C.N. de 4-9-52. — Pág. 8.987 — 1.ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da Sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra "b", do Regimento Interno.

Depois de proferido parecer oral pelo Sen. Durval Cruz, em nome da Com.

de Finanças, a discussão foi encerrada, sendo aprovado o projeto. A' sanção.

Lei n.º 1.790, de 30-12-52. — Publicada no D.O. de 5-1-53.

P.L.C.D. 223-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da Cidade de S. Paulo. — (P. L. 701-C-51, na Câmara).

Lido em 3-9-52. — Publicada no D. C.N. de 4-9-52. — Pág. 8.987 — 2.ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.218, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.219, das Com. de Finanças.

Aprovado. A' sanção.

Lei n.º 1.737, de 20-11-52. — Publicada no D.O. de 24-11-52.

P.L.C.D. 224-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional do Petróleo os créditos suplementar de Cr\$ 574.016.700,00 e especial de Cr\$ 231.350,00, para atender a dotações do Orçamento de 1952. — (P. L. 2.056-D-52, na Câmara).

Lido em 3-9-52. — Publicado no D. C.N. de 4-9-52. — Pág. 8.987 — 2.ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52, em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão de 27-10-52, a requerimento do Sen. Victorino Freire, com pareceres favoráveis: número 1.174, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.175, da Com. de Finanças.

Aprovado, depois de falar o Sen. Victorino Freire. A' sanção.

Lei n.º 1.731, de 13-11-52. — Publicada no D.O. de 20-11-52.

P.L.C.D. 225-52 — Torna inalienáveis durante 10 anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal. — (P. L. 1.028-F-1951, na Câmara).

Lido em 3-9-52. — Publicado no D. C.N. de 4-9-52. — Pág. 8.987 — 3.ª coluna.

Despachado em 15-9-1952 às Comissões de Constituição e Justiça de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (15-9-52).

PLCD 226-52 — Dispõe sobre promoção ao posto de Segundos-Tenentes dos Sub-Tenentes, Sub-Oficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica (1.º Grupo de Caça), que tomaram parte nas operações de guerra na Itália, como integrantes da Fôrça Expedicionária Brasileira, e possuíam até o término da guerra — o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou Equivalente, ou o Curso de Especialistas da Aeronáutica. — (PL-474-A-50 na Câmara).

Lido em 4-9-52. — Publicado no D.C.N. de 5-9-52 — Pág. 9.060 — 3.º coluna.

Em 8-12-52 é aprovado o requerimento n.º 546, de 1952, do Senador Domingos Velasco, pedindo dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52. Transferido para a sessão de 10-12-52.

Depois de falarem os Senadores Othon Mäder, Domingos Velasco, Gomes de Oliveira e Onofre Gomes, a matéria fica transferida para a sessão extraordinária noturna da mesma data, em virtude da determinação do prazo da sessão ordinária.

Na sessão noturna, depois de usarem da palavra os Senadores Ivo d'Aquino, Olavo Oliveira e Kerginaldo Cavalcanti, é encerrada a discussão e a seguir aprovado o projeto, que vai à sanção.

Lei n.º 1.782, de 24-12-52. — Publicada no D.O. de 26-12-52.

Veto parcial: ao parágrafo 1.º do art. 1.º).

PLCD 227-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do D.F. o crédito especial de Cr\$ 489.440,00 para ocorrer ao pagamento de gratificação adicional a desembargadores em disponibilidade do extinto Tribunal de Apelação do Território do Acre. — PL 2.285-A-52 — na Câmara). — Lido em 4-9-52.

Publicado no D.C.N. de 5-9-52. — Pág. 9.060 — 4.º col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52 (dispensa de interstício concedida na sessão de 17-10-52, a requerimento do Senador Mathias Olympio).

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.722, de 6-11-52. — Publicada no D.O. de 11-11-52 (Prom.).

PLCD 228-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar a Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. — (PL 2.274-A-52 na Câmara).

Lido em 5-9-52. — Publicado no D.C.N. de 6-9-52. — Pág. 9.117 — 1.º coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão de 13-12-52, a requerimento do Senador Plínio Pompeu, com pareceres favoráveis: n.º 1.420-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.421-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.801, de 2-1-53. Publicada no D.O. de 7-1-53.

PLCD 229-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.200,00 mensais à viúva e filhas solteiras de Francisco José Gomes Guimarães). (PL-1.046-50, na Câmara).

Lido em 9-9-52 — Publicado no D.C.N. de 10-9-52. — Pág. 9.329 — 3.º coluna.

Despachado em 22-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (9-10-52).

PLCD 230-52 — Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal. — (Recursos e apelações). — (PL 62-B-51 na Câmara).

Lido em 9-9-52. — Publicado no D.C.N. de 10-9-52. — Pág. 9.329 — 3.º coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-10-52, com parecer favorável, n.º 1.036-52, da Com. de Const. e Justiça.

Adiada a discussão em virtude do levantamento da sessão por falta de número no recinto para o seu prosseguimento.

Retirado da Ordem do Dia para retificação dos avulsos. 13-10-52.

Aprovado. A sanção. 16-10-52.

Lei n.º 1.720-B, de 3-11-52. — Publicado no *D.O.* de 7-11-52 (Prom.).

PLCD 231-52 — Abre, ao Congresso Nacional, Senado Federal, os créditos: especial de Cr\$ 45.210,40 e suplementar de Cr\$ 1.117.059,30, para pagamento de funcionários de sua Secretaria, e dá outras providências. — (PL-2.284-A-52 — na Câmara).

Lido em 9-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 10-9-52. — Pág. 9.329 — 4.º coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-10-52 (em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão de 16-10-52), a requerimento do Senador Sá Tinoco), com pareceres: n.º 1.092, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda n.º 1; n.º 1.093, da Com. de Finanças, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 e 2.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado com emendas em 20-10-52. A Com. Redação.

Lei n.º 1.746-A, de 26-11-52. — Publicada no *D.O.* de 28-11-52.

PLCD 232-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.000,00 a Elza Giolioli Bertazon, viúva do escultor brasileiro Hugo Bertazon. — (PL-1.396-B-50 — na Câmara).

Lido em 10-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 11-9-52. — Pág. 9.384 — 3.º coluna.

Despachado em 22-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (16-10-1952).

PLCD 233-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais à Dra. Rita Lobato Velho Lopes. — (PL 774-B-51 na Câmara).

Lido no expediente em 11-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 12-9-52. — Pág. 9.461 — 4.º coluna.

Despachado em 22-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (16-10-52).

PLCD 234-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.507,80 mensais a

Alda Mourão Mota Reis, Ana Maria Mourão Mota Reis e Rogério Mourão Mota Reis, viúva e filhos do Dr. Jorge Lessa Mota Reis. (PL-1.888-B-52 na Câmara).

Lido no expediente em 11-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 12-9-52. — Pág. 9.462 — 1.º coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.329-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.330-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.776, de 19-12-52. — Publicada no *D.O.* de 23-12-52.

PLCD 235-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.590,00 mensais à Hilda Sampaio Ribeiro e Walkir Sampaio Ribeiro, viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares. — (PL-1.482 B-51 na Câmara).

Lido no expediente em 11-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 12-9-52. — Pág. 9.462 — 1.º coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 3-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.183, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.184, da Com. de Finanças.

Adiada a discussão em virtude do término da sessão.

Encerrada a discussão em 4-11-52, voltou às Comissões em virtude de emenda do Senador Francisco Callotti.

PLCD 236-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 835.000,00, para pagamento dos auxílios destinados à manutenção do Leprosário Colônia Bonfim e ao desenvolvimento da Campanha de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão. — (PL-1.954-B-52 na Câmara).

Lido no expediente em 11-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 12-9-52. — Pág. 9.462 — 2.º coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.383-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.384-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.804, de 5-1-53. — Publicada no *D.O.* de 8-1-53.

PLCD 237-52 — Revigora o Artigo 1.º da Lei n.º 1.116 de 30 de maio de 1950. — (Estrada de Rodagem Ilhéus a Itabuna, no Estado da Bahia). — (PL-1.812-52 na Câmara).

Lido no expediente em 11-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 12-9-52. — Pág. 9.462 — 2.ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.185, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.186, da Com. de Finanças.

Adiada a discussão para 7-11-52 (sessão levantada em virtude do falecimento do Deputado Aral Moreira).

Aprovado em 7-11-52. À sanção.

Lei n.º 1.732, de 14-11-52. — Publicada no *D.O.* de 19-11-52.

PLCD — 238-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no artigo 5.º da Lei n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1951. — (PL-1.731 B-52 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 16-9-52. — Pág. 9.542 — 2.ª coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (25-9-52).

PLCD 239-52 — Dispõe sobre vencimentos dos Juizes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. — (PL-1.527-B-51 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 16-9-52 — Pág. 9.542 — 3.ª coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (25-9-52).

PLCD 240-52 — Manda erigir um «Panteon» em Maceió, Estado de Alagoas. — (PLC-240-52 (PL-124-B-51 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 16-9-52. — Pág. 9.542 — 3.ª coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (30-10-52).

PLCD 241-52 — Prorroga, por mais 120 dias, o prazo estipulado no artigo 13 da Lei n.º 1.563, de 1º de março de 1952. — (Marcação de volumes para o estrangeiro). — (PL-2.267-A-52 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 16-9-52. — Pág. 9.542 — 3.ª coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (25-9-52).

PLCD 242-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Joaquim Tavares Vianna, ex-professor da Escola de Marinha Mercante de Belém do Pará. — (PL-725-B-52 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 16-9-52. — Pág. 9.542 — 4.ª coluna.

Em 8-12-52 é aprovado o requerimento n.º 543, do Senador Alvaro Adolpho, solicitando dispensa de interstício para que o projeto figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52. Adiada pelo término da sessão.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção.

Lei n.º 1.785-B, de 29-12-52. — Publicada no *D.O.* de 5-1-53. (Prom.).

PLCD 243-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.000,00 mensais a Avelina Costa Pereira, filha do Ministro do Império, Costa Pereira. — (PL 2.310-A-52 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no *D.C.N.* de 16-9-52. — Pág. 9.542 — 4.ª coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (9-10-52).

PLCD 244-52 — Provê a eleição dos Conselhos Fiscais dos Institutos de Apo-

sentadoria e Pensões. — (PL-1.761-C 51 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no D.C.N. de 16-9-52. — Pág. 9.543 — 1.^a coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Justiça e de Trabalho.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Constituição e Justiça (25-9-52).

PLCD 245-52 — Concede isenção de direitos aduaneiros e demais taxas para duas ambulâncias marca «Chevrolet» importadas dos Estados Unidos da América do Norte pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande do Sul. — (PL-1.476-D-51 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no D.C.N. de 16-9-52. — Pág. 9.543 — 1.^a coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (8-12-52).

PLCD 246-52 — Acrescenta um parágrafo único ao artigo 14 da Lei nº 192, de 17 de Janeiro de 1936. — (PL-1.219-B-51 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no D.C.N. de 16-9-52. — Pág. 9.543 — 2.^a coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Justiça e de Forças Armadas.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (25-9-52).

PLCD — 247-52 — Denomina «Francisco de Assis» o aeroporto de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. — (PL-2.078-B-52 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no D.C.N. de 16-9-52. — Pág. 9.543 — 2.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52, com pareceres favoráveis: nº 1.358-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.359-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei nº 1.785-G, de 29-12-52. — Publicada no D.O. de 5-1-53 (Prom).

PLCD — 248-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos: suplementar de Cr\$

117.320,00 em reforço da dotação do Anexo n.º 26 do Orçamento de 1952, e o especial de Cr\$ 429.427,30 para o pagamento de despesas correspondentes ao exercício de 1951. — (PL-2.280-A de 1952 na Câmara).

Lido em 15-9-52. — Publicado no DCN de 16-9-52. — Pág. 9.543 — 3.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 1-12-52, com pareceres favoráveis: nº 1.288-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.289-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei nº 1.778-C de 20-12-52. — Publicada no D.O. de 24-12-52.

PLCD — 249-52 — Reabre os prazos referidos pelos § 3º do artigo 29 da Lei nº 488, de 15 de novembro de 1948 e artigo 1º da Lei nº 1.063, de 13 de Fevereiro de 1950. — (Prazo de 180 dias para os contribuintes do montepio militar e civis em inatividade).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.730 — 1.^a coluna.

Despachado em 29-9-52 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Forças Armadas (11-12-52).

PLCD — 250-52 — Dispõe sobre a carimbagem de ovos nos entrepostos. — (PL-1.223-A-51 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.730 — 2.^a coluna.

Despachado em 29-9-52 às Comissões de Justiça e de Agricultura.

Situação em 15-12-52: Comissão de Agricultura (30-10-52).

PLCD — 251-52 — Reconhece diploma de Arquiteto expedido pela Escola de Belas Artes da Bahia, antes da vigência do Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938. — (PL-563-B-51 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.730 — 2.^a coluna.

Despachado em 29-9-52 às Comissões de Justiça e de Educação.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (29-9-52).

PLCD 252-52 — Altera, sem aumento de despesas, o Anexo nº 25 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1952. — (Fundo Rodoviário: S. Paulo-Cuiabá e Lins-S. José do Rio Preto). — PL-1.908-B-52 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.730 — 2ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52, com pareceres favoráveis: nº 1.355-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.356, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.766, de 18-12-52. — Publicada no D.O. de 22-12-52.

PLCD — 253-52 — Concede isenção de direitos aduaneiros à Firma Standard Oil Company of Brazil, para importação de 250.000 exemplares de mapas turísticos da América do Sul. — (PL-2.325-A-52 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.730 — 3ª coluna.

Despachado em 2-10-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (11-12-52).

PLCD 254-52 — Fixa a composição da Reserva do Exército. — PL-1.190 D-50 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.730 — 3ª coluna.

Despachado em 7-10-1952 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (7-10-52).

PLCD — 255-52 — Modifica o item 4 da alínea b do Anexo nº 3 (Setor Transporte — Estrada de Ferro) da Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950. — (PL-1.467-B-51 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.730 — 4ª coluna.

Despachado em 2-10-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (6-11-52).

PLCD 256-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário

— Justiça do Trabalho — os créditos especiais de Cr\$ 986.298,30, para atender às despesas correspondentes a dotações dos Orçamentos de 1950 e 1951. — PL-2.309-A-52 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.731 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-11-52, com pareceres: nº 1.235-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 1.236-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.754, de 4-12-52. — Publicada no D.O. de 10-12-52. (Prom.).

PLCD 257-52 — Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências. — (PL-1.845 E-52 na Câmara).

Lido em 18-9-52. — Publicado no DCN de 19-9-52. — Pág. 9.731 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-10-52, em virtude de requerimento de urgência apresentado pelo Senador Mello Vianna e outros Srs. Senadores, com pareceres: nº 1.161-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 1.162, da Comissão de Agricultura, favorável; número 1.163-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e pelo destaque da emenda para projeto em separado.

Encerrada a discussão do projeto, depois de falarem os Srs. Onofre Gomes e Domingos Vellasco.

Pedido o parecer oral das Comissões de Justiça e Agricultura sobre a emenda apresentada perante a Comissão de Finanças, os relatores solicitaram o prazo regimental, que lhes foi concedido, sendo suspensa a sessão. Reabertos os trabalhos, verificou-se falta de número para seu prosseguimento. A sessão foi levantada, ficando a matéria para a sessão de 27-10-52.

Aprovado em 27-10-52, depois de darem parecer oral os Senadores Atílio Vivacqua e Walter Franco, respectivamente, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura.

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto.

À sanção.

Lei nº 1.728, de 10-11-52. — Publicada no *D.O.* de 13-11-52.

PLCD — 258-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00, para pagamento de sentenças judiciais. — PL 2.736-A-52 na Câmara).

Lido em 19-9-52. — Publicado no DCN de 20-9-52. — Pág.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-10-52, em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 21-10 de 1952, a requerimento do Senador Mello Vianna, com pareceres favoráveis: nº 1.105, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.106, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.730, de 11-11-52. — Publicada no *D.O.* de 17-11-52.

PLCD 259-52 — Regula a execução de imóveis rurais para pagamento de dívidas fiscais, e dá outras providências. — (PL-120-B-51 na Câmara).

Lido em 22-9-52. — Publicado no DCN de 23-9-52. — Pág. 9.858 — 1ª coluna.

Despachado em 2-10-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (2-10-52).

PLCD 260-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 1.492.174,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951. — (PL 1.832-D-52 na Câmara).

Lido em 22-9-52. — Publicado no DCN de 23-9-52. — Pág. 9.858 — 1ª coluna.

Em 29-9-52 é apresentado pelo Senador Mathias Olympio e mais sete Srs. Senadores, requerimento de urgência.

Aprovado em 1-10-52 o requerimento de urgência. Entra em discussão o projeto. Dão pareceres orais, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças, respectivamente, os Senadores João Vilasbôas e Durval Cruz. Fala, discutindo o projeto, o Senador Alencastro Guimarães. Aprovado o projeto. À sanção.

Lei nº 1.705, de 22-10-52. — Publicada no *D.O.* de 25-10-52.

PLCD — 261-52 — Concede auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Federação Nacional dos Odontologistas, para ocorrer às despesas com o 1º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade do Salvador, Estado da Bahia. — (PL-1697-B-52 na Câmara).

Lido em 26-9-52. — Publicado no DCN de 27-9-52. — Pág. 10.083 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 28-11-52 (extraordinária noturna), com pareceres favoráveis: número 1.291-52i da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.292-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.778-A, de 19-12-52. — Publicado no *D.O.* de 23-12-52.

PLCD — 262-52 — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um transmissor de rádio, importado pela Rádio Jornal do Brasil S.A. do Rio de Janeiro. — (PL-27-B-51 na Câmara).

Lido em 26-9-52. — Publicado no DCN de 27-9-52. — Pág. 10.083 — 4ª coluna.

Despachado em 7-10-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças.

PLCD — 263-52 — Dispõe sobre as atribuições dos Auditores a que se refere o § 2º do artigo 22 da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949. — (PL 91-B-51 na Câmara).

Lido em 26-9-52. — Publicado no DCN de 27-9-52. — Pág. 10.083 — 4ª coluna.

Em 12-12-52 é aprovado o requerimento nº 568-52, do Senador Vivaldo Lima e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o projeto, nos termos do art. 155, § 3º do Regimento Interno.

Na sessão de 15-12-52 emitem pareceres orais, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, os Srs. Senadores Attilio Vivacqua e Alfredo Neves, ambos pela aprovação do projeto e rejeição da emenda oferecida na fase de pauta pelo Senador Kerginaldo Cavalcanti. É aprovado o pro-

jeto, com exclusão do art. 3º, destacado a requerimento do Sr. Senador Othon Mäder.

Parecer nº 1.438, de 1952, da Comissão de Redação, oferecendo redação final da emenda supressiva resultante do destaque do art. 3º. Aprovado requerimento de dispensa de publicação, para imediata discussão, formulado pelo Senhor Senador Ivo d'Aquino.

Aprovada a redação final. O projeto volta à Câmara dos Deputados. Designado o Senador Attilio Vivacqua para acompanhar na Câmara o estudo da emenda do Senado.

PLCD — 264-52 — Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a Lei nº 1.267, de 9-12-50, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista de 1935. — (PL-678-B-51 na Câmara).

Lido em 26-9-52. — Publicado no DCN de 27-9-52. — Pág. 10.084 — 1ª coluna.

Despachado em 10-10-52 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (10-10-52).

PLCD — 265-52 — Dispõe sobre a política nacional do petróleo, define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. e dá outras providências. — (PL-1.516-E-51 na Câmara).

Despachado em 10-10-52 às Comissões de Justiça, de Agricultura, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Forças Armadas (15-12-52).

P. L. C. D. 266-52 — Reajusta os proventos dos inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos — PL-691-C-51 na Câmara).

Lido em 30-9-1952 — Publicado no D. C. N. de 1-10-1952 — Pág. 10.216 — 2ª coluna.

Recebeu no período de pauta uma emenda do Senador Waldemar Pedrosa.

Em 4-12-1952 é requerida e concedida dispensa de interstício para figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte (Requerimento nº 530-52).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-1952, com pareceres: número

1.322-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda; nº 1.323-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e pelo destaque da emenda para constituir projeto em separado.

Aprovado requerimento do Senador Waldemar Pedrosa, retirando a emenda de sua autoria. Aprovado o projeto. À sanção.

Lei nº 1.780, de 23-12-1952 — Publicada no D. O. de 24-12-1952.

P. L. C. D. 267-52 — Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para importação da maquinaria necessária ao fabrico de Antibióticos — (PL-1.488-B-51 na Câmara).

Lido em 2-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 3-10-1952 — Página 10.349 — 4ª coluna.

Despachado em 10-10-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (10-10-1952).

P. L. C. D. 268-52 — Provê sobre contagem recíproca de tempo de serviço prestado à União, Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades autárquicas e sociedades de economia mista — (PL-722-B-51 na Câmara).

Lido em 2-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 3-10-1952 — Página 10.349 — 4ª coluna.

Despachado em 10-10-1952 às Comissões de Justiça, de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Trabalho e Previdência Social (20 de novembro de 1952).

P. L. C. D. 269-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.000,00 à Clarinda Sebastiana de Jesus Chaves e Maria da Glória Dias Chaves, viúva e filha de Paulo Lourenço Dias Chaves — (PL-1.337-B-52 na Câmara).

Lido em 2-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 3-10-1952 — Pág. 10.350 — 1ª coluna.

Despachado em 10-10-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (6-11-1952).

P. L. C. D. 270-52 — Dá anistia aos eleitores faltosos às eleições federais, estaduais ou municipais — (PL-2.001-B-52 na Câmara).

Lido em 2-10-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 3-10-1952 — Pág. 10.350 — 1ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-11-1952, com parecer contrário (por inconveniência), sob n.º 1.201, de Comissão de Constituição e Justiça.

Adiada a discussão para 18-11-1952, a requerimento do Senador Mozart Lago.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-11-1952. Encerrada a discussão, o projeto voltou à Comissão de Justiça com emenda do Senador Mozart Lago.

P. L. C. D. 271-52 — Retifica a Lei n.º 1.487, de 6-12-1951, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952, e dá outras providências — (PL-1.986-C-52 na Câmara).

Lido em 3-10-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 4-10-1952.

Em 7-10-1952 foi apresentado o requerimento n.º 324-52, do Senador Meio Vianna e outros Senadores, pedindo urgência para o projeto.

Aprovado em 9-10-1952 o requerimento.

Submetido a discussão o projeto. Recebeu pareceres orais dos Senadores Anísio Jobim e Plínio Pompeu, respectivamente, pela Comissão de Justiça e pela Comissão de Finanças. Encerrada a discussão com apresentação de sete emendas que receberam pareceres favoráveis, orais, dos mesmos Senadores. Aprovado o projeto com as emendas. A Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 29-10-52.

A Câmara dos Deputados.

Lei n.º 1.758, de 12-12-1952 — Publicada no *D. O.* de 12-12-1952.

P. L. C. D. 272-52 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.235.000,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952 — (PL-2.411-B-52 na Câmara).

Lido em 14-10-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 15-10-1952 — Página 10.977, 2ª e 3ª colunas.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-11-1952, com pareceres favoráveis: n.º 1.216, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.217, da Comissão de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.738, de 20-11-1952 — Publicada no *D. O.* de 24-11-1952.

P. L. C. D. 273-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ 14.000.000,00 — suplementar à Verba 2 — Material do Anexo n.º 19, do Orçamento da União de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6-12-1951) — (PL-2.336-B-52 na Câmara).

Lido em 22-10-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 23-10-1952 — Página 11.612 — 1ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária noturna de 28-11-1952, com pareceres favoráveis: n.º 1.303-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.304-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. A sanção.

Lei n.º 1.751, de 4-12-1952 — Publicada no *D. O.* de 5-12-1952.

P. L. C. D. 275-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para instalação da 1ª Conferência Regional das Nações Unidas da América Latina — PL-2.389-B-52 na Câmara).

Lido em 22-10-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 23-10-1952 — Página 11.612 — 1ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 14-11-1952, em virtude de dispensa de interstício concedida a requerimento do Senador Alvaro Adolpho, com pareceres favoráveis: n.º 1.245-52, da Comissão de Constituição e Justiça; número 1.246-52, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado na sessão noturna da mesma data. A sanção.

Lei n.º 1.740- de 21-11-1952 — Publicada no *D. O.* de 25-11-1952.

P. L. C. D. 275-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 900.000,00, destinado à regularização de despesas com o serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos — (PL-2.223-B-52 na Câmara).

Lido em 27-10-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 28-10-1952 — Página 11.865 — 1ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-1952, com pareceres: número 1.299-52, da Comissão de Constituição

e Justiça; n.º 1.230, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado sem debate. A sanção.

Lei n.º 1.760, de 15-12-1952 — Publicada no D. O. de 15-12-1952.

P. L. C. D. 276-52 — Concede isenção de direitos aduaneiros para três painéis destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora — (PL-1.234-C-51 na Câmara).

Lido em 30-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 31-10-1952 — Página 12.056 — 4ª coluna.

Despachado em 10-11-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (28-11-1952).

P. L. C. D. 277-52 — Atualiza a pensão dos herdeiros dos militares vitimados no combate à revolução comunista de 1935 — (PL-1.109-C-50 na Câmara).

Lido em 30-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 31-10-1952 — Página 12.057 — 1ª coluna.

Despachado em 10-11-1952 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas e Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Forças Armadas (11-12-1952).

P. L. C. D. 278-52 — Modifica os artigos 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal — (Suspensão de pena de detenção ou reclusão) — (PL-40-B-51 na Câmara).

Lido em 31-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 1-11-1952 — Página 12.130 — 1ª coluna.

Despachado em 10-11-1952 às Comissões de Justiça.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (10-11-1952).

P. L. C. D. 279-52 — Cria a Escola Agrícola de Urutaí, no Estado de Goiás, e dá outras providências — (PL-1.416-D-51 na Câmara).

Lido em 31-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 1-11-1952 — Página 12.130 — 3ª coluna.

Despachado em 10-11-1952 às Comissões de Justiça, de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Agricultura (18-11-1952).

P. L. C. D. 280-52 — Dispõe sobre a apostila de diploma de técnico de

contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo curso de contador — (PL-2.447-A-52 na Câmara).

Lido em 31-10-1952 — Publicado no D. C. N. de 1-11-1952 — Página 12.130 — 3ª coluna.

Despachado em 12-11-1952 às Comissões de Justiça e Educação.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (12-11-1952).

P. L. C. D. 281-52 — Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto «Sedes Sapientiae» de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal — (PL-2.278-C-52 na Câmara).

Lido em 3-11-1952 — Publicado no D. C. N. de 4-11-1952 — Página 12.204 — 4ª coluna.

Em pauta nos dias 10 e 11-11-1952.

Remetido às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e de Finanças com emenda.

Em 5-12-1952 é aprovado requerimento de urgência, formulado pelos Srs. Euclides Vieira e outros Senhores Senadores.

Incluído o projeto na Ordem do Dia da sessão de 9-12-1952.

Anunciada a discussão, são lidos os pareceres ns. 1.387, 1.388 e 1.389, respectivamente das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e de Finanças. O Senador Joaquim Pires retira emenda de sua autoria.

Propõe o Senador Plínio Pompeu que a emenda apresentada pela Comissão de Finanças seja considerada emenda de redação, com o que concorda o Plenário. Falam os Srs. Euclides Vieira, Kerginaldo Cavalcanti e Mello Vianna. O Senador Attilio Vivvacqua faz declaração de voto. Aprovado o projeto, com a emenda da Comissão de Finanças. Vai à Comissão de Redação.

Parecer n.º 1.403, da Comissão de Redação, oferecendo redação final, lido em 11-12-1952. Aprovado na mesma data. À sanção, com a Mensagem n.º 402, de 15-12-1952.

Lei n.º 1.777, de 19-12-1952 — Publicada no D. O. de 23-12-1952.

P. L. C. D. 282-52 — Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3-1-1950 — (Reversão dos funcionários e inspeção médica para os inativos) — (PL-432-B-50 na Câmara).

Lido em 5-11-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 6-11-1952 — Página 12.359 — 3ª coluna.

Despachado em 14-11-1952 às Comissões de Justiça, Forças Armadas, Trabalho e Finanças.

Situação em 15-12-1952. Comissão de Justiça (14-11-1952).

P. L. C. D. 283-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para atender a despesas realizadas no exercício de 1951 — (PL-1.504-B-51 na Câmara).

Lido em 5-11-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 6-11-1952 — Página 12.359 — 4ª coluna.

Despachado em 14-11-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (15-11-1952).

P. L. C. D. 284-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Áustria, do Ministério da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de Sua Majestade o Rei Farouk I — (PL-2.127-B-52 na Câmara).

Lido em 5-11-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 6-11-1952 — Página 12.360 — 1ª coluna.

Despachado em 12-11-1952 às Comissões de Trabalho e Justiça.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Justiça (12-11-1952).

P. L. C. D. 285-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça dos Territórios — o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para ocorrer às despesas com a instalação das Comarcas de Brasília e Feijó, no Território do Acre — (PL-2.192-C-52 na Câmara).

Lido em 5-11-1952 — Publicado no *D. C. N.* de 6-11-1952 — Página 12.360 — 1ª coluna.

Despachado em 14-11-1952 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-1952: Comissão de Finanças (4-12-1952).

PLCD 286-52 — Revigora o inciso K do § 6º do art. 178 do Decreto-lei nº 4.657, de 4-9-42. — (Código Civil) — (ação de médicos, cirurgiões e farmacêuticos) — (PL/2.212-B-52 na Câmara).

Lido na sessão de 6-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 7-11-52 — Página 12.439 — 2ª col.

Despachado em 14-11-52 à Comissão de Justiça.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (14-11-52).

PLCD 287-52 — Modifica o art. 1º e a letra b do art. 3º da Lei nº 1.024, de 28 de dezembro de 1949. — (Obras organizadas por Múcio Leão). — (PL/2.121-B-52 na Câmara).

Lido em 7-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 8-11-52 — Pág. 12.479 — 4ª coluna.

Em 8-12-52 é aprovado o requerimento nº 544, do Sen. Domingos Velasco, pedindo dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52, com pareceres favoráveis: nº 1.349-52 da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.350-52 da Comissão de Educação; nº 1.351-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção.

Lei nº 1.773, de 19-12-52 — Publicado no *D.O.* de 23-12-52.

PLCD 288-52 — Cria na 3ª Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento. — (Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte) — (PL/1.525-B-51 na Câmara).

Lido em 7-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 8-11-52. — Pág. 12.480 — 1ª coluna.

Em 28-11-52 foi aprovado o requerimento nº 508-52, do Sen. Melo Viana e outros, pedindo urgência para o projeto, nos termos do art. 155, § 3º do Regimento.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 2-12-52.

Depois de lidos os pareceres já proferidos pelas Comissões de Constituição e Justiça, e de Legislação Social e ainda não publicados, é dada a palavra ao Sen. Alberto Pasqualini que se ma-

nifesta oralmente em nome da Comissão de Finanças, pela aprovação.

Anunciada a discussão, que se encerra sem oradores. Aprovado o projeto. À sanção.

Lei nº 1.764, de 17-12-52 — Publicado no *D.O.* de 19-12-52.

PLCD 289-52 — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo. — (PL/2.351-D-52 na Câmara).

Lido em 7-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 8-11-52 — Pág. 12.480 — 2ª coluna.

Remetido às Comissões de Justiça e de Finanças em 14-11-52.

Em 26-11-52 foi aprovado o requerimento nº 495, de 1952, do Sen. Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para o projeto, nos termos do art. 155, § 4º do Regimento Interno.

Submetido à discussão na mesma data. Lido o parecer nº 1.287-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade (rel., Sen. Ivo d'Aquino).

Dada a palavra ao Sen. Ferreira de Souza, este emite parecer, pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1, do Sen. Joaquim Pires, apresentada perante a mesma Comissão e favorável à de nº 2, do Sen. Domingos Velasco, também apresentada perante a mesma Comissão.

Usam da palavra os Srs. Atilio Vivacqua, João Villasboas, Aloysio de Carvalho, Bernandes Filho, Francisco Gallotti, Domingos Velasco, Gomes de Oliveira e Alfredo Neves.

É rejeitada a emenda nº 1 e aprovada a de nº 21 do Sen. Domingos Velasco. Aprovado requerimento de destaque do Sen. João Vilasboas. Aprovada a exclusão das palavras destacadas. Aprovado o projeto assim modificado.

Redação final (Parecer nº 1.295-52) lida, discutida é aprovada na mesma data.

Projeto devolvido à Câmara com emendas em 26-11-52 (of. 1.584).

Em 27-11-52 o Sen. Aloysio de Carvalho aponta erro havido na redação final. O Presidente declara que será retificado por meio de ofício à C.D.

Expedido na mesma data o of. 1.587, com a retificação.

Lei nº 1.748, de 28-11-52 — Publicado no *D.O.* de 28-11-52.

PLCD 290-52 — Altera sem aumento de despesa, o Anexo nº 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — para o exercício de 1952. — (Lei nº 1.487 de 6-12-51). — (PL/2.533-B-52 na Câmara).

Lido em 10-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 11-11-52 — Pág. 12.564 — 1ª coluna.

Em 11-11-52 foi apresentado o requerimento nº 388, de 1952, do Sr. Senador Prisco dos Santos e outros Senadores, pedindo urgência para o projeto. Ficou sobre a mesa 48 horas, na forma do Regimento.

Aprovado em 13-11-52 o requerimento de urgência. A matéria deixou de ser apreciada por falta de número para prosseguimento da sessão.

Proferidos oralmente pareceres favoráveis, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, respectivamente pelos Sen. Anísio Jobim e Victorino Freire. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número na sessão de 14-11-52 (sessão ordinária). Aprovado na sessão noturna de 14-11-52. À sanção.

Lei nº 1.745, de 26-11-52 — Publicado no *D.O.* de 28-11-52.

PLCD 291-52 — Inclui o Instituto Eletrotécnico de Itajubá entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — PL/2.264-D-52 na Câmara).

Lido em 10-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 11-11-52 — Pág. 12.564 — 2ª coluna.

Remetido à Comissão de Finanças em 19-11-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento Interno, por iniciativa do Presidente.

Anunciada a discussão, o Sen. Anísio Jobim profere parecer oral, pela constitucionalidade, em nome da Comissão de Constituição e Justiça. São lidos pareceres (ns. 1.413 e 1.419, das Comissões de Educação e Cultura e de Agricultura, favoráveis, com emenda.

Aprovado o projeto com a emenda, considerada de redação, mediante consulta do Plenário, feita a requerimento do Sen. Plínio Pompeu. À Comissão de Redação.

Parecer nº 1.427, da Comissão de Redação, oferecendo redação final, lido em 15-12-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária noturna da mesma data, a requerimento do Senador Ivo d'Aquino. Aprovado.

Projeto remetido à sanção com a Mensagem nº 427, de 20-12-52.

Lei nº 1.786, de 30-12-52 — Publicado no D.O. de 30-12-52.

PLCD 292-52 — Dispõe sobre a polícia marítima, aérea e de fronteiras. — (PL/2.374-B-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52 — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.640 — 2ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça, de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (21-11-52).

PLCD 293-52 — Dá ao molhe acostável, construído na praça Mauá, porto do Rio de Janeiro, o nome de «Molhe Oscar Weinschenck». — (PL/2.542-A-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52. — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.640 — 4ª coluna.

Despachado em 21-11-52 à Comissão de Justiça.

Situação em 15-12-52: Continua na Comissão de Justiça (21-11-52).

PLCD 294-52 — Concede o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. — (PL/2.032-B-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52. — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.640 — 4ª coluna.

Despachado em 21-11-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (21-11-52).

PLCD 295-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.942.911,50 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil, em favor do Comité Provisório Inter-

governamental, para os movimentos migratórios da Europa. — (PL/2.459-B-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52. — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.640 — 4ª coluna.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, sob nº 1.325, lido em 4-12-52 (relator. Sen. Alfredo Neves).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. A sanção.

Lei nº 1.775, de 19-12-52 — Publicado no D.O. de 23-12-52.

PLCD 296-52 — Suprime a letra g, do art. 10 do Decreto-lei nº 5.625, de 28 de junho de 1943, cuja redação foi modificada pelo Decreto-lei nº 6.548, de 31 de maio de 1944. — (Promoção de Oficiais do Exército). — PL/2.332-B-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52. — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.641 — 1ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (21-11-52).

PLCD 297-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 77.698,40, para pagamento, relativo ao exercício de 1951, aos oficiais administrativos Emanuel Piniheiro e Antônio Campos Monteiro, e ao contador José Porpino da Silva. — (PL/2.022-B-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52. — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.641 — 2ª coluna.

Despachado em 21-11-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (21-11-52).

PLCD 298-52 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 104.225,80, para ocorrer ao pagamento de proventos da disponibilidade a Jonas de Miranda. — (PL/2.530-A-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52. — Publicado no P.L.C. de 12-11-52 — Pág. 12.641 — 2ª col.

Em 12-12-52 é lido o parecer número 1.409, de 11-12-52, favorável, da

Comissão de Finanças (relator, Senador Mathias Olimpio).

Em 12-12-52 o Sen. Onofre Gomes requer dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária noturna de 13-12-52.

Aprovado. À sanção.

PLCD 299-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 124.209,10, para pagamento das despesas efetuadas pelo Governo da Suécia com a proteção dos interesses brasileiros na Rumânia. — (PL/2.467-B-52 na Câmara).

Lido em 12-11-52. — Publicado no D.C.N. de 13-11-52 — Pág. 12.720 — 2ª coluna.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, lido em 4-12-52 (relator: Senador Alfredo Neves). Publicado em 5-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção.

Lei nº 1.774, de 19-12-52 — Publicado no D.O. de 23-12-52.

PLCD 300-52 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional do Paraná — o crédito suplementar de Cr\$ 49.960,00, em reforço de dotação do Anexo 26 do Orçamento de 1952. (Lei nº 1.487 de 6-12-51). — (PL/1.537-A-52 na Câmara).

Lido em 12-11-52. — Publicado no D.C.N. de 13-11-52 — Pág. 12.720 — 2ª coluna.

Parecer favorável, da Comissão de Finanças, sob nº 1.331, de 3-12-52, relatado pelo Sen. Mathias Olimpio, lido em 5-12-52 e publicado em 6-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.785-C, de 29-12-52. — Publicada no D.O. de 5-1-53 (Prom.).

PLCD 301-52 — Modifica o art. 2º do Decreto-lei nº 8.249, de 20 de novembro de 1945. — (Dissídios resolvidos pela Justiça do Trabalho). — (PL-2.171-B-52 na Câmara).

Lido em 12-11-52. — Publicado no D.C.N. de 13-11-52 — Pág. 12.720 — 3ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça e de Trabalho e Previdência Social.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (21-11-52).

PLCD 302-52 — Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço de dotações do Anexo nº 26 do Orçamento de 1952. (Lei nº 1.487 de 6-12-51). — PL-2.531-A-52 na Câmara).

Lido em 12-11-52. — Publicado no D.C.N. de 13-11-52 — Pág. 12.720 — 3ª coluna.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, sob nº 1.332, de 3-12-52, (relatado pelo Sen. Mathias Olimpio), lido em 5-12-52 e publicado em 6-12-52.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52. À sanção.

PLCD 303-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo. — (PL-1.593-B-52 na Câmara).

Lido em 13-11-52. — Publicado no D.C.N. de 14-11-52 — Pág. 12.782 — 4ª coluna.

Parecer da Comissão de Finanças, sob nº 1.348, favorável, lido em 8-12-52 (relator, Sen. Plínio Pompeu).

Em 8-12-52 é aprovado o requerimento nº 545, do Sen. Plínio Pompeu, pedindo dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção.

Lei nº 1.785-A, de 29-12-52. — Publicada no D.O. de 5-1-53 (Prom.).

PLCD 304-52 — Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura e dá outras providências. — (PL-2.468-B-52 na Câmara).

Lido em 13-11-52. — Publicado no D.C.N. de 14-11-52 — Pág. 12.783 — 1ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (27-11-52).

PLCD — 305-52 — Estende a vantagem do item 2 do art. 32 do Decreto-lei n.º 8.760, de 21 de janeiro de 1946, ao 2.º Tenente da Arma de Infantaria Emiliano Amaro de Sousa — (PL-2.008-B-52 — na Câmara).

Lido em 13-11-52 — Publicado no D.N.C. de 14-11-52 — Pág. 12.783 — 2ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Segurança Nacional (21-11-52).

PLCD 306-52 — Institui, nas Comarcas do Interior, recurso *ex-officio* das decisões proferidas contra os empregados — (PL-1.463-C-52 — na Câmara).

Publicado no D.N.C. de 14-11-52 — Pág. 12.783 — 3ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça e Trabalho.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (21-11-52).

PLCD 307-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 11.000.000,00, para atender a despesas com as obras de restauração da pista principal do aeroporto internacional do Galeão — (PL-1.414-C-51 — na Câmara).

Lido em 13-11-52 — Publicado no D.N.C. de 14-11-52 — Pág. 12.783 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Ferreira de Sousa, parecer favorável, em nome da Com. de Finanças e de falar o Sen. Othon Mäder, é aprovado o projeto. À sanção.

Lei n.º 1.800, de 31-12-52 — Publicada no D.O. de 5-1-53.

PLCD 308-52 — Dispõe sobre a remuneração mínima dos jornalistas, e dá outras providências. (PL-11-G-51 — na Câmara).

Lido em 14-11-52 — Publicado no D.C.N. de 15-11-52 — Pág. 12.868 — 1ª coluna.

Despachado em 21-11-52 à Comissão de Trabalho e Previdência Social.

Situação em 15-12-52: Comissão de Trabalho e Previdência Social (21 de novembro de 1952).

PLCD 309-52 — Determina que o Poder Executivo restituirá ao Professor Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, mediante distrato, o direito exclusivo de reproduzir suas obras. — (PL-754-B-1951 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no D.C.N. de 19-11-52 — Página 25 — 2ª coluna (supl.).

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Educação e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Educação (10-12-52).

PLCD — 310-52 — Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências. — (PL-2.109-B-52 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no D.C.N. de 19-11-52 — Página 25 — 1ª coluna (supl.).

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça, Saúde, Agricultura e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (21-11-52).

PLCD 311-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00, destinado ao pagamento de salário-família aos servidores da Comissão do Vale de São Francisco — PLC-311-52 (PL-2.202-B-52 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no D.C.N. de 19-11-52 — Página 26 — 1ª coluna (supl.).

Parecer da Com. de Finanças, favorável, sob n.º 1.326 (rel. Sen. Durval Cruz), lido em 4-12-52).

Incluído na O. do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção.

Lei n.º 1.769, de 18-12-52 — Publicado no D.O. de 23-12-52.

PLCD 312-52 — Altera os arts. 663 e 688 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). (Mandatos de representantes classistas) — (PL-1.895-C-52 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 19-11-52 — Pág. 26 — 1ª coluna (Supl.).

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça e Trabalho.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (21-11-52).

PLCD 313-52 — Institui o curso de Direito Penitenciário nas Faculdades de Direito do país, e dá outras providências. — (PL-634-B-51 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 19-11-52 — Página 26 — 2ª coluna (supl.).

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça e Educação.

Situação em 15-12-52: Comissão de Educação (4-12-52).

PLCD 314-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por serviços prestados no 3.º e 4.º trimestres de 1950. — (PL-2.050-B-52 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 19-11-52 — Página 26 — 2ª coluna (supl.).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer favorável, oral, em nome da Com. de Finanças, o projeto é aprovado.

À sanção.

Lei n.º 1.805, de 5-1-53 — Publicada no *D.O.* de 8-1-53.

PLCD 315-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional — (PL-1.890-C-52 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (Noturna)

Publicado no *D.C.N.* de 19-11-52 — Pág. 26 — 3ª coluna (Supl.).

Despachado às Com. de Const. e Justiça, Ed. e Cultura, Rel. Exteriores e de Finanças.

Em 3-12-52 é aprovado o requerimento n.º 525, do Sen. Anísio Jobim

e outros Srs. Sen., pedindo urgência para este projeto.

Rec.º no Gab. da Presidência em 4-12-52, com parecer da mesma data, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade (proferido pelo Senador Alcysio de Carvalho).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-52.

Depois da leitura do parecer da C. de Justiça e de se pronunciarem favoravelmente as Com. de Rel. Ext., de Finanças (Sen. Melo Viana, Ezequias Rocha e Domingos Velasco, respectivamente), foi aprovado o projeto. À sanção.

Lei n.º 1.762, de 15-12-52 — Publicado no *D.O.* de 18-12-52.

PLCD 316-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 3.º Centenário da Restauração Pernambucana. (PL-2.037-C-52 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 19-11-52 — Página 26 — 3ª coluna (Supl.).

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (11-12-52).

PLCD 317-52 — Assegura aos membros da diretoria de sindicato os direitos de estabilidade no emprego, durante o período de seus mandatos. — (PL-499-B-51 — na Câmara).

Lido em 18-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 19-11-52 — Pág. 26 — 4ª coluna (Supl.).

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça e Trabalho.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (21-11-52).

PLDC 318-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$... 60.130.000,00, para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda — (PL-2.393-B-52 — na Câmara).

Lido em 19-11-52.

Publicado no *D.C.N.* de 20-11-52 — Pág. 13.265 — 2ª coluna.

Parecer da Comissão de Finanças, favorável, sob n.º 1.321, lido em 4-12-52 (relator, Sen. Durval Cruz).

(Incluído na O. do Dia da sessão de 9-12-52).

Aprovado na sessão extraordinária (noturna) de 10-12-52. À Sanção — Lei n.º 1.778 de 19-12-52. Publicado no *Diário Oficial* de 22-12-52.

PLCD — 319-52 — Altera o Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe sobre o Imposto do Selo — (PL-2.564-D-52 — da Câmara).

Lido em 19-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 20-11-52 — Página 13.270 — 2ª coluna.

Rem.º à Com. de Finanças em 19 de novembro de 1952.

Aprovado em 25-11-52 o requerimento n.º 494-52, do Sen. Ivo d'Aquino e outros Srs. Sen., pedindo urgência para o projeto nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno.

Submetido imediatamente a discussão. É dada a palavra ao Sen. Ferreira de Souza, que emite parecer favorável, em nome da C.F., oferecendo, também em nome dela, 4 emendas.

Falam igualmente os Sen. Kerginaldo Cavalcanti, Othon Mäder, Aloysio de Carvalho, Gomes de Oliveira, Alfredo Neves, Walter Franco e Ivo d'Aquino.

São apresentadas mais três emendas (ns. 5 e 6, do Sen. Othon Mäder e 7, do Sen. Mozart Lago).

O Sen. Ferreira de Souza dá parecer sobre essas emendas, propondo subemendas às de ns. 5 e 6 e manifestando-se pela rejeição da de n.º 7.

São aprovados requerimentos de des- que, a saber, do Sen. Aloysio de Carvalho, da Nota Sétima; do Senador Attilio Vivacqua, dos itens 4º e 6º da Alteração Quarta.

Aprovada a exclusão das partes destacadas. Aprovado o projeto com as emendas 1 a 4, 5 e 6 (estas últimas com subemendas). Rejeitada a emenda 7.

Na mesma data é lida, discutida e aprovada a red. final (Parecer número 1.286-52). Projeto devolvido à C.D. na mesma data, com emendas (ofício n.º 1.569).

Lei n.º 1.747, de 28-11-52 — Publicada no *D.O.* de 28-11-52.

PLCD 320-52 — Dispõe sobre registro de diplomas expedidos por estabelecimento de ensino superior — (PL-2.076-B-52 — na Câmara).

Lido em 21-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 22-11-52 — Pág. 13.396 — 4ª col.

Em 11-12-52 é aprovado requerimento de urgência, do Sen. Domingos Velasco e outros Srs. Senadores, para o projeto, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, com pareceres: n.º 1.415-52, da Com. de Const. e Justiça, favorável, n.º 1.416-52 da Com. Educação, favorável, com a emenda que oferece.

Aprovado com a emenda.

Parecer n.º 1.439, da Comissão de Redação, oferecendo redação final da emenda do Senado, lido em 15-12-52 (sessão extraordinária noturna). Aprovado na mesma sessão, em virtude de dispensa de publicação requerida pelo Sen. Ivo d'Aquino. O projeto volta à C.D.

Designado o Sen. Othon Mäder para acompanhar na Câmara o estudo da emenda do Senado.

PLCD 321-52 — Modifica o art. 457 e seus parágrafos do Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943, (Consolidação das Leis do Trabalho) — (Abono incorporado aos vencimentos para efeito de aposentadoria e descontos) — (PL-163-B-51 — na Câmara).

Lido em 21-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 22-11-52 — Pág. 13.396 — 4ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça, Trabalho e Educação.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (21-11-52).

PLCD 322-52 — Dispõe sobre a contagem do prazo previsto no art. 56 da Lei n.º 830, de 23-9-1949 — (PL-2.160-B-52 — na Câmara).

Lido em 21-11-52 (Noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 22-11-52 (Suplemento) — Pág. 21 — 4ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça, Trabalho e Educação.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PLCD 322-52 — Dispõe sobre a contagem do prazo previsto no art. 56 da Lei n.º 830, de 23-9-1949 — (PL-2.160-B-52 — na Câmara).

Lido em 21-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 22-11-52 (Suplemento) — Pág. 21 — 4ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PLCD 324-52 — Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais. — PL/1.740-B-52 na Câmara.

Lido em 21-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 22-11-52 (suplemento), pág. 21, 4ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Viação e de Forças Armadas.

Situação em 15-12-52: Comissão de Forças Armadas (4-12-52).

PLCD 325-52 — Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola. — (PL-1.358-B de 1951 na Câmara).

Lido em 21-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 22-11-52 (Suplemento), pág. 22, 1ª coluna.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Agricultura (21-11-52).

PLCD 326-52 — Aumenta para Cr\$ 1.000.000,00 o valor da subvenção concedida pela Lei n. 720 de 28-5-49 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — (PL-2.526-B-52 na Câmara).

Lido em 21-11-52 (Noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 22-11-52 (Suplemento) — Pág. 22 — 2ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 2-12-52 (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3º do Regimento Interno, em virtude da aprovação, em 28-11-52, do requerimento n. 514-52), dependente de pareceres das Comissões competentes.

Após pareceres orais das Comissões de Const. e Justiça, de Educação e Cultura, proferidos pelos Sen. Ivo d'Aquino, Flávio Guimarães e Domingos Velasco, respectivamente, é aberta a discussão, que se encerra com oradores.

Aprovado o projeto. À sanção.

Lei n. 1.778-B, de 20-12-52 — Publicado no *D.O.* de 24-12-52.

PLCD 327-52 — Autoriza o Governo Federal a encampar a Estrada de Ferro

de Nazaré, no Estado da Bahia — (PLC-327-52 na Câmara). — (PL-312-B-50).

Lido em 22-11-52 — (extraordinária) — Publicado no *D.C.N.* de 23-11-52.

Despachado em 22-11-52 às Comissões de Viação e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Viação (22-11-52).

PLCD 328-52 — Retifica o Orçamento Geral da República para o exercício de 1952 (Lei n. 1.487, de 6-12-51). — (Min. da Fazenda) — PL-2.356-B de 1952 na Câmara).

Lido em 22-11-52 (extraordinária) — Publicado no *D.C.N.* de 23-11-52.

Despachado em 22-11-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Continuava na Comissão de Finanças.

PLCD 329-52 — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado, de provimento em comissão, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais. — (PL-2.173-B-52 na Câmara).

Lido em 22-11-52 (extraordinária). — Publicado no *D.C.N.* de 23-11-52 — Pág. 13.414 — 3ª coluna.

Despachado em 22-11-52 às Comissões de Justiça, Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (22-11-52).

PLCD 330-52 — Concede a pensão de Cr\$ 3.000,00 mensais a Hercília Cruz de Pontes Câmara, filha de Oswaldo Cruz. — (PL-2.459-B-52 na Câmara).

Lido em 22-11-52 (extraordinária) — Publicado no *D.C.N.* de 23-11-52 — Pág. 13.414 — 3ª col.

Despachado em 22-11-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PLCD 331-52 — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério de Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — uma série de selos do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de S. José e do 25º aniversário da criação do Colégio Externo de S. José. — (PL-1.728-B-52 na Câmara).

Lido em 22-11-52 (noturna — Publicado no *D.C.N.* de 23-11-52 — Página 13.444 — 3ª coluna.

Despachado em 22-11-52 às Comissões de Educação Viação e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Viação (10-12-52).

PLCD 332-52 — Regula a situação dos sargentos do Exército excluídos pelo art. 143 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939) e posteriormente reincluídos. — (PL-1.321-B-51 na Câmara).

Lido em 22-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 23-11-52 — Pág. 13.444 — 3ª coluna.

Despachado em 22-11-52 às Comissões de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Forças Armadas (22-11-52).

PLCD 333-52 — Dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros da empresa. — (PL-1.039-D-48 na Câmara).

Lido em 25-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 26-11-52 — Pág. 13.802 — 1ª coluna.

Despachado em 25-11-52 às Comissões de Justiça, de Trabalho e de Finanças.

Situação em 5-12-52: Comissão de Justiça (25-11-52).

PLCD 334-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 66.950.000,00, em reforço de verbas do Anexo nº 19 do Orçamento de 1952. (Lei n. 1.487, de 6-12-51). — PL-2.489-B-52 na Câmara).

Lido em 25-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 26-11-52 — Pág. 13.804 — 1ª coluna.

Despachado em 25-11-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (25-11-52).

PLCD 335-52 — Considera Aureliano Cândido Tavares de Bastos patrono dos Municípios Brasileiros. — (PL-275-B-51 na Câmara).

Lido em 25-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 26-11-52 — Pág. 13.804 — 2ª coluna.

Despachado em 25-11-52 às Comissões de Justiça e de Educação.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (25-11-52).

PLCD 336-52 — Dispõe sobre o pagamento de Cr\$ 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando Noronha. — PL-153-B-51 na Câmara).

Lido em 26-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 27-11-52 — Pág. 15 (Suplemento) 1ª coluna.

Despachado em 26-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (26-11-52).

PLCD 337-52 — Prorroga o prazo estipulado nos §§ 2º e 3º, letra *h* do artigo 1º da Lei n. 1.474, de 26-11-52. — (PL-2.623-D-52 na Câmara).

Lido em 27-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 28-11-52 — Pág. 13.930 — 2ª coluna.

Em 3-12-52 é lido o parecer nº 1.340, fav., da Com. de Finanças (relator: Sen. Ferreira de Souza. Publicado no *D.C.N.* de 6-10-52).

Em 5-12-52 é aprovado requerimento do Sen. Oton Mäder, pedindo dispensa de interstício a fim de figurar o projeto na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52. Aprovado. À sanção.

Lei n. 1.772, de 18-12-52 — Publicado no *D.O.* de 22-12-52.

PLCD 338-52 — Cria na Justiça do Trabalho a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo — PL-2.057-D de 1952 na Câmara).

Lido em 28-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 29-11-52 — Pág. 13.986 — 3ª coluna.

Despachado em 28-11-52 às Comissões de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Trabalho (28-11-52).

PLCD 339-52 — Isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para obtenção de patentes de invenção — PL-2.073-C-52 na Câmara).

Lido em 28-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 29-11-52 — Pág. 13.986 — 4ª coluna.

Despachado em 28-11-52 às Comissões de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (28-11-52).

PLCD 340-52 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 101.780,60, para pagamento aos herdeiros do ex-funcionário daquela Casa do Congresso, Dr. Leônidas Rezende e dá outras providências. — PL-861-B-50 na Câmara).

Lido em 28-11-52 — Publicado no D.C.N. de 29-11-52 — Pág. 13.987 — 1ª coluna.

Parecer da Com. de Finanças, favorável, sob n. 1.317, lido em 4-12-52 (relator, Sen. Domingos Velasco).

Projeto incluído na O. do Dia da sessão de 9-12-52.

Aprovado na sessão extraordinária noturna de 10-12-52. À sanção.

Lei n. 1.781, de 23-12-52 — Publicado no D.O. de 26-12-52.

PLCD 341-52 — Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas, e cria as Zonas de Defesa. — PL-2.346-B de 1952 na Câmara).

Lido em 28-11-52 (noturna) — Publicado no D.C.N. de 29-11-52 — (Suplemento) — Pág. 17 — 2ª coluna.

Despachado em 28-11-52 às Comissões de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52. Comissão de Forças Armadas (28-11-52).

PLCD 342-52 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências — (PL-1.737-B-52 na Câmara).

Lido em 28-11-52 (Noturna) — Publicado no D.C.N. de 29-11-52 (Suplemento) — Pág. 18 — 2ª coluna.

Parecer da Com. de Finanças, sob o n. 1.365-52, favorável (de autoria do Sen. Matias Olímpio), lido em 8-12-52.

Em 9-12-52 o Sen. Dario Cardoso requer e obtem dispensa de interstício.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-12-52.

Encerrada a discussão na sessão extraordinária noturna da mesma data e adiada a votação.

Retirado da O. do Dia da sessão de 11-12-52 para audiência da Com. de Justiça, a requerimento do Sen. Ferreira

de Souza. Usam da palavra os senadores Aloysio de Carvalho e Ferreira de Souza.

Parecer da Com. de Const. e Justiça, n. 1.412, de 12-12-52, favorável ao projeto, salvo ao parágrafo único do artigo 3º (por inconstitucional) e ao art. 7º, por inconveniente.

Em 13-12-52 (sessão extraordinária noturna) é aprovado o projeto, salvo o parágrafo único do art. 3º. À Com. Redação.

Parecer n. 1.432, da Com. de Redação oferecendo redação final, lido na sessão de 15-12-52 (extraordinária noturna). Submetido a discussão e votação em virtude de dispensa de publicação, concedida a requerimento do Sen. Dario Cardoso.

Aprovada a redação final.

Devolvido à Câmara com emenda supressiva do parágrafo único do art. 3º, com o ofício n. 1.706, de 15-12-52.

PLCD 343-52 — Reconhece como de utilidade pública a Academia Paraense de Letras — (PL-2.485-B-52 na Câmara).

Lido em 28-11-52 (Noturna) — Publicado no D.C.N. de 29-11-52 — (Suplemento) — Pág. 19 — 1ª coluna.

Despachado em 28-11-52 à Comissão de Justiça.

Situação em 15-12-52: Aprovada inclusão em Ordem do Dia.

PLCD — 344-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Aracaju nas comemorações do 1º centenário da cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, e dá outras providências. — PL/2.276-A-52 — na Câmara.

Lido em 28-11-52 (Noturna) — Publicado no DCN de 29-11-52 (Suplemento) — Pág. 19 — 2ª coluna.

Despachado em 28-11-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças.

PLCD — 345-52 — Reabre por 60 dias, a vigência do artigo 12 da Lei nº 231, de 6 de fevereiro de 1948, e dá outras providências. — (Militares — revisão de antigüidade) — PL/2.036-B-52 na Câmara.

Lido em 28-11-52 (Noturna) — Publicado no DCN de 29-11-52. — Página 19 — Suplemento — 3ª coluna.

Despachado em 28-11-52 às Comissões de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (10-12-52).

PLCD — 346-52 — Aplica as disposições do Decreto-lei nº 8.442, de 26 de dezembro de 1946, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que passaram à inatividade antes de sua vigência. — PL/1.800-C-52 na Câmara.

Lido em 28-11-52 (Noturna) — Publicado no DCN de 29-11-52 — Pág. 20 (Suplemento) — 2ª coluna.

Despachado em 28-11-52 às Comissões de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (12-12-52).

PLCD — 347-52 — Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. — PL/690-B-51, na Câmara.

Lido em 2-12-52 — Publicado no DCN de 3-12-52 — Pág. 14.102 — 1ª coluna.

Despachado em 2-12-52 às Comissões de Educação e Cultura.

Situação em 15-12-52: Comissão de Educação (2-12-52).

PLCD — 348-52 — Faz doação do imóvel à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento de serviços assistenciais de sua filial no Estado do Rio Grande do Norte. — PL/743-B-51, na Câmara.

Lido em 2-12-52 — Publicado no DCN de 3-12-52 — Pág. 14.102 — 2ª coluna.

Despachado em 2-12-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (2-12-52).

PLCD — 349-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00 para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas

do Exército, no exercício de 1949. — PL/2.586-B-52, na Câmara.

Lido em 2-12-52 — Publicado no DCN de 3-12-52 — Pág. 13.102 — 3ª coluna.

Parecer da Com. de Finanças, favorável, sob o nº 1.318, de 3-12-52, relatado pelo Sen. Pinto Aleixo; lido em 4-12-52 e publicado em 5-12-52.

Projeto incluído na O. do Dia da sessão de 11-12-52. Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.792, de 30-12-52. — Publicada no D.O. de 5-1-53.

PLCD — 350-52 — Assegura a Simone Guaraná Guia, o direito à pensão especial, concedida pelo art. 1º do Decreto-lei nº 5.330, de 18-3-43. — PL/890-B-51, na Câmara.

Lido em 3-12-52 — Publicado no DCN de 4-12-52 — Pág. 14.150 — 2ª coluna.

Despachado em 3-12-52 às Comissões de Forças Armadas e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (10-12-52).

PLCD — 351-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de Cr\$ 300.000.000,00, em reforço de verbas do Anexo relativo àquele Ministério, do Orçamento Geral da União para 1952. — PL/2.496-B-52, na Câmara.

Lido em 3-12-52 — Publicado no DCN de 4-12-52 — Pág. 14.150 — 3ª coluna.

Em 9-12-52 foi aprovado o requerimento nº 542, do Sen. Carlos Lindenberg e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para o projeto.

Parecer da Com. de Finanças, número 1.378, de 5-12-52, lido na mesma data.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-12-52.

Aprovado.

Remetido à sanção com a mensagem nº 388, de 12-12-52.

Lei nº 1.770, de 18-12-52. — Publicado no D.O. de 19-12-52.

PLCD 352/52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de

Contabilidade. — PL/2.514-B-52, na Câmara.

Lido em 3-12-52 — Publicado no DCN de 4-12-52 — Pág. 14.150 — 4ª coluna.

Despachado em 3-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (3-12-52).

PLCD — 353-52 — Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 4.200,00, em reforço do Anexo nº 26, do Orçamento de 1952 (Lei nº 1.487 de 6-12-51). — PL/2.626-A-52, na Câmara.

Lido em 3-12-52 — Publicado no DCN de 4-12-52 — Pág. 14.151 — 1ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de proferido parecer oral, favorável, pelo Sen. Alberto Pasqualini, em nome da Com. de Finanças, o projeto é aprovado.

À sanção.

PLCD — 354-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, para pagamento de despesas de material com a reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão. — PL/2.457-B-52, na Câmara.

Lido em 3-12-52 — Publicado no DCN de 4-12-52 — Pág. 14.151 — 1ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, com parecer favorável, sob nº 1.394, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.799, de 31-12-52. — Publicado no D.O. de 5-1-53.

PLCD — 355-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 à Verba 3 do Anexo nº 21, da Lei número 1.487, de 6-12-51. — PL/2.567-B-52, na Câmara.

Lido em 3-12-52 — Publicado no DCN de 4-12-52 — Pág. 14.151 — 2ª coluna.

Em 10-12-52 é lido o parecer da C. de Finanças, nº 1.393, de 5-12-52, relatado pelo Sen. Mathias Olympio, favorável ao projeto.

Projeto incluído na Ordem do Dia de sessão de 15-12-52.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.798, de 31-12-52. — Publicado no D.O. de 2-1-53.

PLCD — 356-52 — Considera incluídas na locução "serviço público federal" as autarquias federais, inclusive as Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências. — PL/889-B-51, na Câmara.

Lido em 4-12-52 — Publicado no DCN de 5-12-52 — Pág. 14.216 — 3ª coluna.

Despachado em 4-12-52 às Comissões de Justiça, Trabalho e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (4-12-52).

PLCD — 357-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 78.000.000,00, para prosseguimento da construção do traçado ferroviário Passo Fundo - Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e determina que o Orçamento da União consignará, em 4 exercícios, dotações não inferiores a Cr\$ 120.000.000,00, para conclusão dessa ligação. — PL/1.669-B-52, na Câmara.

Lido em 4-12-52 — Publicado no DCN de 5-12-52 — Pág. 14.216 — 3ª coluna.

Despachado em 4-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PLCD — 358-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 26.580,50, para pagamento de salários devidos a Afro Bezerra, e dá outras providências. — PL/2.155-B-52, na Câmara.

Lido em 4-12-52 — Publicado no DCN de 5-12-52 — Pág. 14.216 — 4ª coluna.

Despachado em 4-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças.

PLCD — 359-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00, mensais, a Isabel Martin Teixeira de Melo, viúva do Juiz Alvaro Teixeira de Melo. — PL/ 189-B-51, na Câmara.

Lido em 5-12-52 — Publicado no DCN de 6-12-52 — Pág. 14.288 — 3ª coluna.

Despachado em 5-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: continuava na Comissão de Finanças.

PLCD — 360-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 2.600.000,00, à dotação atribuída à Verba 3, Anexo n.º 21, da Lei n.º 1.487, de 6-12-51. — PL/2.565-B-52, na Câmara.

Lido em 5-12-52 — Publicado no DCN de 6-12-52 — Pág. 14.288 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer oral, favorável, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado.

À sanção.

Lei n.º 1.797, de 31-12-52. — Publicado no D.O. de 2-1-53.

PLCD — 361-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 22.000,00, em reforço à Verba 3, do Anexo n.º 19, da Lei n.º 1.487, de 6-12-51. — PL/2.570-B-52, na Câmara.

Lido em 5-12-52 — Publicado no DCN de 6-12-52 — Pág. 14.288 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer oral, favorável, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado.

À sanção.

Lei n.º 1.794, de 31-12-52. — Publicado no D.O. de 2-1-53.

PLCD — 362-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito espe-

cial de Cr\$ 72.420,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor Ciro Romano Farina. — PL/2.084-B-52, na Câmara.

Lido em 5-12-52 — Publicado no DCN de 6-12-52 — Pág. 14.289 — 1ª coluna.

Despachado em 5-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: continuava na Comissão de Finanças.

PLCD — 363-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 135.200,00 em reforço de verbas ao Anexo n.º 19, do Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.487, de 6-12-51). — PL/2.456-C-52, na Câmara.

Lido em 5-12-52 — Publicado no DCN de 6-12-52 — Pág. 14.289 — 1ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra b, do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer favorável, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado.

À sanção.

Lei n.º 1.795, de 31-12-52. — Publicado no D.O. de 2-1-53.

P.L.C.D. 364-52 — Modifica o artigo 1.º da Lei n.º 1.673, de 18 de setembro de 1952 — (Despesas com funeral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal). (P.L. 2.605-B-52, na Câmara).

Lido em 5-12-52 — Publicado no D. C. N. de 6-12-52 — Pág. 14.289 — 2ª coluna.

Despachado em 5-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: continuava na Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 365-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 6.200.000,00 à dotação atribuída à Verba 1 do Anexo n.º 21 — da Lei n.º 1.487, de 6-12-51 — (P.L. 2.566-B-52, na Câmara).

Lido em 5-12-52 — Publicado no D. C. N. de 6-12-52 — Pág. 14.289 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, por iniciativa do Presidente, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento Interno.

Depois de proferido, pelo Sen. Durval Cruz, parecer oral, favorável, em nome da Com. de Finanças, foi o projeto aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.788, de 30-12-52. Publicado no *D. O.* de 31-12-52.

P.L.C.D. 366-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 146.974,90, para pagamento de gratificação a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1950, 1951 e 1952. (P.L. 2.635-B-52, na Câmara).

Lido em 8-12-52 — Publicado no *D. C. N.* de 9-12-52 — Pág. 14.390 — 4.ª coluna.

Incluída na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento Interno, a requerimento do Sen. Magalhães Barata, dependente de parecer da Comissão de Finanças.

Depois de proferido parecer oral, pelo Sen. Durval Cruz, favorável, em nome da Comissão de Finanças, o projeto foi aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.783, de 24-12-52 — Publicado no *D. O.* de 26-12-52.

P.L.C.D. 367-52 — Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências — (P.L. 1.041-D-51, na Câmara).

Lido em 8-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 9-12-52 — Pág. 14.391 — 1.ª coluna.

Despachado às Com. de Agricultura, Indústria e Comércio e de Finanças.

Em 12-12-52 é lido e aprovado requerimento (n.º 579-52), do Sen. Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o projeto, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno.

Na mesma sessão é submetido a Plenário o projeto. O Sen. Ferreira de Souza em nome da Comissão de Finanças, emite parecer oral, pela aprovação do projeto com as emendas que oferece (ns. 1 a 4). O Sen. Ismar de Góes profere voto em separado, oralmente. Esgotado o tempo da sessão,

a matéria fica transferida para a sessão seguinte.

Em 13-12-52 o Sen. Walter Franco oferece parecer oral em nome da Comissão de Agricultura e apresenta emendas (ns. 5 a 10). Aberta a discussão, são oferecidas mais cinco emendas (números 11 a 15). Falam os Sen. Domingos Velasco, Onofre Gomes, Attilio Vivacqua, Alfredo Neves e Kerginaldo Cavalcanti. Pelo Sen. Aloysio de Carvalho é requerida a audiência da Com. de Const. e Justiça sobre as emendas (requerimento n.º 590-52).

Na sessão extraordinária noturna da mesma data os Sen. Attilio Vivacqua, Walter Franco e Ferreira de Souza, oferecem parecer sobre as emendas, em nome das Com. de Const. e Justiça, de Agricultura e de Finanças, respectivamente.

Passando-se à votação, são aprovadas as emendas de ns. 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10 e 13. São rejeitadas as emendas de ns. 3, 5, 8, 12, 14 e 15. E' considerada prejudicada a de n.º 11, bem como a subemenda à emenda n.º 12.

Falam os Sen. Othon Mader, Alencastro Guimarães, Bernardes Filho, Mozart Lago, Kerginaldo Cavalcanti, Aloysio de Carvalho, Gomes de Oliveira e Domingos Velasco. Aprovado o projeto com as modificações constantes das emendas aprovadas. Remetido à Comissão de Redação.

Na mesma sessão é lido o parecer n.º 1.425-52, da Com. de Redação, oferecendo redação final às emendas do Senado ao projeto. Submetido imediatamente à discussão e votação é aprovado. E' designado o Sen. Ferreira de Souza para acompanhar na Câmara o estudo das emendas do Senado.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

Lei n.º 1.807, de 7-1-53 — Publicada no *D. O.* de 7-1-53.

Vetada parcialmente.

P.L.C.D. 368-52 — Abre ao Congresso Nacional os créditos suplementares de Cr\$ 252.000,00 e Cr\$... 500.000,00 destinados, respectivamente ao reforço da Verba 1, Consignação 1, Subconsignação 11, item 01-01, da Lei n.º 1.487, de 6-12-51 — (P.L. 2.710-A de 1952 — na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.448 — 3.^o coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-12-52 (extraordinária noturna), com parecer da Com. de Finanças, favorável, sob n.^o 1.408-52 (rel. Sen. Domingos Velasco), lido em 8-12-52.

Aprovado o projeto, que vai à sanção.

Lei n.^o 1.763, de 17-12-52 — Publicada no *D. O.* de 17-12-52.

P.L.C.D. 369-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 100.800,00, à Verba 1, do Anexo n.^o 17, da Lei n.^o 1.487, de 6-12-51 — (P.L. 2.049-B-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.449 — 1.^o coluna.

Incluído na Ordem do Dia da mesma data, por iniciativa da Mesa, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento Interno, dependente de parecer da Comissão de Finanças.

Em 12-12-52 é dada a palavra ao Sen. Ivo d'Aquino, Presidente da Com. de Finanças, que pede o prazo de duas horas para que a mesma Comissão se manifeste sobre a matéria.

Esgota-se o tempo da sessão antes de ser novamente dada a palavra ao relator da Com. de Finanças.

Aprovado na sessão noturna de 13 de dezembro de 1952, depois de emitir parecer oral, favorável, o relator da Com. de Finanças. À sanção.

Lei n.^o 1.796, de 31-12-52 — Publicado no *D. O.* de 2-1-53.

P.L.C.D. 370-52 — Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências — (P.L. 2.110-E-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.449 — 1.^o coluna.

Despachado em 9-12-52, às Comissões de Justiça, Agricultura, Trabalho e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (9-12-52).

P.L.C.D. 371-52 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como auxílio à 1.^o Exposição Feira Regional de Pe-

cuária — (P.L. 1.842-C-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.449 — 3.^o coluna.

Despachado em 9-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: aguardava parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 372-52 — Estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos Museus de Artes Plásticas de propriedade privada — (P.L. 1.932-B-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.449 — 4.^o coluna.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Justiça, Educação e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (9-12-52).

P.L.C.D. 373-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 60.177,20, para pagamento de gratificação adicional aos dentistas Homero Bittencourt Lomardo e Abílio Machado Filho — (P.L. 2.426-B-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.449 — 4.^o coluna.

Despachado em 9-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: aguardava parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 374-52 — Regula os direitos civis da mulher casada, e dá outras providências — P.L. 1.804-E-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.450 — 1.^o coluna.

Despachado em 9-12-52 à Comissão de Justiça.

Situação em 9-12-52: aguardava parecer da Comissão de Justiça.

P.L.C.D. 375-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 30.000,00 anuais à viúva de Luiz Campos Teixeira, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal de Alagoas — (P.L. 1.709-C-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.450 — 2.^a coluna.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (9-12-52).

P.L.C.D. 376-52 — Dispõe sobre a acumulação de cargos públicos — P.L. 952-B-51, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.450 — 2.^a coluna.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Justiça e Educação.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (9-12-52).

P.L.C.D. 377-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pintor Hélio Aristides Soelinger. (P.L. 902-B-51, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.450 — 3.^a coluna.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (9-12-52).

P.L.C.D. 378-52 — Institui o "Dia de Carlos Gomes" e dá outras providências — (P.L. 328-B-51, na Câmara).

Lido em 9-12-52.

Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52, pág. 14.450, 3.^a col.

Despachado em 9-12-52. Às Comissões de Educação e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Educação (9-12-52).

P.L.C.D. 379-52 — Autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do doutor Epitácio da Silva Pessoa, e dá outras providências — P.L. 2.071-C-52, na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-12-52 — Pág. 14.450 — 4.^a coluna.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Educação e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Educação (9-12-52).

P.L.C.D. 380-52 — Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do

Trabalho, e dá outras providências — (P.L. 1.575-C-52, na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 11-12-52 — Pág. 14.529 — 4.^a coluna.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Justiça, Trabalho e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (10-12-52).

P.L.C.D. 381-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei número 1.329, de 21-1-51 — (P.L. 2.558-B-52, na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Noturna — Publicado no *D.C.N.* de 11-12-52 — Supl. — Pág. 40 — 3.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, nos termos do art. 90, letra *b*, do Regimento Interno, a requerimento do Senador Domingos Velasco.

Depois de proferido pelo Sen. Ivo d'Aquino, parecer oral, favorável, pela Com. de Finanças e de fazerem uso da palavra os Srs. Othon Mäder e Domingos Velasco, o projeto foi aprovado.

À sanção.

Lei n.º 1.793, de 30-12-52 — Publicada no *D. O.* de 5-1-53.

P.L.C.D. 382-52 — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rêde Mineira de Viação (P.L. 2.497-C-52, na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 11-12-52 — Supl. — Página 40 — 4.^a coluna.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Viação e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Viação (10-12-52).

P.L.C.D. 383-52 — Autoriza o Poder Executivo a doar dois terrenos foreiros à Associação Damas de Caridade, com sede em Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul. — (P.L. n.º 1.565-C-52 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — not. Publicado na *DCN* de 11-12-52 — sup. — Página 41 — 2.^a coluna.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Trabalho (10-12-52).

(P.L.C.D. 384-52 — Denomina Biblioteca Murilo Braga a Biblioteca do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. — (PL n.º 2.040-B-52 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Noturna — Publicado no DCN de 11-12-52 — Supl. — Pág. 41 — 3.ª coluna.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Justiça e Educação.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (10-12-52).

P.L.C.D. 385-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale de São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 384.900,00, para pagamento de indenizações aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia. — (PL 2.587-B-52 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Noturna — Publicado no DCN de 11-12-52 — Suplemento — Pág. 41 — 3.ª coluna.

Despachado em 10-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Aguardando parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 386-52 — Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do País, e dá outras providências. — PL número 2.429-B-52 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Not. — Publicado no DCN de 11-12-52 — Supl. — Pág. 41 — 3.ª coluna.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Justiça e Forças Armadas.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (10-12-52).

P.L.C.D. 387-52 — Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n.º 1.126 de 7-6-50. — (PL 304-B-51 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Noturna — Publicado no DCN de 11-12-52 (Suplem. — Pág. 42 — 2.ª coluna.

Despachado às Comissões de Viação, Saúde e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Viação (10-12-52).

P.L.C.D. 388-52 — Denomina Sanatório Adriano Jorge o Sanatório para tuberculosos, construído pelo Governo

Federal na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. — (PL 133-B-51 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Not. — Publicado no DCN de 11-12-52 — Supl. — Pág. 42 — 2.ª coluna.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Justiça e Saúde.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (10-12-52).

P.L.C.D. 389-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério à Professora Danúsia de Menezes Brandão Ayres. — (PL 697-B-51 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Noturna — Publicado no DCN de 11-12-52 — Supl. — Pág. 42 — 3.ª coluna.

Despachado em 10-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Aguardando parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 390-52 — Retifica o Anexo n.º 18 da Lei n.º 1.487, de 6-12-51. — (PL 2.539-B-52 na Câmara).

Lido em 11-12-52 — Publicado no DCN de 12-12-52.

Despachado em 11-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Aguardando parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 391-52 — Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos Órgãos das 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª Regiões da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. — PL n.º 1.924-C-52 na Câmara).

Lido em 11-12-52. — Publicado no DCN de 12-12-52.

Despachado em 11-12-52 às Comissões de Trabalho e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Trabalho e Previdência Social.

P.L.C.D. 392-52 — Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências. PL 2.603-D-52 na Câmara).

Lido em 11-12-52 — Publicado no DCN de 12-12-52.

Em 11-12-52 é aprovado o requerimento n.º 569, de 1952, do Sen. Ivo

d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o projeto, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento.

Na sessão extraordinária noturna da mesma data o Sen. Ivo d'Aquino proferiu parecer oral, favorável, em nome da Comissão de Finanças.

Aberta a discussão, são lidas e apoiadas 5 emendas. Fala o Sen. Domingos Velasco, que apresenta o requerimento n.º 575-52, solicitando a audiência da Comissão de Justiça sobre o art. 25 do projeto. Aprovado o requerimento, depois de falar o Sen. Mozart Lago. O Senador Dario Cardoso, como Presidente da Comissão de Justiça, avoca o projeto e dá parecer pela constitucionalidade do art. 25. O Senador Ivo d'Aquino, em nome da Comissão de Finanças, dá parecer oral, contrário às emendas. Depois de falarem os Sen. Kerginaldo Cavalcanti, Attilio Vivacqua, Victorino Freire e Mozart Lago, o projeto é aprovado, rejeitadas as emendas. Faz declaração de voto o Sen. Victorino Freire.

Projeto rem. à sanção em 12-12-52 com a mensagem n.º 389.

Sancionado 18-12-52, exceto quanto ao art. 19 e seu parágrafo e ao artigo 25 e seus parágrafos (*Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952*. — Publicada no D. O. 18-12-52).

P.L.C.D. 393-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 49.000.000,00, destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira. — (PL. 2.517-B-52 na Câmara).

Lido em 11-12-52 — Publicado no DCN de 12-12-52.

Despachado em 11-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: aguardando parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 394-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 41.572,50, para pagamento de gratificação adicional à Aidade Andréa Montana. — (PL. 2.236-C-52 na Câmara).

Lido em 11-12-52 — noturna — Publicado no DCN de 12-12-52.

Despachado em 11-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: aguardando parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 395-52 — Restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa", e revoga o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945. — (PL. 1.982-D-52 na Câmara).

Lido em 11-12-52 — noturna — Publicado no DCN de 12-12-52.

Despachado em 11-12-52 às Comissões de Justiça, Educação, Relações Exteriores e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Justiça (11-12-52).

P.L.C.D. 396-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,10, para atender ao pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições. PL. 2.693-A-52 na Câmara).

Lido em 11-12-52 — Noturna — Publicado no DCN de 12-12-52.

Despachado em 11-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: aguardando parecer da Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 397-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari — (PL. 698-B-51 na Câmara).

Lido em 15-12-52 — Publicado no DCN de 16-12-52 — Pág. 14.885 — 3.ª coluna.

Despachado em 15-12-52 à Comissão de Finanças.

P.L.C.D. 398-52 — Modifica dispositivos de Código Penal, da Lei das Contravenções Penais e do Código de Processo Penal, e dá outras providências. (PL. n.º 1.339-C-51 na Câmara).

Lido em 15-12-52 — Publicado no DCN de 16-12-52 — Pág. 14.885 — 4.ª coluna.

Despachado em 15-12-52 à Comissão de Constituição e Justiça.

ANEXO N.º 2

PROJETOS DE LEIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS RECEBIDOS EM SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES E QUE TIVERAM PROSSEGUIMENTO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1952

P.L.C.D. — 67-48 — Obriga a abreugrafia do torax.

Lido na sessão de 14-5-48. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-9-52, com pareceres: n.º 372, de 1948, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 817, de 1952, da Comissão de Saúde, favorável; n.º 818, de 1952, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda do Sen. Mozart Lago.

P.L.C.D. — 252-49 — Equipara os extranumerários da União que exerçam funções de caráter permanente, aos funcionários públicos federais.

Projeto entrado no Senado em 1-8-49. Em Ordem do Dia da sessão de 8-4-52, com pareceres sob ns. 531 (com votos em separado dos Senadores Olavo Oliveira e Ferreira de Souza), 532, 768, de 1.951, 278 e 279 de 1952), a saber:

Com. Const. Just. — Com. Finanças — Sobre o projeto — Favoráveis com modificações constantes de emendas.

Emenda n.º 1 — (da Com. Justiça) — Favorável da Comissão de Finanças.

Favorável com subemenda.

Subemenda à emenda n.º 1 (da Com. Finanças). — Favorável da Comissão de Justiça.

Emenda n.º 2 (da Com. Finanças).

Emenda n.º 3 (do Plenário). — Contrário inconst. — Contrário também da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão em 8-4-52, ficando adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação, por falta de número, nas sessões de 14 e 15-4-52.

Adiada pelo término da sessão, em 17-4-52.

Adiada por 5 sessões, a requerimento do Sen. João Vilasboas (18-4-52).

Em 30-4-52 e rejeitado o projeto, ficando prejudicadas as emendas.

PLCD — 346-49 — Regula a liberdade de imprensa.

Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, sob ns. 1.169, de 1951, e 1.094, de 1952: favoráveis ao projeto, com as modificações constantes das emendas ns. 1 a 11, que oferece; favoráveis também às emendas ns. 12, 13, 18, 20, 24, 27, 28, 34, 35 e 36; favoráveis em parte às de ns. 19, 21 à 25; contrários às de ns. 15, 16, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 37; apresentando subemendas às de ns. 17 e 23; e considerando prejudicadas as de ns. 14 e 22.

Lido em 20-9-49. Em pauta nos dias 22 e 23. Retirado da pauta em virtude de erro nos avulsos.

Lido em 10-10-49 ofício da Câmara contendo as retificações pedidas pelo Sen. João Vilasboas.

Em pauta nos dias 12 e 13-10-49.

Retirado de pauta para nova publicação em 13-10-49.

À Com. de Const. e Justiça em 18 de janeiro de 1951.

Parecer n.º 1.169, da Com. de Const. e Justiça lido em 20-11-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-11-51. Discussão adiada para 6-12-51, em virtude do requerimento n.º 413-51, do Sen. Mozart Lago.

Encerrada a discussão (6-12-51) depois de falar o Sen. Mozart Lago, voltou à Comissão em virtude de emendas.

Parecer n.º 1.094-52, lido em 16-10 de 1952. Publicado em 17-10-52 (Rel.: Sen. Aloísio de Carvalho).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 4-12-52.

Aprovados o projeto e as emendas 1 a 13, 18, 20, 24, 27, 28, 34, 35 e 36; rejeitadas as de ns. 15, 16, 26, 29, 30, 31, 32, 33 e 37; aprovadas as subemendas às emendas ns. 17 e 23; aprovadas na parte em que tiveram parecer favorável as emendas 19, 21 e 25; prejudicadas as de ns. 14, pela de número 10) e 22 (pela de n.º 2).

À Comissão de Redação.

PLCD — 348-49 — Altera o artigo 114, do Decreto-lei n.º 483, de 8 de junho de 1938.

Lido em 27-9-49. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 19-8-52, com pareceres: n.º 733, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto e contrário à emenda do Relator (número 1) — n.º 734, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com as emendas que oferece. (ns. 2, 3 e 4).

Retirado em virtude de adiamento, para 22 do corrente, formulado pelo Sen. Melo Viana.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões com emenda do Sen. Melo Viana.

PLCD — 389-49 — Autoriza o Poder Executivo a dar a concessão de construção e exploração de um túnel submarino que ligue as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

Lido no Senado em 20-10-49. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5 de 1952, com pareceres: n.º 1.823-49, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo emenda substitutiva do artigo 1.º; n.º 369-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, oferecendo substitutivo; n.º 370-52, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, ficando prejudicados o da Comissão de Viação e Obras Públicas

e a emenda da Comissão de Constituição e Justiça. À Com. Redação, (9-5 de 1952).

Aprovada a redação final em 4-6 de 1952. À Câmara.

Lei n.º 1.783-A, de 26-12-52 — Publicada no D.O. de 5-1-53. p

PLCD — 433-49 — Concede isenção de direitos aos moinhos de trigo que se destinem a zonas tritícolas.

Em Ordem do Dia na sessão de 27 de março de 1952, com pareceres: n.º 215, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 216, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Rejeitado — 27-3-52.

PLCD — 469-49 — Concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira, isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capeiro.

Lido em 14-12-49. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-7-52, com pareceres: n.º 544-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 545-52, da Comissão de Finanças, contrário, com voto em separado do Sr. Senador Apolônio Sales oferecendo emendas; n.º 546-52, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, oferecendo Substitutivo.

Adiada em virtude de requerimento do Sen. Ferreira de Souza, para audiência das Comissões de Const. e Justiça e de Finanças sobre o substitutivo da de Agricultura.

PLCD — 24-50 — Dispõe sobre a organização do Quadro do Magistério Militar.

Lido no Senado em 24-1-50 — Em Ordem do Dia na sessão de 2-6-52, com pareceres: n.º 779-50, da Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela constitucionalidade e oferecendo emendas; n.º 780-50, da Comissão de Forças Armadas, favorável ao projeto e manifestando-se sobre essas e outras emendas oferecidas perante a Comissão; n.º 781-50, da Comissão de Educação e Cultura, favorável ao projeto, opinando sobre as emendas apresentadas e oferecendo outras; n.º 1.244-51, da

Comissão de Finanças, favorável ao projeto, manifestando-se sobre as emendas apresentadas e oferecendo outras. n.º 325-52 da Comissão de Constituição e Justiça, sobre as emendas ns. 33 e 34. — Voto em separado do Senhor Senador Fortunato Ribeiro; n.º 326-52, da Comissão de Forças Armadas, sobre as emendas ns. 33 e 34; n.º 327-52, da Comissão de Educação e Cultura, sobre as emendas ns. 21 e 35; número 463-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade da emenda n.º 35; n.º 464-52, da Comissão de Forças Armadas, sobre as emendas ns. 21 a 35.

Iniciada a votação das emendas em 2-6-52, Oradores: Aloísio Carvalho, Pinto Aleixo, Alfredo Neves e Flávio Guimarães. Interrompida por falta de número.

Em 4-6-52 (cont. de votação das emendas) falam os Sen. Aloísio de Carvalho, Atilio Viváqua, Mozart Lago, Alfredo Neves e Flávio Guimarães. Interrompida por falta de número.

Em 5-6-52, depois de falarem os Senadores Mozart Lago, Alfredo Neves, A. Carvalho, Atilio Viváqua, Flávio Guimarães e Vivaldo Lima, é terminada a votação das emendas. Aprovado o projeto. À Com. Redação.

Aprovada a redação final em 18-6 de 1952 (Parecer n.º 542-52). À Câmara.

Veto total.

Aprovado o veto em 24-9-52.

PLCD — 26-50 — Dispõe sobre a organização sindical.

Lido em 25-1-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-7-52, com pareceres: n.º 1.001-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e das emendas de pauta; n.º 1.002-51, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, com Aditivo, favorável ao projeto, sobre as emendas de pauta e as apresentadas perante a Comissão, e oferecendo outras emendas; n.º 657-52, da Comissão de Constituição e Justiça, com Aditivo, sobre as emendas da Comissão de Trabalho e Previdência, as apresentadas perante a mesma e as oferecidas em plenário na fase da discussão; número 658-52, da Comissão de Trabalho e Pre-

vidência Social, sobre as emendas oferecidas em plenário na fase da discussão.

Iniciada a votação das emendas que é interrompida por falta de número.

Prosseguiu a votação das emendas (sessão de 24, 25 e 28-7-52).

Terminada a votação das emendas. O proj. vai à Com. de Redação (sessão de 29-7-52).

Em 20-8-52 é lida a redação final.

Em 8-9-52 é aprovada a redação final. À Câmara dos Deputados.

PLCD — 69-50 — Dispõe sobre as finalidades do ensino do Serviço Social, sua estruturação e sobre as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.

Lido no Senado em 7-3-50.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de com pareceres: número 350-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 351-52, da Comissão de Educação e Cultura, oferecendo substitutivo; n.º 352-52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, oferecendo emendas ao substitutivo.

Adiada a discussão para 13-5-52, a requerimento do Sen. Alfredo Neves (n.º 143-52).

Retirado da Ordem do Dia (13-5-52) a fim de ser ouvida a Com. de Finanças sobre o substitutivo da Com. de Ed. e Cultura.

Em 5-8-52 é lido o parecer número 732-52, da Com. de Finanças, oferecendo subemenda ao substitutivo.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 18-8-52. Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda do Sen. Joaquim Pires.

Em 5-12-52 é lido e aprovado o requerimento n.º 540-52, do Sen. Luiz Tinoco, solicitando urgência para o projeto.

Pareceres sobre as emendas: número 1.305, da Com. de Const. e Justiça, pela aprovação do substitutivo, das emendas e subemendas; n.º 1.306, da Com. de Educação, pela aprovação da emenda com subemenda; n.º 1.386, da Com. de Trabalho, pela aprovação da emenda com subemenda; parecer verbal do rel. da Com. de Finanças, Senador Alberto Pasqualini, informando

que deixa de se pronunciar sobre a emenda e subemenda por fugir à alçada daquela Comissão.

Em votação é aprovado o substitutivo com emendas, ficando prejudicado o projeto. Sessão de 9-12-52. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 12-12 de 1952. À Câmara.

PLCD — 94-50 — Altera dispositivos dos Decretos ns. 19.606, de 19 de janeiro de 1931 e n.º 20.377, de 8 de setembro do mesmo ano, e revoga o Decreto n.º 26.747, de 3 de junho de 1949.

Lido na sessão de 14-4-50.

Pareceres (ns. 377 e 378, de 1951, 483, 484, 836 e 837, de 1952):

I — *Sobre o Projeto*: da Comissão de Constituição e Justiça, favorável com a alteração que sugere; da Comissão de Saúde, favorável, com emendas (ns. 3 e 4);

II — *Sobre as emendas*: da Comissão de Constituição e Justiça, contrário às de ns. 1, 2 e 5; pela constitucionalidade das de ns. 3 e 4; da Comissão de Saúde, contrário às de ns. 1, 2, 5 e oferecendo as de ns. 3 e 4.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-9-52. Aprovado com as emendas ns. 3 e 4 e s/n (da Com. Justiça); rejeitadas as emendas ns. 1 e 5. Prejudicada a de n.º 2. À Com. Redação.

Em 26-9-52 é aprovada a redação final. À C. Deputados.

PLCD — 157-50 — Cria no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, cargo de Professor Catedrático para atender ao desdobramento da Cadeira de Prótese Dentária, em Prótese Fixa e Prótese Móvel e dá outras providências.

Projeto lido na sessão de 9-6-50. Em Ordem do Dia da sessão de 1-4 de 1952 com pareceres: n.º 245, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com a emenda que oferece; n.º 246, da Comissão de Educação e Cultura, favorável ao projeto; n.º 247, da Comissão de Finanças, contrário (com voto em separado e emenda do Senador Plínio Pompeu).

Adiada a discussão para 23-4-52, a requerimento do Sen. Atilio Viváqua.

Na sessão de 23-4-52 foi rejeitado o projeto, ficando prejudicadas as emendas.

PLCD — 171-50 — Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital da República.

Lido em 21-6-50. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 26-7-51 com pareceres: Encerrada a discussão voltou às Com. com emenda;

I — *Sobre o projeto*: n.º 586, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 587, de 1951, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, favorável; n.º 588, de 1951, da Comissão de Finanças, favorável; n.º 589, de 1951, da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável, com as emendas que oferece; n.º 590, de 1951, da Comissão de Saúde, favorável;

II — *Sobre a emenda de Plenário*: S/n da Comissão de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade; s/n da Comissão de Agricultura, favorável; s/n da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável; s/n da Comissão de Saúde, favorável.

(Incluído em Ordem do Dia sem parecer da Comissão de Finanças, sobre a emenda de Plenário, nos termos do art. 95, letra a, do Regimento Interno, em virtude de requerimento do Sr. Senador Domingos Velasco, aprovado na sessão de 26-9-52).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52. Adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 1-10-52 c/ as emendas da Com. de Viação e um destaque requerido pelo Sen. Melo Viana. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 22-10-52. À Câmara dos Deputados.

Lei n.º 183, de 5-1-53 — Publicada no D.O. de 8-1-53.

PLCD — 172-50 — Projeto de Lei da Câmara n.º 172, de 1950, que dispõe sobre a inclusão, na classe J da carreira de Técnico de Laboratório, dos microscopistas do extinto Serviço de Saneamento Rural do Ministério da Justiça.

Lido no Senado em 23-6-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5

de 1952, com pareceres: n.º 361-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade; n.º 368-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Rejeitado por inconstitucional (9-5 de 1952).

PLCD — 188-50 — Cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.

Lido em 6-7-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-7-50, com pareceres: n.º 631-52, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo; n.º 632-52, da Comissão de Saúde, favorável ao Substitutivo e oferecendo subemendas; n.º 633-52, da Comissão de Finanças, favorável ao substitutivo, opinando sobre as subemendas da Comissão de Saúde e oferecendo novas subemendas.

Aprovado o substitutivo e algumas subemendas. Interrompida a votação por falta de número.

Em 10-7-52 é terminada a votação das subemendas, ficando prejudicado o projeto primitivo. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 31-7-52. À Câmara.

PLCD — 192-50 — Eleva o salário-família instituído pelo Decreto-lei número 5.976, de 20 de novembro de 1943. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de requerimento aprovado na sessão de 19-6-52).

Lido em 10-7-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20-6-52, com pareceres: 119-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; s/n da Comissão de Finanças, emitido verbalmente na sessão extraordinária de 26-1-51, favorável ao projeto e à emenda apresentada perante a Comissão; e oferecendo emenda.

Retirado pelo Presidente para reexame, depois de falarem os Sen. Ivo d'Aquino, Ismar de Góis e Durval Cruz.

Aprovado com emendas na sessão de 1-7-52. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 10-7-52. À Câmara.

Lei n.º 1.757-A, de 10-12-52 — Publicada no D.O. de 11-12-52.

PLCD 226-50 — Dispõe sobre o amparo a estudantes pobres.

Lido em 7-8-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-5-52, com pareceres: n.º 811-51, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; número 812-51, da Comissão de Educação e Cultura, favorável; n.º 813-51, da Comissão de Finanças, pedindo a audiência do Departamento Administrativo do Serviço Público; n.º 814-51, da Comissão de Finanças, contrário, com voto em separado do Sr. Senador Plínio Pompeu; n.º 493-52, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à emenda de plenário; n.º 494-52, da Comissão de Educação e Cultura, contrário à emenda; n.º 495-52, da Comissão de Finanças, contrário à emenda.

Requerida pelo Senador Ivo D'Aquino preferência para votação do projeto antes da emenda.

Rejeitado o projeto. Prejudicada a emenda.

PLCD 232-50 — Fixa no quinquênio de 1951-1956, a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre, e dá outras providências.

Lido na sessão de 7-8-50.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-9-52, com pareceres: número 901, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; n.º 902, da Comissão de Finanças, favorável, com emendas.

Aprovado com emendas. À Com. de Redação.

Em 7-10-52 é lida a redação final.

Em 9-10-52 é aprovada a redação final. À Câmara dos Deputados.

PLCD 257-50 — Manda classificar no Art. 1.887 da Tarifa das Alfândegas e submeter a direitos aduaneiros de 100% *ad valorem* os laminados e outros artigos à base de resinas vinílicas.

Lido em 25-10-50.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 18-8-52, com pareceres: n.º 728, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 729, da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que oferece.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda do Senador Mello Vianna.

Comissões que se pronunciaram sem as emendas: Comissão de Justiça, G.

Oliveira, 912-52 — 4-9-52 — pela const. das emendas — 18-9-52 — Publicado em 19-9-52.

Comissão de Finanças — F. Souza — 913-52 — 11-9-52 — contrário à emenda de plenário — 18-9-52 — Publicado 19-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-52.

Aprovados o projeto e a emenda número 1. Rejeitada a emenda n.º 2 (de plenário). — À Com. Redação.

Redação final, lida em 7-10-52.

Em 9-10-52 é aprovada a redação final. À Câmara dos Deputados.

PLCD 269-50 — Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n.º 12.944, de 30 de março de 1918 e no Decreto Legislativo n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas.

Lido na sessão de 3-11-50. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 26-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 921, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 922, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação. Em 7-10-52 é lida a redação final.

Aprovada a redação final em 9-10-52. À sanção.

Lei n.º 1.716, de 29-10-52. — D.O. 4-11-52. (Prom.).

PLCD 286-50 — Dispõe sobre a bonificação de Cr\$ 10,00 por arroba de quinze quilos de algodão em pluma aos produtores ou beneficiadores, que tenham entregue a mercadoria ao Banco do Brasil.

Lido na sessão de 9-11-50. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-9-52, com pareceres: n.º 944, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por inconstitucionalidade; n.º 945, da Comissão de Agricultura, pela rejeição (com voto em separado do Sr. Senador Sá Tinoco); n.º 946, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Adiada a discussão a requerimento do Senador Ivo D'Aquino.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número em 30-9-52.

Rejeitado em 1-10-52.

PLCD 287-50 — Dispõe sobre a classificação de Diaristas como Mensalistas.

Lido na sessão de 9-11-50. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21 de outubro de 1952, com pareceres: número 1.062, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com a emenda que oferece; n.º 1.063, da Comissão de Finanças, contrário ao projeto e à emenda.

Rejeitado.

PLCD 294-50 — Dispõe sobre concursos, estabelecendo preferência para a nomeação de funcionários e servidores efetivos que tenham mais de cinco anos de serviço e prestem concurso para o preenchimento de vagas acima dos cargos ou funções que ocupam, uma vez que alcancem aprovação.

Lido em 14-11-50 Em Ordem do Dia na sessão de 6-5-52, com parecer número 356-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e contrário quanto ao mérito. — Voto em separado do Sr. Senador Joaquim Pires.

Retirado da Ordem do Dia, a requerimento do Senador Ismar de Góis (n.º 150-52), para audiência da Comissão de Finanças.

PLCD 295-50 — Dispõe sobre a situação jurídica dos Procuradores das autarquias federais.

Lido em 14-11-50. Incluído na Ordem do Dia de 2-10-52, sem parecer da Comissão de Finanças, nos termos do art. 95, letra a, do Reg. Int. (requerimento do Senador Kerginaldo Cavalcanti) com pareceres:

I) — Sobre o Projeto n.º 42, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; sem n.º, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável.

II) — Sobre as emendas: n.º 42, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável às de ns. 2 e 3, contrário às de ns. 1, 4 e 5, oferecendo sub-emenda à de n.º 6 e propondo o destaque da de n.º 7 para constituir projeto em separado; S/n.º, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável às de ns. 2, 4; favorável em parte à de n.º 5; contrário às de ns. 1, 3, 9, 10, 11; oferecendo sub-emenda à de n.º 6 e propondo o destaque da de ns. 7 e 8 para constituírem projeto em separado.

Retirado da Ordem do Dia para transcrição da legislação citada (questão de ordem do Senador Othon Mäder).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-10-52. Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões em virtude de novas emendas.

PLCD 298-50 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

(Com 3 emendas).

Projeto entrado no Senado em 2-11-50. Em Ordem do Dia da sessão de 3-4-52 com pareceres contrários: n.º 176, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 280, da Comissão de Finanças.

Retirado da Ordem do Dia em virtude de não estar publicado nos Avulsos o parecer da Comissão de Finanças. Em Ordem do Dia na sessão de 4 de junho de 1952.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões em virtude de emenda do Senador Euclides Vieira.

Comissões que se pronunciaram sobre a emenda:

Comissão de Justiça — Relator, G. Oliveira — n.º 675-52 — Data 18-6-52 — Pron. contrário — Leitura 14-7-52 — Publ. 15-7-52.

Comissão de Finanças — Relator M. Olimpio — n.º 676-52 — Data 9-7-52 — Pron. contrário — Leitura 14-7-52 — Publ. 15-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 22-8-52. Concedida preferência para a votação do projeto, a requerimento do Senador Ivo D'Aquino. Iniciada a votação, que ficou interrompida por falta de número.

Adiada a votação (sessão de 25 de agosto de 1952) em virtude do levantamento da sessão por motivo do falecimento do Governador Agamemnon Magalhães.

Rejeitado o projeto. Rejeitadas, digo, prejudicadas as emendas. Sessão de 26-8-52.

PLCD 316-50 — Assegura pensão especial às viúvas dos ex-Presidentes da República.

Projeto recebido no Senado em 2 de novembro de 1950. Em Ordem do Dia da sessão de 3-4-52 com pareceres:

n.º 257, da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; número 258, da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que oferece.

Rejeitada a emenda.

Aprovado o projeto.

À sanção.

Lei n.º 1.593, de 23-4-52 — D.O. de 30-4-52 (Prom.).

PLCD 318-50 — Dá nova redação à Lei n.º 283, de 24 de maio de 1948, que dispõe sobre licença especial aos servidores públicos, civis e militares.

Lido no Senado em 28-11-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-5-52, com pareceres: n.º 627, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 346, de 1952, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Rejeitado.

PLCD 331-50 — Dispõe sobre a exportação de minérios empregados na utilização da energia atômica.

Lido na sessão de 6-12-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-9-52, com pareceres contrários: n.º 792, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 793, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio; n.º 795, da Comissão de Forças Armadas.

Rejeitado.

PLCD 349-50 — Concede isenção de direito de importação e demais taxas aduaneiras às empresas de navegação aérea para importação de aviões, gasolina, peças e materiais sobressalentes respectivos.

Lido em 18-12-50. Em Ordem do Dia na sessão de 11-6-52, com pareceres: n.º 349-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda; n.º 350-51, da Comissão de Finanças, contrário ao projeto; n.º 473-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade da emenda n.º 2; n.º 474-52, da Comissão de Finanças, pela rejeição da emenda n.º 2.

Rejeitado o projeto. Prejudicadas as emendas.

PLCD 4-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 49.174.943,30, para ocorrer a despesas relativas a re-

quisições feitas pelo Juízo Arbitral, instituído pelo art. 12 do Decreto-lei número 9.521, de 26 de julho de 1946.

Lido no Senado em 5-1-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-5-52, com pareceres: n.º 1.103-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.104-51, da Comissão de Finanças, favorável; número 400-52, da Comissão de Constituição e Justiça, mantendo o seu primeiro parecer.

Retirado da Ordem do Dia para novo pronunciamento da Comissão de Finanças.

Em 4-7-52 é lido o parecer n.º 644-52, da Comissão de Finanças, mantendo seu parecer anterior, favorável ao projeto.

Em Ordem do Dia na sessão de 10-7-52. O Senador Mozart Lago requer (req. 224-52) o adiamento da discussão até que o parecer do Procurador Geral da Fazenda seja publicado, para conhecimento do Plenário. Falam os Senadores Aloysio de Carvalho, J. Vilasboas e Domingos Velasco.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número. Pelo mesmo motivo fica prejudicado o requerimento do Senador Mozart Lago.

Em 11-7-52 é indeferido pela Mesa o requerimento do Senador Mozart Lago (n.º 226-52), em virtude de já haver o projeto sofrido um adiamento.

O Senador Bernardes Filho apresenta requerimento (227-52) solicitando o adiamento da votação, a fim de ser o projeto anexado ao de número 178-50. Falam os Senadores Aloísio de Carvalho e Domingos Velasco. A Mesa solicita o pronunciamento do plenário sobre o requerimento do Senador Bernardes Filho, uma vez que não pode aceitá-lo, em face do disposto no artigo 156 do Regimento. O requerimento é aprovado. O Senador Ivo D'Aquino faz declaração de voto.

Fala o Senador Hamilton Nogueira, que apresenta o requerimento n.º 228-52, deferido pela Mesa, no sentido de serem solicitadas informações ao Ministro da Fazenda sobre o projeto número 178-50.

O Projeto vai à Comissão de Justiça afim de ser anexado ao de nú-

mero 178-50, de acôrdo com a deliberação do Plenário.

PLCD 6-51 — Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional os direitos e vantagens da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, pela qual são concedidas vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra:

Lido em 5-1-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 10-6-52, com pareceres: n.º 1.237-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.238-51, da Comissão de Forças Armadas, oferecendo emenda; — da Comissão de Finanças (verbal, em sessão de 3-12-51) favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Forças Armadas e oferecendo mais duas emendas; n.º 419-52 da Comissão de Constituição e Justiça, favorável a essas emendas e às de plenário; n.º 420-52, da Comissão de Forças Armadas, sobre as emendas da Comissão de Finanças, e as de plenário; n.º 425-52, da Comissão de Finanças sobre as emendas de plenário.

Aprovado com emendas. À Comissão de Redação.

Aprovada em 1-7-52 à redação final. À Câmara.

Lei n.º 1.756, de 5-12-52. — D.O. de 11-12-52.

PLCD 19-51 — Reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal, cria o respectivo quadro de pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia em virtude da dispensa de interstício concedida na sessão de 10-12-52, a requerimento do Sr. Senador Matias Olímpio, tendo Pareceres favoráveis ns. 129, de 1951 e 1.379, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça e ns. 130, de 1951 e 1.380, de 1.952, da Comissão de Finanças.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52.

Retirado da Ordem do Dia para nova audiência da Comissão de Constituição e Justiça, a requerimento do Senador Ferreira de Souza.

PLCD 34-51 — Declara em disponibilidade remunerada professores do antigo Colégio Universitário. (Com 5

emendas, sendo 4 apresentadas na fase de pauta e 1 perante a Comissão de Educação e Cultura). Pareceres: n.º 1.424, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.425, de 1951, da Comissão de Educação e Cultura, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 a 4 e contrário à de n.º 5; n.º 1.426, de 1951, da Comissão de Finanças, contrário ao projeto e às emendas.

Em Ordem do Dia da sessão de 25-1-52. Retirado para reimpressão de avulsos. Novamente incluído na de 15-2-52. Adiada a discussão para 8 de março de 1952, em virtude da aprovação do requerimento n.º 46-52, do Senador Ivo d'Aquino.

Novamente em Ordem do Dia da sessão de 20-3-52.

Rejeitado o projeto em 20-3-52, ficando prejudicadas as emendas.

PLCD 39-51 — Isenta do imposto de consumo os aparelhos ortopédicos em geral. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de requerimento do Senador Vivaldo Lima, aprovado na sessão de 18-6-52.

Rejeitado na sessão de 19-6-52, depois de lidos os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e de Saúde, contrário, e de emitir parecer verbal, contrário, pela Comissão de Finanças, o Senador Ivo D'Aquino.

P.L.C.D. — 40-51 — Altera a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Lido em 26-1-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-5-52, com pareceres: n.º 74-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e inconstitucionalidade da emenda oferecida em fase de pauta; n.º 75-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à mesma emenda; n.º 469-52, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário às emendas oferecidas em fase de discussão; n.º 470-52, da Comissão de Finanças, contrário a essas emendas.

Adiada a votação para 4-6-52, a requerimento do Senador Álvaro Adolfo (n.º 176-52).

Adiada por falta de número (Sessão de 4-6).

Em Ordem do Dia na sessão de 5 de junho de 1952. E' aprovado requerimento do Senador Melo Viana (número 186-52), solicitando destaque do § 1.º do projeto.

Em virtude de questão de ordem levantada pelo Senador Melo Viana, a respeito de omissão no avulso distribuído aos Senadores, é o projeto retirado da Ordem do Dia pelo Sr. Presidente.

Em Ordem do Dia na sessão de 16 de junho de 1952. São rejeitadas as emendas ns. 1 e 2 e mantido o dispositivo destacado. Aprovado o projeto. À Com. Redação.

Em 27-6-52 é aprovada a redação final (Parecer n.º 596-52). À sanção.

Lei n.º 1.639, de 14-7-52 D.O. de 16-7-5 (Prom.).

P.L.C.D. — 52-51 — Cria novos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Lido no Senado em 30-1-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 16-6-52, com pareceres: n.º 485-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 487-52, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões em virtude de subemenda do Senador Mozart Lago ao substitutivo da Com. de Finanças.

P.L.C.D. — 59-51 — Torna extensivos aos técnicos e aos operários da Marinha de Guerra, mobilizados, os dispositivos do Decreto-lei n.º 8.361 de 13 de dezembro de 1945.

Lido na sessão de 16-3-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52, com pareceres: n.º 237, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade; n.º 662 da Comissão de Finanças, declarando não conter o projeto matéria financeira; n.º 813, da Comissão de Forças Armadas, pela rejeição.

Rejeitado.

P.L.C.D. — 73-51 — Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.

Lido no Senado em 16-3-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 19-5-52, com pareceres: n.º 431-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 432-52, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, favorável; n.º 433-52, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Adiada a discussão para 22-5-52, a requerimento do Senador João Vilasboas.

Encerrada a discussão em 23-5-52, voltou às Com. com emendas.

Comissões que se pronunciaram sobre as emendas de plenário: — Com. C. Justiça — Rel. A. Jobim — N.º 669-52 — Data — 9-6-52 — Pron. — pela Const. — Leit. 10-7-52 — Publ. 11 de julho de 1952.

Com. — Agricultura — Rel. — Sá Tinoco — N.º — 670-52 — Data — 1-7-52 — Pron. — fav. em parte à emenda 12 — Leit. 10-7-52 — Publ. — 11-7-52.

Com. — Finanças — Rel. A. Adolfo — N.º — 671-52 — Data — 9-7-52 — Pron. — contrário às emendas 4, 5, 6, 9, 11, 12 e 13; c/r.l. às emendas 7, 8 e 10 — Leit. — 10-7-52 — Publ. 11-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 17-7-52. Aprovado o substitutivo da Com. de Finanças. Falam os Senadores João Vilasboas e Álvaro Adolfo. Iniciada a votação das emendas, que é interrompida por falta de número.

Terminada a votação das emendas e subemendas. Oradores: Senadores J. Vilasboas e A. Adolfo. Fica prejudicado o projeto primitivo. A Com. Redação (sessão de 18-7-52).

Aprovada a redação final em 31 de julho de 1952. À Câmara dos Deputados.

Lei n.º 1.806, de 6-1-53. Publicada no D.O. de 7-1-53.

Vetada parcialmente.

P.L.C.D. — 81-51 — Estende os benefícios previstos nas Leis ns. 288,

de 1948 e 616 de 1949, nas quais são concedidas vantagens a militares e civis que tomaram parte em operações de guerra.

Lido no Senado em 16-3-51. Em Ordem do Dia na sessão de 28-5-52, com pareceres: n.º 1.259-51 da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto; número 1.260-51 da Comissão de Forças Armadas, oferecendo emenda; sem número, da Comissão de Finanças (verbal), na sessão de 5-12-51 contrário aos arts. 5.º, 8.º, 9.º e 10 e aos §§ 1.º e 2.º do art. 6.º; s/n., da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade das emendas da Comissão de Forças Armadas e de plenário; s/n., da Comissão de Forças Armadas sobre as emendas de plenário. — (Incluído em ordem do dia em virtude do requerimento aprovado na sessão de 23 de maio de 1952).

Retirado, em virtude de questão de ordem do Senador Ferreira de Sousa, para preenchimento de formalidades regimentais, e também para audiência da Com. de Finanças sem as emendas de plenário.

P.L.C.D. — 86-51 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda do crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00 para pagamento ao Tesouro Britânico como liquidação de todos os «claims» pendentes, constantes de «Aide Memoire».

Pareceres favoráveis: n. 723, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 724, da Comissão de Relações Exteriores; n.º 725, da Comissão de Finanças.

Aprovado.

À Com. Redação.

Redação final aprovada em 27 de agosto de 1952. À sanção.

Lei n.º 1.669, de 3-9-52 — D.O. de 6-9-52.

P.L.C.D. — 135-51 — Manda considerar “post mortem” as promoções dos ex-capitães de Aviação, Romeu Everton Quadros e Armando de Melo Meziath e do Sargento Dario Perli.

Projeto entrado no Senado em 27 de julho de 1951.

Em Ordem do Dia na sessão de 7 de abril de 1952, com pareceres contrários:

n.º 259, da Comissão de Constituição e Justiça (com voto em separado do Senador Carlos Saboia). n.º 260, da Comissão de Forças Armadas, n.º 261, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número, em 7 de abril de 1952.

Adiada a votação, por falta de número, nas sessões de 8, 14, 15 e 17 de abril de 1952.

Na sessão de 18-4-52, a requerimento do Senador Carlos Lindenberg, é adiada a votação para 28-4-52.

Rejeitado na sessão de 30-4-52.

P.L.C.D. — 138-51 — Assegura aos Oficiais da Reserva de 2.ª classe da Aeronáutica, aproveitados no serviço da FAB, inscrição como contribuintes do Montepio Militar.

Lido no Senado em 27-7-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20-5-52 com pareceres favoráveis: n.º 416-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 417-52, da Comissão de Forças Armadas; n.º 418-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação.

Aprovada a redação final em 4 de junho de 1952. À sanção.

Lei n.º 1.627, de 18-6-52 — D.O. 21 de junho de 1952.

P.L.C.D. — 155-51 — Converte em monumentos os remanescentes históricos das cidades de São Vicente (São Paulo) e Pôrto Calvo (Alagoas).

Lido em 9-8-51 — Retirado da Ordem do Dia de 14-2-52 para nova audiência da Com. Finanças.

Pareceres: I — Sobre o Projeto — n.º 1.117-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.118-51, da Comissão de Educação e Cultura, favorável.

II — Sobre a emenda: n.º 56-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, na parte referente ao crédito; n.º 57-52, da Comissão de Educação e Cultura, contrário; n.º 342-52, da Comissão de Finanças, contrário.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-5-52. Aprovado o projeto e rejeitada a emenda. À Com. Redação (para a sanção).

Redação final aprovada em 16 de maio de 1952. À sanção.

Lei n.º 1.618-A, de 9-6-52 — D.O. de 13-6-52. (Promulgada).

P.L.C.D. — 162-51 — Estabelece gratificações mensais para as funções de Delegado e Assistente da Delegação do Tribunal de Contas junto ao Departamento da Imprensa Nacional e ao Estado Maior das Forças Armadas.

Lido na sessão de 16-8-51. Incluído em Ordem do Dia em 7-7-52, com pareceres: n.º 617-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 618-52, da Comissão de Forças Armadas, favorável; n.º 619-52, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emendas do Senador Melo Viana.

Comissões que se pronunciaram sobre a emenda — Com. C. Just. — Rel. J. Pires — N.º 1.021-52 — Datas 18-7-52 — Pron. favorável — Leit. 3-10-52 — Publ. 4-10-52.

Com. — F.ª Arm. — Rel. R. Glaser — N.º 1.022-52 — Datas 18 de agosto de 1952 — Pron. contrário — Leit. 3-10-52 — Publ. 4-10-52.

Com. — C. Fin. — Rel. C. Vasconcelos — N.º 1.023-52 — Datas — 1-10-52 — Pron. contr. — Lei. 3 de outubro de 1952 — Publ. 4-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 16-10-52.

Aprovado o substitutivo da Com. de Finanças. Prej. o projeto e a emenda. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 31-10-52. A C.D.

P.L.C.D. — 176-51 — Dispõe sobre a repressão do contrabando e dá outras providências.

Lido na sessão de 24-8-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 7-10-52, com pareceres: n.º 988, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 989, da Comissão de Finanças, favorável, com as emendas que oferece.

Aprovado com emendas. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 29-10-52. À Câmara dos Deputados.

P.L.C.D. — 181-51 — Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, excetuadas de previdência social, para materiais importados pela Ipiranga S. A., Companhia Brasileira de Petróleos.

Lido no Senado em 28-8-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-6-52, com pareceres: — número 518-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade — com voto em separado do Sr. Senador Gomes de Oliveira; n.º 519-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Fica prejudicado, por falta de número para a votação, requerimento do Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da discussão para 15 de julho.

Na sessão de 17-6-52 é adiada a votação para o dia 15 de julho, a requerimento do Senador Mozart Lago.

Aprovado em 14-7-52. À sanção.

Lei n.º 1.657-B. de 1-8-52 — D.O. de 7-8-52 (Promulgada).

P.L.C.D. — 185-51 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material destinado à Usina Elétrica Municipal de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul.

Em Ordem do Dia na sessão de 21 de março de 1952, com pareceres favoráveis: — n.º 221, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 222, da Comissão de Finanças.

Aprovado. Em 21-3-52.

À sanção.

Lei n.º 1.587, de 31-3-52 — D.O. de 3-4-52.

P.L.C.D. — 186-51 — Modifica o art. 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948.

Projeto entrado no Senado em 29 de agosto de 1951. Em Ordem do Dia na sessão de 7-4-51, com pareceres: — n.º 286, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 287, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número, em 7 de abril de 1952.

Adiada a votação, por falta de número nos dias 8, 14, 15 e 17-4-52.

Aprovado com emendas na sessão de 18-4-52. À Com. de Redação (para a Câmara).

P.L.C.D. — 188-51 — Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1º Grupo de Caça, as disposições da Lei n.º 1.209, de 25 de outubro de 1950.

Projeto entrado no Senado em 29 de agosto de 1951. Em Ordem do Dia na sessão de 4-4-52, com pareceres favoráveis: — n.º 270, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 271, da Comissão de Forças Armadas; número 272, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão em 4-4-52, voltou às Comissões com emenda do Senador João Vilasboas.

Comissões que se pronunciaram sobre a emenda:

Com. — C. Just. — Rel. C. Mercio — N.º 562-52 — Data 7-5-52 — Pron. pela const. — Leit. 20-6-52 — Publ. 21-6-52.

Com. — F. Armadas — Rel. S. Curvo — N.º 563-52 — Data 19 de maio de 1952 — Pron. contrário — Leit. 20-6-52 — Publ. 21-6-52.

Com. — Finanças — Rel. C. Vergueiro — N.º 564-52 — Data 18-6-52 — Pron. contrário — Leit. 20-6-52 — Publ. 21-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-6-52. Adiada a votação por falta de número.

Em 1-7-52 é rejeitada a emenda e aprovado o projeto. À sanção.

Lei n.º 1.647, de 18-7-52 — D.O. de 23-7-52.

PLCD — 189-51 — Reorganiza os Cursos do Departamento Nacional da Criança.

Lido na sessão de 29-8-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52, com pareceres favoráveis (ns. 353, 354, 355 e 1.053).

I — *Sobre o Projeto*: da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Educação e Cultura; da Comissão de Saúde; da Comissão de Finanças.

II — *Sobre as emendas apresentadas perante a Comissão de Saúde*: da Co-

missão de Saúde; da Comissão de Finanças.

Aprovado com as emendas. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 10-11-52. À Câmara dos Deputados.

PLCD — 190-51 — Altera o artigo 475, e seus parágrafos do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Lido em 28-8-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52. Retirado a requerimento do Senador Othon Mäder (adiamento para 10-11-52).

Pareceres: nº 1.114, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 1.115, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável, exceto quanto ao § 2º (com voto em separado do Senador Othon Mäder); nº 1.116, da Comissão de Finanças, declarando escapar à competência da Comissão o assunto do projeto.

Encerrada a discussão em 10-11-52. O projeto voltou às Comissões em virtude de emenda do Senador Camilo Mércio.

PLCD — 195-51 — Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais empregados de empresas concessionárias de serviço público.

Em Ordem do Dia em sessão de 27-3-52 com pareceres favoráveis: número 211, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 212, da Comissão de Trabalho e Previdência Social; nº 213, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 27-3-52.

À Comissão de Redação a fim de redigir para sanção.

Aprovada a redação final em 17-4-52. À sanção.

Lei nº 1.599-A, de P-5-52. — Publicada no D.O. de 15-5-52.

PLCD 200-51 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná — o crédito suplementar de Cr\$ 54.060,00, do Anexo nº 26 da Lei nº 1.249, de 1º de dezembro de 1950.

Pareceres: I — *Sobre o projeto* (favoráveis) — nº 1.358, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça; número 1.359, de 1951, da Comissão de Finanças.

II — *Sobre a emenda de Plenário*: nº 203, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 204, de 1952, da Comissão de Finanças, oferecendo subemenda substitutiva.

Aprovado com a subemenda substitutiva em 20-3-52. À Comissão de Redação. (V. remessa à C.D.).

Aprovada a redação final (Parecer 298-52) em 14-4-52. À Câmara.

Lei nº 1.630, de 24-6-52. — Publicada no D.O. de 30-6-52 (Prom.).

PLCD — 209-51 — Exclui da classificação constante do art. 1º da Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Santos, no Estado de São Paulo. (Parecer nº 500-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e pela sua aprovação em parte, e sobre as emendas do plenário).

Incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa do interstício, concedida na sessão de 26-5-52. (Reg. número 168-52).

Em Ordem do Dia da sessão de 27-5-52. Depois de falarem os Srs. Ivo d'Aquino, Euclides Vieira e Kerginaldo Cavalcânti, são aprovadas as emendas ns. 1 e 3, rejeitadas as de ns. 2 e 4.

Em votação, é aprovado o projeto com exclusão do art. 2º e as modificações constantes das emendas aceitas.

Em virtude da aprovação de requerimento de dispensa de interstício para a redação final é a mesma aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Lei nº 1.743, de 26-11-52. — Publicada no D.O. de 28-11-52.

PLCD — 211-51 — Exclui da classificação constante do art. 1º da Lei nº 121, de 22-10-47, o Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Lido em 17-9-51. Em Ordem do Dia na sessão de 19-8-52 com pareceres favoráveis aos arts. 1º e 4º, à emenda nº 2 e contrário às emendas ns. 1 e 3: nº 513, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 745, da Comissão de Forças Armadas.

Aprovados os arts. 1º e 4º e a emenda nº 2. Rejeitados o art. 2º e as emendas ns. 1 e 3. À Comissão de Redação. Redação aprovada em 2-9-52. À C.D.

Lei nº 1.720, de 3-11-52. — Publicada no D.O. de 5-11-52.

PLCD — 213-51 — Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

Lido em 18-9-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52, com pareceres favoráveis: nº 941, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 942, da Comissão de Educação e Cultura; nº 943, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão é adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 1-10-52. À sanção.

Lei nº 1.706, de 22-10-52. — Publicado no D.O. de 25-10-52 (Prom.).

PLCD — 214-51 — Revoga a alínea *a* do art. 530 do Decreto-lei número 5.452, de 19 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e dá outras providências.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-7-52, com pareceres: nº 1.129-51, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; nº 1.130-51, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável; nº 696-52, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo subemenda à emenda de plenário; nº 697-52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, contrário à subemenda.

Adiada a votação por falta de número.

Retirado da Ordem do Dia na sessão de 31-7-52, a fim de ser ouvida a Comissão de Trabalho sobre a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Em 13-8-52, é lido o parecer número 748-52, da Comissão de Trabalho, contrário à subemenda.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-8-52.

Rejeitada a subemenda. Prejudicada a emenda. Aprovado o projeto. À sanção.

Lei nº 1.667, de 1-9-52. — Publicada no D.O. de 5-9-52.

PLCD 215-51 — Concede ao Instituto Butantã, no Estado de São Paulo, a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00, destinada à produção de sulfonas e pesquisas de novas substâncias do combate à lepra.

Lido em 18-9-51. — Incluído na Ordem do Dia da sessão de 3-10-52, com

pareceres: nº 971, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda nº 1; nº 972, da Comissão de Saúde, favorável ao projeto e à emenda nº 1; número 974, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda nº 1 e oferecendo as emendas ns. 2, 3 e 4.

Retirado para reimpressão dos avulsos, por falta das emendas ns. 1 e 4.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões com emendas em 15 de outubro de 1952.

Em 9-12-52, é aprovado o requerimento nº 551-52, do Senador Euclides Vieira solicitando urgência para o projeto.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52. Emitem pareceres verbais: pela Comissão de Constituição e Justiça o Senador Dario Cardoso, opinando pela constitucionalidade do projeto e das emendas; pela Comissão de Finanças o Senador Alfredo Neves, favorável às subemendas.

São lidos a seguir os pareceres: número 1.401-52, da Comissão de Saúde, pela aprovação das subemendas e número 1.402-52, da Comissão de Educação que deixa de se pronunciar sobre a matéria, por escapar à sua alçada.

O projeto é aprovado com as subemendas, ficando prejudicadas as emendas. À Comissão de Redação.

Em 13-12-52 (noturna) é aprovada a redação final (Parecer número 1.424-52). À Câmara.

PLCD — 218-51 — Modifica a Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Lido em 19-9-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20-8-52.

Pareceres, pela aprovação dos artigos 1 e 3 e rejeição do art. 2º; número 515, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 747, da Comissão de Forças Armadas.

Aprovados os arts. 1º e 3º. Rejeitado o art. 2º e a emenda. À Comissão de Redação.

Lei nº 1.767, de 18-12-52. — Publicada no D.O. de 23-12-52.

Em 8-9-52 é aprovada a redação final. À Câmara dos Deputados.

PLCD — 219-51 — Modifica a Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, na

parte relativa ao Município de Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro.

Lido em 19-9-51. — Incluído na Ordem do Dia na sessão de 20-8-52, com pareceres favoráveis: nº 517, da Comissão de Constituição e Justiça; número 746, da Comissão de Forças Armadas.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.665, de 1-9-52. — Publicada no D.O. de 5-9-52.

PLCD — 220-51 — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

Lido em 19-9-51. — Incluído na Ordem do Dia na sessão de 28-8-52, com pareceres (ns. 239, 787 e 788):

I — *Sobre o Projeto*: da Comissão de Constituição e Justiça, contrário, por inconstitucionalidade; da Comissão de Finanças, contrário.

II — *Sobre o Substitutivo* (emenda nº 2): da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Finanças, favorável.

III — *Sobre a emenda nº 1* (apresentada na fase de pauta): da Comissão de Constituição e Justiça, contrário, por inconstitucionalidade; da Comissão de Finanças, contrário.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 3-9-52 o substitutivo (emenda nº 2) e o art. 2º do projeto. Rejeitados o art. 1º e a emenda nº 1. À Comissão de Redação. Redação final aprovada em 16-9-52. À Câmara.

Lei nº 1.720-A, de 3-11-52. — Publicada no D.O. de 7-11-52 (Prom.).

PLCD 225-51 — Dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Lido no Senado em 24-9-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 12-5-52, com pareceres: nº 390-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 391-52, da Comissão de Finanças, contrário.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com 2 emendas.

PLCD — 229-51 — Dispensa os servidores públicos, de caráter estatal ou paraestatal, matriculados em estabelecimentos de ensino superior, de compare-

cimento às repartições nos dias de provas parciais ou finais.

Lido em 26-9-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 3-7-52, com pareceres: nº 583-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 584-52, da Comissão de Educação e Cultura, contrário.

Rejeitado.

PLCD — 231-51 — Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei número 4.014, de 13-1-42, alterado pelo Decreto-lei nº 5.989, de 11-11-43, que regula as atividades dos despachantes aduaneiros e seus ajudantes.

Lido na sessão de 26-9-51. — Encerrada discussão em 31-1-52, voltando às Comissões em virtude de emenda do Senador K. Cavalcanti. — Pareceres:

I — *Sobre o projeto*: nº 1.379, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 1.380, de 1951, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, pela aprovação.

II — *Sobre a emenda de Plenário*: nº 296, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 297, de 1952, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, pela aprovação.

Aprovado com emenda em 18-4-52.

À Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 9-5-52. À Câmara (Parecer nº 388-52).

Lei nº 1.785-E, de 29-12-52. — Publicada no D.O. de 5-1-52. (Prom.).

PLCD — 244-51 — Autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país.

Lido na sessão de 15-10-51. — Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-10-52 com pareceres: nº 1.088, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 1.090, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, oferecendo substitutivo; número 1.091, da Comissão de Finanças, oferecendo emendas.

Aprovado com emendas. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada na sessão extraordinária noturna de 18-11-52. À Câmara dos Deputados.

PLCD — 249-51 — Modifica o artigo 14 do Decreto-lei nº 7.526, de 7 de maio de 1945.

Em Ordem do Dia na sessão de 21-3-52, com pareceres favoráveis: número 1.459, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 128, de 1952, da Comissão de Trabalho e Previdência Social.

Encerrada a discussão e adiada a votação, até que as Comissões se pronunciem sobre a emenda oferecida pelo Senador Mozart Lago.

Em 21-7-52, é lido o parecer número 694-52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, contrário à emenda de plenário.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-7-52. Adiada a votação por falta de número.

Retirado da Ordem do Dia pela Mesa, depois de falarem os Sen. Aloysio de Carvalho e João Villasbôas, a fim de serem corrigidos os erros apontados (sessão de 31-7-52).

Em 1-8-52, depois dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, fala o Senador Aloysio de Carvalho. É lido o parecer nº 713-52, da Comissão de Justiça, pela constitucionalidade da emenda.

Em votação é rejeitada a emenda e aprovado o projeto, que vai à sanção.

Veto total do Sr. Presidente da República.

Aprovado o veto na sessão de 12-9 de 1952.

Rejeitado o projeto.

PLCD — 251-51 — Dá nova redação aos arts. 854 e 855 do Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lido na sessão de 23-10-51. — Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-9-52 com pareceres: nº 939, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 940, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, pela rejeição (com voto em separado do Sr. Senador Gomes de Oliveira).

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Rejeitado em 30-9-52.

PLCD 254-51 — Dá nova redação ao art. 3.º da Lei nº 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lido no Senado em 23-10-51. — Incluído na Ordem do Dia na sessão de 12-5-52, com pareceres: nº 382-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 383-52, da Comissão de Forças Armadas, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei nº 1.607, de 22-5-52. — Publicada no D.O. de 24-5-52.

PLCD — 256-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de ... Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento à Amaro Cavalcanti.

Projeto lido em 23-10-51. Em Ordem do Dia na sessão de 3-4-52 com pareceres favoráveis: nº 262, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 263, da Comissão de Educação e Cultura; número 264, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão. Adiada a votação a requerimento do Senador Mozart Lago.

Adiada a votação na sessão de 14-4 de 1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-4-52, ficou adiada a votação por falta de número no recinto.

Adiada, pelo término da sessão, em 17-4-52.

Em 18-4-52, é aprovado o projeto que vai à sanção.

Lei nº 1.595, de 29-4-52. — Publicada no D.O. de 2-5-52.

PLCD — 268-51 — Prorroga o prazo dos contratos de arrendamento de terras, congela os preços e dá outras providências.

Lido em 7-11-51. — Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-10-52, com parecer nº 1.025, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, por inconstitucionalidade e inconveniência (com voto em separado do Sr. Senador Gomes de Oliveira).

Retirado da Ordem do Dia para que a Comissão de Justiça se pronuncie sobre a emenda de pauta.

PLCD — 269-51 — Estende os dispositivos da Lei nº 620, de 12 de fevereiro de 1949, à Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Educação e Saúde.

Lido em 7-11-51. — Incluído na Ordem do Dia na sessão de 30-6-52, com pareceres: nº 571-51, da Comis-

são de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 572-52, da Comissão de Saúde, favorável; nº 573-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão é adiada a votação por falta de número.

Aprovado. À sanção (sessão de 1-7 de 1952).

Veto total.

Mantido o veto em 13-8-52.

PLCD — 271-51 — Altera os artigos 4º e 5º do Decreto-lei nº 9.143, de 8 de abril de 1946.

Lido na sessão de 8-11-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 2-5-52, com pareceres favoráveis: número 314, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 315, de 1952, da Comissão de Trabalho e Previdência Social; nº 316, de 1952, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação (para a sanção).

Aprovada a redação final em 21-7-52. À sanção.

Lei nº 1.653-A, de 26-7-52. — Publicada no D.O. de 30-7-52.

PLCD — 272-51 — Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — do crédito especial de Cr\$ 792.000,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificações adicionais aos Ministros daquele Tribunal.

Lido em 8-11-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-8-52, com pareceres: nº 716, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto e à emenda oferecida perante a própria Comissão: nº 717, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda (com votos em separado dos Senadores Carlos Lindemberg, Pinto Aleixo e Alberto Pasqualini).

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. À sanção.

Lei nº 1.663 de 27-8-52. — Publicada no D.O. de 30-8-52.

PLCD — 280-51 — Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências:

Lido em 9-11-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-9-52, com pareceres favoráveis ao projeto e contrários à emenda: nº 814, da Comissão

de Constituição e Justiça; nº 815, da Comissão de Trabalho e Previdência Social; nº 816, da Comissão de Finanças.

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. À sanção.

Lei nº 1.676, de 26-9-52. — Publicada no D.O. de 2-10-52 (Prom.).

PLCD — 283-51 — Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução.

Projeto lido no Senado na sessão de 14-11-1951. Em Ordem do Dia da sessão de 24-3-1952, com pareceres favoráveis: nº 186, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 187, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões em virtude de haver recebido três emendas.

P. L. C. D. 284-51 — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento, concedido na sessão de 8-12-52, pela aprovação do requerimento nº 541-52, dependente de pareceres das Comissões: de Constituição e Justiça; de Viação e Obras Públicas; de Finanças.

Lido na sessão de 14-11-1951.

Em pauta nos dias 20 e 21-11-1951.

Remetido às Comissões de Constituição e Justiça, de Viação e Obras Públicas e de Finanças em 21-11-1951.

Em 8-12-1952 é aprovado requerimento do Sr. Senador Melo Viana, pedindo urgência para o projeto.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-12-1952. Anunciada a discussão, são lidos os pareceres ns. 1.396 e 1.397, respectivamente das Comissões de Constituição e Justiça e de Viação, favoráveis ao projeto. O Sr. Senador Ivo d'Aquino profere parecer oral, favorável, pela Comissão de Finanças.

Submetido a votos, é aprovado o projeto. Remetido à sanção com a Mensagem nº 394, de 12-12-1952.

Lei nº 1.785-D, de 29-12-1952 — Publicada no D. O. de 5-1-1953. — (Prom.).

P. L. C. D. 287-51 — Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução.

Lido em 14-11-1951, com pareceres: nº 501, da Comissão de Constituição e

Justiça, pela constitucionalidade, do projeto; n.º 502, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com a emenda que oferece (n.º 1); n.º 800, da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável ao projeto e às emendas ns. 2 e 3, oferecidas perante a própria Comissão; número 801, da Comissão de Forças Armadas, favorável ao projeto e às emendas ns. 1, 2, 7, 8, 9, contrário às de ns. 3 e 10 e oferecendo as de ns. 4, 5 e 6.

Retirado da Ordem do Dia em 8-9-52, para audiência das Comissões de Justiça, Finanças e Viação sobre emendas a respeito das quais não se pronunciaram.

Em 21-10-1952 é lido o requerimento n.º 247-52, do Senador Ivo d'Aquino solicitando urgência para o projeto.

Em 24-10-1952 é lido e aprovado o requerimento n.º 258-52, do Senador Ivo d'Aquino, solicitando a retirada do requerimento n.º 247-52.

Em 29-10-1952 é lido o requerimento n.º 362-52, do Senador Ivo d'Aquino, solicitando urgência para discussão e votação do projeto.

Em 31-10-1952 é aprovado o requerimento de urgência. É lido o parecer n.º 1.202-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, pela aprovação das emendas apresentadas perante a Comissão de Forças Armadas (Relator: Senador Francisco Gallotti).

A fim de emitirem parecer, a requerimento dos relatores das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Agricultura, é a sessão suspensa por uma hora. Reaberta a sessão, verifica-se falta de número para o seu prosseguimento.

Em 3-11-1952 emitem pareceres verbais pelas Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura, Viação, Forças Armadas e de Finanças os relatores, respectivamente, Senador Ivo d'Aquino, Walter Franco, Francisco Gallotti, Onofre Gomes e Durval Cruz, às emendas de ns. 1 a 12. São lidas e apoiadas duas emendas de plenário, as quais recebem pareceres dos relatores. É encerrada a discussão e iniciada a votação, que é interrompida por falta de número.

Em 4-11-1952 prosseguiu a votação, que ficou interrompida por falta de número.

Terminada a votação em 5-11-1952. À Comissão de Redação.

Em 19-11-1952 é lida a redação final do projeto.

Em 25-11-1952 é aprovada a redação final. À Câmara dos Deputados.

P. L. C. D. 291-51 — Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

Lido em 20-11-1951. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-7-1952, com pareceres: n.º 684-52, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário; n.º 685-52, da Comissão de Finanças, contrário.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-7-1952. Retirado a requerimento do Senador Landolfo Alves, para audiência da Comissão de Agricultura.

P. L. C. D. 292-51 — Autoriza a abertura de um crédito suplementar de Cr\$ 605.734,40 em reforço à verba que especifica.

Projeto lido na sessão de 20-11-1951. Em Ordem do Dia na sessão de 1-4-52, com pareceres: n.º 205, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece; n.º 206, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

Aprovado com a emenda em 1-4-1952. Volta à C. D. (a emenda foi considerada de substância e não apenas de redação, como constava do parecer da C. J.).

Aprovada redação final em 18-4-1952. À Câmara.

Lei n.º 1.658-A, de 5-8-1952 — Publicada no D. O. de 12-8-1952. — (Prom.).

P. L. C. D. 293-51 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 293, de 1951, que concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás, para a realização do II Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro.

Lido em 20-11-1951.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-8-1952, com pareceres favoráveis: n.º 714-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 715-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.668, de 2-9-1952 — Publicada no D. O. de 6-9-1952.

P. L. C. D. 294-51 — Denomina «Aeroporto Pinto Martins», o aeroporto do Cocorote, em Fortaleza.

Projeto lido na sessão de 20-11-1951. Em Ordem do Dia da sessão de 22 de abril de 1951, com pareceres favoráveis: n.º 303, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 304, da Comissão de Forças Armadas.

Aprovado. À sanção (22-4-1952).

Lei n.º 1.602, de 13-5-1952 — Publicada no D. O. de 19-5-1952.

P. L. C. D. 297-51 — Altera o art. 63 do Título II — Serviço Telegráfico Exterior — da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948.

Lido na sessão de 21-11-1951. Em Ordem do Dia da sessão de 22-4-1952, com pareceres favoráveis: n.º 310, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 311, da Comissão de Viação e Obras Públicas; n.º 312, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emenda do Senador Apolonio Sales (22-4-1952).

Em 4-8-1952 foram pedidas informações ao Ministro da Viação e Obras Públicas. Recebidas em 21-8-1952, pelo aviso n.º 364-GM.

Pareceres sobre a emenda — Comissão de Justiça — Relator J. Vilasboas — ns. 1.142-52 — 21-5-1952 — Pron. pela const. — Leitura 21-10-1952 — Publicado em 22-10-1952.

Comissão de Viação e Obras Públicas F. Gallotti — n.º 1.143-52 — 28-5-1952 — favorável — Leitura em 21-10-1952 — Publicado em 22-10-1952.

Comissão de Finanças — A. Pasqualini — n.º 1.144-52 — 15-10-1952 — favorável — 21-10-1952 — Publicado em 22-10-1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-1952. Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 11-11-52. À Câmara dos Deputados.

P. L. C. D. 301-51 — Altera o Decreto-lei n.º 365, de 25 de setembro de 1941 (Código Nacional de Trânsito). Lido na sessão de 22-11-1951.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 2-5-1952, com pareceres: n.º 329, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda substitutiva ao art. 1.º; n.º 330, de 1952, da Comissão

de Agricultura, Indústria e Comércio, oferecendo subemenda substitutiva.

Retirado da Ordem do Dia em virtude de não figurar entre os pareceres o da Comissão de Viação e Obras Públicas.

Em 16-6-1952 é lido o parecer número 540-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas (relator Senador Othon Mäder), oferecendo substitutivo ao art. 1.º do projeto.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20-6-1952. Adiada a requerimento do Senador Othon Mäder (n.º 207-52).

Em Ordem do Dia na sessão de 24-6-1952. Aprovada a emenda da Comissão de Viação e Obras Públicas, ficando prejudicadas as demais. Aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Em 3-7-1952 é aprovada a redação final (Parecer n.º 626-52). À Câmara.

P. L. C. D. 304-51 — Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento de despesas com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação.

Lido na sessão de 23-11-1951.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-1952, com pareceres favoráveis: n.º 1.086, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.087, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.712, de 29-10-1952 — Publicado no D. O. de 1-11-1952.

P. L. C. D. 305-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, um crédito suplementar de Cr\$ 4.872.320,00, para atender ao pagamento do pessoal dos Quadros Permanente e Suplementar daquele Ministério.

Projeto entrado no Senado em 23 de novembro de 1951.

Em Ordem do Dia da sessão de 3-4-1952, com pareceres: n.º 268, da Comissão de Constituição e Justiça favorável, com a emenda que oferece; n.º 269, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

Aprovado com a emenda. Volta à C. D.

À Comissão de Redação em 3-4-1952. Aprovada a redação final em 17-4-52. À Câmara.

Lei n.º 1.648, de 18-7-1952 — Publicada no D. O. de 23-7-1952.

P. L. C. D. 306-51 — Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares.

Lido no Senado em 26-11-1951. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 4-9-1952, com pareceres favoráveis: n.º 804, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 805, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.678, de 26-9-1952 — Publicado no D. O. de 2-10-1952. — (Prom.).

P. L. C. D. 307-51 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, escrevente do Ministério da Guerra, de pedir retificação do ato de sua nomeação para o referido cargo.

Lido em 26-11-1951, com parecer: n.º 87, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

(Incluído em Ordem do Dia da sessão de 17-9-1952, sem parecer da Comissão de Finanças, nos termos do art. 95, letra a, do Regimento Interno, em virtude da aprovação, em 10-9-1952, do requerimento n.º 292, do Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti).

Adiada a discussão para 22 de outubro, a requerimento do Senador Ferreira de Souza.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-10-1952. Depois de emitido parecer oral contrário do projeto, pelo Senador Ferreira de Souza, em nome da Comissão de Finanças, foi aberta a discussão, usando da palavra o Senador Kerginaldo Cavalcanti. Encerrada com apresentação de uma emenda. O projeto foi às Comissões.

PLCD 308-51 — Denomina Professores de Educação Física os atuais Instrutores de Educação Física do Instituto Benjamin Constant.

Lido na sessão de 27-11-51 — Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-5-52, com pareceres favoráveis: n.º 323, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 324, de 1952, da Comissão de Educação e Cultura.

Retirado a requerimento do Senador Aloisio de Carvalho, para audiência da Com. de Finanças (req. 151-52).

PLDC 309-51 — Autoriza a doação, de imóveis à Paróquia de N. S. da Soledade, em Recife, Estado de Pernambuco.

Lido em 27-11-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-5-52, com pareceres: n.º 465-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda que lhe foi oferecida; n.º 466-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e pela aceitação da emenda para constituir projeto em separado.

Aprovado o projeto. Aprovada a emenda para constituir projeto em separado. À sanção.

Lei n.º 1.625, de 17-6-52 — D.O. 21-6-52 (Prom.).

PLCD 310-51 — Abre, ao Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 18.986.786,29, para atender à aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado à Assistência Médico-Social da Armada.

Projeto lido no Senado na sessão de 27-11-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-3-52 com pareceres favoráveis: n.º 193, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 194, da Comissão de Finanças.

Adiada a discussão para audiência da Comissão de Forças Armadas (requerimento n.º 102-52 do Senador Mozart Lago).

Parecer n.º 389-52, da Comissão de Forças Armadas, lido em 5-5-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5-52. Aprovado. À Comissão de Redação (para a sanção).

Redação final aprovada em 27-5-52 — (Parecer 460-52).

Lei n.º 1.619, de 9-6-52 — D.O. de 11-6-52.

PLCD 311-51 — Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito do sal nos principais centros de consumo, e dá outras providências.

(Em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude da aprovação, em 3-12-52, do requerimento n.º 524-52).

Pareceres — I — Proferidos antes da discussão: a) da Comissão de Consti-

tuição e Justiça (n.º 1.438-51), pela constitucionalidade; b) da Comissão de Finanças, favorável (Proferido oralmente em Plenário, na sessão de 14-12-51, pelo Sr. Senador Alfredo Neves);

II — *Proferidos depois da discussão encerrada*: c) da Comissão de Constituição e Justiça, (n.º 1.019-52) favorável à emenda n.º 1 e à subemenda n.º 9, oferecida na Comissão pelo Sr. Senador Clodomir Cardoso; d) da Comissão de Finanças (n.º 1.020-52), favorável à emenda n.º 1, à subemenda n.º 2, e oferecendo nova subemenda, sob n.º 3.

III — *A proferir em Plenário*: e) da Comissão de Trabalho e Previdência Social; f) da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.

Lido no Senado em 27-11-51.

Em pauta nos dias 30-11-51 e 3-12-51.

Rem.º em 4-12-51 às Com. de Const. e Justiça e de Finanças.

Parecer da Com. de Constituição e Justiça (n.º 1.438-51), do Senador João Vilasboas, pela constitucionalidade, lido em 14-12-51.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 14-12-51.

Emite parecer oral, favorável, pela Comissão de Finanças, o Senador Alfredo Neves.

Anunciada a discussão, falam os Senadores Costa Pereira e Ferreira de Sousa. Pelo Senador João Vilasboas é apresentada uma emenda. Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões.

Pareceres proferidos sobre a emenda — Com. C. Justiça — Rel. J. Vilasboas — N.º 1.019-52 — Datas 14-8-52 — Pron. fav. c. subemenda — Leit. 3-10-52 — Publ. 4-10-52.

C. Finanças — C. Vasconcelos — 1.020-52 — 1-10-52 — fav. à emenda e à subemenda e of. outra subemenda — 3-10-52 — 4-10-52.

Despachado às Com. de Trabalho e Previdência Social e de Agricultura em 16-10-52.

Em 3-12-52 é aprovado requerimento n.º 524, do Senador Kerginaldo Cavalcante e outros, pedindo urgência para o projeto.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-52.

Concedida preferência para o projeto, a requerimento do Senador Kerginaldo Cavalcanti e depois de falarem o mesmo

Senador e os Senadores Vitorino Freire e Melo Viana.

Aprovado o projeto. Prejudicadas a emenda e as subemendas. À sanção.

Lei n.º 1.761, de 15-12-52 — D.O. 18-12-52.

PLCD — 313-51 — Projeto de Lei da Câmara n.º 313, de 1951, que regula a quebra natural do sal estocado nas salinas.

Lido em 27-11-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-5-52, com pareceres: n.º 481-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 482-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.622, de 9-6-52 — D.O. de 11-6-52.

PLDC 316-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito especial de Cr\$ 34.307,10, destinado à regularização de despesa do exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escriturada em conta de ordem pela Contadoria Geral da República.

Lido em 29-11-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-5-52, com pareceres: n.º 455-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 456-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.621, de 9-6-52 — D.O. de 11-6-52.

PLCD 317-51 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.319,00, destinado às obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas.

Projeto entrado no Senado em 29-11-51. Em ordem do Dia na sessão de 4-4-52, com pareceres favoráveis: número 266, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 267, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 4-4-52. À sanção.

Lei n.º 1.591, de 17-4-52, D.O. de 22-4-52.

PLCD 318-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 86.000.000,00, destinado à construção do edifício para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições

federais na capital do Estado de São Paulo.

Lido em 29-11-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 10-7-52, com número 622-52, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo emenda; número 623-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado com emenda na sessão de 11-7-52. A Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 21-7-52. À Câmara.

Lei n.º 1.694, de 3-10-52 — D.O. de 9-10-52.

PLCD — 320-51 — Revigora, para todos os efeitos, os Decretos de 19 de março de 1937, os quais, em cumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal, melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Muricy.

Pareceres: n.º 1.327, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação nos termos do substitutivo que oferece; n.º 1.328, da Comissão de Finanças, pela aprovação do projeto e rejeição do substitutivo.

(Incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão de 9-12-52, a requerimento do Sr. Senador Oton Mäder).

Lido em 29-11-52.

Em 9-12-52 é aprovado requerimento de dispensa de interstício, do Senador Oton Mäder.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-12-52. Aprovado em 11-12-52 o substitutivo. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 15-12-52 (extraordinária). À C. Dep.

PLCD — 322-51 — Torna aplicável aos servidores das autarquias o disposto no art. 192 da Constituição Federal.

Lido em 30-11-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-6-52, com pareceres: n.º 475-52, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; número 476-52, da Comissão de Finanças, considerando desnecessário o projeto em face do que dispõe o de reforma do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Fica prejudicado requerimento do Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da discussão do projeto para 11 de julho.

Rejeitado em 17-6-52.

PLCD — 323-51 — Alterando o Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942, que trata do recrutamento de oficiais da reserva de 2ª classe do Exército.

Lido no Senado em 30-11-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5-52, com pareceres: n.º 394-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 395-52, da Comissão de Forças Armadas, favorável.

Aprovado em 9-5-52. À Com. Redação). (para a sanção).

Redação final aprovada em 27-5-52. (Parecer 467-52).

Lei n.º 1.620, de 9-6-52 — D.O. de 11-6-52.

PLCD 324-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00 para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luís de Góis.

Em Ordem do Dia na sessão de 20 de março de 1952, com pareceres favoráveis: n.º 191, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 192, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 20-3-52. À sanção.

Lei n.º 1.586, de 29-3-52. — D.O. de 2-4-52.

PLCD 326-51 — Determina as condições para o funcionamento de estabelecimento de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares.

Lido em 30-11-51. Em Ordem do Dia na sessão de 30-5-52, com pareceres — n.º 89-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 496-52, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, favorável.

Retirado a requerimento (n.º 178-52) do Senador Ferreira de Sousa, para audiência da Com. Esp. de Revisão do Código Comercial.

PLCD — 328-51 — Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, do crédito suplementar de Cr\$

30.000.000,00, em reforço da verba que especifica.

Lido em 3-12-51. Incluído em Ordem do Dia da sessão de 18-9-52, com pareceres: n.º 862, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 863, da Comissão de Finanças, contrário.

Rejeitado.

PLCD — 329-51 — Amplia o prazo de execução da Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo a financiamento da lavoura do café.

Lido na sessão de 3-12-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-10 de 1952, com pareceres: n.º 1.059, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com a emenda que oferece; número 1.060, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, favorável ao projeto e contrário à emenda; número 1.061, da Comissão de Finanças, pela rejeição (com voto em separado do Sr. Senador Carlos Lindenberg).

Rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. À sanção.

Lei n.º 1.719, de 1-11-52 — Publicada no *D.O.* de 5-11-52.

PLCD — 330-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições.

Pareceres favoráveis: n.º 207, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 208, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 20-3-52. À sanção.

Lei n.º 1.591-A, de 16-4-52 — Publicada no *D.O.* de 24-4-52).

PLCD — 331-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 980.023,20 para atender às despesas do Ministério Público do Trabalho.

Em Ordem do Dia da sessão de 21 de janeiro de 1952, com pareceres favoráveis: n.º 199, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 200, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 21-3-52. À sanção.

Lei n.º 1.588, de 31-3-52 — Publicada no *D.O.* de 4-4-52.

PLCD — 333-51 — Altera o Artigo 59 do Decreto-lei n.º 9.120, de 2-4

de 1946, que organiza os quadros efetivos do Exército.

Projeto entrado no Senado em 3-12 de 1951. Em ordem do Dia na sessão de 8-4-52 com pareceres favoráveis: n.º 251, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 252, da Comissão de Forças Armadas (com voto em separado do Senador Magalhães Barata).

Encerrada a discussão em 8-4-52, ficando adiada a votação por falta de número.

Adiada à votação, por falta de número nos dias 14 e 15-4-52.

Adiada, pelo término da sessão, em 18-4-52.

Aprovado na sessão de 18-4-52. À Com. Redação (para a sanção).

Aprovada à redação final em 9-5-52 (Parecer n.º 387-52). À sanção.

Lei n.º 1.608, de 22-5-52 — Publicada no *D.O.* de 24-5-52.

PLCD — 334-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.690,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do «Suplemento I ao Ajuste de Liquidação do Lend Lease.»

Projeto entrado no Senado em 3-12 de 1951

Em ordem do Dia da sessão de 4-4 de 1952 com pareceres favoráveis: número 276, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 277, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número em 7-4-52.

Adiada a votação por falta de número no recinto, nos dias 8, 14, 15 e 17-4-52.

Aprovado na sessão de 18-4-52. À Com. Redação (para a sanção).

Lei n.º 1.596, de 30-4-52 — Publicada no *D.O.* de 3-5-52.

PLCD — 336-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Lido na sessão de 6-12-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-3 de 1952, com pareceres: n.º 201, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo emenda; n.º 202, da Comissão

de Finanças pela rejeição do Projeto e da emenda.

Adiada para 27-3-52 a discussão a requerimento do Sen. Alfredo Simch.

Encerrada a discussão, o projeto voltou à Com. com emendas do Senador Alfredo Simch, 27-3-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-9-52, com pareceres: n.º 771-52, da Com. Justiça, pela constitucionalidade da emenda de plenário; n.º 772-52, da Com. Finanças, apresentando subemenda.

Retirado da Ordem do Dia a requerimento do Sen. Landulpho Alves, para audiência da Com. de Agricultura.

Em 20-10-52 é lido o parecer número 1.120, da Com. de Agricultura, favorável ao projeto.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 31-10-52. Aprovada a subemenda à emenda n.º 2. Prejudicados os artigos 1.º e 2.º do projeto e as emendas 1 e 2. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 11-11 de 1952. À Câmara dos Deputados.

Lei n.º 1.791, de 30-12-52.

Publicada no D.O. de 5-1-53.

PLCD — 340-51 — Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000,00, ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais.

Lido na sessão de 11-12-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-9-52, com pareceres: n.º 789, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 790, da Comissão de Finanças, favorável, retificado o erro existente no autógrafo.

Aprovado. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 26-9-52.

À sanção.

Lei n.º 1.704, de 15-10-52 — Publicada no D.O. de 20-10-52.

PLCD — 342-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito suplementar de Cr\$ 4.500,00 em reforço da verba 2 Material, do Anexo n.º 19, do vigente orçamento.

Pareceres favoráveis: n.º 735, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 736, da Comissão de Finanças, oferecendo emenda.

Aprovado com a emenda 11-8-52.

À Com. Red.

Redação final aprovada em 27-8-52.

À Câmara dos Deputados.

Lei n.º 1.746, de 26-11-52 — Publicada no D.O. de 28-11-52.

PLCD — 343-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de Cr\$ 44.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo 21, da Lei 1.249, de 1-12-50.

Lido na sessão de 11-12-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-9 de 1952, com pareceres: n.º 935, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; n.º 936, da Comissão de Finanças, com emenda.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação por falta de número em 30-9-52.

Aprovado com emenda em 1-10-52. À Com. Redação (para a C.D.).

Redação final aprovada em 21-10 de 1952. À Câmara dos Deputados.

PLCD — 348-51 — Altera o Orçamento Geral da República para o exercício de 1951.

Lido no Senado em 11-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20-5-52, com pareceres ns. 429-52 e 430-52, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, respectivamente, contrários ao projeto e às emendas.

Rejeitado em 20-5-52.

PLCD — 349-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Aeronáutica, Guerra, Justiça e Marinha, o crédito suplementar de Cr\$ 1.248.451.000,00, como reforço das verbas respectivas do Orçamento Geral da União, para o corrente exercício. (Cód. de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Lido no Senado em 11-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 4 de setembro de 1952, com pareceres: n.º 798, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 799, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Rejeitado.

PLCD — 350-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender ao pagamento de despesas de fornecimento pela firma Microfilme Técnica Ltda.

Projeto entrado no Senado em 11-12 de 1951. Em ordem do Dia na sessão de 8-4-52, com pareceres favoráveis: n.º 290, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 291, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número em 8-4-52.

Adiada a votação, por falta de número nos dias 14 e 15-4-52. Adiada pelo término da sessão, em 17-4-52.

Aprovado o projeto em 18-4-52. À sanção.

Lei n.º 1.597, de 2-5-52 — Publicada no D.O. de 6-5-52.

PLCD — 351-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 7.361.531,20, para a execução do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares em relação ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Lido no Senado em 11-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 16 de maio de 1952, com pareceres: número 403-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 404-52, da Comissão de Finanças, oferecendo emenda substitutiva do artigo 1.º.

Aprovado com emenda. A Com. Redação, Redação final aprovada em 29 de maio de 1952. (Parecer n.º 498-52). À Câmara.

Lei n.º 1.718, de 31-10-52 — Publicada no D.O. de 4-11-52.

PLCD — 352-51 — Autoriza o Poder Executivo a adquirir por intermédio do Ministério da Viação, terreno na cidade do Rio Claro, Estado de São Paulo.

Pareceres: n.º 281, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 282, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Em ordem do dia da sessão de 14-4 de 1952. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação em 15-4-52, por falta de número no recinto.

Idem em 17-4-52, pelo término da sessão.

Em 18-4-52 o Sen. Atilio Viváqua requereu o adiamento para 25-4-52.

Adiada por falta de número na sessão de 25-4-52.

Rejeitado o projeto em 29-4-52.

PLCD — 354-51 — Altera, sem aumento de despesa, a Verba 3 — Serviços e Encargos do Anexo 17 (Ministério da Aeronáutica) da Lei número 1.249, de 1 de dezembro de 1950 (Orçamento Geral da União para o exercício de 1951).

Lido no Senado em 11-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20 de maio de 1952, com pareceres contrários: n.º 412-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 413-52, da Comissão de Finanças.

Rejeitado em 20-5-52.

PLCD — 356-51 — Concede pensão especial de Cr\$ 300,00 mensais a Honorina Maria de Jesus.

Lido no Senado em 11-12-51, com pareceres favoráveis: n.º 321, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 322, de 1952, da Comissão de Finanças.

Em Ordem do Dia da sessão de 25 de abril de 1952. Adiada por falta de número.

Aprovado em 30-4-52. À sanção.

Lei n.º 1.600, de 12-5-52 — Publicada no D.O. de 15-5-52.

PLCD — 358-51 — Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados, os benefícios do Decreto-lei n.º 5.801, de 8 de dezembro de 1943.

Lido em 12-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-5-52 com pareceres: n.º 477-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 478-52, da Comissão de Forças Armadas, favorável; n.º 479-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.626, de 17-6-52 — Publicada no D.O. de 21-6-52.

PLCD — 359-51 — Altera a redação do item XIII, do art. 43 do Plano de uniformes para uso de oficiais e praças da Aeronáutica.

Lido em 12-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 25-8-52, com pareceres favoráveis: n.º 740, da

Comissão de Constituição e Justiça; número 741, da Comissão de Forças Armadas.

Adiada em virtude do levantamento da sessão por motivos do falecimento do Gov. Agamenon Magalhães.

Aprovado em 26-8-52. À sanção.

Lei n.º 1.664-A, de 1-10-52 — Publicada no D.O. de 9-10-52.

PLCD 360-51 — Altera dispositivo do Decreto-lei n.º 3.832, de 18-9-41, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados em profissões conexas com a indústria de pesca.

Lido na sessão de 12-12-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.006, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.007, da Comissão de Trabalho e Previdência Social; n.º 1.008, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.707, de 23-10-52. D.O. de 27-10-52.

PLCD 362-51 — Dá destinação aos saldos apurados do auxílio concedido pela Lei n.º 1.180, de 17 de agosto de 1950, à Rede Ferroviária do Nordeste.

Lido no Senado em 14-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-5-52, com pareceres: n.º 434-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 435-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, declarando não ser a matéria da sua competência; n.º 436-52, da Comissão de Finanças, contrário. Voto em separado do Sr. Senador Álvaro Adolfo.

Aprovado. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 16-6-52 (Parecer n.º (533-52). À sanção.

Lei n.º 1.635, de 4-7-52 — D.O. de 9-7-52.

PLCD 365-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00, para pagamento aos Servios Hollerith S.A., em decorrência do Decreto Legislativo n.º 2, de 5 de fevereiro de 1948.

Lido no Senado em 14-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-5-52, com pareceres favoráveis: n.º 372-52, da Comissão de Constituição e Justiça;

n.º 373-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.612, de 28-5-52 — D.O. 31-5-52 (Prom.).

PLCD 367-51 — Altera, o art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo único ao art. 3.º da Lei n.º 216, de 9 de janeiro de 1948.

Lido no Senado em 14-12-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-5-52, com pareceres favoráveis: — n.º 392-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 393-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação (para a sanção).

Redação final aprovada em 21-5-52. À sanção.

Lei n.º 1.616, de 4-6-52 — D.O. de 7-6-52 — Ret. D.O. 19-6-52.

PLCD 368-51 — Exclui o Município de Belém, no Estado do Pará, dos efeitos do art. 1.º da Lei n.º 1211 de 22 de outubro de 1947.

Projeto entrado no Senado em 15 de dezembro de 1951. Em ordem do Dia da sessão de 3-4-52, com pareceres: n.º 253, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do artigo 1º e inconstitucionalidade do artigo 2º; n.º 254, da Comissão de Forças Armadas, oferecendo substitutivo.

(Incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 31-3-52, a requerimento do Sr. Senador Magalhães Barata).

Aprovado o substitutivo.

Prejudicado o projeto. À Comissão de Redação de Leis (a fim de redigir para a C.).

PLCD 369-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição de um sincro-ciclotron e seus aparelhos complementares.

Lido em 15-12-51 no Senado. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-5-52, com pareceres favoráveis: — n.º 362-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 363-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.604, de 16-5-52 — D.O. 19-5-52.

PLCD 2-52 — Autoriza a abertura, ao Ministério da Educação, do crédito especial de Cr\$ 429.200,80, para pagamento de gratificações de magistério.

Lido em 16-1-52. Incluído na Ordem do Dia na sessão de 13-10-52, com pareceres: n.º 1.037, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.038, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação em 14-10-52, por falta de número.

Aprovado em 15-10-52. À sanção.

Lei n.º 1.713, de 29-10-52 — D.O. de 1-11-52.

PLCD 3-52 — Declara de utilidade pública a Casa de Juvenal Galeno, com sede em Fortaleza, Estado do Ceará.

Lido no Senado em 16-1-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 20-5-52, com parecer contrário: n.º 426-52, da Comissão de Constituição e Justiça.

Rejeitado em 20-5-52.

PLCD 5-52 — Concede subvenção anual à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Projeto entrado no Senado em 16 de janeiro de 1952. Em ordem do dia em sessão de 4-4-52, com pareceres favoráveis n.º 273, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 274, da Comissão de Finanças.

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Com. Ed. e Cultura a requerimento do Senador Apolônio Salec. 4-4-52.

Em 28-7-52 é lido o parecer n.º 708-52, da Com. de Ed. e Cultura, oferecendo emenda e opinando pela rejeição da emenda oferecida perante a Comissão

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 1-8-52.

Retirado a fim de ser ouvida a Comissão de Finanças sobre a emenda, apresentada na Com. de Educação (requerimento n.º 251-52, do Senador Costa Pereira).

Novamente incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-10-52.

Aprovados o projeto e a emenda número 3. Prejudicada a emenda n.º 2. Retirada a emenda n.º 1. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 7-11-52. À Câmara dos Deputados.

PLCD 6-52 — Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador-Pôrto Nacional.

Lido no Senado em 16-1-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-6-52, com pareceres n.º 604-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade n.º 605-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, oferecendo emenda; n.º 60'6, da Comissão de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Na sessão de 1-7-52 á rejeitada a emenda e aprovado o projeto. À sanção.

Lei n.º 1.651, de 22-7-52, publicada no D.O. de 25-7-52 (Prom.).

PLCD 7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, pelo Ministério da Agricultura, como auxílio ao Estado do Rio Grande do Sul, e destinado ao barateamento dos inseticidas de combate às pragas da lavoura.

Em ordem do Dia da sessão de 21 de março de 1952, com pareceres favoráveis: n.º 197, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 198, da Comissão de Finanças, com emenda.

Adiada a disc. para 30-3-52, a requerimento do Sen. Alfredo Neves. Recebeu emenda e voltou à Com., encerrada a disc.

Comissões que se pronunciaram sobre as emendas:

Com. C. Justiça — Rel. C. Mercio — n.º 574-52 — Data 7-5-52 — Pron. pela const. emendas — Leit. 23-6-52 — Publ. 24-6-52.

Com. Finanças — Rel. A. Sales — n.º 575-52 — Data 18-6-52 — Pron. fav. à e. n.º 2 e of. submendas à de n.º 3 — Leit. 23-6-52 — Publ. 27-6-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-6-52.

Adiada a votação por falta de número.

Aprovado com emendas na sessão de 30-6-52. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 11-7-52. À Câmara.

Lei n.º 1.750, de 4-12-52 — D.O. 5-12-52.

PLCD 9-52 — Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço público, para efeito de aposentadoria, disponibilidade e promoção do Dr. João Wilkens Beviláqua.

Lido na sessão de 16-1-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52, com pareceres contrários: n.º 952, da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade e quanto ao mérito (com voto em separado do Sr. Senador Anísio Jobim); n.º 953, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Rejeitado em 1-10-52.

PLCD 10-52 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 9.058, de 13 de março de 1946, que dizem respeito à composição e funcionamento do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Lido na sessão de 16-1-52.

Incluído na Ordem do Dia na sessão de 6-5-52, com pareceres n.º 339-52 da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade;

N.º 340-52, da Comissão de Finanças, favorável,

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Comissão de Educação e Cultura, a requerimento do Sen. Aloisio de Carvalho (n.º 148-52).

Em 24-6-52 é lido o parecer número 595-52, da Com. de Educação e Cultura, favorável.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-6-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 1-7-52. À sanção.

Lei n.º 1.638, de 14-7-52 — D. O. de 16-7-52.

PLCD 11-52 — Dispõe sobre a constituição do Banco do Nordeste do Brasil.

Lido em 16-1-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 24-6-52, com pareceres: n.º 552-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e contra a emenda oferecida em fase de pauta; n.º 553-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto.

Aprovado o projeto. Rejeitada a emenda. À Com. Redação.

Redação final aprovada na sessão de 3-7-52 (Parecer n.º 630-52). À sanção.

Lei n.º 1.649, de 19-7-52 — D.O. de 24-7-52 (vetada parcialmente).

Mantido o veto na sessão de 14-9-52.

PLCD 12-52 — Autoriza a União a criar uma fundação denominada Serviço Social Rural

Lido em 16-1-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 3-11-52, com pareceres (ns. 1153, 1154, 1155 e 1156):

I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça — favorável; da Comissão de Trabalho e Previdência Social — favorável;

da Comissão de Finanças — favorável.

II — Sobre as emendas: da Comissão de Constituição e Justiça, favorável às de ns. 1, 2 e 3;

da Comissão de Trabalho e Previdência Social — favorável às de ns. 3 e 7; contrário às de ns. 1, 2, 4, 5, 6 e 13; e oferecendo as de ns. 8, 9, 10, 11 e 12; da Comissão de Finanças — favorável às de ns. 3, 7, 9 e 10; contrário às de ns. 1, 2, 4, 5, 8, 11 e 13; oferecendo a de n.º 14 e subemenda à de n.º 12.

Adiada a discussão em virtude de falta de número no recinto.

Iniciada a discussão em 4-11-52, ficando interrompida pelo encerramento da sessão.

Encerrada a discussão em 5-11-52, o projeto voltou às Com. em virtude de emendas.

PLCD 13-52 — Estende aos médicos Sanitaristas do Ministério da Educação as vantagens e direitos concebidos pela Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, que dispõe sobre pagamento de vencimento, remuneração ou salário ao pessoal civil e militar da União.

Lido na sessão de 17-1-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 23-9-52, com pareceres: n.º 905, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 906, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, declarando escapar a matéria à competência da Comissão; n.º 907, da Comissão de Saúde, favorável; n.º 908, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.690, de 3-10-52 — D.O. 7-10-52.

PLCD 14-52 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras às tortas e farinhas de carne destinadas à alimentação de pequenos animais.

Lido no Senado em 17-1-52. Incluído em Ordem do Dia da sessão de 30-5-52, com pareceres n.º 442-52, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; número 443-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda e oferecendo emenda aditiva.

Retirado para audiência da Comissão de Agricultura, a requerimento do Senador Landulfo Alves (n.º 179-52).

Em 21-8-52 é lido o parecer número 786-52, da Com. de Agricultura (rel. Sen. Landulfo Alves), favorável ao projeto.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-9-52. Retirado por iniciativa da Mesa, para audiência da Com. de Agricultura sobre as emendas.

Parecer n.º 1.129, da Com. de Agricultura, favorável às emendas (relator, Senador Landulfo Alves). Lido em 10-11-52. Publicado em 11-11-52).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-11-52. Aprovado sem debate em 17-11-52, com 2 emendas. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 25-11-52. A C. Dep.

PLCD 15-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 273,00 mensais a Honorina Cavalcante de Moura, genitora de Francisco Cavalcante de Moura, servidor público, falecido no exercício de suas funções.

Lido na sessão de 17-1-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 16-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 864, da Comissão de Constituição e Justiça; número 865, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.688, de 2-10-52 — D.O. de 7-10-52.

PLCD 16-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 242,00 a Francisca dos Santos, viúva do ex-maquinista-auxiliar da E. F. de Goiás, Claudomiro Luís dos Santos, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço.

Lido no Senado em 17-1-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-5-52, com pareceres favoráveis: número 364-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 365-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.605, de 16-5-52 — D.O. de 19-5-52.

PLCD 17-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.145,30 mensais à viúva de José Maia Filho, servidor do Ministério da Viação, vítima de acidente em serviço.

Lido em 17-1-52. Incluído em Ordem do Dia em 22-8-52, com pareceres: n.º 753, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 754, da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que oferece.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada (sessão de 25-8-52) em virtude do levantamento da sessão por motivo do falecimento do Governador Agamemnon Magalhães

Aprovado com emenda em 26-8-52. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 8-9-52. À Câmara.

Lei n.º 1.739, de 21-11-52 — D. O. de 25-11-52.

PLCD — 18-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, do crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para socorrer às vítimas dos incêndios ocorridos em São Luiz, no Maranhão.

Em Ordem do Dia da sessão de 21-3-52 com pareceres favoráveis, salvo redação: n.º 195, da Comissão de Constituição e Justiça n.º 196, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 21-3-52. À Comissão de Redação (afim de redigir para a sanção).

Aprovada a redação final em 1-4-52. À sanção.

Lei n.º 1.590, de 3-4-52. — D. O. de 15-4-52.

PLCD 21-52 — Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projetos e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe.

Lido no Senado em 17-1-52. Incluído em Ordem do Dia, na sessão de 4-9-52, com pareceres (ns. 763, 764 e 765):

I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade (com voto em separado do Senador Joaquim Pires; da Comissão de Viação e Obras Públicas, pela aprovação; da Comissão de Finanças, pela aprovação, retificadas as falhas de redação que aponta;

II — Sobre a emenda do Sr. Senador Joaquim Pires: da Comissão de Constituição e Justiça, contrário; da Comissão de Viação e Obras Públicas, pelo destaque para constituir projeto em separado; da Comissão de Finanças, idem.

Encerrada a discussão, o projeto voltou às Comissões com emendas.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 12-12-52, com pareceres sobre as emendas: n.º 1.361-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e destaque para projeto em separado; n.º 1.362-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, pelo destaque das emendas para projeto em separado; n.º 1.363-52, da Comissão de Finanças, idem.

Aprovado o projeto. Destacadas as emendas para projeto em separado. À sanção.

Lei n.º 1.785-F, de 29-12-52.

Publicada no D.O. de 5-1-53 (Promulgada).

PLCD 23-52 — Concede pensão especial à viúva do ex-foguista Manuel Batista de Alcântara.

Projeto entrado no Senado em 18 de janeiro de 1952. Em Ordem do Dia na sessão de 7-4-53, com pareceres favoráveis: n.º 292, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 293, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número — 7-4-52.

Adiada a votação, por falta de número, nos dias 8, 14, 15 e 17-4-52.

Aprovado na sessão de 18-4-52. À sanção.

Lei n.º 1.594, de 29-4-52 — D.O. de 2-5-52.

PLCD 25-12 — Cria o Instituto Nacional do Café, e dá outras providências.

Lido em 18-1-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-9-52, com pareceres: n.º 749, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto e às emendas ns. 2, 3, 10, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 56, contrário as de ns. 7, 9, 15, 18, 31, 33, 35, 36, 38, 57, e subemendas às de ns. 8, 11, 12, 19, 23, 45, 49, 50, e considerando prejudicadas as de ns. 1 (pela n.º 10), 4 (pela n.º 23), 5 (pela n.º 10), 6 (pela n.º 23), 30 (pela n.º 3), 39 (pela n.º 9), 53, 54; n.º 750, da Comissão de Agricultura, favorável ao projeto e às emendas números 2, 3, 10, 14, 16, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, contrário às de ns. 1, 4, 5, 6, 15, 16, 17, 18, 22, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 44, 47, 48, 49, 51, 57, oferecendo subemendas às de ns. 11, 13, 19, 23, 45, 55; n.º 751, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas ns. 2, 3, 12, 14, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 52, 53, 59, 63, 65, 72, contrário às de ns. 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 16, 20, 21, 23, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 56, 57, 58, 61, 64, 67, 69, 70, 71, 74, 75, oferecendo subemendas às de ns. 40, 60, 62, 66, 73, e considerando prejudicadas as de ns. 10, (pelas de ns. 1 e 15) 11 (pela de n.º 32) 13 (pela de n.º 76), 15 (pela de n.º 1), 28, 30 (pela de n.º 3), 42 (pela 79), 48 (pela 76), 54 (pelo pronunciamento dado sobre as de ns. 7, 8, 53), 55 (pela n.º 76), 68 (pela n.º 18), oferecendo as emendas ns. 76, 77, 78, 79, 80, 81 e 82.

Discussão adiada para o dia 21 de virtude do requerimento n.º 262-52, do Senador Ivo D'Aquino.

Em 21-8-52 é encerrada a discussão, voltando o projeto às Comissões de Justiça, Agricultura e Finanças, afim de se pronunciar sobre 5 emendas.

Em 25-8-52 é lido o requerimento n.º 265, de 1952, do Senador Ivo D'Aquino, solicitando urgência.

Em 27-8-52 é aprovado o requerimento de urgência, tendo feito declaração de voto o Senador Alfredo Neves.

Concedido o prazo de 1 hora para os relatores consultarem as Comissões sobre as emendas. Ao fim desse prazo, oferecem parecer oral os Senadores Atílio Viváqua, Landulfo Alves e Ivo D'Aquino respectivamente pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Iniciada a votação, que prossegue nas sessões de 28 (diurna e noturna), 29 (diurna e noturna de agosto, e 1, 2 e 3 de setembro.

Aprovado o projeto com as emendas ns. 2, 3, 4, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 29, 37, 45, 50, 56, 58, 59, 63, 66, 72, 73, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 86 e rejeitadas as demais.

Redação final das emendas do Senado (Parecer n.º 888-52 da Comissão de Redação) lida em 15-9-52. Aprovada em 15-9-52.

Projeto devolvido à Câmara com as emendas do Senado em 16-9-52 (of. 1.082).

Designado o Senador Alvaro Adolfo para acompanhar na Câmara o estudo das emendas do Senado.

Lei n.º 1.779, de 22-12-52 — D.O. de 23-12-52.

PLCD 26-52 — Regula as faltas e avarias de mercadorias transportadas por via marítima e depositadas nos portos nacionais e dá outras providências.

Lido em 18-1-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-7-52, com pareceres: n.º 659-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 660-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, contrários; n.º 661-52, da Comissão de Finanças, declarando não ser a matéria de sua competência.

Rejeitado.

PLCD 28-52 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Pedro Inácio de Freitas, falecido em consequência de acidente no trabalho.

Lido em 18-1-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5-52, com pareceres: n.º 457-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 458-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.617, de 4-6-52 — D.O. de 7-6-52.

PLCD — 29-52 — Concede pensão especial à viúva e filhos menores do ex-investigador Luciano Maciel.

Lido em 18-1-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52, com pareceres: n.º 993, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 994, da Comissão de Finanças, com emenda.

Aprovado com emenda. À Com. Redação (para a C.D.)

Redação final aprovada em 21-10-52.

À C. Deputados.

Lei n.º 1.755, de 5-12-52. — Publicada no D.O. de 10-12-52.

PLCD — 31-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.100,00 mensais a D. Avelina de Almeida Campos.

Projeto entrado no Senado em 18-1 de 1952. Em Ordem do Dia na sessão de 4-4-52 com pareceres favoráveis: n.º 255, da Comissão de Constituição e Justiça n.º 256, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 4-4-52. À sanção.

Lei n.º 1.592, de 23-4-52 — Publicado no D.O. de 26-4-52. (Prom.).

PLCD — 32-52 — Estende aos servidores das Estradas de Ferro da União, sob o regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Lido no Senado em 22-1-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 24-6-52, com pareceres: n.º 549-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 550-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável; n.º 551-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.636, de 14-7-52 — Publicado no D.O. de 16-7-52. (Prom.).

PLCD — 33-52 — Estende os dispositivos da lei n.º 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada lei.

Lido na sessão de 22-1-52. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 2-5-52, com pareceres favoráveis: número 343, de 1952, da Comissão de Constituição; n.º 344, de 1952, da Co-

missão de Forças Armadas; n.º 345, de 1952, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção. (2-5-52).

Lei n.º 1.609, de 22-5-52 — Publicada no D.O. de 24-5-52. (Prom.).

PLCD — 34-52 — Altera a redação dos arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 770, de 21 de julho de 1949, e dá outras providências.

Lido em 1-2-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-5-52, com pareceres: n.º 488-52 da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 489-52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável ao projeto e à emenda oferecida perante a Comissão; n.º 490-52, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e a essa emenda e oferecendo emenda substitutiva.

Retirado para correção dos avulsos.

Aprovado com emendas na sessão de 17-6-52.

À Com. Redação.

Redação final aprovada em 7-7-52 (Parecer n.º 627-52). À Câmara dos Deputados.

PLCD — 37-52 — Determina a emissão de selo postal comemorativo do 4.º Congresso Brasileiro de Homeopatia.

Lido no Senado em 1-2-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-5 de 1952, com pareceres favoráveis: n.º 306, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 307, de 1952, da Comissão de Finanças.

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Com. de Educação e Cultura, a requerimento do Sen. Aloísio de Carvalho (n.º 152-52).

Em 2-6-52 é lido o parecer número 520-52, da Com. de Educação e Cultura, oferecendo emenda (Rel. Sen. Sílvio Curvo).

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-6-52. Aprovado com emenda. À Com. Redação.

Aprovada a redação final em 19-6 de 1952 (Parecer n.º 543-52). À Câmara.

PLCD — 39-52 — Cria Seções de Organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda e nos Departamentos de Administração dos demais Ministérios civis.

Lido no Senado em 8-2-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-5-52, com pareceres favoráveis: n.º 378-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 379-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação (para a sanção).

Redação final aprovada em 7-7-52.

À sanção.

Lei n.º 1.650, de 19-7-52 — Publicada no D.O. de 23-7-52.

PLCD — 41-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termo-elétrica em Candiota, Rio Grande do Sul.

Lido em 11-2-52 — Em Ordem do Dia na sessão de 6-5-52, com pareceres: n.º 336, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 337, de 1952, da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável; n.º 338, de 1952, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À Com. Redação (para a sanção).

Redação final em 20-5-52. À sanção.

Lei n.º 1.610, de 27-5-52 — Publicada no D.O. de 31-5-52. (Prom.).

PLCD — 42-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de Cr\$.. 2.270.000,00, destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Lido em 11-2-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-8-52, com pareceres: n.º 768, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 769, da Comissão de Viação e Obras Públicas, contrário; n.º 770, da Comissão de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 3-9-52. À sanção.

Lei n.º 1.674, de 19-9-52 — Publicada no D.O. de 25-9-52. (Prom.).

PLCD — 43-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 425,00 à menor Maria Edite de Oliveira.

Lido em 11-2-52. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 874, da Comis-

são de Constituição e Justiça; n.º 875, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.687, de 2-10-52 — Publicada no *D.O.* de 7-10-52.

PLCD — 44-52 — Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre, de Minas.

Lido em 11-2-52. Incluído em Ordem do Dia da sessão de 9-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 760, da Comissão de Constituição e Justiça; número 761, da Comissão de Viação e Obras Públicas; n.º 762, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.680, de 1-10-52 — Publicada no *D.O.* de 7-10-52. (Prom.).

PLCD — 46-52 — Concede isenção de impostos e taxas a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França e destinados à Imperial Irmandade de N.S. da Glória do Outeiro, desta Capital.

Lido no Senado em 14-2-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 12 de maio de 1952, com pareceres favoráveis: n.º 376-52 da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 377-52 da Comissão de Finanças.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.615, de 30-5-52 — Publicada no *D.O.* de 5-6-52. (Prom.).

PLCD — 48-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para atender às despesas com serviços e encargos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Lido em 20-2-52. Incluído na Ordem do Dia 7-5-52, com pareceres: número 360-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 361-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.603, de 16-5-52 — Publicada no *D.O.* de 19-5-52.

PLCD — 50-52 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 325.000,00 para pagamento de despesas efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Lido no Senado em 4-3-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 23-5 de 1952, com pareceres: n.º 453-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 454-52, da Comissão de Finanças, oferecendo emenda substitutiva do art. 1.º.

Aprovado com emenda substitutiva do art. 1.º À Com. Redação.

Redação final aprovada em 2-6-52. À Câmara.

Lei n.º 1.658-B, de 5-8-52 — Publicada no *D.O.* de 12-8-52. (Prom.).

PLCD — 53-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer a população do Município de Santos Dumont, vítima de tromba d'água.

Lido em 4-3-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-7-52, com pareceres: n.º 642-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 643-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. À sanção.

Lei n.º 1.657-A, de 1-8-52 — Publicada no *D.O.* de 7-8-52. (Prom.).

ANEXO N.º 3

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

PDL 11-52 — Aprova as contas do Presidente da República relativas ao exercício de 1950.

Lido na sessão de 17-3-52. — Publicado no D.C.N. de 18-3-52. — Pág. 2.167.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 1-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 929, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 930, da Comissão de Finanças.

Aprovado. A Comissão de Redação. Redação final aprovada em 22-10-52.

A promulgação.

Decreto Legislativo n.º 62-52.

Promulgado em 27-10-52.

Publicado no D.C.N. de 31-10-52. — D.O. de 18-11-52.

PDL 12-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Empresa Brasileira de Construção S. A.

Lido na sessão de 17-3-52. — Publicado no D.C.N. de 18-3-52. — Pág. 2.167.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 19-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 878-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 879-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. A Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 6-10-52.

A promulgação.

Decreto Legislativo n.º 57-52.

Promulgado em 19-10-52. — Publicado no D.C.N. de 14-10-52. — D. O. de 14-10-52.

PDL 13-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato firmado entre o Ministério da Agricultura e João Conceição de Lima e sua mulher, Maria Ienar de Lima para a instalação de uma roda d'água em terras de propriedade dos beneficiários no município de Cabrobró, Pernambuco.

Lido em 18-3-52. — Publicado no D.C.N. de 19-3-52. — Pág. 2.219.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-9-52, com pareceres: número 933-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 934-52, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda que oferece.

Adiada a discussão em virtude do encerramento da sessão, por falta de número no Plenário.

Aprovado com emenda em 1-10-52.

A Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 21-10-52.

A Câmara dos Deputados.

PDL 14-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do contrato firmado entre o Ministério da Agricultura e Hildebrando Torres de Souza e sua mulher, Maria Cavalcanti Torres de Souza para instalação de uma roda d'água em terras dos beneficiários, às margens do rio São Francisco, no Município de Cabrobró, Pernambuco.

Lido em 18-3-52. — Publicado no D.C.N. de 19-3-52. — Pág. 2.219.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de, com pareceres favoráveis: n.º 565-52, da Comissão d.

Constituição e Justiça; n.º 566-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado na sessão de 26-6-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 33-52.

Promulgado em 30-6-52.

Publicado no *D.C.N.* de 1-7-52.

PDL 15-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Freire do Nascimento e sua mulher, Maria José de Sá., para a instalação de uma roda d'água para a irrigação de terras dos beneficiários, à margem do rio S. Francisco, Município de Cabrobró, Pernambuco.

Lido em 18-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 19-3-52. — Pág. 2.219.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 1-7-52, com pareceres: número 585-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 586-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Adiada por falta de número para prosseguimento dos trabalhos.

Aprovado na sessão de 2-7-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 35-52.

Promulgado em 4-7-52 — Publicado no *D.C.N.* de 9-7-52. — *D.O.* de 10-7-52.

PDL 16-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo de contrato firmado entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a firma ESTIL — Empresa de Serviços Técnicos em Imóveis Ltda., para execução de trabalhos de pinturas, consertos e reparos no Palácio do Ministério do Trabalho.

Lido em 18-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 19-3-52. — Pág. 2.219.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-7-52, com pareceres favoráveis: n.º 569/52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 570-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 40-52.

Promulgado em 16-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 18-7-52. — *D.O.* de 19-7-52.

PDL 17-52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro do contrato firmado pelo Ministério da Agricultura com Francisco Gomes de Andrade e sua mulher Neri Bioni de Andrade, para instalação de roda d'água em terras dos beneficiários, à margem do Rio São Francisco, Município de Cabrebró, Pernambuco.

Lido em 19-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-52. — Pág. 2.246.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-7-52, com pareceres: n.º 589-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 590-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 31-7-52. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 20-8-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 48-52.

Promulgado em 27-8-52. — Publicado no *D.C.N.* de 28-8-52. — *D.O.* de 30-8-52.

PDL 18-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do contrato celebrado entre a Com. Especial de Obras — da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e Camilo de Souza Mota & Irmãos, para a construção de viaturas de abastecimentos para oficiais à Praça General Tibúrcio, 83, na Capital da República.

Lido em 19-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 29-3-52. — Pág. 2.246.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 30-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.130, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.131, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação (para promulgação).

Encerrada a discussão do parecer 1.215 (red. final) e adiada a votação por falta de número em 13-11-52.

Adiada a votação por falta de número na sessão ordinária de 14-11-52.

Aprovada a redação final em 14 de novembro de 1952 (sessão noturna). À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 72-52. — Promulgado em 17-11-52.

PDL 19-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado pelo Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Aurélio José Pinto, para desempenhar no Instituto de Surdos-Mudos a função de mestre de fabricação de calçados.

Lido em 19-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-52. — Pág. 2.246. Rejeitado em 8-10-52.

PDL 20-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato de cooperação celebrado entre o Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher Jurema Nogueira da Silva para irrigação de terras de propriedade dos beneficiários.

Lido em 19-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-52. — Pág. 2.246.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-6-52, com pareceres favoráveis: n.º 503-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 504-52, da Comissão de Finanças.

Retirado a requerimento do Senador Landolfo Alves, afim de ser ouvida a Comissão de Agricultura.

PDL 21-52 — Autoriza o Tribunal a registrar o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S. A.

Lido em 19-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 20-3-52. — Pág. 2.247.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-7-52, com pareceres: número 611-52, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; n.º 612-52, da Comissão de Finanças, of. emenda.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 15-7-52. À Câmara.

Decreto Legislativo n.º 58-52.

Promulgado em 9-10-52. — Publicado no *D.C.N.* de 14-10-52. — *D.O.* de 14-10-52.

PDL 22-52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro do contrato celebrado entre a Diretoria de Obras e Fortificação do Exército e A. J. Pereira Leal Ltda.

Lido na sessão de 20-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52. — Pág. 2.293.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.138, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.139, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 11-11-52. — À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 69-52.

Promulgado em 14-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 15-11-52.

PDL 23-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Comércio Cosmopolita de Papel, Indústria e Comércio.

Lido na sessão de 20-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52. — Pág. 2.297.

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 10-9-52, com pareceres: número 832-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 833-52, da Comissão de Finanças, oferecendo emenda.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovado em 18-9-52. — À Câmara dos Deputados.

Decreto Legislativo n.º 74-52.

Promulgado em 26-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 27-11-52.

PDL 24-52 — Aprova o Acôrdo firmado em 21 de agosto de 1951, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Repartição Sanitária Panamericana, para funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro.

Lido na sessão de 20-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 21-3-52. — Pág. 2.296.

Em pauta nos dias 31-3-52 e 1-4-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 4-12-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.134-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.135-52, da Comissão de Educação e Cultura; n.º 1.136-52, da Comissão de Relações Exteriores; n.º 1.137-52, da Comissão de Finanças; n.º 1.268-52, da Comissão de Saúde.

Retirado da Ordem do Dia em virtude de adiamento por dez dias, requerido

pelo Sen. João Vilasboas, para ser discutido no dia 14-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emenda do Sen. João Vilasboas.

PDL 25-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo aditivo ao ajuste de tarefa celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Barbosa Melo Scarpelli Ltda. — (Projeto de Lei número 1.468-A-51 na Câmara).

Lido na sessão de 26-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 27-3-52 — Página 2.450 — 1ª col.

Incluído em Ordem do dia Dia na sessão de 8-7-52, com pareceres favoráveis nº 593-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 594-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 38-52.

Promulgado em 16-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 12-7-52. — *D.O.* de 19-7-52.

PDL 26-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo aditivo do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Aron Kuppermann. — (Proj. de Lei nº 1.566-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 28-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 29-3-52 — Página 2.533 — 2ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 14-7-52, com pareceres: nº 650-52, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; nº 651-52, da Comissão de Finanças, oferecendo emenda.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 23-7-52. À Câmara.

Decreto Legislativo nº 59-52.

Promulgado em 10-10-52. — Publicado no *D.C.N.* de 14-10-52. — *D.O.* de 14-10-52.

PDL 27-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Hirtz Barbosa de Freitas, com exclusão da última parte

da cláusula V. — (Proj. de Lei número 1.624-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 31-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 1-4-52 — Página 2.590 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-10-52, com pareceres: nº 1.127, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; nº 1.128, da Comissão de Finanças, contrário.

Rejeitado.

PDL 28-52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do termo aditivo entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto. — (Proj. de Lei nº 1.633-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 31-3-52. — Publicado no *D.C.N.* de 1-4-52 — Página 2.590 — 1ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-7-52, com pareceres favoráveis: nº 579-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 580-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 39-52.

Promulgado em 10-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 12-7-52. — *D.O.* de 19-7-52.

PDL 29-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Raul Barreto Madeira. — (Projeto de Lei número 1.872-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 1-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 2-4-52 — Página 2.623 — 4ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 13-8-52, com pareceres favoráveis: nº 718, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 719, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação.

Relação final aprovada em 27-8-52. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 50-52.

Promulgado em 29-8-52. — Publicado no *D.C.N.* de 30-8-52.

PDL 30-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Diretoria de Saúde do Exército e a Congregação das Irmãs Missionárias da

Imaculada Conceição. — (Projeto de Lei nº 1.678-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 22-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 23-4-52 — Página 3.104 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52, com pareceres favoráveis: nº 1.124, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.125, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 11-11-52. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 70-52.

Promulgado em 14-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 15-11-52.

PDL-31-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o acordo firmado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Rio de Janeiro, para intensificação da assistência psiquiátrica do mesmo Estado. — (Projeto de Lei nº 1.735-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 25-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 26-4-52 — Página 3.259 — 1ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-9-52, com pareceres: nº 777-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 778-52, da Comissão de Finanças, pela aprovação, com a emenda que oferece.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 18-9-52. À C. Deputados.

Decreto Legislativo nº 75-52.

Promulgado em 27-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 28-11-52.

PDL-32-52 — Aprova o Texto da Convenção nº 92, relativa ao alojamento da tripulação a bordo, adotada em Genebra. — (Projeto de Lei número 1.700-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 25-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 26-4-52 — Página 3.259 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-11-52 (not.) em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão ordinária da mesma data, a requerimento do Sen. Ivo d'Aquino, com pareceres favoráveis: nº 1.251, da Comissão de Constituição e Justiça; número 1.252, da Comissão de Finanças.

Retirado da Ordem do Dia para audiência da Comissão de Viação e Obras Públicas (questão de ordem suscitada pelo Sen. Ferreira de Sousa).

PDL-33-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato de compra e venda de parte de terreno sito em Ladário, feito entre a União Federal e Milton Quaresma Dória. — (Projeto nº 1.711-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 29-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 30-4-52 — Página 3.330 — 1ª col.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (2-7-52).

PDL-34-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Th. Godoy Mata Machado. — (Projeto nº 1.732-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 29-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 30-4-52 — Página 3.330 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-11-52 (extr. not.) com pareceres: nº 1.224, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição; nº 1.225, pela aprovação, com as modificações constantes da emenda que oferece.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 24-11-52 (estr.). À Câmara dos Deputados.

PDL-35-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Pires de Araújo. — (Projeto de Lei número 1.609-A-51 na Câmara).

Lido na sessão de 5-5-52. — Publicado no *D.C.N.* de 6-5-52 — Página 3.495 — 1ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 22-7-52, com pareceres: nº 682-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 683-52, da Comissão de Finanças favorável.

Aprovado. À Comissão de Redação. Redação final aprovada em 5-8-52. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 45-52.

Promulgado em 13-8-52. — Publicado no *D.C.N.* de 19-8-52. — *D.O.* de 20-8-52.

PDL-36-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Gastal & Cia. Ltda. — (Projeto de Lei nº 1.716-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 5-5-52. — Publicado no *D.C.N.* de 6-5-52 — Página 3.495 — 1ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 21-7-52, com pareceres favoráveis: nº 686-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 687-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação. Redação final aprovada em 7-8-52. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 46-52.

Promulgado em 13-8-52. — Publicado no *D.C.N.* de 19-8-52. — *D.O.* de 20-8-52.

PDL-37-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma Sociedade Construtora de Obras Públicas Ltda. — (Projeto de Lei nº 1.199-B-50 na Câmara).

Lido na sessão de 8-5-52. — Publicado no *D.C.N.* de 9-5-52 — Página 3.647 — 1ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-10-52, com pareceres favoráveis: n. 954-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n. 955-52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 22-10-52. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 63-52.

Promulgação em 29-10-52. — Publicado no *D.C.N.* de 31-10-52. — *D.O.* de 18-11-52.

PDL-38-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre a 2ª Região Militar e Artêmio Furlan & Cia. Ltda. — (Projeto de Lei nº 1.778-A-52 na Câmara).

Lido na sessão de 8-5-52. — Publicado no *D.C.N.* de 9-5-52 — Página 3.647 — 2ª col.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-9-52, com pareceres: nº 783-52,

da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 784-52, da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que oferece.

Aprovado com emenda. À Comissão de Redação, em 5-9-52.

Redação final aprovada em 18-9-52. À Câmara dos Deputados.

Decreto Legislativo nº 76-52.

Promulgado em 27-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 28-11-52.

PDL-39-52 — Aprova o Convênio celebrado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951, entre o Governo Brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana. — (Projeto de Lei número 1.537-B-51 na Câmara).

Lido na sessão de 9-5-52. — Publicado no *D.C.N.* de 10-5-52 — Página 3.709 — 4ª col.

Incluídos na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52, com pareceres favoráveis: nº 1.076, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 1.077, da Comissão de Relações Exteriores; nº 1.078, da Comissão de Saúde; nº 1.079, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À Comissão de Redação. Redação final aprovada em 5-11-52. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 66-52.

Promulgado em 7-11-52. — Publicado no *D.C.N.* de 11-11-52.

PDL-40-52 — Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares, firmado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Assunção, a 26 de junho de 1951. — (Projeto de Lei nº 1.507-C-51 na Câmara).

Lido na sessão de 4-6-52. — Publicado no *D.C.N.* de 5-6-52 — Página 4.775 — 2ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-10-52, com pareceres favoráveis: nº 962-52, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 963-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas; nº 964-52, da Comissão de Relações Exteriores.

Retirado pela Mesa para audiência da Comissão de Finanças.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-50, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, a requerimento do Sen. Alfredo Neves. Aprovado depois de lido o parecer da Co-

missão de Finanças (do Sen. Alfredo Neves). À Comissão de Redação.

Aprovada na sessão extraordinária do mesmo dia a redação final. À promulgação.

Decreto Legislativo nº 84-52.

Promulgado em 18-12-52. — Publicado no *D.C.N.* de 20-12-52.

PDL-41-52 — Aprova o texto do Convênio Cultural, assinado em Madri, entre o Brasil e a Espanha. — (PL-1.928-A-52 na Câmara). — Publicado no *D.C.N.* de 12-6-52 — Pág. 5.198 — 2.^a col.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 24-6-1952. Distribuído ao Sr. Senador Aloisio de Carvalho.

Encaminhado em 8-8-52 à Comissão de Educação e Cultura. Remetido em 17-11-52 à Comissão de Relações Exteriores.

PDL-42-52 — Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha, firmado no Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 1949. — (PL-1.733-B-52 na Câmara).

Lido em 17-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 18-7-52 — Pág. 6.781 — 3.^a col.

Despachado em 28-7-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Viação, de Relações Exteriores e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Relações Exteriores (desde 10 de outubro de 1952).

PDL 43-52 — Aprova a Convenção relativa ao reconhecimento internacional dos direitos sobre aeronaves, firmado em Genebra, a 19-6-48. — PL-2.063-A-52 na Câmara).

Lido em 28-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 29-7-52 — Pág. 7.310 — 4.^a col.

Despachado em 20-8-52 às Comissões de Justiça e de Relações Exteriores.

Situação em 15-12-1952: na Comissão de Constituição e Justiça (desde 20 de agosto de 1952).

PDL-44-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre a Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos e a Sociedade Brasileira de Máquinas e

Motores Limitada. (PL-2.156-A-52 — na Câmara).

Lido em 4-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 5-8-52 — Pág. 7.651 — 2.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-11-52, com pareceres: n.º 1.222, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.223, da Com. de Finanças, favorável, com as modificações constantes da emenda que oferece.

Aprovado com emenda. À C. Redação.

Redação final aprovada em 21-11-52 (extr.). À Câmara.

Decreto Legislativo n.º 81-52.

Promulgado em 15-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-12-52 e *D.O.* de 19-12-52.

PDL 45-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Vera Cruz S.A. — (PL-1.625-B-52 — na Câmara).

Lido em 4-8-52. — Publicado no *D.C.N.* de 5-8-52 — Pág. 7.651 — 3.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52, com pareceres: n.º 1.009, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.010, da Com. de Finanças, favorável, com emenda.

Aprovado. À Com. Redação (para C. Dep.).

Redação final aprovada em 30-10-52. À Câmara dos Deputados.

PDL 46-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Maria Rodrigues Carreira e Sul. — (PL-2.118-A-52 — na Câmara).

Lido em 4-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 5-8-52 — Pág. 7.651 — 3.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52, com pareceres: n.º 1.132, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.133, da Com. de Finanças, pela rejeição.

Rejeitado.

PDL 47-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de Convênio celebrado

entre o Governo Federal e o Estado de Minas Gerais — (PL-2.147-A-52 na Câmara) — Publicado no *D.C.N.* de 8-8-52 — Pág. 7.888 — 1.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.334-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.335-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 15-12-52 (extraordinária). À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 89-52.

Promulgado em 19-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 24-12-52.

PDL 48-52 — Determina que o Tribunal de Contas registrará o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo do Brasil e o Groupment D'Exportation de Locomotives S.A.R.L. (GELSA) — (PL-2.174-A-52 — na Câmara).

Lido em 8-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 9-8-52 — Pág. 7.983 — 4.^a coluna.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-9-52, com pareceres favoráveis: n.º 868-52, da Com. de Const. e Justiça; n.º 869-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 16-9-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 52-52.

Promulgado em 18-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19-9-52 — *D.O.* 24-9-52.

PDL 49-52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rio e Canais e a «Elevadores Otis S.A.» — (PL-2.149-A-52 — na Câmara).

Lido em 8-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 9-8-52 — Pág. 7.983 — 4.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.192, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.193, da Com. de Finanças.

Adiada a discussão para 7-11-52 (sessão levantada em virtude de falecimento de Deputado).

Aprovado em 7-11-52. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 24-11-52 (extr.). À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 73-52.

Promulgado em 26-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 27-11-52.

PDL 50-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Genésio Gouveia S.A. — (PL-2.148-A-52 — na Câmara).

Lido em 8-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 9-8-52 — Pág. 7.983 — 4.^a coluna.

Despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças em 21 de agosto de 1952.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (desde 18-9-52).

PDL 51-52 — Determina que o Tribunal de Contas registre o termo aditivo ao acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Ceará para intensificação da assistência psiquiátrica no mesmo Estado. — (PL-2.143-A-52 — na Câmara).

Lido em 11-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 12-8-52 — Pág. 8.041 — 4.^a coluna.

Despachado em 21-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (desde 18-9-52).

PDL 52-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que autorizou o registro sob reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 1.383.520,00, decorrente de auxílios à várias Companhias Teatrais. — (PL-2.144-A-52 — na Câmara).

Lido em 11-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-8-52 — Pág. 8.041 — 4.^a coluna.

Despachado em 25-8-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças, desde 25-9-52.

PDL 53-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Th. Godoy Matta Machado — (PL-2.145-A-52 — na Câmara).

Lido em 13-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 14-8-52 — Pág. 8.118 — 2.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 16-10-52, com pareceres: n.º 1.034, da Com. de Const. e Justiça; pela constitucionalidade; n.º 1.035, da Com. de Finanças, oferecendo substitutivo.

Aprovado o substitutivo da Com. de Finanças. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 31-10-52. À C. Deputados.

PDL 54-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Administração do Edifício da Fazenda e a Limpadora Brasileira — (PDL-54-52 — (PL-2.142-A-52 — na Câmara).

Lido em 13-8-52 — Publicado no D.C.N. de 14-8-52 — Pág. 8.118 — 2ª coluna.

Despachado em 25-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (desde 25-9-52).

PDL 55-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato feito entre a União Federal e a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, para desapropriação do terreno na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso — (PL-2.117-A-52 — na Câmara).

Lido em 13-8-52 — Publicado no D.C.N. de 14-8-52 — Pág. 8.118 — 2ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-10-52, com pareceres: número 1.083, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.084, da Com. de Finanças, com emenda.

Aprovado com emenda. À C. Redação.

Redação final aprovada em 10-11-52. À C. Deputados.

Decreto Legislativo n.º 71-52.

Promulgado em 17-11-52 — Publicado no D.C.N. de 18-11-52.

PDL 56-52 — Determina o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Aerozita Wood Bravo — (PL-2146-A-52 — na Câmara).

Lido em 13-8-52 — Publicado no D.C.N. de 14-8-52 — Pág. 8.118 — 4ª coluna.

Despachados em 25-8-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (desde 9-10-52).

PDL 57-52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Richard de Bloch — (PL-2.206-A-52 — na Câmara).

Lido em 18-8-52 — Publicado no D.C.N. de 19-8-52 — Pág. 8.221 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 20-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.064, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.065, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 5-11-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 67-52.

Promulgado em 7-11-52 — Publicado no D.C.N. de 8-11-52.

PDL — 58-52 — Autoriza a adesão do Brasil à Convenção Internacional para a marcação de ovos no mercado internacional. (PL-2.207-A-52 — na Câmara).

Lido em 18-8-52. — Publicado no D.C.N. de 19-8-52 — Pág. 8.221 — 4ª coluna.

Despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Relações Exteriores, em 4-9-52.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Relações Exteriores (8-12-52).

PDL 59-52 — Determina que o Tribunal de Contas registre o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda (Casa da Moeda) e Eletrobrás Comércio e Indústria S.A. — (PL-2.208-A-52 — na Câmara).

Lido em 18-8-52 — Publicado no D.C.N. de 19-8-52 — Pág. 8.221 — 4ª coluna.

Em 13-12-52 é aprovado req. do Sen. J. Pires, sol. a inclusão do projeto na O. do Dia.

Em 15-12-52 é lido o parecer número 1.436-52, da Com. de Justiça, pela constitucionalidade (rel. Sen. J. Pires).

O Sen. Durval Cruz emite, pela Com. de Finanças, parecer verbal, pela aprovação com emenda de redação.

Aprovado com emenda de redação. À Com. de Redação.

Na sessão noturna da mesma data é aprovado o requerimento n.º 622-52, do

Sen. Ivo d'Aquino, solicitando dispensa de interstício para a redação final. (Parecer n.º 1.440-52 — Rel. Sen. Veloso Borges). Aprovada a redação final. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 85-52.

Promulgado em 18-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 20-12-52.

PDL 60-52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio Nacional e a firma Edson de Alencar Cabral.

Recebido em 28-8-52.

Lido na Sessão noturna de 28-8-52 — Publicado no *D.C.N.* de 29-8-52 — Pág. 8.726 — 2ª coluna.

Despachado em 10-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (18-9-52).

PDL 61-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e a Firma Construtora J. Patrício Ltda. — (PL-2.216-A-52 — na Câmara).

Lido em 3-9-52 — Publicado no *DCN* de 4-9-52 — Pág. 8.987 — 4ª col.

Despachado em 16-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (2-10-52).

PDL 62-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda. — (PL-2.271-A-52 — na Câmara).

Lido em 9-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 10-9-52 — Pág. 9.329 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-11-52, com pareceres: número 1.220, da Com. de Const. e Justiça, pela rejeição, por inconstitucionalidade, n.º 1.221, da Com. de Finanças, favorável, com as modificações constantes da emenda que oferece.

Encerrada a discussão e iniciada a votação, que ficou interrompida por falta de número.

Aprovado com a emenda em 14-11-52. À Com. de Educação (para a C. Deputados).

Redação final aprovada em 25-1-52. À C. Deputados.

PDL 63-52 — Determina que o Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Limitada. — (PL-2.302 A-52 — na Câmara).

Lido no expediente em 11-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 12-9-52 — 3ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52 (extraordinária noturna; com pareceres favoráveis: n.º 1.356-52, da Som. de Const. e Justiça; número 1.337-52 da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 15-12-52 (extraordinária). À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 88-52.

Promulgada em 19-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 24-12-52.

PDL — 64-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que autorizou o registro sob reserva, da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 28.650,00, como «restos a pagar» do exercício de 1949, à Firma Sociedade de Engenharia e Comércio Ltda. (SENSO) — PL 2.337-A-52 na Câmara.

Lido em 15-9-52 — *D.C.N.* de 16-9-1952 — Pág. 9.543 — 3ª coluna.

Despachado em 29-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (24-10-52).

PDL 65-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento Administrativo do Ministério da Educação e Saúde e a Firma Empresa Brasileira de Construções S.A. — PL número 2.287-A-52 — na Câmara.

Lido no expediente de 15-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 16-9-52 — Pág. 9.543 — 4ª coluna.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (2-10-52).

PDL 66-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Comissão Especial de Obras 4, da Direto-

ria de Obras e Fortificações do Exército e a Companhia Nacional de Vidros e Molduras. — (VIDRARTE) — P.L. 2.310-A-52 — na Câmara.

Lido em 16-9-52 — Publicado no D.C.N. de 17-9-52 — Pág. 9.610 — 2ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52, com pareceres foveráveis: n.º 1.337, da Com. de Const. Justiça; n.º 1.338, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação.

Redação final aprovada em 15-12-52 (extraordinária). À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 87-52.

Promulgado em 19-12-52 — Publicado no D.C.N. de 24-12-52.

PDL 67-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e a Irmã Antônia Mesquita Pinheiro — PL 2.268-A-52 — na Câmara.

Lido em 16-9-52 — Publicado no D.C.N. de 17-9-52 — Pág. 9.610 — 3ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, com pareceres: n.º 1.311-52, da Com. de Const. e Justiça; número 1.312-52, da Com. de Finanças, of. emenda.

Aprovado com emenda que o plenário considerou de redação. À C. de Redação.

PDL 68-52 — Reforma a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Wolney Frederico Dantas Hupsel — P 2.111-A-52 — na Câmara.

Lido em 16-9-52 — Publicado no D.C.N. de 17 de setembro de 1952 — Pág. 9.610 — 3ª col.

Despachado em 2-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Constituição e Justiça (2-10-52).

PDL 69-52 — Determina que o Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado entre o Conselho Nacional de Economia e a Imobiliária Seguradora Reunidas S.A. — PL 2.245-R-52 — na Câmara.

Lido em 16-9-52 — Publicado no D.C.N. de 17 de setembro de 1952 — Pág. 9.610 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11-12-52, com pareceres: n.º 1.346-52, da Com. de Const. e Just., pela Constitucionalidade; n.º 1.347-52, da Com. de Finanças, com emenda.

(Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Na sessão extraordinária noturna de 11-12-52 é aprovado com emenda que o plenário, por solicitação do Senador Othon Mäder, considerou de redação.

À Com. Redação.

Redação final aprovada na sessão extraordinária noturna de 15-12-52.

À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 86-52.

Promulgado em 19-12-52 — Publicado no D.C.N. de 24-12-52.

PDL 70-52 — Reforma a decisão do Tribunal de Contas e autoriza o registro do contrato celebrado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais — PL 2.247-A-52 — na Câmara.

Lido em 16-9-52 — Publicado no D.C.N. de 17 de setembro de 1952 — Pág. 9.610 — 4ª col.

Despachado em 25-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Constituição e Justiça (25-9-52).

PDL 71-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a renovação do contrato celebrado entre a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde e André Rochat — PL 2.327-A-52 na Câmara.

Lido em 16-9-52 — Publicado no D.C.N. de 17-9-52 — Pág. 9.610 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, com pareceres contrários: n.º 1.381, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.382, da Com. de Finanças.

Rejeitado.

PDL 72-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo aditivo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Firma Estaleiros de Construções Navais Ltda. — PL 2.283-A-52 na Câmara.

Lido em 17-9-52 — Publicado no D.C.N. de 18-9-52 — Pág. 9.675 — 4ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 29-10-52, em virtude de dispensa de interstício concedida em 27-10-52 a requerimento do Sen. Francisco Gallotti, com pareceres favoráveis: n.º 1.164, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.165, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 31-10-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 65-52.

Promulgado em 3-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 4-11-52 — *D.O.* de 18-11-52.

PDL 73-52 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e Alcídio Bellini Robusto. — PL 2.289-A-52 — na Câmara.

Lido em 17-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18 de setembro de 1952 — Pág. 9.676 — 1.ª col.

Despachado em 2-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: na Comissão de Finanças (9-10-52).

PDL 74-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e José Antônio Eirado. — PL 1.708-A-52 na Câmara.

Lido em 17-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-9-52 — Pág. 9.676 — 1.ª col.

Despachado em 29-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (29-9-52).

PDL 75-52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a Firma Cavalcanti, Junqueira S.A. — PL 2.249-A-52 na Câmara.

Lido em 17-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-9-52 — Pág. 9.676 — 2.ª col.

Despachado em 29-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (29-9-52).

PDL 76-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e An-

dré J. Meyer — P.L. 2.288-A-52 na Câmara.

Lido em 17-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18-9-52 — Pág. 9.676 — 2.ª col.

Despachado em 29-9-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (9-10-52).

PDL 77-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Enrico Martignoni — PL 2.231-A-52 na Câmara.

Lido em 17-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18 de setembro de 1952 — Pág. 9.676 — 2.ª col.

Despachado em 2-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 78-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato de empreitada, celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e a Firma Construtora Mantiqueira S.A. — PDL-7852 (PL 2.301-A-52 na Câmara).

Lido em 17-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 18 de dezembro de 1952 — Pág. 9.676 — 2.ª col.

Despachado em 2-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças (30-10-52).

PDL 79-52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas do registro, sob reserva, da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 124.280,00 à Firma ASCA — Aparelhos Científicos Ltda. — PL 2.226-A-52 — na Câmara.

Lido em 18-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 19 de setembro de 1952 — Pág. 9.730 — 1.ª col.

Despachado em 15-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 80-52 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Governo do Estado da Bahia, para intensificação da assis-

tência psiquiátrica naquele Estado — PL 2.272-A-52 na Câmara.

Lido em 22-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 23 de setembro de 1952 — Pág. 9.858 — 3.^a col.

Despachado em 2-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (2-10-52).

PDL 81-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas negatória ao registro do termo de contrato de cooperação celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brandão — PL 2.233-A-52 na Câmara.

Lido em 22-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 23 de setembro de 1952 — Pág. 9.858 — 3.^a col.

Despachado em 2-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (2-10-52).

PDL 82-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais do Ministério da Viação e Obras Públicas e a Firma Edgard Raja Gabaglia (Escritório Técnico Raja Gabaglia Engenheiros Civis) — PL 2.390-A-52 — na Câmara.

Lido em 22-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 23-9-52 — Pág. 9.858 — 3.^a col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 3-11-52 (requerimento do Senador Francisco Gallotti dispensa de interstício), com pareceres favoráveis: número 1.189, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.190, da Com. de Finanças.

Adiada em virtude do término da sessão.

Aprovado em 5-11-52. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 7-11-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 68-52.

Promulgado em 7-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 8-11-52.

PDL 83-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato de empreitada celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saú-

de e a Firma Construtora Mantiqueira S.A. — PL 2.282-A-52 na Câmara.

Lido em 29-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 30-9-52 — Pág. 10.140 — 1.^a col.

Despachado em 10-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (6-11-52).

PDL 84-54 — Autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a Firma Luís Fernandes & Cia. Ltda. — PL 2.348-A-52 na Câmara.

Lido em 29-9-52 — Publicado no *D.C.N.* de 30-9-52 — Pág. 10.150 — 2.^a col.

Despachado em 10-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 85-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que ordenou o registro, sob reserva, do adiantamento da importância de Cr\$ 310.958,00 ao auxiliar-administrativo Maria de Lourdes Bessa, para ocorrer ao pagamento do serviço de limpeza do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, do Externato e Internato do Colégio Pedro II, da Biblioteca Nacional e do Serviço Nacional do Teatro — PL 2.232-A-52 na Câmara.

Lido em 29-9-52 Publicado no *D.C.N.* de 30-9-52 — Pág. 10.140 — 2.^a coluna.

Despachado em 10-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (10-10-52).

PDL 86-52 — Aprova o termo de renovação de contrato celebrado entre o Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil e Orvo Ast. — PL 2.395-A-52 na Câmara.

Lido em 2-10-52 — Publicado no *D.C.N.* de 3-10-52 — Pág. 10.350 — 2.^a col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 2-10-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.309-52, da Com. de Const.

e Justiça; n.º 1.310-52, da Com. de Finanças.

Aprovado. À Com. Redação (para promulgação).

Decreto Legislativo n.º 83-52.

Promulgado em 18-12-52 — Publicado no D.C.N. de 20-12-52.

PDL 87-52 — Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Firma Estaleiros de Construções Navais Ltda — PL 614-B-51 na Câmara.

Lido em 2-10-52 — Publicado no D.C.N. de 3-10-52 — Pág. 10.350 — 2ª col.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 6-11-52, com pareceres favoráveis: n.º 1.187, da Com. de Const. e Justiça; n.º 1.188, da Com. de Finanças.

Adiada a discussão para 7-12-52 (sessão levantada em virtude de falecimento de Deputado).

Aprovado em 7-11-52. À Com. Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 25-11-52. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 77-52.

Promulgado em 28-11-52 — Publicado no D.C.N. de 29-11-52.

PDL 88-52 — Mantém a decisão denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a Firma Malheiros & Cia. PL 2.397-A-52 — na Câmara.

Lido em 2-10-52 — Publicado no D.C.N. de 3-10-52 — Pág. 10.350 — 2ª col.

Despachado em 15-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-10-52: Comissão de Constituição e Justiça (15-10-52).

PDL 89-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma Somag — Sociedade de Engenharia Ltda. — PL 959-B-51 na Câmara.

Lido em 2-10-52 — Publicado no D.C.N. de 3-10-52.

Despachado em 15-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça (15-10-52).

PDL 90-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória ao re-

gistro do termo de contrato celebrado entre o Serviço Regional de Obras da 5ª Região Militar do Exército e a Firma Th. Marinho de Andrade, Construtora Paraná S.A. — PL 2.400-A-52 na Câmara.

Lido em 7-10-52 — Publicado no D.C.N. de 8-10-52 — Pág. 10.595 — 2ª col.

Despachado em 29-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 91-52 — Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro e Artur Monteiro Guedes — PL 2.401-A-52 na Câmara.

Lido em 7-10-52 — Publicado no D.C.N. de 8-10-52 — Pág. 10.595 — 2ª col.

Despachado em 29-10-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 93-52 — Aprova o Protocolo ao Acôrdo Geral sobre tarifas aduaneiras e comerciais, firmado pelo Brasil na cidade de Torquay, Inglaterra — PL 2.492-A-52 na Câmara.

Lido em 15-10-52 — Publicado no D.C.N. de 16-10-52 — Pág. 11.069 — 4ª col.

Em 4-12-52 é aprovado o requerimento de urgência n.º 529-52, do Senador Oton Mäder e outros.

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 8-12-52, dependente de parecer das Comissões de Const. e Just., Relações Exteriores e de Finanças.

É lido em plenário o parecer número 1.366, de 1952, da Com. de Just. pela constitucionalidade (rel.: Senador Ivo d'Aquino). Pelas Com. de Finanças e de Rel. Exteriores, emite pareceres favoráveis o Senador Alfredo Neves. O projeto é aprovado e vai à Com. de Redação.

Na sessão extraordinária noturna de 11-12-52 é aprovada a redação final. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 80-52.

Promulgado em 15-12-52. — Publicado no D.C.N. de 16-12-52.

PDL 94-52 — Aprova a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e Alfred Zuberbuhler — (PL 2.396-A-52 na Câmara).

Lido em 23-10-52 — Publicado no D.C.N. de 24-10-52 — Pág. 11.701 — 1ª col.

Despachado em 5-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (20-11-52).

PDL 95-52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma Paulo Augusto Goyana. — (PL 2.440-A-52 na Câmara).

Lido em 27-10-52 — Publicado no D.C.N. de 28-10-52 — Pág. 11.865 — 1ª col.

Despachado em 10-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (11-12-52).

PDL 96-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato celebrado entre o Departamento da Imprensa Nacional e a I.B.M. World Trade Corporation — (PL 2.414-A-52 na Câmara).

Lido em 30-10-52 — Publicado no D.C.N. de 31-10-52 — Pág. 12.057 — 1ª col.

Despachado em 10-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (10-11-52).

PDL 97-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Giovani Grassi — (PL número 2.419-A-52 na Câmara).

Lido em 30-10-52 — Publicado no D.C.N. de 31-10-52 — Pág. 12.057 — 1ª col.

Despachado em 10-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 98-52 — Aprova o contrato de empreitada, celebrado entre a Divisão

de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a Firma A. Pereira Gonçalves — (PL 2.418-A-52 na Câmara).

Lido em 30-10-52 — Publicado no D.C.N. de 31-10-52 — Pág. 12.057 — 1ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 99-52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma «CIASA», Comercial Industrial & Agrícola Sociedade Anônima — (PL 2.415-A-52 na Câmara).

Lido em 30-10-52 — Publicado no D.C.N. de 31-10-52 — Pág. 12.057 — 2ª col.

Despachado em 10-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (27-11-52).

PDL 100-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma Campos & Bruder Ltda — (PL 2.441-A-52 na Câmara).

Lido em 31-10-52 — Publicado no D.C.N. de 1-11-52 — Pág. 12.130 — 4ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (12-11-52).

PDL 101-52 — Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a Firma Empresa Brasileira de Construções S.A. (PL 2.417-A-52 na Câmara).

Lido em 31-10-52 — Publicado no D.C.N. de 1-11-52 — Pág. 12.130 — 4ª col.

Despachado em 10-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (10-11-52).

PDL 102-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória ao registro do termo de contrato celebrado

entre o Ministério da Agricultura e Francisco Januário Xavier e sua mulher Antônia Joana Xaxier — (PL 2.474-A-52 na Câmara).

Lido em 3-11-51 — Publicado no D.C.N. de 4-11-52 — Pág. 12.205 — 1ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (12-11-52).

PDL 103-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma Bawag S.A. de Comércio Internacional — (PL 2.273-B-52 na Câmara).

Lido em 3-11-52 — Publicado no D.C.N. de 4-11-52 — Pág. 12.205 — 1ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (12-11-52).

PDL 104-52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda — (Construção de dutos em Santos — S. Paulo) — (PL número 2.442-A-52 na Câmara).

Lido em 3-11-52 — Publicado no D.C.N. de 4-11-52 — Pág. 12.205 — 1ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (12-11-52).

PDL 105-52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda — (Construção de dutos em Campinas — S. Paulo) (PL 2.446-A-52 na Câmara).

Lido em 3-11-52 — Publicado no D.C.N. de 4-11-52 — Pág. 12.205 — 2ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (12-11-52).

PDL 106-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao

registro do termo de ajuste celebrado entre o Ministério da Agricultura e Manuel Nunes de Magalhães e sua mulher Durcelina Maria de Carvalho — (PL 2.430-A-52 na Câmara).

Lido em 3-11-52 — Publicado no D.C.N. de 4-11-52 — Pág. 12.205 — 2ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (12-11-52).

PDL 107-52 — Aprova o registro «sob reserva» da despesa de Cr\$ 107.135,00 para prosseguimento e conclusão das obras do Pavilhão da Colônia Juliano Moreira — (PL 2.431-A-52 na Câmara).

Lido em 5-11-52 — Publicado no D.C.N. de 6-11-52 — Pág. 12.360 — 2ª col.

Despachado em 12-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (12-11-52).

PDL 108-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e Floriano Catarinense Peixoto — (PL 2.443-A-52 na Câmara).

Lido em 5-11-52 — Publicado no D.C.N. de 6-11-52 — Pág. 12.360 — 2ª col.

Despachado em 14-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (14-11-52).

PDL 109-52 — Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Firma M.S. Lino & Cia. Ltda — (PL 2.416-A-52 na Câmara).

Lido em 7-11-52 — Publicado no D.C.N. de 8-11-52 — Pág. 12.483 — 1ª col.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (21-11-52).

PDL 110-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao

registro do termo de contrato de arrendamento celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União no Ceará e José Pedro de Oliveira — (PL 2.445-A-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 12-11-52 — Pág. 12.641 — 3ª col.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (4-12-52).

PDL 111-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato de empreitada celebrado entre a União Federal e a Empresa de Engenharia Ceip Ltda — (PL 2.444-A-52 na Câmara).

Lido em 11-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 12-11-52 — Pág. 12.641 — 3ª col.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (21-11-52).

PDL 112-52 — Aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito, assinado em Alexandria, a 8 de setembro de 1951 — (PL 2.538-A-52 na Câmara).

Lido em 12-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 13-11-52 — Pág. 12.720 — 3ª col.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Relações Exteriores.

Situação em 15-12-52: Comissão de Educação (8-12-52).

PDL 113-52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e o Engenheiro Hamilton Nolasco — (PL 2.543-A-52 na Câmara).

Lido em 13-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 14-11-52 — Pág. 12.783 — 4ª col.

Despachado em 21-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (11-12-52).

PDL 114-52 — Aprova a Convenção Internacional assinada em Sevres. — (PL 2.580-A-52 na Câmara).

Lido em 22-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 13.444 — 4ª col.

Despachado em 22-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça de Educação e Cultura e de Relações Exteriores.

Situação em 15-12-52: Comissão de Educação e Cultura (8-12-52).

PDL 115-52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Firma Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Ltda — (PL 2.222-B-52 — na Câmara).

Lido em 25-11-52 — Publicado no *D.C.N.* de 26-11-52 — Pág. 13.804 — 2ª col.

Despachado em 25-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (25-11-52).

PDL 116-52 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Firma Paulo Augusto Goiana — (PL 2.591-A-51 na Câmara).

Lido em 28-11-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (28-11-52).

PDL 117-52 — Aprova a decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Firma Rocha & Cia. (PL 2.588-A-52 na Câmara).

Lido em 1-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 2-12-52 — Pág. 14.047 — 2ª col.

Despachado em 1-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (1-12-52).

PDL 118-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Fluminense de Medicina e Veterinária — (PL 2.590-A-52 na Câmara).

Lido em 1-12-52 — Publicado no *D.C.N.* de 2-12-52 — Pág. 14.047 — 2ª col.

Despachado em 1-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (1-12-52).

PDL 119-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Firma Construtora e Conservadora Americana Ltda. (PL 2.589-A-52 na Câmara).

Lido em 1-12-52 — Publicado no D.C.N. de 2-12-52 — Pág. 14.047 — 3ª col.

Despachado em 1-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (1-12-52).

PDL 120-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. (PL 2.248-C-52 na Câmara).

Lido em 2-12-52 Publicado no D.C.N. de 3-12-52 — Pág. 15.102 — 3ª col.

Despachado em 2-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (11-12-52).

PDL 121-52 — Aprova o termo de renovação de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Jonas Machado da Costa — PL 2.648-A-52 na Câmara).

Lido em 2-12-52 — Publicado no D.C.N. de 3-12-52 — Pág. 14.102 — 3ª col.

Despachado em 2-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (2-12-52).

PDL 122-52 — Aprova a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Mário Pereira Duarte (PL 2.637-A-52 na Câmara).

Lido em 3-12-52 — Publicado no D.C.N. de 4-12-52 — Pág. 14.151 — 2ª col.

Despachado em 3-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (3-12-52).

PDL 123-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Alberto Marson (PL número 2.636-A-52 na Câmara).

Lido em 3-12-52 — Publicado no D.C.N. de 4-12-52 — Pág. 14.151 — 3ª col.

Despachado em 3-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça de Educação e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (3-12-53).

PDL 124-52 — Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Anônima Rádio Tupi — (PL 1.340-C-51 na Câmara).

Lido em 3-12-52 — Publicado no D.C.N. de 4-12-52 — Pág. 14.151 — 3ª col.

Despachado em 3-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Viação e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (3-12-52).

PDL 125-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Joseph Kovacs — (PL número 2.646-A-52 na Câmara).

Lido em 5-12-52 — Publicado no D.C.N. de 6-12-52. — Pág. 14.289 — 3ª col.

Despachado em 5-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (5-12-52).

PDL 126-52 — Aprova o termo de renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Floriano dos Santos Lima — (PL 2.653-A-52 na Câmara).

Lido em 5-12-52 — Publicado no D.C.N. de 6-12-52 — Pág. 14.289 — 3ª col.

Despachado em 5-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (5-12-52).

PDL 127-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Stefan Von Bathory — (PL 2.654-A-52 na Câmara).

Lido em 5-12-52 — Publicado no D.C.N. de 6-12-52 — Pág. 14.289 — 4ª col.

Despachado em 5-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (5-12-52).

PDL 128-52 — Aprova o termo aditivo celebrado entre a Diretoria de Aeronáutica Civil e a Real S.A. Transportes Aéreos — (PL 2.412-B-52 na Câmara).

Lido em 5-12-52 — Publicado no D.C.N. de 6-12-52 — Pág. 14.289 — 4ª col.

Despachado em 5-12-52 à Comissão de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Finanças (5-12-52).

PDL 129-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e José Tomaz Senise — (PL 2.661-A-52 na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no D.C.N. de 10-12-52 — Pág. 14.449 — 1ª col.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (9-12-52).

PDL 130-52 — Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura e Adolfo Xerez de Oliveira Góis — (PL 2.663-A-52 na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no D.C.N. de 10-12-52 — Pág. 14.448 — 4ª col.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (9-12-52).

PDL 131-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Antônio Francisco de Sá Sobrinho e sua mulher Maria Freire Bium Filha. (PL. 2.662-A-52 na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no D.C.N. de 10-12-52 — Pág. 14.448 — 4ª col.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 9-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (9-12-52).

PDL 132-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Paulo Joaquim Janssen Coutinho — (PL 2.660-A-52 na Câmara).

Lido em 9-12-52 — Publicado no D.C.N. de 10-12-52 — Pág. 14.448 — 3ª col.

Despachado em 9-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (9-12-52).

PDL 133-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Wolfgang Kotenberg — (PL 2.647-A-52 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Noturna — Publicado no D.C.N. de 11-12-52 — Suplemento — Pág. 40 — 2ª col.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (10-12-52).

PDL 134-52 — Aprova o termo de escritura pública de compra e venda feita entre o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e Teodoro Kestring e sua mulher Rosa Mezzari Kestring — (PL 2.678-A-52 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — noturna — Publicado no D.C.N. de 11-12-52 — Sup. — Pág. 40 — 2ª col.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (10-12-52).

PDL 135-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e João Martins — (PL número 2.685-A-52 na Câmara).

Lido em 10-12-52 — Noturna — Publicado no D.C.N. de 11-12-52 — Sup. — Pág. 40 — 3ª col.

Despachado em 10-12-52 às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (10-12-52).

ANEXO N.º 4

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS INICIADOS EM
SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES E QUE TIVERAM
PROSSEGUIMENTO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1952

PDL — 69/49 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios e Delatorre & Irmão, para venda de pinheiros.

Lido em 6-10-49. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 3-7-52, com Pareceres favoráveis: n.º 558/52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 559/52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 37/52.

Promulgado em 8-7-52. — Publicado no DCN de 10-7-52.

PDL — 40/1950. — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para realização de trabalho de combate à broca do café naquele Estado.

Em Ordem do Dia na sessão de 28-3-52, com Pareceres favoráveis: número 226, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 227, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio; n.º 228, da Comissão de Finanças.

Adiado para 16-4-1952, a requerimento do Senador Melo Viana.

Aprovado na sessão de 22-4-52. — À Com. Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 7-5-52 (Parecer n.º 381/52). — À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 30/52.

Promulgado em 12-5-52. — Publicado no DCN de 14-5-52.

PDL — 73/51. — Originário da Câmara dos Deputados, que mantém a de-

cisão do Tribunal de Contas que recusou o registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Cia. Morais Rêgo, para a construção do Pavilhão do Rancho da Base Aérea de Santa Cruz.

Projeto entrado no Senado em 24-7-51. Em Ordem do Dia na sessão de 8-4-52, com Pareceres favoráveis: número 294, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 295, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número (sessão de 8-4-52).

Adiada nos dias 14, 15 e 17-4-52.

Rejeitado o substitutivo. Prejudicado o projeto.

Aprovado. — À Com. Redação (sessão de 18-4-52).

Redação final aprovada em 12-5-52 (Parecer n.º 402/52). — À promulgação.

Decreto Legislativo n.º 82/52.

Promulgado em 16-12-52. — Publicado no DCN de 18-12-52.

PDL — 81/51. — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre a Diretoria dos Correios e Telégrafos de Botucatu e a firma Fagundes & Volpi Ltda.

Lido em 1-8-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-5-52, com Pareceres: n.º 1.388/51, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; n.º 1.389-51, da Comissão de Finanças, favorável; n.º 83/52, da Comissão de Constituição e Justiça, reformando o seu primeiro parecer no sentido da rejeição do projeto; n.º 450/52,

da Comissão de Finanças, oferecendo emenda.

Aprovado com emenda. — À Com. Redação.

Aprovada a redação final em 5-6-52. — À Câmara.

Decreto Legislativo nº 54/52.

Promulgado em 1-10-52. — Publicado no DCN de 3-10-52, D.O. de 3-10-52.

PLCD 103/51. — Originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma M. S. Lino Cia. Ltda.

Em Ordem do Dia na sessão de 25-3-52, com Pareceres favoráveis: número 223, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 224, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 25-3-52. — À promulgação.

Decreto Legislativo nº 21/52.

Promulgado em 23-3-52. — Publicado no DCN de 1-4-52; no D.O. de 4-4-52.

PDL — 106/51. — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Sociedade Campos Bruder & Cia. Ltda.

Lido em 28-9-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 7-7-52, com Pareceres: n.º 613/52, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário; número 614/52, da Comissão de Finanças, oferecendo emendas.

Aprovado com emenda em 7-7-52.

À Com. Redação.

Redação final aprovada em 15-7-52. — À Câmara.

Decreto Legislativo nº 61/52.

Promulgado em 15-10-52. — Publicado no DCN de 18-10-52; no D.O. de 18-10-52.

PDL — 107/51. — Aprova a Convenção nº 98, relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociações coletivas.

Lido em 8-10-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-7-52, com Pareceres: n.º 182/52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 183/52, da Comissão de Relações Exteriores favorável;

n.º 699/52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado na sessão de 31-7-52. — À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 20-8-52. — À promulgação.

Decreto Legislativo nº 49/52

Promulgado em 27-8-52.

Publicado no DCN de 28-8-52; no D.O. de 2-10-52.

PDL — 109/51. — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre a Diretoria dos Correios e Telégrafos do Estado de São Paulo e a firma Companhia Predial de Taubaté.

Lido em 8-10-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 6-6-52, com Pareceres: n.º 505-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 506/52, da Comissão de Finanças, oferecendo emenda.

Aprovado com emenda. — À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 16-6-52. — À Câmara.

Decreto Legislativo nº 55/52.

Promulgado em 7-10-52. — Publicado no DCN de 9-10-52; D.O. de 9-10-52.

PDL — 111/51. — Autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro de um convênio celebrado entre a União Federal e o Município de Itaúna, no Estado de Minas Gerais.

Lido em 7-11-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 28-5-52, com Pareceres: n.º 451/52, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; número 452/52, da Comissão de Finanças, favorável.

Aprovado. — À Com. Redação.

Aprovada a redação final em 6-6-52. — À promulgação.

Decreto Legislativo nº 32/52.

Promulgado em 13-6-52. — Publicado no DCN de 17-6-52.

PDL — 112/51. — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato entre a Diretoria do Recrutamento do Exército e Maria Eugênia Figueiredo Braga, cancelando, entretanto, a prorrogação, que menciona, constante da respectiva cláusula V.

Lido no Senado em 8-11-51, com Pareceres: n.º 774, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário, por inconstitucional; n.º 775, da Comissão de Forças Armadas, favorável; número 776, da Comissão de Finanças, contrário.

Rejeitado: 5-9-52.

PDL 116/51 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo do contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura e Cicero Bahia Dantas.

Em Ordem do Dia da sessão de 25-3-52 com pareceres favoráveis: n.º 217, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 218, da Comissão de Finanças.

Motivo da recusa do registro: publicação do contrato fora do prazo legal.

Aprovado em 25-3-52. — À promulgação.

Decreto legislativo n.º 22-52.

Promulgado em 28-3-52. — Publicado no DCN de 1-4-52 e no D.O. de 4-4-1952.

PDL 117/51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma J. Pessoa Rodrigues.

Lido em 28-11-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-6-52, com pareceres favoráveis: n.º 587-52, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 588-52, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado na sessão de 1-7-52. — À promulgação.

Decreto legislativo n.º 34-52.

Promulgado em 4-7-52. — Publicado no DCN de 9-7-52 e no D.O. de 10-7-1952.

PDL 118/51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Luiz Harold Drickson para prestação de serviço técnico.

Lido em 2-12-51, com pareceres: número 319, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; número 320, de 1952, da Comissão de Finanças, oferecendo emendas.

Em Ordem do Dia na sessão de 25-4-52.

Adiada por falta de número nas sessões de 25 e 29-4-52.

Aprovado com emenda em 30-4-52. — À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 12-5-52. — À Câmara (Parecer 401-52).

PDL 119/51 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro de contrato celebrado a 11 de dezembro de 1950, entre a Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura e Gerson Pires de Araujo.

Em Ordem do Dia na sessão de 25-3-52, com pareceres favoráveis: número 219 da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 220, da Comissão de Finanças.

Aprovado em 25-3-52.

À promulgação.

Decreto legislativo n.º 23-52.

Promulgado em 28-3-52.

Publicado no DCN de 1-4-52 e no D.O. de 4-4-52.

PDL 121/51 — Aprova o Tratado de Paz com o Japão.

Com pareceres favoráveis: n.º 239, da Comissão de Constituição e Justiça, número 240, de 1952, da Comissão de Relações Exteriores.

Incluído em Ordem do Dia de 27-3-52 em virtude da dispensa de interstício concedida em 26-3-52, a requerimento do Senador Melo Viana.

Retirado da Ordem do Dia por iniciativa do Presidente, para audiência da Comissão de Forças Armadas.

Parecer favorável n.º 335-52, da Com. Forças Armadas, lido em 17-4-52 (relator: Senador Ferreira de Souza).

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 25-4-52. Adiada por falta de número.

Aprovado em sessão secreta em 29-4-52. — À promulgação.

Decreto legislativo n.º 29-52.

Promulgado em 5-5-52. — Publicado no DCN de 13-5-52 e no D.O. de 14-5-1952.

PDL 2/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de ajuste celebrado entre a União Federal — Departamento dos Correios e Telégrafos — e a firma Fagundes & Volpi Limitada, para cons-

trução da sede da agência postal e telegráfica de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Lido no Senado em 18-2-52. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 16-5-52, com pareceres favoráveis: nº 414-52, da Comissão de Constituição e Justiça; número 415/52, da Comissão de Finanças.

Aprovado. — À Com. Redação (promulgação). — (Parecer nº 497-52). — Aprovada a redação final em 29-5-52.

Decreto Legislativo nº 31-52.

Promulgado em 30-5-52. — Publicado no DCN de 3-6-52.

PDL 4/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Dr. Orestes Diniz, para exercer o cargo de Diretor do Instituto de Leprologia.

Lido em 18-2-52. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-7-52, com pareceres: nº 650-52, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, número 621-52, da Comissão de Finanças, oferecendo emenda.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 16-7-52. — À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 17-7-52. — À Câmara.

Decreto legislativo nº 64-52.

Promulgado em 30-10-52. — Publicado no DCN de 1-11-52 e no D.O. de 18-11-52.

PDL 5/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato firmado entre o Ministério da Educação e Lelio Landucci.

Lido no Senado em 18-2-52. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-8-52, com pareceres: nº 779, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário (com voto em separado do Senador Atilio Vivacqua); nº 780, da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que oferece.

Aprovado com emenda. — À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 10-9-52. — À Câmara.

Decreto legislativo nº 79-52. — Promulgado em 3-12-52.

Publicado no DCN em 4-12-52.

PDL 6/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato firmado entre o Ministério da Educação e a firma Gutierrez, Paula & Munhoz.

Lido na sessão de 18-2-52, com pareceres: nº 781, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação; número 782, da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Aprovado. — À Com. de Redação em 5-9-52.

Redação final aprovada em 18-9-52.

— À promulgação.

Decreto legislativo nº 53-52.

Promulgado em 24-9-52. — Publicado no DCN de 27-9-52 e no D.O. de 27 de setembro de 1952.

PDL 7/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que autorizou registro sob reserva, de despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 35.620,00, à firma Construtora Irmão Pângela Ltda.

Lido em 18-2-52. — Incluído em Ordem do Dia da sessão de 18-9-52, com pareceres favoráveis: nº 872, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 873, da Comissão de Finanças.

À Com. de Redação (para promulgação).

Redação final aprovada em 2-10-52.

— À promulgação.

Decreto legislativo nº 56-52.

Promulgado em 7-10-52. — Publicado no DCN de 9-10-52 e no D.O. de 9 de outubro de 1952.

PDL 8/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Botucatú e a firma Fagundes & Volpi Ltda.

Lido no Senado em 20-2-52. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 7-7-52, com pareceres: nº 615-52, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário; nº 616-52, da Comissão de Finanças oferecendo emenda.

Aprovado com emenda. — À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 15-7-52.

— À Câmara dos Deputados.

PDL 9/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Construtora Rodoviária Ltda.

Lido em 6-3-52. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 1-7-52, com pareceres: nº 581-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, com voto em separado do Senador Joaquim Pires; nº 582-52, da Comissão de Finanças, favorável.

Adiada por falta de número para o prosseguimento da sessão.

Aprovado na sessão de 2-7-52. — À promulgação.

Decreto legislativo nº 36-52.

Promulgado em 4-7-52. — Publicado no *DCN* de 9-7-52 e no *D.O.* de 10-7-1952.

ANEXO N.º 5

PROJETOS DE LEIS DA CÂMARA ENVIADOS À SANÇÃO NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

PLCD: — 269-50 — 316-50 — 40-51	— 127-52 — 129-52 — 131-52 — 134-52
— 86-51 — 138-51 — 155-51 — 181-51	— 135-52 — 140-52 — 142-52 — 146-52
— 185-51 — 195-51 — 213-51 — 214-51	— 150-52 — 151-52 — 153-52 — 155-52
— 219-51 — 249-51 — 254-51 — 256-51	— 156-52 — 157-52 — 161-52 — 162-52
— 269-51 — 271-51 — 272-51 — 280-51	— 163-52 — 164-52 — 165-52 — 166-52
— 281-51 — 284-51 — 293-51 — 294-51	— 167-52 — 168-52 — 170-52 — 173-52
— 297-51 — 306-51 — 309-51 — 10-51	— 176-52 — 177-52 — 179-52 — 181-52
— 311-51 — 313-51 — 316-51 — 317-51	— 182-52 — 183-52 — 185-52 — 186-52
— 323-51 — 324-51 — 329-51 — 330-51	— 187-52 — 188-52 — 191-52 — 192-52
— 331-51 — 333-51 — 334-51 — 340-51	— 194-52 — 196-52 — 198-52 — 200-52
— 350-51 — 353-51 — 356-51 — 358-51	— 203-52 — 204-52 — 209-52 — 210-52
— 359-51 — 360-51 — 362-51 — 365-51	— 211-52 — 213-52 — 214-52 — 15-52
— 367-51 — 369-51.	— 216-52 — 218-52 — 219-52 — 222-52
PLCD: — 2-52 — 6-52 — 10-52	— 223-52 — 224-52 — 226-52 — 227-52
— 11-52 — 13-52 — 15-52 — 16-52	— 228-52 — 230-52 — 234-52 — 236-52
— 18-52 — 21-52 — 23-52 — 28-52	— 237-52 — 242-52 — 247-52 — 248-52
— 31-52 — 32-52 — 33-52 — 39-52	— 252-52 — 256-52 — 257-52 — 258-52
— 41-52 — 42-52 — 43-52 — 44-52	— 260-52 — 261-52 — 266-52 — 272-52
— 46-52 — 48-52 — 53-52 — 55-52	— 273-52 — 274-52 — 275-52 — 281-52
— 58-52 — 60-52 — 63-52 — 68-52	— 287-52 — 288-52 — 290-52 — 291-52
— 70-52 — 71-52 — 75-52 — 77-52	— 295-52 — 298-52 — 299-52 — 300-52
— 78-52 — 81-52 — 82-52 — 84-52	— 302-52 — 303-52 — 307-52 — 311-52
— 86-52 — 89-52 — 90-52 — 92-52	— 314-52 — 315-52 — 318-52 — 326-52
— 93-52 — 94-52 — 95-52 — 103-52	— 337-52 — 340-52 — 349-52 — 351-52
— 106-52 — 108-52 — 110-52 — 111-52	— 353-52 — 354-52 — 355-52 — 360-52
— 113-52 — 114-52 — 117-52 — 118-52	— 361-52 — 363-52 — 365-52 — 366-52
— 119-52 — 121-52 — 123-52 — 126-52	— 368-52 — 369-52 — 381-52 — 392-52

Nota: As emendas figuram nos anexos ns. 1 e 2.

ANEXO N.º 6

PROJETOS DE LEIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
REJEITADOS PELO SENADO NA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DE 1952

PLCD: — 252/49 — 433/49 — — 328/51 — 348/51 — 349/51 —
157/50 — 172/50 — 226/50 — 286/50 352/51 — 354/51 — 3/52 — 9/52 —
— 287/50 — 298/50 — 318/50 — 26/52 — 56/52 — 61/52 — 65/52 —
331/50 — 349/50 — 34/51 — 39/51 72/52 — 74/52 — 76/52 — 83/52 —
— 59/51 — 114/51 — 135/51 — 88/52 — 97/52 — 152/52 — 172/52.
229/51 — 251/51 — 304/51 — 322/51

ANEXO N.º 7

PROJETOS DE LEIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEVOLVIDOS À CASA DE ORIGEM COM EMENDAS
DO SENADO NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DE 1952

PLCD: — 346/49 — 389/49 — — 343/51 — 351/51 — 368/51 —
24/50 — 26/50 — 69/50 — 94/50 — 5/52 — 7/52 — 14/52 — 17/52 —
171/50 — 188/50 — 192/50 — 232/50 25/52 — 29/52 — 34/52 — 37/52 —
— 257/50 — 6/51 — 27/51 — 73/51 50/52 — 67/52 — 96/52 — 100/52 —
— 162/51 — 176/51 — 186/52 — 102/52 — 105/52 — 112/52 — 116-52
189/51 — 200/51 — 209/51 — 211/51 — 124/52 — 128/52 — 189/52 —
— 215/51 — 218/51 — 220/51 — 217/52 — 231/52 — 263/52 — 271/52
231/51 — 244/51 — 287/51 — 292/51 — 289/52 — 291/52 — 319/52 —
— 301/51 — 305/51 — 318/51 — 320/52 — 342/52 — 367/52.
320/51 — 322/51 — 336/51 — 342/51

ANEXO N.º 8

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS DE INICIATIVA
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVADOS PELO SENADO
NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

PDL: — 69/49 — 40/50 — 107/51	28/52 — 29/52 — 30/52 — 35/52 —
— 111/51 — 116/51 — 117/51 —	36/52 — 37/52 — 39/52 — 40/52 —
119/51 — 121/51 — 2/52 — 6/52 —	45/52 — 47/52 — 48/52 — 49/52 —
7/52 — 9/52 — 11/52 — 12/52 —	57/52 — 59/52 — 63/52 — 66/52 —
14/52 — 15/52 — 16/52 — 17/52 —	67/52 — 69/52 — 72/52 — 82/52 —
18/52 — 19/52 — 22/52 — 25/52 —	86/52 — 87/52 — 93/52.

ANEXO N.º 9

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS DE INICIATIVA
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS REJEITADOS PELO SENA-
DO NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

PDL: — 112/51 — 27/52 — 46/52— 71/52.

ANEXO N.º 10

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS DE INICIATIVA
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DEVOLVIDOS À CASA DE
ORIGEM NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952,
COM EMENDAS DO SENADO

PDL: — 73/51 — 81/51 — 106/51 — 26/52 — 31/52 — 34/52 — 38/52
— 109/51 — 118/51 — 4/52 — 5/52 — 44/52 — 53/52 — 55/52 — 62/52
— 8/52 — 13/52 — 21/52 — 23/52 — 92/52.

ANEXO Nº 11

ORÇAMENTO PARA 1953

DATAS DE RECEBIMENTO E DEVOLUÇÃO PELO SENADO

Anexo Nº	Recebimento	Devolução
1 — Receita	30-10-52	28-11-52
2 — Congresso Nacional	7- 8-52	19-11-52
3 — Tribunal de Contas	7- 8-52	19- 9-52
4 — Presidência da República	22- 8-52	8-10-52
5 — Departamento Administrativo do Serviço Público	10- 9-52	5-11-52
6 — Estado Maior das Forças Armadas ..	22- 8-52	19- 9-52
7 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	22- 8-52	19- 9-52
8 — Comissão de Reparações de Guerra ..	22- 8-52	19- 9-52
9 — Comissão do Vale do São Francisco ..	25- 9-52	17-11-52
10 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	22- 8-52	7-10-52
11 — Conselho Nacional de Economia	22- 8-52	22-10-52
12 — Conselho de Imigração e Colonização	22- 8-52	7-10-52
13 — Conselho Nacional do Petróleo	22- 8-52	7-10-52
14 — Conselho de Segurança Nacional	22- 8-52	7-10-52
15 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	22- 8-52	7-10-52
16 — Ministério da Aeronáutica	17-10-52	20-11-52
17 — Ministério da Agricultura	27-10-52	22-11-52
18 — Ministério da Educação e Saúde	30-10-52	25-11-52
19 — Ministério da Fazenda	17-10-52	22-11-52
20 — Ministério da Guerra	7- 8-52	14-11-52
21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	20-10-52	19-11-52
22 — Ministério da Marinha	22- 8-52	5-11-52
23 — Ministério das Relações Exteriores ...	7- 8-52	3-11-52
24 — Ministério do Trabalho	10- 9-52	3-11-52
25 — Ministério da Viação e Obras Públicas	23-10-52	24-11-52
26 — Poder Judiciário	10- 9-52	3-11-52
27 — Plano Salte	23-10-52	24-11-52

ANEXO Nº 12

SENADORES DESIGNADOS PARA ACOMPANHAR NA CÂMARA O ESTUDO DE EMENDAS DO SENADO A PROJETOS DAQUELA CASA

Senadores	Data da designação	Projetos
Alberto Pasqualini	29- 7-52	PLCD 105-52
» »	11-11-52	PLCD 297-51
Alfredo Neves	30-10-52	PLCD 193-52
(Anexo 23)		
Alvaro Adolfo	4- 6-52	PLCD 389-49
» »	15- 7-52	PDL 21-52
» »	31- 7-52	PLCD 73-51
» »	16- 9-52	PLCD 25-52
» »	31-10-52	PDL 53-52
» »	23-11-52	PDL 44-52
» »	24-11-52	PLCD 193-52
(Anexos 25 e 34)		
» »	24-11-52	PDL 34-52
» »	25-11-52	PDL 62-52
» »	21- 7-52	PLCD 318-51
Anísio Jobim	2- 7-52	PLCD 31-8-51
Apolônio Sales	2- 4-52	PLCD 8-51
» »	7- 7-52	PLCD 34-52
» »	11- 7-52	PLCD 7-52
» »	1-10-52	PLCD 96-52
» »	30-10-52	PLCD 193-52
(Anexo 24)		
» »	20-11-52	PLCD 193-52
(Anexo 13)		
» »	28-11-52	PLCD 189-52
Atilio Vivacqua	31- 7-52	PLCD 188-50
» »	29- 9-52	PLCD 119-52
» »	24-11-52	PLCD 116-52
» »	15-12-52	PLCD 263-52
Carlos Lindenberg	31- 3-52	PLCD 27-51
» »	12- 5-52	PLCD 73-51
» »	21-10-52	PDL 13-52
» »	27-10-52	PLCD 231-52
» »	31-10-52	PLCD 193-52
(Anexo 22)		
» »	11-11-52	PLCD 336-51
» »	17-11-52	PLCD 193-52

			(Anexo 2)
Cesar Vergueiro	12- 5-52	PDL	118-51
» »	24- 7-52	PDL	26-52
Cícero de Vasconcelos	3-10-52	PLCD	140-52
» »	3-10-52	PLCD	193-52
			(Anexo 4)
» »	31-10-52	PLCD	162-51
» »	31-10-52	PLCD	193-52
			(Anexo 5)
» »	10-11-52	PDL	55-52
» »	13-11-52	PLCD	193-52
			(Anexo 9)
Clodomir Cardoso	10- 7-52	PLCD	100-52
Domingos Velasco	16- 6-52	PDL	109-51
Durval Cruz	10- 7-52	PLCD	192-50
» »	17- 7-52	PDL	4-52
» »	17- 9-52	PLCD	220-50
» »	19- 9-52	PDL	23-52
» »	24-11-52	PLCD	193-52
			(Anexo 19)
Ezechias da Rocha	29- 9-52	PLCD	94-50
Ferreira de Souza	7- 5-52	PLCD	186-51
» »	8- 9-52	PLCD	17-52
» »	29- 9-52	PLCD	102-52
» »	21-10-52	PLCD	29-52
» »	29-10-52	PLCD	176-51
» »	19-11-52	PLCD	244-52
» »	26-11-52	PLCD	319-52
» »	26-11-52	PLCD	289-52
» »	26-11-52	PLCD	193-52
			(Anexo 1)
» »	13-12-52	PLCD	367-52
Francisco Gallotti	10-11-52	PLCD	217-52
» »	25-11-52	PLCD	287-51
Gomes de Oliveira	9- 9-52	PLCD	26-50
Ivo d'Aquino	28- 5-52	PLCD	209-51
João Vilasbôas	28- 3-52	PLCD	338-52
» »	27- 5-52	PLCD	67-52
Julio Leite	29- 4-52	PLCD	200-51
» »	28- 3-52	PLCD	235-51
Landulfo Alves	25-11-52	PLCD	14-52
Luís Tinoco	18- 6-52	PLCD	24-50
» »	13-12-52	PLCD	69-50
Magalhães Barata	29- 4-52	PLCD	368-51
Mario Mota	9- 9-52	PLCD	218-51
Matias Olimpio	28- 3-52	PLCD	346-51
» »	29- 4-52	PLCD	292-51
» »	4- 6-52	PLCD	50-52
» »	3-10-52	PLCD	124-52
» »	10-10-52	PLCD	257-52
» »	10-10-52	PLCD	232-52
» »	21-10-52	PLCD	343-51
» »	30-10-52	PLCD	193-52

		(Anexo 26)
Onofre Gomes	22-10-52	PLCD 171-50
Othon Mäder	2- 7-52	PLCD 301-52
» »	15-12-52	PLCD 320-52
Plinio Pompeu	29-10-52	PLCD 271-52
» »	31-10-52	PLCD 128-52
» »	10-11-52	PLCD 5-52
» »	24-11-52	PLCD 193-52
		(Anexo 18)
Pinto Aleixo	19- 9-52	PDL 38-52
» »	10-11-52	PLCD 193-52
		(Anexo 20)
Prisco dos Santos	10-11-52	PLCD 189-51
Rui Carneiro	9- 5-52	PLCD 231-51
Silvio Curvo	19- 6-52	PLCD 37-52
» »	1- 7-52	PLCD 6-51
Vitorino Freire	19-11-52	PLCD 193-52
		(Anexo 21)
» »	20-11-52	PLCD 193-52
		(Anexo 16)
Walter Franco	29- 4-52	PLCD 178-51
» »	10- 9-52	PDL 5-52
» »	19- 9-52	PDL 31-52

ANEXO N.º 13

EMENDAS DO SENADO A PROJETOS DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS APRECIADAS PELA CASA DE ORIGEM
COMO CÂMARA INICIADORA

<i>Projeto</i>	<i>Ementa</i>	<i>Total</i>	<i>Apro- vadas</i>	<i>Rejei- tadas</i>	<i>Apro- vadas em parte</i>
PROJETOS DE LEIS					
PLCD 37/48 —	Dispõe sobre a respon- sabilidade dos diretores de bancos e casas ban- cárias	11	9	1	1
78/49 —	Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, pelo Mi- nistério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 15.500,00 para pa- ra pagamento de pen- são a Maria de Bastos Medeiros Chagas	1	1	—	—
171/50 —	Autoriza o Poder Exe- cutivo a realizar estu- dos definitivos sobre a localização da nova ca- pital da República	4	2	2	—
176/50 —	Consede pensão espe- cial de Cr\$ 432,00 men- sais a Helena Pereira Muniz, viúva de Nes- tor Muniz de Medeiros Filho, ex-guarda civil, classe G, do Quadro Permanente do Ministé- rio da Justiça e Negó- cios Interiores	2	2	—	—
192/50 —	Modifica o salário-fa- mília	1	1	—	—
240/50 —	Concede pensão espe- cial de Cr\$ 2.300,00 a Adelaide Evaristo da Silva, mãe de José Rai- mundo da Silva, extra- numerário diarista da				

	Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte	1	1	—	—
329/50	— Estende à Companhia Paulista de Estrada de Ferro os favores concedidos pelo art. 11, item 20, do Decreto-lei nº 300, de 24-2-32, à importação do material que especifica	1	1	—	—
358/50	— Autoriza a abertura do crédito especial de ... Cr\$ 269.041,60 ao Poder Judiciário (Tribunal de Justiça do Distrito Federal), para pagamento de dispensa de vencimentos do Ministro Antônio Pereira Braga	2	2	—	—
27/51	— Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo	1	1	—	—
73/51	— Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências ..	1	—	—	1
77/51	— Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe	1	1	—	—
178/51	— Considera ferroviários, para os efeitos das leis do trabalho e previdência social, os empregados das estradas de ferro e dá outras providências	1	1	—	—
200/51	— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná o crédito especial de Cr\$ 54.060,00, para pagamento de despesas de pessoal	1	1	—	—
220/51	— Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Eco-				

	nomia e Finanças do Ministério da Fazenda.	1	1	—	—
231/51	— Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 5.989, de 11-11 de 43, que regu'a as atividades dos despachantes aduaneiros e seus ajudantes				
		1	1	—	—
235/51	— Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Estado de Alagoas				
		1	1	—	—
255/51	— Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito suplementar de Cr\$ 3.000.000,00 à verba que especifica ..				
		1	1	—	—
265/51	— Restabelece a Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo				
		1	1	—	—
292/51	— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário (Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região) o crédito especial de ... Cr\$ 305.734,40, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951				
		1	1	—	—
318/51	— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 86.000.000,00, destinado à construção do edifício para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições federais on Estado de São Paulo.				
		1	1	—	—
336/51	— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .. Cr\$ 300.000,00 como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul				
		2	2	—	—
338/51	— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Po-				

	der Judiciário (Tribunal Federal de Recursos) o crédito especial de Cr\$ 717.904,20, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951	1	1	—	—
342/51	— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 4.500,00 destinado a ocorrer ao excesso de despesas verificado no exercício de 1951, com iluminação, força-motriz e gás na Alfândega de Sergipe e na Delegacia Fiscal do Maranhão	1	1	—	—
368/51	— Exclui o município de Belém, no Estado do Pará, do art. 1º da Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947	1	1	—	—
7/52	— Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$... 2.000.000,00, pelo Ministério da Agricultura, como auxílio ao Estado do Rio Grande do Sul, e destinado ao barateamento dos inseticidas de combate às pragas da lavoura e fornecimento de sementes, gratuitamente, ao pequeno agricultor ...	2	1	1	—
25/52	— Cria o Instituto Brasileiro do Café e dá outras providências	31	15	16	—
29/52	— Concede pensão especial à viúva e filhos menores do ex-investigador Luciano Maciel.	1	1	—	—
50/52	— Abre ao Poder Judiciário (Justiça do Trabalho) o crédito especial de Cr\$ 325.000,00, para pagamento de despesas efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ..	1	1	—	—
67/52	— Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de escrivão de				

	polícia, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores	1	1	—	—
105/52 —	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de .. Cr\$ 1.969.000,00, para atender a despesas com a Conferência dos Estados da América membros da Organização Internacional do Trabalho	2	2	—	—
124/52 —	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, Superior Tribunal Militar, o crédito suplementar de .. Cr\$ 106.900,00, em reforço de dotação do Orçamento de 1952 e especial de Cr\$				
	317.448,60, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.	2	2	—	—
193/52 —	Orçamento para 1953 :				
	Receita	29	29	—	—
	Congresso Nacional ..	12	4	5	3
	Presidência da República	1	1	—	—
	Comissão do Vale do São Francisco	5	2	—	3
	Ministério da Aeronáutica	49	33	15	1
	Ministério da Agricultura	192	94	94	4
	Ministério da Educação	450	366	74	10
	Ministério da Fazenda ..	14	9	5	—
	Ministério da Guerra ..	3	3	—	—
	Ministério da Justiça ..	114	96	18	—
	Ministério da Marinha ..	3	3	—	—
	Ministério das Relações Exteriores	2	1	1	—
	Ministério do Trabalho ..	5	4	1	—
	Ministério da Viação ..	234	165	62	7
	Poder Judiciário	17	7	10	—
	Plano Salte	39	15	24	—
	Departamento Administrativo do Serviço Público	4	1	3	—
		1.173	833	312	28
217/52 —	Amplia o programa de Primeira Urgência,				

	constante dos arts. 21 e 22 da Lei nº 302, de 13-7-1948	1	1	—	—
231/52	— Autoriza a abertura, ao Congresso Nacional (Senado Federal) dos créditos especial de .. Cr\$ 45.210,40, para pagamento de gratificação e salário-família e suplementar de Cr\$ 117.059,30, como reforço da verba 1 — Pessoal — do Anexo referente ao Congresso Nacional, do Orçamento de 1952.	2	2	—	—
271/52	— Retifica a Lei nº 1.847, de 6 de dezembro de 1951, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952	6	5	1	—
319/52	— Altera o Decreto-lei nº 4.655, de 3-9-42, que dispõe sobre o imposto do selo	8	1	7	—
367/52	— Dispõe sobre operações de câmbio e dá outras providências	9	8	1	—

PROJETOS DE DECRETOS
LEGISLATIVOS

PDL 30/50	— Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Imobiliária e Distribuidora de Materiais da União Limitada ...	1	1	—	—
28/51	— Aprova o termo de acôrdo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Santa Catarina.	1	1	—	—
31/51	— Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre a Delegacia do Patrimônio da União, em Maceió e Anselmo Botelho	1	1	—	—
40/51	— Aprova a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de ajuste celebrado				

	entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de São Francisco, para melhoramentos do aeroporto de S. Francisco, no Estado de Minas Gerais	1	1	—	—
46/51	— Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre a União e a firma Hard, Rand & Co.	1	1	—	—
49/51	— Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acordo firmado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná	1	1	—	—
81/51	— Aprova o termo de contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Botucatu e a firma Fagundes & Volpi Limitada	1	1	—	—
109/51	— Aprova o termo de contrato celebrado entre a Diretoria dos Correios e Telégrafos do Estado de São Paulo e a firma Companhia Predial de Taubaté	1	1	—	—
5/52	— Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Zélia Landucci, para desempenhar a função de técnico especializado em ilustrações e artes gráficas	1	1	—	—
21/52	— Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S.A.	1	1	—	—
23/52	— Autoriza o Tribunal de Contas a Registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Companhia Cosmopolita de Papel,	1	1	—	—

	Indústria e Comércio, para gosar dos favores do Decreto-lei nº 300, de 24-2-38, que regula a concessão de isenção e redução de direitos aduanheiros	1	1	—	—
26/52 —	Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Aron Kupfermann	1	1	—	—
31/52 —	Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o acôrdo firmado em 27-1 de 1950 entre o Minis- tério da Educação e Saúde e o Estado do Rio de Janeiro, para intensificação de assis- tência psiquiátrica no referido Estado	1	1	—	—
38/52 —	Aprova o contrato ce- lebrado entre a 2ª Re- gião Militar e Antônio Furlan & Cia. Ltda. . .	1	1	—	—
44/52 —	Aprova o contrato ce- brado entre a Diretoria Geral dos Correios e Telégrafos e a Socie- dade Brasileira de Má- quinas e Motores Limi- tada	1	1	—	—

RESUMO

Total de projetos emendados	52
Total de emendas	1.294
Emendas aprovadas	923
Emendas aprovadas parcialmente	30
Emendas rejeitadas	341

ANEXO N.º 14

PROJETOS DE LEIS DO SENADO INICIADOS NA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

P.L.S.F. 4-52 — Regula a profissão de corretores de seguros.

Apresentado pelo Sen. Attilio Vivacqua.

Lido na sessão de 2-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 3-4-52 — Página 2.668 — 2ª col.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 2-4-52.

P.L.S.F. 5-52 — Altera o art. 875 do Código de Processo Civil e dá outras providências.

Apresentado pelo Sen. Attilio Vivacqua.

Lido na sessão de 4-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 5-4-52 — Página 2.748 — 4ª col.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 4-4-52.

P.L.S.F. 6-52 — Cria a Comissão Construtora da Ferrovia Rio Negro-Cai, e dá outras providências.

Apresentado pelo Sen. Mozart Lago.

Sessão de 16-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 17-4-52 — Pág. 2.929 — 1ª col.

Em 27-6-52 é lido o parecer nº 610-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto.

Aprovada a constitucionalidade em 7-7-52. Volta à Ordem do Dia para apreciação do mérito.

P.L.S.F. 7-52 — Concede aposentadoria aos magistrados com os vencimentos correspondentes aos da classe imediatamente superior, se contar 60 anos de idade.

Apresentado pelo Sen. Kerginaldo Cavalcanti.

Lido na sessão de 23-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 24-4-52 — Página 3.170 — 1ª col.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 23-4-52.

P.L.S.F. 8-52 — Estende aos aposentados pela compulsória da idade antes da Lei nº 488 de 15-11-48, as vantagens e direitos concedidos pelo art. 24 e seus §§ e 45 da referida Lei.

Emenda destacada do P.L.C. 247-51.

Apresentado pelo Sen. Onofre Gomes.

Lido na sessão de 28-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 29-4-52 — Página 3.279 — 2ª col.

À Comissão de Constituição e Justiça, em 28-4-52.

Em 15-9-52 é lido o parecer número 884-52 (rel.: Aloysio Carvalho) pela constitucionalidade.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-52, para discussão preliminar.

Considerado constitucional. À Comissão de Finanças.

P.L.S.F. 9-52 — Autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir Caixas em benefício dos profissionais nela inscritos.

Apresentado pelo Sen. Mozart Lago na sessão de 29-4-52. — Publicado no *D.C.N.* de 30-4-52 — Pág. 3.331 — 1ª col.

À Comissão de Constituição e Justiça, em 29-4-52.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-8-52.

Encerrada a discussão preliminar, o projeto voltou à Comissão de Justiça

para se pronunciar sobre emenda do Senador Ivo d'Aquino.

P.L.S.F. 10-52 — Considera extinta a Câmara de Reajustamento Econômico, criada pelo Decreto nº 23.931, de 9-3-34, e dá outras providências.

Apresentado pelo Sen. Luiz Tinoco.

Sessão de 29-4-52. — Publicado no D.C.N. de 30-4-52 — Pág. 3.332 — 3.^a col.

À Comissão de Constituição e Justiça, em 29-4-52.

P.L.S.F. 11-52 — Revalida a dotação de Cr\$ 400.000,00 concedida à Prelazia de Bom Jesus do Gurgeia, Estado do Piauí, pela Lei nº 1.249, de 1.^o de dezembro de 1950.

Lido em 5-5-52. — Publicado no D.C.N. de 6-5-52.

À Comissão de Constituição e Justiça em 5-5-52.

P. L. S. F. 12-52 — Institui a assistência aos pequenos agricultores de gêneros e plantas alimentícias.

Apresentado pelo Sr. Olavo Oliveira.

Sessão de 20-5-52. — Publicado no D. C. N. de 21-5-52 — Pág. 4.140 — 1.^a col.

À Com. de Const. e Justiça, em 20 de maio de 1952.

Em 20-6-52 é lido o parecer número 567-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 26-6-52. Aprovada a constitucionalidade. As Com. de Agricultura e Finanças.

P. L. S. F. 13-52. — Dispõe sobre a defesa do açúcar inferior definida no Decreto-lei nº 1.831, de 4 de dezembro de 1939.

Apresentado pelo Sen. Ismar de Góes.

Sessão de 21-5-52. — Publicado no D. C. N. de 22-5-52 — Pág. 4.210 — 2.^a col.

À Com. de Const. e Justiça, em 21 de maio de 1952.

Em 29-7-52 é lido o parecer número 709-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 5-8-52. Aprovada a constitucionalidade. À Comissão de Agricultura.

Em 20-10-52 é lido o parecer número 1.123-52, da Com. de Agricultura, favorável.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-10-52 para 1.^a discussão.

Aprovado. Volta à Ordem do Dia para 2.^a discussão.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-11-52 para 2.^a discussão. À Com. de Redação.

Redação final aprovada em 24-11-52 (extr.). À C. Dep.

P. L. S. F. 14-52 — Regula o estudo, o orçamento e a construção dos açudes em cooperação da União com os Estados, municípios ou particulares, e dá outras providências.

Apresentado pelo Sen. Olavo Oliveira.

Sessão de 29-5-52. — Publicado no D. C. N. de 30-5-52. — Pág. 4.597 — 3.^a col.

À Com. de Const. e Justiça, em 29 de maio de 1952.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 19-6-52, com parecer: n.º 541-52, da Com. de Const. e Justiça, opinando pela constitucionalidade e oferecendo emenda.

Aprovada a constitucionalidade. As Com. de Viação e Obras Públicas e de Finanças.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-10-52, para 1.^a discussão, com pareceres: n.º 1.015-52 da Com. de Viação, favorável ao projeto e à emenda n.º 1.016-52, da Com. de Finanças, favorável ao projeto.

Retirado da Ordem do Dia e novamente remetido à Com. de Finanças a fim de se pronunciar sobre a emenda.

Parecer n.º 1.341-52, da Com. de Finanças, pela aprovação do projeto e da emenda. Lido em 5-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 8-12-52. Aprovado com emenda. À Com. de Redação (para à 2.^a discussão).

Aprovado em 2.^a discussão em 10 de dezembro de 1952. À Câmara.

P. L. S. F. 15-52 — Modifica o Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

Apresentado pelo Sen. João Villasbôas.

Sessão de 4-6-52. — Publicado no D. C. N. de 5-6-52. Pág. 4.780 — 2.^a col.

À Com. de Constituição e Justiça, em 4-6-52.

P. L. S. F. 16-52 — Cria na cidade de Montes Claros em Minas Gerais, uma escola destinada ao ensino técnico, agrícola e industrial de crianças desamparadas, de ambos os sexos.

Apresentado em 4-6-52 pelo Senador Mello Vianna.

Rem.^o à Com. de Constituição e Justiça na mesma data.

Parecer n.^o 691-52, da Com. de Constituição e Justiça, de 16-7-52, pela constitucionalidade (relator: Sen. Camilo Mércio), lido em 18-7-52.

Discussão preliminar em 29-7-52. considerado constitucional.

Rem.^o às Com. de Educação e Cultura, Agricultura e de Finanças na mesma data.

Em 11-12-52 é aprovado requerimento de urgência, formulado pelo Senador Mello Vianna.

1.^a discussão em 15-12-52. São lidos os pareceres favoráveis das Comissões de Educação e de Agricultura, sob ns. 1.434 e 1.433, respectivamente. Pelo Senador Ferreira de Sousa (relator Finanças) é dado parecer oral, contrário ao projeto.

Submetido a votos, é rejeitado o projeto.

P. L. S. F. 17-52 — Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

Apresentado pelo Senador Gomes de Oliveira.

Sessão de 5-6-52. — Publicado no D. C. N. de 6-6-52 — Pág. 4.913 — 1.^a coluna.

À Com. de Constituição e Justiça, em 5-6-52.

P. L. S. F. 18-52 — Prorroga por três anos, a partir de 23 de setembro de 1952, o prazo concedido pela Lei n.^o 882, de 19 de abril de 1949 à Federação das Bandeirantes do Brasil, para construção de sua sede.

Apresentado pelo Senador Attilio Vivacqua.

Lido em 6-6-52. — Publicado no D. C. N. de 7-6-52 — pág. 4.968 — 2.^a coluna.

A Comissão de Justiça em 6-6-52.

Em 15-9-52 é lido o parecer número 883-52, da Com. de Constituição e Justiça (rel., Clodomir Cardoso), pela constitucionalidade.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-9-52, para discussão preliminar.

Considerado constitucional. O projeto vai à Com. de Finanças em 22-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 17-10-52 com parecer n.^o 1.069, da Com. de Finanças, favorável, nos termos da emenda da Com. de Constituição e Justiça.

Aprovado em 1.^a discussão com a emenda. À Com. de Redação.

Parecer n.^o 1.178 da Com. de Redação oferecendo redação para 2.^a discussão, lido em 29-10-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 10-11-52, para 2.^a discussão.

Aprovado. À Câmara dos Deputados.

P. L. S. F. 19-52 — Altera o Código Eleitoral — Lei n.^o 1.164, de 24 de junho de 1950.

Apresentado pelo Sen. João Vilasbôas.

Sessão de 6-6-52. — Publicado no D. C. N. de 7-6-52. — pág. 4.970 — 4.^a coluna.

À Com. Justiça em 6-6-52.

Em 19-8-52 é lido o parecer número 759-52 da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 27-8-52, para discussão preliminar. Adiada para 9-9-52 a requerimento do Senador Attilio Vivacqua.

Encerrada a discussão preliminar. Voltou à Com. de Constituição e Justiça em virtude de duas emendas apresentadas em 9-9-52.

P. L. S. F. 20-52 — Altera a Lei n.^o 1.530, de 26-12-51

(Consolidação das Leis do Trabalho) — (Retificação do Projeto de Lei do Senado n.^o 39-49).

Apresentado com o Parecer número 536-52, da Comissão de Constituição e Justiça, à vista do ofício 99-543, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em 11-6-52 é lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão preliminar em 20-6-52. Aprovada a constitucionalidade. À Co-

missão de Trabalho e Previdência Social.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-7-52 (1.^a discussão). Adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 1.^a discussão em 31 de julho de 1952.

Aprovado em 2.^a discussão em 5 de agosto de 1952. À Com. de Redação.

Em 11-8-52 é lida a redação final.

Aprovada a redação final na sessão de 20-8-52.

À Câmara dos Deputados.

Em 31-10-52 é lido o ofício número 2.002, de 27-10-52, da Câmara dos Deputados, comunicando a rejeição do projeto.

P. L. S. F. 2-52 — Estabelece indenização para casos de aprosionamento injusto.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Publicado no D. C. N. de 14-6-52.

À Comissão de Constituição e Justiça em 13-6-52.

P.L.S.F. 22-52 — Os Sub-Tenentes e Sub-Oficiais das Forças Armadas, amparados pelas Leis ns. 288, de 8-6-1948, 616, de 2-2-49 ou 1.156 de 12-7-1950, quando transferidos para a reserva remunerada ou reformados, serão promovidos ao posto de 1.^o Tenente, com os vencimentos integrais desde que tenham mais de 25 anos de efetivo serviço computados na forma estabelecida no Estatuto dos Militares.

Apresentado pelo Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Publicado no D.C.N. de 19-6-52 — Pág. 5.481 — 3.^a col.

Em 10-7-52 é lido o parecer n.^o 665-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Aprovada a constitucionalidade em 15-7-52. Às Comissões de Forças Armadas e Finanças.

P.L.S.F. 23-52 — Dispõe sobre a validade dos atuais títulos leitorais, para as eleições que se realizarem no ano de 1952 e suas suplementares, embora com os espaços esgotados para a rubrica do Presidente da Mesa receptora, a qual poderá ser aposta em qualquer lugar.

Apresentado pelo Senador Othon Mäder.

Publicado no D.C.N. de 19-6-52 — Pág. 5.485 — 3.^a coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 18-6-52.

P.L.S.F. 24-52 — Altera a redação do art. 10 do Regulamento do Instituto Rio Branco.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Publicado no D.C.N. de 21-6-52 — Pág. 5.618 — 2.^a coluna.

Em 22-7-52 é lido o parecer número 698, de 1952 (relator Aloysio de Carvalho), pela constitucionalidade do projeto e oferecendo substitutivo.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número na sessão de 23-7-52.

Adiada a votação por falta de número nas sessões de 24, 25 e 28-7-52.

Aprovada a constitucionalidade em 29-7-52. À Comissão de Relações Exteriores.

Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regulamento Interno, a requerimento do Senador Mozart Lago, tendo parecer sob n.^o 698-52, da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo.

Parecer oral da Comissão de Relações Exteriores, proferido na sessão extraordinária noturna de 11-12-52 pelo Senador Novais Filho.

Encerrada a discussão depois de falarem os Senadores Bernardes Filho, Kerginaldo Cavalcanti e Mozart Lago, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda.

P.L.S.F. 25-52 — Institui o Congresso das Mães do Mundo.

Apresentado pelo Senador Alencastro Guimarães.

Publicado no D.C.N. de 21-6-52 — Pág. 5.621 — 4.^a coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 21-10-52, com parecer n.^o 1.056-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Considerado constitucional. Às Comissões de Relações Exteriores, Educação e Cultura e Finanças.

P.L.S.F. 26-52 — Estabelece processo especial para os crimes cometidos por funcionários policiais.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Publicado no *D.C.N.* de 24-6-52 — Pág. 5.685 — 2ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 23-6-52.

P.L.S.F. 27-52 — Modifica o artigo 1º, letra H, § 4º, nº IV da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Apresentado pelo Senador Othon Mäder.

Publicado no *D.C.N.* de 24-6-52 — Pág. 5.685 — 4ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-52 (dispensa de interstício concedida na sessão de 25-9-52, a requerimento do Senador Othon Mäder), com parecer nº 932-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Considerado constitucional. À Comissão de Finanças.

P.L.S.F. 28-52 — Revoga dispositivo da Lei nº 1.584, de 1952, sobre a nomeação de pessoal para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 3-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 4-7-52 — Pág. 6.219 — 4ª coluna.

Parecer nº 810-52, da Comissão de Justiça, pela constitucionalidade (Relator: Senador João Vilasbôas).

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 5-9-52 para discussão preliminar. Considerado constitucional. À Com. de Trabalho e Prev. Social.

P.L.S.F. — Assegura ampla capacidade civil à mulher casada revogando quaisquer restrições legais em razão do sexo ou do matrimônio.

Lido no expediente de 24-7-52 e publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Página 7.151 — 2ª coluna.

(Apresentado pelo Senador Mozart Lago).

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 24-7-52.

P.L.S.F. 30-52 — Modifica o artigo 880 do Código de Processo Civil.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Sousa.

Lido em 24-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Pág. 7.152 — 2ª coluna.

Enviado à Comissão de Constituição e Justiça em 24-7-52.

Parecer nº 752-52 (relator Senador João Vilasbôas), pela constitucionalidade. Lido em 18-8-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 22-8-52. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Adiada a votação (25-8-52) em virtude do levantamento da sessão por motivo do falecimento do Governador Agamenon Magalhães.

Considerado constitucional em 26-8-1952. À Comissão de Justiça para apreciar o mérito.

P.L.S.F. 31-52 — Modifica os artigos 129, 131, 254, 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Apresentado pelo Senador F. de Sousa.

Lido em 24-7-52. — Publicado no *D.C.N.* de 25-7-52 — Pág. 7.152 — 2ª coluna.

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 8-9-52, com parecer nº 822-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Considerado constitucional. A matéria voltou à Comissão de Justiça para a apreciação do mérito.

P.L.S.F. 32-52 — Revoga o artigo 27 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza.

Lido em 4-8-52. — Publicado no *D.C.N.* de 5-8-52 — Pág. 7.656 — 1ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 4-8-52.

P.L.S.F. 33-52 — Facilita o registro e o funcionamento de associações civis.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 4-8-52. — Publicado no *D.C.N.* em 5-8-52 — Pág. 7.656 — 2ª coluna.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-9-52 com parecer nº 845-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número.

Aprovado em 16-9-52 quanto à constitucionalidade. O projeto vai às Comissões de Justiça e de Finanças.

P. L. S. F. 34-52 — Regula a ação para cobrança de honorários médicos, restabelecendo a regra do artigo 178, § 6.º, IX, do Código Civil.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza.

Lido em 4-8-52. — Publicado no D.C.N. em 5-8-52 — Pág. 7.656 — 3.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 4-8-52.

P. L. S. F. 35-52 — Modifica o artigo 3.º da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949.

Apresentado pelo Senador Flávio Guimarães.

(Intensificação do intercâmbio cultural luso-brasileiro).

Lido em 26-8-52. — Publicado no D. C. N. de 27-8-52 — Pág. 8.595 — 4.ª coluna.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça na mesma data.

Parecer n.º 931, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, lido em 19-9-52. Relator: Senador Ruy Carneiro.

Adiada a discussão em 8-10-52 em virtude do levantamento da sessão por falta de número para o seu prosseguimento.

Considerado constitucional em 9 de outubro de 1952. — As Comissões de Educação e de Finanças.

P. L. S. F. 36-52 — Modifica o artigo 140 do Código do Processo Civil.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza.

Lido em 27-8-52. — Publicado no D. C. N. de 28-8-52. — Pág. 8.653 — 2.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 27-8-52.

P. L. S. F. 37-52 — Modifica os artigos 378, 379, 381, 842, XVII do Código de Processo Civil.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza.

Lido em 27-8-52. — Publicado no D. C. N. de 28-8-52 — Pág. 8.653 — 3.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 27-8-52.

P. L. S. F. 38-52 — Modifica o artigo 8.º da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza — (Nomeação de advogado para desembargador).

Lido em 2-9-52. — Publicado no D. C. N. de 3-9-52 — Pág. 8.953 — 4.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 2-9-52.

P. L. S. F. 39-52 — Autoriza a desapropriação e a compra de automóveis e taxis.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 2-9-52. — Publicado no D. C. N. de 3-9-52 — Pág. 8.934 — 1.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 2-9-52.

P. L. S. F. 40-52 — Autoriza o pagamento das dívidas fiscais em atraso, mediante condições que estabelece.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 8-9-52 — Publicado no D. C. N. de 9-9-52 — Pág. 9.222 — 3.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 8-9-52.

P. L. S. F. 41-52 — Dispõe sobre o adicional de insalubridade para trabalhadores marítimos.

Apresentado pelo Senador Atilio Vivacqua.

Lido em 8-9-52. — Publicado no D. C. N. de 9-9-52 — Pág. 9.224 — 1.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 8-9-52.

P.L.S.F. 42-52 — Dispõe sobre a construção, na Capital Federal, do Palácio da Justiça.

Apresentado pelo Senador Joaquim Pires.

Publicado no D.C.N. de 17-9-52 — Pág. 9.613 — 4.ª coluna.

A Comissão de Constituição e Justiça em 16-9-52.

P.L.S.F. 43-52 — Estende a oficiais reformados do Exército os dis-

positivos do Decreto-lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937.

Apresentado pelo Senador Alencastro Guimarães.

Lido em 29-9-52. — Publicado no D.C.N. de 30-9-52 — Pág. 10.146 — 2ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 29-9-52.

P.L.S.F. 44-52 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 1-10-52. — Publicado no D.C.N. de 2-10-52 — Pág. 10.301 — 3ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 2-10-52.

P.L.S.F. 45-52 — Autoriza a criação, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Departamento da Mulher.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 3-10-52. — Publicado no D.C.N. de 4-10-52 — Pág. 10.427 — 1ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 3-10-52.

P.L.S.F. 46-52 — Autoriza a ereção de um monumento que perpetue a memória do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

Apresentado pelo Senador Joaquim Pires.

Lido em 15-10-52. — Publicado no D.C.N. de 16-10-52 — Pág. 11.081 — 2ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 15-10-52.

P.L.S.F. 47-52 — Institui a cadeira de Vitivinicultura na Escola de Agronomia e Veterinária, da Universidade do Rio Grande do Sul.

Apresentado pelo Senador Alfredo Simch.

Lido em 16-10-52. — Publicado no D.C.N. de 17-10-52 — Pág. 11.199 — 2ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 17-10-52.

P.L.S.F. 48-52 — Modifica os artigos 3º, II, 4º, parágrafo único, 5º §§ 4º, 5º e 6º da Lei nº 1.505, de 19

de dezembro de 1951. (Julgamento das ações rescisórias).

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza.

Lido em 24-10-52. — Publicado no D.C.N. de 25-10-52 — Pág. 11.801 — 2ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 24-10-52.

P.L.S.F. 49-52 — Dispõe sobre processo e julgamento dos recursos de embargos e revistas.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza.

Lido no expediente em 24-10-52. — Publicado no D.C.N. de 25-10-52 — Pág. 11.801 — 4ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 24-10-52.

P.L.S.F. 50-52 — Cria, no Distrito Federal, Juízos Correccionais, para processamento imediato das contravenções e causas cíveis que enumera.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 26-11-52. — Publicado no D.C.N. de 27-11-52 — Pág. 13.838 — 3ª coluna.

À Comissão de Constituição e Justiça em 26-11-52.

P.L.S.F. 51-52 — Concede aos oficiais da Marinha Mercante do Brasil vantagens por serviços de guerra.

Lido em 2-12-52. — Publicado no D.C.N. de 3-12-52 — Pág. 14.103 — 1ª coluna.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Às Comissões de Constituição e Justiça, Forças Armadas, Viação e Obras Públicas e de Finanças em 3-12-52.

P.L.S.F. — 52-52 — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — duas séries de selos postais, de taxas comuns, variáveis, sobre motivos de navegação marítima e fluvial.

Apresentado pelo Senador Aloysio de Carvalho em 13-12-52.

Publicado no D.C.N. de 14-12-52 — Pág. 14.747 — 2ª coluna.

Às Comissões de Constituição e Justiça, Viação e Obras Públicas e de Finanças em 13-12-52.

ANEXO N.º 15

PROJETOS DE LEIS DO SENADO INICIADOS EM SESSÕES
LEGISLATIVAS ANTERIORES E QUE TIVERAM PROSSE-
GUIMENTO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1952

P.L.S.F. 25-47 — Regula a ação popular instituída pelo art. 141, § 38, da Constituição Federal.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Souza em 22-9-47.

Lido em 1-10-47.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 2-10-47.

Em 30-5-51 é lido parecer n.º 345-51, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Sr. Aloysio de Carvalho), pela constitucionalidade e oferecendo emendas.

Aprovada a constitucionalidade em 7-6-51.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 12-6-52. Aprovado requerimento do Senador Aloysio de Carvalho, solicitando que, após a votação das emendas, o projeto fôsse votado em globo. É aprovada a subemenda à emenda n.º 1, ficando prejudicada. São igualmente aprovadas as emendas de ns. 2 a 15. Fazem declaração de votos os Senadores Mello Vianna, Aloysio de Carvalho e Apolonio Sales. O projeto vai à Comissão de Redação para redigir o vencido para a 2.ª discussão.

Encerrada a 2.ª discussão em 31-8-1951, o projeto volta à Comissão com 3 emendas do Senador Ferreira de Souza.

Em 31-7-52 é lido o parecer n.º 712-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário à emenda n.º 1, considerando prejudicada a de n.º 2 e oferecendo subemenda à de n.º 3.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 8-8-52. Aprovado o projeto com a emenda n.º 3 e respectiva subemenda. À Comissão de Redação. Redação final

aprovada em 9-9-52. À Câmara dos Deputados.

P.L.S.F. 13-48 — Regula o aproveitamento do militar em cargo público (aprovado em 1.ª discussão em 14-5-51).

Projeto apresentado em 12-4-48. — Em Ordem do Dia na sessão de 7-4-52, com pareceres (de 2.ª discussão): número 886, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade das emendas apresentadas em Plenário; n.º 887, de 1951, da Comissão de Forças Armadas, favorável às emendas ns. 1, 2, 3 (com restrição), 5, 8 (com modificação) e à subemenda n.º 3, contrário às de ns. 4, 6, 7, e oferecendo substitutivo (com voto em separado do Senador Sylvio Curvo); n.º 288, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inadmissibilidade do substitutivo da Comissão de Forças Armadas; n.º 289, de 1952, da Comissão de Finanças, declarando não haver matéria que justifique o seu novo pronunciamento.

Na sessão de 14-4-52 (vot. em 2.ª discussão), ao anunciar a matéria, o Sr. Presidente declara que a Mesa, tomando conhecimento do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, deixa de submeter à apreciação do plenário o substitutivo do Senador Onofre Gomes, adotado pela Comissão de Forças Armadas, por ter sido o mesmo apresentado após o encerramento da discussão do projeto.

O Senador João Vilasbôas requer e obtém, na forma do art. 116, § 1.º, do Regimento, a abertura de discussão especial.

Falam os Senadores Onofre Gomes, Ferreira de Souza, Ivo d'Aquino e Alfredo Neves.

Pelo Senador Ferreira de Souza é levantada questão de ordem no sentido de não ser submetida à discussão a subemenda à emenda nº 3, oferecida perante a Comissão de Justiça pelo Senador Carlos Saboia, uma vez que a mesma não fôra apresentada por aquela Comissão.

Indeferida pela Mesa, à vista do que dispõem os arts. 116, § 1º, e 50, §§ 1º e 2º do Regimento, recorreu o seu autor para o plenário, verificando-se então falta de número. — D.C.N. de 15-4-52.

Em 15-4-52 é aprovada a decisão da Mesa no tocante à questão de ordem do Senador Ferreira de Souza.

Depois de falar o Senador João Vilasboas é levantada a sessão por falta de número no recinto. — D.C.N. de 16-4-52.

Em 17-4-52 (cont. da disc. especial) falam os Senadores Mello Vianna, Onofre Gomes e Ismar de Gois.

Iniciada a votação das emendas, é aprovada a de nº 1, depois de falar o Senador Onofre Gomes.

É rejeitada a emenda nº 2, depois de falarem os Srs. Onofre Gomes e João Vilasboas.

É retirada a emenda de nº 3 pelo seu autor, Senador João Vilasboas (requerimento nº 121-52), ficando prejudicada a subemenda do Senador Carlos Saboia.

Fica prejudicado o requerimento do Senador Ismar de Gois (nº 122-52) solicitando destaque para expressões da emenda nº 3, em virtude da retirada da mesma.

Aprovada a emenda nº 4, depois de falarem os Srs. Mozart Lago e Onofre Gomes.

Fazem declaração de voto os Senadores Ismar de Gois e Victorino Freire.

São rejeitadas as emendas de ns. 5, 6 e 7 e aprovada a de nº 8.

O Senador Ismar de Gois requer destaque de expressões do art. 3º do projeto (requerimento nº 123-52).

Falam, para encaminhar a votação do requerimento, os Senadores Ismar de Gois, Mozart Lago, Mello Vianna e Onofre Gomes.

Fica adiada a votação pelo término da sessão. — D.C.N. de 18-4-52.

Em 18-4-52 é rejeitado o destaque requerido pelo Senador Ismar de Gois.

Oradores:

Em seguida é aprovado o projeto com as modificações constantes das emendas aceitas. À Comissão de Redação.

Aprovada a redação final em 9-5-52. À Câmara.

P.L.S.F. 30-48 — Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Substitutivo da Câmara recebido no Senado com o ofício nº 1.463, de 8-8-1952, sob o nº 1.451-F-49.

Lido em 13-8-52.

Tomou o nº PLCD-206-52.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 9-9-52.

Distribuído ao Senador Ivo d'Aquino em 16-9-52.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 1.419, lido na sessão extraordinária de 13-12-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-12-52, em virtude de dispensa de interstício concedida em 13-12-52, a requerimento do Senador Ivo d'Aquino.

Aprovadas em 15-12-52 as alterações classificadas pela Comissão de Constituição e Justiça sob os ns. 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 17, no substitutivo da Câmara. À Comissão de Redação.

Parecer nº 1.441, de 1952, da Comissão de Redação, oferecendo redação final, lido em 15-12-52 (sessão extraordinária noturna). Submetido imediatamente a discussão e votação, em virtude de requerimento de dispensa de publicação formulado pelo Senador Aloysio de Carvalho. Aprovado.

Projeto remetido à sanção com a Mensagem nº 435, de 20-12-52.

Lei nº 1.802, de 5-1-53 — Publicada no D.O. de 7-1-53.

Vetada parcialmente.

P.L.S.F. 34-49 — Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia.

Apresentado pelo Senador Arthur Santos em 26-7-49.

Lido na mesma data. Publicado no D.C.N. de 27-7-49.

Em 12-10-49 é lido o parecer número 1.213-49 da Comissão de Constituição e Justiça (Relator: Senador Arthur Santos) pela constitucionalidade do projeto, ao qual oferece substitutivo.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 18-10-49, para discussão preliminar. Aprovado o parecer. O substitutivo entrará oportunamente em 1ª discussão.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 27-10-49 em 1.ª discussão. Encerrada a discussão e adiada a votação.

Adiada a votação por falta de número em 28-10-49.

Aprovado o substitutivo na sessão de 31-10-49.

Aguarda interstício para 2ª discussão.

Aprovado em 2ª discussão em 4-11-1949.

À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 11-11-1949.

À Câmara dos Deputados.

Em 1-7-52 é aprovada na Câmara dos Deputados a redação final das emendas daquela Casa ao projeto do Senado (Tomou ali o nº 1.093-B-49).

Remetido ao Senado em, sob o nº 1.093-B-49, com o ofício nº

Lido no Senado na sessão de 24-7-52. D.C.N. de 25-7-52.

Tomou o nº 170-52.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça.

Em 1-10-52 é lido o parecer número 1.004-52, da Comissão de Constituição e Justiça (Rel. Sen. João Vilasboas), favorável às emendas da Câmara dos Deputados.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52.

Aprovado. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 29-10-52.

À Sanção.

Sancionado em 8-11-52. Lei nº 1.727

— D.O. de 12-11-52.

P.L.S.F. 7-50 — Estende às dívidas, de qualquer natureza, contraídas pelos criadores e recriadores de gado bovino antes de 5-1-48, as disposições da Lei nº 1.002, de 24-12-49. (Resultado da emenda destacada do Projeto de Lei da Câmara nº 431, de 1949).

Apresentado pelo Senador Joaquim Pires em 7-3-51, em pareceres: nº 476, de 1951, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, oferecendo subs-

titutivo; nº 477, de 1951, da Comissão de Finanças, propondo a audiência do Conselho Nacional de Economia.

Incluído em Ordem do Dia em virtude de requerimento do Senador Joaquim Pires, aprovado em sessão de 22-4-52).

Em 23-4-52 são designados relatores das Comissões de Finanças e Justiça os Senadores Ferreira de Souza e Attilio Vivacqua, que solicitam o prazo regimental para emitirem parecer verbal. Esgotado o tempo regimental da sessão, fica adiada a discussão para o dia seguinte.

Em 25-4-52 é encerrada a discussão, depois de falarem os Senadores Attilio Vivacqua e Ferreira de Souza, que se pronunciam favoravelmente ao projeto, que volta às Comissões em virtude de emenda.

P.L.S.F. 10-50 — Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal auxiliar da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

Projeto iniciado em 29-3-50, com parecer nº 309, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Considerado constitucional em 22-4-1952. À Comissão de Finanças.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-7-52, com parecer nº 645-52, da Comissão de Finanças, contrário.

Rejeitado.

P. L. S. F. 16-50 — Dispõe sobre a contribuição ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado pelos servidores não inscritos por limite de idade.

Apresentado pelo Senador Joaquim Pires em 19-4-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 1-7-52, com pareceres: nº 198-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; nº 374-51, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável; nº 375-51, da Comissão de Finanças, contrário; nº 576-52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, pela aprovação da emenda de plenário; nº 577-52, da Comissão de Finanças, favorável à mesma emenda.

Adiada por falta de número para prosseguimento da sessão.

Aprovado em 1.^a discussão com emenda, na sessão de 2-7-52. À Comissão para redigir o vencido para 2.^a discussão.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-7-52, com parecer n.º 693-52, da Comissão de Redação de Leis, oferecendo a redação do vencido em primeira discussão.

Encerrada a 2.^a discussão em 29 de julho de 1952. O projeto voltou às Comissões de Constituição Justiça, Trabalho e Previdência Social e de Finanças, com emenda do Senador Mozart Lago.

P. L. S. F. 21-50 — Dispõe sobre a concessão de benefícios aos delegados regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que, durante o período de guerra, serviram em zonas discriminadas como perigosas na conformidade de prescrições militares então vigentes.

Apresentado em sessão legislativa anterior (17-5-50) pelo Senador Vitorino Freire e mais 41 Senhores Senadores.

Tomou o n.º 21, de 1950.

Considerado constitucional em 10 de julho de 1950.

Comissões que pronunciaram pareceres:

Comissão de Constituição e Justiça Relator Lúcio Corrêa, n.º 673-50 de 3 de julho de 1950 pe'a constitucionalidade; publicação em 6-7-50. Comissão de Finanças, Adalberto Ribeiro, n.º 910 de 1950 de 29-7-50 volta à Comissão de Justiça em 1-9-50 — Comissão de Justiça Relator Atilio Vivaqua, n.º 110 de 1951 em 22-1-51 favorável, publicação em 25 de janeiro de 1951 — Comissão de Finanças Relator Matias Olímpio n.º 146-52 em 14-8-51 — Audiência do MTIC — Publicação em 20-2-52 — Comissão de Finanças Relator Alberto Pasqualini — n.º 147-52 — em 2-10-51 Contr. — Publicação em 20-2-52.

Em 30-10-50 o Senador Kerginaldo Cavalcanti requereu urgência (requerimento n.º 235). Em 6-11-50, depois de falar o Senador João Villasbôas, o requerimento de urgência é rejeitado por 30 x 9 votos.

1.^a discussão em 4-3-52. Aprovado. Rejeitada a emenda.

Em Ordem do Dia para a sessão de 27-3-52 para 2.^a discussão.

Encerrada a 2.^a discussão o projeto voltou às Comissões, em virtude de emendas. 27-3-52.

P. L. S. F. 23-50 — Atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para montepio civil e as pensões aos seus herdeiros e dá outras providências.

Apresentado em 22-5-50 pelo Senador Arthur Santos.

Remetido à Comissão de Constituição e Justiça em 22-5-50.

Parecer da Comissão de Justiça sob n.º 636-50, pela constitucionalidade (de autoria do Senador Evandro Vianna) lido em 27-6-50.

Discussão preliminar em 3-7-50 (considerado constitucional o projeto). Remetido na mesma data à Comissão de Finanças.

Parecer da Comissão de Finanças, sob n.º 860-51, de autoria do Senador Ismar de Góis, pela aprovação do artigo 1.º, de seu parágrafo único e do art. 2.º do projeto e pela rejeição dos demais dispositivos e das emendas ns. 1 a 5, apresentadas perante a própria Comissão.

Lido em 18-9-51.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 28-9-51 para 1.^a discussão.

Encerrada a 1.^a discussão na mesma data, o projeto voltou às Comissões em virtude de emenda n.º 6, do Senador Joaquim Pires.

Pareceres proferidos em seguida ao encerramento da discussão.

Pareceres: — Comissão Constituição e Justiça — Relator Joaquim Pires — n.º 1.227-51 data 10-10-51 — Pron. Contrário às emendas — Leit. 20-12 — Publicação em 21-12. — Comissão de Finanças — Relator Ismar de Góis n.º 1.228-51 — em 29-11-51 — Pron. favorável à emenda n.º 6 — Leit. 20-12 — Publicação em 21-12.

Projeto incluído na Ordem do Dia da sessão de 24-1-51 para votação. Adiada para 21-2-52, a requerimento do Senador Matias Olímpio (n.º 21-52).

Em 21-2-52 é adiada a votação em virtude de término de tempo da sessão.

Em 28-2-52 adiada novamente por falta de número.

Em 7-3-52, depois de encaminhamento de votação dos Senadores Mozart Lago e Kerginaldo Cavalcanti, é aprovado o projeto com as emendas ns. 1 e 6, rejeitadas as de ns. 2 e 5 e prejudicadas as de ns. 3 e 4.

A Comissão de Redação para redigir o vencido.

Parecer n.º 284, da Comissão de Redação, oferecendo o texto para 2.ª discussão, lido em 28-3-52.

Projeto incluído em ordem do dia, para 2.ª discussão, em 3-4-52. Encerrada nessa data a 2.ª discussão, voltando às Comissões em virtude de emendas (ns. 7 a 11).

Pareceres sobre essas emendas: — Comissão Constituição e Justiça — Relator Joaquim Pires n.º 1.067-52 em 25-4-52 Pron. Favorável à emenda 10, oferecendo subemendas as de ns. 7 e 8; declarando atendida a de n.º 9, pela constitucionalidade da de n.º 11 — Leit. 14-10-52 — Publicação em 15-10-52. — Comissão de Finanças — Relator Durval Cruz n.º 1.068-52 em 11-9-52 — Pron. favorável às emendas 7 e 9; contrário às demais e às subemendas — Publi. em 2-12-52 e 3-12-52. — Comissão de Trabalho e Previdência — Relator Kerginaldo Cavalcanti número 1.313-52 em 1-12-52 — Pron. contrário às emendas 1 e 11 — Leit. 2-12-52 Public. em 3-12-52.

Em 27-11-52 é aprovado o requerimento 508, do Senador Joaquim Pires, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90 letra a.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-12-52.

Retirado da Ordem do Dia para esclarecimento do parecer da Comissão de Trabalho e Previdência Social, em vista de questão de ordem suscitada pelo Senador Walter Franco.

P. L. S. F. 32-50 — Autoriza o Poder Executivo a construir, na cidade de Sabará, um prédio para Correios e Telégrafos, do tipo 3.

Apresentada pelo Senador Melo Viana em 24-7-50. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 27-6-52, com pareceres: n.º 895-50 da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 424-52, da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável, ofe-

recendo emendas; n.º 425-52, da Comissão de Finanças, favorável; número 578-52, da Comissão de Finanças, pela aprovação da emenda n.º 1.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emendas do Senador Levindo Coelho.

P. L. S. F. 45-50 — Dispõe sobre a aplicação do art. 15 da Lei n.º 866, de 24 de outubro de 1949, a funcionários nas condições aí estabelecidas, aposentados antes da publicação dessa Lei.

Projeto iniciado em 5-10-1950 — Em Ordem do Dia na sessão de 7-4-52 com pareceres: — n.º 1.087, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 265, de 1952, da Comissão de Finanças, pela rejeição do projeto e da emenda oferecida perante a própria Comissão de Finanças. Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número em 7-4-52. Adiada a votação nos dias 8, 14, 15 e 17-4-52 por falta de número.

Voltou à Comissão de Justiça, a requerimento do Senador Mozart Lago (sessão de 18-4-52), a fim de ser ouvida aquela Comissão sobre a emenda do Senador Onofre Gomes.

Em 25-8-52 é lido o parecer número 806-52, da Comissão de Constituição e Justiça (relator Senador João Vilasbôas), pela rejeição da emenda (com voto em separado do Senador Joaquim Pires).

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 8-9-52, para votação em 1.ª discussão.

Retirado da Ordem do Dia para que as Comissões se pronunciem sobre uma emenda apresentada perante a Comissão de Constituição e Justiça em 8-9-52.

P. L. S. F. 54-50 — Que estabelece o salário mínimo de engenheiros, arquitetos e agrônomos.

Apresentado pelo Senador Melo Viana em 30-10-50 — Parecer n.º 318, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Voto em separado do Sr. Senador Fortunato Ribeiro oferecendo substitutivo. — Emendas ns. 1 e 2 oferecidas perante a Comissão.

Considerado inconstitucional em 23 de abril de 1952.

P. L. S. F. 1-51 — Dá nova redação ao § 3.º do art. 121 do Código Penal.

Apresentado em 2-1-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 22-9-52, com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça: n.º 311, de 1951, pela constitucionalidade; n.º 885, de 1952, pela rejeição.

Rejeitado.

P. L. S. F. — 5-51 — Ver Projeto de Lei da Câmara n.º 138-51 — (Emenda ao..., que assegura aos oficiais da Reserva de 2.ª classe da Aeronáutica, aproveitados no serviço ativo da FAB, inscrição como contribuintes do Montepio Militar).

P. L. S. F. — 15-51 — Regula a realização simultânea, pelo aluno, de dois cursos superiores.

Apresentado pelo Senador Domingos Velasco em 12-4-52. Aprovada a constitucionalidade em 29-5-52 com pareceres: n.º 293, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 328, de 1952, da Comissão de Educação e Cultura, favorável.

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 23-4-52.

Adiada a 1.ª discussão, a requerimento do Senador Mozart Lago, para 2-5-52.

Encerrada a discussão (1.ª) em 2 de maio de 1952, voltou às Comissões com emenda do Senador Mozart Lago.

Comissões que se pronunciaram sobre a emenda de plenário: n.º 634-52 — Constituição e Justiça, contrário; número 635-52 — Educação e Cultura, contrário.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 10-7-52. Retirado a requerimento do Senador Mozart Lago (n.º 223-52) por omissão nos avulsos dos pareceres da emenda de sua autoria.

Rejeitado em 31-7-1952.

P.L.S.F. 20-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar ao Clube General Sampaio, com sede em Fortaleza, Ceará, uma quadra para construção de instalações próprias do mesmo Clube.

Lido em 30-4-51. — Apresentado pelo Senador Olavo Oliveira. — Aprovada a constitucionalidade em 28-6-51, em pareceres: n.º 479-51, da Comissão de

Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 347-52, da Comissão de Educação e Cultura favorável; número 348, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, oferecendo emenda supressiva; n.º 349-52, da Comissão de Finanças, contrário.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 6-5-52. Feita a votação artigo por artigo. Rejeitado o art. 1º, ficando prejudicados a emenda supressiva desse artigo e os demais artigos.

P.L.S.F. 28-51 — Regula a participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros das empresas.

Lido em 2-7-51. — Incluído em Ordem do Dia na sessão de 6-6-52, com pareceres: n.º 491-52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, oferecendo substitutivo; n.º 492-52, da Comissão de Finanças, requerendo a organização de uma Comissão Mista, de cinco Senadores e cinco Deputados, para estudar o assunto e oferecer um projeto único.

Depois de falarem os Srs. Kerginaldo Cavalcanti e Aloysio de Carvalho, é retirado para retificação dos avulsos.

Em Ordem do Dia na sessão de 24-5-52. Anunciada a discussão do requerimento da Comissão de Finanças (Parecer n.º 492-52), pediu a palavra o Senador Kerginaldo Cavalcanti. A discussão ficou adiada na forma do Regimento.

Na sessão de 25-6-52, depois de falarem os Senadores Kerginaldo Cavalcanti e Domingos Velasco, é aprovado o requerimento da Comissão de Finanças (22 x 12). Fazem declaração de votos os Senadores Rui Carneiro Gomes de Oliveira, Mozart Lago e Alfredo Neves.

Comunicação à Câmara pelo of. 720, de 26-6-52.

P.L.S.F. 30-51 — Exclui da relação contida no art. 1º da Lei n.º 121, de 1947, o Município de Manaus.

Apresentado pelo Senador Waldemar Pedrosa em 3-7-51. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 19-6-52, com pareceres: n.º 693-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 1.204-51, da Comissão de Forças Armadas, favorável; n.º 535-52, da Comissão de Constituição e Justiça,

contrário à emenda oferecida em plenário.

Retirada pelo Senador Mozart Lago a emenda de sua autoria.

Aprovado o projeto. À Câmara dos Deputados.

P.L.S.F. 34-51 — Revigora o prazo a que se refere o art. 4º da Lei número 1.259-A, de 20 de novembro de 1950.

Apresentado em 19-7-51 pelo Senador Ezequias Rocha, com pareceres: número 793-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; número 1.328-51, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, favorável; número 1.329-51, da Comissão de Finanças, favorável; nº 405-52, da Comissão de Constituição e Justiça, a favor da emenda do plenário; nº 406-52, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, a favor da emenda de plenário; nº 407-52, da Comissão de Finanças, a favor da emenda de plenário.

Aprovado com emenda em 15-5-52. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 27-5-52 (Parecer 472-52). À Câmara.

Aprovado pela Câmara dos Deputados em 13-10-52 e remetido à sanção.

Lei nº 1.720-C, de 3-11-52.

Publicada no D.O. de 7-11-52 (Prom.).

P.L.S.F. 37-1951 — Autoriza o Poder Executivo a promover a trasladação para o Brasil, dos restos mortais da escritora norte riograndense Nisia Floresta (aprovado em 1ª discussão em 6-3-52, com pareceres favoráveis: número 784, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça; nº 155, de 1952, da Comissão de Educação e Cultura; nº 156, de 1952, da Comissão de Finanças).

Em Ordem do Dia da sessão de 25-3-52 em 2ª discussão.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões em virtude de emenda. — Em 25-3-52.

Comissões que se pronunciaram sobre a emenda:

Comissão de Justiça — Ivo d'Aquino — 677-52 — 30-4-52 Pela const. (voto do Senador A. Jobim) — 14-7-52 — Publ. 15-7-52.

Comissão de Educação e Cultura — C. Vasconcelos — 678-52 — 11-6-52

— Favorável. — 14-7-52. — Publ. em 15-7-52.

Comissão de Finanças — A. Pasqualini — 679-52 — 9-7-52 — Favorável, — 14-7-52 — Publ. em 15-7-52.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 18-7-52. Aprovado com emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 28-7-52. — À Câmara.

P.L.S.F. 38-51 — Destaca do Fundo Rodoviário Nacional verba para a construção de ponte mista sobre o Rio Canindé, na cidade de Oeiras, no Estado do Piauí (Emenda destacada do projeto de lei da Câmara nº 61, de 1951, para constituir projeto em separado).

Apresentado pelo Senador Joaquim Pires na sessão de 7-8-51. Incluído na Ordem do Dia na sessão de 4-9-52, com pareceres: nº 819, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; número 820, da Comissão de Viação e Obras Públicas, favorável; nº 821, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo.

Encerrada a discussão. Aprovado o substitutivo. À Comissão de Redação.

P.L.S.F. 41-51 — Considera anistiados os infratores da legislação vigente por delitos e transgressões decorrentes de propaganda partidária.

Projeto lido na sessão de 10-9-51.

Discussão preliminar na sessão de 24-3-52.

(Parecer nº 214, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade).

Considerado constitucional em 24-3-1952. Volta à Ordem do Dia para apreciação do mérito.

Encerrada a discussão, o projeto voltou à Comissão de Justiça em virtude de emenda do Senador Mozart Lago, em 27-3-52.

Em 18-7-52 é lido o parecer nº 690-1952, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto e à emenda de plenário.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 30-7-52. Adiada a votação por falta de número.

Em 31-7-52 é aprovado o requerimento nº 247-52 do Senador Mozart Lago, solicitando o adiamento da votação para 11 de agosto.

Em 11-8-52 é rejeitado o projeto, ficando prejudicadas a emenda e a subemenda.

P.L.S.F. 48-51 — Regulamenta a verba destinada à publicidade pelas autarquias, organizações paraestatais ou empresas de economia mista.

Pareceres contrários da Comissão de Constituição e Justiça: nº 1.349, de 1951, sobre o projeto; nº 210, de 1951, sobre a emenda.

Projeto apresentado em 19-11-1951 pelo Senador Carlos Saboia.

Tomou o nº 48, de 1951.

Remetido à Comissão de Justiça em 22-11-51.

Lido em 11-12-51 parecer nº 1.349, da Comissão de Justiça (de 6-12-1951) pela constitucionalidade, mas, quanto ao mérito, pela rejeição.

Em Ordem do Dia da sessão de 23-1-52, para discussão preliminar da constitucionalidade.

Reconhecida a constitucionalidade em 23-1-52.

Novamente em Ordem do Dia na sessão de 28-1-52.

Encerrada a discussão em 28-1-52, o projeto voltou à Comissão de Constituição e Justiça para se pronunciar sobre emenda.

Parecer nº 210, de 1952, lido na sessão de 17-3-52, da Comissão de Constituição e Justiça contrário à emenda (Relator, Senador Gomes de Oliveira). Publicado em 18-3-52.

Novamente em Ordem do Dia na sessão de 31-3-52.

Rejeitado.

Votação, em 1ª discussão, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1951, que regulamenta a verba destinada à publicidade pelas autarquias, organizações paraestatais ou empresas de economia mista.

Pareceres contrários da Comissão de Constituição e Justiça: nº 1.349 de 1951, sobre o projeto; nº 210, de 1951, sobre a emenda.

P.L.S.F. 51-51 — Dispõe sobre o pagamento do salário-família.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Parecer nº 1.003, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de Adiada a discussão em virtude do levantamento da sessão, por falta de número no recinto para o seu prosseguimento.

Considerado constitucional em 9-10-1952. À Comissão de Finanças.

P.L.S.F. 52-51 — Dispõe sobre a execução de Obras contra as Secas, nos Estados Nordestinos.

Parecer nº 173, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Adiado para 20-3-52 (req. do Senador Joaquim Pires).

Considerado constitucional em 30-3-52 (vencido o parecer da Comissão). À Comissão de Finanças.

P.L.S.F. 1-52 — Regula a expedição de títulos aos servidores interinos e a apostila das nomeações dos extranumerários da União beneficiados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Apresentado em 16-1-52 pelo Senador João Vilasboas. — Em Ordem do Dia da sessão de 28-3-52 para discussão preliminar.

Parecer nº 235, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Considerado constitucional em 28-3-1952.

Volta à Ordem do Dia para aprovação do mérito.

Aprovado em 1ª discussão em 4-4-52. Volta oportunamente à Ordem do Dia para 2ª discussão.

Encerrada a 2ª discussão em 14-4-1952.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 15-4-52 para votação, que ficou adiada por falta de número no recinto.

Em 18-4-52, depois de falar o Senador Aloisio de Carvalho, é o projeto retirado da Ordem do Dia, pelo Sr. Presidente, a fim de que as Comissões Técnicas opinem sobre o mérito. Às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

ANEXO N.º 16

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS INICIADOS NO
SENADO NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

P.D.L. 92-52 — Autoriza o Sr. João Café Filho, Vice-Presidente da República, a se ausentar do país a fim de representar o Governo brasileiro na posse do novo Presidente da República do Chile e a visitar outros países americanos.

(Apresentado pelo Parecer nº 1.044-1952 da Comissão de Justiça sobre a Mensagem S-1-52 do Sr. Vice-Presidente da República).

Relator: Senador Gomes de Oliveira.

Lido em 7-10-52. — Publicado no D.C.N. de 8-10-52 — Pág. 10.595 — 4ª coluna.

Na mesma data foi apresentado o requerimento nº 323, de 1952, do Senador Mozart Lago e outros, pedindo urgência para o projeto.

Aprovado em 9-10-52 o requerimento.

Posto em discussão o projeto depois de considerado constitucional e de receber, quanto ao mérito, parecer da Comissão de Relações Exteriores. Aprovado o projeto e a sua redação final. A Câmara dos Deputados.

Decreto Legislativo n.º 60-52.

Promulgado em 15-10-52.

Publicado no D.C.N. de 18-10-52.
— D.O. de 18-10-52.

ANEXO N.º 17

PROJETOS DE LEIS DE INICIATIVA DO SENADO REME-
TIDOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA REVISÃO, NA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

P.L.S.F. 25-47 — 13-48 — 23-50 — 30-51 — 34-51 -- 37-51 — 38-51
— 13-52 — 14-52 — 18-52 — 20-52.

ANEXO N.º 18

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS, DE INICIATIVA
DO SENADO, REMETIDOS À CÂMARA PARA REVISÃO

P.D.L. 92-52 — Autoriza o Sr. João
Café Filho, Vice-Presidente da Repú-
blica, a se ausentar do país a fim de
representar o governo brasileiro na
posse do novo Presidente da República
do Chile.

ANEXO N.º 19

PROJETOS DE LEIS DE INICIATIVA DO SENADO REJEI-
TADOS POR ESTA CASA NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1953

P.L.S.F. 10-50 — 1-51 — 15-51 — 20-51 — 41-51 — 48-51 — 16-52.



ANEXO N.º 20

PROJETOS DE LEIS DE INICIATIVA DO SENADO ENVIA-
DOS À SANÇÃO POR ESTA CASA DO CONGRESSO NA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952, DEPOIS DE
EMENDADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

P.L.S.F. 30-48 — Define os crimes contra o Estado e Ordem Política e Social.

P.L.S.F. 34-49 — Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia.

ANEXO N.º 21

O SENADO NO EXERCÍCIO DA SUA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

PROJETOS DE RESOLUÇÕES INICIADOS NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

P.R.S.F-3-52 — Aposenta, por contar mais de 35 anos de serviço, o Diretor de Serviço, do Senado Federal, Hilário Ribeiro Cintra.

Lido na sessão de 28-3-52 — Publicado no D.C.N. de 29-3-52 — página 2.539 — segunda coluna.

Parecer n.º 300-52, da Com. de Const. e Justiça, pela constitucionalidade, lido na sessão de 3-4-52.

Considerado, constitucional em 22 de abril de 1952. À Comissão de Finanças.

Lido em 29-4-52 o parecer da Comissão de Finanças, n.º 359-52, favorável.

Na mesma data é aprovado requerimento do Senador Hamilton Nogueira (n.º 136-52) solicitando dispensa de interstício.

Aprovado em 30-4-52. À promulgação.

Promulgado em 30-4-52. Resolução n.º 2-52.

P.R.S.F-4-52 — Cria, na Secretaria do Senado Federal, sem aumento de despesa, o Serviço de Mecanografia.

Apresentado pelo Senador Gomes de Oliveira.

Sessão de 25-4-52. — Publicado no D.N.C. de 26-4-52 — Pág. 3.259 — 4ª col.

Em 23-5-52 o parecer n.º 480-52, da Comissão de Constituição e Justiça (Relator: Senador Ivo d'Aquino), pela constitucionalidade do projeto, e com restrições quanto ao mérito.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 29-5-52.

Aprovada a constitucionalidade. Às Comissões Diretora e de Finanças.

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 11-7-52, com pareceres:

N.º 655-52, da Comissão Diretora, contrário;

N.º 656-52, da Comissão de Finanças, contrário.

Rejeitado.

P.R.S.F. 5-52 — Suprime o parágrafo único do art. 141, do Regulamento do Senado Federal.

Apresentado pelo Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Sessão de 10-6-52 — Publicado no D.C.N. de 11-6-52 — Pág. 5.136 — 1ª col.

Em 9-9-52 é lido o parecer n.º 871-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição, quanto ao mérito (sem objeções quanto ao aspecto constitucional).

Considerado constitucional em discussão preliminar. 18-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 25-9-52, para discussão única do mérito. Encerrada a discussão. Empatada a votação (16 x 16).

Aprovado na sessão de 26-9-52, depois de falarem os Senadores Mozart Lago e Pinto Aleixo. À Comissão Diretora.

Em 21-10-52 é aprovada a redação final do projeto. À promulgação.

P. Res. 6-52 — Dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Apresentado pelo Senador Melo Vianna.

Lido em 17-7-52 — Publicado no D.C.N. de 18-7-52 — Pág. 6.781 — 4ª col.

Despachado em 17-7-52 à Comissão de Constituição e Justiça.

Situação em 15-12-52: Comissão de Constituição e Justiça (17-7-52).

P.R.S.F. 7-52 — Cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Senado Federal para apurar a situação do mercado do cimento em nosso país.

Oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão do seu parecer n.º 785-52, s/o req. n.º 101-52, do Senador Mozart Lago.

Lido em 21-8-52 — Publicado no D.C.N. de 22-8-52 — Pág. 8.399 — 4ª col.

Considerado constitucional em discussão preliminar em 4-9-52.

Aprovado em 8-9-52. À Comissão de Redação.

Na sessão de 16-9-52 é eleita a seguinte Comissão:

Senadores: Francisco Gallotti; Mário Mota; Landolfo Alves; Mozart Lago e Júlio Leite.

P.R.S. 7-8-52 — Dispõe sobre a reintegração de Antônio Correia da Silva, feita em obediência à sentença judiciária, na carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal, como excedente.

Apresentado pelo Senador Melo Vianna.

Lido em 23-10-52 — Publicado no D.C.N. de 24-10-52 — Pág. 11.708 — 3ª col.

Despachado em 23-10-52 à Comissão de Constituição e Justiça, despachado em 4-12-52 às Comissões de Justiça e de Finanças.

Situação em 15-12-52: Comissão Diretora (4-12-52).

P.R.8.7. 9-52 — Cria uma Comissão de Inquérito, composta de cinco membros, para apurar a situação geral da Prefeitura do Distrito Federal.

Apresentado pelo Senador Hamilton Nogueira.

Lido em 24-10-52 — Publicado no D.C.N. de 25-10-52 — Pág. 11.801 — 1ª col.

Despachado em 24-10-52 à Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer lido na sessão de 13-12-52.

Situação em 15-12-52: Aguarda inclusão em Ordem do Dia.

P.R.S.F. 10-52 — Dispõe sobre a aposentadoria de funcionário do Senado que conte 35 anos de serviço público, na classe imediatamente superior.

Apresentado pelo Senador Francisco Gallotti.

Lido em 7-11-52 — Publicado no D.C.N. de 8-11-52.

Situação em 15-12-1952: Aguarda encaminhamento às Comissões Diretora e de Finanças.

P.R.S. 7. 11-52 — Dispõe sobre a distribuição entre jornalistas credenciados na Casa, da Sinópsse dos trabalhos do Senado.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 11-11-52 — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.643 — 1ª coluna.

Despachado em 11-11-52 à Comissão de Constituição e Justiça.

Situação em 15-12-52: Continua na Comissão de Constituição e Justiça.

P.R.S.F. 12-52 — Concede gratificação aos funcionários da Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares e aos Redatores Revisores do Senado Federal.

Apresentado pelo Senador Mozart Lago.

Lido em 11-11-52 — Publicado no D.C.N. de 12-11-52 — Pág. 12.643 — 2ª coluna.

Despachado em 11-11-52 à Comissão de Constituição e Justiça.

Situação em 15-12-52: Continua na Comissão de Constituição e Justiça.

P.R.S.F. 13-52 — Constitui a Comissão de Relações Exteriores numa Comissão de Inquérito para apurar os fatos de que resultou a retirada do Ministro Plenipotenciário do Brasil junto a S.M. o Rei do Iran, Hugo Gouthier, a pedido do mesmo governo, na conformidade da Lei n.º 1.579, de 18-3-52.

Apresentado pelo Senador Ferreira de Sousa.

Lido em 17-11-52 (noturna) — Publicado no *D.C.N.* de 18-11-52 — Pág. 13.104 — 1ª coluna.

Em 21-11-52 é aprovado o requerimento n.º 415-52, do Senador Bernardes Filho, solicitando urgência para o projeto.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 26-11-52 (noturna), dão pareceres verbais, pela Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Aloísio de Carvalho, oferecendo emenda substitutiva e pela Comissão de Relações Exteriores o Senador Alfredo Neves, favorável à emenda. O projeto fica prejudicado pela aprovação do substitutivo. À Comissão d Redação.

Redação final aprovada na mesma data (26-11-52 — noturna. À promulgação.

Promulgado em 26-11-52. Resolução n.º 10-52.

Eleita a Comissão em 27-11-52:

Senador Alfredo Neves, Bernardes Filho, Ferreira de Sousa, Novais Filho, Carlos Saboia, Alberto Pasqualini e Vitorino Freire.

P.R.S.7-14-52 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, diretamente ou por intermédio da

Comissão Estadual de Energia Elétrica, a contrair com o International Bank for Reconstruction and Development, empréstimo para a execução do programa de eletrificação do referido Estado.

Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão do seu parecer n.º 1.303, de 1952, sobre o ofício n.º S/6, de 1952 (n.º 1.027, de 24-9-52, na origem da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (of. entrado em 26-9-52).

Parecer lido na sessão ordinária de 28-11-52. Na mesma sessão foi aprovado o requerimento n.º 510, do Senador Alberto Pasqualini, pedindo dispensa de interstício para que o projeto fôsse incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária noturna da mesma data.

Aprovado. À Comissão de Redação.

Em 8-12-52 é lida a redação final.

Aprovado na mesma data o requerimento n.º 548-52, do Senador Alberto Pasqualini solicitando dispensa de publicação do parecer.

Em 10-12-52 é lido e aprovado o requerimento do Senador Alberto Pasqualini, sob preferência para votação da redação final, que é aprovada. À promulgação.

ANEXO N.º 22

PROJETOS DE RESOLUÇÕES INICIADOS EM SESSÕES
LEGISLATIVAS ANTERIORES E QUE TIVERAM PROS-
SEGUIMENTO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1952

P.R.S.-13-51 — Manda reverter à atividade o Auxiliar de Portaria, padrão K, aposentado, da Secretaria do Senado Federal, Anibal Alves Torres. — Da Comissão Diretora.

Apresentado pela Comissão Diretora em 18-7-51.

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 2-5-52, com pareceres: n.º 864, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; n.º 301, de 1952, da Comissão de Saúde, contrário; número 302, de 1952, da Comissão de Finanças, contrário.

Rejeitado em 2-5-52.

P.R.S.-14-51 — Altera disposições do Regimento Interno do Senado.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 19-11-52, com parecer n.º 1.240, da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, pelo arquivamento, em vista de haver a matéria de projeto sido atendida no novo Regimento já aprovado.

Aprovado o parecer em 19-11-52. Ao Arquivo.

P.R.S.-18-51 — Dispõe sobre dispensa de interstício para promoções na Secretaria do Senado.

Apresentado pelo Senador Rui Carneiro em 26-9-51, com pareceres: número 1.043, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 55, de 1952, da Comissão Diretora, favorável à emenda de Plenário, substitutiva do art. 1.º e oferecendo emenda aditiva; n.º 333, de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça,

oferecendo subemenda à emenda substitutiva.

Encerrada a discussão em 30-4-52, voltou às Comissões em virtude de emendas.

P.R.S.-22-51 — Admite servidores contratados como serventes classe G, excedentes, no quadro da Portaria do Senado Federal.

Apresentado em 5-10-51 pelo Senador Mozart Lago. Incluído em Ordem do Dia na sessão de 14-7-52, com pareceres: n.º 1.170-51, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e do Substitutivo apresentado perante a Comissão; n.º 637-52, da Comissão Diretora, favorável ao mesmo Substitutivo; n.º 638-52, da Comissão de Finanças, oferecendo Substitutivo. (Acompanhado de subemenda, apresentada perante a Comissão, ao Substitutivo oferecido na Comissão de Constituição e Justiça).

Encerrada a discussão.

Recebeu emenda, e voltou às Comissões.

Em 19-11-52 é lido e aprovado o requerimento n.º 413-52, do Senador Mozart Lago, solicitando a inclusão em Ordem do Dia. O projeto vai à Comissão de Finanças.

Atendendo a preliminar levantada pelo Senador Ferreira de Souza, o projeto é enviado à Comissão de Justiça, de acordo com o novo Regimento.

P.R.S.-25-51 — Reestrutura os proventos dos funcionários inativos do Senado Federal.

Em ordem do Dia da Sessão de 21 de março de 1952, para discussão preliminar.

Parecer n.º 209, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Considerado constitucional 21-3-52.

Às Comissões Diretora e de Finanças.

Em 20-5-52 foi aprovado requerimento do Senador J. Pires, sol. a inclusão do projeto em Ordem do Dia. À Comissão Diretora. Fica esgotado o prazo regimental. O projeto foi à Comissão de Finanças).

Incluído em Ordem do Dia na sessão de 9-7-52, com parecer:

N.º 636-51, da Comissão de Finanças, favorável.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emenda do Senador Joaquim Pires.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 9-10-52, com Pareceres favoráveis ao Projeto e à Emendas: n.º 209 e 1.000 — Da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 1.001, da Comissão Diretora; n.º 636 e 1.002, da Comissão de Finanças.

Aprovado com a emenda. À Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 21-10-52. À promulgação.

P.R.S.F.-26-51 — Extingue um (1) cargo de Oficial Legislativo J do Quadro da Secretaria do Senador Federal. (Da Comissão Diretora).

Lido na sessão de 8-11-51. Incluído na Ordem do Dia da sessão de 24 de março de 1952, com pareceres favoráveis: n.º 1.250, de 1951, da Comissão de Constituição e Justiça; n.º 171, de 1952, da Comissão de Finanças.

Encerrada a discussão, voltou às Comissões, em virtude de emenda do Senador Joaquim Pires. 24-3-52.

P.R.S.F.-29-51 — Reforma o Regimento Interno do Senado Federal.

Apresentado pela Comissão Especial designada em de acordo com o requerimento n.º do Senador Mozart Lago, aprovado na sessão de como conclusão do seu parecer número 1.205, de 1951.

Lido em 27-11-51. Publicado no D.C.N. de 28-11-51.

Em pauta nos dias 14, 15 e 18 de fevereiro de 1952.

Voltou à Comissão Especial em 20 de fevereiro de 1952, com duas emendas, recebidas na fase de pauta.

Parecer n.º 305, contrário às emendas ns. 1 e 2, lido em 4-4-52. Publicado em 5-4-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 5-5-52. Adiada para 12-5-52 a discussão, em virtude do requerimento número 145-52, do Senador Ivo d'Aquino. Encerrada a discussão em 12-5-52, depois de falarem os Senadores Alfredo Neves e Atilio Vivaqua. Voltou à Comissão com 63 emendas.

Parecer n.º 976, lido em 10-9-52.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 13-10-52. Iniciada a votação, que ficou interrompida por falta de número.

Em 14-10-52 prosseguiu-se na votação, que ficou interrompida por falta de número.

Terminada a votação, o projeto voltou à Comissão Especial para a redação final, 15-10-52.

Redação final aprovada em 12-11-52. À promulgação.

Promulgado em 17-11-52. Resolução n.º 9, de 18-11-52.

P.R.S. 30-51 — Dispõe sobre a comemoração do Dia da Bandeira no Senado Federal (oferecido pela Comissão Diretora, como conclusão de seu parecer n.º 1.345-51, sobre a Indicação n.º 6-51), tendo parecer, sob n.º 86, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Em Ordem do Dia na sessão de 28 de março de 1952.

Adiada a discussão para o mês de abril, a requerimento do Senador Ferreira de Souza.

Incluído em Ordem do Dia da sessão de 28-4-52. Adiada a discussão por falta de número.

Aprovado em 2-5-52. À promulgação.

Promulgado em 7-5-52.

Resolução n.º 3-52.

P.R.S.7-1-52 — Considera extraordinário e nesse caráter pago, à base de remuneração integral correspondente a igual tempo de serviço normal, o serviço prestado pelos funcionários do Senado durante as sessões extraordinariamente convocadas.

Apresentado pelo Senador Melo Viana em 30-1-52, com pareceres: n.º 78-52, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; n.º 384-52, da Comissão Diretora, oferecendo substitutivo; n.º 385-52, da Comissão de Finanças, oferecendo substitutivo e manifestando-se sobre as emendas apresentadas perante a mesma Comissão. — Voto em separado do Senador Ismar de Góes, oferecendo substitutivo.

Em Ordem do Dia na sessão de 13 de maio de 1952. Encerrada a discussão, voltou às Comissões com emendas (3).

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 3-10-52. Aprovada a subemenda geral da Comissão de Finanças. Prejudicados o projeto e as demais emendas e subemendas. A Comissão de Redação.

Redação final aprovada em 21-10-52. À promulgação.

ANEXO N.º 23

PROJETOS DE RESOLUÇÕES DO SENADO APROVADOS
NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

P. R. S. F. — 25-51 — 29-51 — 30-51 — 1-52 — 3-52 — 5-52 —
13-52 — 14-52.

Nota: — As ementas estão nos Anexos ns. 20 e 21.

ANEXO N.º 24

PROJETOS DE RESOLUÇÕES DO SENADO REJEITADOS
NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

P. R. S. F. — 13-51 — 4-52.

Nota: — As ementas estão nos anexos ns. 20 e 21.

ANEXO N.º 25

INDICAÇÕES APRESENTADAS NA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DE 1952

Indicação n.º 1-52. — Do Senador João Vilasbôas, propondo que a Mesa do Senado entre em entendimentos com a da Câmara dos Deputados a propósito da numeração dos projetos e da remessa de uma Casa à outra da íntegra de todos os termos e atos que compõem o seu processado, inclusive impressos e discursos aos mesmos referentes.

Lida na sessão de 15-4-52 — D.C.N. de 16-4-52 — Pág. 2.896 4.ª coluna.

Rem.^a à Comissão de Constituição e Justiça.

Incluída em Ordem do Dia na sessão de 9-6-52, com pareceres favoráveis: n.º 428-52, da Comissão de Constituição e Justiça n.º 511-52, da Comissão Diretora.

Aprovado. À Comissão Diretora.

Indicação n.º 2-52. — Do Senador Mozart Lago, solicitando o pronunciamento da Comissão de Justiça sobre a possibilidade de aceitarem os Senadores e Deputados, sem risco de perda dos respectivos mandatos, a função de Secretário Geral da Prefeitura do Distrito Federal.

Lida em 17-4-52. — D.C.N. de 18 de abril de 1952 — Pág. 2.971 — 3.ª coluna.

Remetida à Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer n.º 1.411-52, da Comissão de Constituição e Justiça, contrário, aprovado na sessão de 13-12-52 (extraordinária).

ANEXO N.º 26

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

N.º 100-52. — Do Sr. Senador Mozart Lago solicitando informações ao Ministério do Trabalho sobre requerimento que a Associação dos Estudantes Avulsos do Rio de Janeiro teria dirigido aquele Ministério.

Apresentado e deferido na sessão de 24-3-52.

N.º 101-52 — do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de ser apurada a situação do mercado de cimento no país.

Apresentado na sessão de 24-3-52.

De acôrdo com deliberação da Mesa, foi encaminhado à Comissão de Justiça, que, em conclusão de seu parecer sobre a matéria ofereceu Projeto de Resolução (n.º 7-52), aprovado pelo Senado em 8-9-52.

N.º 102-52 — do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando, ante a sugestão do Parecer n.º 193 de 1952, da Comissão de Constituição e Justiça, fosse ouvida também sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara n.º 310 de 1951, a Comissão de Forças Armadas deste Senado Federal.

Apresentado e deferido em 24-3-52.

N.º 103-52 — do Sr. Senador Alfredo Simch solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 336, de 1951 a fim de ser feita no dia 27 do mesmo mês.

Apresentado e aprovado em 24-3-52.

N.º 104-52 — do Sr. Senador Mozart Lago — solicitando informações ao Ministro do Trabalho sobre o au-

mento das passagens de bondes e ônibus.

Apresentado e deferido na sessão de 25-3-52.

N.º 105-52 — Do Senador Domingos Velasco, solicitando inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1950.

Apresentado e aprovado em 25-3-52.

N.º 107-52 — Dos Srs. Senadores Mello Vianna e Levindo Coelho, solicitando o adiamento, para a sessão de 16 de abril, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1950.

Apresentado e aprovado em 28-3-52.

N.º 108-1952 — Do Sr. Senador Ferreira de Souza, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 30, de 1951, para o dia 28 de abril de 1952.

Apresentado e aprovado em 28-3-52.

N.º 109-52 — Do Senador Mozart Lago, solicitando informações do Senhor Ministro da Justiça, por intermédio do Gabinete do Chefe de Polícia, sobre a possibilidade de regular os exames psico-técnicos a que estão sendo submetidos os «chauffeurs» desta Capital.

Apresentado e deferido na sessão de 31-3-52.

N.º 110-52 — Do Senador Onofre Gomes pedindo transcrição nos Anais do Senado dos discursos proferidos por ocasião da posse do General Ciro do Espírito Santo Cardoso, no cargo de Ministro da Guerra.

Apresentado e aprovado na Sessão de 31-3-52.

Discursos publicados no D.C.N. de 1-4-52. — Pág. 2.598 — 1.ª coluna.

N.º 111-52 — Do Senador Magalhães Barata solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara 368-51, que excluía o Município de Belém, no Estado do Pará, do art. 1.º, da Lei n.º 121, de 22-10-47.

Apresentado e aprovado na Sessão de 31-3-52.

N.º 112-1952 — Do Sr. Senador Attilio Vivacqua, solicitando adiamento da discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1950, para o dia 23 de abril do corrente.

Apresentado e aprovado em 1-4-52.

N.º 113-52 — Do Senador Mozart Lago, solicitando informações ao Ministro da Justiça sobre verbas gastas pelo I.B.G.E.: com os três últimos censos.

Apresentado e deferido na sessão de 2-4-52.

N.º 114-1952 — Do Sr. Senador Mathias Olympio, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, da reportagem publicada no número correspondente ao dia 5 de abril deste, sob o título «Cientistas Barnabés» da Revista «O Cruzeiro».

Apresentado e aprovado, em 2-4-52.

N.º 115-1952 — Do Sr. Levindo Coelho e outros Srs. Senadores, solicitando não fosse dada ordem do dia nem expediente da Secretaria durante a Semana Santa consagrada pelas tradições religiosas do nosso povo.

Apresentado e aprovado em 2-4-52.

N.º 116-52 — Do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 256, de 1951, até a sessão de quarta-feira próxima 9 de abril.

Apresentado e aprovado, em 4-4 de 1952.

N.º 117-52 — Do Sr. Senador Domingues Velasco, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia, do projeto número 26, da Câmara dos Deputados, independentemente do Parecer da Comissão.

Apresentado e aprovado em 4-4-52.

N.º 118-52 — Do Sr. Senador Apolônio Sales, solicitando audiência da Comissão de Educação e Cultura sô-

bre o Projeto de Lei da Câmara número 5, de 1952.

Apresentado e aprovado 4-4-52.

N.º 118-A-52 — Do Sr. Flávio Guimarães e outros Srs. Senadores, solicitando — não houvesse sessão nem expediente da Secretaria nos dias 9, 10 e 11 da Semana Santa.

Apresentado e aprovado na sessão de 7-4-52.

N.º 119-52 — Do Senador Joaquim Pires solicitando inclusão em Ordem do Dia da 1ª sessão a PLS-7-50.

Apresentado e aprovado na sessão de 22-4-52.

N.º 120-52 — Do Sen. Mozart Lago, solicitando a inversão da Ordem do Dia, a fim de que logo após a votação do Proj. Lei do Senado n.º 13-48, fôsem submetidos à discussão e votação os pareceres da Com. de Relações Exteriores sobre as mensagens ns. 69 e 84, de 1952, que figuram no último lugar.

Levantadas questões de ordem pelo autor do requerimento e pelo Senador João Villasbôas, resolvidas pela Mesa, foi rejeitado o requerimento.

Sessão de 15-4-52.

N.º 121-52 — Do Sr. Senador João Villasbôas, solicitando a retirada da emenda n.º 3 ao Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1948.

Apresentado e aprovado em 17 de abril de 1952.

N.º 122-52 — Do Sr. Senador Omar de Góis, solicitando destaque para as palavras da emenda n.º 3 — «para que tenha sido nomeado...» até o final, bem como, preferência da votação de destaque, antes da subemenda à mesma emenda n.º 3.

Apresentado e aprovado em 17-4- de 1952.

N.º 123-52 — Do Senador Ismar de Góis, solicitando destaque das expressões «ou entrou a desempenhar função eletiva» do art. 3.º do Projeto n.º 13, em caso de retirada da emenda n.º 3.

Apresentado na sessão de 18-4-52.
Rejeitado.

N.º 124-52 — Do Sen. Carlos Lindenberg, de adiamento para a sessão de 28 de abril da votação do PLC-135-51.

Apresentado e aprovado na sessão de 18-4-52.

N.º 125-52 — Do Sen. Mozart Lago solicitando a volta do PLC-45-50 à Com. de Const. e Justiça, para que se pronunciasse sobre a emenda do Senador Onofre Gomes, apresentada perante a Com. de Finanças.

Apresentado e aprovado na Sessão de 18-4-52.

N.º 126-52 — Do Sr. Senador João Villasbôas solicitando o adiamento por 5 sessões da votação, do PLC-252-49.

Apresentado e aprovado na sessão de 18-4-52.

N.º 127-52 — Do Sen. Attilio Vivacqua solicitando o adiamento da votação do PLC-352-51 para o dia 25 de abril.

Apresentado e aprovado na sessão de 18-4-52.

N.º 128-52 — Do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando informações ao Sr. Min. da Viação sobre os estudos hidrográficos do Porto de Itacurussê.

Apresentado e deferido na sessão de 23-4-52.

N.º 129-52 — Do Sr. Senador Mozart Lago, de informações ao Prefeito do D.F., por intermédio do Sr. Pres. da Rep. sobre as rendas auferidas pelos Clubes no «Campeonato Rio-São Paulo» de 1952 e o aumento de preço dos ingressos.

Apresentado e deferido na sessão de 23-4-52.

N.º 130-52 — Do Sr. Senador Ferreira de Souza, de preferência para a votação do PLC-157-50, a fim de que antecederse a das emendas.

Apresentado e aprovado na sessão de 23-4-52.

N.º 131-52 — Do Sen. Mozart Lago, solicitando o adiamento da discussão e votação do PLS-15-51, para o dia 2 de maio.

Apresentado e aprovado, na sessão de 23-4-52.

N.º 132-52 — Do Sen. Attilio Vivacqua solicitando o adiamento da discussão e votação do Parecer 308-52, sobre o Of. S-1-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 23-4-52.

N.º 133-52 — Do Sen. Attilio Vivacqua solicitando informações dos Senhores Ministros da Justiça, Marinha, Guerra e Aeronáutica, se há substitutos de Promotor de 2ª categoria da Justiça Militar, em disponibilidade.

Apresentado e deferido na sessão de 25-4-52.

N.º 134-52 — Do Sr. Mozart Lago solicitando a inserção nos Anais do Senado da conferência pronunciada pelo desembargador José Duarte, em sessão do Conselho da União Brasileira de Juristas, no dia 22-4-52, nesta Capital.

Apresentado e aprovado na sessão de 25-4-52.

N.º 135-52 — do Senador Mozart Lago solicitando o levantamento da sessão, por motivo do falecimento do ex-deputado Gastão de Brito, membro da Assembléia Constituinte de 1934.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-4-52.

N.º 136-52 — do Senador Hamilton Nogueira solicitando dispensa de interstício para o PRS 3-52, a fim de figurar na Ordem do Dia da próxima sessão.

Apresentado e aprovado na sessão de 29-4-52.

N.º 137-52 — do Senador Assis Chateaubriand solicitando licença, por período superior a 90 dias, para ausentar-se do país.

Apresentado e aprovado na sessão de 29-4-52.

N.º 138-52 — do Senador Ismar de Góis solicitando urgência para o PLC 95-52, que regulava a promoção de ano dos cadetes da Escola de Aeronáutica.

Apresentado na sessão de 29-4-53.

N.º 139-52 — do Senador Alfredo Neves para que o Senado resolvesse sobre a conveniência de não ser dada Ordem do Dia para as sessões de quartas-feiras.

Para encaminhar a votação, falam os Senadores Mello Vianna, contrário à sugestão; o Senador João Villasbôas sustentando que não pode ser objeto de apreciação do plenário pelas razões que expõe e pela ordem, o Senador

Aloysio de Carvalho, opinando seja encaminhado à Comissão Esp. de Ref. do Regimento, em vez de à Comissão de Justiça.

Sessão de 29-4-52 — À Comissão Especial de Reforma do Regimento, em 29-4-52.

N.º 140-52 — do Senador Ivo d'Aquino solicitando preferência para o Parecer sobre a Mensagem n.º 83-52, ser discutido e votado em seguida ao PDL 121-51, na parte secreta da presente sessão. Aprovado.

Apresentado e aprovado na sessão de 29-4-52.

Dado como aprovado o Senador Mozart Lago requer verificação da votação, sendo confirmado por:

30 "sim" — e 1 "não" — com o voto do Sr. Presidente eleva-se a 32.

N.º 141-52 — do Senador Ferreira de Souza solicitando informações do Min. das Relações Exteriores, si o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro e o Ministro João Alberto Lins e Barros, viajaram ultimamente a Buenos-Aires, em missão do Governo.

Apresentado e deferido na sessão de 30-4-52.

N.º 142-52 — do Senador Hamilton Nogueira solicitando informações do Sr. Ministro da Educação sobre se a Portaria 104 de 12-2-52 se referia realmente a uma "dispensa temporária para ingresso nos Cursos Pedagógicos do Ensino Industrial, de determinadas exigências legais."

Apresentado e deferido na sessão de 2-5-52.

N.º 143-52 — do Senador Alfredo Neves solicitando o adiamento do PLC 69-50, para o dia 13 de maio. Aprovado.

Apresentado e aprovado na sessão de 5-5-52.

N.º 144-52 — do Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da discussão do PLC 318-50 até a sessão de 5 de setembro.

...Retirado pelo autor em vista de esclarecimentos obtidos pelo Senador Aloysio de Carvalho, em plenário.

Sessão de 5-5-52.

N.º 145-52 — do Senador Ivo d'Aquino solicitando o adiamento da discussão do PRS 29-51, para o dia 12 de maio.

Apresentado e aprovado na sessão de 5-5-52.

N.º 146-52 — do Senador Mello Vianna solicitando a retirada da emenda n.º 1, de sua autoria, oferecida ao PLC 95-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 5-5-52.

N.º 147-52 — do Senador Mozart Lago solicitando o destaque da emenda de sua autoria, apresentada ao PLC 95-52, para constituir projeto em separado.

Apresentado e aprovado na sessão de 5-5-52.

N.º 148-52 — do Senador Aloysio de Carvalho solicitando a audiência da Comissão de Educação e Cultura sobre o PLC 10-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 6-5-52.

N.º 149-52 — do Senador Attilio Vivacqua solicitando o adiamento da discussão do PLC 10-52 para o dia 9 de maio.

...Prejudicado pela preferência do Registro 148-52 do Senador Aloysio de Carvalho. — Sessão de 6-5-52.

N.º 150-52 — do Senador Ismar de Góis solicitando fosse enviado à Comissão de Finanças o PLC 294-50.

Apresentado e aprovado na sessão de 6-5-52.

N.º 151-52 — do Sr. Senador Aloysio de Carvalho da audiência da Comissão de Finanças sobre o PLC 308-51.

Apresentado e aprovado na sessão de 6-5-52.

N.º 152-52 — do Senador Aloysio de Carvalho solicitando a audiência da Comissão de Educação e Cultura sobre o PLC 37-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 6-5-52.

N.º 153-52 — do Sr. Senador Ivo d'Aquino solicitando preferência para a votação do PLC 20-51, antes da emenda que lhe foi oferecida.

Apresentado e aprovado na sessão de 6-5-52.

N.º 154-52 — do Senador Álvaro Adolpho solicitando preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças ser votado antes do da Viação, oferecidos ao PLC 389-49.

Apresentado e aprovado na sessão de 9-5-52.

N.º 155-52 — Senador Mello Viana solicitando a inversão da Ordem do Dia, para ser discutido em primeiro lugar o Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 96-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 12-5-52.

N.º 156-52 — do Senador Aloysio de Carvalho solicitando a audiência da Comissão de Forças Armadas para o P.L.C.-78-52.

Prejudicado por falta de número. — Sessão de 14-5-52.

N.º 157-52 — do Senador Waldemar Pedrosa solicitando fossem excluídas da expressão que antecedia as conclusões as palavras «ou deputado», no Parecer n.º 396-52 sobre a Indicação n.º 5-51.

Apresentado e aprovado na sessão de 15-5-52.

N.º 158-52 — do Senador Waldemar Pedrosa solicitando a designação de uma Comissão de Senadores para comparecer à missa votiva a ser oficiada na Igreja da Cruz dos Militares, em ação de graças pelo aniversário do General do Exército e ex-Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra e apresentar-lhes cumprimento.

Apresentado e aprovado na sessão de 16-5-52.

São designados para integrarem a Comissão: Senador Waldemar Pedrosa, Novais Filho, Joaquim Pires, Sá Tinoco e Victorino Freire.

N.º 159-52 — do Senador Mozart Lago solicitando por intermédio do Senhor Presidente da República, informações da Diretoria da Cia. Siderúrgica Nacional, como vem sendo processada, a partir de 1948, a participação nos lucros da Cia., dos seus empregados.

Lido e deferido na sessão de 19 de maio de 1952.

N.º 160-52 — do Senador João Vilasboas solicitando o adiamento da discussão do PLC-73-51 para o dia 22 de maio.

Apresentado e aprovado na sessão de 19-5-52.

N.º 161-52 — do Senador Joaquim Pires solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução número 25-51.

Apresentado e aprovado na sessão de 20-5-52.

N.º 162-52 — do Senador Sá Tinoco solicitando não fosse marcada Ordem do Dia no dia 22, data da Ascensão do Senhor.

Rejeitado depois de falar e requerer verificação de votação o Senador Mozart Lago. Sessão de 21-5-52.

N.º 163-52 — do Senador Othon Mäder, no sentido de que, por intermédio do Ministro da Justiça, fossem solicitadas ao Diretor do Serviço de Trânsito do D.F. informações sobre a lei ou decreto-lei em que se baseia o Departamento do Serviço de Trânsito do D.F. para exigir que os motoristas habilitados e licenciados perante o Departamento, tenham as suas carteiras nacionais visadas ou revalidades.

Apresentado e deferido na sessão de 21-5-52.

N.º 164-52 — do Senador Kerginaldo Cavalcanti solicitando a inclusão em Ordem do Dia da próxima sessão do PLS-28-51.

Retirado depois de falar o Senador João Vilasboas — Sessão de 21-5-52.

N.º 165-52 — do Senador Mozart Lago solicitando a inclusão em Ordem do Dia do P.L.C.-249-51, cujos prazos regimentais para pareceres das Comissões já se achavam esgotados.

Apresentado e aprovado na sessão de 21-5-52.

N.º 166-52 — do Senador César Vergueiro solicitando o levantamento da sessão por motivo de pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, constituinte em 1946.

Apresentado e aprovado na sessão de 22-5-52.

N.º 167-52 — do Senador Mozart Lago solicitando fôsse incluído na Or-

dem do Dia o P.L.C.-81-51, visto haver-se esgotado o prazo regimental para o pronunciamento da Comissão de Finanças.

Apresentado e aprovado na sessão de 23-5-52.

N.º 168-52 — do Senador Euclydes Vieira solicitando dispensa de interstício para o P.L.C.-209-51, a fim de que fôsse incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Apresentado e aprovado na sessão de 26-5-52.

N.º 169-52 — do Senador Ferreira de Sousa solicitando fosse levantada a sessão em homenagem à memória do Deputado José Monteiro Soares Filho, constituinte de 1934 a 1936.

Apresentado e aprovado na sessão de 26-5-52.

N.º 170-52 — do Senador Francisco Gallotti, solicitando fosse designada comissão de três Senadores para representar o Senado na 35ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

Apresentado e aprovado na sessão de 27-5-52.

N.º 171-52 — do Senador Anísio Jobim solicitando a inclusão em Ordem do Dia do P.R.S.-2-52.

Rejeitado, depois de falarem os Senadores Ferreira de Sousa, Anísio Jobim, Hozart Lago e Ismar de Góes. — Sessão de 27-5-52.

N.º 172-52 — do Senador Mozart Lago solicitando fosse o P.R.S.-2-52, incluído em Ordem do Dia, ao fim do prazo de 15 dias.

Retirado pelo autor, visto não atingir o objetivo visado. — Sessão de 27-5-52.

N.º 173-52 — do Senador Ferreira de Sousa solicitando fosse adiada a discussão do P.L.C.-66-52, a fim de ser novamente ouvida a Comissão de Justiça sobre a sua constitucionalidade.

Apresentado e aprovado na sessão de 27-5-52.

N.º 174-52 — do Senador Kerginaldo Cavalcanti, pedindo dispensa de publicação do parecer lido sobre a redação final do P.L.C.-209-51, para discussão e votação imediatas.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-5-52.

N.º 175-52 — do Senador Ismar de Góis solicitando o pronunciamento da Comissão de Finanças sobre o PLC 93-52. (Interstício Juizes Substituto da Justiça D. F.).

Apresentado e aprovado na sessão de 28-5-52.

N.º 176-52 — do Senador Álvaro Adolpho solicitando fôsse adiada a discussão e votação do PLC 40-51, para o dia 4 de junho. (Comissário de Polícia).

Apresentado e aprovado na sessão de 29-5-52.

N.º 177-52 — do Senador Ivo d'Aquino solicitando preferência para a votação do PLC 226-50 ser feita antes da emenda que lhe foi oferecida.

Apresentado e aprovado na sessão de 30-5-52.

N.º 178-52 — do Senador Ferreira de Souza solicitando fôsse ouvida a Comissão Especial do Código Comercial sobre o PLC 326-51.

Apresentado e aprovado na sessão de 30-5-52.

N.º 179-52 — do Senador Landulpho Alves solicitando fôsse ouvida a Comissão de Agricultura sobre o PLC 14-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 30-5-52.

N.º 180-52 — do Senador Ferreira de Souza solicitando urgência para a discussão e votação do PLC 110-52.

Apresentado na sessão de 2-6-52.

N.º 181-52 — do Senador Atilio Vivacqua solicitando informações do Sr. Ministro da Fazenda sobre o inteiro teor dos projetos a que se refere o § 4.º do art. 3.º da Lei n.º 1.474 de 26-11-51 elaborados pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos e quais os projetos já submetidos à consideração do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Banco de Exportação e Importação.

Lido e deferido na sessão de 4-6-52.

N.º 182-52 — do Senador Othon Mäder solicitando informações do Sr. Ministro da Marinha quais as razões

ponderáveis de ordem social, econômica ou administrativa que induziram o Ministério da Marinha a construir uma grande vila residencial para os seus operários e funcionários.

Lido e deferido na sessão de 5-6-52.

N.º 183-52 — do Senador Ferreira de Souza solicitando a retirada do seu Requerimento de urgência (180-52) para o PLC 110-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 5-6-52.

N.º 184-52 — do Senador Mozart Lago solicitando a retirada da sua emenda ao P.L.S.30-51, para facilitar o andamento do projeto.

Depois de falarem os Senadores Aloysio de Carvalho e Mozart Lago, a Mesa delibera que o Requerimento aguardará sua oportunidade.

N.º 185-52 — do Senador Álvaro Adolpho solicitando dispensa de interstício e de publicação do parecer da redação final do PLC 58-52, a fim de ser discutido e votado.

Apresentado e aprovado na sessão de 5-6-52.

N.º 186-52 — do Senador Mello Vianna solicitando destaque do § único do art. 1.º do PLC 40-51, para que fôsse votado em separado depois de apreciado o artigo.

Apresentado e aprovado na sessão de 5-6-52.

N.º 187-52 — dos Senadores Francisco Gallotti, João Villasbôas e Victorino Freire solicitando licença para se ausentarem do país a fim de participarem da 35.ª Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, Suíça.

Lido e aprovado na sessão de 6-6-52.

N.º 188-52 — do Senador Landulpho Alves solicitando a audiência da Comissão de Agricultura sobre o PDL 20-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 9-6-52.

N.º 189-52 — do Senador Hamilton Nogueira solicitando não se realizasse sessão no dia 12, dia de Corpus Christi.

Apresentado e aprovado na sessão de 10-6-52.

N.º 190-52 — do Senador Alfredo Neves solicitando a inserção na Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-constituente pelo Estado do Rio, Dr. João Guimarães.

Apresentado e aprovado na sessão de 11-6-52.

N.º 191-52 — do Senador Alencastro Guimarães, solicitando informações do Sr. Ministro da Fazenda sobre a razão por que até aquela data somente se limitaram a áreas de S. Paulo e Sul de Minas as providências para a aplicação da lei que assegurou aos produtores de algodão o preço mínimo de 85 cruzeiros por arroba de algodão em caroço.

Lido e deferido na sessão de 13 de junho de 1952.

N.º 192-52 — do Senador Ivo d'Aquino, solicitando preferência para a votação do PLC 349-50, a fim de ser feita antes das emendas.

Apresentado e aprovado na sessão de 13-6-52.

N.º 193-52 — do Senador Alfredo Neves, solicitando fossem votadas em globo as emendas ao PLC 110-52, exceto o substitutivo apresentado perante a Comissão de Finanças.

Retirado pelo autor depois de falarem os Senadores Attilio Vivacqua, Alencastro Guimarães, Alberto Pasqualini e Alfredo Neves. Sessão de 13-6-52.

N.º 194-52 — do Senador Alberto Pasqualini solicitando fôsse votado em globo o substitutivo apresentado perante a Comissão de Finanças, ao PLC 110-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 13-6-52.

N.º 195-52 — do Senador Mozart Lago solicitando informações do Senhor Ministro da Fazenda sobre os motivos porque não promove a reestruturação das Coletorias Federais propiciando aos coletores e escrivães um reajustamento de vencimentos mais equitativo que o atualmente em vigor.

Lido e deferido na sessão de 16-6-52.

N.º 196-52 — do Senador Attilio Vivacqua solicitando destaque do art. 5.º do P.L.C.-110-52.

Retirado, depois das explicações dadas pelo Relator da Comissão de Finanças, Senador Ferreira de Sousa.

Sessão de 16-6-52.

N.º 197-52 — do Sr. Senador Attílio Vivacqua solicitando destaque do inciso VII do art. 11, do P.L.C.-110-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 16-6-52.

N.º 198-52 — do Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da discussão do P.L.C.-181-51 para o dia 15 de julho.

Prejudicado por falta de número — Sessão de 16-6-52.

N.º 199-52 — do Sr. Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da discussão do P.L.C.-322-51 para o dia 11 de julho.

Prejudicado por falta de número — Sessão de 16-6-52.

N.º 200-52 — do Senador Mozart Lago solicitando informações do Senhor Ministro do Trabalho sobre a lei em que se fundamentam as nomeações, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para os cargos e funções que não são nem de confiança, nem em comissão.

Lido e deferido na sessão de 17 de junho de 1952.

N.º 201-52 — do Sr. Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da votação do P.L.C.-181-51 para o dia 15 de julho.

Apresentado e aprovado na sessão de 17-6-52.

N.º 202-52 — do Sr. Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da votação do P.L.C.-322-51, para o dia 11 de julho.

Lido e retirado depois de falar o Senador Mozart Lago. — Sessão de 17-6-52.

N.º 203-52 — do Sr. Senador Vivaldo Lima solicitando a inclusão em Ordem do Dia da sessão do P.L.C.-39 de 1951.

Apresentado e aprovado na sessão de 18-6-52.

N.º 204-52 — do Sr. Senador Hamilton Nogueira solicitando informações do Ministro da Aeronáutica, sobre a

área ocupada pelo Ministério da Aeronáutica na Ilha do Governador.

Lido e deferido na sessão de 19-6-52.

N.º 205-52 — do Sr. Senador Assis Chateaubriand solicitando licença para se ausentar do país e aceitar a nomeação do Sr. Presidente da República para representar o Brasil nas solenidades comemorativas do cinquentenário e inauguração do monumento à Santos Dumont, em Paris, França.

Apresentado e aprovado na sessão de 19-6-52.

N.º 206-52 — do Sr. Senador Mozart Lago solicitando a inclusão em Ordem do Dia do P.L.C.-192-50 (que eleva o salário-família).

Apresentado e aprovado na sessão de 19-6-52.

N.º 207-52 — do Sr. Senador Othon Mäder solicitando fosse adiada a discussão e votação do P.L.C.-301-51, para o dia 23 do mês em curso.

Apresentado e aprovado na sessão de 20-6-52.

N.º 208-52 — do Sr. Senador Mozart Lago solicitando informações do Ministro da Educação e Saúde sobre o § 2.º do art. 2.º da Portaria número 522, de 23-5-52, que se encontra impressa à página n.º 9.118, do *Diário Oficial*, de 31-5-52.

Lido e deferido na sessão de 25-6-52

N.º 209-52 — da Com. de Const. e Justiça solicitando fosse solicitado o parecer da Com. Diretora a fim de antes de opinar sobre o P.R.S.-5-52, que suprimiu o parágrafo único do artigo 141, do Regulamento do Senado Federal.

Lido e deferido na sessão de 26 de junho de 1952.

N.º 210-52 — do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando dispensa de interstício e de publicação do Parecer 607-52 lido sobre o PLC-93-52, a fim de que pudesse figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Apresentado e aprovado na sessão de 26-6-52.

N.º 211-52 — do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti solicitando informações do Sr. Ministro do Trabalho sô-

bre o capital, juro pago, despesas, etc., da Fundação da Casa Popular.

Lido e deferido na sessão de 27-6-52.

N.º 212-52 — do Sr. Senador Atilio Vivacqua solicitando adiamento da discussão e votação do P.L.C.-100-52 para o dia 10 de julho.

Prejudicado por falta de número — Sessão de 27-6-52.

N.º 213-52 — do Sr. Senador Prisco dos Santos solicitando dispensa de interstício e de publicação a fim de que o Of. S.-5-52 pudesse entrar em Ordem do Dia da próxima sessão.

Apresentado e aprovado na sessão de 30-6-52.

N.º 214-52 — do Sr. Senador Apolônio Sales solicitando preferência para a votação da subemenda à emenda n.º 3, ao P.L.C.-7-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 30-6-52.

N.º 215-52 do Senador Mozart Lago solicitando informações do Sr. Ministro da Justiça sobre a propriedade dos terrenos situados na Estrada de Itacoromi, na Ilha do Governador, onde se encontra instalada a Escola João Luis Alves.

Lido e deferido na sessão de 1-7-52.

N.º 216-52 do Senador Kerginaldo Cavalcanti solicitando informações do Sr. Ministro da Fazenda sobre os motivos por que não foi cumprida até então a Lei n.º 1.559, de 18-2-52.

Lido e deferido na sessão de 1-7-52.

N.º 217-52 do Senador Mello Vianna solicitando destaque, para ser votado isoladamente, da remissão feita no artigo 1.º do P.L.C.-100-52, ao art. 141 do Código Civil.

Lido e aprovado na sessão de 1-7-52.

N.º 218-52 do Sr. Senador Vespasiano Martins solicitando fôsse interrompida a sessão do dia 10, durante o expediente, para comemoração do centenário de nascimento do ex-Senador Generoso Pais Leme de Sousa Ponce.

Apresentado e aprovado na sessão de 7-7-52.

N.º 219-52 do Senador Kerginaldo Cavalcanti solicitando do Sr. Ministro do Trabalho, ouvido o SAPS, informações sobre quais as verbas do

Orçamento de 1952, que já se achavam estouradas.

Lido e deferido na sessão de 7-7-52.

N.º 220-52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira solicitando a volta do P.D.L.-8 de 1952 à Comissão de Constituição e Justiça para que se pronunciasse sobre a emenda da Comissão de Finanças.

Rejeitado, depois de falarem os Senadores Alfredo Neves e Domingos Velasco. — Sessão de 7-7-52.

N.º 221-52 do Sr. Senador Attilio Vivacqua solicitando que a votação do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça ao P.L.C.-188-50, seja em globo, com precedência sobre as respectivas subemendas.

Lido e aprovado na sessão de 9-7-52.

N.º 222-52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Investigação, integrada por 5 Senadores, com o fim especial de examinar e estudar as condições materiais das instalações da Justiça do D.F. e órgãos relacionados.

Apresentado e aprovado na sessão de 10-7-52.

N.º 223-52 do Sr. Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da votação do PLS-15-51 para que fôsse publicada a emenda de sua autoria, como devia, junto aos pareceres emitidos sobre o projeto.

A Mesa retira o projeto da Ordem do Dia. — Sessão de 10-7-52.

N.º 224-52 do Senador Mozart Lago solicitando o adiamento da discussão do PLC-4-51, até que o Parecer do Procurador Geral da Fazenda fôsse também publicado, para conhecimento do plenário.

Prejudicado por falta de número, depois de falarem os Senadores Aloysio de Carvalho, João Villasbôas e Domingos Velasco. — Sessão de 10-7-52.

N.º 225-52 — do Senador Vivaldo Lima, solicitando licença para participar da XVIII Conferência Internacional da Cruz Vermelha, como representante do Brasil, em Toronto, Canadá, de 23 de julho à 9 de agosto de do corrente ano.

Apresentado e aprovado na sessão de 11-7-52.

N.º 226-52 — do Senador Mozart Lago, solicitando o adiamento da votação do PLC 4-51, até que pudesse ser publicado no D.C.N. o parecer (2.º) do Procurador Geral da Fazenda Pública sobre o projeto.

Rejeitado pela Mesa — Sessão de 11-7-52.

(De acôrdo com o art. 156, § 3.º do Regimento Interno não pode haver novo adiamento da matéria).

N.º 227-52 — do Sr. Senador Bernardes Filho, solicitando o adiamento da votação do PLC 4-51 para ser anexo ao PLC 178-50.

Ouvida a manifestação do plenário é aceito o requerimento. — Sessão de 11-7-52.

N.º 228-52 — do Sr. Senador Hamilton Nogueira solicitando do Sr. Ministro da Fazenda informações pedidas pela Comissão de Justiça, por proposta do Senador Vergniaud Wanderley, ao examinar o PLC 178-50.

Apresentado e deferido na sessão de 11-7-52.

N.º 229-52 — do Sr. Senador Ferreira de Souza solicitando fossem ouvidas as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sobre o substitutivo da Comissão de Agricultura ao PLC 496-49.

Apresentado e aprovado na sessão de 11-7-52.

N.º 230-52 — do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando preferência para a votação do PRS 4-52, antes da emenda apresentada perante a Comissão de Finanças.

Apresentado e aprovado na sessão de 11-7-52.

N.º 231-52 — do Sr. Senador Sylvio Curvo, solicitando licença para se ausentar das suas funções legislativas por 6 meses.

Apresentado e aprovado na sessão de 15-7-52.

N.º 232-52 — do Sr. Senador Euclides Vieira, solicitando o pronunciamento da Comissão de Viação e Obras Públicas sobre o PLC 96-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 15-7-52.

N.º 233-52 — do Sr. Senador Álvaro Adolpho, solicitando preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças ao PLC 73-51 e votação em globo, ressalvadas as emendas e destaques requeridos.

Apresentado e aprovado na sessão de 17-7-52.

N.º 234-52 — do Sr. Senador Othon Mäder, solicitando informações do Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre o fundamento em que baseou o Diretor interino do Departamento Comercial e Consular do Min. do Exterior, para, nas vésperas de entregar seu cargo temporário ao Diretor efetivo, determinar ao Instituto Nacional do Mate, a renovação de resoluções tomadas pela Junta Deliberativa daquela autarquia.

Lido e deferido na sessão de 18 de julho de 1952.

N.º 235-52 do Sr. Senador Mozart Lago solicitando informações do Instituto Nacional do Livro, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, sobre os originais do «Dicionário Enciclopédico», em 10 volumes, do Dr. Alarico da Silveira.

Lido e deferido na sessão de 21-7-52.

N.º 236-52 do Sr. Senador Landulpho Alves solicitando a audiência da Comissão de Agricultura sobre o PLC-291-51.

Lido e aprovado na sessão de 21-7-1952.

N.º 237-52 do Sr. Senador Domingos Velasco solicitando preferência para a votação da emenda nº 35, sobre a de nº 1, ao PLC-26-50.

Apresentado e aprovado na sessão de 23-7-52.

N.º 238-52 do Sr. Senador Mozart Lago solicitando a inserção nos Anais do Senado, do discurso pronunciado pelo Sr. Presidente da República Getúlio Vargas, na sessão de instalação da VIII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres.

Apresentado e aprovado na sessão de 24-7-52.

(Discurso publicado na pág. 7.157 — 4ª coluna — D.C.N. de 25-7-52).

Nº 239-52 do Sr. Senador Carlos Lindemberg solicitando dispensa de interstício para os pareceres lidos sobre o PLC-121-52, a fim de que pudesse figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Apresentado e aprovado em sessão de 25-7-52.

Nº 240-52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira solicitando fôsse nomeada uma Comissão de Senadores a fim de representar o Senado no Congresso Econômico de Blumenau, em Sta. Catarina.

Apresentado e aprovado na sessão de 25-7-52.

Foram designados: Senadores Gomes de Oliveira, Carlos Lindemberg, Walter Franco e Ivo d'Aquino.

Nº 241-52 do Sr. Senador Aloysio de Carvalho solicitando preferência para a votação da emenda nº 54 ao PLC-26-50.

Apresentado e aprovado na sessão de 25-7-52.

Nº 242-52 do Senador João Villasbôas solicitando que a votação da emenda nº 54, ao PLC-26-50, fôsse feita em partes, votando primeiramente o art. 28 e em seguida as letras separadamente.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-7-52.

Nº 243-52 do Senador Aloysio de Carvalho solicitando destaque, na emenda nº 9 ao PLC-26-50, das expressões: «na data da aprovação final do presente projeto», a fim de que as rejeitasse o plenário.

Apresentado e aprovado na sessão de 29-7-52.

Nº 244-52 do Sr. Senador Ferreira de Souza solicitando destaque, para rejeição, das expressões que cita em alguns artigos do PLC-26-50.

Apresentado e aprovado em sessão de 29-7-52.

Nº 245-52 do Sr. Senador Pereira Pinto solicitando licença de 120 dias, visto ter de ausentar-se do país.

Apresentado e aprovado na sessão de 31-7-52.

Nº 246-52 do Sr. Senador Mozart Lago solicitando que a sessão de 1-8-1952 fôsse interrompida para receber

as Sras. Delegadas à VIII Assembléia Interamericana de Mulheres, reunida nesta Capital, entre as quais as Senadoras Dominicana e Uruguaia.

Apresentado e aprovado na sessão de 31-7-52.

Nº 247-52 do Sr. Senador Mozart Lago solicitando fôsse adiada a votação do PLS-41-51, para o dia 11 de agosto próximo.

Apresentado e aprovado na sessão de 31-7-52.

N. 248/52 do Sr. Senador Ferreira de Souza, pedindo preferência para votação do Projeto de Lei do Senado n. 15, de 1951, antes da emenda que lhe foi oferecida.

Apresentado e aprovado na sessão de 31-7-52.

N. 249/52 do Sen. Olavo Oliveira solicitando licença, visto ter de ausentar-se por mais de 90 dias do país.

Apresentado e aprovado na sessão de 1-8-52.

N. 250/52 do Sen. Arêa Leão solicitando fôsse nomeada uma Comissão de Senadores para representar o Senado nos festejos comemorativos do 1º centenário de Terezina.

Apresentado e aprovado na sessão de 1-8-52.

N. 251/52 do Sr. Sen. Costa Pereira solicitando fôsse ouvida a Com. de Finanças a respeito da emenda n. 2 ao PLC 5-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 1-8-52.

N. 252/52 do Sr. Sen. Mozart Lago solicitando a inclusão em Ordem do Dia de Lei da Câmara n. 286-50.

Apresentado e aprovado em sessão de 5-8-52.

N. 253/52 do Sr. Senador Mozart Lago solicitando fôsse convocado o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Horácio Lafer, para comparecer perante o Senado para prestar informações sobre os pedidos de créditos para pagamento do Espólio de Henrique Lage, mencionados nos projetos de lei da Câmara número 178-50 e 4-49.

Apresentado na sessão de 8-8-52.

Retirado pelo autor, em 11-8-52.

N. 254/52 do Sr. Sen. Kerginaldo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando não haja sessão, nem expediente na Secretaria do Senado no próximo dia 15 do mesmo mês, consagrado à Assunção de Nossa Senhora.

Apresentado e aprovado na sessão de 11-8-52.

N.º 255-52 do Sr. Sen. João Villasbôas, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 118, de 1952, para a sessão de 21 do corrente.

Lido e aprovado na sessão de 11-8-52.

N. 256/52 do Sr. Sen. Mozart Lago e outros, convocando o Sr. Ministro da Fazenda para prestar informações sobre os créditos pedidos para pagamento ao Espólio de Henrique Lage.

Apresentado na sessão de 13-8-52.

Aprovado em 18-8-52.

N. 257/52 do Sen. Mozart Lago, solicitando informações do Sr. Ministro do Trabalho sobre decreto que reestrutura a Tesouraria do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Apresentado e deferido na sessão de 18-8-52.

N. 258/52 do Sr. Senador Mozart Lago solicitando em aditamento ao Requerimento n. 156, de 1952, de sua autoria, fôsse fixado ao Sr. Ministro da Fazenda o prazo de 40 dias para comparecer perante o Senado Federal, para prestar as informações que lhe estão solicitadas.

Apresentado e aprovado na sessão de 18-2-52.

N.º 259-52 do Sr. Senador João Villasbôas, solicitando em aditamento ao requerimento n. 156-52 firmado pelos Senadores M. Lago, Ivo d'Aquino, Walter Franco, Alfredo Simch, Joaquim Pires e Domingos Velasco, que o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, quando comparecesse perante o Senado Federal, para prestar informações sobre os pedidos de créditos para pagamento aos herdeiros legatários de Henrique Lage, também informasse:

— Qual a renda bruta auferida pela União dos bens e direitos da Fundação Henrique Lage, a partir da sua incorporação ao Patrimônio Nacional, até a presente data.

Apresentado e aprovado na sessão de 18-8-52.

N. 260/52 do Sr. Senador Ferreira de Souza solicitando em aditamento ao requerimento n. 256-52, fôsse o Sr. Ministro da Fazenda ouvido sobre se o Governo concordava em devolver os bens do Espólio Henrique Lage, com acerto de contas, sem outra indenização.

Apresentado e aprovado na sessão de 18-8-52.

N. 261/52 do Sr. Senador Mello Vianna, solicitando adiamento do Projeto de Lei da Câmara n.º 348-49, para ser discutido e votado no dia 22 do mês em curso.

Lido e aprovado na sessão de 19-8-52.

N. 262/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n. 25, de 1952, a fim de ser feita no dia 21 do mesmo mês.

N.º 263-52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando com fundamento na letra «C» do art. 125 do Regimento Interno, fôssem pedidas ao Senhor Prefeito do Distrito Federal por intermédio do Presidente da República, informações:

Sobre o desmonte do morro de Santo Antônio?»

Lido e aprovado em 21 de agosto de 1952.

N. 264/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando preferência para o Projeto de Lei da Câmara n. 298, de 1950, a fim de ser votado antes das respectivas emendas.

Apresentado e aprovado na sessão de 22-8-52.

N. 265/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara n. 25-52 que cria o Instituto Brasileiro do Café.

Lido na sessão de 25-8-52.

Aprovado na sessão de 27-8-52.

N. 266/52 do Sr. Senador Bernardes Filho solicitando ao Ministro da Aeronáutica informações sobre o desastre ocorrido com o avião «President» anexada as mesmas informações cópia do inquérito realizado a esse respeito.

Lido e deferido na sessão de 26-8-52.

N.º 267-52 do Sr. Senador Attilio Vivacqua e outros Srs. Senadores, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 19-52, para o dia 9 de setembro do corrente.

N.º 267-52 do Sr. Senador Attilio Vivacqua e outros Srs. Senadores, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 19-52, para o dia 9 de setembro do corrente.

Lido e aprovado na sessão de 27-8-52.

N.º 268-52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio sobre o montante, em globo, do desembolso, só no Distrito Federal, dos diversos institutos e caixas de aposentadoria e pensões, em virtude de atraso no pagamento dos alugueis mensais das casas e apartamentos arrendados pelas referidas entidades de previdência. — (IAPC — IAPETEC).

Lido e deferido na sessão de 28 de agosto de 1952.

N.º 269/52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira, solicitando destaque dos dois primeiros artigos da Emenda número 55, ao Projeto de Lei que cria o Instituto Nacional do Café.

Retirado pelo autor, na sessão de 28-8-52.

N.º 270/52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira, solicitando preferência para votação da Emenda n.º 79 (setenta e nove), ao Projeto de Lei que cria o Instituto Nacional do Café.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-8-52.

N.º 271-52 do Sr. Senador Attilio Vivacqua, solicitando preferência para a Emenda n.º 82, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 25-52.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-8-52.

N.º 272-52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando a realização de uma sessão extraordinária noturna às 20 horas e 30 minutos, para prosseguimento do estudo das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-8-52.

N.º 273/52 do Sr. Senador Walter Franco, requerendo destaque das ex-

pressões «exportadores», e etc. do Projeto de Lei da Câmara n.º 25-52.

Apresentado na sessão de 28-8-52. — Rejeitado.

N.º 274-52 do Sr. Senador Attilio Vivacqua, solicitando preferência para a Emenda n.º 84, ao Projeto de Lei número 25, de 1952.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-8-52. (Noturna).

N.º 275/52 do Sr. Senador Walter Franco, solicitando destaque das expressões da Emenda 62 ao Projeto de Lei da Câmara n.º 25-52, «substitua-se a letra c do art. 5º pela seguinte» e também destaque das expressões seguintes da emenda 84: «Acrescente-se ao art. 5º a seguinte alínea».

Apresentado na sessão de 28-8-52. — (Noturna).

Considerado prejudicado.

N.º 276-52 do Sr. Senador Attilio Vivacqua, solicitando destaque do artigo 14 da emenda n.º 23, apresentada ao Projeto de Lei n.º 25, de 1952.

Apresentado e aprovado na sessão de 28-8-52. — (Noturna).

N.º 277-52 do Sr. Senador Euclides Vieira, solicitando preferência para a emenda n.º 4, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 25-52 a fim de ser votada antes da de n.º 63-B.

Lido e aprovado na Sessão de 29-8-1952.

N.º 278/52 do Sr. Senador Carlos Lindenberg, solicitando destaque das expressões «na devida proporcionalidade da força econômica de cada Estado» — na Emenda n.º 4, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 25-52.

Lido e aprovado na Sessão de 29-8-52.

N.º 279/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, às 20 horas e 30 minutos para prosseguimento do estudo das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Lido e aprovado na Sessão de 29-8-1952.

N.º 280/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando preferência para a emenda n.º 40, ao Projeto de Lei da

Câmara n. 25-52 a fim de ser votada antes da de n. 28.

Lido e aprovado na sessão de 29-8-52.

N. 281/ do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando que a votação da Emenda n.º 40 ao Projeto de Lei da Câmara n. 25-52, fôsse feita por partes, na forma regimental, a saber:

- a) art. 1º, até o § 2º;
- b) § 3º de art. 1º;
- c) art. 2º;
- d) art. 3º e suas letras;
- e) art. 4º e seus parágrafos.

Lido e aprovado na sessão de 29-8-52.

N. 282/52 do Sr. Senador Walter Franco, solicitando preferência para votação da Emenda n. 63 ao Projeto de Lei da Câmara n. 25-52.

Lido e aprovado na sessão de 29-8-52 (noturna).

N. 283/52 do Sr. Senador Oton Mäder, solicitando fôsse destacada da Emenda n. 37, ao Projeto de Lei n. 25, de 1952, a expressão: «e as vantagens» para o fim de ser votada separadamente.

Lido e aprovado na sessão de 2-9-52.

N. 284/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre a situação do Sr. Almirante Manuel Pinto Ribeiro Espindola, intendente naval, como representante da Armada no Conselho Nacional de Estatística, e sobre o funcionario Carlos Pedrosa, considerado nocivo pela policia.

Lido e deferido na sessão de 3-9-52.

N.º 285-52 do Sr. Senador Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando inserção nos anais do Senado da resposta do exluder da UDN, Dr. Prado Kelly, à consulta feita pela Dra. Maria Rita Soares de Andrade sobre o ingresso das mulheres nas carreiras diplomáticas.

Lido e aprovado na sessão de 3-9-52.

N. 286/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre a

Portaria n. 309, de 23-8-43, que regula o concurso para a carreira de agente fiscal do imposto de consumo.

Lido e deferido na sessão de 4-9-52.

Nº 287-52 do Sr. Senador Landulpho Alves, solicitando fôsse a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, ouvida sobre o Projeto de Lei da Câmara n. 336, de 1951.

Lido e aprovado na sessão de 8-9-52.

N. 288/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando o adiamento da discussão única do Projeto de Lei da Câmara n. 102, de 1952, até a sessão de 10 de setembro.

Lido e aprovado na sessão de 8-9-52.

N. 289/52 do Sr. Senador Ferreira de Sousa, solicitando a transcrição nos Anais do Senado dos discursos proferidos na Faculdade de Direito de São Paulo, a 11 de agosto p.p., pelo Dr. Raul Fernandes ao receber o título de «deuter honoris causa» e do Professor Vicente Ráo conferindo-lhe o mesmo título em nome da Congregação.

Lido e apoiado na sessão de 9-9-52.

— Discussão adiada em virtude do Requerente haver pedido a palavra.

Aprovado em 11-9-52 — DCN 12-9-52 — Pág. 9.467, 2º col.

(Discurso do mesmo Senador sobre o assunto constante do Requerimento acima. — Sessão de 9-9-52 — DCN. 10-9-52 — Pág. 9.331 — 1ª col.).

Os discursos cuja publicação foi solicitada pelo req. em apreço saíram no DCN. de 12-9-52, Pág. 0.469, 1ª col.

N. 290/52 do Sr. Senador Carlos Pereira, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara n. 156, de 1952, a fim de que figurasse na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 9-9-52.

N. 291/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n. 286, de 1950, que dispõe sobre a bonificação de Cr\$ 10 00 por arroba de 15 quilos de algodão em pluma aos produtores ou beneficiadores que te-

nham entregue a mercadoria ao Banco do Brasil.

Lido e aprovado na sessão de 10-9-52.

N. 292/52 do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti, solicitando fôsse incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei da Câmara número 307, de 1951.

Apresentado e aprovado na sessão de 10-9-52.

N. 293/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando dispensa de publicação para a redação final do Projeto de Resolução n. 7, de 1952, que acabava de ser lida, a fim de ser imediatamente discutida e votada.

Lido e aprovado na sessão de 10-9-52.

N. 294/52 do Sr. Senador Walter Franco, solicitando audiência da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio para o Projeto de Lei da Câmara n. 102, de 1952.

Lido na sessão de 10-9-52.

O requerimento deixou de ser aceito, de acordo com o Regulamento, visto já ter o Projeto tido uma vez adiada a sua discussão.

N. 295/52 do Sr. Senador Ezechias da Rocha, solicitando preferência para a emenda n. 4, a fim de ser votada antes da de n.º 2 (ao Projeto de Lei da Câmara n. 94/50).

Lido e provado em 11-9-52.

N. 296/52 da Comissão de Constituição e Justiça, solicitando fôsse o PLS/29, de 1952, que assegura ampla capacidade civil à mulher casada, revogando quaisquer restrições legais em razão ao sexo ou do matrimônio, remetido à Comissão Especial para estudo da Concessão de Direitos Civis à Mulher Brasileira.

Lido na sessão de 15-9-52.

N. 297/52 do Sr. Mozart Lago, solicitando a nomeação de uma comissão de três membros para representar o Senado nas solenidades comemorativas do 9º aniversário da criação do Território do Amapá. — S.S., em 15-9-52 — Mozart Lago e Atilio Vivacqua.

Lido na sessão de 15-9-52.

(Deixou de ser votado uma vez que o referido aniversário transcorreria no dia 13 e em virtude de sessão conjun-

ta no dia 12, só em 15 ter sido possível dar conhecimento ao Senado do Requerimento apresentado naquela data).

N. 298/52 do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti, solicitando informações ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio sobre a revista «Brasil Madeireiro» de propriedade do Sr. Lincoln Nery da Fonseca, Secretário Geral do Instituto Nacional do Pinho.

Lido e deferido na sessão de 16-9-52.

N. 299/52 do Sr. Senador Aloisio de Carvalho, solicitando dispensa de publicação para a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 48, de 1952, a fim de ser imediatamente discutida e votada.

Lido e aprovado na sessão de 16-9-52.

N. 300/52 do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando adiamento da discussão do Anexo n. 2 — Congresso Nacional — do Projeto de Lei da Câmara n. 193, de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para 1953, a fim de ser feita no dia 22 do mesmo mês.

Lido e aprovado na sessão de 16-9-52.

N.º 301-52 — Do Sr. Senador Costa Pereira, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 203, de 1952, a fim de que figurem na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 17-9-52.

N.º 302-52 — Do Sr. Senador Ferreira de Souza, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 307, de 1951, a fim de ser tornada efetiva a audiência, já solicitada pela Comissão de Finanças, do Ministério da Guerra sobre o caso a que se refere, devendo ser incluído na Ordem do Dia de 23 de outubro.

Lido e aprovado na sessão 17-9-52.

N.º 303-52 — Do Sr. Senador Mozart Lago e outros Senadores, solicitando a inserção nos anais do Senado Federal, do parecer do Dr. Carlos Medeiros Silva, consultor geral da República, sobre a inexistência de

«direito de greve» para o funcionalismo público.

Lido na sessão de 19-9-52 — *D.C.N.* 20-9-52 — Pág. 9.798 — 2.º col.

(Foi adiada a discussão por ter o Senador Aloísio de Carvalho pedido a palavra).

Aprovado na sessão de 22-9-52 — *D.C.N.* 23-9-52 — Pág. 9.867 — 3.º col.

Publicado o Parecer do Dr. Carlos Medeiros Silva no *D.C.N.* 23-9-52 — Pág. 9.868 — 2.º col.

N.º 304-52 — Do Senador Costa Pereira, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 96-52, cujos pareceres fôram lidos no dia 19-9-52, a fim de que figurem na Ordem do Dia da próxima sessão.

Apresentado e aprovado em 23-9-52.

N.º 305-52 — Do Sr. Senador Othon Mäder, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1952, a fim de ser incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 25-9-52.

N.º 306-52 — Do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcânti, solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 295, de 1950, que dispunha sobre a situação jurídica dos Procuradores das Autarquias federais, o qual se acham na Comissão de Finanças desde 12 de outubro do ano passado.

Lido e aprovado na sessão de 26-9-52.

N.º 307-52 — Do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 171-50, que toma providências sobre a transferência da Capital da República para o Planalto Central.

Lido e aprovado na sessão de 26-9-52.

N.º 308-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 286-50, a fim de ser feita no dia 30 do corrente.

Lido e aprovado na sessão de 29-9-52.

N.º 309-52, do Sr. Senador Mathias Olympio e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a discussão e votação do PLC-260, de 1952, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20 à conta do saldo apurado no exercício de 1951.

Lido na sessão de 29-9-52 — Aprovado na sessão de 1-10-52.

N.º 310-52, do Sr. Senador Costa Pereira, solicitando dispensa de publicação para a redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 96, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 30-9-52.

N.º 311-52, do Sr. Senador Melo Viana, solicitando destaque de parte do art. 1.º do Projeto de Lei da Câmara n.º 311-52.

Lido e aprovado na sessão de 1-10-52.

N.º 312-52, do Sr. Senador Melo Viana, solicitando destaque de parte do art. 2.º do Projeto de Lei da Câmara n.º 171-50.

Lido e aprovado na sessão de 1-10-52.

N.º 313-52, do Sr. Senador Euclides Vieira, solicitando o adiamento, até a sessão de 2 de outubro, da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 210, de 1952.

Prejudicado por ter sido aprovado o de n.º 314-52 do Senador Joaquim Pires — Adiamento do PLC-210-52 para o dia 10-10-52.

Sessão de 1-10-52.

N.º 314-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando que seja retirado da Ordem do Dia para figurar na do dia 10 de outubro o Projeto de Lei da Câmara n.º 210, de 1952, a fim de poder emendá-lo e discuti-lo.

Lido e aprovado na sessão de 1-10-52.

N.º 315-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando preferência para o

requerimento que formulara de adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 210 de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 1-10-52.

(Havia o Requerimento 313-52 do Senador Mozart Lago solicitando adiamento para o dia 2 e o de número 315-52, do Senador Joaquim Pires, para o dia 10).

N.º 316-52, do Sr. Senador João Vilasboas, solicitando ao Sr. Ministro da Justiça informações sobre o Serviço de Assistência a Menores.

Lido e aprovado na sessão de 2-10-52.

Requerimento 319-52 do Senador Mozart Lago em adiamento ao de n.º 316-52.

Lido e deferido na sessão de 2-10-52.

N.º 317-52, do Sr. Senador Euclides Vieira, solicitando que o Senado se faça representar no II Congresso dos Municípios Brasileiros, por uma Comissão de três membros.

Lido e aprovado na sessão de 2-10-52.

Foram designados os Srs. Senadores: Francisco Gallotti, Ezechias da Rocha e Cesar Vergueiro.

N.º 318-52, do Sr. Senador Vivaldo Lima, solicitando a audiência da Comissão de Saúde sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 77, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 2-10-52.

N.º 319-52, do Sr. Senador Mozart Lago. Aditamento ao Requerimento 316-52 do Senador João Vilasboas, solicitando informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre os motivos da demissão do Sr. Valdemar Claudino de Oliveira Cruz, da direção do Alojamento Provisório do Serviço de Assistência a Menores.

Lido e deferido na sessão de 3-10-52.

N.º 320-52, do Sr. Senador Georgino Avelino, solicitando licença para aceitar designação para fazer parte da delegação do Brasil à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a realizar-se próximamente em Nova York.

Lido e aprovado na sessão de 3-10-52.

(A Comissão de Redação de Leis).

N.º 32-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando inserção nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Sr. Presidente da República no dia 3 do mesmo mês, dirigido à Nação.

Lido e aprovado na sessão de 6 de outubro de 1952.

A votação foi encaminhada pelo Senador Ivo d'Aquino.

Discurso do Sr. Presidente da República no D.C.N. 7-10-52 — Página 10.556 — 4.ª col.

N.º 322-52, do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando o adiamento da proposição da Câmara dos Deputados número 193, de 1952, para o dia 13 do corrente.

Lido e aprovado na sessão de 5 de outubro de 1952.

N.º 323-52, do Sr. Senador Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 92, de 1952, que concede ao Vice-Presidente da República permissão para ausentar-se do país.

Lido na sessão de 7-10-52 — Aprovado na sessão de 9-10-52.

N.º 324-52, do Sr. Senador Mello Vianna e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 271, de 1952, que retifica a Lei n.º 1.487, de 6-12-51, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952 e dá outras providências.

Lido na sessão de 7-10-52 — Aprovado na sessão de 9-10-52 — D.C.N. 10-10-52 — Pág. 10.762 — 4.ª col.

N.º 325-52, do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando dispensa de interstício para que o Projeto de Lei da Câmara n.º 214, de 1952, cujos pareceres foram lidos no dia 3 do corrente, figurem na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 8 de outubro de 1952.

N.º 326-52, do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando dispensa de inters-

tício para que o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 182, de 1952, cujos pareceres foram lidos no dia 3 do corrente, figurem na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 8 de outubro de 1952.

N.º 327-52, do Sr. Senador Vivaldo Lima, solicitando fosse ouvida a Comissão de Saúde sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 157, de 1952, que concedia auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina, para a construção de seu edifício sede.

Lido e aprovado na sessão de 8 de outubro de 1952.

N.º 328-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando o adiamento, por 24 horas, até a sessão do dia seguinte, da votação do Projeto de Lei n.º 51, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 9 de outubro de 1952.

N.º 329-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando dispensa de publicação e interstício para que o Projeto de Lei da Câmara n.º 183, de 1952, figurasse na Ordem do Dia de segunda-feira próxima.

Lido e aprovado na sessão de 10 de outubro de 1952.

N.º 330-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando a retirada da emenda n.º 43 — (PRS-29-51).

Lido e aprovado na sessão de 13 de outubro de 1952.

N.º 331-52, do Sr. Senador Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 210, de 1952, que prorrogava até 31 de dezembro de 1954 a Lei n.º 1.300, de 28-12-50 (Lei do Inquilinato).

Lido na sessão de 14-10-52 — Aprovado na sessão de 16-10-52.

N.º 332-52, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando preferência para a votação da Emenda n.º 60, sobre a Emenda n.º 57 (PRS-29-51).

Lido e aprovado na sessão de 14 de outubro de 1952.

N.º 333-52, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando destaque das

expressões «quando no exercício do cargo ou do mandato, ou licenciados», constantes da subemenda à Emenda número 52, a fim de serem rejeitadas (ao Pr. Res. 29-51).

Lido e aprovado na sessão de 14 de outubro de 1952.

N.º 334-52, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando preferência para a votação da Emenda n.º 20 sobre a de n.º 63, no Projeto de Resolução n.º 29, de 1951.

Lido e aprovado na sessão de 15 de outubro de 1952.

N.º 335-52, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando fosse destacada no § 4.º do art. 35 do Projeto de Resolução n.º 29, de 1951, a palavra «não», no início a fim de ser votada isoladamente.

Lido e aprovado na sessão de 15 de outubro de 1952.

N.º 336-52, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando que no art. 37, n.º 12.º do Projeto de Resolução número 29, de 1951, fosse destacada a palavra «Comércio», a fim de ser votada isoladamente.

Lido e aprovado na sessão de 15 de outubro de 1952.

N.º 337-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando destaque do final do parágrafo único do art. 43, após a palavra «relator» e desde a palavra «tendo» até a palavra «desempate».

Lido e rejeitado na sessão de 15 de outubro de 1952.

N.º 338-52, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando destaque das expressões — «nos termos da letra a, — constante do § 3.º do art. 90, do Projeto de Resolução n.º 29-51, a fim de serem rejeitadas.

Lido e aprovado na sessão de 15 de outubro de 1952.

N.º 339-52, do Sr. Senador Sá Tinoco, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara, número 231, de 1952, a fim de que figure na próxima Ordem do Dia.

Lido e aprovado na sessão de 16 de outubro de 1952.

N.º 340-52, do Sr. Senador Vivaldo Lima, no sentido de que fossem soli-

citadas ao Sr. Ministro da Agricultura as informações constantes dos 16 itens do seu discurso proferido na sessão da mesma data (Sobre a atuação do Sr. Felisberto Camargo no Instituto Agrônômico do Norte).

Lido e aprovado na sessão de 16 de outubro de 1952.

N.º 341-52, do Sr. Senador Otton Mäder, solicitando informações ao Senhor Ministro da Aeronáutica sobre os motivos que o levaram a cancelar a linha do Correio Aéreo Nacional — «Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaira, Campanário, Ponta-Porã e Campo Grande».

Lido e deferido na sessão de 16 de outubro de 1952 — Discurso pronunciado na mesma sessão — Pág. 11.109 — 2ª col.

N.º 342-52, do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcânti, solicitando a retirada da emenda de minha autoria ao projeto n.º 210, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 16 de outubro de 1952.

N.º 343-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 216, de 1952, a fim de que figurasse na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 17 de outubro de 1952.

N.º 344-52, do Sr. Senador Mathias Olympio, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 277, de 1952, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 17 de outubro de 1952.

N.º 245-52, do Sr. Senador Mello Vianna e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o projeto da Câmara dos Deputados n.º 217, de 1952, pelo qual seriam incluídos no programa de primeira urgência os trechos das Estradas Rio-Belo Horizonte, Barra Mansa-Três Rios e trecho Campina Grande-João Pessoa.

Lido na sessão de 20-10-52 — Aprovado na sessão de 22-10-52 — D.C.N. 23-10-52 — Pág. 11.620 — 2ª col.

N.º 346-52, do Sr. Senador Mello Vianna, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 258, de 1952, cujos pareceres foram lidos no dia 17, a fim de que constasse da Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 21 de outubro de 1952.

N.º 347-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 287, de 1951, que aprovava o Plano de Carvão Nacional e dispunha sobre a sua execução.

Lido na sessão de 21-10-52 — Retirado pelo de n.º 358-52 do Senador Ivo d'Aquino, na sessão de 24-10-52.

N.º 348-52, do Sr. Senador Mello Vianna e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto n.º 257, de 1952, sobre matéria referente a pecuaristas.

Lido na sessão de 21-10-52 — Aprovado na sessão de 24-10-52.

N.º 349-52, do Sr. Senador Victorino Freire, solicitando informações urgentes ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas no sentido de saber em que lei se baseou o Sr. Diretor Geral do D.C.T. para construir o Palácio das Comunicações, cuja pedra fundamental foi lançada sábado último em solenidade amplamente noticiada pela imprensa e ainda, se existe crédito para a referida obra.

Lido e deferido na sessão de 21 de outubro de 1952.

N.º 350-52, do Sr. Senador Durval Cruz, solicitando preferência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 287, de 1950, a fim de ser votado antes da respectiva emenda.

Lido e aprovado na sessão de 21 de outubro de 1952.

N.º 351-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando preferência para a votação da Emenda n.º 3, apresentada ao Projeto n.º 5, de 1952, pela Comissão de Finanças.

Lido e aprovado na sessão de 21 de outubro de 1952.

N.º 352-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando a retirada da emen-

da n.º 1, de minha autoria, apresentado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 5, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 21 de outubro de 1952.

N.º 353-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando sejam retiradas as emendas ns. 1, 2 e 3 oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, Anexo 11, Conselho de Economia.

Lido e aprovado na sessão de 21 de outubro de 1952.

N.º 354-52, do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando preferência para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 329, de 1951, a fim de ser votado antes da emenda que lhe foi oferecida.

Lido e aprovado na sessão de 22 de outubro de 1952.

N.º 355-52, do Sr. Senador Mello Vianna, solicitando que as emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 211, de 1952, constitua projeto separado, cuvidas as Comissões respectivas (art. 118, do Regimento).

Lido e rejeitado na sessão de 23 de outubro de 1952.

N.º 356-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando fosse enviado à Comissão Especial de Inquérito, eleita pelo Senado para investigar o mercado de cimento no país, o projeto de Lei da Câmara n.º 244, de 1951, a fim de que sobre o mesmo se manifestasse a dita Comissão, antes da discussão e aprovação do projeto por esta casa legislativa.

Lido na sessão de 23-10-52. — Prejudicado por falta de número para votação.

N.º 357-52, do Sr. Senador Plínio Pompeu, solicitando preferência para votação das emendas da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara n.º 24, 1951.

Lido e aprovado na sessão de 24 de outubro de 1952.

N.º 358-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando a retirada do Requerimento n.º 347-52, de 1952, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 287, de 1952.

N.º 359-52, do Sr. Senador João Villasbôas, solicitando que fôsse considerado facultativo o ponto do dia seguinte para o funcionalismo do Senado Federal, não realizando, este, sua sessão regular nessa data, por se tratar do Dia do Funcionário Público.

Lido e aprovado na sessão de 27 de outubro de 1952.

N.º 360-52, do Sr. Senador Victorino Freire, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara, n.º 224, de 1952, cujos pareceres já foram lidos, a fim de que figurasse na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 27 de outubro de 1952.

N.º 361-52 do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando dispensa de interstício regimental para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 72, de 1952, cujos pareceres já haviam sido lidos, a fim de que a matéria figurasse na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 27-10-1952.

N.º 362-52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 287, de 1951, que aprovava o Plano do Carvão Nacional e dispunha sobre a sua execução.

Lido na sessão de 29-10-52. — Aprovado na sessão de 31-10-52 — Página 12.141 — 3ª coluna.

N.º 363-52 do Sr. Senador Oton Mäder, de adiamento para o dia 10 de novembro, da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 190, de 1951, constante da Ordem do Dia.

Lido e provado na sessão de 29-10-1952.

N.º 364-52 do Sr. Senador Apolônio Sales, solicitando destaque da emenda n.º 5, ao Anexo n.º 9 (Comissão do Vale do São Francisco) ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 193, de 1952.

Lido e rejeitado na sessão de 30-10-1952.

N.º 365-52 do Sr. Senador Francisco Galotti, solicitando dispensa de publicação prévia para a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 72,

de 1952, a fim de ser imediatamente discutida e votada.

Lido e aprovado na sessão de 31-10-52.

Nº 366-52 do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando para o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1952, dispensa de interstício regimental, a fim de que a matéria constasse da Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e provado na sessão de 31-10-52.

Nº 367-52 dos Srs. Senadores Altivo Linhares e Mário Mota, solicitando não houvesse sessão no dia 3 de novembro, dia consagrado à liturgia de Finados, desde que o dia 2 seria domingo, quando a Igreja Católica Apostólica Romana não permite quaisquer cerimônias dessa natureza.

Lido e rejeitado na sessão de 31-10-52.

Nº 368-52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando que o Senado realizasse sessões extraordinárias, noturnas, nos dias 3, 4 e 5 de novembro para contagem do prazo de recebimento de emendas do prazo de recebimento, podendo, na Ordem do Dia, ser apreciados os projetos que estiverem com a instrução completa.

Lido e rejeitado na sessão de 3-11-52.

Nº 369-52 do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando informações ao senhor Ministro da Educação e Saúde sobre o preenchimento da cátedra de Clínica Neurológica da Faculdade Fluminense de Medicina.

Lido e deferido na sessão de 3-11-52.

Nº 370-52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando preferência para a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1951 (Plano do Carvão Nacional) a fim de que antecederesse a das emendas, sem prejuízo destas.

Lido e aprovado na sessão de 3-11-52.

Nº 371-52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando destaque das emendas ns. 5, 7, 8 e 10, oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1951, a fim de constituírem projeto em separado.

Lido e aprovado na sessão de 3-11-52.

Nº 372-52 do Sr. Senador Durval Cruz, solicitando que a matéria constante do requerimento nº 371 (emendas ns. 5, 7, 8 e 10 ao Projeto de Lei da Câmara nº 287-51) fôsse votado emenda por emenda.

Lido e aprovado na sessão de 3-11-52.

Nº 373-52 do Sr. Senador Walter Franco, solicitando destaque para que constitua projeto em separado a emenda nº 12. (PLC-287-51).

Lido e retirado pelo autor — sessão de 3-11-52.

Nº 374-52 do Sr. Senador Durval Cruz, solicitando preferência para a votação da subemenda da Comissão de Finanças à emenda nº 9 (PLC-287-51).

Lido e aprovado na sessão de 3-11-52.

Nº 375-52 do Sr. Senador Durval Cruz, solicitando preferência da subemenda da Comissão de Finanças à emenda nº 1 (PLC-287-51).

Lido e aprovado na sessão de 3-11-52.

Nº 376-52 do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando prorrogação da sessão por meia hora.

Lido e aprovado na sessão de 3-11-52.

Nº 377-52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira, solicitando preferência para a votação da emenda nº 4 do PLC-287-51.

Lido e aprovado na sessão de 4-11-52.

Nº 378-52 do Sr. Senador Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, dos anexos artigos do «Correio da Manhã» sobre a necessidade de serem dadas novas instalações e nova casa à Câmara Alta do país.

Lido e aprovado na sessão de 5-11-52. (Artigos publicados no mesmo D.C.N. — Pág. 12.397 — 2.º col.)

Nº 379-52 do Sr. Senador Ferreira de Sousa e outros Srs. Senadores solicitando urgência para a discussão suplementar e votação do Projeto nº 12, de

1952, e emendas referentes à criação do Serviço Social Rural.

Lido na sessão de 6-11-52. — Retirado, na sessão de 10-11-52, pelo Senador Ferreira de Souza. — Requerimento nº 383-52.

Nº 379-A-52 do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando dispensa de publicação prévia para o parecer número 1.226, da Comissão de Redação de Leis, que oferecia redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1952, a fim de ser imediatamente discutido e votado.

Lido e aprovado na sessão de 7-11-52.

Nº 380-52 do Sr. Senador Carlos Lindemberg solicitando informações referentes a novos critérios que seriam sido adotados pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil para importação, do exterior, de artigos de consumo.

Requerimento publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 8 de novembro de 1952 — Pág. 12.505 — 1ª coluna.

N. 381/52 do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando destaque das emendas ns. 12 e 13 do Projeto de Lei da Câmara n. 193, de 1952, anexo 2 (Congresso Nacional) para serem aprovadas.

Lido e aprovado na sessão de 7-11-52.

N. 382/52 dos Srs. Senadores Hamilton Nogueira e Mello Vianna, solicitando homenagens de pesar por motivo do falecimento do Dr. Chaim Weissman, chefe de Estado da República de Israel.

Lido e aprovado na sessão de 10-11-1952.

N. 383/52 do Sr. Senador Ferreira de Souza, solicitando a retirada do Requerimento n. 379, de 1952, em que pedira urgência para o Projeto de Lei da Câmara n. 12, de 1952.

Lido e deferido na sessão de 10-11-1952.

N. 384/52 do Sr. Senador Ferreira de Souza e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n. 12, de 1952, que autoriza a União a criar uma fundação denominada Serviço Social Rural, em fase de votação.

Lido na sessão de 10-11-52; rejeitado na sessão de 12-11-52.

N. 385/52 do Sr. Senador Francisco Gallotti, solicitando para o Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 112, de 1952, dispensa de interstício, a fim de que a matéria figurasse na Ordem do Dia da próxima sessão.

Lido e aprovado na sessão de 10-11-1952.

N. 386/52 do Sr. Senador Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção, nos anais do Senado Federal, da conferência pronunciada pelo Governador do Estado de São Paulo — Dr. Lucas Nogueira Garcez — sobre "Planejamento", perante a Associação Comercial do Rio de Janeiro, no dia 5 de novembro corrente.

Lido e aprovado na sessão de 11-11-1952 — Justificação de voto dado ao Requerimento — Senador Novais Filho — Pág. 12.642 — 2ª col. — Conferência publicada no mesmo DCN — Página 12.650 — 3ª col.

N. 387/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para discussão e votação do Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 211, de 1952, que provia recursos para o programa nacional do petróleo e para o fundo rodoviário nacional e dava outras providências.

Lido na sessão de 11-11-52 — Retirado pelo Senador Ivo d'Aquino (Reqto. n. 394-52) na sessão de 13-11-52.

N. 388/52 do Sr. Senador Prisco dos Santos, solicitando urgência para discussão e votação do Projeto de lei da Câmara n. 290, de 1952 (MJNI).

Lido na sessão de 11-11-52 — Aprovado na sessão de 13-11-52.

N.º 389-52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando o adiamento da discussão e votação do Projeto de lei da Câmara n. 270, de 1952, até a sessão de 18 de novembro.

Lido e aprovado na sessão de 11-11-1952.

N. 390/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para discussão e votação do Anexo n. 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — do Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 193,

de 1952, que estimava a Receita e fixava a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.

Lido na sessão de 12-11-52 — Aprovado na sessão noturna de 14-11-52.

N. 391/52 do Sr. Senador Melo Vianna, solicitando designação de substituto eventual, na Comissão Especial de Reforma Constitucional, para o Sr. Senador João Vilasbôas, que se achava ausente.

Lido na sessão de 13-11-52 — Designado o Sr. Senador Hamilton Nogueira para a substituição.

N. 392/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações do Ministro da Fazenda sobre assuntos pertinentes à Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Lido e deferido na sessão de 14-11-1952 — Publicado no DCN de 14-11-1952 — Pág. 12.784 — 4ª col.

N. 393/52 do Sr. Senador Alvaro Adolpho, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de lei da Câmara n. 274, de 1952, a fim de que figurasse na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 13-11-1952.

N. 394/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando a retirada do Requerimento n. 387, de 1952, em que solicitava urgência para o Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 211, de 1952, que previa recursos para o programa nacional do petróleo e para o fundo rodoviário nacional.

Lido e deferido na sessão de 13-11-1952.

N. 395/52 do Sr. Senador Walter Franco, solicitando a volta do Projeto de Decreto Legislativo n. 62, de 1952, à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciar a emenda oferecida pela Comissão de Finanças.

Lido na sessão de 13-11-52 — Retirado pelo autor.

N. 396/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Anexo n. 17 — Ministério da Agricultura — do Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 193, de 1952, que estimava a Receita e fi-

xava a Despesa para o exercício de 1953.

Lido na sessão de 14-11-52 — Aprovado na sessão de 17-11-52.

N. 397/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações do Sr. Ministro do Trabalho sobre a criação, no Instituto Nacional do Pinho, de uma Comissão Coordenadora dos Exportadores de Madeira.

Lido e deferido na sessão de 17-11-1952.

N. 398/52 do Sr. Senador Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando fossem incluídos na Ordem do Dia os projetos de lei da Câmara n. 178, de 1950, e n. 4, de 1951, visando a abertura de créditos especiais para pagamento a herdeiros e sucessores da Organização Henrique Lage, a fim de que o Senado Federal, após a exposição verbal que a respeito lhe fez o Sr. Ministro da Fazenda e em face da Mensagem que o Sr. Presidente da República enviou ao Congresso Nacional, pedindo o cancelamento daqueles pedidos de crédito, pudesse, sem mais delongas, pronunciar-se a respeito, comunicando imediatamente à Câmara dos Deputados a resolução que houver por bem adotar.

Lido e aprovado na sessão de 17-11-1952.

N. 399/52 do Sr. Senador Apolônio Sales, solicitando destaque da emenda n. 27 ao Projeto de lei da Câmara número 193, de 1952 (Anexo 16 — Orçamento do Ministério da Aeronáutica).

Lido e aprovado na sessão noturna de 17-11-52.

N. 400/52 do Sr. Senador Atilio Vivacqua, solicitando preferência na forma do Regimento para as emendas números 6 e 7 (Anexo 16 — Ministério da Aeronáutica — PLC/193-52).

Lido e aprovado na sessão noturna de 17-11-52.

N.º 401-52, do Sr. Senador Ferreira de Souza, solicitando preferência para a Emenda n.º 35.

(Projeto de Lei da Câmara 193-52 — Anexo 16 — Ministério da Aeronáutica).

Lido e aprovado na sessão noturna de 17-11-52.

N.º 402-52, do Sr. Senador Vivaldo Lima, solicitando preferência para votação da Emenda n.º 46 — (Projeto de Lei da Câmara 193-52 — Anexo 16 — Ministério da Aeronáutica).

Lido e aprovado na sessão noturna de 17-11-52.

N.º 403-52, do Sr. Senador Landolfo Alves, solicitando preferência para a emenda n.º 49 ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, (Anexo 16 — Ministério da Aeronáutica), a fim de ser votada antes da respectiva subemenda.

Lido e rejeitado na sessão noturna de 17-11-52.

N.º 404-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando preferência para a votação da emenda n.º 57, de sua autoria, apresentada ao Orçamento da Aeronáutica para 1953.

Lido e aprovada na sessão noturna de 17-11-52.

N.º 405-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando audiência da Comissão de Educação e Cultura, na forma do Regimento, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 163, de 1952. Lido e aprovado na sessão noturna de 17-11-52.

N.º 406-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando preferência para a votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 34, de 1952, ressalvada a respectiva emenda.

Lido e aprovado na sessão noturna de 17-11-52.

N.º 407-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando dispensa de interstício e publicação prévia dos avulsos para que o Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1952, pudesse figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 18-11-52.

N.º 408-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 211, de 1952, que provia recursos para o programa nacional do petróleo e para o Fundo Rodoviário Nacional.

Lido e aprovado na sessão de 18 de novembro de 1952.

N.º 409-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 189, de 1952, que concedia auxílio ao 1.º Congresso de Fumo efetuado na capital da Bahia.

Lido e aprovado na sessão de 19 de novembro de 1952 (noturna).

N.º 410-52, do Sr. Senador Álvaro Adolfo e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Anexo n.º 27 — Plano Salte — ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1953.

Lido e aprovado na sessão noturna de 18 de novembro de 1952.

N.º 411-52, do Sr. Senador Matias Olimpio, solicitando urgência para o Anexo n.º 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas — ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, que estimava a Receita e fixava a Despesa para o exercício de 1953.

Lido e aprovado na sessão noturna de 18-11-52.

N.º 412-52, do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando informações do Ministro da Educação e Saúde com referência ao Instituto Osvaldo Cruz.

Lido e deferido na sessão de 19 de novembro de 1952.

N.º 413-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução número 22, de 1951.

Lido e aprovado na sessão noturna de 19-11-52.

N.º 414-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando dispensa de publicação para a redação final das emendas do Senado ao Orçamento do Ministério da Aeronáutica, a fim de ser discutida e votada.

Lido e aprovado na sessão noturna de 19-11-52.

N.º 415-52, do Sr. Senador Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Resolução n.º 13, de 1952, que dispunha sobre a constituição de uma

Comissão de Inquérito para apurar os fatos de que resultou a retirada do Ministro Plenipotenciário do Brasil junto a S. M. o Rei do Irã, Hugo Gouthier, a pedido do mesmo governo, na conformidade da Lei n.º 1.579, de 18-3-52.

Lido e aprovado na sessão de 21 de novembro de 1952.

Ns. 416 a 447-52, requerimentos de destaque de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193-52 (Anexo n.º 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas; n.º 416, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho (emenda número 112); n.º 417, do Sr. Senador Ferreira de Souza (emenda n.º 210); n.º 418, do Sr. Senador Ezequias da Rocha (emenda n.º 3); n.º 419, do Sr. Senador Carlos Lindenberg (emenda n.º 30); n.º 420, do Sr. Senador Atilio Viváqua (emenda n.º 32); número 421, dos Srs. Senadores Atilio Viváqua, Matias Olimpio e Vitorino Freire (emendas ns. 44, 136, 70, 33, 146); n.º 422, do Sr. Senador Bernardes Filho (emenda n.º 52); número 423, do Sr. Senador Euclides Vieira (emenda n.º 85); n.º 424, do Sr. Senador Othon Mäder (emenda n.º 141); n.º 425, do Sr. Senador Dario Cardoso (emendas ns. 126 a 128); n.º 426, do Sr. Senador Othon Mäder (emenda n.º 120); n.º 427, do Sr. Senador Antônio Bayma (emenda n.º 159); n.º 428, do Sr. Senador Melo Viana (emenda n.º 143); número 429, do Sr. Senador Walter Franco (emenda n.º 95); n.º 430, do Sr. Senador Pinto Aleixo (emendas ns. 94, 98, 105, 108, 111, 169, 170, 224, 225, 226 e 227); n.º 431, do Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti (emenda n.º 167); n.º 432, do Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti (emenda n.º 168); n.º 433, do Sr. Senador Onofre Gomes (emenda número 174); n.º 434, dos Srs. Senadores Bernardes Filho, Melo Viana e Levindo Coelho (emendas ns. 28, 177 e 213); n.º 435, do Sr. Senador Landolfo Alves (emenda n.º 189); número 436, do Sr. Senador Carlos Lindenberg (emendas ns. 28 e 213); n.º 437, do Sr. Senador Costa Pereira (emenda n.º 218); n.º 438, do

Sr. Senador Roberto Glasser (emenda n.º 238); n.º 439, do Sr. Senador Alencastro Guimarães (emenda número 242); n.º 440, do Sr. Senador Ezechias da Rocha (emenda n.º 230); n.º 441, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho (emenda n.º 248); n.º 442, do Sr. Senador Costa Pereira (emenda n.º 251); n.º 443, do Sr. Senador Vivaldo Lima (emenda n.º 252); n.º 444, do Sr. Senador Vivaldo Lima (emenda n.º 259); n.º 445, do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti (emenda n.º 274); n.º 446, do Sr. Senador Apolônio Sales (emenda n.º 278); número 447, do Sr. Senador Alfredo Neves (emenda n.º 305).

Requerimentos lidos e aprovados na sessão de 22-11-1952.

N.º 448-52, do Sr. Senador Francisco Gallotti e mais 45 Sr. Senadores, solicitando a nomeação de uma comissão de 7 membros, para representar o Senado no desembarque do Senhor João Café Filho, Vice-Presidente da República e Presidente desta Casa, por ocasião do seu regresso da viagem que fez ao estrangeiro como chefe da Embaixada Especial do Brasil à posse do novo Presidente do Chile.

Lido e aprovado na sessão de 22 de novembro de 1952 — D.C.N. de 23-11-52 — Pág. 13.444 — 4.º col. (Sessão noturna).

Comissão nomeada pelo Sr. Presidente: Senadores Ivo d'Aquino, Ferreira de Souza, Gomes de Oliveira, Euclides Vieira, Vitorino Freire, Domingos Velasco e Atilio Viváqua. — Sessão de 22-11-52.

N.º 449-52, do Sr. Senador Hamilton Nogueira, solicitando a designação de uma Comissão de três Senadores para representar esta Casa nas solenidades religiosas que se realizariam no dia 27 do corrente, às 20,30 horas, na Igreja da Candelária, em comemoração do Dia de Ação de Graças.

Lido e aprovado na sessão de 22 de novembro de 1952 (Noturna).

Comissão designada pelo Sr. Presidente: Senadores Hamilton Nogueira, Apolônio Sales e Novais Filho.

N.º 450-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando a retirada de sua emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 157, de 1952, que concede auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina para construção de seu edifício sede.

Lido e aprovado na sessão de 22 de novembro de 1952. (Noturna).

N.º 451-52, do Sr. Senador Pinto Aleixo, solicitando preferência para votação da Emenda n.º 225 ao Orçamento da Viação (PLC-193-52).

Lido e aprovado na sessão de 22 de novembro de 1952. (Noturna).

N.º 452-52, do Sr. Senador Apolônio Sales, solicitando fôssem votadas em globo as emendas ao Anexo 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas — ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, que receberam subemendas ressalvados os destaques que sejam requeridos.

Lido e aprovado na sessão de 22 de novembro de 1952. (Noturna).

Ns. 453 a 457-52, requerimentos de destaque de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193-52 (Anexo n.º 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas); n.º 453, do Sr. Senador Attilio Vivacqua (emenda número 22); n.º 454, do Sr. Senador Álvaro Adolfo (emenda n.º 129); número 455, do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcânti (emendas ns. 165 e 166); n.º 456, do Sr. Senador Landulfo Alves (emenda n.º 235); n.º 457, do Sr. Senador Álvaro Adolfo (emenda n.º 240).

Lidos e aprovados na sessão noturna de 22-11-52.

Ns. 458 a 461-52, requerimentos de preferência para emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193-52 (Anexo n.º 25, Ministério da Viação e Obras Públicas), a fim de serem votadas antes das respectivas subemendas: número 458, do Sr. Senador Attilio Vivacqua (emenda n.º 22); n.º 459, do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcânti (emenda n.º 165); n.º 460, do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcânti (emenda n.º 166); n.º 461, do Sr. Senador Landulfo Alves (emenda n.º 233).

Lidos e aprovados na sessão noturna de 22-11-52.

N.º 462-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e mais 8 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, Anexo n.º 18 — Ministério da Educação e Saúde — a fim de ser discutido e votado nos termos do artigo 155, parágrafo 4.º do Regimento Interno.

Lido e aprovado na sessão extraordinária de 23-11-52.

N.º 463-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando a retirada das emendas ns. 20 e 22 apresentadas ao Orçamento — Plano Salte — por se acharem melhor integradas no Orçamento do Ministério da Viação — Anexo n.º 25. (PLC-193-52).

Lido e aprovado na sessão de 23 de novembro de 1952. (Sessão extraordinária).

N.º 464-52, do Sr. Senador Carlos Lindenberg, solicitando destaque da emenda n.º 8, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952 — Anexo n.º 27 — Plano Salte.

Lido e aprovado na sessão extraordinária de 23-11-52.

N.º 465-52, do Sr. Senador Carlos Lindenberg, solicitando destaque das emendas ns. 9 e 18 ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193-52 — Plano Salte — para efeito de classificá-las nesse projeto e incluí-las no Orçamento Geral do Ministério da Viação, uma vez que aquele plano teve o seu limite esgotado.

Lido e aprovado na sessão extraordinária de 23-11-52.

Ns. 466 a 471, requerimentos de destaques de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952 (Anexo n.º 27 — Plano Salte): n.º 466, do Sr. Senador Joaquim Pires (emendas ns. 24 e 36); n.º 467, do Sr. Senador Othon Mäder (emenda n.º 27); n.º 468, do Sr. Senador Othon Mäder (emenda n.º 29); n.º 469, do Sr. Senador Dario Cardoso (emenda n.º 31); n.º 470, do Sr. Senador Melo Viana (emenda n.º 32); n.º 471, do

Sr. Senador Carlos Lindenberg (emenda n.º 9).

Lidos e aprovados na sessão extraordinária noturna de 23-11-52.

N.º 472-52, do Sr. Senador Apolônio Sales, solicitando se realizasse num só bloco, ressaltados os destaques que forem requeridos, as emendas ao Anexo n.º 27 — Plano Salte — ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, que receberam subemendas.

Lido e aprovado na sessão extraordinária de 23-11-52.

Ns. 473 a 489-52, requerimentos de destaque de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 193-52 (Anexo n.º 18 — Ministério da Educação e Saúde): n.º 473, do Sr. Senador Melo Viana (emendas ns. 46, 127, 133, 280, 283, 288, 289, 308, 314, 316, 321, 490, 500 e 502); n.º 474, do Sr. Senador Ezequias da Rocha (emendas ns. 141 e 142); n.º 475, do Sr. Senador Anísio Jobim (emenda n.º 152); n.º 476, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho (emenda n.º 162); n.º 477, do Sr. Senador Alencastro Guimarães (emendas ns. 177 e 178); n.º 478, do Sr. Senador Atilio Viváqua (emenda n.º 183); n.º 479, do Sr. Senador Francisco Gallotti (emenda n.º 191); n.º 480, do Sr. Senador Mozart Lago (emenda n.º 202); número 481, do Sr. Senador Mozart Lago (emenda n.º 210); n.º 482, do Sr. Senador Mozart Lago (emenda n.º 213); n.º 483, do Sr. Senador Dario Cardoso (emendas ns. 238, 239 e 241); n.º 484, do Sr. Senador Flávio Guimarães (emenda n.º 348); n.º 485, do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcânti (emenda n.º 441); n.º 486, do Sr. Senador Júlio Leite (emenda n.º 467); n.º 487, do Sr. Senador Walter Franco (emendas ns. 476, 477, 478 e 480); n.º 488, do Sr. Senador Walter Franco (emenda n.º 503); n.º 489, do Sr. Senador Oton Mäder (emenda n.º 527).

Lidos e aprovados na sessão extraordinária de 23-11-1952.

N.º 490-52, do Sr. Senador Apolônio Sales, solicitando se realizasse num só bloco, ressaltados os destaques que forem requeridos as emendas ao

Anexo n.º 18 — Ministério da Educação e Saúde — ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 193, de 1952, que receberam subemendas.

Lido e aprovado na sessão extraordinária de 23-11-52.

N.º 491-52, do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando destaque da votação da emenda n.º 530, com subemenda da Comissão de Finanças. (Anexo n.º 18 — Ministério da Educação e Saúde).

Lido e aprovado na sessão extraordinária de 23-11-52.

N.º 492-52, do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando preferência para a votação da emenda n.º 530. (Anexo 18 — Ministério da Educação e Saúde — PLC-193-52).

Lido e aprovado na sessão extraordinária de 23-11-52.

N.º 493-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações do Senhor Ministro da Fazenda sobre os motivos pelos quais as Caixas Econômicas não realizam operações de desconto.

Lido e deferido na sessão de 25 de novembro de 1952.

N.º 494-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e mais 25 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 319, de 1952, que alterava o Decreto-lei n.º 4.655, de 3-9-42, que dispunha sobre o imposto de selo, a fim de ser discutido e votado nos termos do art. 155, § 4.º do Regimento Interno.

Lido e aprovado na sessão de 25 de novembro de 1952.

N.º 495-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e mais 25 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 289, de 1952, que altera dispositivos da Consolidação das leis do imposto de consumo, a fim de ser discutido e votado nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno.

Lido e aprovado na sessão de 25 de novembro de 1952.

N.º 496-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando transcrição, nos

Anais do Senado, a exemplo do que já foi feito pela Câmara dos Deputados, das peças constantes de folheto publicado pela Procuradoria Geral da República com referência à representação n.º 164 daquela Procuradoria.

Lido e aprovado na sessão de 25 de novembro de 1952.

N.º 497-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 261, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 25 de novembro de 1952.

N.º 498-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando preferência para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 189, de 1952, sobre as emendas que lhe foram apresentadas.

Lido e aprovado na sessão de 25 de novembro de 1952.

N.º 499-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando destaque, no art. 2.º do Projeto de Lei da Câmara n.º 189-52, das expressões — «a contar da data do encerramento do conclave» — para votação em separado.

Lido e aprovado na sessão de 25 de novembro de 1952.

N.º 500-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando destaque da Nota Sétima do Projeto (PLC/319-52), relativa ao art. 109 da Tabela, para o fim de ser votada em separado.

Lido e aprovado na sessão noturna de 25-11-52.

N.º 501-52, do Sr. Senador Atilio Vivacqua, solicitando destaque do item 4.º e 5.º das Notas de Alteração Quinta, para o fim de serem rejeitados. (PLC/319-52).

Lido e aprovado na sessão noturna de 25-11-52.

N.º 502-52, do Sr. Senador Flávio Guimarães e mais os Srs. Senadores solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Sr. Senador Anísio Jobim, no dia 25 de novembro de 1952, na Academia Carioca de Letras.

Lido e aprovado na sessão de 26 de novembro de 1952. — Discurso pro-

nunciado pelo Senador Anísio Jobim, na Academia Carioca de Letras.

Publicado no DCN de 27-11-52 — Pág. 13.858 — 3.ª coluna.

N.º 503-52, do Sr. Senador Euclides Vieira, solicitando fôsse ouvida a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 265, de 1952, que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S. A.

Lido e aprovado na sessão de 26 de novembro de 1952.

N.º 504-52, do Sr. Senador João Vilasbôas, solicitando preferência para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 289, de 1952, ressalvadas as emendas e destaques.

Lido e aprovado na sessão de 26 de novembro de 1952.

N.º 505-52, do Sr. Senador João Vilasbôas, solicitando destaque de expressões do Projeto de Lei da Câmara n.º 289-52.

Lido e aprovado na sessão de 26 de novembro de 1952.

N.º 506-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando preferência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 211, de 1952, a fim de ser votado antes das respectivas emendas ou destaques.

Lido e aprovado na sessão noturna de 25-11-52.

N.º 507-52, do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita a chamada para verificação do quorum para discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1-52.

Lido e aprovado na sessão de 27 de novembro de 1952.

N.º 508-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado n.º 23-51.

Lido e aprovado na sessão de 28 de novembro de 1952.

N.º 509-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho e mais sete Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 288, de 1952, fundados no art. 155, § 3.º do Regimento Interno.

Lido e aprovado na sessão de 28 de novembro de 1952.

N.º 510-52, do Sr. Senador Alberto Pasqualini, Solicitando dispensa de interstício para que fôsse incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte o Ofício S-6-52 em que o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul submeteu à apreciação do Senado, para os efeitos do art. 163, inciso II da Constituição Federal, os termos do contrato de empréstimo entre o International Bank of Reconstruction and Development e a Comissão Estadual da Energia Elétrica.

Lido e aprovado na sessão de 28 de novembro de 1952.

N.º 511-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando dispensa de publicação e interstício para que pudesse figurar na Ordem do Dia da primeira sessão o Projeto de Lei da Câmara n.º 273, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 28 de novembro de 1952.

N.º 512-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando adiamento da discussão, para a sessão de 1 de dezembro, do Projeto de Lei da Câmara n.º 135, de 1952, constante da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Lido e aprovado na sessão de 28 de novembro de 1952.

N.º 513-52, do Sr. Senador Apolônio Sales e mais oito Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 193, de 1952, (parte referente à Receita) a fim de ser discutido e votado nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno.

Lido e aprovado na sessão de 28 de novembro de 1952 — (Noturna).

N.º 514-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho — outros Srs. Senadores, solicitando urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 326, de 1952, nos termos do artigo 125, letra j, e art. 155, § 3.º, do Regimento Interno.

Lido e aprovado na sessão noturna de 28-11-52.

N.º 515-52, do Sr. Senador Ferreira de Souza, solicitando transcrição nos Anais do Senado do artigo do jurista e escritor Gilberto Amado, sobre a ação

do Sr. Raul Fernandes como internacionalista, publicado no "Jornal do Comércio", em 23 do corrente.

Lido, apoiado e aprovado na sessão noturna de 28-11-52. — O Senador Ferreira de Souza pronuncia discurso sobre o assunto.

(Mesmo Diário e página — 1.ª col.).

Artigo publicado no D.C.N. de 12 de dezembro de 1952 — Pág. 14.617 — 3.ª coluna.

N.º 516-52, do Sr. Senador João Vilasbôas, solicitando informações ao Conselho Nacional de Petróleo, por intermédio do Chefe do Poder Executivo, sobre os contratos existentes para a instalação e exploração de refinarias de petróleo no País.

Lido e deferido na sessão de 1 de dezembro de 1952.

N.º 517-52, do Sr. Senador João Vilasbôas, solicitando do Conselho Nacional de Economia, sugestões no sentido de, se limitar o lucro das empresas.

Lido e deferido na sessão de 1 de dezembro de 1952.

N.º 518-52, do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita a chamada para verificação de *quorum* para a discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1-52.

Lido e aprovado na sessão de 1 de dezembro de 1952.

N.º 519-52, do Sr. Senador Pereira Pinto, solicitando prorrogação por 10 dias de licença que lhe fôra concedida em 31 de julho último.

Lido e aprovado na sessão de 2 de dezembro de 1952.

N.º 520-52, do Sr. Senador Joaquim Pires e mais 20 Srs. Senadores, solicitando fôsse consignado na Ata de nossos trabalhos, um voto de regosijo do Senado Federal com a população católica brasileira, pela nomeação do ascebispo primaz do Brasil — D. Augusto Álvaro da Silva — para o terceiro cardinalato do Brasil, dando-se, dêsse voto ciência ao novo Cardeal e ao embaixador do país junto ao Vaticano, para que o transmita a S. S. o Papa Pio XII e ao Consistório de Roma.

Apresentado na Sessão de 2-12-52 e aprovado em 3-12-52.

N. 521/52 do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti, no sentido de que fôsem solicitadas ao Sr. Ministro da Fazenda informações sobre o critério estabelecido pelo Ministério da Fazenda para pagamento das cotas do imposto sobre a renda às Prefeituras Municipais.

Lido e deferido na sessão de 2-12-52.

N. 522/52 dos Srs. Senadores Mozart Lago e Hamilton Nogueira, solicitando preferência, na Ordem do Dia, para a discussão e votação do Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1952, que dispunha sobre a autonomia do Distrito Federal.

Lido e aprovado na sessão de 2-12-52.

N. 523/52 do Sr. Senador Alberto Pasqualini, solicitando fôsse feita verificação do "quorum" por meio de chamada (para discussão do Projeto de Reforma Constitucional n. 1-52).

Lido e aprovado na sessão de 2-12-52.

N. 524/52 do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti e mais 7 Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155 § 3º, do Regimento Interno, para o Projeto de lei da Câmara n. 311, de 1951, que autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo.

Lido e aprovado na sessão de 3-12-52.

N. 525/52 do Sr. Senador Anísio Jobim e mais 9 Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155 § 3º, do Regimento Interno, para o Projeto de lei da Câmara n. 315, de 1952, que autorizava o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.

Lido e aprovado na sessão de 3-12-52.

N. 526/52 do Sr. Senador Landolfo Alves, solicitando inversão da Ordem do Dia, a fim de que fôsse discutido em primeiro lugar o Requerimento número 520-52.

Lido na sessão de 3-12-52 — (Não foi submetido a votação por dever constar da Ordem do Dia, em primeiro lugar, o Requerimento n. 520-52, para o

qual fôra pedida inversão da Ordem do Dia).

N. 527/52 do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita por meio de chamada a verificação do "quorum" para discussão do Projeto de Reforma Constitucional n. 1-52.

Lido e aprovado na sessão de 3-12-52.

N. 528/52 do Sr. Senador Landolfo Alves e mais 7 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de lei do Senado n. 14, de 1952, que regulava o estudo, o orçamento e a construção dos açudes em cooperação da União com os Estados, Municípios ou Particulares.

Lido e aprovado na sessão de 4-12-52.

N. 529/52 do Sr. Senador Oton Mader e mais 10 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Decreto Legislativo n. 93, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 4-12-52.

N. 530/52 do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando fôsse dado para Ordem do Dia do primeiro dia da sessão o Projeto de lei n. 266, de 1952, com dispensa de impressão e de interstício dos pareceres já lidos no expediente.

Lido e aprovado na sessão de 4-12-52.

N. 531/52 do Sr. Senador João Vilasbôas, solicitando destaque no art. 60, das expressões "... parágrafo único do art. 4º do ...", do Projeto de lei da Câmara n. 346-49, para serem rejeitadas.

Lido e aprovado na sessão de 4-12-52.

N. 532/52 do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita a chamada para verificação de "quorum" para discussão do Projeto de Reforma Constitucional n. 1-52.

Lido e aprovado na sessão de 4-12-52.

N. 533/52 do Sr. Senador João Vilasbôas, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo n. 24, de 1952, por dez dias.

Lido e aprovado na sessão de 4-12-52.

N. 534/52 do Sr. Senador Euclides Vieira e mais 8 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de lei da Câmara n. 281, de 1952, que inclui a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientias", de São Paulo, na categoria de estabele-

cimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lido e aprovado na sessão de 5-12-52.

N. 535/52 do Sr. Senador Oton Mader, solicitando dispensa de interstício e de prévia distribuição dos avulsos para o Projeto de lei da Câmara n. 163, de 1952, a fim de que a matéria figurasse na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 5-12-52.

N. 536/52 do Sr. Senador Oton Mader, solicitando dispensa de interstício e de prévia distribuição dos avulsos para o Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 337, de 1952, a fim de que a matéria figurasse na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 5-12-52.

N. 537/52 do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti, solicitando preferência para o Projeto de lei da Câmara n. 311, de 1951, a fim de ser votado antes das respectivas emendas.

Lido e aprovado na sessão de 5-12-52.

N. 538/52 do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita a chamada para verificação de "quorum" para discussão do Projeto de Reforma Constitucional n. 1-52.

Lido e aprovado na sessão de 5-12-52.

N. 539/52 do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, solicitando a retirada da emenda n. 2, de sua autoria, ao Projeto de lei da Câmara n. 266, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 5-12-52.

N. 540/52 do Sr. Senador Luiz Tinoco e mais 7 Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, para a votação do Projeto de lei da Câmara n. 69, de 1950, que dispunha sobre as finalidades do ensino do Serviço Social, sua estruturação e sobre as prerrogativas dos portadores de diploma de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.

Lido e aprovado na sessão de 5-12-52.

N. 541/52 do Sr. Senador Melo Viana e mais 7 Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 155, do Regimento Interno, urgência para a discussão e votação do Projeto de lei da Câmara número 284, de 1952, que dispunha sobre a rescisão do contrato de arrendamento

da Rêde Mineira de Viação celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais.

Lido e aprovado na sessão de 8 de outubro de 1952.

N. 542/52 do Sr. Senador Carlos Lindenberg e mais 7 Srs. Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 125, letra j, e 155 § 3º, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de lei da Câmara n. 351, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 8-12-52.

N. 543/52 do Sr. Senador Alvaro Adolfo, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de lei da Câmara n. 242-52, a fim de que a matéria figurasse na Ordem do dia da sessão seguinte, independentemente de prévia distribuição dos avulsos.

Lido e aprovado na sessão de 8-12-52.

N. 544/52 do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando dispensa de publicação e de interstício para o Projeto de lei da Câmara n. 287-52, a fim de figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 8-12-52.

N. 545/52 do Sr. Senador Plínio Pompeu, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 303-52, a fim de que a matéria figurasse na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 8-12-52.

N. 546/52 do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando, de acordo com o art. 122, letra a, do Regimento, dispensa de interstício para que o Projeto de lei da Câmara n. 226, de 1952, pudesse figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 8-12-52.

N. 547/52 do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita a chamada para verificação de "quorum" para discussão do Projeto de Reforma Constitucional n. 1-52.

Lido e aprovado na sessão de 8-12-52.

N. 548/52 do Sr. Senador Alberto Pasqualini, solicitando dispensa de publicação do Projeto de Resolução número, 14, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 8-12-52.

N. 549/52 do Sr. Senador Carlos Lindenberg e mais 11 Srs. Senadores, solicitando a inserção nos Anais do Senado, do discurso pronunciado no dia 6 de dezembro de 1952, na Escola Superior de Guerra, pelo seu Diretor, Sr. General Osvaldo Cordeiro de Farias, por ocasião do encerramento dos cursos daquele organismo superior de ensino.

Lido na sessão de 9-12-52.

Discursos (para encaminhar votação) dos Srs. Senadores: Assis Chateaubriand (fav.), Novais Filho (fav.), Kerginaldo Cavalcânti (contr.), Domingos Velasco (fav.) Hamilton Nogueira (fav.), Onofre Gomes (fav.), Vitorino Freire (fav.) e Carlos Lindenberg (just.) — Aprovado.

N. 550/52 do Sr. Senador Assis Chateaubriand, solicitando a inserção nos Anais do Senado, do discurso pronunciado pelo estagiário Romero Estelita, na Escola Superior de Guerra e da vária publicada no «Jornal do Comércio», referente às solenidades ali realizadas.

Lido e aprovado na sessão de 9-12-52.

N. 551/52 do Sr. Senador Euclides Vieira e mais 10 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de lei da Câmara n. 215, de 1951, que concede ao Instituto Butantã, no Estado de São Paulo, a contribuição anual de Cr\$ 1.900.000,00 destinada à produção de sulfonas e pesquisas de novas substâncias de combate à lepra.

Lido e aprovado na sessão de 9-12-1952.

N. 552/52 do Sr. Senador Mozart Lago e mais 22 Srs. Senadores, solicitando nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, urgência para a discussão e votação do Projeto de lei da Câmara n. 308, de 1952, que dispõe sobre o salário mínimo profissional dos jornalistas.

Lido na sessão de 9-10-52.

Discursos (Para encaminhar a votação) dos Srs. Senadores: Bernardes Filho (contr.), Assis Chateaubriand (contrário), Mozart Lago (favorável).

(Tendo havido empate na votação do requerimento, ficou a mesma adiada para a próxima sessão).

Rejeitado na sessão de 10-12-52.

N. 553/52 dos Srs. Senadores Gomes de Oliveira e Othon Mader, solicitando dispensa de interstício e publicação de avulso para o Projeto de lei da Câmara n. 320, de 1951, a fim de figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 9-12-1952.

N. 554/52 do Sr. Senador Dario Cardoso, solicitando dispensa de interstícios regimentais para o Projeto de lei da Câmara n. 342, de 1952, a fim de que pudesse ser incluído na Ordem do Dia seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 9-12-1952.

N. 555/52 do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando a retirada da emenda de sua autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n. 281, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 9-12-1952.

N. 556/52 do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita a chamada para verificação de "quorum" (discussão do Projeto de Reforma Constitucional n. 1-52).

Lido e aprovado na sessão de 9-12-1952.

N. 557/52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira, solicitando a designação de uma Comissão para visitar o Sr. Senador Francisco Gallotti, que se achava enfermo.

Lido e aprovado na sessão de 10-12-1952.

N. 558/52 do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando fôsse feita a chamada para verificação do "quorum" (discussão do Projeto de Reforma Constitucional n. 1-52).

Lido e aprovado na sessão de 10-12-1952.

N. 559/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando fôsse realizada uma sessão extraordinária noturna, a fim de ultimar votação da matéria em condições de figurar na Ordem do Dia, inclusive a apreciação do novo Prefeito do Distrito Federal.

Lido e aprovado na sessão de 10-11-1952.

N. 560/52 do Sr. Senador Alberto Pasqualini, solicitando fôsse concedida

preferência para votação imediata do Parecer n. 1.364-52 da Comissão de Redação constante da Ordem do Dia.

Lido e aprovado na sessão de 10-12-1952.

N. 561/52 dos Srs. Senadores Gomes de Oliveira e Ivo d'Aquino, solicitando adiamento da discussão do Projeto de lei da Câmara n. 226, de 1952, para o dia 15 do mesmo mês.

Lido e aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1952.

N. 562/52 do Sr. Senador Matias Olímpio, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de lei da Câmara n. 19, de 1951, a fim de ser incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão noturna de 10-12-52.

N. 563/52 do Sr. Senador Apolônio Sales, solicitando a designação de uma Comissão de três membros para representar o Senado na posse do Sr. Senador Etelvino Lins como Governador do Estado de Pernambuco.

Lido e aprovado na sessão noturna de 10-12-52 — Foram designados os Srs. Senadores: Apolônio Sales, Novaes Filho e Assis Chateaubriand.

N. 564/52 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando preferência para, em seguida à votação do Projeto de Lei da Câmara n. 226, de 1952, ser discutido e votado o Parecer sobre a Mensagem n. 236, de 1952, submetendo ao Senado a escolha do Coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso para Prefeito do Distrito Federal.

Lido e aprovado na sessão noturna de 10-12-52.

N. 565/52 do Sr. Senador Othon Mader, solicitando preferência para a votação do Projeto de lei da Câmara n. 320, de 1951.

Lido na sessão noturna de 10-12-52.

N. 566/52 dos Srs. Senadores Sá Tinoco, Pereira Pinto e Alfredo Neves, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 192, de 1952, a fim de ser incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte, independente da prévia distribuição de avulsos.

Lido e aprovado na sessão de 11-12-1952.

N. 567/52 dos Srs. Senadores Mozart Lago e mais 5 Srs. Senadores, solicitando fôsse incluído na Ordem do Dia o Projeto de lei n. 24, de 1952, do Senado Federal.

Lido e aprovado em 11-12-52 — D. C. N. de 12-12-52 — Pág. 14.606 — 1ª col.

N. 568/52 do Sr. Senador Vivaldo Lima e mais 7 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 263, de 1952, que dispunha sobre as atribuições dos Auditores a que se refere o § 2º do art. 22 da Lei n. 830, de 23 de setembro de 1949, a fim de ser discutido e votado nos termos do art. 155 § 3º, do Regimento Interno.

Lido e aprovado em 11-12-52.

N. 569/52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino e mais 13 Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 392, de 1952, que concedeu abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios e deu outras providências, a fim de ser discutido e votado nos termos do art. 155 § 4.º do Regimento Interno.

Lido e aprovado na sessão de 11-12-1952.

N. 570/52 do Sr. Senador Ferreira de Sousa, solicitando adiamento da votação do Projeto de lei da Câmara número 342, de 1952, e sua ida à Comissão de Constituição e Justiça, em face das observações sobre ele feitas em Plenário.

Lido e aprovado na sessão de 11-12-1952.

Nº 571-52, dos Srs. Senadores Mozart Lago e mais três Srs. Senadores, solicitando fôsse convocada uma sessão extraordinária noturna, para discussão e votação das matérias em condições de inclusão na «Ordem do Dia» (Abono aos funcionários).

Lido e aprovado na sessão de 11-12 de 1952.

Nº 572-52, do Sr. Senador Ferreira de Souza, solicitando a volta do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1951, à Comissão de Constituição e Justiça a fim de que se pronunciasse sobre as

observações feitas pelo requerente em Plenário na mesma data.

Lido e aprovado na sessão de 11-12 de 1952.

Nº 573-52, do Sr. Senador Domingos Velasco e mais sete Srs. Senadores, solicitando urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1952, que dispunha sobre o registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior.

Lido e aprovado na sessão de 11-12 de 1952 (not.).

Nº 574-52, do Sr. Senador Mello Vianna e mais sete Srs. Senadores, solicitando urgência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 16-52 pelo qual se criava na cidade de Montes Claros uma Escola Técnica.

Lido e aprovado na sessão noturna de 11-12-52.

Nº 574-52, do Sr. Senador Levindo Coêlho e mais três Srs. Senadores, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Tomás de Carvalho Brito.

Lido e aprovado em 12-12-52.

Nº 575-52, do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre o art. 25 do Projeto de Lei da Câmara nº 392-52, que concedia abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios e dava outras providências.

Lido e aprovado na sessão extraordinária noturna de 11-12-52.

Nº 575-A-52, do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, pendendo de parecer das Comissões em plenário do Projeto nº 381-52 oriundo de Mensagem do Poder Executivo que abria crédito para a execução da Lei nº 1.329-51.

Lido e aprovado em 12-12-52.

Nº 576-52, do Sr. Senador Onofre Gomes, solicitando dispensa de publicação de interstício para inclusão na Ordem do Dia da sessão seguinte do Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 12-12 de 1952.

Nº 577-52, do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 40-52, que aprovava o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares, firmado entre o Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Assunção, a 26 de Junho.

Lido e aprovado na sessão de 12-12 de 1952.

Nº 578-52, do Sr. Senador Dário Cardoso, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 342, de 1952, que alterava o Quadro da Secretaria do Tribunal Eleitoral e dava outras providências, a fim de ser incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte, independentemente de prévia publicação de avulsos.

Lido e aprovado na sessão de 12-12 de 1952.

Nº 579-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e mais oito Srs. Senadores, solicitando urgência para discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 367-52.

Lido e aprovado na sessão de 12-12 de 1952.

Nº 580-52, do Sr. Senador Walter Franco e mais 10 Srs. Senadores, solicitando urgência para discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 12-12 de 1952.

Nº 581-52, do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 1952, sobre a respectiva emenda.

Lido e aprovado em 12-12-52.

Nº 582-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1952, que determinava que o Tribunal de Contas registrasse o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda (Casa da Moeda) e a Eletrobraz Comércio e Indústria S.A.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 583-52, do Sr. Senador Plinio Pompeu, solicitando dispensa de publicação e interstício para o Projeto de Lei da Câmara nº 223, de 1952, para que o mesmo fôsse incluído em Ordem do Dia da primeira Sessão.

Lido e aprovado em 13-12-52.

Nº 584-52, do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 157, de 1952, que concedia auxílio a Academia Nacional de Medicina e depois retirada pelo seu autor, dispensa de interstício a fim de que a proposição em aprêço figurasse na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 585-52, do Sr. Senador Alfredo Neves, solicitando prorrogação da Comissão de Inquérito sobre a retirada do Ministro do Brasil no Irã, até o final da sessão legislativa seguinte.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 586-52, do Sr. Senador Mozart Lago e mais sete Srs. Senadores, solicitando urgência para a votação do Projeto da Câmara Federal nº 295, de 1950, que dispunha sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 587-52, do Sr. Senador Mello Vinna e mais sete Srs. Senadores, solicitando urgência para discussão e votação da indicação referente ao Prêmio Nobel para o venerando General Rondon.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 588-52, do Sr. Senador Mello Vianna e mais sete Srs. Senadores, solicitando, na forma do art. 155, § 4º do Regimento Interno, urgência para o Projeto da Câmara nº 291, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 589-52, do Sr. Senador Joaquim Pires e mais oito Srs. Senadores, solicitando nos termos do art. 155, § 4º do Regimento Interno, urgência especial para imediata discussão e votação, independente das demais formalidades

regimentais, do Projeto de Lei da Câmara nº 342-52.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 590-52, do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 367, em regime de urgência.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 591-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando fôsse prorrogado o prazo para a incumbência definida pelo Senado Federal, à Comissão de Inquérito para investigar o Mercado de Cimento.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 592-52, dos Srs. Senadores Magalhães Barata e Alvaro Adolpho, solicitando, nos termos do art. 90, letra b do Regimento Interno, inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 366, de 1952, que autorizava a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 146.974,90, para pagamento de gratificação a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1951 e 1952.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 593-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 206, de 1952, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Pública e Social, a fim de figurar na Ordem do Dia da sessão de 15 do mesmo mês.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 594-52, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando fôssem votados separadamente os arts. 3º e seu parágrafo único e art. 7º sendo votados em globo os demais artigos do Projeto de Lei da Câmara nº 342, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 595-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando preferência, após a votação das matérias constantes da Or-

dem do Dia, para a discussão e votação única do Parecer nº 1.411, da Comissão de Constituição e Justiça que se encontrava em último lugar.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 596-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando destaque para a votação da emenda nº 10, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 367-52.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 597-52, do Sr. Senador Othon Mäder, solicitando o destaque da Emenda nº 11 ao Projeto de Lei da Câmara nº 367-52, para o fim de ser votada em separado.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 598-52, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando preferência para votação da emenda nº 10, sobre a de nº 3, apresentadas ao Projeto nº 367, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 599-52, do Sr. Senador Ivo d'Aquino solicitando prorrogação da sessão por 30 minutos.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 600-52, do Sr. Senador Alberto Pasqualini, solicitando dispensa de publicação para o Parecer nº 1.422, de 1952, da Comissão de Redação, oferecendo redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 215-52, a fim de ser imediatamente discutido e votado.

Lido e aprovado na sessão de 13-12 de 1952.

Nº 601-52 do Sr. Senador Waldemar Pedrosa solicitando nova prorrogação por dez minutos da presente sessão.

Lido e aprovado na sessão de 13-12-52.

Nº 602-52 do Sr. Senador Alvaro Adolfo, solicitando dispensa de publicação para o Parecer nº 1.423 de 1952, da Comissão de Redação, oferecendo redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 86 de 1952, a fim de ser imediatamente discutido e votado.

Lido e aprovado na sessão de 13-12-52.

Nº 603-52 do Sr. Senador Costa Pereira, solicitando prorrogação da sessão por mais quinze minutos.

Lido e aprovado na sessão de 13-12-52.

Nº 604-52 do Sr. Senador Alvaro Adolfo, solicitando retificação do autógrafa enviado à Câmara do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 267, de 1948, daquela Casa do Congresso, que regula o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52.

Nº 605-52 do Sr. Senador Dario Cardoso solicitando dispensa de interstício e publicação da redação final da emenda oferecida pelo Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 342, de 1952, para o efeito de ser discutida e aprovada imediatamente nos termos do art. 146, § 1º do Regimento em vigor.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52.

Nº 606-52 do Sr. Senador Othon Mäder, solicitando destaque, para ser rejeitado, do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 263, de 1952, o qual efetivava nos seus cargos os atuais auditores interinos.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52.

Nº 607-52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando inversão da Ordem do Dia, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1952, fôsse discutido e votado logo após a matéria em regime de urgência ou em fase de votação.

Lido e retirado pelo autor na sessão de 15-12-52.

Nº 608-52 do Sr. Senador Gomes de Oliveira e Landulpho Alves, solicitando inversão da Ordem do Dia, para que o Projeto nº 222, de 1952, fôsse discutido e votado logo depois da matéria em regime de urgência.

Lido na sessão de 15-12-52 — Retirado pelo Senador Landulpho Alves.

Nº 609-52 do Sr. Senador Aloisio de Carvalho, solicitando destaque, para ser votada em separado, da 14ª emenda, do grupo das emendas com parecer contrário da Comissão de Constituição

e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado nº 30-49.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52.

Nº 610-52 do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando destaque para a emenda nº 10, ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1952, a fim de ser aprovada.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52.

Nº 611-52 do Sr. Senador Domingos Velasco, solicitando destaque para a emenda nº 5, ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1952.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52.

Nº 612-52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando prorrogação da sessão pelo prazo de meia hora.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52.

Ns. 613 a 618-52, requerimentos de dispensa de interstício e publicação para redações finais, a fim de serem incluídos na Ordem do Dia da sessão seguinte: nº 613, do Sr. Senador Ivo d'Aquino (Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1952); nº 614, do senhor Senador Ivo d'Aquino (Projeto de Decreto Legislativo nº 69 de 1952); nº 615, do Sr. Senador Ivo d'Aquino (Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1952); nº 616, do Sr. Senador Ivo d'Aquino (Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1952); nº 617 do senhor Senador Ivo d'Aquino (Projeto de Lei da Câmara nº 291, de 1952); nº 618, do Sr. Senador Ivo d'Aquino (Projeto de Lei da Câmara nº 320 de 1951).

Lidos e aprovados na sessão ordinária de 15-12-52.

Nº 619-52 do Sr. Senador Aloisio de Carvalho, solicitando dispensa de publicação da Redação Final referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1952, a fim de ser imediatamente discutida e votada.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52 (extraordinária).

Nº 620-52 do Sr. Senador Aloisio de Carvalho, solicitando prorrogação, por mais um ano, dos trabalhos da Comissão Especial de Reforma Constitucional nº 2-49, de que sou Presidente.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52 (extraordinária).

Nº 621-52 do Sr. Senador Marcondes Filho, solicitando prorrogação, por mais um ano, do prazo de funcionamento da Comissão Especial de Reforma do Código Comercial.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52 (extraordinária).

Nº 622-52 do Sr. Senador Ivo d'Aquino, solicitando dispensa de publicação das Redações Finais referentes aos Projetos de Lei da Câmara ns. 320 e 263, de 1952, e aos Projetos de Decreto Legislativo ns. 40 e 59, de 1952, a fim de serem imediatamente discutidas e votadas.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52 (extraordinária).

Nº 623-52 do Sr. Senador Alencastro Guimarães, solicitando prorrogação, por mais um ano, do prazo de funcionamento da Comissão Especial de Investigação sobre as condições materiais das instalações da Justiça do Distrito Federal e órgãos relacionados.

Lido e aprovado na sessão de 15-12-52 (extraordinária).

ANEXO 27

REQUERIMENTO FORMULADO EM SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR VOTADO NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1952

N. 348/51 do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando fôsse consignado na ata dos trabalhos do Senado um voto de louvor à atual Diretoria da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro pela sua deliberação, em virtude da qual, serão restituídos graciosamente a seus donos os penhores de objetos de uso pessoal.

Requerimento apresentado em 23-10-de 1951.

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 7-4-52 com parecer n. 275, da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento.

Encerrada a discussão e adiada a votação por falta de número (8-4-52).

Adiada a votação nas sessões de 14, 15 e 17-4-52.

Rejeitado na sessão de 18-4-52.

ANEXO 28

CLASSIFICAÇÃO DOS REQUERIMENTOS SEGUNDO A SUA QUALIDADE

Adiamento de discussões ou vo- tações	46	Ministros de Estado	
Chamada (realização de...) ...	9	convocação	2
Comemorações e homenagens ..	2	fixação de prazo para compa- recimento	1
<i>Comissões</i>		apresentação de questionários .	2
Audiência	29	<i>Ordem do Dia</i>	
<i>Criação de Comissões</i>		Inclusão de projetos	26
de Inquérito	2	Inversão	4
Para representação externa do Senado	10	Não realização em determinado dia	
Designação de substituto	1	Preferência	53
Prorrogação de prazo de Co- missões Especiais	5	Retificação de autógrafo	1
<i>Destaque:</i>		<i>Retirada</i>	
de emendas		de emendas	11
para votação	75	de requerimento	3
para projetos		<i>Sessões</i>	
em separado	2	extraordinárias (realização)	5
de expressões	20	levantamento	3
de dispositivos	6	não realização	4
<i>Dispensa</i>		prorrogação	5
de interstício de projetos para inclusão em ordem do dia ..	41	Sugestões	1
de publicações de redações finais para imediata discussão	13	Transcrição de documentos	16
Informações	51	Urgência	47
<i>Licença de Senador:</i>		<i>Votação</i>	
para se ausentar dos trabalhos do Senado	6	em globo de emendas	4
para aceitar designação para Congressos e Conferências in- ternacionais	3	em globo de projetos	2
		por partes	4
		<i>Votos</i>	
		de regosijo	1
		de pesar	2

ANEXO 29

ESCOLHA DE AUTORIDADES

1) *Chefes de missões diplomáticas permanentes em países estrangeiros:*

Na Bélgica e Luxemburgo — Embaixador Antônio Camilo de Oliveira;

Nos Estados Unidos da América — Embaixador Walter Moreira Sales;

Na Grã-Bretanha — Embaixador Samuel de Souza Leão Gracie;

Na Iugoslávia — Embaixador Rui Ribeiro do Couto;

No Japão — Embaixador Júlio Augusto Barbosa Carneiro;

No México — Embaixador Adolfo Cardoso de Alencar Guimarães;

No Paquistão — Embaixador Moacir Ribeiro Briggs;

Junto à Soberana Ordem Militar de Malta — Embaixador Frederico de Castelo Branco Clark;

Na Dinamarca — Ministro Nemésio Dutra;

No Equador — Ministro Carlos da Silveira Martins Ramos;

Em El Salvador — Ministro Hygas Chagas Pereira;

Em Guatemala — Ministro Raul Bopp;

2) *Prefeito do Distrito Federal:*

Coronel Dulcídio do Espirito Santo Cardoso.

VETOS DO SR. PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL APRECIADOS EM 1952

N. 7/51 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 139-51, que dispõe sobre transportes urbanos de camionetas ou micro-ônibus. (Parcial. arts.: 3º e 4º) — Lido no exp. de 4-12-51 — DCN. de 5-12-1951. — Em 29-1-52, é aprovado o veto por 32 votos contra 2.

N. 8/51 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 343-51 (que determina a inclusão da Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo e do Instituto de Serviço Social, na Universidade do D.F. — (Parcial: arts.: 1º, 2º, 3º e 4º) — Lido no exp. de 10-12-51 — DCN. de 11-12-51 — Em 30-1-52, é aprovado o veto por 30 votos contra 3.

N. 1/52 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 569-A-51, que proíbe a utilização do Teatro Municipal para bailes, banquetes, conferências de caráter político ou religioso e sessões solenes em geral. (Parcial) — Lido em 16-1-52 — D. C.N. de 17-1-52 — Em 4-2-52, é aprovado por 22 votos contra 14.

N. 2/52 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 23-51, que restabelece, para efeito de aposentadoria, a contagem do terço de pernoite, para todos os funcionários municipais que exerçam plantões ou trabalhos noturnos, de qualquer natureza. — (Total) — Lido no exp. de 16-1-51 — DCN. de 17-1-52 — Em 15-2-52, é aprovado o veto por 24 votos contra 3.

N. 3/52 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número

672-51, que dispõe do ingresso, no Quadro Extra da Prefeitura, do pessoal integrante do Quadro Especial do Ministério da Educação e Saúde, por força de transferência de vários serviços, antes da alçada da União, para o âmbito municipal. — (Parcial). — Lido no exp. de 22-1-52 — DCN. de 23-1-52. — Em 21-2-52, é aprovado o veto por 34 votos contra 7.

N. 4/52 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 671-51, que nivela vencimentos das carreiras do Quadro Permanente da Prefeitura do D.F. — (Total). — Lido no exp. de 31-1-52 — DCN. de 1-2-52 — Em 28-2-52, encerrada a discussão é adiada a votação por falta de número. Em 3-3-52, é aprovado o veto por 34 votos contra 2.

N. 5/52 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 736-A-52, que cria a «Autarquia Municipal da Habitação Popular», com personalidade jurídica própria e com a finalidade de planejar, orientar e executar a construção de centros residenciais populares no D.F., visando a extinção das favelas. (Total) — Lido no exp. de 1-7-52 — DCN. de 2-7-52. — Em 16-7-52, é aprovado por 42 votos.

N. 6/52 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 640-A-51, que delega à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, a administração, guarda e manutenção dos Cemitérios de São João Batista e São Francisco Xavier, realização de serviços funerários correlatos, bem

como a dos Hospitais de São João Batista da Lagôa, Nossa Senhora da Saúde e Nossa Senhora do Socorro, pelo prazo de 25 anos nos termos do contrato com a referida instituição. (Parcial). — Lido no exp. de 7-8-52 — DCN. de 8-8-52. — Em 5-9-52, é aprovado o veto: ao § 2º do art. 3º — 25 ao art. 6º — 26 votos «sim», 6 «não» e 3 em «branco».

7/52 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores n. 758-C-52, que autoriza o Poder Executivo a tomar as providências e pôr em prática as medidas necessárias à construção e exploração na cidade de uma rede de trens elétricos subterrâneos que denominar-se-á «Metropolitano do Rio de Janeiro». (Parcial) — Lido no exp. de 28-11-52 — DCN. de 29-11-52 — À Com. de Const. e Justiça, em 28-11-52. — (Com o Sen. João Vilasbôas, em 1-12-52).

Vetos recebidos após o encerramento da sessão legislativa ordinária de 1952:

N. 1/53 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 1.000-B-52, que dispõe sobre a criação de adicional ao imposto de vendas e consignações e emissão de bônus e dá outras providências. (Total) — Para leitura do exp. de 16 de janeiro de 1953.

N. 2/53 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 948-52, que amplia o Quadro de Professores do Curso Primário Supletivo da Prefeitura e dá outras providências. (Parcial: §§ 1.º, 2.º e 3.º e o artigo 2º). — Para leitura do exp. de 16-1-53.

N. 3/53 — Oposto ao Projeto de Lei da Câmara dos Vereadores número 821-52, que dispõe sobre a nomeação e admissão de cegos para o exercício de funções e cargos públicos, e dá outras providências. (Total). Para leitura do exp. de 16-1-53.

ANEXO 31

PROJETOS PENDENTES DE SOLUÇÃO NO ENCERRA-
MENTO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS
DE 1951 E 1952

<i>Comissões</i>	Em 15-12-1951	Em 15-12-1952
<i>Permanentes</i>		
Agricultura, Indústria e Comércio ...	10	15
Constituição e Justiça	127	173
Diretora	4	4
Educação e Cultura	4	8
Finanças	149	224
Fôrças Armadas	6	15
Relações Exteriores	4	8
Saúde	2	1
Trabalho e Previdência Social	10	18
Viação e Obras Públicas	4	10
<i>Especiais</i>		
de Concessão de direitos Cíveis à Mulher Brasileira	0	1
do Código Comercial		1
de Reforma do Código de Processo Civil (Comissão Mista)	2	2
	320	481
Projetos aguardando distribuição às Comissões	33	10
inclusão em Ordem do Dia	353	491

MATÉRIAS PENDENTES DE SOLUÇÃO NO SENADO

LISTA DOS PROJETOS AINDA EM ESTUDO NAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Número — Ementa — Entrada
na Comissão*

PLCD — 469-48 — Autoriza a organização da empresa Frigoríficos Nacionais S. A. para a instalação de uma rede de armazéns e transportes frigoríficos e dá outras providências — 2-8-51.

PLCD — 117-50 — Altera a tributação do imposto de consumo sobre fósforos — 11-11-51.

PLCD — 245-50 — Dispõe sobre a medição e demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos selvícolas .

PLSF — 7-50 — Estende às dívidas de qualquer natureza, contraídas pelos criadores e recriadores de gado bovino antes de 5-1-48 as disposições da Lei n.º 1.002, de 24-12-49 — 22-8-52.

PLCD — 25-51 — Revigora o crédito especial de que trata o art. 3.º da Lei n.º 586, de 23 de dezembro de 1948 — 29-10-52.

PLCD — 32-51 — Eleva a taxa a que se refere o art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.300, de 10 de junho de 1940 e dá outras providências — 6-8-51.

PLCD — 268-51 — Prorroga o prazo dos contratos de arrendamento de terras, congela os preços e dá outras providências — 7-11-52.

PLCD — 291-51 — Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas — 21 de julho de 1952.

PLCD — 137-52 — Cria uma estação de Viticultura no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco. — 28-7-52.

PLCD — 145-52 — Autoriza o Governo Federal a proceder aos estudos para abertura de um canal de ponte de partilha na Serra de Aguapeí, entre os rios Jaurú e Guaporé, ligando as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas — 22-10-52.

PLDC — 279-52 — Cria a Escola Agrícola de Uruataí, no Estado de Goiás, e dá outras providências — 18-11-52.

PLCD — 325-52 — Isenta de pagamento de taxas as remessas de fundos para pagamento de adubos, inseticidas e fungicidas de uso agrícola — 21 de novembro de 1952.

PLSF — 12-52 — Institui a assistência aos pequenos agricultores de gêneros e plantas alimentícias — 17-7-52.

PLSF — 47-52 — Institui a cadeira de Vitivinicultura na Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Rio Grande do Sul.

PDL — 20-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato de cooperação celebrado entre o Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e outros — 9-6-52.

COMISSÃO DIRETORA

*Número — Ementa — Entrada
na Comissão*

PLCD — 254-50 — Abre o crédito especial de Cr\$ 110.000,00 para estudos de adaptação do Palácio Monroe — 15-6-51.

PR — 11-51 — Cria o Serviço Legislativo do Senado Federal — 12-12-52.

PR — 18-51 — Dispõe sobre dispensa de interstício para promoções na Secretaria do Senado Federal — 20-11-52.

PR — 8-52 — Dispõe sobre a reintegração de Antônio Correia da Silva, feita em obediência a sentença judiciária, na carreira de oficial legislativo do Senado Federal, como excedente — 4-12-52.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

*Número — Ementa — Entrada
na Comissão*

PLSF — 4750 — Revoga dispositivos da Lei do Serviço Militar — 4-11-52.

PLCD — 207-52 — Concede dispensa aos professores universitários das suas funções de magistério, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens de seus cargos, quando no exercício de cargo de Diretor de seus institutos universitários — 25-9-52.

PLCD — 313-52 — Institui o curso de Direito Penitenciário nas Faculdades de Direito do país e dá outras providências — 4-12-52.

PLCD — 347-52 — Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores — 2-12-52.

PLCD — 387-52 — Institui o «Dia de Carlos Gomes» e dá outras providências — 9-2-152.

PLCD — 379-52 — Autoriza o Poder Executivo a mandar coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do Doutor Epitácio da Silva Pessoa e dá outras providências — 9-12-52.

PDL — 112-52 — Aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito, assinado em Alexandria, a 8-9-51 — 8-12-52.

PDL — 114-52 — Aprova a Convenção Internacional assinada em Sèvres — 8-12-52.

COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO COMERCIAL

*Número — Ementa — Entrada
na Comissão*

PLCD — 326-51 — Determina as condições para o funcionamento de estabelecimentos de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares — 30-5-52.

COMISSÃO ESPECIAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS CIVIS À MULHER BRASILEIRA

*Número — Ementa — Entrada
na Comissão.*

PLSF — 29-52 — Assegura ampla capacidade civil à mulher casada, revogando quaisquer restrições legais em razão do sexo ou do matrimônio — 16-9-52.

PLCD — 354-48 — Concede imunidades aos vereadores municipais — 21-9-1949.

PLSF — 10-41 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 734.236,50 (sendo Cr\$ 565.780,00 para atender às despesas da Comissão de Reparações de Guerra, no decorrer de 1947, e Cr\$ 77.456,50 para pagamento de gratificação de função aos funcionários da Secretaria da Comissão de Defesa Econômica — 11-9-1948.

PDL — 83-49 — Dispõe sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional — 17-1-1951.

PLCD — 348-49 — Altera o art. 114 do Decreto-lei nº 483, de 8-6-1938 — 22-8-1952.

PLSF — 20-49 — Dá nova redação ao nº XI do art. 27, do Regulamento nº 24.646, de 10-3-48 — 7-6-1949.

PLSF — 29-49 — Revoga o Decreto-lei nº 9.116, de 1-4-46 — 1-7-1949.

PLCD — 33-50 — Dispõe sobre a recondução ao serviço de funcionários civis e militares e dá outras providências — 9-12-1950.

PLCD — 34-50 — Concede anistia aos participantes do conflito ocorrido na «Tribuna Popular» — 9-2-1950.

PLCD — 93-50 — Altera a redação de dispositivos do Código do Processo Penal — 18-4-1950.

PLCD — 285-50 — Completa o art. 31, V, letra b, da Constituição Federal — 21-11-1950.

PLCD Q 320-50 — Extingue o instituto da enfiteuse, aforamento ou emprazamento — 15-12-1950.

PLCD — 328-50 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Rio Branco e abre crédito especial de Cr\$ 332.880,00 — 15-12-1950.

PLCD — 337-50 — Dá nova redação a dispositivos do Código Civil — 6-2-1952.

PLSF — 1-50 — Estabelece normas para a execução do disposto no art. 22 do Decreto-lei nº 9.669, de 29-8-46 — 18-10-1950.

PLSF 20-50 — Modifica a ordem da sucessão hereditária legítima e dispõe sobre as heranças vacantes e a sua distribuição para a formação de patrimônio das universidades — 12-5-1950.

PLSF — 21-50 — Dispõe sobre a concessão de benefícios aos delegados regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que durante o período de guerra serviram em zonas discriminadas como perigosas na conformidade de prescrições militares então vigentes — 27-3-1952.

PLCD — 12-51 — Altera o artigo 1.523 do Código Civil — 17-1-1951.

PLCD — 19-51 — Reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal, cria o respectivo quadro do pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos e dá outras providências — 11-12-1952.

PLCD — 29-51 — Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências — 4-4-1951.

PLCD — 46-51 — Cria a Diretoria do Material Bélico da Aeronáutica — 27-6-1952.

PLCD — 143-51 — Define e pune o crime de genocídio — 10-8-1951.

PLCD — 165-51 — Dá garantia do Tesouro Nacional ao aval do Banco do Brasil S.A. nas promissórias de responsabilidade do Loide Brasileiro — Patrimônio Nacional — 23-8-1951.

PLCD — 172-51 — Altera os parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 217, de 15 de janeiro de 1948 — 29-8-1951.

PLCD — 182-51 — Fixa o número de Deputados para a próxima legislatura — 4-9-1951.

PLCD — 307-51 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figuerêdo, escrevente do Ministério da Guerra, de pedir retificação do ato da sua nomeação para o referido cargo — 22-10-1952.

PLCD — 337-51 — Modifica os arts. 203, 208, 214 e 464 do Decreto-lei nº 3.689, de 3-10-41 — 16-1-1952.

PLCD — 364-51 — Altera o § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 5.878, de 4-10-43, que autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento — 24-1-1952.

PLSFS — 2-51 — Dispõe sobre a estabilidade do pessoal extranumerário — 20-4-1952.

PLSF — 4-51 — Altera a legislação de Bolsas de Valores e dá outras providências — 4-1-1951.

PLSLF — 8-51 — Regula disposições do art. 48 da Constituição Federal — 15-1-1951.

PLSF — 14-51 — Institui, na Capital da República, a Bolsa de Pedras Preciosas, Semi-Preciosas e dá outras providências — 27-3-1951.

PLSF 25-51 — Modifica o art. 24 do Código Penal, instituindo a ação

penal popular para os delitos de responsabilidade — 5-6-1951.

PLSF — 35-51 — Estabelece disposições para a criação de sociedades destinadas ao financiamento de indústrias básicas e outras — 20-7-1951.

PLSF — 42-51 — Define a função pública, o mandato legislativo, o cargo público eletivo e o cargo público propriamente dito — 26-9-1951.

PLSF — 47-51 — Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 — 7-11-1951.

P.R. — 20-51 — Acrescenta parágrafo ao art. 2º do Regimento Interno — 15-10-1951.

P.R. — 26-51 — Extingue o cargo de oficial legislativo, classe «j» do quadro da Secretaria do Senado Federal vago com a exoneração de Maria Stela Duarte Caldeira — 24-3-1952.

PLCD — 12-52 — Autoriza a União a criar uma Fundação denominada «Serviço Social Rural» — 12-11-1952.

PLCD — 35-52 — Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica — 14-2-1952.

PLCD — 38-52 — Institui normas gerais para a elaboração dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios — 18-2-1952.

PLCD — 51-52 — Homologa, para todos os efeitos, a lei nº 539, de 12-1-1949, do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a diplomação em cursos estaduais de formação de professores primários e dá outras providências — 18-3-1952.

PLCD — 57-52 — Revoga os Decretos-lei ns. 6.688, de 13-7-1949 (lei da mobilização industrial), 7.265, de 24-1-1945, 8.363, de 31-12-1945 e 9.778, de 6-9-1946 — 25-3-1952.

PLCD — 66-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 546,80 para o fim que especifica — 5-6-1952.

PLCD — 99-52 — Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 58, de

10-12-1937, que dispõe sobre o loteamento e venda de terrenos em prestações — 6-5-1952.

PLCD — 104-52 — Modifica o artigo 2º do Decreto-lei nº 9.267, de 20-5-1946, que considera insalubre a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo — 16-5-1952.

PLCD 139-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio à reconstrução a reparos da Capital de Belém, Estado do Pará — 18-6-1952.

PLCD — 141-52 — Dispõe sobre o custo do ensino secundário particular (Lei Orgânica do Ensino Secundário) — 8-7-1952.

PLCD — 171-52 — Modifica o artigo 875, *caput*, do Código de Processo Civil — 4-8-1952.

PLCD — 190-52 — Provê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal — 20-8-52.

PLCD — 195-52 — Modifica o artigo 39 da Lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936 — 21-8-52.

PLCD — 201-52 — Provê quanto ao disposto no § 31, 2.ª parte do artigo 141 da Constituição Federal e dá outras providências — 21-8-52.

PLCD — 202-52 — Concede isenção de impostos e taxas para a importação de estampas e máquinas impressora destinadas à Associação das Obras Pavonianas de Assistência, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo — 21-8-52.

PLCD — 205-52 — Estende as vantagens dos Decretos-Leis ns. 2.523, de 23-8-940, e 8.625, de 10-1-946, respectivamente, aos funcionários aposentados dos quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda — 21-8-52.

PLCD — 208-52 — Dispõe sobre operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências — 10-9-52.

PLCD — 212-52 — Declara de utilidade pública o Centro Espírita Allan

Kardec, de Campinas, Estado de São Paulo — 10-9-52.

PLCD — 220-52 — Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimento com os Governos estaduais e o Instituto do Cacáu, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o plano de combate às pragas que infestam a lavoura cacaueteira e abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 — 11-9-52.

PLCD — 225-52 — Torna inalienáveis durante 10 anos os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal — 15-9-52.

PLCD — 238-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 203.220,00, para atender à despesa prevista no art. 5º da lei n. 1.313, de 17-1-1951 — 25-9-52.

PLCD — 239-52 — Dispõe sobre vencimentos dos Juizes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal — 25-9-52.

PLCD — 241-52 — Prorroga, por mais 120 dias, o prazo estipulado no art. 13 da Lei n. 1.563, de 1-3-52 — 25-9-52.

PLCD — 244-52 — Provê a eleição dos Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões — 25-9-52.

PLCD — 246-52 — Acrescenta um parágrafo único ao art. 14 da Lei número 192, de 17-1-1936 (Polícias Militares) — 25-9-52.

PLCD — 251-52 — Reconhece diploma de Arquiteto expedido pela Escola de Belas Artes da Bahia, antes da vigência do Decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938 — 29-9-52.

PLCD — 254-52 — Fixa a composição da Reserva do Exército — 7-10-52.

PLCD — 259-52 — Regula a execução de imóveis rurais para pagamento de dívidas fiscais e dá outras providências — 2-10-52.

PLCD — 264-52 — Estende, para efeito de pensão, as promoções de que trata a lei n. 1.267, de 9-12-50, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no

combate contra a revolução comunista de 1935 — 10-10-52.

PLCD — 267-52 — Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para importação da maquinária necessária ao fabrico de antibióticos — 10-10-52.

PLCD — 278-52 — Modifica os artigos 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal — 10-11-52.

PLCD — 282-52 — Modifica o artigo 2º da Lei n. 1.050, de 3-1-50 — 14-11-52.

PLCD — 283-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de .. Cr\$ 50.000.000,00, para atender a despesas realizadas no exercício de 1951 — 14-11-52.

PLCD — 284-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes da visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um representante especial de Sua Majestade o Rei Farouk I — 12-11-52.

PLCD — 285-52 — Revigora o inciso IX do § 6º do artigo 178 do Decreto-lei n. 4.657, de 4-9-1942 (Código Civil) — 14-11-52.

PLCD — 292-52 — Dispõe sobre a polícia marítima, aérea e de fronteiras — 21-11-52.

PLCD — 293-52 — Dá ao molhe acostável, construído na Praça Mauá, o nome de «Molhe Oscar Weischenck» — 21-11-52.

PLCD — 301-52 — Modifica o artigo 2º do Decreto-lei n. 8.249, de 29 de novembro de 1945 — 21-11-52.

PLCD — 306-52 — Institui, nas Comarcas do interior, o recurso *ex-officio* das decisões proferidas contra empregados — 21-11-52.

PLCD — 310-52 — Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional e dá outras providências — 21-11-52.

PLCD — 312-52 — Altera os artigos 663 e 688 do Decreto-lei n. 5.352, de 1-5-943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — 21-11-52.

PLCD — 317-52 — Assegura aos membros da diretoria de sindicatos os direitos de estabilidade no emprego, durante o período dos seus mandatos — 21-11-52.

PLCD — 321-52 — Modifica o artigo 457 e seus parágrafos do decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — 21-11-52.

PLCD — 329-52 — Cria, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo isolado de provimento em comissão, de Administrador da Colônia Agrícola Nacional da Jaíba, no Estado de Minas Gerais — 22-11-52.

PLCD — 333-52 — Dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros da empresa — 25-11-52.

PLCD — 335-52 — Considera Aureliano Cândido Tavares de Bastos patrono dos Municípios brasileiros — 25-11-52.

PLCD — 336-52 — Dispõe sobre o pagamento de Cr\$ 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando de Noronha — 26-11-52.

PLCD — 339-52 — Isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para obtenção de patentes de invenção — 28-11-52.

PLCD — 348-52 — Faz doação de imóvel à Cruz Vermelha Brasileira, para funcionamento de serviços assistenciais de sua filial no Estado do Rio Grande do Norte. — 2-12-52.

PLCD — 356-52 — Considera incluídas na locução «serviço público federal» as autarquias federais, inclusive as Caixas Econômicas Federais e dá outras providências — 4-12-52.

PLCD — 370-52 — Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências — 9-12-52.

PLCD — 372-52 — Estende a isenção de direitos de importação, imposto

de consumo e mais taxas aduaneiras, aos museus de artes plásticas de propriedade privada — 9-12-52.

PLCD — 374-52 — Regula os direitos civis da mulher casada e dá outras providências — 9-12-52.

PLCD — 375-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 30.000,00 anuais à viúva de Luiz Campos Teixeira, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal de Alagoas — 9-12-52.

PLCD — 376-52 — Dispõe sobre a acumulação de cargos públicos — 9 de dezembro de 1952.

PLCD — 377-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pintor Hélio Aristides Seelinger — 9-12-52.

PLDC — 380-52 — Altera o quadro do pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências — 10-12-52.

PLDC — 384-56 — Denomina Biblioteca Murilo Braga e Biblioteca do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — 10-12-52.

PLDC — 386-52 — Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências — 10-12-52.

PLDC — 388-52 — Denomina Sanatório Adriano Jorge o sanatório para tuberculosos construído pelo Governo Federal na cidade de Manaus, Estado do Amazonas — 10-12-52.

PLDC — 395-52 — Restabelece o sistema ortográfico do “Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa” e revoga o decreto-lei n.º 3.286, de 5 de dezembro de 1945 — 11-12-52.

PLDC — 398-52 — Modifica dispositivos do Código Penal, da Lei das Contravenções Penais e do Código de Processo Penal e dá outras providências — 15-12-52.

PLSF — 3-52 — Altera o art. 18 da lei n.º 1.300 de 28-12-1950, sobre inquilinato, para vedar despejo também dos imóveis ocupados por repartições públicas — 18-2-52.

PLSF — 4-52 — Regula a profissão de corretores de seguros — 2-4-52.

PLSF — 5-52 — Altera o art. 875 do Código de Processo Civil e dá outras providências — 4-4-52.

PLSF — 7-52 — Concede aposentadoria aos magistrados com os vencimentos correspondentes aos da classe imediatamente superior, se contarem 60 anos de idade — 23-4-52.

PLSF — 10-52 — Considera extinta a Câmara do Reajustamento Econômico, criada pelo decreto n.º 23.931, de 9-3-1934 e dá outras providências — 29-4-52.

PLSF — 15-52 — Modifica o decreto-lei n.º 9.760, de 5-9-46, que dispõe sobre os bens imóveis da União — 4-6-52.

PLSF — 17-52 — Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública — 5-6-52.

PLSF — 19-52 — Altera o Código Eleitoral (lei n.º 1.164, de 24-6-1950) — 9-9-52.

PLSF — 21-52 — Estabelece indenização para casos de aprisionamento injusto — 13-6-52.

PLSF — 23-52 — Dispõe sobre a validade dos atuais títulos eleitorais, para as eleições que se realizarem no ano de 1952 e suas suplementares, embora com os espaços esgotados para a rubrica do Presidente da Mesa receptora, a qual poderá ser aposta em qualquer lugar — 18-6-52.

PLSF — 24-52 — Altera a redação do art. 10 do Regulamento do Instituto Rio Branco — 11-12-52.

PLSF — 26-52 — Estabelece processo especial para os crimes cometidos por funcionários policiais — 23-6-52.

PLSF — 30-52 — Modifica o art. 880 do Código de Processo Civil — 26-8-52.

PLSF — 31-52 — Modifica os arts. 129, 131, 254, 256 e 257 do Código de Processo Civil — 8-9-52.

PLSF — 32-52 — Revoga o art. 27 do decreto-lei n.º 3.365, de 21-6-41 — 4-8-52.

PLSF — 33-52 — Facilita o registro e o funcionamento das associações civis — 16-9-52.

PLSF — 34-52 — Regula a ação para cobrança de honorários médicos, restabelecendo a regra do art. 178, § 6.º, IX, do Código Civil — 4-8-52.

PLSF — Modifica o art. 140 do Código do Processo Civil — 27-8-52.

PLSF — 37-52 — Modifica os arts. 378, 379, 381, 842, XVII do Código de Processo Civil — 27-8-52.

PLSF — 38-52 — Modifica o art. 8.º da lei n.º 1.505, de 19-12-1951 — 2-9-52.

PLSF — 39-52 — Autoriza a desapropriação e a compra de automóveis-taxis — 2-9-52.

PLSF — 40-52 — Autoriza o pagamento das dívidas fiscais em atraso, mediante condições que estabelece — 8-9-52.

PLSF — 42-52 — Dispõe sobre a construção, na capital federal, do Palácio da Justiça — 16-9-52.

PLSF — 43-52 — Estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do decreto-lei n.º 103, de 23-12-1937 — 29-9-52.

PLSF — 44-52 — Altera dispositivos do decreto-lei n.º 3.689, de 3-10-41 (Código de Processo Penal) — 2 de outubro de 1952.

PLSF — 48-52 — Modifica os arts. 3.º, II, 4.º, § único, 5.º §§ 4.º, 5.º e 6.º, da lei n.º 1.505, de 19-12-1951 — 24-10-52.

PLSF — Dispõe sobre processo e julgamento dos recursos de embargos e revistas — 24-10-52.

PLSF — 50-52 — Cria, no Distrito Federal, Juízos Correccionais, para processamento imediato das contravenções e causas cíveis que enumera — 26 de novembro de 1952.

PLSF — 51-52 — Concede aos oficiais da Marinha Mercante do Brasil vantagens por serviços de guerra — 2-12-52.

PLSF — 52-52 — Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — duas séries de selos postais, de taxas

comuns, variáveis, sobre motivos de navegação marítima e fluvial — 13 de dezembro de 1952.

PDL — 1-52 — Aprova o texto da Convenção Ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em Lisboa — 28-1-52.

PDL — 88-52 — Mantém a decisão denegatória de registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Malheiros & Cia. — 15-10-52.

PDL — 89-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Somag-Sociedade de Engenharia Ltda. — 15 de outubro de 1952.

PDL — 96-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato celebrado entre o Departamento da Imprensa Nacional e a I.B.M. World Trade Corporation — 10-11-52.

PDL — 100-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda. — 12-11-52.

PDL — 101-52 — Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções S.A. — 10-11-52.

PDL — 102-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Januário Xavier e sua mulher Antônio Joana Xavier — 12 de novembro de 1952.

PDL — 103-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bagaw S. A. de Comércio Internacional — 12-11-52.

PDL — 105-52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. — 12-11-52.

PDL — 106-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro ao termo de ajuste celebrado entre o Ministério da Agricultura e Manuel Nunes de Magalhães e sua mulher Durcelina Maria de Carvalho — 12-11-52.

PDL — 107-52 — Aprova o registro sob reserva da despesa de Cr\$ 107.135,00 para prosseguimento e conclusão das obras do Pavilhão da Colônia Juliano Moreira — 13-11-52.

PDL — 108-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e Floriano Catarinense Peixoto — 14-11-52.

PDL — 109-52 — Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma M. S. Lino & Cia. Ltda. — 21-11-52.

PDL — 111-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato de empreitada celebrado entre a União Federal e a empresa de Engenharia Geip Ltda. — 21-11-52.

PDL — 115-52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Ltda. — 25 de novembro de 1952.

PDL — 116-52 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goiana — 28 de novembro de 1952.

PDL — 117-52 — Aprova a decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Rocha & Cia. — 1-12-52.

PDL — 118-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Fluminense de Medicina Veterinária — 1-12-52.

PDL — 119-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de

registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Conservadora Americana Ltda. — 1 de dezembro de 1952.

PDL — 122-52 — Aprova a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Mário Pereira Duarte — 3-12-52.

PDL 123-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Alberto Marson — 3-12-52.

PDL — 124-52 — Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Anônima Rádio Tupi — 3 de dezembro de 1952.

PDL — 129-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e José Tomás Senise — 9 de dezembro de 1952.

PDL — 130-52 — Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura e Adolfo Xerez de Oliveira Góis — 9-12-52.

PDL — 131-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Antônio Francisco de Sá Sobrinho e sua mulher Maria Freire Blum Filha — 9-12-52.

PDI. — 132-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Paulo Joaquim Janson Coutinho — 9-12-52.

PDL — 133-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Wolfgang Kotenberg — 10 de dezembro de 1952.

PDL — 134-52 — Aprova o termo de escritura pública de compra e venda feita entre o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura e Teodoro Kestring e sua mulher Rosa Mezzari Kestring — 10 de dezembro de 1952.

PDL — 135-52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e João Martins — 10-12-52.

PR — 6-52 — Dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Juadro da

Secretaria do Senado Federal — 17 de julho de 1952.

PR — 11-52 — Dispõe sobre a distribuição, entre jornalistas credenciados na casa, da Sinópse dos trabalhos do Senado — 11-11-52.

PR — 12-52 — Concede gratificação aos funcionários da Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares e aos Redatores, Revisores do Senado Federal — 11-11-52.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Número — Ementa — Entrada na Comissão

PLCD — 49-47 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação, o crédito especitl de Cr\$ 1.695.475,60, para cobertura dos *deficits* verificados no exercício de 1945 e no 1.º trimestre de 1946, na exploração dos serviços da Cia. Italiana dei Cavi Telegrafi Sottomarini — 9-11-49.

PLSF — 7-47 — Modifica as operações cambiais reguladas pelo Decreto-lei n.º 9.025, de 27-2-46, e dá outras providências — 28-5-48.

PLSF — 49-47 — Modifica o Decreto n.º 942-A, de 31-10-890, que regula o Montepio Civil — 29-9-48.

PLSF — 51-47 — Dispõe que os oficiais e praças, graduados ou não, sobreviventes dos cercos de Bagé e da Lapa, promovidos ou comissionados por atos de bravura ou por serviços relevantes, passem a perceber, na data desta lei, como se efetivos fossem, os seus vencimentos pela tabela atual — 11 de dezembro de 1950.

PLCD — Extingue o Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura e dá outras providência — 7-3-49.

PLSF — 11-48 — Dispõe sobre a incorporação do Banco Central de Emissão e Redesconto do Brasil S.A. e dá outras providências — 7-6-48.

PLCD — 79-49 — Estabelece cotas de consumo de fio de sêda natural nas tecelagens e malharias — 12-4-49.

PLCD — 81-49 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de

crédito especial de Cr\$ 223.156.000,00, para integralização de ações da Fábrica Nacional de Motores — 14-4-49.

PLCD — 316-49 — Isenta do pagamento de imposto de importação e demais taxas aduaneiras o rebocador «Lady», importado por Wilson, Sons & Co. Ltd. — 23-9-49.

PLCD — 365-49 — Autoriza as Caixas Econômicas Federais a operar em Seguros de Renda Imobiliária de empréstimos hipotecários — 17-4-51.

PLCD — 407-49 — Releva a prescrição do montepio e meio sôlido das beneficiárias do Tenente Gustavo Sampaio — 19-4-51.

PLCD — 440-49 — Dá nova redação ao art. 183 da primeira seção, classe 7ª, da Tarifa que acompanha o decreto-lei n.º 2.878, de 18-12-40 (sêdas) — 30-3-51.

PLCD — 461-49 — Dispõe sobre a distribuição da correspondência postal e telegráfica — 6-6-51.

PLCD — 496-49 — Concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira, isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capeiro — 22-8-52.

PLSF — 1-49 — Dá aplicação e fiscalização à lei n.º 449, de 14-6-37, que dispõe sobre a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e autoriza o Governo a emitir papel-moeda — 24 de agosto de 1949.

PLSF — 5-49 — Revoga o Decreto-lei n.º 5.784, de 30-8-43, que anexou à Estrada de Ferro Maricá a Estrada de Ferro Central do Brasil — 4-12-52.

PLSF — 8-49 — Dispõe sobre o funcionamento dos Bancos, sua fiscalização e dá outras providências (lei bancária) — 24-1-51.

PLSF — 22-49 — Regula a aplicação do art. 15, § 4.º da Constituição Federal — 25-8-49.

PLSF — 36-49 — Autoriza o loteamento da área emancipada do Núcleo Colonial Santa Cruz e dá outras providências — 31-5-50.

PLSF — Dispõe sobre a incorporação do Banco Hipotecário, Agrícola e Industrial do Brasil S. A. e dá outras providências — 30-9-49.

PLSF — 41-49 — Eleva o abono familiar e modifica o conceito de família numerosa para a sua concessão — 26-6-52.

PLSF — 52-49 — Dispõe sobre as operações de câmbio manual e dá outras providências — 7-3-50

PLC — 35-50 — Concede ao Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para os materiais importados pela Rádio Inconfidência, que especifica — 4-1-51.

PLCD — 41-50 — Concede pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro — 23-5-50.

PLCD — 76-50 — Altera a Tarifa das Alfândegas nos artigos que indica — 24-1-51.

PLCD — 77-50 — Releva prescrição do prazo para habilitação do Dorvian Peres Monaco ao montepio deixado por seu pai — 23-3-50.

PLCD — 80-50 — Releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manuel Pio Correia, à percepção do respectivo montepio — 19-4-53.

PLCD — 1-50 — Dôa casa própria a todo expedicionário, total ou parcialmente invalidado para o trabalho, inclusive a herdeiros — 20-7-51.

PLCD — 93-50 — Concede subvenção anual de Cr\$ 350.000,00 à Escola Apostólica do Colégio do Caraça — 6-3-52.

PLCD — 105-50 — Concede auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Associação Brasileira de Municípios, para a realização do I Congresso Nacional de Municípios — 2-6-50.

PLCD — 143-50 — Fixa o horário dos funcionários públicos civis e dos servidores das entidades autárquicas e para-estatais que exercem função médica e odontológica — 12-10-51.

PLCD — 150-50 — Assegura o direito à habilitação *post-mortem*, perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.547, de 12-6-41 e dá outras providências — 30-10-50.

PLCD — 161-50 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 554.495,80 para ocorrer às despesas com o fornecimento de notas de papel moeda — 24-8-50.

PLCD — 179-50 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 308.799.977,60, para ocorrer às despesas relativas à sentença proferida pelo Juízo Arbitral, instituído pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 9.521, de 26-7-46, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.648, de 2-9-42, e 7.024, de 6-11-44, que regulam o destino dos bens deixados por Henrique Laje — 19-11-52.

PLCD — 223-50 — Dispõe sobre o aumento de capital das sociedades anônimas financiadas pelo Banco do Brasil S. A. — 27-9-51.

PLCD — 224-50 — Estabelece a constituição do Quadro de Oficiais Generais do Exército — 30-11-51.

PLCD — 228-50 — Autoriza a cobrança, sem multa, da dívida fiscal em atraso e dá outras providências — 29 de novembro de 1950.

PLCD — 245-50 — Dispõe sobre a medição e demarcação e registro de propriedade de terras ocupadas pelos selvícolas — 2-10-52.

PLCD — 253-50 — Dispõe sobre as contribuições do Montepio Civil da União e dá outras providências — 6 de abril de 1951.

PLCD — 263-50 — Torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões bocígenas do país — 20-7-51.

PLCD — 278-50 — Estabelece critério para o caso de acesso à carreira de Técnico de Laboratório do Ministério da Educação e Saúde — 6-3-52.

PLCD — 294-50 — Dispõe sobre concursos, estabelecendo preferência para a nomeação de funcionários e servidores efetivos que tenham mais de cinco anos de serviço e que prestem concurso para o preenchimento de vagas acima dos cargos ou funções que ocupam, uma vez que alcancem aprovação — 6-5-52.

PLCD — 304-50 — Modifica o Decreto-lei n.º 8.768, de 21-1-46, que concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências — 6-4-51.

PLCD — 309-50 — Dispensa do recolhimento dos Depósitos Compulsórios, Depósitos de Garantia e Certificado de Equipamento, os contribuintes que tenham processos de lançamento pendentes de decisão — 11-4-51.

PLCD — 312-50 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para a Rádio Sociedade Farroutilha Ltda., de Porto Alegre — 8-1-51.

PLCD — 313-50 — Concede isenção de direitos de importação à Prefeitura de Campo Grande, Mato Grosso, para um trator Caterpillar — 30-8-51.

PLCD — 314-50 — Isenta de direitos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, uma draga hidráulica de sucção e de recalque importada pela Sociedade de Expansão Comercial e Urbana Ltda., com sede em Recife — 11-4-51.

PLCD — 323-50 — Prorroga por três anos a isenção do imposto sobre lucros apurados na venda de propriedades imobiliárias rurais, criado pelo Decreto-lei n.º 9.330, de 10-6-46, constante da Lei n.º 154, de 25-11-47 e do Decreto n.º 24.239, de 22-12-47 — 30 de janeiro de 1951.

PLCD — 330-50 — Concede isenção de direitos para material importado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso — 8-1-51.

PLCD — 355-50 — Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para a ereção de um busto do Senador Salgado Filho — 5-1-51.

PLCD — 357-50 — Concede à Companhia Brasileira de Alumínio isenção de impostos de importação e taxas aduaneiras, salvo a de previdência social, para material destinado à construção de uma fábrica de alumínio — 17-5-51.

PLCD — 361-50 — Isenta de pagamento de impostos de importação e taxas aduaneiras 23 chatas e 2 rebocadores importados pela Cia. Moore Mac Cormack (Nav) S.A. — 11-4-51.

PLSF — 12-50 — Autoriza o Poder Executivo a entrar em acordo com a Prefeitura do Distrito Federal para a construção do Metropolitano do Rio de Janeiro — 11-8-50.

PLSF — 16-50 — Dispõe sobre a contribuição ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado dos servidores não inscritos por limite de idade — 17-10-52.

PLSF — 19-50 — Declara de interesse social os direitos autorais das obras do escritor Machado de Assis e providencia sobre a sua desapropriação e uma nova edição das mesmas — 20-6-1952.

PLSF — 29-50 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio à reconstrução e reparos da catedral de Belém, Estado do Pará — 8-8-1952.

PLSF — 30-50 — Estende aos militares que participaram de operações de guerra as vantagens da lei nº 616, de 1949 — 24-10-1951.

PLSF — 37-50 — Modifica disposições do Decreto-lei nº 8.311, de 6-12-1945 — 17-11-1950.

PLSF — 44-50 — Autoriza o Poder Executivo a constituir uma Comissão para estudar as necessidades e problemas da construção naval e da Marinha Mercante e dá outras providências — 30-3-1951.

PLSF — 45-50 — Dispõe sobre a aplicação do art. 15 da Lei nº 886, de 24-10-49, a funcionários nas condições aí estabelecidas, aposentados antes da publicação dessa lei — 9-10-1952.

PLSF — 45-50 — Dispõe sobre a aplicação do art. 15 da Lei nº 886, de

24-10-49, a funcionários nas condições aí estabelecidas, aposentados antes da publicação dessa lei — 9-10-1952.

PLSF — 59-50 — Autoriza o Poder Executivo a mandar efetuar a reversão ao serviço ativo do Exército dos oficiais do Quadro do Serviço de Intendência, que tenham sido compulsados de 2-6-1946 até a presente data — 21-8-1952.

PDL — 19-50 — Mantém registro, sob reserva, de concessão de melhoria de pensão de montepio a Silda Corrêa da Silva Pessoa e outros, viúva e filhos de Deodoro Luís da Silva Pessoa — 23-3-1950.

PDL — 35-50 — Aprova o Acordo sobre privilégios de Imunidades da Organização dos Estados Americanos, firmado pelo Brasil a 22-9-49 — 21-6-1951.

PLCD — 4-51 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 49.174.943,30 e dá outras providências — 19-11-1952.

PLCD — 5-51 — Altera a legislação sobre imposto de renda — 23-1-1951.

PLCD — Altera disposições da Lei nº 27, de 15 de fevereiro de 1947 — 19-11-1951.

PLCD — 52-51 — Cria novos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências — 8-8-1952.

PLCD — 57-51 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para máquinas e materias destinados à S. A. Indústrias Votorantin, de São Paulo — 17-4-1951.

PLCD — 74-51 — Dispõe sobre a isenção de direitos para a Companhia Cimento Brasileiro — 17-5-1951.

PLCD — 75-51 — Dispõe sobre os cargos de direção e chefia do Departamento Federal de Segurança Pública — 4-5-1951.

PLCD — 81-51 — Estende os benefícios previstos nas leis ns. 288, de 1948, e 616, de 1949, que concedem vantagens a militares e civis que tomaram parte em operações de guerra — 28-5-1952.

PLCD — 83-51 — Extingue a Comissão de Readaptação dos Incapazes

das Forças Armadas e dá outras providências — 11-12-1952.

PLCD — 85-51 — Cria o Ministério da Saúde e Assistência e dá outras providências — 21-7-1952.

PLCD — 120-51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 385.978,80, para atender às despesas com a indenização, ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requistado em 1942, pela mesma Secretaria de Estado — 14-8-1951.

PLCD — 151-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Pirajuí, Estado de São Paulo, o prédio da antiga estação do mesmo nome, pertencente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — 19-9-1951.

PLCD — Erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico e urbanístico de Iguaçu, Estado de Pernambuco — 17-10-1951.

PLCD — 199-51 — Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 605, de 5-1-49 — 11-18-1952.

PLCD — 222-51 — Assegura ao Major Cícero Cavalcanti contagem de tempo de serviço — 15-10-1952.

PLCD — Dispõe o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e dá outras providências — 11-9-1952.

PLCD — 260-51 — Concede isenção de direitos de importação par consumo e demais taxas aduaneiras, para material importado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes — 11-2-1952.

PLCD — 277-51 — Altera o item I da letra a do art. 3º da Lei nº 494, de 26-11-1948 (Lei do Imposto de Consumo) — 21-2-1952.

PLCD — 283-51 — Dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo, por processo de devolução — 9-6-1952.

PLCD — 308-51 — Denomina professores de educação física os atuais instrutores de educação física do Instituto Benjamin Constant — 6-5-1952.

PLCD — 321-51 — Relewa a prescrição em que incorreu o direito da menor Chislene Velasquez Hudziak à pensão especial deixada pelo cadete do ar, João Hudziak — 11-2-1952.

PLCD — 325-51 — Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Prefeitura Municipal de Formiga e outras — 19-5-1952.

PLCD — 366-51 — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social e do imposto de consumo para materiais destinados ao Estado do Rio Grande do Sul — 12-2-1952.

PLSF — 6-51 — Obriga a desapropriação de áreas irrigáveis dos açudes públicos, adota medidas sobre o arrendamento de terras e bacias hidráulicas e dá outras providências — 19-7-1952.

PLSF — 11-51 — Dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) — 17-10-1952.

PLSF — 12-51 — Autoriza o Poder Executivo a doar ao Patronato Santa Catarina Labouré, de Piripiri, Piauí, os terrenos e edifícios que na mesma localidade serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — 24-4-1951.

PLSF — 16-51 — Estende a Fiscais de Rendas Federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei nº 325, de 23-1-1951 — 2-7-1952.

PLSF — 19-51 — Assegura a transferência dos vencimentos ao câmbio oficial, ao servidor público que se ausentar do país em missão cultural ou de estudo — 23-10-1951.

PLSF — 28-51 — Regula a participação obrigatória e direta do trabalhador no lucro das empresas — 1-8-1952.

PLSF — 44-51 — Manda o cidadão, chamado a exercer função pública ou administrativa de relevante importância, fazer declaração circunstanciada de seus bens — 2-4-1952.

PLSF — 49-51 — Dispõe sobre aposentadoria e pensões dos Institutos e Caixas — 26-8-1952.

PLSF — 51-51 — Dispõe sobre o pagamento do salário-família — 1-12-1952.

PLSF — 51-51 — Dispõe sobre a execução de obras contra as secas nos Estados nordestinos — 20-3-1952.

PDL — 25-51 — Aprova o texto do Acôrdo relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento das doenças venéreas, concluído em Bruxelas em 1-12-1924.

PDL — 65-61 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de acôrdo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná — 2-10-1951.

PLCD — 4-52 — Estabelece regras para a defesa de interesses da Fazenda Pública em juízo e dá outras providências — 18-9-52.

PLCD — 19-52 — Acrescenta parágrafo ao art. 8.º da Lei n.º 1.181, de 17-8-1950, que autoriza a abertura de crédito especial destinado a subvencionar empresas de transporte aéreo — 14-12-52.

PLCD — 22-52 — Concede isenção de direitos para a importação de gado em pé, destinado ao corte — 14-2-52.

PLCD — 40-52 — Assegura o financiamento, a longo prazo, de serviços públicos municipais e estabelece outras providências — 11-8-52.

PLCD — 45-52 — Inclui a Associação dos Servidores Civis do Brasil entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 3-1-1950 — 28-7-52.

PLCD — 47-52 — Isenta a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul do pagamento de taxas aduaneiras de um grupo Diesel-elétrico — 17-4-52.

PLCD — 49-52 — Iguala a situação dos que desempenham funções gratificadas — 13-6-52.

PLCD — 52-52 — Concede isenção de direitos de importação e taxas

aduaneyras, exceto a de previdência social, para uma máquina «Europa 11», adquirida na Alemanha pela Diretoria do Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, sediado em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul — 17-4-52.

PLCD — 54-52 — Isenta de direitos de importação e mais taxas aduaneiras os minérios de zinco e estanho, bem como os seus concentrados destinados à produção do metal em usinas estabelecidas no país — 5-5-52.

PLCD — 59-52 — Estabelece vantagens para os servidores civis e militares reintegrados por efeito da lei n.º 1.050, de 13 de janeiro de 1950 — 4-9-52.

PLCD — 62-52 — Reajusta as dividas dos seringalistas financiadas pelo Banco de Crédito da Borracha e dá outras providências — 24-11-52.

PLCD — 64-52 — Concede isenção de direitos de importação para uma estação transmissora destinada às «Emissoras Unidas» (Rádio Record S. A.) de São Paulo — 17-4-52.

PLCD — 69-52 — Cria a Escola de Agronomia de Manaus e dá outras providências — 16-9-52.

PLCD — 79-52 — Reduz a 1% *ad valorem* os direitos alfandegários sobre aparelhos ortopédicos, isenta-os do imposto de consumo e dá outras providências — 29-4-52.

PLCD — 80-52 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação do órgão destinado à Comunidades Evangélica de Ibirubá — 2-5-52.

PLCD — 85-52 — Isenta de impostos e taxas federais as sociedades beneficentes — 29-4-52.

PLCD — 87-52 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,80, para obras na Biblioteca e no Serviço de Intercâmbio e Catalogação do D.A.S.P. — 9-5-52.

PLCD — 91-52 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, que dispõe sô-

bre a organização e funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — 26 de agosto de 1952.

PLCD — 101-52 — Dispõe sobre o desdobramento dos cursos de Geografia e de História nas Faculdades de Filosofia — 19-9-52.

PLCD — 107-52 — Institui no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, o registro das empresas exportadores, cria uma Junta de Conciliação e Julgamento dos dissídios no comércio exportador e dá outras providências — 22-8-52.

PLCD — 120-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, para contratar, respectivamente, os estudos do aproveitamento do potencial hidráulico do Salto Capivara no rio Paranapanema e do Estreito no rio Uruguai, da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do rio Itabapoana — 21-8-52.

PLCD — 122-52 — Concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens & Sebuckest — 17-7-52.

PLCD — 130-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado ao combate ao câncer em todo o país — 24-10-52.

PLCD — 133-52 — Autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no município de Ipameri, Estado de Goiás, uma agência postal-telegráfica em Ivorá, distrito de Júlio de Castilhos, uma agência telegráfica em Nova Esperança, município de Uagui e uma agência postal em Arambaré, Camapuan, Estado do Rio Grande do Sul — 21-10-52.

PLCD — 136-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude pú-

blico da cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco — 17-7-52.

PLCD — 143-52 — Torna extensivas a capitães médicos e oficiais subalternos médicos da Reserva da 2.ª classe do Exército, bem como aos de Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do art. 5.º da Lei n.º 1.125, de 7-6-1950 — 14-11-52.

PLCD — 144-52 — Concede pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 700,00, à viúva Aracy de Monteuil Martins Santos — 14-8-52.

PLCD — 147-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos e sua esposa, Carlota de Siqueira Campos — 8-8-52.

PLCD — 148-52 — Concede o prêmio de Cr\$ 100.000,00 ao agrônomo Gregório Bondar — 23-9-52.

PLCD — 149-52 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Estado do Rio Grande do Norte para instalação de escolas superiores — 19-9-52.

PLCD — 154-52 — Institui, no Ministério da Educação e Saúde, o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Arte — 6-10-52.

PLCD — 159-52 — Isenta a prefeitura municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, de direitos alfandegários para importação de máquinas destinadas à Usina hidroelétrica de sua propriedade — 4-9-52.

PLCD — 160-52 — Assegura a Ruth Ferreira Pires Ferreira, viúva do Tenente-Coronel do Exército Alkindar Pires Ferreira, a pensão estipulada no art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.169, de 14-5-1941, e concedida pelo Decreto-lei n.º 5.330, de 18-3-1943 — 17-9-52.

PLCD — 16-952 — Modifica o artigo 1.º da Lei n.º 935, de 29 de novembro de 1949 — 13-12-52.

PLCD — 174-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial até a importância de

Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição de biblioteca musical — 14-11-52.

PLCD — 178-52 — Altera o Orçamento Geral da União para o exercício de 1952, Anexo n.º 20, Ministério da Guerra — 16-9-52.

PLCD — 180-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.500,00 mensais a Maria Pegado Zschmmler, mensalista da Seção Comercial da Fábrica Presidente Vargas — 4-9-52.

PLCD — 197-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.497.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana — 28 de agosto de 1952.

PLCD — 199-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.162,50 a Edith Henriques Dutra, viúva do Dr. José Bourdout Dutra, ex-professor catedrático da Escola Nacional de Minas e Metalurgia — 9-10-52.

PLCD — 229-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.200,00 mensais à viúva e filhas solteiras de Francisco José Gomes Guimarães — 9-10-52.

PLCD — 232-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.000,00 a Elza Giolioli Bartazon, viúva do escultor brasileiro Hugo Bertazon — 16-10-52.

PLCD — 233-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais à Dra. Rita Lobato Velho Lopes — 16-10-52.

PLCD — 235-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 2.590,00 mensais a Hilda Sampaio Ribeiro e Walkir Sampaio Ribeiro, viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares — 18-12-52.

PLCD — 240-52 — Manda erigir um «Panteon» em Maceió, Estado de Alagoas — 30-10-52.

PLCD — 243-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.000,00 mensais a Avelina Costa Pereira, filha do Ministro do Império Costa Pereira — 9-10-52.

PLCD — 245-52 — Concede isenção de direitos aduaneiros e demais taxas para duas ambulâncias marca «Chevrolet» importadas dos Estados Unidos da América do Norte pela Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande do Sul — 8-12-52.

PLCD — 253-52 — Concede isenção de direitos aduaneiros à firma Standard Oil Company of Brasil, para importação de 250.000 exemplares de mapas turísticos da América do Sul — 11-12-52.

PLCD — 255-52 — Modifica o item 4 da alínea b do Anexo 3 (Setor Transporte — Estradas de Ferro) da Lei n. 1.102, de 18-5-1950 — 6-11-1952.

PLCD — 262-52 — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para um transmissor de rádio importado pela Rádio Jornal do Brasil S.A. do Rio de Janeiro — 6-11-52.

PLCD — 269-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.000,00 a Clarinda Sebastiana de Jesus Chaves e Maria da Glória Dias Chaves, viúva e filha de Paulo Lourenço Dias Chaves — 6-11-52.

PLCD — 276-52 — Concede isenção de direitos aduaneiros para três painéis destinados à fachada do Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora — 28-11 de 1952.

PLCD — 285-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça dos Territórios — o crédito especial de Cr\$ 1.000,00, para ocorrer a despesas com a instalação das Comarcas de Brasiléia e Feijó, no Território do Acre — 4-12-52.

PLCD — 294-52 — Concede o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — 21-11-52.

PLCD — 296-52 — Suprime a letra «g» do art. 10 do Decreto-lei número 5.625, de 28-6-43, cuja redação foi modificada pelo Decreto-lei número 6.548, de 31 de maio de 1944 — 21-11-52.

PLCD — 297-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 77.698,40, para pagamento relativo ao exercício de 1951, aos oficiais administrativos Emanuel Pinheiro e Antônio Campos Monteiro e ao contador José Porpino da Silva — 21-11-52.

PLCD — 304-52 — Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura e dá outras providências — 27-11-52.

PLCD — 316-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 3º Centenário da Restauração Pernambucana — 11-12-52.

PLCD — 322-52 — Dispõe sobre a contagem do prazo previsto no art. 56 da Lei n. 830, de 23-9-49 — 4-12-52.

PLCD — 323-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Djanira Lima da Cunha — 4-12-52.

PLCD — 328-52 — Retifica o Orçamento Geral da República para o exercício de 1952 (Lei n. 1.487, de 6-12-51) — 22-11-52.

PLCD — 330-52 — Concede a pensão de Cr\$ 3.000,00 mensais a Hercília Cruz de Fontes Câmara, filha de Osvaldo Cruz — 4-12-52.

PLCD — 334-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 66.950.000,00, em reforço das verbas do Anexo n. 19 do Orçamento de 1952 (Lei n. 1.487, de 6-12-51) — 25-11-52.

PLCD — 344-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Aracajú nas comemorações do 1º centenário da cidade de Aracajú, capital do Estado de Sergipe, e dá outras providências — 28-11-52.

PLCD — 345-52 — Reabre por 60 dias a vigência do art. 12 da Lei

n. 231, de 6-2-1948, e dá outras providências — 10-12-52.

PLCD — 346-52 — Aplica as disposições do Decreto-lei n. 8.442, de 26-12-1945, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do D. F. que passaram à inatividade antes de sua vigência — 12-12-52.

PLCD — 350-52 — Assegura a Simone de Guaraná Guia o direito à pensão especial concedida pelo art. 1º do Decreto-lei n. 5.330, de 18-3-43 — 10-12-52.

PLCD — 352-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, como auxílio à realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade — 3-12-52.

PLCD — 357-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 78.000.000,00, para prosseguimento da construção do traçado ferroviário Passo Fundo a Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e determina que o orçamento da União consignará, em 4 exercícios, dotações não inferiores a Cr\$ 120.000.000,00 para conclusão dessa ligação — 4-12-52.

PLCD — 358-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 26.580,50, para pagamento de salários devidos a Afro Bezerra e dá outras providências — 4-12-1952.

PLCD — 359-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Isabel Martin Teixeira de Melo, viúva do Juiz Álvaro Teixeira de Melo — 5-12-52.

PLCD — 362-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 72.740,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor Ciro Romano Farias — 5-12-52.

PLCD — 364-52 — Modifica o artigo 1º da Lei n. 1.673, de 18 de Setembro de 1952 — 5-12-52.

PLCD — 371-52 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, como auxílio à 1ª Exposição-Feira Regional de Pecuária — 9-12-52.

PLCD — 373-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 60.177,20, para pagamento de gratificação adicional aos dentistas Homero Bittencourt Lomardo e Abílio Machado Filho — 9-12-52.

PLCD — 385-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale de São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 384.900,00, para pagamento de indenizações aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Casa Nova, no Estado da Bahia — 10-12-52.

PLCD — 389-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para pagamento da gratificação de magistério à Professora Danúsia de Meneses Brandão Aires — 10-12-52.

PLCD — 390-52 — Retifica o Anexo n. 18 da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951 (que estima a receita e fixa a despesa do Ministério da Educação e Saúde para 1952) — 11-12-52.

PLCD — 393-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 49.000.000,00, destinado a regularizar a despesa com o auxílio concedido à Companhia Nacional de Navegação Costeira — 11-12-52.

PLCD — 394-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 41.572,50, para pagamento de gratificação adicional a Aída de Andréa Montagna — 11-12-52.

PLCD — 396-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,10, para atender ao pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições — 11-12-52.

PLCD — 397-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério

da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari — 15-12-52.

PLSF — 1-52 — Regula a expedição de títulos aos servidores interinos e a apostila das nomeações dos extranumerários da União beneficiários do artigo 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — 19-5-52.

PLSF — 2-52 — Regula a execução do art. 4º do Decreto-lei n. 4.841, de 17-10-1952 — 24-6-52.

PLSF — 8-52 — Estende aos aposentados pela compulsória de idade antes da Lei n. 488, de 15-11-48, as vantagens e direitos concedidos pelo artigo 24 e seus parágrafos e 45 da referida lei — 25-9-52.

PLSF — 27/52 — Modifica o artigo 1º, letra h, § 4º, n. IV, da Lei número 1.474, de 26-11-1951 — 26-9-52.

PLSF — 28/52 — Revoga dispositivo da Lei n. 1.584, de 1952, sobre a nomeação de pessoal para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões — 24-10-52.

PLSF — 35/52 — Modifica o artigo 3º da Lei n. 842, de 4 de outubro de 1949 — 4-11-52.

PDL — 3/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e Paulo Werneck Corrêa e Castro, para locação do salão 101 do Edifício São Borja, à Avenida Rio Branco n. 277 — 18-9-52.

PDL — 10/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Guilherme Gomes Carneiro, para desempenhar a função de professor de Química do Curso Fundamental da Escola de Especialização da Aeronáutica — 9-5-52.

PDL — 33/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato de compra e venda de parte do terreno sito em Ladário, feito entre a União Federal e Milton Quaresma Dória — 26-6-52.

PDL — 50/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Genesio Gouveia S. A. — 4-9-52.

PDL — 51/52 — Determina que o Tribunal de Contas registre o termo aditivo ao acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Ceará para intensificação da assistência psiquiátrica no mesmo Estado — 18-9-52.

PDL — 52/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que autorizou o registro sob reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 1.383.520,00, decorrente de auxílios a várias companhias teatrais — 18-9-52.

PDL — 54/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Administração do Edifício da Fazenda e a Limpadora Brasileira — 25-9-52.

PDL — 56/52 — Determina que o Tribunal de Contas registre o contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Aerozita Wood Brave — 9-10-52.

PDL — 60/52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio Nacional e a firma Edson de Alencar Cabral — 18-9-52.

PDL — 61/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde e a firma construtora J. Patricio Ltda. — 2-10-52.

PDL — 64/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que autorizou o registro, sob reserva, da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 28.650,00, como "restos a pagar", do exercício de 1949, à firma Sociedade de Engenharia e Comércio Ltda. (SENCO) — 9-10-1952.

PDL — 65-/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções S. A. — 2-10-52.

PDL — 73-/52 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e Alcidio Belini Robusto — 9-10-52.

PDL — 76/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Andre J. Meier — 9-10-52.

PDL — 77/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Enrico Martignoni — 4-12-52.

PDL — 78/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato de empreitada celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e a firma Construtora Mantiqueira S. A. — 30-10-52.

PDL — 79/52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas que efetuou o registro, sob reserva, de despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 128.280,00 à firma ASCA-Aparelhos Científicos Ltda. — 4-12-52.

PDL — 83/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro ao termo de contrato de empreitada celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S. A. — 6-11-52.

PDL — 84/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Luiz Fernandes & Cia. Ltda. — 4-12-1952.

PDL — 90/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Serviço Regional de Obras da 5ª Região Militar do Exército e a firma Th. Marinho de Andrade, Construtora Paraná S. A. — 4-12-52.

PDL — 91/52 — Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro e Artur Monteiro Guedes — 4-12-1952.

PDL — 94/52 — Aprova a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e Alfred Zuberbuhler — 20-11-52.

PDL — 95/52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goiana — 11-12-52.

PDL — 97/52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Giovanni Grassi — 4-12-52.

PDL — 98/52 — Aprova o contrato de empreitada celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma A. Pereira Gonçalves — 4-12-52.

PDL — 99/52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma "CIASA", Comercial Industrial & Agrícola Sociedade Anônima — 27-11-52.

PDL — 104/52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Martins Mendes & Cia. Ltda. — 11-12-52.

PDL — 110/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato de arrendamento celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União, no Ceará, e José Pedro de Oliveira — 4-12-52.

PDL — 113/52 — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e o Engenheiro Hanilton Nolasco — 11-12-52.

PDL — 120/52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo — 11-12-52.

PDL — 125/52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Joseph Kovacs — 5-12-52.

PDL — 126/52 — Aprova o termo de renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Floriano dos Santos Lima — 5-12-52.

PDL — 127/52 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Stefan Von Bathory — 5-12-1952.

PDL — 128/52 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Diretoria de Aeronáutica Civil e a Real S. A. Transportes Aéreos — 5-12-52.

P. R. — 2/52 — Altera a classificação dos cargos isolados da Secretaria do Senado Federal — 9-12-52.

COMISSÃO DE FORÇAS ARMADAS

Número — Ementa — Entrada na Comissão

PLSF — 34/50 — Dispõe sobre a aplicação do Decreto-lei n. 8.264, de 1-12-1945 — 10-10-51.

PLCD — 93/51 — Estende aos militares amparados pelas Leis ns. 288, 616 e 1.156 a concessão da Medalha de Guerra — 31-7-51.

PLCD — 201/51 — Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao serviço ativo do Exército, Marinha e Aeronáutica os oficiais transferidos para a reserva remunerada e dá outras providências — 2-5-52.

PLCD — 8/52 — Faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em corpos de tropa e estabelecimentos do Exército de Oficiais subalternos, médicos da reserva de 2ª classe — 27-11-52.

PLCD — 73/52 — Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia — 23-10-52.

PLCD — 98/52 — Dá nova redação aos arts. 3º, 4º e 5º da Lei n. 1.338, de 30-1-51, que assegura graduação no posto imediato aos oficiais chefes de classes ou cabeças de quadro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares — 19-5-52.

PLCD — 184/52 — Modifica o artigo 2º da Lei n. 288, de 8-6-1948 e dá outras providências — 4-9-52.

PLCD — 249/52 — Reabre os prazos referidos pelo § 3º do art. 29 da

Lei n. 488, de 15-11-1948 e art. 1º da Lei n. 1.063, de 13-2-1950 — 11-12-52.

PLCD — 265/52 — Dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S. A. e dá outras providências — 15-12-52.

PLCD — 277/52 — Atualiza a pensão dos herdeiros dos militares vitimados no combate à revolução comunista de 1935 — 11-12-52.

PLCD — 305/52 — Estende a vantagem do item 2º do art. 32 do Decreto-lei n. 8.760, de 21-1-1946, ao 2º Tenente da Arma de Infantaria Emiliano Amaro de Souza — 21-11-52.

PLCD — 324/52 — Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais — 4-12-52.

PLCD — 332/52 — Regula a situação dos sargentos do Exército excluídos pelo art. 143 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 1.187, de 4-4-39) e posteriormente reincluídos — 22-11-1952.

PLCD — 341/52 — Regula a divisão militar do território nacional para o emprego combinado das Forças Armadas e cria as Zonas de Defesa — 28-11-52.

PLSF — 22/52 — Determina que os Sub-Tenentes e Sub-Oficiais das Forças Armadas, amparados pelas Leis ns. 288, de 8-6-48, 616, de 2-2-49 ou 1.156, de 12-7-50, quando transferidos para a reserva remunerada ou reformados, serão promovidos ao posto de 1º Tenente — 15-7-52.

COMISSÃO MISTA DE REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Número — Ementa — Entrada na Comissão

PLCD — 350/48 — Assegura aos advogados o direito de receberem autos com vista e em confiança — 16-5-49.

PLCD — 66/49 — Dá nova redação ao art. 487 e respectivos parágrafos do Código do Processo Civil — 6-4-49.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Número — Ementa — Entrada na Comissão

PLSF — 10/47 — Define a unidade monetária — o cruzeiro — em certo peso de metal e dá outras providências — 6-6-50.

PLCD — 10/49 — Regula a entrada de imigrantes no país e estabelece normas para a colonização — 19-6-52.

PDL — 88/51 — Aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, firmado em Washington a 17-10-50 — 12-12-51.

PLCD — 354/50 — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, como contribuição do Brasil ao esforço de guerra das Nações Unidas para a defesa da República da Coreia — 5-10-51.

PLCD — 138/52 — Concede licença à Associação Nacional dos Odontologistas para que se filie à Federação Dentária Internacional e à Associação Dentária Americana — 10-9-52.

PDL — 41/52 — Aprova o texto do Convênio Cultural, assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha — 17-11-1952.

PDL — 42/52 — Aprova o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha, firmado no Rio de Janeiro, a 28-11-1949 — 10-10-52.

PDL — 58/52 — Autoriza a adesão do Brasil à Convenção Internacional para a marcação de ovos no mercado internacional — 8-12-52.

PLSF — 25/52 — Institui o Congresso das Mães do Mundo — 21-10-1952.

COMISSÃO DE SAÚDE

Número — Ementa — Entrada na Comissão

PLCD — 67/48 — Obriga a abreuografia do tórax — 2-10-52.

COMISSÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Numero — Ementa — Entrada na
Comissão*

PLCD — 295/50 — Dispõe sobre a situação jurídica dos Procuradores das autarquias federais — 6-11-52.

PLCD — 169/51 — Modifica dispositivos do Decreto-lei n. 5.452, de 1-5-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — 18-9-51.

PLCD — 190/51 — Altera o art. 475 e seus parágrafos do Decreto-lei número 5.452, de 1-5-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — 4-12-52.

PLCD — 248/51 — Autoriza a organização de seringais-escolas nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso e nos Territórios Federais do Acre e Guaporé — 4-3-52.

PLCD — 282/51 — Altera o Decreto-lei n. 5.452, de 1-5-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e dispõe sobre os contratos por obra ou serviço certo — 13-12-51.

PLCD — 319/51 — Altera o § 2º do art. 6º, a letra a e a letra e acrescida ao art. 7º da Lei n. 605, de 5-1-1949, que regula o repouso remunerado — 7-11-52.

PLCD — 109/52 — Dispõe sobre a venda de bilhetes de loteria — 27-11-52.

PLCD — 125/52 — Modifica o artigo 473 e seu parágrafo único do Decreto-lei n. 5.452, de 1-5-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — 4-8-1952.

PLCD — 175/52 — Torna seguros obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os tratoristas e condutores de máquinas motorizadas, utilizadas em serviços de estradas, de aterro e desaterro, em zona urbana e rural — 25-9-52.

PLCD — 221/52 — Modifica o parágrafo único do art. 8º do Decreto-lei n. 5.976, de 10-11-1943 — 25-9-52.

PLCD — 268/52 — Provê sobre contagem recíproca de tempo de serviço prestado à União, Estados, Municípios,

Distrito Federal, entidades autárquicas e sociedades de economia mista — 20-11-52.

PLCD — 338/52 — Cria na Justiça do Trabalho a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santos, Estado de S. Paulo — 28-11-52.

PLCD — 383/52 — Autoriza o Poder Executivo a doar dois terrenos foreiros à Associação Damas de Caridade, com sede em Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul — 10-12-52.

PLCD — 391/52 — Fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos órgãos das Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava Regiões da Justiça do Trabalho e dá outras providências — 11-12-52.

PLSF — 31/51 — Dispõe sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias — 29-11-51.

PLSF — 9/52 — Autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir Caixas em benefício dos profissionais nela inscritos — 11-12-52.

PLSF — 41/52 — Dispõe sobre o adicional de insalubridade para trabalhadores marítimos — 4-12-52.

PLSF — 45/52 — Autoriza a criação, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Departamento da Mulher. — 1-12-52.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Numero — Ementa — Entrada na
Comissão*

PLCD — 198/50 — Regula o regime das empresas concessionárias de serviços públicos — 5-12-51.

PLSF — 23/51 — Dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Lóide Brasileiro" (Patrimônio Nacional) — 1-6-51.

PLCD — 115/52 — Denomina "Ponte Presidente Eurico Dutra" a ponte da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil sobre o rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso — 15-12-52.

PLCD — 309/52 — Determina que o Poder Executivo restitua ao Professor Mario Vasconcelos da Veiga Cabral, mediante distrato, o direito exclusivo de reproduzir suas obras — 10-12-52.

PLCD — 327/52 — Autoriza o Governo Federal a encampar a Estrada de Ferro Nazaré, no Estado da Bahia — 22-11-52.

PLCD — 331/52 — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da fundação do Colégio Interno de S. José e do 25º aniversário do Colégio Externo de São José — 10-12-52.

PLCD — 382/52 — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação — 10-12-1952.

PLCD — 387/52 — Estende aos acendedores do Departamento Nacional de Iluminação e Gás as vantagens concedidas pela Lei n. 1.126, de 7-6-50 — 10-12-52.

PLSF — 6/52 — Cria a Comissão Construtora da Ferrovia Rio Negro-Cai-Pôrto Alegre e dá outras providências — 7-7-52.

PDL — 32/52 — Aprova o Texto da Convenção n. 92, relativa ao alojamento da tripulação a bordo, adotada em Genebra — 18-11-52.

PROJETOS PRONTOS PARA INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA

Número — Emenda — Entrada na Comissão

P. Res. — 8/48 — Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado (artigo 1º, letra c; art. 68, letra c e art. 2º).

PLCD — 357/50 — Concede à Cia. Brasileira de Alumínio isenção de impostos de importação e taxas aduaneiras, salvo a de previdência social, para material destinado à construção de uma fábrica de alumínio.

PLSF — 32/50 — Autoriza o Poder Executivo a construir, na cidade de Sabará, um prédio para Correios e Telégrafos do tipo 3.

PLCD — 262/51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito suplementar de Cr\$ 1.170.000,00, em reforço de dotações do Anexo n. 26, do Orçamento vigente.

PLCD — 158/52 — Dispõe sobre vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições de Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucuí, Príncipe da Beira e Clevelândia.

PLSF — 46/52 — Autoriza a ereção de um monumento que perpetue a memória do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

P. R. — 10/52 — Dispõe sobre a aposentadoria de funcionário do Senado que conte 35 anos de serviço público, na classe imediatamente superior.

PLCD — 250/52 — Dispõe sobre a carimbagem de ovos nos entrepostos.

PLCD — 117/50 — Altera a tributação do imposto de consumo sobre fósforos.

PR — 9/52 — Cria uma Comissão de Inquérito, composta de cinco membros, para apurar a situação geral da Prefeitura do D. Federal.

ANEXO 33

DELIBERAÇÕES DO SENADO SÔBRE MATÉRIA
DE INTERESSE DOS SRS. SENADORES

Não podem os Srs. Senadores aceitar nomeação para o cargo de Secretário Geral da Prefeitura do Distrito Federal.

Na sessão extraordinária de 13 de dezembro de 1952 foi aprovado o Parecer n. 1.411, da Comissão de Constituição e Justiça sôbre a Indicação n. 2, de 1952, pela qual o Sr. Senador Mozart Lago propusera se manifestasse esse órgão com referência à possibilidade, ou não, de aceitarem a função de Secretário Geral da Prefeitura do Distrito Federal.

O parecer em apreço é o seguinte:

Discussão única do Parecer número 1.411, da Comissão de Constituição e Justiça, sôbre a indicação n. 2, de 1952, com referência à possibilidade de aceitarem os Senadores e Deputados a função de Secretário Geral da Prefeitura do Distrito Federal. (Parecer contrário): incluído em Ordem do Dia, em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 12-12-52, a requerimento do Sr. Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Parecer (*Pausa*).

Se nenhum Sr. Senador quizer fazer uso da palavra, darei por encerrada a discussão. (*Pausa*).

E' aprovado o seguinte:

PARECER

Nº 1.411, de 1952

Da Comissão de Constituição e Justiça, sôbre a Indicação de número 2-1952.

Relator — Sr. Atílio Vivacqua.

1. O eminente Senador Mozart Lago formula a presente indicação a fim de que a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste sôbre a seguinte consulta:

«Podem os Senadores ou Deputados aceitar, sem risco da perda dos respectivos mandatos, a função de Secretário Geral da Prefeitura do Distrito Federal, que é de nomeação do Prefeito? Para os efeitos do artigo 51, da Constituição Federal, as secretarias gerais da Prefeitura do Distrito Federal são equiparadas às Secretarias de Estado? Para tais efeitos é o Distrito Federal equiparado aos Estados?»

A indicação é precedida de justificação onde se assinala reinar grande controvérsia em torno do assunto, e se lembra que o Tribunal Superior Eleitoral se tem recusado, invariavelmente, a pronunciar-se em consultas relativas a perdas de mandatos legislativos, por entender que as dúvidas a respeito devem ser esclarecidas através das Câmaras do Congresso Nacional.

2. A matéria, que se insere também na do artigo 48, da Constitui-

ção já estava, pelo Regimento anterior, prevista na competência desta Comissão, em dispositivo reproduzido pelo Regimento atual — (artigo 62, alínea «a»).

3. O artigo 51 da Constituição Federal dispõe: «O Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado, não perde o mandato».

A Constituição de 1891 vedava o exercício pelo Deputado ou Senador do cargo de Ministro de Estado (artigo 50). Exagerava-se, observa Carlos Maximiliano, a divisão dos poderes atribuída a Montequieu (Comentários à Constituição Brasileira, vol. 2, pág. 77).

A Constituição de 1934 prescrevia no art. 62: «Os membros da Câmara dos Deputados nomeados Ministros de Estado não perdem o mandato, sendo substituídos enquanto exerçam o cargo, pelos suplentes respectivos».

O art. 51 da Lei Fundamental resulta da emenda n. 952, do ilustre Deputado Alfredo Sá (A Constituição Brasileira de 1946, José Duarte. Vol. 2º, pág. 83). É certo que o seu autor salientou que quanto aos Secretários dos Estados, ficava melhor dispor-se na Constituição Estadual.

O Constituinte de 1946 avançando sobre o preceito de Estatuto de 1934, alargou as exceções aí previstas, em relação ao princípio da *independência dos poderes*, rigidamente definido no art. 36 da Constituição vigente, cuja observância salvaguardou pela arma da intervenção federal (art. 7º, VII alínea b).

São poderes da União — declara o art. 36 — O Legislativo, o Executivo e o Judiciário independentes e harmônicos entre si.

§ 1º — O cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição. O art. 51 é uma dessas exceções ao lado das constantes dos arts. 49 e 96, 1.

4. O Distrito Federal, entidade federativa com autonomia limitada pela Constituição atual, foi equiparado para alguns efeitos a Estado.

O Distrito Federal é um quasi — Estado, pelas faculdades e poderes que lhe reserva a Constituição Igual-la-se, perfeitamente a um Estado quanto à representação na Câmara e no Senado (art. 56 e 60) à atribuição (art. 30) e a organização dos sistemas de ensino (art. 171). O Congresso Nacional, conforme opinião que sustentamos em outra oportunidade e que vemos apoiada em notável trabalho do insigne jurista Dr. Levy Carneiro, publicado no Jornal do Comércio, ficou, *ex-vi* do art. 25 da Constituição, permanentemente investido de poderes de Assembleia Constituinte do Distrito Federal.

5. A Lei Orgânica do Distrito Federal (Lei n. 217, de 15 de janeiro de 1948) dispõe, no seu art. 2º que «Compete ao Distrito Federal exercer em geral todo e qualquer poder e direito — que lhe não seja negado, explícita ou implicitamente, por cláusula expressa da Constituição ou de lei Federal. «Esse diploma, objetivando alargar e avivar a configuração autonômica do Governo da Capital da União, modelou-se dentro da estrutura de poderes executivo e legislativo, com competência correspondente aos paradigmas da Constituição Federal e Estadual.

O art. 26 prescreve — «O Prefeito será auxiliado por um Secretário e por tantos Secretários Gerais quantos forem as Secretarias criadas por lei.

§ 1º — O Prefeito nomeará o seu Secretário e os Secretários Gerais dentre brasileiros natos, maiores de 25 anos, alistados eleitores, domiciliados no Distrito Federal, sendo demissíveis *ad nutum*.

§ 2º — Os Secretários serão responsáveis pelos atos que subscreverem ou praticarem, ainda que por ordem do Prefeito. Esse dispositivo corresponde ao dos arts. 90, 91 e 93 § 1º da Constituição Federal e se moldam em preceitos idênticos aos das constituições locais».

A Lei n. 217, definiu os crimes de responsabilidade do Prefeito e dos Secretários Gerais, regulando os respectivos processos e julgamentos, criando órgão de instrução — a Junta Especial de Investigação, — e atri-

buindo competência à Câmara Legislativa para aplicar o impeachment (arts. 29, 30 e 31).

6. O Congresso Nacional, exercitando tão ampla e profundamente sua competência de *Poder constituinte* do Distrito Federal desenvolveu e aplicou princípios e regras constitucionais no sentido de ampliar a autonomia local e, certamente, aí, estão equiparadas as atribuições e responsabilidades dos Secretários Gerais da Prefeitura do Distrito Federal aos Secretários dos Estados.

A questão a resolver reside em saber-se até que ponto os efeitos dessa equiparação podem projetar-se no campo restrito do art. 51 da Lei Magna.

7. Como já referimos, o autor da emenda de que se originou o art. 51 do Estatuto Fundamental, entendia que esse artigo no que concerne aos *Secretários dos Estados*, deveria ser assunto do âmbito das Constituições locais. A Constituição inclinou-se porém, pela solução concretizada no mesmo dispositivo e isto, naturalmente porque a matéria envolve uma restrição ao cânone básico da separação de poderes (art. 36, combinado com art. 7º. VII, alínea «b», na Constituição).

«Na interpretação das regras gerais da Constituição — ensina Pontes de Miranda, — deve-se procurar, de antemão, qual o interesse que o texto tem por fim proteger. É o ponto mais rijo, mais sólido o conceito central em que se há de apoiar a investigação exegética. Só adotará critério de interpretação restritiva, quando haja na própria regra outro interesse que passe à frente». (Comentários à Constituição de 1946, Vol. I, pág. 173).

Ora o preceito fundamental e imponente, que está em jogo, é o do art. 36, que estabelece incompatibilidade absoluta entre o exercício das funções legislativas, executivas e ju-

diciárias, salvo as exceções previstas no Código Supremo (§ 1º do artigo 36). Entre essas exceções está a do art. 51 cujo entendimento não pode deixar de ser limitado aos casos que expressamente menciona.

As faculdades de *poder constituinte* reservadas ao Congresso Nacional, para organização administrativa do Distrito Federal, (art. 25 da Constituição) não autorizariam estender o alcance do art. 51 aos Secretários Gerais da Prefeitura, porque, senão estaria a lei dispondo, apenas sobre essa organização. Isto importaria em regular-se na Lei Orgânica do Distrito Federal matéria de prerrogativas e de compatibilidades dos membros do Poder Legislativo da União.

8. Em face dessas considerações, é de concluir-se que o art. 51 da Constituição compreende exclusivamente, os casos que especifica, como exceções inampliáveis de um princípio máximo do regime — o consubstanciado no art. 36, § 1º. Não se pode extendê-lo aos membros do Congresso Nacional que aceitarem a investidura de Secretário Geral da Prefeitura do Distrito Federal.

9. Ante o exposto, a Comissão de Constituição e Justiça responde, na forma do item 8, a consulta formulada da Indicação n. 2 de 1952.

Sala Ruy Barbosa, em 11 de dezembro de 1952. — *Aloysio de Carvalho*, Presidente em exercício. — *Attilio Vivacqua*, Relator. — *Anísio Jobim*. — *Olavo Oliveira*, ademais a admissão de tese de que o congressista pode ser *secretário* da Prefeitura viola o preceito básico da independência dos poderes. O Prefeito é um *preposto*, um *delegado* do Presidente da República. — *Clodomir Cardoso*. — *Gomes de Oliveira*, vencido. — *Joaquim Pires*, de acordo com o voto do Senador Olavo Oliveira. — *Camilo Mércio*.

ATOS DA DIREÇÃO DO SENADO

a) — ATOS DA PRESIDÊNCIA

LEIS PROMULGADAS DURANTE A SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952

I — PELO PRESIDENTE DO SENADO

Lei — Data — Ementa

Nº 1.583 — 25-3-52 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 44.740,50, destinado ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento.

Nº 1.589 — 8-4-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho.

Nº 1.591-A — 16-4-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições.

Nº 1.592 — 23-4-52 — Concede pensão especial de Cr\$ 1.100,00 mensais a D. Avelina de Almeida Campos, ex-agente postal de Planaltina.

Nº 1.593 — 23-4-52 — Assegura pensão especial às viúvas dos ex-Presidentes da República.

Nº 1.599 — 9-5-52 — Restabelece a Delegacia do Trabalho do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Nº 1.602 — 13-5-52 — Denomina «Aeroporto Pinto Martins» o aeropôrto do Cocorotê em Fortaleza.

Nº 1.606 — 16-5-52 — Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe, em Aracajú.

Nº 1.609 — 22-5-52 — Estende os dispositivos da Lei nº 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei.

Nº 1.612 — 28-5-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00 para pagamento a Serviços Hollerith S.A., em decorrência do Decreto Legislativo nº 2, de 5 de fevereiro de 1948.

Nº 1.615 — 30-5-52 — Concede isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França, e destinados à Imperial Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro, desta Capital.

Nº 1.618-A — 6-6-52 — Considera monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Pôrto Calvo, no Estado de Alagoas.

Nº 1.618-B — 6-6-52 — Concede isenção de tributos a materiais e imagens importados para templos religiosos.

PDL — 24-52 — Aprova o acôrdo firmado em 278-51, entre o Govêrno

dos Estados Unidos do Brasil e a Repartição Sanitária Panamericana, para funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro — 15-12-52.

PDL — 43-52 — Aprova a Convenção relativa ao reconhecimento internacional dos direitos sobre aeronaves, firmado em Genebra, a 19-6-48 — 20-8-52.

PDL — 68-52 — Reforma a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Wolney Frederico Dantas Hupsel — 2-10-52.

PDL — 70-52 — Reforma a decisão do Tribunal de Contas e autoriza o registro do contrato celebrado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais — 25-9-52.

PDL — 74-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e José Antônio Eirado — 29-9-52.

PDL — 75-52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti Junqueira S. A. — 29-9-52.

PDL — 80-52 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Governo do Estado da Bahia, para intensificação da assistência psiquiátrica naquele Estado — 2-10-52.

PDL — 8-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo de contrato de cooperação celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brandão — 2-10-52.

PDL — 85-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que ordenou o registro, sob reserva, do adiantamento da importância de Cr\$ 310.958,00 ao auxiliar-administrativo Maria de Lourdes Bessa, para ocorrer ao pagamento do serviço de limpeza do edifício-sede do Ministério da Educação do Ester-

nato e Internato do Colégio Pedro II, da Biblioteca Nacional e do Serviço Nacional do Teatro — 10-10-52.

LEI — DATA — EMENTA

N.º 1.618-C — 6-6-52 — Releva a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito.

N.º 1.635 — 4-7-52 — Dá destinação aos saldos apurados do auxílio concedido à Rede Ferroviária do Nordeste pela Lei número 1.180, de 17 de agosto de 1950.

N.º 1.658-A — 5-8-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região o crédito especial de Cr\$ 605.734,40, para pagamento de despesa relativa ao exercício de 1951.

N.º 1.658-B — 5-8-52 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 325.000,00, para pagamento de despesas efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

N.º 1.663 — 27-8-52 — Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — do crédito especial de Cr\$ 792.000,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificações adicionais aos Ministros daquele Tribunal.

N.º 1.664 — 27-8-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00 para reforço de pagamento de salário família.

N.º 1.668 — 2-9-52 — Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro.

N.º 1.671 — 12-9-52 — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150.º

aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim.

N.º 1.674 — 19-9-52 — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00 destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Estrada de Ferro de Goiás).

N.º 1.675 — 25-9-52 — Estende as vantagens da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar.

N.º 1.676 — 26-9-52 — Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências

N.º 1.677 — 26-9-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 6.575,20 a fim de ocorrer as despesas com o pagamento de diferença de vencimentos ao Suplente de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória.

N.º 1.678 — 26-9-52 — Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinárias usadas, destinadas ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares.

N.º 1.679 — 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 480.000,00 para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana.

N. 1.680 — 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbira-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviário Nacional e a Ligação Monte Alegre-Uberlândia.

N. 1.681 — 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$.. 11.400,00 para atender ao pagamento de despesas na Justiça do Trabalho, 1.ª Região.

N. 1.682 — 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 17.854,60 para ocorrer ao pagamento de vencimentos, acréscimos e diferença

de vencimentos, salários e salário família, relativos a 1951.

N. 1.683 — 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para regularizar as despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás.

N. 1.684 — 1-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 156.900,00 para atender as despesas feitas com a observação do eclipse solar no dia 20 de maio de 1947.

N. 1.684-A — 1-10-52 — Altera a redação do item XIII do art. 43 do Plano dos Uniformes para uso dos oficiais e praças da Aeronáutica.

N. 1.697 — 10-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento de diferença de aluguéis, relativos a 1950 das salas em que funciona a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói.

N. 1.698 — 10-10-52 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.492,50, para atender às despesas decorrentes da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951.

N. 1.699 — 10-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00 para pagamento de dívidas contraídas pela Estrada de Ferro de Goiás.

N. 1.704 — 15-10-52 — Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais.

N. 1.705 — 22-10-52 — Autoriza a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20 para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$.. 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.

N. 1.706 — 22-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

N. 1.710-A — 24-10-52 — Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho o crédito suplementar de Cr\$ 7.207.310,00 em reforço de dotações para o exercício de 1952.

N. 1.752 — 4-12-52 — Concede auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, e da outras providências.

N. 1.753 — 4-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40, para pagamento à Universidade do Brasil, dos saldos verificados no Orçamento relativos aos exercícios de 1946 a 1949.

N. 1.754 — 4-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais na importância de Cr\$ 986.298,30, para atender às despesas correspondentes a dotações dos Orçamentos de 1950 a 1951.

N. 1.756 — 5-12-52 — Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber, os direitos e vantagens da Lei n.º 238, de 8 de junho de 1948.

N. 1.757-A — 10-12-52 — Modifica o salário-família.

Após o encerramento da sessão legislativa foram promulgadas pelo Presidente do Senado mais as seguintes leis:

N.º 1.762-A — 16-12-52 — Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal.

N.º 1.772-A — 18-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 24.700,00 em reforço de dotações do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 317.448,00, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.

N.º 1.778-A — 19-12-52 — Concede o auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Federação Nacional dos Odontologistas, para ocorrer às despesas com o 1.º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

N.º 1.778 B — 20-12-52 — Aumenta para Cr\$ 1.000.000,00 o valor da subvenção concedida pela Lei n.º 720, de 28 de maio de 1949, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

N.º 1.778-C — 20-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ 117.320,00 em reforço da dotação do Anexo número 26, do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 429.427,30 para o pagamento de despesas correspondentes ao exercício de 1951.

N.º 1.780 — 23-12-52 — Reajusta os proventos dos inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

N.º 1.783-A — 26-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência pública para os estudos e projetos de concessão da construção e exploração de um túnel submarino entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

N.º 1.785-A — 29-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, como auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo, Estado de São Paulo.

N.º 1.785-B — 29-12-52 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Joaquim Tavares Viana, ex-professor da Escola de Marinha Mercante de Belém do Pará.

N.º 1.785-C — 29-12-52 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional do Paraná, o crédito suplementar de Cr\$ 49.960,00 em reforço de dotação do Anexo n.º 26 do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

N.º 1.785-D — 29-12-52 — Dispõe sobre a rescisão do contrato de arrendamento da Rede Mineira de Viação, celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais.

N.º 1.785-E — 29-12-52 — Modifica dispositivos do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.939, de 11 de novembro de 1943.

N.º 1.785-F — 29-12-52 — Autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projetos e construção de barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe, e dá outras providências.

N.º 1.785-G — 29-12-52 — Denomina «Francisco de Assis» o aeroporto de Juiz de Fora.

N.º 1.801-A — 3-1-53 — Modifica o art. 103 do Código de Organização Judiciária do Distrito Federal.

N.º 1.801-B — 3-1-53 — Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00 em reforço de dotações do Anexo 26, do Orçamento de 1952.

N.º 1.809 — 8-1-53 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 104.225,80, para ocorrer ao pagamento de proventos de disponibilidade a Jonas de Miranda.

N.º 1.810 — 8-1-53 — Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à 2ª Festa e Congresso Nacional do Trigo, na cidade de Júlio de Castilhos, no Estado do Rio Grande do Sul.

N.º 1.811 — 8-1-53 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região — o crédito suplementar de Cr\$ 4.200,00, em reforço do Anexo n.º 26, do Orçamento para 1952 (Lei n.º 1.487, de 6-12-51).

II — PELO VICE-PRESIDENTE DO SENADO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Número — Data — Ementa

N.º 1.581 — 21-3-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 45.900,00 a fim de atender ao pagamento de gratificação de representação devida aos juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, relativamente ao exercício de 1947.

N.º 1.657-A — 1-8-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorrer à população do Município de Santos Dumont, vítima de tromba d'água.

N.º 1.710-B — 27-10-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.615.950,00 em reforço da Verba 1 — Pessoal, Tribunal de Justiça, do Anexo 26 do Orçamento vigente.

N.º 1.716 — 29-10-52 — Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n.º 12.944, de 30 de março de 1918 e no Decreto n.º 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas.

N.º 1.717 — 30-10-52 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para atender às despesas desta Casa do Congresso na 35ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.

N.º 1.720-A — 3-11-52 — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

N.º 1.720-B — 3-11-52 — Modifica o art. 609 do Código de Processo Penal.

N.º 1.720-C — 3-11-52 — Revigora o prazo a que se refere o art. 4º, da Lei n.º 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.

N.º 1.722 — 6-11-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 439.440,00 para ocorrer ao pagamento de gratificação adicional a desembargadores em disponibilidade do extinto Tribunal de Apelação do Território do Acre.

N.º 1.730 — 11-11-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais.

N.º 1.734 — 14-11-52 — Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 560.000,00, para cada uma destas Casas do Poder Legislativo a fim de atender às despesas das respectivas Delegações à Conferência da União Interparlamentar que se reuniu em Berna, Suíça.

N.º 1.734-A — 17-11-52 — Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal e autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

N.º 1.734-B — 17-11-52 — Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 460.000,00 — para cada uma dessas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações que foram a Londres, em julho de 1952, a convite do Parlamento da Grã-Bretanha.

N.º 1.741 — 22-11-52 — Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão, o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo.

N.º 1.742 — 22-11-52 — Estende os favores concedidos pelo art. 11, item 20, do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, à importação de material que especifica.

III — PELO 1.º SECRETÁRIO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Número — Data — Ementa

N.º 1.622-A — 9-6-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 269.041,00 para pagamento de diferença de vencimentos ao Ministro Antônio Pereira Braga.

N.º 1.622-B — 9-6-52 — Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Estado de Alagoas.

N.º 1.624 — 13-6-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 256.751,50 para pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Calmon.

N.º 1.625 — 17-6-52 — Autoriza a doação de imóveis à Paróquia de N. S. da Soledade, em Recife, Estado de Pernambuco.

N.º 1.626 — 17-6-52 — Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados os benefícios do Decreto-lei número 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingú.

N.º 1.629 — 24-6-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 717.904,20, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

N.º 1.630 — 24-6-52 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná — o crédito especial de Cr\$ 54.060,00 para o pagamento de despesas de pessoal.

N.º 1.633 — 1-7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — dois créditos especiais, um de Cr\$ 12.469,00, e outro de Cr\$ 29.908,00, para atender, respectivamente, ao pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1947, 1948 e 1949.

N.º 1.636 — 11-7-52 — Estende aos servidores das estradas de ferro da União, sob regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei número 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil.

N.º 1.640 — 14-7-52 — Concede isenção de imposto de consumo de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para maquinárias e material técnico importados por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, S.A.

Nº 1.641 — 14-7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00 para completar o pagamento devido aos municípios pela cota do imposto de renda.

Nº 1.642 — 14-7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição e instalação do equipamento para o Matadouro do Núcleo Agro-Industrial São Francisco.

Nº 1.651 — 22-7-52 — Fixa o prazo para a conclusão da construção e pa-

vimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador-Porto Nacional (BR-28).

Nº 1.652 — 22-7-52 — Considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros restaurantes das estradas de ferro e dá outras providências.

Nº 1.653 — 22-7-52 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 767.650,00 para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

DECRETOS LEGISLATIVOS PROMULGADOS

I) PELO PRESIDENTE DO SENADO:

N.º 20-52 — Aprova o Convênio de Cooperação Econômica, o Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1-3-43, o Convênio sobre Transportes aéreos e o Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmados na cidade do Rio de Janeiro a 4-7-47, entre o Brasil e o Chile.

N.º 21-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, de 22-12-50, que recusou registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma N. S. Lino & Cia. Ltda., para a execução dos serviços de reparação da «Cábrea Vitor», de propriedade daquele Departamento.

N.º 22-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura e Cícero Bahia Dantas, a 29-11-50, para locação de imóvel deste, situado à Rua Lélia Piedade n.º 50, em Salvador, Bahia, para instalação de ambulatório médico para pescadores e de escola para filhos de pescadores.

N.º 23-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, de 13-2-51, que recusou registro ao contrato de cooperação celebrado a 11-12-50, entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Gerson Pires de Araújo e sua mulher, Adalgisa Luísa de Meneses, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água em terras dos mesmos, às margens do rio São Francisco, no município de Jatinã, no Estado de Pernambuco.

N.º 24-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão de 8-8-50, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 7-12-49, entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti Junqueira Sociedade Anônima, para a construção de um esgoto primário no primeiro bloco do edifício de apartamentos para oficiais, sito à Praça General Tibúcio, no Distrito Federal.

N.º 25-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12-12-50, negou registro ao termo de contrato celebrado a 1 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para a execução de obras no Hospital Osvaldo Cruz, no Distrito Federal.

N.º 26-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios e a firma Irmãos Iochpe S.A. Indústria e Exportação, para venda de pinheiros e cedros e arrendamento de uma serraria, na área do Posto Indígena de Ligeiro, no Município de Getúlio Vargas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N.º 27-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23-11-48, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 26 de abril de 1948, entre o Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura e a firma Herminio Tissiani & Cia. Ltda., para a venda de pinheiros e cedros existentes na área do Posto Indígena de Nonoai, no Mu-

nício de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

N.º 28-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30-12-49, negou registro ao termo de contrato celebrado a 7 do mesmo mês e ano, entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Construtora Guanabara Ltda., para a execução de obras no primeiro bloco do edifício de apartamentos para oficiais, situado à praça General Tibúrcio n.º 83, no Distrito Federal.

N.º 29-52 — Aprova o Tratado de Paz firmado entre o Governo do Brasil e o do Japão, na cidade de São Francisco da Califórnia, a 8-9-51.

N.º 30-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 27-10-49, recusou registro ao termo de acordo celebrado a 20 de janeiro de 1949, entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Minas Gerais, para a realização de trabalhos de combate à broca do café nesse Estado.

N.º 31-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 9-3-51, recusou registro ao termo de ajuste celebrado a 14-12-50, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Fagundes & Volpi Ltda., para a construção de um prédio destinado a servir de sede da agência postal e telegráfica de Itapetininga, Estado de São Paulo.

N.º 33-52 — Mantém o ato do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato, em 11-12-50, entre o Ministério da Agricultura e Hildebranco Torres de Souza e sua mulher, Maria Cavalcanti Torres de Sousa, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, em terras de propriedade dos beneficiários, situada às margens do rio São Francisco, no município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

N.º 34-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, de 9 de abril de 1951, que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma J. Pessoa Rodrigues, para a instalação de Bar-Café no edifício-sede do mesmo Ministério.

N.º 35-52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado, em 11-12-50, entre o Ministério da Agricultura e João Freire do Nascimento e sua mulher, Maria José de Sá, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água para a irrigação de terras de sua propriedade, situadas à margem do Rio São Francisco, município de Cabrobó Estado de Pernambuco, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

N.º 36-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado, em 2-12-50, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Construtora Rodoviária Ltda. para os serviços de calçamento no porto de Mucuripe, no Estado do Ceará.

N.º 48-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 20-2-51, recusou registro ao contrato firmado, a 10-12-50, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Gomes de Andrade e sua mulher, Neri Bieni de Andrade, em que se regulava o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água em terras de propriedade da segunda parte contratante, situada à margem do rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

N.º 49-52 — Aprova a Convenção n.º 98, relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva, adotada em 1949, na cidade de Genebra, por ocasião da 32ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

N.º 50-52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 16-8-49, negou registro ao termo de contrato, celebrado a 5-5-49, entre o Ministério da Aeronáutica e Raul Barreto Madeira, para desempenhar, na Diretoria do Material, a função de técnico de instalações mecânicas, elétricas e hidráulicas.

N.º 51-52 — Aprova, nos termos da cópia devidamente autenticada e a este anexa, o texto do Protocolo concluído em Bruxelas a 6-12-49, e firmado pelo Brasil, na mesma cidade, a 17 de março de 1950.

N.º 52-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo aditivo assinado, em 12-12-51, ao contrato celebrado, em 29-7-49, entre o Governo do Brasil e o Groupement D'Exportation de Locomotives S.A.R.L. (GEL-SA), para o fornecimento de peças sobressalentes de locomotivas.

N.º 53-52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Guitierrez, Paula & Munhoz, a 17-11-50, para prosseguimento das obras da Escola Técnica de Curitiba, Estado do Paraná.

N.º 54-52 — Aprova o termo de contrato celebrado a 1 de dezembro de 1950, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Botucatu e a firma Fagundes & Volpi Ltda., para construção de um prédio destinado à Agência Postal de Avaré, no Estado de São Paulo.

N.º 55-52 — Aprova o termo de contrato celebrado, em 27 de novembro de 1950, entre a Diretoria dos Correios e Telégrafos do Estado de São Paulo e a firma Companhia Predial de Taubaté, para construção, por empreitada, de um prédio para agência postal telegráfica da cidade de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo.

56/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 26 de junho de 1951, ordenou registro, sob reserva, da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 35.620,00 (trinta e cinco mil seiscientos e vinte cruzeiros), como "restos a pagar" do exercício de 1949, à firma Construtora Irmãos Pangela Ltda., pela execução de reparos no Manicômio Judiciário.

57-62 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada em 15 de dezembro de 1950, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 30 de novembro do mesmo ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a Empresa Brasileira de Construções S. A., para execução de obras de pequeno vulto, na Colônia Juliano Moreira.

58/52 — Aprova o contrato celebrado em 9 de maio de 1952, entre a Divisão de Obras do Departamento de Admi-

nistração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S. A.

59/52 — Aprova o termo aditivo do contrato celebrado, em 20 de março de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Aron Keppermann.

61/52 — Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos, pela sua Diretoria Regional no Estado de São Paulo e a sociedade Campos Bruder & Cia. Ltda., lavrado em 22 de dezembro de 1950, para construção de um prédio destinado à Agência Postal de Itatiba, naquele Estado.

62/52 — Aprova, nos termos do artigo 66 item VIII, da Constituição Federal, as contas prestadas pelo Sr. Presidente da República, de acordo com o n. XVII do art. 87, do mesmo estatuto, e relativas ao exercício de 1950.

63/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 7 de janeiro de 1949, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 11 de novembro de 1948 entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Sociedade Construtora de Obras Públicas Ltda., para a realização de obras no porto de Propriá no baixo São Francisco, Estado de Sergipe.

77/52 — Aprova o termo de ajuste celebrado a 6 de dezembro de 1950, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Estaleiros de Construções Navais Ltda., para execução de serviços de reparações na draga "Sandmaster", pertencente ao referido Departamento.

78/52 — Aprova o termo de ajuste celebrado a 31 de agosto de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de São Francisco, Estado de Minas Gerais, para a execução de melhoramentos no aeroporto desse município.

79/52 — Aprova o contrato celebrado em 27 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e Lelio Landucci, técnico em ilustração e artes gráficas.

80/52 — Aprova, nos termos da cópia a êste anexa, o texto do Protocolo ao Acôrdo Geral sôbre tarifas aduaneiras e comércio, firmado pelo Brasil na cidade de Torquay, Inglaterra, em 21 de abril de 1951.

81/52 — Aprova o contrato celebrado em 30 de novembro de 1951, entre a Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos e a Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Limitada, para fornecimento de um grupo moto-gerador.

82/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas de 11 de dezembro de 1950, que negou registro ao contrato e ao respectivo termo aditivo lavrados, respectivamente, em 31 de agosto de 1950 e 6 de novembro do mesmo ano, entre a União Federal — pelo Ministério da Aeronáutica — e a Companhia Morais Rêgo S. A., para construção do Pavilhão do Rancho, da Base Aérea de Santa Cruz.

83/52 — Aprova o termo de renovação de contrato celebrado, em 3 de março de 1952, entre o Governo do Brasil e Orvo Ast para, no Serviço de Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial do Instituto de Zootecnia, sito no quilômetro 47 (quarenta e sete) da rodovia Rio-São Paulo, desempenhar a função de técnico em inseminação artificial.

84/52 — Aprova o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, a 26 de junho de 1951, destinado a assegurar comunicações aéreas regulares entre os dois países.

85/52 — Registra o contrato celebrado, em 29 de junho de 1951, entre o Ministério da Fazenda (Casa da Moeda) e Electrobrás Comércio e Indústria S. A., para conserto no forno marca "Brown-Bovery".

86/52 — Aprova o contrato celebrado entre o Conselho Nacional de Economia e a Imobiliária Seguradora Reunidas S. A., para locação dos 14º e 15º pavimentos do prédio n. 74, da rua Senador Dantas, Distrito Federal.

87/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada em 30 de dezembro de 1949, denegou registro ao termo de contrato celebrado em 12 do mesmo mês e ano, entre a Comissão Especial de Obras 4, da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a Companhia Nacional de Vidros e Molduras (Vidrarte), para fornecimento e colocação de vidros no primeiro bloco do Edifício de Apartamentos para Oficiais, situado à Praça General Tibúrcio 83, Distrito Federal.

88/52 — Aprova o contrato celebrado, em 22 de dezembro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Limitada, para construção de linha subterrânea de dutos, com caixa de visitas, na Capital do Estado de S. Paulo.

89/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 6 de outubro de 1950, recusou registro ao termo do Convênio celebrado em 21 de junho do mesmo mês e ano, entre o Governo Federal e o Estado de Minas Gerais, para a construção de uma ponte sôbre o rio Paranaiíba, no local denominado Mangueira.

II) PROMULGADOS PELO VICE-PRESIDENTE DO SENADO

Número — Ementa

40/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato firmado, em 6-10-50, entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a firma ESTIL — Empresa de Serviços Técnicos em Imóveis Ltda., para execução de trabalhos de pinturas, consertos e reparos, inclusive extensão de pisos, no primeiro andar e sobreloja do edifício do Ministério do Trabalho.

41/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado em 4-12-50 entre a Delegação do Patrimônio da União, em Maceió, Estado de Alagoas, e Anselmo Botelho, engenheiro, para a execução de serviços de levantamento cadastral de terrenos de marinha e seus acréscidos, situados na mesma cidade.

42/52 — Aprova o termo do Acôrdio firmado, em 24-4-50, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, para o fomento da produção vegetal nesse Estado.

43/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado entre a União e a firma Hard Rand & Cia., em 9-5-50, relativo à constituição de aforamento de um terreno de marinha situado em Vitória, Estado do Espírito Santo.

44/52 — Aprova o termo de Acôrdio celebrado a 22-5-50, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Santa Catarina, para o desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

45/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13-2-51, negou registro ao termo de contrato celebrado a 10-12-50, entre o Ministério da Agricultura e José Pires de Araujo e relativo ao pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água para a irrigação das terras de uma propriedade do segundo contratante, situada à margem do rio São Francisco, no Município de Jatinã, Estado de Pernambuco, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

46/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas em sessão realizada a 29-12-50, negou registro ao termo celebrado a 30-11-50 entre o Ministério da Agricultura e a firma Gastal & Companhia Limitada, para fornecimento por esta de vinte "jeeps" à Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

47/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado em 7-11-49, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Imobiliária e Distribuidora de Materiais União Limitada, observado o disposto nos artigos 352 e 354 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

60/52 — Concede licença ao Sr. João Café Filho, Vice-Presidente da República, para ausentar-se do país, a fim de representar o Governo brasileiro na posse do novo Presidente da República do Chile, podendo, eventualmente, visitar outros países americanos.

64/52 — Aprova o contrato celebrado, a 2 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Dr. Orestes Diniz, para exercer o cargo de Diretor do Instituto de Leprologia.

65/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 27 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 7 do mesmo mês desse ano, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Estaleiros de Construções Navais Ltda., para execução dos serviços de readaptação da draga "Bahia", pertencente ao referido Departamento.

66/52 — Aprova o Convênio celebrado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951, entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana, para a organização e o funcionamento, no Brasil, do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa.

67/52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao contrato celebrado, em 18 de dezembro de 1949, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Richard de Bloch, para construção, por empreitada, de um prédio destinado à agência postal e telegráfica de Limeira, Estado de São Paulo.

68/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de contrato celebrado a 19 de novembro de 1951, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Edgard Raja Gabaglia (Escritório Técnico Raja Gabaglia Engenheiros Civis), para fornecimento de três guindastes, sendo 2 de pórtico de 1,5 (uma e meia) toneladas e o outro de 5 (cinco) toneladas, destinados ao porto de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

69/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de dezembro de 1949, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 17 do mesmo mês desse ano, entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma A. J. Pereira Leal Ltda., para execução dos serviços de instalação elétrica no primeiro bloco de edifício de apartamentos

para oficiais, situado à Praça General Tiburcio n. 83, no Distrito Federal.

70/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de junho de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado em 14 de março desse ano, entre a Diretoria de Saúde do Exército e a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, para que prestassem serviços de enfermagem no Hospital Militar de Recife.

71/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de cessão celebrado em 31 de dezembro de 1948, em que figuram Joana Nunes de Almeida Oliveira e Carolina Nunes de Almeida Oliveira, como cedentes, e a União Federal, como cessionário, de direitos sobre o terreno contíguo ao prédio da Diretoria dos Correios e Telégrafos, situado à Praça João Lisboa n. 312, na cidade de São Luiz, Estado do Maranhão.

72/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Comissão Especial de Obras — 4, da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, e Camilo de Souza Mota & Irmão.

73/52 — Mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, denegou registro ao termo do contrato celebrado em 14 do mesmo mês desse ano, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Elevadores Otis S. A., para fornecimento de materiais e execução de serviços em dois elevadores "Otis", instalados no edifício-sede do referido Departamento.

74/52 — Aprova o contrato celebrado em 27 de fevereiro de 1951 entre o Ministério da Fazenda e a Companhia Cosmopolita de Papel Indústria e Comércio com sede na cidade do Rio de Janeiro, para gozar dos favores do Decreto-lei n. 390, de 24 de fevereiro de 1938.

75/52 — Aprova o acordo firmado em 27 de janeiro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado do Rio de Janeiro, para intensificação da assistência psiquiátrica do mesmo Estado.

76/52 — Aprova o contrato celebrado a 5 de setembro de 1950, entre a 2ª Região Militar e Artemio Furlan & Cia. Ltda. para a realização de trabalhos de instalação elétrica no Quartel do 2º Grupo de Obuses, de Jundiá, no Estado de São Paulo.

III) PROMULGADOS PELO 1º SECRETÁRIO
Número — Ementa

32/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo de acordo celebrado a 24-4-50, entre a União Federal pelo Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Município de Itaúna, no Estado de Minas Gerais, para o florestamento e reflorestamento, sob o regime de cooperação, de terras desse Município.

37/52 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado a 10-5-48, entre o Serviço de Proteção aos Índios e Delatorre & Irmãos, para venda de pinheiros.

38/52 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o termo aditivo de 17-10-50, ao ajuste de tarefa celebrado em 10-11-49, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Barbosa Melo, Scarpelli Ltda., para a construção dos edifícios do trecho compreendido entre o quilômetro zero (Apucarana) e o quilômetro cem do prolongamento ferroviário Apucarana-Guaíra-Pôrto Mendes, no Estado do Paraná.

39/52 — Aprova o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao termo aditivo assinado, em 18-12-48, entre o Ministério da Aeronáutica e Antonio Mario Barreto para desempenhar, na Escola de Aeronáutica, a função de Professor de Português.

RESOLUÇÕES PROMULGADAS

I) PELO PRESIDENTE DO SENADO

Número — Data — Ementa

N.º 1 — 30-4-52 — Concede licença ao Senador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo para ausentar-se do país por mais de noventa dias, para os fins do art. 49 da Constituição.

N.º 2 — 30-4-52 — Aposenta, nos termos do art. 191, § 1.º, da Constituição Federal, com os vencimentos integrais do padrão PL-2 e a gratificação adicional correspondente, por contar mais de 35 anos de serviço, o Diretor de Serviço, do Senado Federal, Hilário Ribeiro Cintra.

N.º 3 — 7-5-52 — Comemoração pelo Senado Federal do dia 19 de novembro de cada ano, consagrado à Bandeira Nacional.

N.º 4 — 11-9-52 — Cria, nos termos do art. 53 da Constituição e da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, uma Comissão de Inquérito, que será constituída de 5 (cinco) membros para investigar, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a situação da indústria e do comércio do cimento.

N.º 5 — 24-10-52 — Aumenta os atuais proventos do pessoal inativo da Secretaria do Senado Federal, aposentado até 30 de outubro de 1950, a partir de 1 de janeiro de 1951, na conformidade do art. 24, letra c e da tabela respectiva da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, onde as percentagens de 35%, 30% e 20% serão substituídas, respectivamente, pelas importâncias fixas de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros), Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros) e Cr\$

1.000,00 (mil cruzeiros), revogadas as disposições em contrário.

N.º 6 — 24-10-52 — Considera extraordinário e, neste caráter, remunerado, com um mês de vencimentos integrais, o serviço prestado pelos funcionários do Senado, durante as sessões realizadas em período de convocação extraordinária, igual ou superior a trinta dias.

N.º 7 — 24-10-52 — Suprime o parágrafo único, do art. 141 do Regulamento da Secretaria do Senado Federal (Resolução n.º 1, de 1950).

N.º 8 — 24-10-52 — Concede licença ao Senador Georgino Avelino, nos termos do art. 49, da Constituição Federal, para integrar a delegação do Brasil à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a realizar-se proximamente em Nova York.

N.º 11 — 13-12-52 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contrair, diretamente ou por intermédio da Comissão Estadual de Energia Elétrica, no exterior, com o International Bank for Reconstruction and Development, um empréstimo de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares).

II) PELO VICE-PRESIDENTE DO SENADO

Número — Data — Ementa

N.º 9 — 17-11-52 — Regimento Interno do Senado.

N.º 10 — 26-11-52 — Constitui uma Comissão de Inquérito composta de sete membros para apurar os fatos de que resultou a retirada do Diplomata Hugo Gouthier, Ministro Plenipotenciário do Brasil junto à S.M. o Rei do Irã, a pedido do mesmo Governo.

QUESTÕES REGIMENTAIS RESOLVIDAS DESDE O INICIO DA VIGÊNCIA DO NOVO REGIMENTO

Projetos a que as Comissões tenham oferecido substitutivos. A discussão suplementar de que trata o § 1º do art. 144 só se refere ao projetos do Senado.

Na sessão de 9-12-1952, ao ser ultimada a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1950, que dispunha sobre as finalidades do Ensino Social, sua estruturação e sobre as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais (projeto que havia recebido substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, aprovado pelo Plenário com subemenda) o Presidente proferiu as seguintes palavras:

O SR. PRESIDENTE — Dizem os §§ 1º e 2º do art. 144 do Regimento Interno:

«§ 1º Sempre que uma Comissão tenha apresentado substitutivo, e este haja sido aprovado em plenário, haverá, com o interstício de 48 horas, discussão suplementar, durante a qual poderão ser oferecidas novas emendas.

§ 2º Com as emendas, seguirá o substitutivo à Comissão ou Comissões competentes, para parecer, que não poderá concluir por novo substitutivo».

O projeto ora em aprêço recebeu da Comissão de Educação e Cultura substitutivo, que acaba de ser aprovado com emendas que lhe foram oferecidas pelas Comissões de Trabalho e Previdência Social e de Finanças e em Plenário.

A ser aplicado literalmente o primeiro dos dispositivos regimentais ci-

tados, a matéria terá que voltar à Ordem do Dia para discussão suplementar, naturalmente depois de redigido o vencido pela Comissão de Redação.

A Mesa, entretanto, tem dúvida sobre a possibilidade de ser aberta essa discussão suplementar, que, a rigor, constituirá um segundo turno em proposição originária da Câmara dos Deputados e enviada ao Senado para revisão.

Prescreve o parágrafo único do artigo 68 da Constituição relativamente aos projetos iniciados em uma das casas e enviados à outra para revisão:

«A revisão será discutida e votada num só turno».

Parece à Mesa que seria desrespeitar essa norma constitucional submeter a matéria a uma discussão suplementar.

E, como não é admissível tenha sido esse o pensamento do legislador, entende a Mesa que a norma contida nos §§ 1º e 2º do art. 144, inicialmente citados, não se deve aplicar quando estiver em causa projeto da Câmara, mas tão somente projeto do Senado.

Nestas condições, a Mesa enviará o projeto à Comissão de Redação.»

Presidência do Senador Marcondes Filho — Diário do Congresso de 10-12-1952 — Página 14.465 — 19ª coluna.

As emendas ao projeto de lei orçamentária que recebam subemendas podem ser votadas em grupo, desde que o Senado assim o decida, a requerimento de qualquer de seus membros.

Na sessão de 22-11-1952, estando em votação o projeto de Orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, o Sr. Senador Apolônio Sales enviou à Mesa e justificou da tribuna requerimento, que tomou o nº 452, de 1952, solicitando fossem votadas em grupo as emendas que haviam recebido subemendas.

Segundo Sua Excelência, o Regimento ao determinar (art. 168, parágrafo único) fossem votadas separadamente as emendas com subemendas, queria apenas que elas não fossem votadas juntamente com as demais.

O Presidente, lembrando o que se passara por ocasião de se votarem as emendas ao Projeto de Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, acolheu o requerimento e o submeteu a votos, sendo ele aprovado.

Presidência do Sr. Marcondes Filho — *Diário do Congresso Nacional* de 24-11-52, página 13.563, 3ª coluna.

Notas:

1ª — No caso do Projeto de Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, que transitou no Senado sob o Regimento anterior, admitiu-se que, estabelecendo esse Regimento a votação, uma a uma, das emendas do Senado a Projetos da Câmara (art. 142, § 5.º), mas prevendo também (art. 128, c) a apresentação de requerimentos de votação de matérias por títulos, capítulos, seções, grupos de emendas, na primeira dessas disposições se deveria ver a regra geral e na segunda a exceção, a ser concedida pelo Plenário em cada caso, a requerimento de qualquer Senador.

2ª — Aprovado o requerimento do Sr. Senador Apolônio Sales, foram votados em globo as emendas com subemendas ao Orçamento da Viação para 1953, considerando-se a aprovação do grupo como sendo a adoção das emendas com as modificações constantes das subemendas, em harmonia com outra orientação já firmada sobre o modo de se consultar o Plenário a respeito de emendas nessas condições.

Nos demais Orçamentos votados na sessão legislativa ordinária de 1952 foi

seguido o mesmo critério, sempre a requerimento do Sr. Senador Apolônio Sales.

O SR. APOLÔNIO SALES — *(Pela ordem)* — Sr. Presidente, terminada a votação das emendas destacadas, restam as subemendas.

De acordo com o parágrafo único do artigo 168 do Regimento Interno, tem-se a impressão de que as subemendas devem ser votadas separadamente, de vez que assim se expressa a Lei Interna:

«Art. 168 — As emendas do Senado ao projeto de Orçamento serão discutidas na mesma ocasião que este, porém votadas antes, em dois grupos, obedecendo à classificação dos pareceres favoráveis ou contrários, salvo destaque concedido pelo Senado, a requerimento de qualquer Senador para votação isolada. No grupo das emendas com parecer favorável incluem-se as da Comissão de Finanças e as que tenham sido por ela aceitas com modificações.

Parágrafo único — Será votada separadamente a emenda que tenha subemenda na Comissão, votando-se em primeiro lugar a subemenda e, bem assim, a que tenha parecer mandando constituir projeto em separado».

Pela leitura desse parágrafo, tem-se a impressão de que as subemendas deveriam ser votadas separadamente. Parece-me, porém, que não interpreto erradamente o sentido das palavras «será votada separadamente» referindo-se o vocábulo «separadamente» às subemendas.

Assim sendo, consulto a V. Excia., Sr. Presidente, valendo-me do Art. 125, letra «c» do Regimento, se posso requerer a votação, em globo, das subemendas para maior apressamento dos trabalhos da Casa.

Encaminho o requerimento à Mesa *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE — O nobre Senador Apolônio Sales enviou à Me-

sa requerimento que será submetido a votação.

Esclareço que, no caso da votação do Estatuto dos Funcionários, a mesma norma foi aplicada às subemendas, com base no Art. 125, letra c. Na hipótese, a Mesa considera que a regra é a do art. 168, constituindo o art. 125, letra c a exceção.

Discussão e votação das matérias por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de emendas».

Vou submeter à votação do Plenário o Requerimento do nobre Senador Apolônio Sales.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

É aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

452, de 1952

Nos termos do art. 125 letra c do Regimento Interno, requeiro sejam votadas em globo as emendas ao Anexo n. 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas — ao Projeto de Lei da Câmara n. 193, de 1952, que receberam subemendas, ressalvados os destaques que sejam requeridos.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1952. — *Apollônio Salles*.

Orçamento. Votação de emendas a que tenham sido oferecidas subemendas. A consulta ao Plenário é feita sobre as subemendas. Se aprovadas, consideram-se adotadas as emendas respectivas, com as modificações constantes das subemendas.

Na sessão de 7-11-1952, ao ser anunciada a votação das emendas ao Projeto de Orçamento para 1953 (Anexo n. 2 — Congresso Nacional), o Presidente, recordando a orientação que fôra firmada no ano anterior sobre a votação das emendas a que houvessem sido oferecidas subemendas, declarou que seria mantida.

Foram as seguintes as palavras de S. Excia.:

O SR. PRESIDENTE — Vai se submeter à decisão do Senado o grupo de emendas, às quais foram oferecidas subemendas.

A Mesa pede a atenção do plenário para o seguinte :

Em virtude de dispositivo regimental consubstanciado no parágrafo único do Art. 192, que diz :

«será votada separadamente a emenda que tenha subemenda da Comissão, votando-se em primeiro lugar a subemenda»

a Mesa, em sessão de 23 de outubro de 1951, submeteu a votação, em caso semelhante, inicialmente a subemenda e, em seguida, a emenda.

Entretanto, naquela ocasião, vários Senhores Representantes, entre os quais o nobre Senador Sr. Aloísio de Carvalho, em face das dificuldades que surgiam, impugnaram a interpretação dada à letra expressa da Lei Interna.

O honrado Senador Aloysio de Carvalho manifestou seu entendimento de que, aprovada a subemenda, e sendo ela modificativa, não existia mais emenda.

O Presidente, após sustentar o ponto de vista da Mesa, mas reconhecendo a procedência, em parte, das objeções trazidas a debate pelos nobres Senadores Ivo d'Aquino, Álvaro Adolpho, Aloysio de Carvalho e Ferreira de Souza, submeteu ao plenário a seguinte questão:

«Os Senhores que, interpretando o parágrafo único do art. 172 do Regimento, consideram que a aprovação da subemenda importa aceitação da emenda correspondente, queiram conservar-se sentados».

Tendo o plenário aprovado esta interpretação, dali por diante, votadas as submedendas, ficavam, tácita e automaticamente, consideradas aprovadas as respectivas emendas.

Mantendo o critério adotado pelo plenário, vou submeter a votos as subemendas apresentadas às emendas números 1, 9 e 10. Aprovadas, considerarei aprovadas também as emendas respectivas.

Presidência do Sr. Senador Marcondes Filho — *Diário do Congresso Nacional* de 8-11-1952, página 12.506, 2ª coluna.

Voto em separado, em Plenário, a parecer oral sobre matéria em regime de urgência.

Em 12-12-1952 foi concedida urgência para o Projeto de Lei da Câmara n. 367/52, que dispunha sobre operações de câmbio. A urgência obedeceu ao disposto no § 4º do art. 155 do Regimento (para a matéria ser tratada no mesmo dia).

Emitido, pelo Sr. Senador Ferreira de Souza, parecer oral em nome da Comissão de Finanças, o Sr. Senador Ismar de Góis, falando pela ordem, pediu-lhe fosse dada a palavra para emitir voto discordante do relator.

O Presidente, acentuando não estar a hipótese prevista no Regimento, manifestou a sua opinião de que nada é mais subsidiário do Regimento que ele próprio. Omissa a lei interna sobre votos em separado a pareceres orais, em casos de urgência, mas prevendo ela tais votos nos pareceres escritos, entendia que também deviam ser admitidos no caso.

E, assim, foi concedida a palavra ao Sr. Senador Ismar de Góis, que, como membro da Comissão de Finanças, proferiu oralmente seu voto discordante do parecer do Relator.

Presidência do Sr. Senador Marcondes Filho — *Diário do Congresso Nacional* de 13-12-1952, página 14.685, 1ª coluna.

O SR. ISMAR DE GÓIS (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, desejaria que V. Excia. fizesse a fineza de me conceder a palavra, baseado no parágrafo 3º do artigo 4º do Regimento visto que pertencente à Comissão de Finanças foi voto vencido em determinada emenda e desejo dá-lo em separado.

O SR. PRESIDENTE — Resolvendo a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Ismar de Góis, a Mesa deve informar que, ao Capítulo III do Regimento em vigor, que trata da urgência, o § 5.º do artigo 155 dispõe o seguinte:

«Nas hipóteses dos parágrafos 2º e 4.º, os pareceres das comissões serão verbais e proferidos imediatamente, ressalvado, no caso do parágrafo 4º, aos presidentes das comissões ou relatores designados, o direito de pedirem prazo, que correrá em conjunto, não podendo exceder de duas horas».

Portanto, a hipótese, formulada pelo nobre senador Ismar de Góis não está prevista no Regimento, no *Capítulo* que trata da urgência.

Mas é evidente que nada mais subsidiário do Regimento do que o próprio Regimento. Este faculta o voto separado ou vencido, nas Comissões.

Assim, a Mesa, para facilitar o cumprimento do § 3º do art. 44, dá a palavra a S. Excia. para proferir seu voto.

ATAS DE REUNIÕES DA COMISSÃO DIRETORA

Atos da Comissão Diretora

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Srs. Senadores Etelvino Lins, 1º Secretário; Vespasiano Martins, 2º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3º Secretário e Hamilton Nogueira, 4º Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 7 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Etelvino Lins que passou a relatar o processo em que os funcionários da Agência dos Correios e Telégrafos e da Guarda Civil que servem junto ao Senado solicitam pagamento de diárias a que se julgam com direito.

A Comissão aprovou a diligência proposta pelo Sr. Senador Etelvino Lins, no sentido de que a Diretoria Geral informe, depois de ouvir os interessados, quais as sessões a que se referem no requerimento.

De acordo com os pareceres do Senhor Senador Vespasiano Martins, a Comissão deferiu os requerimentos sobre contagem de tempo de serviço de Jorge de Oliveira Nunes, Oficial Legislativo, classe J, Hermes Peçanha Gomes, servente classe G, José Soares de Oliveira, Auxiliar de Portaria, classe K, e Ari Feliciano de Araújo, servente classe G.

Após tomar conhecimento do ofício do Sr. Presidente do Senado, a respeito do arquivo das sessões do Congresso Nacional, deliberou a Comissão cometer tal tarefa ao Diretor do Arquivo e

oficiar ao Sr. Presidente do Senado dando ciência das providências adotadas.

O Sr. Senador Vespasiano Martins comunicou à Comissão que, havendo cessado a delegação que lhe foi conferida para membro da Comissão de Promoções, de acordo com o que dispõe o art. 158 do Regulamento, propunha que fôsse indicado outro colega.

A Comissão por unanimidade, deliberou indicar o Sr. Senador Waldemar Pedrosa.

O Sr. Presidente convocou uma reunião extraordinária para o próximo dia 26, quarta-feira, a fim de apreciar a proposta de Orçamento a ser enviada ao Poder Executivo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unanimemente aprovada.

2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Etelvino Lins, 1º Secretário; Vespasiano Martins, 2º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3º Secretário e Hamilton Nogueira, 4º Secretário, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 20 do corrente, o Sr. Presidente deu

a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins, que passou a relatar a proposta de Orçamento para 1953.

De acôrdo com o parecer de Sua Excia. a Comissão, por unanimidade, aprovou a proposta elaborada pela Diretoria da Contabilidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Etelvino Lins, 1º Secretário; Vespasiano Martins, 2º Secretário; Valdemar Pedrosa, 3º Secretário e Hamilton Nogueira, 4º Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 26 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins, que passou a relatar os processos que lhe foram distribuídos.

De acôrdo com os pareceres de Sua Excia., a Comissão deferiu o requerimento em que Hilário Ribeiro Cintra, Diretor de Serviço, padrão PL-2, solicita aposentadoria nos termos do artigo 191, parágrafo 1º da Constituição Federal, e os em que Maria Cherubina Costa e Mário Marques da Costa, oficiais legislativos, classe J, solicitam contagem de tempo de serviço.

A Comissão, de conformidade com os pareceres do Sr. Senador Valdemar Pedrosa, deferiu os requerimentos de Propércio Xavier da Silva, eletricitista classe J, sobre licença por 60 dias e de Pedro de Carvalho Muller, oficial legislativo, classe J, sobre prorrogação de licença para tratamento de saúde, por 30 dias.

Foram autorizadas pela Comissão várias aquisições de livros, de acôrdo com os pareceres do Sr. Senador Hamilton Nogueira.

Informou, a seguir, o Sr. Presidente que prosseguiam ativamente os trabalhos da Comissão que, sob a presidên-

cia do Sr. Senador Vespasiano Martins, se acha incumbida do estudo da solução do problema das instalações do Senado, comissão essa organizada em virtude de deliberação da Comissão Diretora, a propósito de relatório que sobre o assunto lhe apresentou o seu Presidente.

Com o espírito de colaboração que deseja dar ao empreendimento, pretende o Sr. Presidente fazer uma breve viagem à Europa, a fim de, sem quaisquer ônus para o Tesouro, visitar as Casas Parlamentares de alguns países, colhendo elementos que possam facilitar a solução do problema, seja pela construção de novo edifício, seja pela reforma do atual. Esse estudo, porém, não deve ficar adstrito propriamente às instalações, e, para que dele se possa tirar todo o proveito, deverá estender-se também à organização dos serviços auxiliares dos trabalhos parlamentares, seus métodos, funcionamento e eficiência. Também pretendia, em outra oportunidade visitar o Congresso Americano, embora sobre este já exista valioso estudo mandado promover pela Mesa da Câmara dos Senhores Deputados.

O Sr. Senador Vespasiano Martins declarou que tal contribuição seria da maior utilidade para os trabalhos em andamento no órgão que preside, parecendo-lhe conveniente que a Comissão Diretora, para facilitar ao Senhor Presidente o desempenho da tarefa a que se propôs, lhe dê oficialmente a missão de realizar esses estudos, que muito aproveitarão às futuras deliberações que o Senado haja de tomar sobre a matéria.

A Comissão aprovou essa proposta e, tendo em vista o volume dos trabalhos a realizar e a urgência dos mesmos, resolveu autorizar o Sr. Presidente a designar um funcionário que o auxilie nas pesquisas que vai levar a efeito.

O Sr. Presidente, considerando que, dada a brevidade da viagem, tal auxílio realmente lhe seria da maior importância, lembrou para esse fim o nome do Sr. Isaac Brown, que faz parte da Comissão de Estudos das Instalações do Senado, estando perfeitamente a par do problema. Atendendo, porém, a que esse funcionário exerce

o cargo de Secretário Geral da Presidência, e, como tal, é o assessor da Presidência nos trabalhos legislativos, havia necessidade de que o presidente da Casa, Sr. Café Filho, concordasse com o seu afastamento temporário. A Comissão aprovou a indicação, desde que haja concordância do Sr. Presidente do Senado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Julio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1952

Sob a presidência do Sr. Marcondes Filho, presentes os Srs. Senadores Etelvino Lins, 1º Secretário; Vespasiano Martins, 2º Secretário; Valdemar Pedrosa, 3º Secretário e Hamilton Nogueira, 4º Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 27 de março do corrente ano o Senhor Presidente comunicou que havia transmitido ao Sr. Presidente Café Filho cópia da ata da última reunião e que S. Excia. concordara integralmente com a indicação feita do Dr. Isaac Brown, pois esperava que a falta do mesmo, como assessor da Mesa, seria compensada pelos resultados que possam ser colhidos.

Assim a Comissão autorizou o Sr. Diretor Geral a fazer entrega ao Dr. Isaac Brown da importância de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) como ajuda de custo, assegurando-lhe, ainda as vantagens do cargo, devendo a despesa correr por «saldos disponíveis».

A seguir o Sr. Presidente declarou que, ainda de acordo com entendimento havido com o Sr. Presidente Café Filho, propunha para substituir o Dr. Isaac Brown, o Diretor da Biblioteca, padrão PL-2, Franklin Palmeira.

A Comissão por unanimidade, aprovou a proposta do Sr. Presidente, deliberando ainda assegurar ao Diretor Franklin Palmeira a gratificação correspondente ao cargo de Secretário da Presidência, a qual deverá ser paga por «saldos disponíveis».

Para responder pelo expediente da Diretoria da Biblioteca a Comissão autorizou o Sr. Diretor Geral a designar o Dr. Lauro Portela, Oficial Legislativo, classe O (Chefe de Seção).

Em seguida o Sr. Senador Valdemar Pedrosa declarou que, como membro da Mesa, designado para integrar a Comissão de Promoções, desejava submeter aos seus pares a consulta que passou a ler.

Depois de discutir o assunto resolveu a Comissão quanto ao primeiro quesito, que podem concorrer à eleição para membro da Comissão de Promoções os Taquígrafos-Revisores e os Oficiais Legislativos classes O;

quanto ao segundo, que pode concorrer à eleição o Secretário Geral da Presidência, embora tenha que se afastar do país, a serviço, temporariamente;

quanto ao terceiro, que a Comissão de Promoções pode funcionar na ausência de um de seus membros.

Relativamente à exposição de motivos do Diretor da Taquigrafia, que conclui no sentido de que seja acrescentado ao Regulamento um parágrafo pelo qual as promoções à classe de Taquígrafo Revisor obedeçam exclusivamente ao critério de merecimento, decidiu a Comissão ouvir a respeito a Comissão de Promoções.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins; 2º Secretário; Valdemar Pedrosa, 3º Secretário; Hamilton Nogueira, 4º Secretário e Francisco Gallotti, 1º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 2 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins que procedeu à leitura do parecer da Comissão de Promoções sô-

bre preenchimento de vagas na Portaria, bem como do seu voto vencido.

Como já havia sido empossada a nova Comissão de Promoções, da qual é Presidente o Sr. Senador Valdemar Pedrosa, propôs o Sr. Senador Vespasiano Martins que o processo fôsse distribuído ao Sr. Senador Valdemar Pedrosa, com o que concordou a Comissão.

Quanto ao requerimento de Helena Collin Washington, Arquivista, padrão K, sobre contagem de tempo de serviço, a Comissão deliberou deferi-lo nos termos do parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins.

De conformidade com os pareceres do Sr. Senador Valdemar Pedrosa deferiu os requerimentos de Benedito Afonso de Araújo, servente, classe H, sobre prorrogação de licença para tratamento de saúde e de Alípio Ferreira Dias, contínuo, classe J, sobre três meses de licença especial.

A Comissão autorizou a renovação de várias assinaturas solicitada pela Diretoria de Biblioteca, de acordo com o parecer do Sr. Senador Hamilton Nogueira.

O Sr. Senador Valdemar Pedrosa deu ciência à Comissão que presidira à eleição dos dois funcionários que deverão integrar a Comissão de Promoções, havendo sido eleitos o Dr. Isaac Brown, Secretário Geral da Presidência e o Sr. José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Técnico do Orçamento.

O Sr. Presidente declarou que julgava interpretar o pensamento da Comissão Diretora ao agradecer ao Sr. Senador Vespasiano Martins a colaboração prestada como membro da Comissão de Promoções, cuja mandato exercera com o mesmo brilho e critério que marcam todas as suas atividades. O Sr. Senador Valdemar Pedrosa propôs que tais agradecimentos fôssem extensivos aos dois funcionários que integram a Comissão, Dr. Evandro Viana e Américo Facó.

Apreciando os pedidos sobre máquinas de escrever e de somar, feitos pelo Gabinete do Sr. Presidente do Senado, pela Comissão de Finanças e pela Diretoria de Contabilidade, decidiu a Comissão determinar ao Sr. Diretor Geral

que examine a possibilidade de serem fornecidas máquinas disponíveis no Senado. Em caso negativo, deverão os pedidos vir acompanhados das respectivas propostas de preço.

Atendendo à exposição do Sr. Diretor Geral, decidiu a Comissão, de acordo com o que determina o artigo 232 do Regulamento, mandar pagar ao Diretor de Serviço, padrão PL-2, Franklin Palmeira, a diferença entre o seu vencimento e o do Secretário Geral da Presidência, Isaac Brown, a quem está substituindo, exclusive a gratificação de representação de gabinete e ao Oficial Legislativo, classe O — Lauro Portela, a diferença entre o seu vencimento e o do Diretor de Serviço Franklin Palmeira, por estar respondendo pelo expediente da Diretoria da Biblioteca.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins; 2º Secretário: Valdemar Pedrosa, 3º Secretário: Hamilton Nogueira, 4º Secretário e Francisco Gallotti, 1º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 17 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins que passou a relatar os vários processos que lhe foram distribuídos.

De acordo com o parecer de Sua Excia., a Comissão deferiu o requerimento em que Orlando Aires, Servente, classe «H», solicita contagem de tempo de serviço.

Quanto ao processo relativo a aquisição de dois estrados de madeira destinados às mesas colocadas no corredor do Almoxarifado, no andar térreo, a Comissão de conformidade com o parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins, decidiu aceitar a pro-

posta da firma Joaquim Neves dos Santos, por ser a mais vantajosa.

Realtivamente à máquina de escrever «Royal» solicitada pelo Gabinete da Presidência do Senado, o Sr. Senador Vespasiano Martins de acôrdo com as informações da Diretoria de Contabilidade, concluiu seu parecer no sentido de que seja a mesma adquirida da firma Keller Weber S.A., representante das referidas máquinas, com o que concordou a Comissão.

Examinando as várias propostas apresentadas para instalação de um filtro e de uma pia, na Diretoria de Biblioteca, resolveu a Comissão, acompanhando o parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins, aceitar a da firma Albano Janiny & F.^o, no total de Cr\$ 4.000,00, por ser a mais vantajosa.

De conformidade com os pareceres do Sr. Senador Valdemar Pedrosa, a Comissão deferiu os requerimentos de Raul Weguelin, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão «O», sobre seis meses de licença especial e de Maria Isabel Saldanha, Oficial Legislativo, classe «J», sobre prorrogação de licença para tratamento de saúde por seis meses.

Acompanhando o parecer do Senhor Senador Francisco Gallotti a Comissão deferiu o requerimento em que Leilah de Góes Tórreres, Oficial Legislativo, classe «J», solicita pagamento de gratificação adicional de 15%.

Ao tomar conhecimento da exposição do Sr. Diretor Geral, decidiu a Comissão conceder ao Sr. Franklin Palmeira a gratificação de representação, correspondente ao cargo de Secretário Geral da Presidência, a partir da data em que assumiu suas funções.

Em seguida, o Sr. Diretor Geral apresentou o Relatório do Dr. Auto Sá, sobre os trabalhos executados pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares, do qual a Comissão tomou ciência.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

7.^a REUNIÃO REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Srs. Senadores Vespasiano Martins, 2.^o Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.^o Secretário; Hamilton Nogueira, 4.^o Secretário e Francisco Gallotti, 1.^o Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 30 de abril do corrente ano, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins que passou a relatar o requerimento em que Sebastião Miguel da Silva, servente classe G, solicita cancelamento em seus assentamentos de penalidades que lhe foram impostas.

A Comissão aprovou o parecer de S. Ex.^a que concluiu pelo indeferimento do pedido, aguardando-se maior espaço de tempo, a fim de observar a conduta do requerente que, se houver melhorado sensivelmente, poderá ser atendido em nova solicitação.

De acôrdo com os pareceres do Sr. Senador Vespasiano Martins, a Comissão autorizou a compra de uma máquina de escrever, com respectiva mesa, para a Comissão de Finanças e dois fichários para a Diretoria de Contabilidade.

Relativamente ao requerimento de vários funcionários da Diretoria de Contabilidade, solicitando gratificação extraordinária, a Comissão, de conformidade com o parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins e com as informações constantes do processo, prestadas pelo Sr. Senador Vespasiano Martins e com as informações constantes do processo, prestadas pelo Sr. Diretor Geral, deliberou conceder a gratificação de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais aos requerentes, lotados na Diretoria de Contabilidade e Pessoal.

Ainda de acôrdo com o parecer de S. Ex.^a, a Comissão aprovou o balancete e as contas referentes ao primeiro trimestre de 1952, dando plena e geral quitação das mesmas ao Diretor Geral e Tesoureiro, Dr. Júlio Barbosa de Matos Correia.

O parecer de S. Ex.^a está assim redigido:

“Tendo examinado o balancete referente ao primeiro trimestre de 1952, de acordo com o artigo 10.^o letra L, e art. 202 do Regimento Interno — que me foi apresentado pelo Senhor Diretor Geral, acompanhado dos documentos de ns. 1 a 273, e do livro Caixa e o saldo de Cr\$ 2.405.677,90 (dois milhões, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e setenta e sete cru-

zeiros e noventa centavos) que passa para o segundo trimestre do corrente ano, sou de parecer que a Comissão Diretora deva dar plena quitação dessas contas ao Senhor Diretor Geral e Tesoureiro, Doutor Júlio Barbosa de Matos Corrêa.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1952. — *Vespasiano Martins*.

Cópia do Balancete a que se refere o parecer supra:

BALANCETE RELATIVO AOS MESES DE JANEIRO A MARÇO DE 1952

Receita:

Janeiro		
— Saldo do exercício anterior		848.528,60
Fevereiro		
— Restos a pagar	1.523.044,70	
— Por telefonemas interurbanos	753,00	1.523.797,70
Março		
— 1. ^a prestação das Verbas destinadas ao Senado	3.297.750,00	
— Por telefonemas interurbanas	3.807,90	3.301.557,90
		<u>5.673.884,20</u>

Despesa:

Janeiro		
— Pagamentos conforme documentos de ns. 1 a 52-A.		693.756,90
Fevereiro		
— Pagamentos conforme documentos de ns. 53 a 143.		755.180,00
Março		
— Pagamentos conforme documentos de ns. 144 a 273		1.819.269,40
Soma		<u>3.268.206,30</u>
Saldo para o trimestre seguinte		<u>2.405.677,90</u>
		<u>5.673.884,20</u>

Diretoria da Contabilidade, 31 de março de 1952. — *Luiz do Nascimento Monteiro*, Oficial Legislativo, classe K. — *M. J. Peixoto*, Chefe da Seção Financeira. — Visto: *F. G. Andrade*, Diretor da Contabilidade”.

Acompanhando o parecer do Sr. Senador Hamilton Nogueira, a Comissão autorizou várias aquisições de livros para a Diretoria de Biblioteca.

Quanto ao requerimento em que Martha dos Santos Crespo de Castro, taquígrafo classe N, solicita pagamento de gratificação adicional a que tem

direito, relativa ao período de 2 de agosto a 31 de dezembro de 1950, decidiu a Comissão de acordo com o parecer do Sr. Senador Francisco Gallotti, nada haver a deferir, porquanto o direito da requerente já está consagrado, devendo porém a Diretoria Geral pelos canais competentes, tomar urgentes providências para que o pedido de crédito não mais tenta retardamento.

Deliberou ainda a Comissão conceder a gratificação mensal de Cr\$.. 500,00 (quinhentos cruzeiros), a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, ao taquígrafo classe O, Alcinda Trivelino, pelos serviços que vem prestando à Comissão Diretora.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora a presente ata que foi unanimemente aprovada.

8.ª REUNIÃO EM 15 DE MAIO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Srs. Senadores Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Valdemar Pedrosa, 3.º Secretário; Hamilton Nogueira, 4.º Secretário e Francisco Gallotti, 1.º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 9 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins que passou a relatar o processo referente à aquisição de duas mesas para o recinto, solicitadas pela Diretoria da Ata.

De acordo com o parecer de S. Ex. a proposta da firma Joaquim Neves dos Santos, no total de Cr\$ 4.500,00, por ser a mais vantajosa deve ser aceita.

O Sr. Senador Francisco Gallotti salientou que, apesar da recomendação feita à Diretoria de Contabilidade, na reunião de 22 de agosto de 1951, a fim de que não fossem aceitas propostas que não estivessem devidamente seladas, a irregularidade continuava a se verificar, razão pela qual propunha que se renovasse a reco-

mendação à aludida Diretoria, com o que concordou a Comissão.

Quanto ao requerimento em que Juventino Afonso da Silveira e outros funcionários da Portaria solicitam sejam abolidos dos seus uniformes os botões dourados e substituídos por uma insígnia removível com as iniciais do Senado, decidiu a Comissão de conformidade com o parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins, indeferir o pedido.

Relativamente ao processo referente à aquisição de 'a máquina de somar "Vtor" para a Seção de Contrôlê, resolveu a Comissão acompanhar o parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins, que concluiu no sentido de ser adquirida a referida máquina da firma Keller Webber S. A., cujo preço é de Cr\$ 9.700,00 em virtude das informações prestadas pelo Sr. Diretor Geral e pela Diretoria de Contabilidade.

Levando em consideração a exposição feita pelo Sr. Diretor Geral, de liberou a Comissão equiparar a gratificação de função do Diretor da Taquigrafia à que recebem os Diretores da Contabilidade, do Orçamento e da Ata, isto é, Cr\$ 1.000,00 a partir do corrente mês.

A Comissão resolveu ainda designar os Srs. Senadores Vespasiano Martins e Valdemar Pedrosa para procederem a estudos sobre a questão de gratificações mensais aos funcionários do Senado, inclusive as já concedidas, a fim de que seja reexaminado o assunto.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1952

Sob a presidência do senhor Senador Etelvino Lins, presentes os senhores Senadores Valdemar Pedrosa, 3.º Secretário; Hamilton Nogueira, 4.º Secretário e Francisco Gallotti, 1.º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 15 do corrente, o Sr. Senador Francisco Gallotti comunicou à Comissão que fôra pessoalmente à Recebedoria do Tesouro Nacional indagar sobre a obrigatoriedade da selagem de propostas. Informaram-lhe que os preços fornecidos, por carta, a pedido de Senado, não estão sujeitos a selo. Uma vez, porém, aceita determinada proposta, quando lhe fôr adjudicado o pedido ou lavrado o contrato, nessa fase deverá a firma preencher tal exigência. Também se o interessado fizer acompanhar a proposta de um requerimento, este estará sujeito a selo.

Em seguida, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Waldemar Pedrosa que passou a relatar o processo em que Italina Cruz Alves, oficial legislativo, classe «N», solicita, com fundamento no inciso c, do artº 1º do Decreto nº 29.641, de 6 de junho de 1951, lhe sejam abonadas 20 faltas por motivo de licenças para tratamento de saúde, compreendidas no período de 1939 a 1942.

A Comissão, de acordo com o parecer de S. Excia., em virtude da decisão adotada em casos idênticos, deliberou deferir o pedido.

Relativamente ao Projeto de Resolução nº 2-52 que reestrutura cargos isolados, o Sr. Senador Waldemar Pedrosa, relator do processo, solicitou as seguintes diligências, com o que concordou a Comissão.

a) Data da criação dos cargos a que se refere o Projeto de Resolução;

b) Tempo de serviço nos mesmos cargos pelos seus atuais ocupantes ou titulares;

c) Tempo de serviço porventura prestado por esses ocupantes ou titulares ao Senado em outras funções e quais foram essas;

d) Quais os padrões vigentes quando das nomeações dos titulares referidos e quais os aumentos que tiveram e as respectivas datas;

e) Qual o acréscimo de despesa decorrente da aprovação do referido Projeto de Resolução.

Quanto ao requerimento em que Anibal Tôrres, Auxiliar de Portaria, padrão «K», aposentado, solicita reconsideração do deliberado pelo Senado, relativamente à sua reversão, o Sr. Se-

nador Hamilton Nogueira, Relator do processo, declarou nada haver a acrescentar ao seu parecer anterior, ouvida preliminarmente a Comissão de Constituição e Justiça, pois nada impede que o requerente reingresse no quadro de funcionários do Senado.

Havendo a Comissão concordado com o parecer de S. Excia., foi o processo remetido à Comissão de Constituição e Justiça.

Com referência ao pedido da Diretoria de Biblioteca, para que seja adquirida a Enciclopédia Britânica atual, a Comissão aprovou o parecer do senhor Senador Hamilton Nogueira, no sentido de que seja adiada a compra para o fim do ano, em vista de já possuir a Biblioteca várias e excelentes Enciclopédias e por estar Sua Excelência informado de que alguns senhores Senadores desejam indicar obras fundamentais relacionadas mais intimamente com as atividades do Congresso Nacional.

Sobre a aquisição de cinco fichários de aço «Securit», para a Diretoria da Biblioteca, em virtude da informação da Diretoria de Contabilidade, que o saldo da subconsignação comporta a despesa, o Sr. Senador Hamilton Nogueira opinou que fôsse aceita a proposta da firma Sidema S.A. Comercial Importadora, no total de Cr\$ 24.000,00, por ser a representante dos referidos fichários.

Ainda de acordo com os pareceres de S. Excia., foram autorizadas várias aquisições de livros.

Relatando o processo em que os funcionários do D.F.S.F. e dos Correios e Telégrafos, que servem junto ao Senado, solicitam lhes sejam pagas 14 sessões extraordinárias realizadas em 1951 e 3 em 1952, o senhor Senador Hamilton Nogueira ofereceu parecer no sentido de que fôsse deferido o pedido, com o que concordou a Comissão.

O Sr. Senador Francisco Gallotti pronunciou-se favoravelmente à Indicação do Sr. Senador João Villasboas, relativamente a um entendimento entre as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, a fim de que sejam tomadas determinadas medidas que facilitarão o andamento dos projetos nas duas Casas.

Quanto à tomada de preços para mudança das portas da garagem, o senhor Senador Francisco Gallotti emitiu parecer concluindo que as propostas apresentadas não satisfazem, sendo conveniente a abertura de concorrência para substituição das referidas portas por portões de ferro.

Tomando conhecimento dos ofícios do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a respeito da publicação prévia, no *Diário do Congresso*, do parecer do Sr. Senador Attilio Vivacqua, ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 25-52, que cria o Instituto Nacional do Café e a tiragem de 400 avulsos, deliberou a Comissão autorizar o senhor Diretor Geral a tomar as providências necessárias, a fim de que sejam tirados os 400 avulsos na forma usual.

Em virtude do requerimento aprovado pelo Senado, que aceitou assim o convite feito pelo Sr. Ministro do Trabalho, para que sejam designados três Srs. Senadores para tomarem parte na Conferência do Trabalho a se realizar em Genebra, decidiu a Comissão, por proposta do senhor Senador Hamilton Nogueira, completar a ajuda de custo a ser paga aos senhores Senadores que forem designados, até perfazer a quantia que tem sido concedida em casos idênticos.

Assim, ficou deliberado que será paga pela Secretaria do Senado, aos Srs. Senadores que integrarem a aludida comissão, a importância de Cr\$ 40.000,00 que, com a concedida pelo Ministério do Trabalho, perfaz o total de Cr\$ 100.000,00.

Com relação ao funcionário que deverá secretariar a comissão de Senadores que irá a Londres a convite do Parlamento da Grã-Bretanha, foi deliberado, por proposta do senhor Senador Hamilton Nogueira, designar-se o Diretor da Contabilidade, Dr. Flávio Goulart de Andrade e quanto ao jornalista, de acordo com a exposição do Comitê de Imprensa, indicar o Sr. João Austregésilo de Athayde.

A ajuda de custo a lhes ser arbitrada ficará dependendo da aprovação do crédito pela Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, 3º Secretário; Hamilton Nogueira, 4º Secretário e Francisco Gallotti, 1º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 29 de maio do corrente ano, o Sr. Presidente deu a palavra ao senhor Senador Waldemar Pedrosa que passou a relatar o processo em que Lauro Portela, Oficial Legislativo, cl. O, solicita pagamento de diferença de vencimento, durante o período em que foi designado, pela Comissão Diretora, para substituir o Diretor de Serviço, padrão PL-2, Hilário Ribeiro Cintra.

A Comissão aprovou o parecer de S. Excia. que concluiu no sentido de ser deferido o requerimento.

Relativamente à solicitação da Diretoria de Biblioteca, sobre aquisição de estantes de aço para seis mil volumes, o Sr. Senador Hamilton Nogueira ofereceu parecer no sentido de que se peçam novos preços e sejam adquiridas as estantes no valor máximo da verba que foi informado pela Diretoria de Contabilidade.

Com referência ao memorial dos funcionários da Secretaria, pleiteando a promoção do Oficial Legislativo, classe O, Mário Justino Peixoto, ao cargo de Diretor de Serviço, padrão PPL-2, na vaga aberta pela aposentadoria de Hilário Cintra, resolveu a Comissão encaminhá-lo à de Promoções.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

11.ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário; Hamilton Nogueira, 4.º Secretário e Prisco dos Santos, 2.º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 5 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Waldemar Pedrosa que passou a relatar o processo referente ao ofício em que o Sr. 1.º Secretário da Câmara dos Deputados solicita providências a respeito do telegrama que lhe foi enviado pelo Comité de Imprensa do Senado, contendo termos injuriosos.

O Sr. Senador Waldemar Pedrosa opinou no sentido de ser remetido o processo ao Sr. Diretor Geral, a fim de que mande tomar por termo as declarações do funcionário da Agência Postal Telegráfica que fez a expedição do referido telegrama.

Relativamente aos Projetos de Resolução n.º 2 de 1952, que classifica padrão «O» os cargos isolados, e ao de n.º 4 de 1952 que cria na Secretaria do Senado Federal o Serviço de Mecanografia, a Comissão aprovou os pareceres do Sr. Senador Waldemar Pedrosa que conclui no sentido de não ver como recomendá-los à aprovação do Senado, pelos motivos expostos nos seus pareceres.

A Comissão, de acôrdo com o parecer do Sr. Senador Hamilton Nogueira, autorizou várias aquisições de livros, dentro da quota mensal da Diretoria da Biblioteca.

Ao tomar conhecimento do ofício dos Srs. Senadores integrantes da Delegação que vai a Londres, a convite do Parlamento, resolveu a Comissão autorizar o pagamento da ajuda de custo, por adiantamento sendo arbitrada a importância de Cr\$ 100.000,00, para os Srs. Senadores e a de Cr\$ 80.000,00 para o Secretário e jornalista, de conformidade com o critério adotado em casos idênticos.

De acôrdo com o apêlo transmitido pelo Sr. Senador Waldemar Pedrosa

e com a exposição do Sr. Diretor Geral, decidiu a Comissão mandar pagar, à conta de saldos disponíveis, as diárias por sessões extraordinárias a que fizeram jus os funcionários da Agência dos Correios e Telégrafos e da guarda civil, que servem junto ao Senado.

Em virtude de se achar vago o cargo de Diretor do Arquivo, em consequência da aposentadoria de Hilário Cintra, resolveu a Comissão designar o Oficial Legislativo, classe «O», Lauro Portela, para, sem prejuízo de suas atuais funções, responder pelo expediente daquela Diretoria, não fazendo jus a qualquer outra vantagem senão a que já percebe no cargo que ocupa.

Por proposta do Sr. Senador Hamilton Nogueira, a Comissão autorizou o Sr. Diretor Geral a entrar em entendimento com a Imprensa Nacional, a fim de estudar a possibilidade de ampliar o serviço de impressão, para sanar as irregularidades que vêm verificando nos avulsos.

A Comissão designou ainda o Senhor Senador Waldemar Pedrosa para entrar em entendimento com a Mesa da Câmara dos Deputados, a respeito da Indicação n.º 1 de 1952 votada pelo Senado, sobre a conveniência de os projetos de lei e os decretos legislativos continuarem com o número recebido na origem.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

12.ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Srs. Senadores Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário e Prisco dos Santos, 2.º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 13 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins, que passou a relatar os processos em que Luiz do Nascimento

Monteiro, Oficial Legislativo, classe K, e Maria Aparecida Jordão da Silveira Reis, Auxiliar de Taquígrafo, padrão K solicitam contagem do tempo em que serviram como contratados.

De acôrdo com os pareceres de Sua Excelência, a Comissão deliberou deferir os requerimentos.

Quanto ao pedido formulado por Benvinda Maria Soares, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão O, Cícero de Freitas Ferreira e Erzila Luísa de Sousa Mendonça, Oficiais Legislativos, classe L, no sentido de lhes ser paga a gratificação extraordinária recebida pelos demais funcionários do Senado, e da qual foram excluídas por haverem gozado mais de 90 dias de licença para tratamento de saúde, decidiu a Comissão, na conformidade do parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins, deferir os pedidos.

Apreciando o processo relativo à concorrência realizada pela Diretoria de Contabilidade, para aquisição de material de expediente, deliberou a Comissão aprovar o parecer do Senhor Senador Waldemar Pedrosa, que concluiu no sentido de ser ratificada a concorrência havida, adjudicando-se os pedidos às firmas que ofereceram preços mais vantajosos, conforme foi assinalado pela Diretoria de Contabilidade.

Tomando conhecimento do requerimento em que Aleixo Alves de Sousa, Taquígrafo-Revisor PL-4, solicita seja descontado das licenças prêmio a que tem direito, 9 meses e 18 dias, período em que esteve licenciado para tratamento de saúde, resolveu a Comissão indeferir o requerimento, pelos motivos expostos pelo Sr. Senador Waldemar Pedrosa, em seu parecer escrito.

Ainda de acôrdo com o parecer de S.Excia. a Comissão deferiu o requerimento em que Joaquim dos Santos, Continuo, classe J, solicita dois meses de licença prêmio, a partir de julho próximo.

O Sr. Senador Waldemar Pedrosa procedeu a leitura de seu parecer sobre o ofício em que o Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados protesta contra o telegrama que lhe foi enviado pelo Comité de Imprensa do Senado, havendo a Comissão aprovado o parecer de S.Excia. que concluiu no sentido de ser dada ao Se-

nhor Diretor Geral a incumbência de, pessoalmente, levar ao conhecimento do 1º Secretário da Câmara dos Deputados as providências adotadas em atenção ao seu ofício de 2 do corrente, dirigido ao Sr. 1º Secretário do Senado.

Com referência à missão que lhe foi delegada pela Comissão Diretora, relativamente a um entendimento com a Mesa da Câmara dos Deputados, sobre a Indicação votada pelo Senado, determinando que os projetos de lei e os decretos legislativos continuem com o número recebido na de origem e dando outras providências, o Senhor Senador Waldemar Pedrosa comunicou que, no desempenho dessa missão, procurara pessoalmente o Presidente daquela Casa, o Sr. Deputado Nereu Ramos a cujas mãos passara o avulso da Indicação.

Dias depois fôra à presença de Sua Excia., que lhe externara a concordância da Mesa da Câmara dos Deputados no sentido de ser atendida, no que fôsse possível, a Indicação, fazendo-lhe apenas uma restrição, quanto ao envio dos discursos.

S.Excia. lhe fizera ver a impossibilidade absoluta de os incluir nos avulsos que viessem para o Senado, pois haveria casos em que êsses discursos constituiriam até volumes.

Quanto ao mais, alegara S.Excia. ser interessante que as Mesas das duas Casas do Congresso, na reforma de seus Regimentos Internos, fizessem incluir nos mesmos as disposições da Indicação, excluída a palavra «discurso».

Tomando conhecimento da exposição do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, a Comissão deliberou enviá-la, por cópia, a Comissão de Reforma do Regimento Interno, acompanhando a referida Indicação.

Levando em consideração o ofício do Diretor da Contabilidade e o parecer do Sr. Diretor Geral, resolveu a Comissão designar o Oficial Legislativo, classe O, Mário Justino Peixoto, para responder pelo expediente da Diretoria de Contabilidade, durante a ausência do titular efetivo, Flávio Goulart de Andrade, nomeado para secretariar a Comissão de Senadores que vai a Londres, a convite do Parlamento Britânico, e para responder pelo expediente da Seção Financeira, o Oficial

Legislativo, classe M, Irene Macedo Ludolf.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Etelvino Lins, presentes os Srs. Senadores Vespasiano Martins, 2º Secretário; Hamilton Nogueira, 4º Secretário e Prisco dos Santos, 2º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 26 de junho do corrente ano, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senador Hamilton Nogueira que autorizou várias aquisições de livros, dentro da cota mensal, de acordo com o pedido da Diretoria da Biblioteca.

O Sr. Presidente declarou que havendo sido escolhida a Comissão que vai a Berna, tomar parte na Conferência Interparlamentar, deveria ser escolhido um funcionário para secretariar a referida Comissão, assim como um jornalista, de conformidade com a Indicação votada pelo plenário, de autoria do Sr. Senador Mozart Lago.

Relativamente ao funcionário a Comissão deliberou, por proposta do Senhor Senador Hamilton Nogueira, designar o Diretor da Taquigrafia, Doutor, José Euvaldo Fontes Peixoto.

Quanto ao jornalista, tomando conhecimento da relação que lhe foi enviada pelo Comité de Imprensa, resolveu a Comissão indicar José Ribamar Martins Castelo Branco.

De acordo com a praxe adotada, foi arbitrada em Cr\$ 100.000,00 a ajuda de custo a ser paga aos Srs. Senadores e em Cr\$ 80.000,00 a do Secretário e do Jornalista que acompanharão a referida Comissão.

O Sr. Diretor Geral deu ciência à Comissão que se desincumbira da missão que lhe foi confiada na última reunião, relativamente a um entendimento com o Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, sobre o telegrama que lhe

fôra passado pelo Comité de Imprensa do Senado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Srs. Senadores Etelvino Lins, 1º Secretário; Vespasiano Martins, 2º Secretário; Hamilton Nogueira, 4º Secretário e Prisco dos Santos, 2º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 3 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins, que passou a relatar o processo sobre a concorrência administrativa, realizada para fornecimento de uniformes aos contínuos e serventes do Senado.

De acordo com o parecer de S. Excia. deliberou a Comissão aceitar a proposta da Alfaiataria Triunfo que segundo as informações da Diretoria de Contabilidade, conservou os preços do exercício anterior, empregando o mesmo material.

Levando em consideração a exposição do Sr. Senador Hamilton Nogueira, resolveu a Comissão mandar fornecer aos motoristas dois uniformes de brim.

Quanto à representação do Diretor Interino da Biblioteca — Lauro Portella — contra o Servente Sebastião Miguel da Silva, que o desacatara, havendo o autor da representação solicitado a retirada da mesma, em virtude da carta que lhe foi dirigida pelo funcionário contra quem representara, decidiu a Comissão, nos termos do parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins, mandar arquivá-la.

Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 5-52, que suprime o parágrafo único do art. 141, do Regulamento, o Sr. Senador Hamilton Nogueira, pelos motivos expostos em seu parecer, opinou contrariamente ao mesmo, com o que concordou a Comissão.

S. Excia. ponderou que seria mais oportuno estudar a matéria por ocasião da reforma do Regulamento que deverá ser ajustado ao novo Regimento que está sendo votado.

De conformidade com os pareceres dos Srs. Senadores Hamilton Nogueira e Prisco dos Santos foram deferidos os requerimentos de licença, por 60 dias, para tratamento de saúde, de Leilah Góes Cardoso Torres e Sebastião Veiga, Oficiais Legislativos, classe J.

O Sr. Senador Hamilton Nogueira autorizou, ainda, várias aquisições de livros, de acôrdo com os pedidos da Diretoria de Biblioteca, dentro da cota mensal.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Etelvino Lins, 1.º Secretário; Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário e Hamilton Nogueira, 4.º Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 17 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Etelvino Lins que procedeu à leitura de seu parecer sobre o balancete e as contas referentes ao segundo trimestre de 1952.

O parecer de S. Excia. aprovado pela Comissão, dando plena e geral quitação das contas ao Sr. Diretor Geral e Tesoureiro, Dr. Júlio Barbosa de Mattos Corrêa, é o seguinte:

Tendo examinado o balancete referente ao segundo trimestre de 1952, de acôrdo com o art. 10, letra I, e artigo 202 do Regimento Interno — que me foi apresentado pelo Sr. Diretor Geral, acompanhado dos documentos de números 274 a 605 e do livro Caixa, e verificado a exatidão das contas e o saldo de Cr\$ 1.532.061,00 (um milhão, qui-

nhentos e trinta e dois mil, sessenta e um cruzeiros e oitenta centavos) que passa para o terceiro trimestre do corrente ano, sou de parecer que a Comissão Diretora deva dar plena quitação dessas contas ao Sr. Diretor Geral e Mattos Corrêa.

Sala das Comissões, em 31 de julho de 1952. — *Etelvino Lins.*

Cópia do Balancete a que se refere o parecer supra:

BALANCETE RELATIVO AOS MESES DE ABRIL A JUNHO DE 1952

RECEITA

Abril		Cr\$
Saldo do trimestre anterior		2.405.677,90
	Cr\$	Cr\$
2ª prestação da Verba Material .	735.750,00	
Por telefonemas interurbanos	120,70	735.870,70
Maio		
Venda de papel velho ..		110,00
Junho		
Devolução do saldo da ajuda de custo de Cr\$ 20.000,00 p/despesas de viagens a Buenos Aires, etc., feita pelo Senador Dario Cardoso		19.134,40
Soma		3.160.793,00

DESPESA

Abril		Cr\$
Pagamentos diversos conforme documentos de ns. 274 a 362		389.253,80
Maio		
Pagamentos diversos conforme documentos de números 363 a 483 ..		305.658,40

Junho	
Pagamentos diversos conforme documentos de ns. 484 a 605	933.809,00
Soma	1.628.731,20
Saldo p/o trimestre seguinte	1.532.061,80
	3.160.793,00

Diretoria da Contabilidade, em 30 de junho de 1952. — *Luiz do Nascimento Monteiro*, Oficial Legislativo, classe K. — *Irene Macedo Ludolf*, pelo Chefe da Seção Financeira. — Visto. — *M. J. Peixoto*, pelo Diretor da Contabilidade.

Relativamente à consulta do Chefe da Seção de Contrôlê, sobre se deve ser paga a gratificação interna de Cr\$ 1.000,00 ao Oficial Legislativo, classe O, Mário Justino Peixoto, que responde, no momento, pelo expediente da Diretoria de Contabilidade, a Comissão aprovou o parecer do Sr. Senador Etelvino Lins, que concluiu no sentido de que deve ser paga a referida gratificação, a exemplo do que aconteceu com o substituto do Sr. Secretário Geral da Presidência e como do Diretor do Arquivo.

De conformidade com os pareceres dos Srs. Senadores Vespasiano Martins e Waldemar Pedrosa, a Comissão deferiu, respectivamente, os requerimentos de José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Técnico do Orçamento, padrão O, sobre contagem do tempo em que serviu como Promotor Público da Comarca de Barracão, na Bahia, e de Nathercia Silva de Sá Leitão, Oficial Legislativo, classe J, sobre pagamento de salário-família desde a data em que foi admitida no Senado, como contratada.

Por proposta do Sr. Senador Etelvino Lins, a Comissão autorizou o Senhor Diretor Geral a pagar, por adiantamento, a ajuda de custo aos Srs. Senadores integrantes da comissão que vai a Berna, assim como ao Secretário e Jornalista.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, la-

vrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Srs. Senadores Etelvino Lins, 1.º Secretário; Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário e Hamilton Nogueira, 4.º Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 21 de julho do corrente ano, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Senador Vespasiano Martins que passou a relatar o processo em que Maria Riza Batista, Oficial Legislativo, classe J, solicita contagem do tempo em que serviu como contratada.

De acôrdo com o parecer de Sua Excelência, a Comissão deferiu o pedido.

De conformidade com os pareceres do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, a Comissão deferiu os requerimentos de Luísa Berg Cabral, Taquígrafo, classe O, solicitando pagamento de diferença de vencimentos referente ao período em que substituiu o Taquígrafo-Revisor, padrão PL-4, Lourival Câmara; de Jacy de Sousa Lima, Zelador do Arquivo, padrão N e de Américo Facó, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão O, sobre concessão de licença para tratamento de saúde, respectivamente de 90 a 60 dias, a partir de 11 do corrente.

O Sr. Presidente apresentou à Comissão o relatório de sua viagem à Europa, constituído de seis volumes, instruído com fotografias, publicações, organogramas, estatísticas, quadro de funcionalismo, etc.

Nêsse relatório são estudadas as instalações materiais das Casas do Parlamento, como sejam, o recinto, as salas das Comissões, da Presidência, os serviços e mecanismos, e, no fim em apêndice, o aspecto regimental sob o ponto de vista constitucional de cada país.

S. Excia. fez ver que o relatório era longo e minucioso e, por vêzes, poderia parecer monótono, mas era preciso ser detalhado, a fim de dar exata

impressão da missão que lhe fôra confiada.

Acrescentou ,ainda, S. Excia., ser de opinião que o relatório, depois de examinado por seus colegas, deveria ser encaminhado à Comissão Especial encarregada de estudar as novas instalações do Senado, presidida pelo Senhor Senador Vespasiano Martins, a fim de que esta verifique quais os elementos que podem ser úteis ao desenvolvimento de seu programa.

S. Excia. salientou que, pelas fotografias junto, poder-se-ia ter idéia da imponência dos Parlamentos no Exterior.

Terminou dizendo que esperava que os resultados da missão que lhe fôra confiada pudessem ser proveitosos, pois a desempenhara com a melhor boa vontade e com o pensamento firme de conseguir para o Senado Federal instalações condignas à altura do Parlamento do Brasil.

Aproveitava a oportunidade para agradecer à Comissão haver designado para auxiliá-lo no desempenho dos trabalhos, o Dr. Isaac Brown, Secretário da Presidência do Senado, de quem, tinha o prazer de declarar, recebera eficiente, constante e brilhante colaboração.

O Sr. Senador Hamilton Nogueira propôs, com o que concordou a Comissão que, além de ser enviado o relatório à Comissão Especial, encarregada de estudar as novas instalações do Senado, fôsse publicada em avulso a parte essencial do mesmo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata, que foi unânimemente aprovada.

17.ª REUNIA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1952

Sob a Presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Etelvino Lins, 1.º Secretário; Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário e Hamilton Nogueira, 4.º Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 13 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Etelvino Lins que passou a relatar o Projeto de Resolução n.º 25-51, que reestrutura os proventos dos inativos do Senado.

A Comissão aprovou o parecer de S. Excia., favoravelmente ao Projeto, bem como à Emenda apresentada pelo Sr. Senador Joaquim Pires, dispondo que o pagamento seja feito a partir de 1 de janeiro de 1951.

Quanto ao requerimento em que José de Sales Oliveira e outros solicitam equiparação à Câmara dos Deputados, da gratificação e auxiliares de motoristas, deliberou a Comissão do Sr. Senador Etelvino Lins, deferir o pedido.

O Sr. Senador Vespasiano Martins procedeu à leitura de uma exposição sôbre a concorrência havida para fornecimento de fardamentos, confirmação o parecer que emitira a respeito, com o que concordou a Comissão.

Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 1-52, que considera extraordinário e nesse caráter pago, à base de remuneração integral correspondente a igual tempo de serviço normal, o serviço prestado pelos funcionários do Senado durante as sessões extraordinárias, convocadas, decidiu a Comissão aprovar o parecer do Sr. Senador Waldemar Pedrosa que concluiu pela aceitação da Emenda n.º 6, de autoria do Senhor Senador Francisco Gallotti, oferecendo substitutivo ao Projeto.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

18.ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Srs. Senadores Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário e Francisco Gallotti, 1.º Su-

plente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 21 de agosto do corrente ano, o Sr. Presidente deu a palavra ao Senhor Senador Waldemar Pedrosa.

De conformidade com os pareceres proferidos por S. Excia. a Comissão deferiu o requerimento de Leilah Góes Cardoso Torres, Oficial Legislativo, classe J, sobre concessão de licença para tratamento de saúde, por 30 dias, e indeferiu o de José Eustachio Luiz Alves, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão O, por já estar incluído no seu tempo de serviço o período que pretende contar.

A Comissão autorizou várias aquisições de livros e reencadernação de volumes do «Jornal do Comércio», de acordo com o parecer do Sr. Senador Francisco Gallotti.

Tomando conhecimento do ofício do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em que são solicitadas várias providências, decidiu a Comissão, quanto aos dois primeiros itens, que se referem à designação de um plantão às quintas-feiras, das 9 às 12 horas, na Diretoria da Biblioteca e na de Arquivo, atendê-los; quanto aos dois últimos, substituição da mesa retangular, por uma redonda e das máquinas existentes por silenciosas, autorizar o Sr. Diretor Geral a mandar pedir orçamento.

Por proposta do Sr. Senador Francisco Gallotti, a fim de evitar aumento de despesa, o plantão da Biblioteca e do Arquivo deverá obedecer ao critério de rodizio, ficando dispensado o funcionário que o prestar de comparecer ao expediente da tarde.

Em seguida o Sr. Presidente expôs à Comissão que fôra constituída no Senado a Comissão Especial da Revisão do Código Comercial.

Para evitar demora nos trabalhos, a referida Comissão havia entendido ser mais conveniente designar o Senador Ferreira de Souza, que é professor de Direito Constitucional, para Relator da matéria e para fazer um esboço de anteprojeto.

A organização dêsse projeto é da maior importância porque o Código Comercial vigente é de mais de um

século e precisa ser substituído por uma lei que atenda melhor à exigência da atualidade.

O Senador Ferreira de Souza, ao aceitar a incumbência, solicitara que lhe fôsem concedidos dois funcionários para trabalharem conjuntamente com êle, bem como uma pequena verba de Cr\$ 5.000,00, mensais, para pagar a dois pesquisadores.

Ficou, assim, o Sr. Diretor Geral autorizado a entrar em entendimento com o Sr. Senador Ferreira de Souza, a fim de que escolha os funcionários que deseja ter à sua disposição, bem como a providenciar sobre o que fôr necessário.

Por proposta do Sr. Senador Francisco Gallotti, levando em consideração reclamações que lhe têm sido feitas por vários Senadores e a dificuldade em que se encontra a Mesa, as vezes, para ouvir questões de ordem levantadas, resolveu a Comissão mandar pedir orçamento para colocação de dois microfones nas bancadas, um em cada extremidade, com fio que permita levar cada microfone até o meio da bancada.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânime-mente aprovada.

19.ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Etelvino Lins, 1.º Secretário; Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário e Francisco Gallotti, 1.º Suplente de Secretário.

Lida e aprovada a ata da reunião de 4 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Etelvino Lins que propôs fôsse ouvida a Comissão de Promoções, relativamente ao requerimento em que Manuel Verissimo Ramos, Auxiliar de Portaria, padrão «K», solicita transferência para a carreira de Oficial Legislativo.

A Comissão aprovou o despacho do Sr. Senador Etelvino Lins, determinando o arquivamento do processo de inquérito instaurado para apurar responsabilidade de culpa, no incidente em que foi envolvido o Contínuo, classe «I», Djalma Magano.

De acôrdo com os pareceres dos Senhores Senadores Vespasiano Martins e Waldemar Pedrosa, a Comissão deferiu os requerimentos de Otávio José de Anchieta, Contínuo classe «I», sôbre contagem de tempo de serviço prestado ao Arsenal de Marinha; de Eleozina Martinez Silva, Oficial Legislativo classe «J»; de Maria Theresza Fernandes de Andrade, Taquígrafo classe «M» e de Therezinha de Melo Bobany, Taquígrafo classe «N», sôbre três meses de licença, a partir de 15 do corrente, nos termos do artigo 224 do Regulamento.

O Sr. Presidente distribuiu ao Senhor Senador Vespasiano Martins a exposição em que o Diretor da Ata sugere várias medidas para melhorar os serviços dessa Diretoria, assim como a consulta da Comissão de Promoções sôbre contagem de tempo de serviço.

A Comissão deliberou, ainda, que as duplicatas do «Diário do Congresso» e do «Diário Oficial» devem ser devolvidas à Imprensa Nacional, onde serão mais úteis para completar coleções, do que vendidas a pêsso como é feito atualmente.

Tomando conhecimento do ofício da Comissão de Viação e Obras Públicas, em que consulta sôbre a possibilidade de ajuda financeira à representação dêsse órgão, convidado a participar do Congresso Extraordinário Panamericano de Carreteras, a realizar-se no México, decidiu a Comissão não lhe ser possível atender ao solicitado, em virtude da falta de verba e da recente portaria do Banco do Brasil suspendendo a concessão de câmbio oficial para viagens ao estrangeiro, inclusive para participação em Congressos.

Resolveu a Comissão, por unanimidade, que deve ser rigorosamente evitado o comissionamento de funcioná-

rios, nos Gabinetes, com exceção daquêles que estejam realmente prestando serviços.

A seguir o Sr. Senador Francisco Gallotti declarou que desejava dizer duas palavras: uma, de grande satisfação e, outra, de tristeza.

Começaria pela de tristeza, motivada pela convicção de que em breve perderá a Comissão Diretora um de seus companheiros, o 1.º Secretário, Senador Etelvino Lins, nome tão firmado e conceituado em todo o Senado.

A segunda palavra era de grande alegria, por ver sair êsse colega como Governador de um dos maiores Estados do Brasil.

O Sr. Senador Francisco Gallotti declarou estar certo de que interpretava o pensamento dos demais membros da Comissão, razão por que propunha que se realizasse na Ata dos trabalhos essa manifestação: o pesar pela perda de um companheiro e a alegria por ganhar o Brasil um grande Governador.

O Sr. Senador Vespasiano Martins declarou que compartilhava dos sentimentos do Sr. Senador Francisco Gallotti mas quanto à alegria.

Achava que só havia motivo de regozijo, pois na conjuntura em que se encontra o Estado de Pernambuco, a investidura do Senador Etelvino Lins, como Governador, só poderá trazer benefícios ao Brasil.

O Sr. Presidente endossou os conceitos emitidos pelos colegas que o antecederam, fazendo votos por que o que é hoje segura promessa seja amanhã brilhantíssima realidade.

O Sr. Senador Etelvino Lins agradeceu a homenagem tão amiga que lhe era prestada, declarando que sentia deixar o convívio de companheiros de tantos anos, convivência que muito havia influído no seu espírito.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

(D.C.N.-26-9-52.)

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins, 2º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3º Secretário; Hamilton Nogueira, 4º Secretário e Francisco Gallotti, 1º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 18 do corrente, a Comissão, de acordo com o parecer do Sr. Senador Waldemar Pedrosa e as informações constantes do processo, deferiu o requerimento em que Lys Henriques Fernandes, Oficial Legislativo, classe «J», solicita seja considerado como licença para tratamento de saúde o período em que faltou por motivo de doença e por haver sido submetida a uma intervenção cirúrgica conforme faz prova com o atestado do Hospital dos Servidores do Estado.

Acompanhado os pareceres do Senhor Senador Francisco Gallotti a Comissão autorizou várias aquisições de livros assim como de duas estantes de aço, duplas, à firma Bernardini S.A., para a Diretoria de Biblioteca.

Relativamente à exposição da Comissão de Promoções sobre contagem de tempo de serviço, decidiu a Comissão Diretora, depois de examinar a matéria, aceitar as conclusões das preliminares a que chegou aquele órgão.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins, 2º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3º Secretário; Hamilton Nogueira, 4º Secretário e Francisco Gallotti, 1º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 25 de setembro do corrente ano,

deliberou a Comissão, de acordo com o parecer do Senhor Senador Vespasiano Martins, atender à solicitação da Diretoria de Contabilidade, no sentido de ser apresentada emenda ao Projeto de Lei da Câmara n. 231 de 1952, abrindo crédito para atender ao pagamento de despesas imprescindíveis.

Em seguida, o Sr. Senador Vespasiano Martins passou a relator o processo em que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça solicita sejam pagas duas diárias aos funcionários da Diretoria de Taquigrafia, que prestaram serviços àquela Comissão, no momento em que se discutia o Projeto que criou o Instituto Brasileiro do Café.

Submetido o assunto à discussão, o Sr. Senador Waldemar Pedrosa acompanhou o parecer de S. Excia., que concluiu no sentido de não ser possível atender ao solicitado pelos motivos que expõe.

O Sr. Senador Francisco Gallotti pediu vista do processo para estudar a matéria.

Ainda de acordo com os pareceres do Sr. Senador Vespasiano Martins foi deferido o requerimento de Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, Redator Revisor, padrão O, sobre contagem de tempo de serviço, com exceção do prestado como estagiário da Justiça gratuita, computado em 3 meses e 20 dias, pois quando entrou em vigor a Lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945, foi o mesmo afastado das funções que exercia a indeferido o em que Benvida Maria Soares, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão O, solicita pagamento de diferença de vencimentos a que se julga com direito, referente ao período de 27 de maio de 1946 a 28 de junho de 1950.

De conformidade com os pareceres do Sr. Senador Waldemar Pedrosa a Comissão deferiu os requerimentos de Elza Alves Tavares, Oficial Legislativo, classe J, sobre 60 dias de licença especial, a partir de 1º de outubro do corrente ano e de Felipe Baroud, Servente classe H, sobre 30 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1º de setembro do corrente ano.

computando-se as faltas ocorridas, como licença.

A Comissão tomou conhecimento do telegrama em que o Sr. Senador Prisco dos Santos comunica, para os devidos fins, estar impossibilitado de viajar por motivo de doença.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

22ª REUNIAO REALIZADA EM 9 DE OUTUBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário e Francisco Gallotti, 1.º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 2 do corrente o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Francisco Gallotti que procedeu à leitura de seu voto, relativamente ao processo em que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça solicita pagamento de diárias ao pessoal da Taquigrafia, por serviços extraordinários prestados àquela Comissão, nos dias 4 e 6 de julho do corrente ano, e do qual havia pedido vista.

S. Excia. concluiu acompanhando o parecer do Relator, isto é, que a solicitação não encontra amparo legal, com o que concordou a Comissão.

Tomando conhecimento do precatório do Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, em favor de Antônio Corrêa da Silva, para o fim de ser reintegrado no cargo que lhe cabe no quadro do Senado, decidiu a Comissão, de acordo com o parecer do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, baixar o processo em diligência, para que a Diretoria Geral informe o cargo a que tem direito o exequente, nos termos do julgado.

Resolveu, assim, a Comissão adiar o processo referente a promoções na carreira de Oficial Legislativo, até que se pronuncie sobre o referido precatório.

O Sr. Senador Vespasiano Martins procedeu à leitura de sua exposição sobre o memorial em que o Diretor da Taquigrafia propõe seja modificado o art. 154 de Regulamento, a fim de que as promoções à classe de Taquígrafo Revisor obedeçam, unicamente ao critério de Merecimento, havendo o Sr. Senador Francisco Gallotti pedido vista do processo.

Quanto ao requerimento em que Manuel Veríssimo Ramos, Auxiliar de Portaria, padrão K, solicita transferência para a carreira de Oficial Legislativo, na classe correspondente, a Comissão aprovou o parecer do Sr. Senador Francisco Gallotti que conclui no sentido de que a transferência só pode ser feita, de acordo com a lei, para a classe inicial de carreira. Assim, se convier ao interessado, deverá formular novo requerimento solicitando transferência para a classe J de Oficial Legislativo, inicial da carreira.

Relativamente ao processo sobre preenchimento de vagas na Portaria, decidiu a Comissão, de conformidade com a proposta da Comissão de Promoções e com o parecer do Sr. Senador Francisco Gallotti, promover a Auxiliar de Portaria, padrão K, por antiguidade, Teotônio Francisco Dutra. Continuo, classe J, a Continuo classe J, por antiguidade, César Marins, Continuo, classe I.

Com referência ao preenchimento da vaga de Continuo, classe I, como a Comissão de Promoções alega que podem ser adotados dois critérios, o de antiguidade (se observado e seguido na vigência da Resolução que suprimiu o parágrafo único do artigo 141) e o de merecimento (pela nova orientação resultante dessa deliberação) resolveu a Comissão baixar o processo em diligência, a fim de que a Diretoria de Contabilidade e Pessoal informe qual o critério a que obedeceu a última promoção à classe I.

Sobre o preenchimento da vaga de servente, classe H, que deverá obedecer ao critério de merecimento, decidiu a Comissão solicitar à Diretoria de Contabilidade e Pessoal a juntada da declaração de encargos de família de cada um dos componentes da lista tripli-

ce apresentada pela Comissão de Promoções.

Acompanhando o parecer do Senhor Senador Francisco Gallotti, a Comissão autorizou várias aquisições de livros.

Apreciando o requerimento de Eugênio Carlos de Almeida Barbosa, Oficial Legislativo, classe J, no sentido de lhe ser concedido licença com vencimentos, a fim de que possa aceitar o convite da Pasadena Playhouse, na Califórnia, para aperfeiçoar seus conhecimentos de arte dramática, deliberou a Comissão indeferir o requerimento por ser contrário ao que dispõe o artigo 227 do Regulamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

23.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário; Hamilton Nogueira, 4.º Secretário e Francisco Gallotti, 1.º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 9 do corrente, a Comissão, de acordo com o parecer do Sr. Senador Vespasiano Martins, deferiu o requerimento de Franklin Palmeira, Diretor de Serviço padrão PL-2, sobre contagem de tempo de serviço prestado ao Instituto Lauro Sodré e à Estrada de Ferro de Bragança, no total de 1 ano, 5 meses e 15 dias.

De conformidade com o parecer do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, decidiu a Comissão, em face das informações prestadas pela Diretoria de Contabilidade, cumprindo a sentença da 2.ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, reintegrar na classe «O», como excedente, na carreira de Oficial Legislativo, Antônio Corrêa da Silva.

Em face dessa deliberação, resolveu a Comissão encaminhar o processo à Comissão de Promoções, a fim de que examine os direitos que cabem ao rein-

tegrado quanto ao preenchimento da vaga de Diretor de Serviço.

Quanto à promoção de Contínuo classe «I», decidiu a Comissão, preliminarmente, em virtude das informações prestadas pela Diretoria de Contabilidade, que deveria obedecer ao critério de antiguidade.

Assim, de acordo com o parecer do Sr. Senador Francisco Gallotti, deliberou promover a Contínuo classe «I», por antiguidade, Pedro Rodrigues de Sousa, Servente classe «H».

A vaga de Servente classe H, decidiu a Comissão promover, por merecimento, Armando Gouvêa Castelo Branco, Servente classe «G» que, segundo as informações da Diretoria de Contabilidade, tem maiores encargos de família, dentre os componentes da lista triplíce apresentada pela Comissão de Promoções.

Foram, ainda, autorizadas várias aquisições de livros, de conformidade com o parecer do Sr. Senador Francisco Gallotti.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

24.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins, 2.º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.º Secretário; Hamilton Nogueira, 4.º Secretário e Francisco Gallotti, 1.º Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida a ata da reunião de 16 do corrente, o Sr. Senador Francisco Gallotti justificou a presença do Diretor da Contabilidade, dizendo que o mesmo ali se achava a convite seu.

Na véspera o Dr. Flávio Goulart de Andrade o procurara, alegando que não fôra bem interpretado o parecer da Diretoria de Contabilidade, exarado no processo que baixara com diligência, para que aquela Diretoria informasse qual o critério a que obede-

cera a última promoção à classe I, da carreira de Contínuo.

Ouvindo a exposição do Diretor da Contabilidade, o Sr. Senador Waldemar Pedrosa pediu a palavra para declarar que seus colegas da Comissão de Promoções na última reunião haviam ventilado o assunto e pediram-lhe que esclarecesse à Comissão Diretora determinado trecho do parecer que aquele órgão emitira no referido processo.

Assim, em virtude dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Senador Waldemar Pedrosa e da declaração feita pelo Diretor da Contabilidade sobre a existência de um recurso a respeito resolveu a Comissão aguardar o recebimento do mesmo para reexaminar o assunto.

Submetida à discussão, foi a Ata aprovada.

Em seguida o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Senador Vespasiano Martins que passou a relatar o processo em que a Biblioteca Municipal de São Paulo transmite convite aos funcionários do Senado.

De conformidade com o parecer de S. Excia. decidiu a Comissão abonar o ponto daqueles que desejarem aceitar o convite, determinando no entanto ao Sr. Diretor Geral que, de acordo com a conveniência do serviço, fixe o respectivo número, o prazo de duração da visita e instrua os funcionários para que apresentem relatório a respeito.

Ainda de acordo com os pareceres do Sr. Senador Vespasiano Martins, foram deferidos os requerimentos dos funcionários da Agência Postal Telegráfica e do Departamento Federal de Segurança Pública solicitando pagamento de diárias correspondentes às sessões extraordinárias a que compareceram nos dias 28 e 29 de agosto do corrente ano e de Deusdedit de Araújo Silva e outros serventes que prestam serviço na Sala do Café solicitando equiparação da gratificação que recebem à de seus colegas que trabalham junto às Comissões.

O Sr. Senador Waldemar Pedrosa ofereceu parecer favorável ao requerimento de prorrogação de licença por 60 dias, para tratamento de saúde de Américo Facó, Redator de Anais e

Documentos Parlamentares, padrão «O» no que foi acompanhado pela Comissão.

Tomando conhecimento do ofício da Fundação Getúlio Vargas, sobre a participação dos funcionários do Senado nos cursos de especialização ali existentes decidiu a Comissão designar o Sr. Diretor Geral para servir de elemento de ligação com a citada Fundação, a fim de assentar as providências necessárias para seleção dos que se interessarem pelos referidos cursos.

Quanto ao ofício em que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça solicita providências para o envidramento da rotunda contígua à sala em que funciona a citada Comissão, foi o mesmo encaminhado à Comissão de Estudos das Instalações do Senado (CEIS) para que opine a respeito.

Levando em consideração o pedido do Sr. Senador Ivo d'Aquino, líder da Maioria no sentido de ser designado para servir em seu Gabinete, o Oficial Legislativo classe «J», Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas, atribuindo-lhes a gratificação regulamentar, decidiu a Comissão atender ao solicitado.

Cientificada do parecer da Comissão de Promoções em que ratifica a lista triplíce apresentada para preenchimento da vaga de Diretor de Serviço, resolveu a Comissão promover, por merecimento, a Diretor de Serviço, padrão PL-2, Lauro Portela, Oficial Legislativo, classe «O».

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente eucerrou a reunião lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

25ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins, 2º Secretário; Waldemar Pedrosa, 3º Secretário e Hamilton Nogueira, 4º Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 23 do corrente, a Comissão apro-

vou os pareceres do Sr. Senador Vespasiano Martins, no sentido de que passe a integrar o quadro de Servente, classe G, Lázaro de Freitas, por ser o mais antigo dos três excedentes e que seja abonado o ponto de Rubens Pinto Duarte, Oficial Legislativo, classe N, que o deixou de assinar no dia 7 do corrente, por estar absorvido em atender ao Sr. Vice-Presidente do Senado, conforme consta da exposição do Sr. Diretor da Biblioteca.

Acompanhando o parecer do Senhor Senador Waldemar Pedrosa, a Comissão deferiu o requerimento de Leopoldina Ferreira Neves, Oficial Legislativo, classe K, solicitando retificação de contagem de tempo de serviço.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

26.^a REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Waldemar Pedrosa, 3.^o Secretário e Hamilton Nogueira, 4.^o Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 30 de outubro do corrente ano, resolveu, de acordo com os pareceres do Sr. Senador Waldemar Pedrosa e Hamilton Nogueira deferir o requerimento em que Lys Henriques Fernandes, Oficial Legislativo, classe J, solicita seja computado como prorrogação de licença o período em que faltou, de 14 de setembro a 21 próximo findo e autorizou várias aquisições de livros.

Tomando conhecimento do relatório verbal do Sr. Diretor Geral a respeito do convite feito pela Fundação Getúlio Vargas, decidiu a Comissão designar o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão O, Glória Quintella, para servir de elemento de ligação com aquele órgão, a fim de assentar as providências necessárias para escolha dos funcionários do Sena-

do que se interessam pelos cursos especializados daquela entidade.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unânimemente aprovada.

27.^a REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1952

Sob a presidência do Senhor Senador Marcondes Filho, presentes os Senhores Senadores Vespasiano Martins, 2.^o Secretário; Waldemar Pedrosa, 3.^o Secretário e Hamilton Nogueira, 4.^o Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 7 do corrente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Senhor Senador Vespasiano Martins que passou a relatar o requerimento em que Antônio da Costa Bernardo, Servente, classe "H", recorre do ato da Comissão Diretora que promoveu Pedro Rodrigues de Sousa, Servente, classe "H" a Contínuo classe "I".

De acordo com o parecer de Sua Excelência, fundamentado no artigo 141 do Regulamento e na exposição feita pelo Senhor Diretor da Contabilidade, decidiu a Comissão cancelar a promoção e promover Antônio da Costa Bernardo a Contínuo, classe I, colocado atualmente em primeiro lugar na prova de habilitação prestada.

Acompanhando o parecer do Senhor Senador Vespasiano Martins decidiu a Comissão aguardar ocasião mais oportuna para instalação dos dezto microfones no plenário, em virtude de não dispor a R.C.A. Vitor S. A. dos mesmos, dependendo de licença especial da CEXIM, para importação.

A Comissão aprovou, ainda, o parecer do Sr. Vespasiano Martins, sobre o balancete e contas referentes ao terceiro trimestre de 1952 assim redigido:

"Tendo examinado o balancete referente ao terceiro trimestre de 1952, de acordo com o artigo 10.^o, letra 1, e art. 202 do Regimento Interno — que me foi apresentado pelo Senhor

Diretor Geral, acompanhado dos documentos de ns. 606 a 974 e do livro Caixa, e verificada a exatidão das contas e o saldo de Cr\$ 1.235.169,60 (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta e nove cruzeiros e sessenta centavos) que passa para o quarto trimestre do corrente ano, sou de parecer que a Comissão Diretora deva dar plena quitação dessas contas ao Senhor Diretor Geral e Tesoureiro, Doutor Júlio Barbosa de Mattos Corrêa.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1952. — *Vespasiano Martins*.

Cópia do Balancete a que se refere o parecer supra:

“BALANCETE RELATIVO AOS MESES DE
JULHO A SETEMBRO DE 1952

	Cr\$
<i>Receita</i>	
Julho:	
Saldo do trimestre anterior	1.532.061,80
3. ^a prestação da Verba Material	735.750,00
Agosto:	
Saldo do crédito aberto pela Lei n. ^o 1.598, de 7-5-52 .	525.168,30
Setembro:	
Pela verba de papel velho	385,00
Soma	2.793.365,10
<i>Despesa</i>	
Julho:	
Pagamentos diversos conforme documentos de ns. 606 a 734	591.363,40
Agosto:	
Pagamentos diversos conforme documentos de ns. 735 a 846	708.961,70

Setembro:

Pagamentos diversos conforme documentos de ns. 847 a 974	257.870,40
Soma	1.558.195,50
Saldo para o trimestre seguinte	1.235.169,60
	2.793.365,10

Diretoria da Contabilidade, em 30 de setembro de 1952. — *Luiz do Nascimento Monteiro*, Oficial Legislativo, classe K. — *Mário Justino Peixoto*, chefe da Seção Financeira. — *Flávio Goulart de Andrade*, Diretor da Contabilidade.”

Relativamente à consulta do Chefe da Seção do Pessoal, se a vaga existente na classe “O”, em virtude da promoção de Lauro Portela a Diretor do Serviço, padrão PL-2, deve ser preenchida pelo Oficial Legislativo excedente, Antônio Correia da Silva ou se deve ser promovido um funcionário da classe “N”, o Senhor Senador Vespasiano Martins ofereceu parecer concluindo que, nos termos do art. 165, § 1.^o, a vaga deverá ser ocupada pelo funcionário excedente, reintegrando em consequência de sentença judicial, no que foi acompanhado pela Comissão.

De acordo com os pareceres do Senhor Senador Valdemar Pedrosa, a Comissão deferiu os requerimentos de Elza Alves Tavares, Oficial Legislativo, classe “J”, desistindo da licença especial que havia solicitado e de Cecília Braconi Correia e Castro, Oficial Legislativo, classe J, solicitando retificação de nome, conforme certidão de casamento que apresenta, para Cecília Braconi e Castro.

A comissão, autorizou, ainda, a aquisição de uma máquina de escrever Royal para a Diretoria do Arquivo.

O Senhor Presidente distribuiu ao Sr. Senador Vespasiano Martins, com o voto escrito do Senhor Senador Francisco Gallotti, o memorial do Diretor da Taquigrafia sobre preenchimento de vaga de Taquígrafo-Revisor.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, la-

vrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

(D.C.N., 22-11-52).

28.^a REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Senador Marcondes Filho, presentes os senhores Senadores Waldemar Pedrosa, 3.^o Secretário; Hamilton Nogueira, 4.^o Secretário; Francisco Gallotti, 1.^o Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

Lida e aprovada a ata da reunião de 13 do corrente, a Comissão de acordo com o parecer do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, deferiu o requerimento em que Jaci de Sousa Lima, Zelador do Arquivo, padrão N, solicita prorrogação de licença para tratamento de saúde, por cento e vinte dias, conforme atestado médico que apresenta.

Relativamente ao Projeto de Resolução n.^o 22, de 1951, admitindo no quadro da Portaria, como serventes classe G, excedentes, os dois atuais servidores contratados, respectivamente para o serviço de limpeza do edifício e como mensageiro, a Comissão aprovou o parecer do Sr. Senador Hamilton Nogueira que concluiu no sentido de ser aceita a subemenda substitutiva aprovada pela Comissão de Finanças.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente ata que foi unanimemente aprovada.

(D.C.N., 16-12-52).

29.^a REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1952

Sob a presidência do Sr. Marcondes Filho, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, 3.^o Secretário; Hamilton Nogueira, 4.^o Secretário e Prisco dos Santos, 2.^o Suplente de Secretário, reuniu-se a Comissão Diretora.

O Sr. Presidente Café Filho compareceu à Comissão para apresentar à

mesma cumprimentos pelos resultados positivos da sua atuação durante o ano de 1952.

Lida e aprovada a ata da reunião de 20 de novembro do corrente ano, o Sr. Presidente deu a palavra ao senhor Senador Waldemar Pedrosa que passou a relatar os vários processos que lhe foram distribuídos.

De acordo com os pareceres de Sua Excelência deliberou a Comissão deferir o requerimento em que Eugênio Carlos de Almeida Barbosa, Oficial Legislativo, classe «J» solicita exoneração; aceitar a proposta da firma «Mesbla S.A.» para mudança de sistema de iluminação da Diretoria do Expediente por ser a mais conveniente; atender ao pedido do Comité de Imprensa, no sentido de lhe ser fornecido papel timbrado; aceitar a proposta da firma Esteves & Santos Ltda. para a compra de pneus usados, por ser a mais vantajosa.

Quanto ao pedido da Diretoria de Contabilidade sobre aquisição de um mimeógrafo «Costetner», resolveu a Comissão, de conformidade com o parecer do Sr. Waldemar Pedrosa, mandar pedir preço a outras casas do ramo, assim como para um «Multilito».

Relativamente à consulta da Diretoria de Contabilidade sobre pagamento de subsídio fixo aos suplentes de Senadores eleitos Governadores de Estados, o Sr. Senador Waldemar Pedrosa ofereceu parecer, que foi aprovado pela Comissão concluindo que «a divisão da parte fixa do subsídio está clara e positivamente disciplinada na alínea o do art. 1.^o da Resolução n.^o 22».

Ainda de acordo com o parecer de S. Excia. a Comissão deferiu o requerimento em que Sebastião Miguel da Silva, Servente, classe «G», solicita cancelamento de penalidades constantes de seus assentamentos.

O Sr. Presidente teve, no caso, voto vencido.

Ao relatar o processo em que a Diretoria de Biblioteca solicita aquisição de um mimeógrafo «Gestetner» o Sr. Senador Hamilton Nogueira concluiu no sentido de que o mesmo fôsse apensado ao processo relatado pelo Sr. Senador Waldemar Pedrosa, da Diretoria de Contabilidade em que S. Excia. so-

licita coleta de preços para o mesmo mimeógrafo em outras casas do ramo.

De conformidade com os pareceres do Sr. Senador Hamilton Nogueira, decidiu a Comissão autorizar a aquisição da Enciclopédia Britânica de vários livros constantes das relações apresentadas pela Diretoria da Biblioteca, com exceção do «Dicionário Ilustrado de Frases Célebres y Citas Literarias, Manual de Práctico Forense, Moral y Economía y Otros Ensayos, Tratado de los sofismas Politicos, La Propaganda Politique» e solicitar um volume da Coleção «Lex» para exame; aceitar a proposta da firma «Mesbla S.A.» para fornecimento de dois ventiladores de pé; deferir os requerimentos de Anibal Alves Tôrres, Auxiliar de Portaria aposentado sobre reajustamento de seus proventos, de acordo com a Lei nº 1.050 de 3 de janeiro de 1950 e de Oscar Alves da Silva, Contínuo classe «J» sobre promoção, por haver prestado serviço em zona de guerra; encaminhar à Comissão de Promoções, para estudos os requerimentos de Herédio Del Juice, Eletricista Chefe, padrão «K», e outros solicitando concessão de gratificação mensal por serviços prestados fora das horas do expediente; mandar arquivar a exposição do Senhor Vice-Diretor Geral sobre entrega do serviço de limpeza do Palácio Monroe a uma firma especializada; rejeitar a proposta da Companhia de Seguros Varejistas sobre seguro dos livros da Biblioteca.

Com referência ao Projeto de Resolução nº 8, de 1949, que altera dispositivos do Regimento Interno, o Sr. Senador Hamilton Nogueira ofereceu parecer concluindo pelo arquivamento em virtude de já estarem as referidas disposições contidas no novo Regimento.

Passando à consulta da Diretoria de Contabilidade, sobre pagamento de «jeton» aos Srs. Senadores por sessões especiais, o Sr. Senador Hamilton Nogueira emitiu parecer, no que foi acompanhado pela Comissão, concluindo que as sessões especiais, via de regra, são de homenagem e não devem ser consideradas para efeito de pagamento de «jeton».

A Comissão, de acordo com os pareceres do Sr. Senador Prisco dos Santos, deferiu os requerimentos de Leilah de Góis Cardoso Tôrres, Oficial Legislativo, classe «J» sobre 60 dias de licença, a partir de 3 de novembro do corrente ano, concluindo entretanto que a funcionária deve ser advertida por se haver ausentado desta cidade sem a devida autorização; de Benedito Afonso e Araújo, Servente, classe «H», sobre prorrogação de licença por 120 dias; de Cecília de Rezende Martins, Oficial Legislativo classe «J», sobre contagem de tempo de serviço e de Américo Facó, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão «O», sobre prorrogação de licença por 60 dias.

A Comissão deliberou telegrafar aos Srs. Senadores Vespasiano Martins e Francisco Gallotti dizendo-lhes que a última reunião êsses companheiros muito haviam sido lembrados e que seus colegas de Comissão faziam votos pelo seu pronto restabelecimento; e ao senhor Governador Etelvino Lins fazendo votos de grande êxito à frente do governo do Estado de Pernambuco.

O Sr. Presidente propôs que se consignasse em Ata um voto de louvor ao Sr. Diretor Geral, Dr. Júlio Barbosa e ao taquígrafo Alcinda Trivelino pelo bom auxílio que prestaram à Comissão Diretora durante o ano Legislativo de 1952, e, finalmente de sua parte agradecia a bondade que os membros da Comissão lhe dispensaram e o apôio que lhe deram dizendo considerar como uma condecoração a sua carreira pública.

O Sr. Diretor Geral agradeceu em seu nome e no do taquígrafo Alcinda Trivelino, declarando que nada mais fizeram do que cumprir com suas obrigações seguindo o exemplo do Senhor Presidente e dos demais membros da Comissão, que são trabalhadores incansáveis em benefício da boa administração do Senado.

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião lavrando eu, Júlio Barbosa, Diretor Geral e Secretário da Comissão Diretora, a presente Ata que foi unânimemente aprovada.

(D.C.N., 28-1-53).

O SENADO EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES FORMULADOS EM PLENÁRIO E AINDA NÃO ATENDIDOS

Nº 100/52 — Ao Sr. Ministro do Trabalho, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações sobre requerimento que a Associação dos Estivadores Avulsos do Rio de Janeiro teria dirigido àquêle titular (sessão de 24-3-1952):

Nº 142/52 — Ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando informações sobre a Portaria n. 104, de 12-2-52, do mesmo titular;

Nº 369/52, ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, do Senador Alfredo Neves, solicitando informações sobre o preenchimento da cátedra de Clínica Neurologia da Faculdade Fluminense de Medicina (sessão de 3-11-1952);

Nº 380/52, ao Banco do Brasil (Carteira de Exportação e Importação) — do Senador Carlos Lindemberg, sobre a adoção de novos critérios ou normas para importação do exterior de bens de consumo (sessão de 8-11-1952);

Nº 412/52, ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, do Senador Domingos Velasco sobre o memorial dos técnicos do Instituto Oswaldo Cruz contra atos do Diretor dêsse estabelecimento;

Nº 517/52, ao Conselho Nacional de Economia, do Sr. Senador João Vilasbôas, solicitando sugestões sobre a limitação do lucro das empresas (sessão de 1-12-1952).

Nota — Da Sessão legislativa anterior (extraordinária) ainda permanecem

sem solução os seguintes requerimentos de informações:

Nº 3/52 — Do Sen. Kerginaldo Cavalcanti solicitando informações do Poder Executivo, com urgência, quais as providências já tomadas sobre a revisão dos estipêndios dos servidores públicos da União.

Lido no exp. de 16-1-52 — DCN de 17-1-52 Of. 25 de 23-1-52 ao Sr. Chefe do Gab. Civil da Pres. da Rep.

Nº 22/52 — Do Sen. Mozart Lago solicitando por intermédio do Sr. Pres. da Rep. ao Sr. Prefeito do D.F. informações referentes à melhoria do Serviço de comunicações marítimas entre esta Capital e a Ilha de Paquetá e se a Sociedade Anônima «Frota Carioca, propoz à Prefeitura estabelecer uma linha regular de lanchas para viagens àquela Ilha.

Lido no exp. de 25-1-52 — DCN de 26-1-52 — Of. 96 de 29-1-52 ao Sr. Chefe do Gab. Civil da Pres. da Rep. — Of. 1.285 de 14-10-52 ao Sr. Chefe do Gab. Civil da Pres. da Rep.

Nº 86/52 — Do Sen. Mozart Lago solicitando informações do Sr. Prefeito do D.F. sobre a matrícula no Instituto de Educação e Escola Carmela Dutra de candidatas habilitadas em concurso (Por intermédio do Sr. Pres. da Rep.)

Lido no exp. de 4-3-52 — D.C.N. 5-3-52 — Mensagem n.º 58, de 6-3-52 ao Sr. Pres. da Rep. e Of. 268 ao Sr. Chefe do Gab. Civil da Pres. da Rep.

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES FORMULADOS PELAS COMISSÕES E AINDA NÃO ATENDIDOS

Ao Sr. Secretário da Presidência da República:

Ofício n. 1, de 21-3-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem n. 213, de 1951, referente à alienação de áreas que a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União deseja efetuar.

Ao Ministro da Aeronáutica:

Ofício n. 10, de 24-9-1951, da Comissão de Forças Armadas, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 93, de 1951, que estende aos militares amparados pelas leis ns. 288, 616 e 1.156, a concessão da Medalha de Guerra.

Ofício n. 20, de 8-10-1952, da Comissão de Forças Armadas, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 184, de 1952, que modifica o art. 2º da Lei n. 288, de 8-6-1948.

Ao Sr. Ministro da Agricultura:

Ofício n. 2, de 21-3-52, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 268-51, que prorroga o prazo dos contratos de arrendamento de terras, congela os preços e dá outras providências.

Ofício n. 4, de 8-10-1952, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sobre o substitutivo do Sr. Senador Júlio Leite, ao Projeto de lei da Câmara n. 291, de 1951, que dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

Ofício n. 51, de 27-11-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 69, de 1952, que cria a Escola de Agronomia de Manaus.

Ao Sr. Ministro da Educação e Saúde:

Ofício n. 20, de 8-8-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 104, de 1952, que modifica o art. 2º do Decreto-lei n. 9.267, de 20-5-1946, que considera insalubre a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo.

Ao Sr. Ministro da Fazenda:

Ofício n. 4, de 21-3-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 228, de 1950, que autoriza a cobrança, sem multa, da dívida fiscal em atraso e dá outras providências.

Ofício n. 18, de 29-5-1952, da Comissão de Finanças, reiterando o ofício número 40, de 12-7, de 1951, em que aquela Comissão solicitara informações sobre o Projeto de lei da Câmara n. 304, de 1950, que modifica o Decreto-lei número 8.768, de 21-1-1946, que concedeu aumento aos pensionistas do IPASE.

Ofício n. 39, de 29-8-1952, da Comissão de Finanças, reiterando o pedido de informações constante do ofício número 4, de 21-3-1952, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 228, de 1950.

Ofício n. 54, de 1-12-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei do Senado n. 2, de 1952, que regula a execução do art. 4º do Decreto-lei n. 4.841, de 17-10-1942, relativo à distribuição que, no fim de cada ano, ao encerrar o seu exercício financeiro, o Banco do Crédito da Amazônia deve fazer, por conta do lucro líquido obtido nas operações de compra e venda de borracha.

Ao Sr. Ministro da Guerra:

Ofício n. 12, de 22-5-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 8, de 1952, que faculta ao Ministro da Guerra a promover o estágio, em corpos de tropa e estabelecimentos do Exército, de oficiais subalternos, médicos da reserva de segunda classe.

Ofício n. 14, de 4-8-1952, da Comissão de Forças Armadas, sobre o Projeto de lei do Senado n. 22, de 1952, que promove ao posto de 1º tenente, com os vencimentos integrais, desde que tenham mais de 25 anos de efetivo serviço, os sub-tenentes e sub-oficiais das Forças Armadas, quando transferidos para a reserva remunerada.

Ofício n. 49, de 7-10-1952, da Comissão de Finanças, reiterando o ofício n. 42, de 11-9-52, que solicitara informações sobre o Projeto de lei da Câmara n. 307, de 1951, que releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo de Albuquerque Figueiredo, escrevente desse Ministério, de pedir retificação do ato de sua nomeação para o referido cargo.

Ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores:

Ofício n. 8, de 18-4-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o memorial em que o Ateneu Brasileiro dos Cegos sugere a criação da Confederação Nacional dos Cegos.

Ofício n. 16, de 28-5-1952, da Comissão de Finanças, reiterando o de n. 31, de 12-6-1951, que solicitara informações sobre o Projeto de lei da Câmara n. 75, de 1951, que dispõe sobre os cargos de direção e chefia do Departamento Federal de Segurança Pública;

Ofício n. 52, de 27-11-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei do Senado n. 16, de 1952, que cria, na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, uma escola destinada ao ensino técnico, agrícola e industrial, de crianças desamparadas, de ambos os sexos.

Ofício n. 56, de 5-12-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 197, de 1952, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao

Ministério da Justiça o crédito especial de Cr\$ 1.497.000,00, para completar o pagamento de pensões vitalícias aos veteranos da campanha acreana.

Ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 3, de 20-2-1952, da Comissão de Trabalho e Previdência Social, sobre o Projeto de lei do Senado n. 31, de 1951, que dispõe sobre o serviço dos trabalhadores em movimentação de mercadorias.

Ofício n. 6, de 9 de maio de 1952, reiterando o pedido de informações constante do Ofício n. 3, de 20-2-1952.

Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

Ofício n. 7, de 14-10-1952, sobre o Projeto de lei do Senado n. 6, de 1952, que cria a Comissão Construtora da Ferrovia Rio Negro-Caí.

Ao Conselho Nacional de Economia:

Ofício n. 46, de 6-10-52, solicitando os resultados dos estudos levados a efeito pelo Conselho sobre a situação da pecuária do Brasil.

Ofício n. 50, de 4-11-1952, reiterando a solicitação constante do ofício n. 46, de 6-10-52.

Ao Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais:

Ofício n. 47, de 6-10-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 365, de 1949, que autoriza as Caixas Econômicas federais a operar em seguros de renda imobiliária de empréstimos hipotecários.

Ao Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofício n. 16, de 30-6-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de lei do Senado n. 14, de 1951, que cria, na Capital Federal, a Bolsa de Pedras Preciosas, Semi-Preciosas e outros minerais.

Ofício n. 24, de 26-8-1952, da Comissão de Constituição e Justiça, reiterando o pedido de informações constante do Projeto de lei do Senado n. 14, de 1951.

Ofício n. 57, de 5-12-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 87, de 1952, que autorisa o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para obras na Biblioteca e no Serviço de Intercâmbio e Catalogação do DASP.

Ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas:

Ofício n. 32, de 2-6-1952, da Comissão de Finanças, reiterando o pedido de informações constante do ofício número 58, de 12-12-1951, sobre o Projeto de lei do Senado n. 6, de 1951, que obriga a desapropriação de áreas irrigáveis dos açudes públicos, adota medidas sobre o arrendamento de terras nas bacias hidráulicas e dá outras providências.

Ofício n. 53, de 1-12-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 136, de 1952, que autorisa o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorro à população da cidade de Triunfo, no Estado de Pernambuco.

Ao Prefeito do Distrito Federal:

Ofício n. 35, de 16-7-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei

do Senado n. 12, de 1950, que autorisa o Poder Executivo a entrar em acordo com a Prefeitura do Distrito Federal para a construção do Metropolitano do Rio de Janeiro.

Ao Sr. Prefeito Municipal de Canápolis, Minas Gerais:

Ofício n. 38, de 29-8-1952, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 122, de 1952, que concede isenção de tributos para materiais importados pela Sociedade Brasileira de Eletricidade Siemens Studart.

A Sociedade Rural Brasileira:

Ofício n. 15, de 28-5-52, da Comissão de Finanças, reiterando os ofícios ns. 32, de 18-10-1949, 28, de 31-8-1950 e 19, de 27-4-1951, em que aquela Comissão solicitara o pronunciamento desse órgão de classe sobre o Projeto de lei da Câmara n. 79, de 1949, que estabelece cotas de consumo de fio de seda natural nas tecelagens e malharias.

Ao Vice-Presidente da COFAP:

Ofício n. 5, de 8-10-1952, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sobre o Projeto de lei da Câmara n. 469, de 1948, que



O SENADO NA REALIZAÇÃO DA SUA FINALIDADE

I) — Organização do Senado na sessão legislativa ordinária de 1952

MESA QUE DIRIGIU OS TRABALHOS DO SENADO FEDERAL NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 1952.

2.^a DA 2.^a LEGISLATURA

Presidente — João Café Filho, Vice-Presidente da República, eleito em 3-10-1950 (Partido Social Progressista, Rio Grande do Norte) e empossado em 31-1-1951. Assumiu a Presidência do Senado em 16-3-1951.

Vice-Presidente — Senador Alexandre Marcondes Machado Filho, representante do Estado de São Paulo (Partido Trabalhista Brasileiro), eleito para o Senado em 2-12-1945.

1.º Secretário — Senador Etelvino Lins de Albuquerque, representante do Estado de Pernambuco (Partido Social Democrático), eleito para o Senado em 2-12-1945.

2.º Secretário — Senador Vespasiano Martins, representante do Estado de Mato Grosso (União Democrática Nacional), eleito para o Senado em 2-12-1945.

3.º Secretário — Senador Waldemar Pedrosa, representante do Estado do Amazonas (Partido Social Democrático), eleito para o Senado em 2 de dezembro de 1945.

4.º Secretário — Senador Hamilton Nogueira, representante do Distrito Federal (União Democrática Nacional), eleito para o Senado em 2 de dezembro de 1945.

1.º Suplente de Secretário — Senador Francisco Benjamin Gallotti, representante do Estado de Santa Catarina (Partido Social Democrático), eleito para o Senado em 19-1-47.

2.º Suplente de Secretário — Senador João Prisco dos Santos, representante do Estado do Pará (União Democrática Nacional), eleito para o Senado em 3-10-1950.

Nota: — O Vice-Presidente, os Secretário e os Suplentes foram eleitos para esses cargos em 16-3-1951 e re-eleitos em 16-3-1952.

O Sr. Senador Etelvino Lins renunciou ao cargo de 1º Secretário em 12 de dezembro de 1952, data em que, empossado como Governador do Estado de Pernambuco, deixou o exercício do mandato de Senador.

ANEXO N.º 42

LIDERES DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO SENADO

Partidos Social Democrático — Senador Ivo d'Aquino (*líder da maioria e do governo*);

União Democrática Nacional — Senador Ferreira de Souza;

Partido Trabalhista Brasileiro — Senador Landulfo Alves;

Partido Republicano — Senador Atilio Vivacqua.

Partido Social Progressista — Senador Euclides Vieira.

Partido Social Trabalhista — Senador Vitorino Freire;

Partido Libertador — Senador Novais Filho;

Partido Socialista do Brasil — Senador Domingos Velasco.

COMISSÕES PERMANENTES

RELAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DIRETORA

Presidente — Marcondes Filho.

1.º *Secretário* — Etelvino Lins.

2.º *Secretário* — Vespasiano Martins.

3.º *Secretário* — Valdemar Pedrosa.

4.º *Secretário* — Hamilton Nogueira.

1.º *Suplente* — Francisco Gallotti.

2.º *Suplente* — Prisco dos Santos.

Secretário — Júlio Barbosa
Diretor Geral da Secretaria do Senado.

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1 — Pereira Pinto — *Presidente* (*)

2 — Landulpho Alves — *Vice-Presidente*.

3 — Sá Tinoco.

4 — Julio Leite.

5 — Walter Franco.

Reuniões às quartas-feiras às 15 horas.

Secretário — Aroldo Moreira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.

2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.

3 — Anisio Jobim.

4 — Attilio Vivacqua.

5 — Camilo Mércio.

6 — Clodomir Cardoso.

7 — Gomes de Oliveira.

8 — Ivo d'Aquino.

9 — João Villasbôas.

10 — Joaquim Pires.

11 — Olavo Oliveira.

Reuniões às quintas-feiras, às 9,30 horas.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Marília Pinto Amando.

EDUCAÇÃO E CULTURA

1 — Flávio Guimarães — *Presidente*.

2 — Cicero de Vasconcelos — *Vice-Presidente*.

3 — Arêa Leão.

4 — Luiz Tinoco.

5 — Sylvio Curvo (*)

Reuniões: Quarta-feira às 15 horas.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

COMISSÃO DE FINANÇAS

1 — Ivo d'Aquino — *Presidente*.

2 — Ismar de Góis — *Vice-Presidente*.

3 — Alberto Pasqualini.

4 — Alfredo Neves.

5 — Alvaro Adolpho.

6 — Apolônio Salles.

7 — Carlos Lindemberg.

8 — Cesar Vergueiro.

9 — Domingos Velasco.

10 — Durval Cruz.

11 — Ferreira de Souza.

(*) Substituído pelo Senhor Altivo Linhares.

(*) Substituído interinamente pelo Sr. Senador Othon Mader.

- 12 — Mathias Olympio.
- 13 — Pinto Aleixo.
- 14 — Plinio Pompeu.
- 15 — Vitorino Freire.

Secretário — Evandro Mendes Viana, Diretor de Orçamento.

Reuniões — As quartas-feiras, às 15 horas.

FÔRÇAS ARMADAS

Pinto Aleixo — *Presidente*.
Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
Magalhães Barata.
Ismar de Góes.
Roberto Glasser.
Joaquim Pires.
Mario Mota.

Secretário — Ary Kerner Veiga de Castro.

REDAÇÃO DE LEIS

- 1 — Clodomir Cardoso — *Presidente*.
- 2 — João Villasbôas — *Vice-Presidente*.
- 3 — José da Costa Pereira.
- 4 — Antônio Alexandre Bayma.
- 5 — Velloso Borges.

Secretário — Américo Facó.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

SAÚDE

Levindo Coelho — *Presidente*.
Alfredo Simch — *Vice-Presidente*.
Prisco Santos.
Ezechias da Rocha.
Vivaldo Lima.

Reuniões às quintas-feiras, às quinze horas.

Secretário — Aurea de Barros Rêgo.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

- 1 — Gomes de Oliveira — *Presidente*.
- 2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*.
- 3 — Ruy Carneiro (*).
- 4 — Cicero de Vasconcelos.
- 5 — Kerginaldo Cavalcanti.
- 6 — Walter Franco.
- 7 — Othon Mäder.

Secretário — Pedro de Carvalho Muller.

Reuniões às segundas-feiras, às 16 horas.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

- 1 — Euclydes Vieira — *Presidente*.
- 2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
- 3 — Francisco Gallotti.
- 4 — Alencastro Guimarães.
- 5 — Othon Mäder.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15,30 horas.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

RELAÇÕES EXTERIORES

Mello Vianna — *Presidente*.
Mathias Olimpio — *Vice-Presidente*.
Alfredo Neves.
Bernardes Filho.
Ferreira de Souza.
Georgino Avelino (**)
Novais Filho.

Secretário — Lauro Portella.

(*) Substituído pelo Sr. Alfredo Simch.

(**) Substituído pelo Sr. Ruy Carneiro.

ANEXO N.º 44

COMISSÕES ESPECIAIS

COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER
SÔBRE O PROJETO DE REFORMA
CONSTITUCIONAL N.º 2 DE 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.
Cícero de Vasconcelos — *Vice-Presidente*.

Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Anísio Jobim.
Camilo Mércio.
Carlos Lindemberg.
Clodomir Cardoso.
Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Domingos Velasco.
Olavo Oliveira.
João Villasboas.

Secretário — Aurea de Barros
Rêgo.

COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO
CÓDIGO COMERCIAL

- 1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.
- 2 — Clodomir Cardoso — *Vice-Presidente*.
- 3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral*.
- 4 — Attilio Vivacqua.
- 5 — Victorino Freire.

Secretário — João Alfredo Ravasco
de Andrade.

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA
CONCESSÃO DOS DIREITOS CIVIS À
MULHER BRASILEIRA

Mozart Lago — *Presidente*.
Alvaro Adolpho — *Vice-Presidente*.
João Villasboas.
Gomes de Oliveira.
Attilio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO
SÔBRE AS CONDIÇÕES MATERIAIS DAS
INSTALAÇÕES DA JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E ÓRGÃOS RELACIONADOS

Mello Vianna — *Presidente*.
Alencastro Guimarães — *Relator*.
Attilio Vivacqua.
Camilo Mércio.
João Villasboas.
Secretário — Ivan Palmeira.
Auxiliar — Elza G. Schroeder.

COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER
SÔBRE PROJETO DE REFORMA
CONSTITUCIONAL N.º 1 DE 1952

Mello Vianna — *Presidente*.
Joaquim Pires — *Vice-Presidente*.
Attilio Vivacqua — *Relator*.
Dario Cardoso.
Aloysio de Carvalho.
Camilo Mércio.
Anísio Jobim.
Clodomir Cardoso.
Gomes de Oliveira.
João Villasboas (*).
Ivo d'Aquino.
Carlos Saboya.
Alfredo Neves.
Mozart Lago.
Alencastro Guimarães.

Secretário Luiz Carlos Vieira da
Fonseca.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SÔBRE O CIMENTO

Francisco Gallotti — *Presidente*.
Mozart Lago — *Vice-Presidente*.
Júlio Leite.
Landolfo Alves.
Mário Motta.

Secretário — Lauro Portella.

(*) Substituído pelo Senador Ha-
milton Nogueira.

ANEXO N.º 45

LISTA DOS COMPONENTES DO SENADO
EM 15 DE DEZEMBRO DE 1952

<i>Nome por extenso</i>	<i>Nome parlamentar</i>	<i>Partido</i>	<i>Eleição</i>
AMAZONAS			
Vivaldo Palma Lima Filho	Vivaldo Lima	PTB	3-10-1950
Waldemar Pedrosa	Waldemar Pedrosa	PSD	2-12-1945
Manoel Anísio Jobim (convocado para a vaga do Senador Alvaro Maia, eleito Governador do Estado do Amazonas em 3 de outubro de 1950)	Anísio Jobim	PSD	19- 1-1957
PARÁ			
João Prisco dos Santos	Prisco dos Santos	UDN	3-10-1950
Alvaro Adolpho da Silveira	Alvaro Adolpho	PSD	2-12-1945
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	Magalhães Barata	PSD	2-12-1945
MARANHÃO			
Antonio Alexandre Bayma	Antonio Bayma	PST	3-10-1950
Clodomir Cardoso	Clodomir Cardoso	PSD	2-12-1945
Victorino de Brito Freire	Victorino Freire	PST	19- 1-1947
PIAUI			
Raimundo de Arêa Leão	Arêa Leão	PSD	3-10-1950
Mathias Olympio de Mello	Mathias Olympio	UDN	2-12-1945
Joaquim de Lima Pires Ferreira	Joaquim Pires	UDN	2-12-1945

<i>Nome por extenso</i>	<i>Nome parlamentar</i>	<i>Partido</i>	<i>Eleição</i>
CEARÁ			
Onofre Muniz Gomes de Lima	Onofre Gomes	PSD	3-10-1950
Plinio Pompeu Saboia de Magalhães	Plinio Pompeu	UDN	2-12-1945
Olavo Oliveira	Olavo Oliveira	PSP	2-12-1945
ESPÍRITO SANTO			
Carlos Monteiro Lindenberg	Carlos Lindenberg	PSD	3-10-1950
Attilio Vivacqua	Attilio Vivacqua	PR	2-12-1945
Luiz Tinoco da Fonseca (convocado para a vaga resultante do falecimento do Sena- dor Henrique de Novais)	Luiz Tinoco	PSD	19- 1-1947
RIO DE JANEIRO			
Francisco Sá Tinoco	Sá Tinoco	PSD	3-10-1950
Alfredo da Silva Neves	Alfredo Neves	PSD	2-12-1945
José Carlos Pereira Pinto	Pereira Pinto	PSD	2-12-1945
DISTRITO FEDERAL			
Napoleão Alencastro Guimarães	Alencastro Guimarães	PTB	3-10-1950
Hamilton Nogueira	Hamilton Nogueira	UDN	2-12-1945
Mozart Lago	Mozart Lago	PSP	3-10-1950
MINAS GERAIS			
Artur Bernardes Filho	Bernardes Filho	PR	3-10-1950
Fernando de Mello Vianna	Mello Vianna	PSD	2-12-1945
Levindo Eduardo Coêlho	Levindo Coêlho	PSD	2-12-1945

Cesar Lacerda Vergueiro
 Alexandre Marcondes Machado Filho
 Euclydes Vieira

SÃO PAULO

Cesar Vergueiro
 Marcondes Filho
 Euclydes Vieira

PSP
 PTB
 PSP

3-10-1950
 2-12-1945
 19- 1-1947

RIO GRANDE DO NORTE

Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque
 Georgino Avelino
 José Ferreira de Souza

Kerginaldo Cavalcanti
 Georgino Avelino
 Ferreira de Souza

PSP
 PSP
 UDN

3-10-1950
 2-12-1945
 2-12-1945

PARAÍBA

Ruy Carneiro
 Virgínio Veloso Borges
 Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de
 Mello

Ruy Carneiro
 Veloso Borges

PSD
 PL

3-10-1950
 4-11-1951

Assis Chateaubriand

PSD

9- 3-1952

PERNAMBUCO

Apolonio Jorge de Farias Sales
 Antonio de Novais Filho
 Etelvino Lins de Albuquerque (empossado a
 12-12-1952 no cargo de governador do
 Estado de Pernambuco)

Apolonio Sales
 Novais Filho

PSD
 PL

3-10-1950
 2-12-1945

Etelvino Lins

PSD

2-12-1945

ALAGÔAS

Ezechias Jerônimo da Rocha
 Cicero Teixeira de Vasconcelos
 Ismar de Góis Monteiro

Ezechias Rocha
 Cicero de Vasconcelos
 Ismar de Góis

PR
 PSD
 PSD

3-10-1950
 2-12-1945
 2-12-1945

<i>Nome por extenso</i>	<i>Nome parlamentar</i>	<i>Partido</i>	<i>Eleição</i>
SERGIPE			
Júlio Cesar Leite	Júlio Leite	PR	3-10-1950
Durval Rodrigues da Cruz	Durval Cruz	PR	2-12-1945
Walter Prado Franco	Walter Franco	UDN	2-12-1945
BAHIA			
Landulpho Alves de Almeida	Landulpho Alves	PTB	3-10-1950
Aloysio de Carvalho Filho	Aloysio de Carvalho	UDN	2-12-1945
Renato Onofre Pinto Aleixo	Pinto Aleixo	PSD	2-12-1945
GOIÁS			
Domingos Neto de Velasco	Domingos Velasco	PSB	3-10-1950
Dário Délio Cardoso	Dario Cardoso	PSD	2-12-1945
José Costa Pereira (convocado para a vaga do Senador Pedro Ludovico Teixeira, eleito Governador do Estado de Goiás em 3 de outubro de 1950)	Costa Pereira	PSD	19- 1-1947
MATO GROSSO			
Silvio Curvo (substituído pelo suplente Mario Mota)	Silvio Curvo	UDN	3-10-1950
João Villasbôas	João Villasbôas	UDN	2-12-1945
Vespasiano Barboza Martins	Vespasiano Martins	UDN	2-12-1945

PARANÁ			
Othon Mader	Othon Mader	UDN	3-10-1950
Flavio de Carvalho Guimarães	Flavio Guimarães	PSD	2-12-1945
Roberto Glasser	Roberto Glasses	PSD	2-12-1945
SANTA CATARINA			
Carlos Gomes de Oliveira	Gomes de Oliveira	PTB	3-10-1950
Ivo d'Aquino Fonseca	Ivo d'Aquino	PSD	2-12-1945
Francisco Benjamin Gallotti	Roberto Glasser	PSD	19- 1-1947
RIO GRANDE DO SUL			
Alberto Pasqualini	Alberto Pasqualini	PTB	3-10-1950
Carlos Alfredo Simch (suplente convocado para a vaga do Senador Ernesto Dor- nelles, eleito Governador do Rio Grande do Sul em 3-10-1950)	Alfredo Simch	PSD	19- 1-1947
Camilo Teixeira Mercio (suplente convocado para a vaga do Senador Getúlio Dor- nelles Vargas, eleito Presidente da Re- pública em 3-10-1950)	Camilo Mercio	PSD	19- 1-1947

PARTIDOS REPRESENTADOS NO SENADO

	Representantes
Partido Social Democrático (PSD)	27
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Republicano (PR)	4
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	6
Partido Social Progressista (PSP)	5
Partido Social Trabalhista (PST)	2
Partido Social do Brasil (PSB)	1
Partido Libertador (PL)	2

ANEXO N.º 46

Suplentes dos Srs. Senadores

AMAZONAS

Do Sr. Senador Anísio Jobim — suplente — não existe (o Sr. Senador Anísio Jobim era suplente, convocado para o exercício do mandato ao ser empossado no cargo de Governador do Estado, o Sr. Alvaro Maia, eleito em 19-1-1947).

Do Sr. Senador Waldemar Pedrosa — suplente — Alvaro Sinfrônio Bandeira de Melo (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Vivaldo Lima — suplente — Alfredo Eulipes Jackson Cabral (PTB-PSP), eleito em 3-10-1950;

PARÁ

Do Sr. Senador Magalhães Barata — suplente — Eduardo de Azevedo Ribeiro (PSD), eleito em 19-1-47;

Do Sr. Senador Alvaro Adolfo — suplente — Sinval da Silva Coutinho (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Prisco dos Santos — suplente — Demócrito Rodrigues Noronha (PSP-PST-UDN-PL), eleito em 3-10-1950;

MARANHÃO

Do Sr. Senador Clodomir Cardoso — suplente — não existe (renunciou em 22-8-1950 o Padre Constantino Vieira);

Do Sr. Senador Antonio Baima — suplente — Newton de Barros Belo (PST), eleito em 3-10-1950;

Do Sr. Senador Vitorino Freire — suplente — Aloísio de Lima Campos (PST), eleito em 19-1-1947;

PIAUI

Do Sr. Senador Matias Olimpio — suplente — Antonio Castelo Branco Clark (UDN), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Joaquim Pires — suplente — Ocílio Pereira do Lago (UDN), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Arêa Leão — suplente — Waldemar de Moura Santos (PSD), eleito em 3-10-1950;

CEARÁ

Do Sr. Senador Plínio Pompeu — suplente — Tomás de Paula Pessoa Rodrigues (UDN), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Olavo Oliveira — suplente — Carlos Viriato Saboia (PSP), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Onofre Gomes — suplente — José Góis de Campos Barros (PSD e PSP), eleito em 3-10-1950;

RIO GRANDE DO NORTE

Do Sr. Senador Georgino Avelino — suplente — Paulo Leopoldo Pereira da Câmara (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Ferreira de Souza — suplente — João Marcelino de Oliveira, eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti — suplente — Luiz Lopes Varela (PSP), eleito em 3-10-1950;

PARAÍBA

Do Sr. Senador Rui Carneiro — suplente — Abelardo de Araújo Jurema (PSD e PL), eleito em 3-10-1950;

Do Sr. Senador Veloso Borges — suplente — Francisco de Paula Porto (PL e PSD), eleito em 4-11-1951;

Do Sr. Senador Assis Chateaubriand — suplente — Drault Hernanny de Melo e Silva (PSD), eleito em 9-3-1952;

PERNAMBUCO

Do Sr. Senador Etelvino Lins — suplente — Lijair Falcão Brindeiro (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Novais Filho — suplente — Helio Coutinho Corrêa de Oliveira (PSD) — eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Apolonio Sales — suplente — Martiniano José Fernandes (PSD), eleito em 3-10-1950;

ALAGOAS

Do Sr. Senador Cicero de Vasconcelos — suplente — Joaquim de Barros Correia Viegas (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Ismar de Góis — suplente — Espiridião Lopes de Faria Junior (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Ezechias Rocha — suplente — Antonio Ribeiro Casado (PSD e UDN), eleito em 3-10-1950;

SERGIPE

Do Sr. Senador Walter Franco — suplente — Pedro Diniz Gonçalves Filho (UDN), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Durval Cruz — suplente — Clovis Fontes Cardoso (PR), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Júlio Leite — suplente — Moacir Sobral Barreto (PR), eleito em 3-10-1950;

BAHIA

Do Sr. Senador Pinto Aleixo — suplente — Francisco Joaquim da Rocha (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Aloisio de Carvalho — suplente — falecido (Atila Barteira do Amaral);

Do Sr. Senador Landulfo Alves — suplente — Durval Neves da Rocha (PSD, PTB, PR), eleito em 3-10-1950;

ESPÍRITO SANTO

Do Sr. Senador Luiz Tinoco — suplente — não existe (o Sr. Senador Luiz Tinoco era suplente, convocado para o exercício do mandato em virtude do falecimento do Sr. Senador Henrique Novais);

Do Sr. Senador Atilio Vivacqua — suplente — José Fortunato Ribeiro, eleito em 30-11-1947;

Do Sr. Senador Carlos Lindenberg — suplente — Edison Pitombo Cavalcanti (PSD e PTB), eleito em 3-10-1950;

DISTRITO FEDERAL

Do Sr. Senador Hamilton Nogueira — suplente — Flavio da Silveira (UDN), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Alencastro Guimarães — suplente — Guilherme Malaquias Junior (PTB), eleito em 3-10-1950;

Do Sr. Senador Mozart Lago — suplente — Telémaco Gonçalves Maia (PSP), eleito em 3-10-1950;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Do Sr. Senador Alfredo Neves — suplente — Manoel Marcelino de Paula (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Pereira Pinto — suplente — Altino Mendes Linhares (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Sá Tinoco — suplente — José Moreira Bastos Filho, eleito em 3-10-1950;

SÃO PAULO

Do Sr. Senador Marcondes Filho — suplente — Arlindo Augusto do Amaral (PTB), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Euclides Vieira — suplente — Caio Simões (PSP), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Cesar Vergueiro — suplente — Lineu Prestes (PSP e PTB), eleito em 3-10-1950;

PARANÁ

Do Sr. Senador Flavio Guimarães — suplente — Julio Estrela Moreira (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Roberto Glasser — suplente — Alipio Correia Leite Jr. (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Oton Mader — suplente — José Augusto Gomes de Faria (UDN, PR, PST, PL e PRP), eleito em 3-10-1950;

SANTA CATARINA

Do Senador Ivo d'Aquino — suplente — Carlos da Costa Pereira (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Francisco Gallotti — suplente — Agripa de Castro Faria (PSD), (no exercício de mandato de Deputado Federal), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Gomes de Oliveira — suplente — Antenor Taulois de Mesquita (PTB), eleito em 3 de outubro de 1950;

RIO GRANDE DO SUL

Do Sr. Senador Alfredo Simch — suplente — não existe (o Sr. Senador Alfredo Simch era suplente, convocado para o exercício do mandato em virtude de haver sido empossado Governador do Estado, o Sr. Senador Ernesto Dornelles);

Do Sr. Senador Camilo Mércio — suplente — não existe (o Sr. Senador Camilo Mércio era suplente do Dr. Getúlio Vargas, tendo assumido definitivamente o mandato quando este foi empossado na Presidência da República);

Do Sr. Senador Alberto Pasqualini — suplente — Anibal di Primio Bech (PTB), eleito em 3-10-1950;

MATO GROSSO

Do Sr. Senador Vespasiano Martins — suplente — Nicolau Fragelli (UDN), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador João Vilasbôas — suplente — Waldemar da Rocha Dias (UDN), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Silvio Curvo — suplente — Mario Mota (UDN), eleito em 3-10-1950;

MINAS GERAIS

Do Sr. Senador Melo Viana — suplente — Nestor Massena (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Levindo Coelho — suplente — Edson Alvares da Silva (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Bernardes Filho — suplente — Péricles Pinto da Silva (PSD e PR), eleito em 3-10-1950;

GOIÁS

Do Sr. Senador Costa Pereira — suplente — não existe (o Sr. Senador Costa Pereira era suplente, convocado para o exercício do mandato ao ser empossado no cargo de Governador do Estado, o Sr. Senador Pedro Ludovico);

Do Sr. Senador Dario Cardoso — suplente — Solon Edson de Almeida (PSD), eleito em 19-1-1947;

Do Sr. Senador Domingos Velasco — suplente — José da Costa Paranhos (PSB), eleito em 3-10-1950.

ANEXO N.º 47

JORNALISTAS CREDENCIADOS JUNTO AO SENADO

NOTICIARISTAS

Nome — Jornal

Paulo de Souza Pires — A Fôrça da Razão;
René Nunes — Rádio Guanabara;
Edgard Bahiense d'Almeida e Brito Victor — Press Continental;
Augusto de Almeida Filho — O Radical;
Arnaldo Sampaio — A Manhã;
José Augusto de Almeida — Última Hora;
José Ribamar Castello Branco — O Globo;
Paulo Gomes de Oliveira — Fôlha Vespertina;
Reis Vidal — Agência Argus;
Mario Signoretti — Jornal do Brasil;
Anibal Duarte — Correio Pau'istano;
Themistocles de Castro e Silva — Agência Meridional;
Antonio Rodrigues de Paula Filho — A Voz Trabalhista;
Reynaldo Fonseca — O Dia;
Guilherme Guerreiro Falcão — Diário do Povo;
Luiz Magalhães — O Estado (Niterói);
Paulo Guanabara — O Popular;
Mario Henrique Antunes — A Tribuna de Santos e Agência Nacional;
Antonio Moraes — Imprensa Popular;
Ary Pavão — O Dia;

A. Carvalho Guimarães — Estado do Rio Grande;
Reinaldo Bastos Santo — Agência Latina;
Beneval de Oliveira — O Mundo;
Amaury Cunha — News Press;
Geraldo dos Santos Farinha — Diário do Rio;
Mario Cruvelo — A Vanguarda;
Victor do Espirito Santo — Rádio Requete Pinto;
Gildo Lopes — Fôlha Carioca;
Antonio Gurgel L. Valente — Diário Popular;
Narciso Vieira da Silva — O Tempo;
Kurt Abraham — Rádio Cruzeiro do Sul;
Genaro Bittencourt — Correio da Noite;
João Austregesilo de Athayde — Diário da Noite;
Eládio Marques — Tribuna Trabalhista;
D. Antonio de São Payo — Diário da Tarde (Florianópolis);
Pedro Lafayette — Fôlha Carioca;
Armando Tomazzi — A Época de São Paulo;
Affonso da Rocha Machado — Telepress;
Augusto Villasbôas — Rádio Tamoyo;
Julio Barbosa — Jornal do Comércio;
Aderson Magalhães — Correio da Manhã;
Otavio Santiago da Silva — O Jornal;

Caio Cezar de Menezes Pinheiro — Tribuna de Imprensa;

João Batista Castejano Branco — Diário de Notícias;

Ivan Ponte e Souza Palmeira — A Noite e Correio do Povo (Porto Alegre);

José da Silva Lisbôa — O Estado (Niterói).

CRONISTAS POLÍTICOS

1952

Nome — Jornal

Maria de Lourdes Bandeira de Melo — Diário da Noite;

Ernani Reis — Rádio Mayrink Veiga;

Waldemar Bombonatti — Vanguarda;

Mario Benjamin Costallat — Jornal do Brasil;

Ary Gambôa Vizeu — Rádio Guanabara;

Cid Silveira — Fôlha Carioca;

Ascendino Leite — Fôlha da Tarde e Fôlha da Noite;

Brasil Gerson — O Jornal;

Paulo Paredes Salvaterra — Última Hora;

Celio S. Bustamante — Diário do Rio;

Roberto Guimarães Germano — Press Continental;

Aloysio Acioli — O Radical;

Mauro Bento Dias Salles — O Mundo;

Moyses Meohas — O Popular;

Zilmar Madeira de Mattos — News Press;

João Gualberto Torreão da Costa — O Dia;

Roberto Groba — Agência Meridional;

Mario Garofalo — Rádio Tamoyo;

Murillo Marroquim — O Jornal;

Ivone Rêgo Miranda — Fôlha Carioca.

COMITÉ DE IMPRENSA

Presidente — *João Austregésilo de Athayde*;

1º Vice-Presidente — *Mário Henriques Antunes*;

2º Vice-Presidente — *Antonio de Paula Filho*;

1º Secretário — *José Vitorino de Lima*;

2º Secretário — *Gildo Lopes*.

ANEXO N.º 48

QUADRO DOS FUNCIONÁRIOS DO SENADO

SECRETARIA

Direção dos Serviços

Diretor Geral — *Júlio Barboza de Matos Corrêa*;

Secretário Geral da Presidência — *Isaac Brown*;

Vice-Diretores Gerais — *Aderson Magalhães e Luiz Nabuco*;

Diretores de Serviços:

Anais e Documentos parlamentares — *Alfredo da Silva Neves* (em exercício de mandato de Senador), substituído por Auto de Sá;

Ata e Sinópsse — *Vitor Midósi Chermont*;

Arquivo — *Lauro Portela* (em seguida a *Hilário Ribeiro Cintra*, aposentado em 30-4-1952);

Biblioteca — *Franklin Palmeira*;

Contabilidade e Pessoal — *Flávio Amorim Goulart de Andrade*;

Expediente — *Marcos José Lisboa de Oliveira*;

Orçamento — *Evandro Mendes Viana*;

Taquigrafia — *José Euvaldo Fontes Peixoto*.

OFICIAIS LEGISLATIVOS

Classe "O"

Antônio Corrêa da Silva
Ary Kerner Veiga de Castro
Aurora de Sousa Costa
Dulce Barbosa da Cruz

Francisco Bevilacqua
Julieta Galathéa de Novaes
Mário Justino Peixoto
Ninon Borges Seal
Amélia da Costa Côrtes
Aroldo Moreira
Clarice S. Ribeiro Gonçalves
Edith Balassini
Italina Cruz Alves
Julieta Ribeiro dos Santos
Maria T. Barreto Coelho
Paulo Lisboa Barbosa
Rubens Pinto Duarte

Classe "M"

Adherbal Távora de Albuquerque
Arlette de Medeiros Alvim
Aurea de Barros Rêgo
Elza da Purificação José
Eurico Costa Macedo
Francisco Soares Arruda
Irene Macedo Ludolf
João Alfredo Ravasco de Andrade
José Geraldo da Cunha
Miécio dos Santos Andrade
Arlette Bretas do Nascimento
Cirene de Freitas Ferreira
Cláudia Adda Passerini
Dinorah Corrêa de Sá
Erzila Luiza de Souza Mendonça
Gilda Leal Costa
Maria do Carmo Rondon Ribeiro
Marilia Pinto Amando
Nair Brown
Nair Cardoso
Romilda Duarte
Almerinda Vianna Baker
Amélia de Figueiredo Mello Viana
Benedita Pinto Arruda
Elza Gallotti Schroeder
Isnard Sarres
Ivan Ponte e Souza Palmeira
Leilah de Góis Cardoso Tôres

Leopoldina Ferreira Neves
Luis do Nascimento Monteiro
Maria de Maracajá Daltro
Marieta Jacy de Oliveira
Marion Austregesilo de Athayde
Stella Reis Mendonça
Adahy Borburema de Castro
Adalgisa de Vasconcelos Gonçalves
Lima

Alva Lirio Rodrigues
Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas

Armandina José Vargas
Bibiana Ferreira de Paula
Branca Lirio Lima
Cecilia Braconni Corrêa e Castro
Cecília de Resende Martins
Carlos Gustavo Schmidt Nabuco
Carmen Lúcia de Hollanda Cavalcante

Deolinda Maria Peixoto Braga
Dirno Jurandir Pires Ferreira
Diva Gallotti
Durval Sampaio Filho
Ecla Cunha Bréa
Edzon Ferreira Affonso
Eleozina Martines Silva
Elza Alves Tavares
Elza Flores da Silva
Ercilia Cruz
Eugênio Carlos Barbosa de Souza
Eulália Chrockatt
Eurico Jacy Auler
Francisco de Assis Ribeiro
Georgeta Kuntz
Helena de Salvo Lagoeiro
Ily Braga Rodrigues
Ivonne Rêgo de Miranda
João Batista Castejon Branco
Jorge de Oliveira Nunes
José Soares de Oliveira Filho
Léa José da Silva Pinheiro
Lêda Fialho da Silva
Lia Oscar da Cunha
Lia Pederneiras de Faria
Lis Henriques Fernandes
Luiz Carlos Vieira da Fonseca
Luzia Jeanne Marie Lisbôa Robichez
Maria Cherubina Costa
Maria Isabel Saldanha
Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues
Maria Luiza Müller
Maria Rizza Batista
Maria Stella Duarte Caldeira
Mário Marques da Costa
Mary de Faria Albuquerque
Myriam da Costa Côrtes
Nathercia Silva de Sá Leitão

Neusa Rita Perácio
Odenegus Gonçalves Leite
Pedro de Carvalho Müller
Raymunda Pompeu de Saboia Magalhães

Renato de Almeida Chermont
Romildo Fernandes Gurgel
Rosa Batista Miranda
Ruy Ribeiro Cardoso
Sebastião Veiga

TAQUÍGRAFOS

Taquígrafo Revisor

Aleixo Alves de Souza
Clemente Watz
Braz Nicola Jordão
José Campo Bricio
José Pereira de Carvalho

Taquígrafo

Classe «O»

Alcinda Trivelino
Elenas Simas
Eth Vieira Kritz
Francisco Rodrigues Soares Pereira
Laura Bandeira Accioly
Luiza Berg Cabral

Taquígrafo

Classe «N»

Antônio Guimarães Santos
Joaquim Corrêa de Oliveira Andrade
José Bonifácio Diniz de Andrade
Martha dos Santos Crespo de Castro.
Therezinha de Mello Bobány
Vera Moreira Ericson

Taquígrafo

Classe «M»

Beatriz Brandão Brígido
Irene Stella Homem da Costa (int.)
José Euvaldo Peixoto
Julieta Reis Josetti
Maria Thereza Sant'Iago Fernandes

Auxiliar de Taquígrafo

«Padro «K»

Acy Fanaia
Áurea Diniz Gonçalves
Celina Franco Barretto da Rocha
Dalva Ribeiro Vianna

Elza Freitas Portal e Silva
Maria da Aparecida Jordão

CARGOS ISOLADOS

*Redator Anais e Documentos Parla-
mentares*

Padrão «O»

Américo Facó (falecido 3-1-1953)
Antônio Carlos Bandeira
Arthur da Rocha Ribeiro
Auto de Sá (servindo como Diretor)
Bemvinda Maria Soares
Glória Fernandina Quintella
Hércules de Macedo Rocha
José Eustáchio Luiz Alves
José Sizenando Teixeira
José da Silva Lisboa
Murilo Marroquim de Souza (Tra-
dutor)
Nerione Nunes Cardoso
Philadelpho Seal (Tradutor)
Raul Weguelin de Abreu
Vital Martins Ferreira

Redatores-revisores

Padrão «O»

Alcino Pereira de Abreu Filho
Antônio Júlio Pires
Caio Cesar de Menezes Pinheiro
Herculano Ruy Vaz Carneiro
Otávio Santiago da Silva
Paulo Nunes Augusto de Figueiredo
José Benício Tavares da Cunha Mello
Mauro Cunha Campos de Moraes

Arquivista

Padrão «K»

Helena Collin Waddington
Jacy de Souza Lima

Zelador Patrimônio

Padrão «M»

Galdino José da Silva

Assessor Técnico do Orçamento

Padrão «O»

João Manoel Rocha de Mattos
José Vicente de Oliveira Martins
Luciano de Figueiredo Mesquita

Bibliotecário

Padrão «M»

Arélia Leite Coelho
Eleonora Dusse Villasbôas Noronha
Luz.

Almoxarife

Padrão «K»

Wilson Tartuci

Ajudante Almoxarife

Padrão «J»

Cláudio Idebruke Carneiro Leal
Neto

Ajudante Zelador do Patrimônio

Padrão «J»

Joaquim da Costa

Conservador da Biblioteca

Paulo Weguelin Delpech

PORTARIA

Chefe da Portaria

Luiz Gomes de Carvalho
Deoclécio de Araújo Silva

Ajudante de Chefe da Portaria

Herédio Del Guidice
Prospício Xavier da Silva

Auxiliar

Padrão «K»

Albino dos Santos Lopes
Arnaldo Batista de Paulo
Djalma Pereira Madruga
Ernesto Alves de Souza
João Carlos da Cunha
João da Mata Flaviano de Souza
José Soares de Oliveira
Juventino Afonso da Silveira
Lino da Silva
Luiz Galvão
Manuel José da Silva
Manuel Rabelo
Manuel Viríssimo Ramos
Miguel Casselli
Simião Antônio da Costa
Vicente Costa

Contínuos

Classe «J»

Cesário da Silva
Elpidio Viana
Gonçalo Farias de Oliveira
João Aureliano Filho
João Ribeiro de Souza
Joaquim de Araújo Pinho
Joaquim Bastos
Joaquim dos Santos
José Celestino Pessoa
José Inocência Cavalcânti
Newton Cleanto de Campos
Orlando Pinto de Souza
Teotônio Francisco Dutra

Contínuos

Classe «I»

Alcides de Oliveira
Alípio Ferreiras Dias
Carlos Braga
César Marins
Djalma Magano
Francisco Lopes Arêas
José de Freitas
Orlando de Sá Cavalcânti
Otávio José de Anchieta
Murilo Edson Coelho de Souza

Serventes

«Classe «H»

Altamiro Cruz
Antônio da Costa Bernardo
Antônio Machado Rosa
Benedito Afonso de Araújo
Cláudio de Queirós
Deusdedit de Araújo Silva
Geraldo Gomes
João Luiz da Rocha
José Honorato dos Santos
José Manuel Gomes
José Sales de Oliveira
Manuel José dos Santos
Marciano José da Silva
Mário Martins Neto
Mário Mendes da Silva
Mercílio de Souza
Orlando Aires
Paulo de Araújo Silva
Paulo da Silva Carneiro
Pedro Rodrigues de Souza

Roldão Pimentel Simas
Sílvio Manuel de Moraes
Virgílio José da Silva

Classe «G»

Alcebiades Ferreira
Arlindo Gomes da Silva
Antônio Luiz da Rocha
Antônio Menezes do Nascimento
Aristóteles Madruga
Arnaldo Gouvêa Castelo Branco
Ari Cardoso Feliciano
Cláudio dos Santos
Deocleciano de Araújo Silva
Felipe Baroud
Francisco Olimpio Gomes
Hermes Peçanha Gomes
Joaquim Luiz da Rocha
Jorge Antunes
José Jurandi de Vasconcelos
Lázaro de Freitas
Liberato Pereira Pinto
Manuel Ribeiro de Marins
Osvaldo Sampaio
Paulo Costa de Oliveira
Pedro Leão Gonella
Sebastião Miguel da Silva
Vitor Lobo

Mensageiro

Jaime Corrêa de Sá

AGÊNCIA POSTAL TELEGRÁFICA DO
SENADO FEDERAL (DO D. C. T.)

Agência Postal Telegráfica

Chefe da Agência

Ivan Reys de Freitas

Auxiliares

Liceta Sampaio do Nascimento

Carteiros

Moacir Ferreira Sucupira
Prudente Beviláqua
Roberto Gonçalves dos Santos

Servente

Lauro de Carvalho

ANEXO N.º 49

2) — Funcionamento

TRABALHO REALIZADO PELO SENADO NOS ANOS
DE 1915, 1918, 1919, 1920, 1923, 1924, 1926, 1927, 1929, 1946,
1947, 1948, 1949, 1950, 1951 e 1952

	1915	1918	1919	1920
Sessões Ordinárias	—	—	—	—
Sessões Extraordinárias	—	—	—	—
Projetos iniciados	32	61	122	148
Projetos recebidos da Câmara :				
Projetos de leis	52	244	375	261
Projetos de decretos legislativos ...	—	—	—	—
Projetos de resoluções apresentados ...	—	—	—	—
Escolha de autoridades	—	—	—	—
Indicações	—	—	—	—
Requerimentos	—	37	48	57
Atos promulgados :				
Leis	1	—	1	—
Decretos legislativos	—	—	—	—
Vetos do Presidente da República	6	—	15	17
Vetos do Prefeito do Distrito Federal ..	5	9	18	68
Trabalho das Comissões — <i>Pareceres</i> :				
Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio	1	2	1	2
Comissão de Constituição e Justiça ..	17	49	81	188
Comissão Diretora	8	8	11	10
Comissão de Educação e Cultura ...	8	11	9	8
Comissão de Finanças	200	252	374	374
Comissão de Forças Armadas	18	—	37	55
Comissão de Redação	32	82	97	105
Comissão de Relações Exteriores ..	14	—	62	—
Comissão de Saúde	—	—	—	—
Comissão de Trabalho e Previdência Social	—	—	—	—
Comissão de Viação e Obras Públicas	3	2	3	18
Comissões Especiais	4	—	—	12
Total dos Pareceres	305	406	675	772

Continuação

	1949	1950	1951	1952
Sessões Ordinárias	183	169	179	179
Sessões Extraordinárias	20	14	9	18
Projetos iniciados	50	22	37	49
Projetos recebidos da Câmara :				
Projetos de leis	563	265	421	341
Projetos de decretos legislativos ...	103	23	121	125
Projetos de resoluções apresentados ...	2	18	26	12
Escolha de autoridades	14	24	22	14
Indicações	—	2	6	7
Requerimentos	411	306	403	623
Atos promulgados :				
Leis	15	46	43	64
Decretos legislativos	66	44	66	49
Resoluções	—	17	19	10
Vetos do Presidente da República	4	5	17	11
Vetos do Prefeito do Distrito Federal ..	45	61	6	2
Trabalho das Comissões — <i>Pareceres</i> :				
Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio	32	35	31	30
Comissão de Constituição e Justiça ..	687	453	556	523
Comissão Diretora	3	8	198	140
Comissão de Educação e Cultura ...	67	39	48	38
Comissão de Finanças	560	367	437	470
Comissão de Forças Armadas	63	49	42	42
Comissão de Redação	255	181	168	167
Comissão de Relações Exteriores ..	36	18	31	25
Comissão de Saúde	26	12	22	16
Comissão de Trabalho e Previdência Social	20	22	24	46
Comissão de Viação e Obras Públicas	38	29	22	33
Comissões Especiais	3	2	5	1
Total dos Pareceres	1.790	1.215	1.584	1.531

ANEXO N.º 50

TEMPO DE DURAÇÃO DAS SESSÕES

Dia		Duração	
		Horas	Minutos
Março			
17		1	10
18		1	35
19		2	35
20		1	45
21		0	20
24		1	10
25		1	40
26		0	40
27		2	20
28		1	40
31		2	10
Abril			
1		2	05
2		1	05
3		1	00
4		1	40
7		0	50
8		2	40
14		3	40
15		3	00
16		1	35
17		4	30
18		4	00
22		2	45
23		3	50
25		2	45
28		0	15
29		4	00
30		2	55
Maio			
2		3	30
5		3	55
6		2	00
7		1	05
8		0	30

Dia	Duração	
	Horas	Minutos
9	2	45
12	2	40
13	2	00
14	1	15
15	1	45
16	1	45
19	1	15
20	0	40
21	1	30
22	0	25
23	2	25
26	1	35
27	3	10
28	3	15
29	1	35
30	1	55

Junho

2	2	30
4	3	55
5	3	30
6	4	05
9	0	35
10	1	30
11	0	50
13	4	00
16	3	45
17	1	00
18	1	00
19	2	15
20	2	15
23	1	30
24	2	15
25	1	30
26	2	10
27	1	30
30	2	25

Julho

1	3	15
2	1	30
3	0	40
4	0	55
7	1	40
8	1	10
9	2	00
10	3	05
11	2	45
14	2	00
15	1	30
16	2	00
17	2	25

Dia	Duração	
	Horas	Minutos
18	3	05
21	0	55
22	1	45
23	3	20
24	1	30
25	2	25
28	3	20
29	3	35
30	0	30
31	1	30
<i>Agosto</i>		
1	1	05
4	1	05
5	0	20
7	0	25
8	0	45
11	3	00
13	1	45
18	1	55
19	2	40
20	0	40
21	1	30
22	1	40
25	1	45
26	1	45
27	3	20
28	2	50
28	3	40 (noturna)
29	3	05
29	3	25 (noturna)
<i>Setembro</i>		
1	2	25
2	3	40
3	3	15
4	1	40
5	1	45
8	1	00
9	1	35
10	3	10
11	2	10
15	2	55
16	1	35
17	1	10
18	1	15
19	1	05
22	0	45
23	0	40
25	1	10
26	0	55
29	3	30
30	2	45

Dia		Duração	
		Horas	Minutos
Outubro			
1		2	50
2		1	45
3		2	00
6		1	00
7		1	40
8		4	00
9		1	55
10		3	30
13		3	05
14		2	25
15		2	40
16		3	10
17		2	00
20		2	20
21		3	10
22		3	55
23		2	35
24		4	20
27		3	40
29		2	15
30		3	05
31		2	40
Novembro			
3		4	25
4		4	00
5		3	15
6		0	15
7		2	40
10		2	40
11		3	00
12		3	40
13		2	40
14		3	40
14		0	45 (noturna)
17		2	20
17		1	15 (noturna)
18		1	50
18		0	35 (noturna)
19		0	20 (especial)
19		1	55 (ordinária)
19		1	00 (noturna)
21		3	45
21		1	35 (noturna)
22		4	00 (extraordinária)
22		4	00 (extr. noturna)
23		4	10 (extraordinária)
24		0	50 (extraordinária)
25		1	45
25		3	35 (noturna)
26		4	15

Dia	Duração		
	Horas	Minutos	
26	1	50	
27	3	15	
28	3	10	
28	1	50	(noturna)
<i>Dezembro</i>			
1	0	50	
2	4	00	
3	2	40	
4	2	30	
5	2	20	
8	2	40	
9	4	30	(prorrogada)
10	4	05	
10	3	45	(noturna)
11	3	05	
11	4	10	(noturna)
12	3	30	
13	4	10	
13	4	40	(noturna)
15	4	25	
15	2	50	(not. — encerramento)
Total	457	45	

ANEXO N.º 51

PRESIDÊNCIA DAS SESSÕES

CAFÉ FILHO

Presidente

Presidência

17-3-52 — Tôda a sessão.	22-5-52 — Tôda a sessão.
24-3-52 — Tôda a sessão.	28-5-52 — Parte da sessão.
25-3-52 — Parte da sessão.	29-5-52 — Parte da sessão.
26-3-52 — Parte da sessão.	30-5-52 — Parte da sessão.
27-3-52 — Parte da sessão.	2-6-52 — Parte da sessão.
31-3-52 — Parte da sessão.	3-6-52 — Tôda a sessão.
1-4-52 — Parte da sessão.	4-6-52 — Parte da Sessão.
2-4-52 — Parte da sessão.	5-6-52 — Parte da sessão.
3-4-52 — Parte da sessão.	6-6-52 — Parte da sessão.
4-4-52 — Parte da sessão.	20-6-52 — Parte da sessão.
7-4-52 — Parte da sessão.	26-6-52 — Parte da sessão.
8-4-52 — Parte da sessão.	27-6-52 — Parte da sessão.
15-4-52 — Parte da sessão.	30-6-52 — Parte da sessão.
16-4-52 — Parte da sessão.	1-7-52 — Parte da sessão.
18-4-52 — Parte da sessão.	2-7-52 — Parte da sessão.
22-4-52 — Parte da sessão.	4-7-52 — Parte da sessão.
23-4-52 — Parte da sessão.	13-8-52 — Parte da sessão.
24-4-52 — Parte da sessão (conjunta).	14-8-52 — Parte da sessão (conjunta).
25-4-52 — Parte da sessão.	18-8-52 — Parte da sessão.
28-4-52 — Tôda a sessão.	19-8-52 — Parte da sessão.
29-4-52 — Parte da sessão.	21-8-52 — Parte da sessão.
30-4-52 — Parte da sessão.	26-8-52 — Parte da sessão.
2-5-52 — Parte da sessão.	27-8-52 — Parte da sessão.
5-5-52 — Parte da sessão.	28-8-52 — Parte da sessão.
6-5-52 — Tôda a sessão.	29-8-52 — Parte da sessão.
7-5-52 — Parte da sessão.	29-8-52 — Parte da sessão (noturna).
8-5-52 — Tôda a sessão.	1-9-52 — Parte da sessão.
9-5-52 — Parte da sessão.	2-9-52 — Parte da sessão.
12-5-52 — Parte da sessão.	3-9-52 — Parte da sessão.
13-5-52 — Parte da sessão.	4-9-52 — Parte da sessão.
15-5-52 — Parte da sessão.	5-9-52 — Parte da sessão.
16-5-52 — Parte da sessão.	9-9-52 — Parte da sessão.
19-5-52 — Parte da sessão.	10-9-52 — Parte da sessão.
20-5-52 — Tôda a sessão.	11-9-52 — Parte da sessão.
21-5-52 — Parte da sessão.	12-9-52 — Parte da sessão (conjunta).
	15-9-52 — Parte da sessão.
	16-9-52 — Parte da sessão.
	17-9-52 — Parte da sessão.

19-9-52 — Parte da sessão.
 22-9-52 — Parte da sessão.
 24-9-52 — Parte da sessão (conjunta).
 25-9-52 — Parte da sessão.
 26-9-52 — Parte da sessão.
 29-9-52 — Parte da sessão.
 1-10-52 — Parte da sessão.
 2-10-52 — Parte da sessão.
 3-10-52 — Parte da sessão.
 8-10-52 — Parte da sessão.
 9-10-52 — Parte da sessão.
 13-10-52 — Parte da sessão.
 14-10-52 — Parte da sessão.
 15-10-52 — Parte da sessão.
 16-10-52 — Parte da sessão.
 17-10-52 — Parte da sessão.
 20-10-52 — Parte da sessão.
 21-10-52 — Parte da sessão.
 22-10-52 — Parte da sessão.
 23-10-52 — Parte da sessão.
 24-10-52 — Parte da sessão.
 26-11-52 — Parte da sessão.
 27-11-52 — Parte da sessão.
 28-11-52 — Parte da sessão.
 1-12-52 — Tôda a sessão.
 2-12-52 — Parte da sessão.
 2-12-52 — Tôda a sessão (noturna — conjunta).
 3-12-52 — Parte da sessão.
 4-12-52 — Parte da sessão.
 5-12-52 — Parte da sessão.
 8-12-52 — Parte da sessão.
 9-12-52 — Parte da sessão.
 9-12-52 — Tôda a sessão (conjunta — noturna).
 10-12-52 — Parte da sessão.
 10-12-52 — Parte da sessão (noturna).
 11-12-52 — Parte da sessão.
 11-12-52 — Parte da sessão (noturna).
 12-12-52 — Parte da sessão.
 12-12-52 — Parte da sessão (conjunta — noturna).
 13-12-52 — Parte da sessão.
 13-12-52 — Parte da sessão (noturna).
 15-12-52 — Parte da sessão.
 15-12-52 — Tôda a sessão (noturna — encerramento).

MARCONDES FILHO

Vice-Presidente

Presidência da sessão

18-3-52 — Tôda a sessão.
 19-3-52 — Tôda a sessão.
 20-3-52 — Parte da sessão.
 21-3-52 — Tôda a sessão.
 25-3-52 — Parte da sessão.
 26-3-52 — Parte da sessão.
 27-3-52 — Parte da sessão.
 28-3-52 — Tôda a sessão.
 1-4-52 — Parte da sessão.
 2-4-52 — Parte da sessão.
 3-4-52 — Parte da sessão.
 4-4-52 — Parte da sessão.
 16-7-52 — Tôda a sessão.
 17-7-52 — Parte da sessão.
 18-7-52 — Parte da sessão.
 28-7-52 — Parte da sessão.
 29-7-52 — Parte da sessão.
 30-7-52 — Tôda a sessão.
 31-7-52 — Parte da sessão.
 1-8-52 — Tôda a sessão.
 4-8-52 — Parte da sessão.
 11-8-52 — Parte da sessão.
 12-8-52 — Tôda a sessão.
 14-8-52 — Parte da sessão (conjunta).
 18-8-52 — Parte da sessão.
 19-8-52 — Parte da sessão.
 20-8-52 — Tôda a sessão.
 21-8-52 — Parte da sessão.
 22-8-52 — Parte da sessão.
 25-8-52 — Parte da sessão.
 26-8-52 — Parte da sessão.
 27-8-52 — Parte da sessão.
 1-9-52 — Parte da sessão.
 2-9-52 — Parte da sessão.
 3-9-52 — Parte da sessão.
 4-9-52 — Parte da sessão.
 5-9-52 — Parte da sessão.
 8-9-52 — Tôda a sessão.
 9-9-52 — Parte da sessão.
 10-9-52 — Parte da sessão.
 11-9-52 — Parte da sessão.
 16-9-52 — Parte da sessão.
 17-9-52 — Parte da sessão.
 18-9-52 — Tôda a sessão.
 22-9-52 — Parte da sessão.
 23-9-52 — Tôda a sessão.
 24-9-52 — Parte da sessão (conjunta).
 25-9-52 — Parte da sessão.
 30-9-52 — Parte da sessão.
 1-10-52 — Parte da sessão.

2-10-52 — Parte da sessão.
3-10-52 — Parte da sessão.
6-10-52 — Tôda a sessão.
7-10-52 — Parte da sessão.
8-10-52 — Parte da sessão.
9-10-52 — Parte da sessão.
15-10-52 — Parte da sessão.
16-10-52 — Parte da sessão.
17-10-52 — Parte da sessão.
20-10-52 — Parte da sessão.
21-10-52 — Parte da sessão.
22-10-52 — Parte da sessão.
23-10-52 — Parte da sessão.
27-10-52 — Parte da sessão.
29-10-52 — Parte da sessão.
30-10-52 — Parte da sessão.
3-11-52 — Tôda a sessão.
4-11-52 — Parte da sessão.
5-11-52 — Parte da sessão.
6-11-52 — Tôda a sessão.
7-11-52 — Parte da sessão.
10-11-52 — Parte da sessão.
11-11-52 — Parte da sessão.
12-11-52 — Parte da sessão.
13-11-52 — Parte da sessão.
14-11-52 — Parte da sessão.
14-11-52 — Tôda a sessão (no-
turna).
17-11-52 — Tôda a sessão.
17-11-52 — Tôda a sessão (no-
turna).
18-11-52 — Parte da sessão.
18-11-52 — Tôda a sessão (no-
turna).
19-11-52 — Tôda a sessão (espe-
cial).
19-11-52 — Tôda a sessão.
19-11-52 — Tôda a sessão (no-
turna).
20-11-52 — Parte da sessão (con-
junta).
21-11-52 — Parte da sessão.
21-11-52 — Tôda a sessão (no-
turna).
22-11-52 — Parte da sessão (extra-
ordinária).
22-11-52 — Parte da sessão (no-
turna).
23-11-52 — Tôda a sessão (extra-
ordinária).
24-11-52 — Parte da sessão (con-
junta).
25-11-52 — Parte da sessão.
25-11-52 — Parte da sessão (no-
turna).

26-11-52 — Parte da sessão.
26-11-52 — Parte da sessão (no-
turna).
27-11-52 — Parte da sessão.
28-11-52 — Parte da sessão.
28-11-52 — Tôda a sessão (no-
turna).
8-12-52 — Parte da sessão.
9-12-52 — Parte da sessão.
10-12-52 — Parte da sessão.
11-12-52 — Parte da sessão.
11-12-52 — Parte da sessão (no-
turna).
12-12-52 — Parte da sessão.
12-12-52 — Parte da sessão (con-
junta — noturna).
13-12-52 — Parte da sessão.
15-12-52 — Parte da sessão.

ETELVINO LINS

1.º SECRETÁRIO

Presidência

31-3-1952 — Parte da sessão.
2-4-52 — Parte da sessão.
3-4-52 — Parte da sessão.
7-4-52 — Parte da sessão.
14-4-52 — Tôda a sessão.
15-4-52 — Parte da sessão.
17-4-52 — Parte da sessão.
18-4-52 — Parte da sessão.
22-4-52 — Parte da sessão.
23-4-52 — Parte da sessão.
24-4-52 — (Parte da sessão (con-
junta).
29-4-52 — Parte da sessão.
2-5-52 — Parte da sessão.
5-5-52 — Parte da sessão.
9-5-52 — Parte da sessão.
12-5-52 — Parte da sessão.
13-5-52 — Parte da sessão.
14-5-52 — Tôda a sessão.
15-5-52 — Parte da sessão.
16-5-52 — Parte da sessão.
21-5-52 — Parte da sessão.
23-5-52 — Parte da sessão.
27-5-52 — Parte da sessão.
28-5-52 — Parte da sessão.
29-5-52 — Parte da sessão.
2-6-52 — Parte da sessão.
5-6-52 — Parte da sessão.
6-6-52 — Parte da sessão.
9-6-52 — Tôda a sessão.
10-6-52 — Parte da sessão.
11-6-52 — Tôda a sessão.
13-6-52 — Parte da sessão.

16-6-52 — Parte da sessão.
18-6-52 — Parte da sessão.
19-6-52 — Tôda a sessão.
25-6-52 — Tôda a sessão.
30-6-52 — Parte da sessão.
1-7-52 — Parte da sessão.
2-7-52 — Parte da sessão.
3-7-52 — Tôda a sessão.
4-7-52 — Parte da sessão.
7-7-52 — Tôda a sessão.
8-7-52 — Tôda a sessão.
9-7-52 — Tôda a sessão.
10-7-52 — Parte da sessão.
14-7-52 — Parte da sessão.
15-7-52 — Parte da sessão.
18-7-52 — Parte da sessão.
21-7-52 — Tôda a sessão.
23-7-52 — Parte da sessão.
24-7-52 — Parte da sessão.
25-7-52 — Parte da sessão.
28-7-52 — Parte da sessão.
29-7-52 — Parte da sessão.
5-8-52 — Tôda a sessão.
6-8-52 — Parte da sessão (conjunta).
7-8-52 — Tôda a sessão.
8-8-52 — Tôda a sessão.
11-8-52 — Parte da sessão.
18-8-52 — Parte da sessão.

VESPASIANO MARTINS

2.º Secretário

Presidência

20-3-52 — Parte da sessão.
8-4-52 — Parte da sessão.
16-4-52 — Parte da sessão.
17-4-52 — Parte da sessão.
25-4-52 — Parte da sessão.
30-4-52 — Parte da sessão.
2-5-52 — Parte da sessão.
9-6-52 — Parte da sessão.
16-5-52 — Parte da sessão.
19-5-52 — Parte da sessão.
24-6-52 — Tôda a sessão.
26-6-52 — Parte da sessão.
27-6-52 — Parte da sessão.
30-6-52 — Parte da sessão.
10-7-52 — Parte da sessão.
11-7-52 — Tôda a parte.
14-7-52 — Parte da sessão.
17-7-52 — Parte da sessão.
18-7-52 — Parte da sessão.
22-7-52 — Tôda a sessão.
23-7-52 — Parte da sessão.
24-7-52 — Parte da sessão.

25-7-52 — Parte da sessão.
29-7-52 — Parte da sessão.
31-7-52 — Parte da sessão.
4-8-52 — Parte da sessão.
6-8-52 — Parte da sessão (conjunta).
13-8-52 — Parte da sessão.
14-8-52 — Parte da sessão (conjunta).
22-8-52 — Parte da sessão.
28-8-52 — Parte da sessão.
28-8-52 — Tôda a sessão (no-
turna).
29-8-52 — Parte da sessão.
29-8-52 — Parte da sessão (no-
turna).
2-9-52 — Parte da sessão.
19-9-52 — Parte da sessão.
24-9-52 — Parte da sessão (conjunta).
25-9-52 — Parte da sessão.
26-9-52 — Parte da sessão.
1-10-52 — Parte da sessão.
7-10-52 — Parte da sessão.
8-10-52 — Parte da sessão.
9-10-52 — Parte da sessão.
10-10-52 — Tôda a sessão.
13-10-52 — Parte da sessão.
14-10-52 — Parte da sessão.
15-10-52 — Parte da sessão.
17-10-52 — Parte da sessão.
21-10-52 — Parte da sessão.
23-10-52 — Parte da sessão.
24-10-52 — Parte da sessão.
27-10-52 — Parte da sessão.
29-10-52 — Parte da sessão.
31-10-52 — Tôda a sessão.
14-11-52 — Parte da sessão.
10-11-52 — Parte da sessão.
11-11-52 — Parte da sessão.
12-11-52 — Parte da sessão.
13-11-52 — Parte da sessão.

WALDEMAR PEDROSA

3.º Secretário

Presidência

15-5-52 — Parte da sessão.
23-5-52 — Parte da sessão.
26-5-52 — Parte da sessão.
27-5-52 — Parte da sessão.
2-6-52 — Parte da sessão.
4-6-52 — Parte da sessão.
5-6-52 — Parte da sessão.
10-6-52 — Parte da sessão.
13-6-52 — Parte da sessão.

16-6-52 — Parte da sessão.
17-6-52 — Parte da sessão.
20-6-52 — Parte da sessão.
23-6-52 — Tôda a sessão.
25-8-52 — Parte da sessão.
10-9-52 — Parte da sessão.
12-9-52 — Parte da sessão (conjunta).
15-9-52 — Parte da sessão.
19-9-52 — Parte da sessão.
24-9-52 — Parte da sessão (conjunta).
26-9-52 — Parte da sessão.
29-9-52 — Parte da sessão.
14-10-52 — Parte da sessão.
22-10-52 — Parte da sessão.
30-10-52 — Parte da sessão.
5-11-52 — Parte da sessão.
7-11-52 — Parte da sessão.
18-11-52 — Parte da sessão.
20-11-52 — Parte da sessão (conjunta).
21-11-52 — Parte da sessão.
22-11-52 — Parte da sessão (extraordinária).
22-11-52 — Parte da sessão (noturna).
24-11-52 — Tôda a sessão (extraordinária).
24-11-52 — Parte da sessão (conjunta).
25-11-52 — Parte da sessão.
25-11-52 — Parte da sessão (noturna).
26-11-52 — Parte da sessão.
26-11-52 — Parte da sessão (noturna).
27-11-52 — Parte da sessão.
28-11-52 — Parte da sessão.
2-12-52 — Parte da sessão.
3-12-52 — Parte da sessão.
9-12-52 — Parte da sessão.
10-12-52 — Parte da sessão (noturna).
12-12-52 — Parte da sessão.
13-12-52 — Parte da sessão.
13-12-52 — Parte da sessão (noturna).
15-12-52 — Parte da sessão.

HAMILTON NOGUEIRA

4.º Secretário

Presidência

18-4-52 — Parte da sessão.
21-5-52 — Parte da sessão.

26-5-52 — Parte da sessão.
30-5-52 — Parte da sessão.
4-6-52 — Parte da sessão.
5-6-52 — Parte da sessão.
6-6-52 — Parte da sessão.
13-6-52 — Parte da sessão.
17-6-52 — Parte da sessão.
18-6-52 — Parte da sessão.
1-7-52 — Parte da sessão.
10-7-52 — Parte da sessão.
15-7-52 — Parte da sessão.
15-7-52 — Parte da sessão.
24-7-52 — Parte da sessão.
30-10-52 — Parte da sessão.
7-11-52 — Parte da sessão.
10-11-52 — Parte da sessão.
20-11-52 — Parte da sessão (conjunta).
22-11-52 — Parte da sessão (noturna).
26-11-52 — Parte da sessão.
2-12-52 — Parte da sessão.
3-12-52 — Parte da sessão.
4-12-52 — Parte da sessão.
5-12-52 — Parte da sessão.
8-12-52 — Parte da sessão.
10-12-52 — Parte da sessão.

FRANCISCO GALLOTTI

1.º Suplente

Presidência

7-5-52 — Parte da sessão.
23-5-52 — Parte da sessão.
27-5-52 — Parte da sessão.
28-5-52 — Parte da sessão.
11-9-52 — Parte da sessão.
15-9-52 — Parte da sessão.
19-9-52 — Parte da sessão.
14-10-52 — Parte da sessão.
24-10-52 — Parte da sessão.
5-11-52 — Parte da sessão.
24-11-52 — Parte da sessão (conjunta).
28-11-52 — Parte da sessão.
2-12-52 — Parte da sessão.

PRISCO DOS SANTOS

2.º Suplente

Presidência

18-6-52 — Parte da sessão.
10-7-52 — Parte da sessão.
15-7-52 — Parte da sessão.
18-7-52 — Parte da sessão.